



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Júlio César Oliveira de Souza

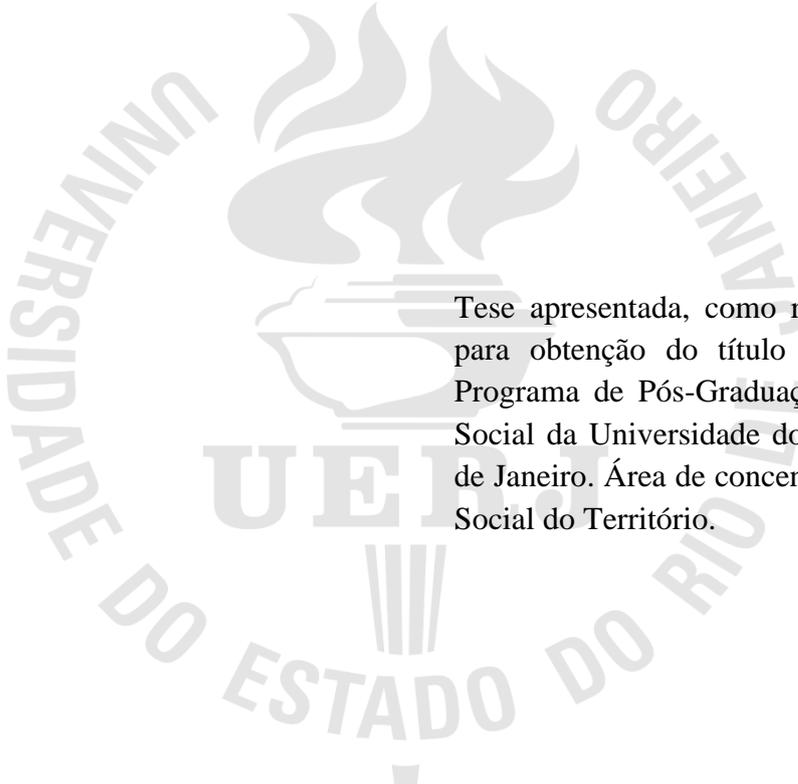
**Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)**

São Gonçalo

2019

Júlio César Oliveira de Souza

**Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

Coorientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729  
TESE

Souza, Júlio César Oliveira de.  
Rio de Janeiro : o farol do neoliberalismo brasileiro  
(1982-2002) / Júlio César Oliveira de Souza. – 2019.  
343f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto.  
Coorientador: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.  
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de  
Professores.

1. Empresários – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Brasil -  
Política e governo – Teses. 3. Capital (Economia) – Teses.  
I. Lourenço Neto, Sydenham. II. Almeida, Gelsom Rozentino  
de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade  
de Formação de Professores. IV. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 981.53

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Júlio César Oliveira de Souza

**Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 04 de setembro de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Coorientador)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Christiane Vieira Laidler  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2019

## DEDICATÓRIA

Para Daniel, Everaldo, Carmém e Luíza. (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais um ciclo, não posso deixar de recordar das motivações que me trouxeram até aqui. Nas décadas de 1980 e 1990, as brigas por divergências políticas entre meus pais talvez tenham pavimentado no meu inconsciente a vontade de entender o que houve naquele período. Meu pai era eleitor de Brizola e Lula, enquanto minha mãe era mais uma brasileira que acreditava apenas na força do seu trabalho, além de ser crítica à política partidária, principalmente a de esquerda. Sendo assim, agradeço ao meu pai, Daniel, e minha mãe Shirley por me despertar para um encontro com a História de nosso tempo, que reverbera até os dias atuais de maneira vívida.

Agradeço ao meu orientador Sydenham pela paciência, ajuda na construção do trabalho e por ser uma fonte de inspiração. Desde a graduação, o seu grau de erudição, principalmente no campo de História Econômica, foi objeto de admiração e respeito para mim, o que tornou a jornada na pós-graduação mais instigante.

Agradeço ao meu coorientador Gelsom, outra pessoa por quem tenho profunda admiração, por ter acreditado e incentivado uma pesquisa sobre empresários, ainda na graduação. Sem seu olhar humano, há nove anos atrás, talvez essa tese de doutorado não teria sido escrita.

Agradeço a banca de qualificação. Composta por Pedro Campos, sempre generoso e solícito, e por Christiane Laidler, sempre didática, pelos comentários e críticas que muito contribuíram para este trabalho.

Agradeço ao professor Rafael Brandão por me honrar com sua participação na banca de defesa.

Agradeço a professora Inês Patrício por acompanhar o trabalho desde o mestrado e por aceitar participar da banca de defesa. Sua contribuição é ímpar.

Agradeço aos amigos que me incentivaram nessa jornada.

Agradeço à CAPES pelo financiamento à pesquisa.

Agradeço a minha irmã e seus filhos pelo carinho que tem me dado sempre.

Agradeço aos meus filhos Cláudia, Caio e Caíque pelo amor que me proporcionam. Sonho com um mundo melhor por nós.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha amada esposa, Daiana, que me incentiva e inspira desde a graduação. Sua força e dedicação ao que construímos foram a

chave para continuar a caminhada. Sempre que penso em desistir, ela demonstra que tenho valor como ser humano.

A necessidade de pensar é o que nos faz pensar

*Theodor W. Adorno*

O fato de não fazer nada não é vazio, tem um significado: dizer sim às relações de dominação existentes.

*Slavoj Žižek*

Toda ciência histórica, social, ao observar o desenvolvimento das categorias econômicas, deve sempre levar em conta que o sujeito – neste caso a moderna sociedade burguesa – é algo dado, tanto na realidade como na mente. As categorias expressam, portanto, formas de ser, determinações de existência, frequentemente simples aspectos desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, portanto, desde um ponto de vista científico, sua existência de nenhum modo começa no momento em que se começa falar dela como tal.

*Karl Marx*

## RESUMO

SOUZA, Júlio César O. *Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002)*. 2019. 343f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

A tese analisa o papel do empresariado fluminense junto ao Estado na configuração de uma ordem econômica neoliberal no Brasil. Para tanto, delinea-se a participação do capital transnacional na conjuntura. A discussão se debruça sobre o período entre a realização da II Plenária da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, em 1982, e finaliza em 2002, último ano do segundo mandato Fernando Henrique Cardoso. Fazendo alusão à importância do estado para a agenda neoliberal a ser posta em prática no país, em 1995, o Presidente da República chegou a dizer que “o Rio de Janeiro deve ser o farol do Brasil”. O período pesquisado é marcado pela crise da dívida externa, a quebra da bolsa de Nova York, por planos econômicos mal sucedidos e pela formação do Conselho Coordenador de Ações Federais para o Rio de Janeiro, alinhado com proposições do empresariado local e transnacional, num cenário de estabilização econômica provocado pelo Plano Real.

Palavras-chave: Empresariado fluminense. Estado. Capital transnacional.

## ABSTRACT

SOUZA, Júlio César O. *Rio de Janeiro: the beacon of brazilian neoliberalism (1982-2002)*. 2019. 343f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

The analysis questions the role of Rio de Janeiro's business community with the state in shaping a neoliberal economic order in Brazil. To this end, the participation of transnational capital in the conjuncture is outlined. The discussion focuses on the period between the holding of the II Plenary of Industry and Commerce of Rio de Janeiro, in 1982, and concludes in 2002, the last year of the second term of office Fernando Henrique Cardoso. Referring to the importance of the state for the neoliberal agenda to be implemented in the country, in 1995, the President of the Republic even said that "Rio de Janeiro must be the beacon of Brazil." The surveyed period is marked by the foreign debt crisis, the collapse of the New York Stock Exchange, unsuccessful economic plans, and the formation of the Rio de Janeiro Coordinating Council for Federal Actions, aligned with local and transnational business propositions, in a scenario of economic stabilization caused by the Real Plan.

Keywords: Fluminense business. State. Transnational capital.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA E DÍVIDA EXTERNA, UM CAMINHO PARA O NEOLIBERALISMO</b> .....	26
1.1	<b>O caminho da ideologia neoliberal</b> .....	28
1.2	<b>Um modelo de transição para o Brasil</b> .....	37
1.3	<b>A agenda neoliberal de crescimento econômico</b> .....	53
1.4	<b>Reação do empresariado do Rio de Janeiro: a formação da AD-RIO ..</b>	59
1.5	<b>O “capitalismo democrático” como avanço da hegemonia neoliberal .</b>	72
2	<b>O RIO DE JANEIRO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAPITAL</b> .....	86
2.1	<b>Banco Mundial e ACRJ, uma aliança pela agenda neoliberal</b> .....	87
2.2	<b>Brizola: um projeto de centro esquerda para o capital?</b> .....	103
2.2.1	<u>Indústria naval</u> .....	110
2.2.2	<u>Fórum RIO SÉCULO XXI</u> .....	114
2.2.3	<u>Programa MERCOSUL</u> .....	119
2.2.4.	<u>Rio: integração energética</u> .....	125
2.2.5	<u>O enfraquecimento do Brizolismo</u> .....	128
2.3	<b>Um desenvolvimento sustentável?</b> .....	131
2.3.1	<u>ECO 92, uma aglutinação de interesses do capital</u> .....	137
2.3.2	<u>O enlace entre o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e sua mantenedora principal, a CEDAE</u> .....	141
2.3.3	<u>Construção da Linha Vermelha</u> .....	144
2.4	<b>Um novo modelo de cidade para o capital</b> .....	146
3	<b>O PROJETO REGIONAL FLUMINENSE: ATORES POLÍTICOS E ECONÔMICOS</b> .....	154
3.1	<b>Oligopolização do capital no espaço fluminense</b> .....	154
3.2	<b>Grupo Monteiro Aranha, um aliado do grande capital estrangeiro .....</b>	176
3.3	<b>Grupo Ipiranga: uma representação da indústria nacional?</b> .....	192

3.3.1	<u>Plano Collor como agenda</u> .....	196
3.3.2	<u>Organização do grupo Ipiranga</u> .....	202
3.3.3	<u>Inflação e presidência da FIRJAN</u> .....	208
3.4	<b>Conselho Coordenador de Ações Federais no Rio de Janeiro: a aglutinação de interesses numa agenda neoliberal</b> .....	214
3.4.1	<u>TELEPORTO</u> .....	225
3.4.2	<u>Porto de Sepetiba</u> .....	230
3.4.3	<u>Polo petroquímico</u> .....	239
3.4.3.1	Um projeto empresarial da década de 1980 .....	241
3.4.3.2	A formação de um polo gás químico em Duque de Caxias .....	247
4	<b>A AGENDA PRIVATISTA NO RIO DE JANEIRO</b> .....	252
4.1	<b>Mudanças em escala global e a formação do ENERJ</b> .....	258
4.2	<b>O engajamento do Estado – as privatizações da CERJ e do BANERJ</b> .	273
4.3	<b>O State Reform Loan</b> .....	282
4.4	<b>A venda da Companhia Estadual de Gás</b> .....	290
4.5	<b>O fim das empresas públicas de transporte no estado</b> .....	295
4.6	<b>A tentativa frustrada de venda da CEDAE</b> .....	308
4.7	<b>Receita das privatizações e dívida pública: a contradição do discurso neoliberal</b> .....	313
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	317
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	323

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a temática neoliberal é controvertida, se não consideramos apenas o discurso proferido por seus defensores. Realizar uma análise estabelecendo comparações entre o local e o global desnuda suas contradições. O caso do comportamento empresarial e político no Rio de Janeiro é emblemático, nesse sentido, pois revela que, embora a agenda neoliberalizante traga no âmago de seu discurso o livre mercado, minimizando o papel do Estado, o novo contexto econômico é marcado pela ação estatal, seja pelo endividamento público ou pela participação de suas empresas. Tal conjuntura, seria a resposta à crise do capital.

Iniciada na década de 1970, a crise estrutural do sistema do capital provocou mudanças do ponto de vista tecnológico (passagem da sociedade industrial para a da informação), o que implicou numa nova lógica de criação de valor, assim como permitiu a hegemonia do capital financeiro sobre o industrial, aumentando as taxas de exploração, uma vez que o capital creditício (ou especulativo) é apenas a expectativa de sua própria transformação em mercadoria. Em outras palavras, a atividade improdutiva exercida pelo capital financeiro passa a ser gestora do processo de produção, desfazendo equilíbrio instituído em Bretton Woods, no qual investimento, emprego e produção formavam um círculo virtuoso.

O combate aos déficits gêmeos, orçamentário e comercial, dos EUA é o efeito da nova conjuntura. De modo a atrair capital para Wall Street, o governo norte-americano criou duas estratégias: o aumento da competitividade das empresas norte-americanas e o aumento da taxa de juros<sup>1</sup>. O primeiro repercutiu no recrudescimento do avanço de empresas transnacionais em escala global, enquanto o segundo aumentou o grau de dependência da periferia, do ponto de vista do financiamento.

O alto nível de endividamento dos países periféricos, neles incluindo-se o Brasil, teve seu clímax no entre o final da década de 1970 e início da de 1980. O ponto-chave foi o aumento dos juros do título da dívida do tesouro americano em 1979. Isso diminuiu vertiginosamente o financiamento internacional, tornando o crédito mais caro, assim provocando a crise da dívida externa.

---

<sup>1</sup> VAROUFAKIS, Yanis. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. Tradução: Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p.132.

Nessa conjuntura, o desenvolvimento econômico seria pautado na resolução do problema da dívida. Em 1989, Plano Brady e o Consenso de Washington formulariam políticas de modo a garantir a hegemonia do capital financeiro, sob a tutela dos EUA. Enquanto o primeiro delineou as condições de pagamento da dívida, o segundo propunha uma série de medidas estruturais que fomentariam a capacidade de pagamento do Estado, com a diminuição de sua participação na economia.

A despeito da análise das relações econômicas no território do Rio de Janeiro, alguns autores consideram, como Jorge Natal e Sulamis Dain, que cria a expressão “Rio de todas as crises”, o período da década de 1980 até a metade da de 1990 como um período de crise ampla<sup>2</sup>. Contudo, é preciso observar que não houve um esvaziamento econômico da região. O que ocorre, no período, é um crescimento econômico abaixo da média nacional<sup>3</sup>, e o início do processo de desindustrialização, que afeta de sobremaneira o estado, em virtude do seu grande parque industrial, o segundo do país. O empresariado local atravessa o período organizando projetos, realizando discussões e se articulando com agentes políticos. A associação com o grande capital transnacional é intrínseca ao contexto.

Nesse sentido, propusemos uma discussão, que tem como recorte temporal o período que se inicia com a II Plenária da Indústria e Comércio, em 1982, e finaliza em 2002, último ano do segundo mandato Fernando Henrique Cardoso. Esse presidente chegou a dizer que “o Rio de Janeiro deve ser o farol do Brasil”, fazendo alusão a importância do estado para a agenda neoliberal a ser posta em prática no país. O período pesquisado também é marcado por três planos econômicos (Planos Collor I e II e o Plano Real) e pela formação do Conselho Coordenador de Ações Federais para o Rio de Janeiro, alinhado com proposições do empresariado local e transnacional.

A investigação que realizamos tem como cerne os dois métodos de ação do capital internacional, o primeiro por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que usaria, principalmente, agentes políticos para distribuição e alocação de recursos de longo prazo, conforme interesses junto a representantes do grande capital associado. As políticas públicas (como por exemplo, habitação e ecologia) serviriam a expansão do capital internacional e a acumulação do

---

<sup>2</sup> NATAL, Jorge. *O Estado do Rio de Janeiro Pós 95: dinâmica econômica, rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro: Publicati Editora. 2005. p.25.

<sup>3</sup> SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 43.

capitalista regional, tornando o Estado ao mesmo tempo mantenedor dessa relação na medida em que se endivida junto a instituições estrangeiras de fomento.

O segundo método ocorreria com a aplicação de recursos estrangeiros por meio do mercado financeiro. Interesses e conflitos entre as diferentes frações do capital regional, assim como sua interlocução com interesses estrangeiros serviriam de instrumento na adoção de uma política econômica internacionalizante. Portanto, trata-se de ratificar, de antemão, que a burguesia interna é associada e integrada, de forma subordinada, ao poder das relações imperialistas<sup>4</sup>.

Nesse ínterim de 20 anos, o Brasil passou por um intenso ajuste econômico, efeito da nova ordem capitalista, a globalização. Sendo o combate à inflação, o ponto-chave para compreensão do momento político e econômico. A rentabilidade declinante e da necessidade da célere renovação do capital fixo, num ambiente de crise do capital, criou condições favoráveis à implementação da cartilha neoliberal. O ordenamento da economia era entendido como solução *sine qua non* para o aumento de fluxo de capital estrangeiro no país.

Uma breve explanação sobre os governos Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, consegue desnudar o nível de embate e transformações na economia e política nacional. O processo de negociação da dívida externa e a ECO-92 evidenciam a disposição da mudança de padrão de acumulação de capital, na medida em que fazem parte de negociações via acordos em prol de medidas neoliberais.

Também marcam o período que investigamos: a eleição para Presidência da República no ano de 1994, na qual se evidencia a disputa de duas agendas para o país, uma atrelada à esquerda, com ideário voltado para a intervenção do Estado na economia, representada pelo Partido dos Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista, enquanto a outra, de viés neoliberal, defendida pelo Partido da Social Democracia Brasileira; a criação do Fundo Social de Emergência, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que tinha o objetivo de contingenciar o repasse de verbas para estados e municípios, enfraquecendo os primeiros e subordinando os segundos, o que fortaleceu a política econômica do executivo central, que se desdobrou no processo de refinanciamento da dívida pública de estados, forçando a aplicação de programa de privatização, que, no caso do Rio de Janeiro, foi o mais ousado do país, segundo o Banco Mundial; e a crise asiática no ano de 1997, a qual se desdobrou num novo empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional.

---

<sup>4</sup> LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 208.

Dialogamos os acontecimentos supramencionados com o ocorrido no âmbito econômico e político no estado do Rio de Janeiro. Dentre os pontos que podemos levantar aqui, estão a aliança, concebida entre 1991 e 1994, entre o então governador Leonel Brizola e os empresários fluminenses, cujas entidades de maior destaque eram a Federação da Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Brizola, à época, conseguiu uma boa articulação com o governo central, ainda na gestão de Collor, além de tentar promover o desenvolvimento regional por meio do suporte do BANERJ, cujas finanças foram saneadas durante seu governo.

Brizola estava de acordo com uma boa parte dos objetivos das Plenárias da Indústria e Comércio, que discutiram soluções e projetos de desenvolvimento econômico para o estado do Rio de Janeiro, desde a década de 1980. A exemplo, utilizou linhas de crédito do BANERJ para o aumento da competitividade industrial fluminense. Nessa conjuntura de transição de padrão de acumulação de capital, ficava evidente o objetivo de utilizar o capital do estado como promotor do desenvolvimento através de sua intervenção na economia. Entretanto, esse *modus operandi* muda gradativamente na medida em que a política de cunho neoliberal avança a partir da iniciativa do governo federal. O Brizolismo perde força dando lugar ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo discurso pró-social associado à modernização da economia catalisou boa parte do eleitorado fluminense.

Marcello Alencar, sob a legenda do PSDB, mesmo partido do Presidente da República, realizou um projeto de desenvolvimento regional sob moldes mais condizentes com o escopo neoliberal, entre os anos de 1995-1999. Na contramão de um passado de 13 anos de filiação ao PDT, alinhou-se com as ideias do governo federal de forma profícua, dando início a um programa de privatização das empresas públicas pertencentes ao estado do Rio de Janeiro, ação que divergia completamente das adotadas por Brizola. O objetivo de Alencar era diminuir a influência do Estado na economia por meio de um discurso falacioso de reforma fiscal. Durante seu governo, foram privatizadas empresas como a Companhia Estadual de Eletricidade (CERJ), a Companhia Estadual de Gás (CEG), o BANERJ, a Flumitrens, a Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj) e o Metro. Seu programa de privatização estava alinhado ao programa State Reform Loan, criado pelo BIRD, o qual estimulava empréstimos aos estados que se comprometessem com uma reforma administrativa.

Anthony Garotinho foi último governador do Rio de Janeiro durante o período que pesquisamos. Sua eleição representou a volta da centro-esquerda ao governo estadual. Filiado ao PDT, desde a década de 80, foi eleito deputado estadual pelo PDT, em 1986, e prefeito de

Campos pelo mesmo partido, em 1988. Em 1992, mudou-se para o Rio de Janeiro, tornando-se secretário de Agricultura do governo Brizola. Em 1998, foi eleito governador junto a uma frente ampla de centro-esquerda, composta pelo Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido Comunista do Brasil e Partido dos Trabalhadores. Antes da posse, abalou suas relações com Leonel Brizola por não ouvi-lo na escolha do secretariado. Os desentendimentos entre o líder do PDT e Garotinho desdobram-se numa reunião no Diretório Regional do Rio de Janeiro, convocada por Brizola, para discutir sobre sua expulsão ou não do partido. O Diretório Regional do PDT/RJ decidiu expulsar Garotinho. Para evitar maior desgaste, Garotinho se antecipa e sai do partido, se transferindo para o PSB no ano de 2000. Seu governo realizou auditoria das privatizações das empresas públicas estaduais. Durante seu mandato, foi criada, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a Comissão Parlamentar de Inquérito das privatizações, cujo relatório apontou para uma série de irregularidades na venda das empresas estatais.

As reformas de cunho neoliberal da década de 1990 promoveram uma reestruturação patrimonial nas empresas instaladas no Brasil. Com a sobrevalorização do real, os principais grupos brasileiros restringiram o âmbito de suas operações, desta maneira passara a promover uma especialização produtiva, contudo o ramo de commodities agrícolas e industriais foi mantido. Esses grupos econômicos tenderam a realizar sua expansão a partir dos core-business existentes ou por meio da abertura de oportunidades surgidas com as privatizações das empresas estatais. Ocorre, assim, uma reorganização ou rearranjo das classes dominantes<sup>5</sup>.

O que diferencia esse momento econômico, dos outros ocorridos no século XX no Brasil, é a necessidade de grande aporte de capital para realização de atividades econômicas. A sobrevivência das empresas domésticas dependia da constituição de consórcios e associações entre grupos nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, a valorização patrimonial seria dada a partir de subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e captações internacionais por bancos estrangeiros e nacionais hedgeadas por títulos públicos cambiais<sup>6</sup>. Em síntese, o capital estrangeiro entraria no país por meio de bancos, principalmente o BNDES, para a formação de conglomerados econômicos. Destarte o

---

<sup>5</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, p. 258.

<sup>6</sup> MIRANDA, José Carlos & TAVARES, Maria da Conceição. *Brasil: Estratégias da Conglomeração*. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Org. José Luís Fiori). Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012, p.339.

BNDES funcionaria como árbitro desse novo padrão de acumulação de capital, escolhendo os vencedores desse processo em âmbito nacional.

O Polo Gás Químico, principal projeto do empresariado local, teve grande aporte de capital do BNDES para sua criação. Acrescemos que a Petrobras teve grande peso no empreendimento. E que o Rio de Janeiro era o maior produtor de petróleo e gás do país, tornando-o central para uma política industrial extrativista.

A partir de meados dos anos de 1990, a economia fluminense teve um aumento de sua produção industrial, dessa maneira o desenvolvimento do estado tinha como principal elemento a indústria. A dinâmica industrial teve dois vetores principais: a reestruturação/expansão da indústria de transformação e forte expansão experimentada pela indústria petrolífera<sup>7</sup>. A construção do Polo Gás Químico, assim como o renascimento da indústria naval, são exemplos. O produto interno bruto fluminense esteve diretamente associado à trajetória da indústria extrativa mineral, cuja principal empresa em operação era Petrobras, mesmo após a quebra do monopólio de exploração do petróleo no ano de 1997.

A presença de grandes empresas estatais e seu investimento em infraestrutura no estado serviria à atração de novos investimentos privados. Num esforço articulado entre governo do estado, prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e representantes de entidades de representação empresarial (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Associação Comercial do Rio de Janeiro), o governo federal priorizou três projetos considerados fundamentais para economia da região: A ampliação do Porto de Sepetiba, a construção de um Teleporto e do Polo Gás Químico do Rio de Janeiro.

A conjuntura e os acontecimentos nos levaram a investigar a atuação sócio-política do empresariado fluminense, dando destaque as suas principais entidades, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e aos grupos que porventura tenham tido alguma relação com estas, como o Ipiranga e Monteiro Aranha. Para tanto, nos debruçamos no diálogo entre os governadores do Rio de Janeiro com o governo central, a partir dos interesses do empresariado local.

Destacamos, ao longo da discussão, o papel dos fundos de investimento dos bancos Icatu, Garantia, Bozzano Simonsen e Pactual, que serviriam de correias de transmissão do grande capital internacional na região. A articulação de empresas estatais federais com iniciativa privada vislumbrava a criação de um mercado regional dotado de infraestrutura

---

<sup>7</sup> SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2012, p. 185.

necessária no âmbito de comunicações e fluxo de mercadorias, materializadas pelo Teleporto e pela ampliação do Porto de Sepetiba.

Se debruçar sobre o tema empresariado, traz à luz sua percepção e a atuação com objetivo de defender os interesses em jogo, conforme a conjuntura, possibilitando a identificação do posicionamento desses agentes econômicos em questões de relevância nacional, como por exemplo, a inflação. Em suma, discutir seu *modus operandi* torna possível identificar os desdobramentos da agenda neoliberal a partir da perspectiva dos interesses do empresariado fluminense e, concomitantemente, vislumbrar sua forma de participação política. Sua própria história revela rupturas e continuísmos ao longo do tempo, mas, principalmente, a adaptação em função de conjunturas política e econômica.

O empresariado industrial se consolidou, num contexto de centralização política e esvaziamento do parlamento entre as décadas de 1930 e 1940, por meio do modelo corporativo de intermediação de interesses. A partir de 1945, já era possível identificar a consolidação econômica desta fração da classe dominante<sup>8</sup>, conquistando, assim, espaço político em relação à outra camada, representada pelo setor agroexportador. É nessa conjuntura que os empresários adaptaram-se ao corporativismo varguista, conjugando organizações oficiais (sindicatos, federações e confederações patronais) com associações setoriais independentes<sup>9</sup>, formando um sistema dual de interesses.

Esse sistema tinha aproximação com o aparelho burocrático estatal, fato que permitia a abertura de arenas de negociação entre a elite técnica do Estado e empresários. O executivo era o *locus* privilegiado de discussão das demandas da classe empresarial e perdurou sob viés de acumulação de capital de substituição de importações até o final da década de 1970. Seus desdobramentos foram a marginalização da mediação partidária, a fragmentação de articulação de demandas, a falta de negociação interclasses (entre empresários e trabalhadores) e a perspectiva de resolução de interesses de curto prazo, excluindo projetos de médio e longo prazo.

O modo de ação do empresariado fora impactado pela abertura política e pelo esgotamento do modelo de substituição de importações. Segundo Brasílio Sallum Júnior, o epicentro da crise do Estado desenvolvimentista reside na incapacidade de pagamento da

---

<sup>8</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 15.

<sup>9</sup> DINIZ, Eli, e BOSCHI, Renato. *Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil*. XVI Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. 1992. p. 4.

dívida externa no início da década de 1980<sup>10</sup>. Isso evidenciou a necessidade de mudança no caráter do padrão de acumulação de capital, engendrando a necessidade de um rearranjo da articulação da classe empresarial com a nova perspectiva, o neoliberalismo. Os desdobramentos desse novo contexto econômico consistiam na mudança do paradigma desenvolvimentista para outro de ordenamento condizente com a escola econômica neoclássica, visto a alteração do papel do Estado no campo econômico.

Frações das classes dominantes procuraram se adaptar ao novo modelo de acumulação de capital costurando relações no âmbito político. Revelou-se importante, para o período, o formato organizativo dos empresários fluminenses. Dentre suas entidades representativas, estavam a ACRJ e a FIRJAN. Ambas tem origens que se remetem ao século XIX. As atividades da primeira envolvem interesses financeiros, comerciais e industriais. A história da ACRJ é marcada pela construção de estratégias e práticas frente aos grupos organizados da sociedade civil, disputando e assegurando sua presença no Estado. Já a FIRJAN, lida especificamente com questões voltadas à indústria do território do Rio de Janeiro.

A ACRJ atuava, e ainda atua, como interlocutora entre os empresários fluminenses e os governos federal, estadual e municipal, identificando oportunidades de negócios. Fundada em 9 de setembro de 1834 com o nome de Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP). Recebeu a denominação atual em 11 de dezembro de 1867. Foi liderança inconteste na fundação da Federação de Associações Comerciais no Brasil (FACB), em 1912, e pela criação do Conselho Superior do Comércio e da Indústria e do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923<sup>11</sup>. A entidade foi considerada Órgão Técnico e Consultivo do Governo Federal, prestando serviço no estudo, debate e apresentação de soluções para os problemas que se relacionam à economia nacional, de acordo com o Decreto Federal n.º 6348 de 26/09/1940, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. A entidade empresarial é composta por uma Assembleia Geral, um Conselho Superior, um Conselho Diretor, uma Diretoria Administrativa, um Conselho Fiscal, um Conselho Técnico e uma Comissão de Sindicância, além dos Conselhos Empresariais.

Ao se debruçar sobre a estrutura da entidade, é notável uma linha conservadora no seu processo decisório, representada pelo Conselho Superior, contudo, existe um certo dinamismo

---

<sup>10</sup> SALLUM JÚNIOR, Brasília. “*Metamorfozes do Estado Brasileiro no início do século XX*”. In; revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 n.º 52 junho. 2003, p. 36.

<sup>11</sup> VIERA, Nívea Silva. *A ACRJ, o Porto e a cidade do Rio de Janeiro: redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro e da Zona portuária (1869-1938)*. Texto para discussão, n.º 21, Laboratório de História Econômico-Social. p. 3.

com a conjuntura, na medida em que possui conselhos que dialogam com diversos temas de interesse empresarial.

Como um órgão de caráter permanente, o Conselho Superior é composto de 75 sócios grandes beneméritos e beneméritos, do presidente e dos ex-presidentes da ACRJ. Sua principal atribuição é eleger, de três em três anos, no mês de maio, o presidente, os dois vice-presidentes e o secretário da associação. A diretoria administrativa, órgão executivo da ACRJ, é formada pelo presidente, por dois vice-presidentes e por 25 diretores de departamentos. Entre outras atribuições, cabe à diretoria administrativa gerir o pessoal, o material, a ordem interna, o patrimônio, a economia e as finanças da associação.

Os Conselhos Empresariais são dedicados ao planejamento de ações que visam ao desenvolvimento sustentável da região metropolitana do Rio de Janeiro e do interior do estado, e, por extensão, ao desenvolvimento da economia fluminense. Esses conselhos tratam de temáticas diversas: Assuntos Jurídicos e Tributários; Comércio de Bens e Serviços; Comércio Exterior; Cultura; Educação; Energia; Ética; Jovens Empreendedores; Logística e Transporte; Meio Ambiente; Micro e Pequena Empresa; Políticas Econômicas; Relações do Trabalho; Responsabilidade Social; Segurança Pública e Cidadania; Telecomunicações; e Turismo Pró-Rio. O amplo arco de temáticas tocadas pelos Conselhos enseja um alto grau de diálogo com diferentes atores, sejam do âmbito político ou econômico.

A despeito da participação ativa dos sócios, exceto os das categorias de sócio-honorário, cooperador e correspondente, a Assembleia Geral serve como um lócus de decisão sobre o funcionamento da ACRJ. De dois em dois anos, no mês de maio, a Assembleia elege os membros do conselho diretor e do conselho fiscal. O conselho diretor é o órgão de supervisão geral da ACRJ, e seus membros são considerados diretores da instituição. Esse conselho é composto pelo presidente da associação e por sócios individuais de diversas categorias. Enquanto o conselho fiscal é composto de cinco membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Esse órgão emite pareceres anuais sobre as contas da diretoria e sobre o orçamento anual, cuja execução fiscaliza.

O conselho técnico é constituído pelo presidente da ACRJ e por até 20 membros por ele escolhidos, com a aprovação da diretoria administrativa, pertencentes ou não aos quadros da associação. A comissão de sindicância é um órgão auxiliar da administração, composto de cinco membros escolhidos anualmente pela direção administrativa. A entidade ainda possui 12 câmaras bilaterais de Comércio Exterior, dedicadas à promoção de trocas comerciais e culturais, e ao estreitamento dos laços de cooperação entre o Brasil e os demais países,

aproximando empresários e governos, e com isso fomentando o comércio e a amizade entre os países<sup>12</sup>.

A história da FIRJAN diverge da ACRJ no que tange à sua formação e atuação. Junto ao Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), defende e coordena os interesses da indústria do Rio do Janeiro. Ao longo tempo, o CIRJ recebeu sucessivamente os nomes, de Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no momento da fundação, em 1827, de Centro Industrial do Brasil (CIB), em 1904, e de Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), em 1931. Em 4 de fevereiro de 1943, como prova do reconhecimento de sua importância enquanto associação civil, passou a ser reconhecida, por meio do decreto nº 11.493 órgão técnico e consultivo do poder público nas questões pertinentes aos interesses da indústria<sup>13</sup>.

A FIRJAN foi constituída oficialmente em 16 de março de 1975 como associação sindical de âmbito estadual, com sede e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro. Seus fins são o estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas da indústria, dentro dos limites da base territorial do atual estado do Rio de Janeiro. A entidade resulta da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 (Lei da Fusão do Estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro), a qual preconizou a absorção dos acervos de duas entidades sindicais, extintas em 15 de março de 1975, a saber: a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ). A primeira dessas entidades fora fundada em 27 de novembro de 1937 com o nome de Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), e recebera sucessivamente as denominações Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIDF) e Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (Fiega). A segunda — FIERJ — funcionava desde 1950 com sede na cidade de Niterói e jurisdição no antigo território fluminense.

A fusão trouxe à cena um embate político, visto a Fiega ter maior volume político, enquanto a FIERJ detinha maior conhecimento das necessidades do território fluminense. Nas negociações, o último presidente da FIERJ, Jair Nogueira, cedeu a presidência da Federação das Indústrias do novo estado do Rio de Janeiro a Mário Leão Ludolf, da Fiega, assumindo como vice-presidente na primeira diretoria da Firjan-CIRJ em 1975. Mario Leão Ludolf fora

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-comercial-do-rio-de-janeiro-acrj>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

<sup>13</sup> CALICCHIO, Vera. CIRJ (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

presidente dessa instituição até 1980, logo após, Artur João Donato<sup>14</sup> elegeu-se para o respectivo cargo na FIRJAN e, simultaneamente, no CIRJ. Em sua gestão, Donato criou o sistema Firjan, o qual engloba a própria federação, o CIRJ, o Senai-Rio (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi-Rio (Serviço Social da Indústria) e o Instituto Euvaldo Lodi<sup>15</sup>. Donato também aumentou a representação de empresários do interior do estado na FIRJAN, assim como o número de escolas do Senai nos municípios fora da região metropolitana. Depreendemos, nesse sentido, que a criação do sistema visava o fortalecimento da indústria fluminense por meio de diferentes frentes.

A FIRJAN, além de nutrir o desejo incentivar a indústria do interior do estado, que não teve atenção durante a gestão de Ludolf, tem a função de desenvolver e coordenar estudos, pesquisas e projetos para orientar as ações de promoção industrial e novos investimentos no estado do Rio de Janeiro. Seus Conselhos Empresariais e Fóruns Empresarias discutem tendências e lançam diretrizes para ações de apoio e assessoria às empresas. O CIRJ possibilita às empresas a ela associadas acessar, em condições diferenciadas e com um atendimento personalizado, os serviços oferecidos pelas cinco instituições integrantes do Sistema FIRJAN. O Senai promove a capacitação tecnológica das empresas, por meio de programas de assessoria técnica e tecnológica e de formação profissional, além da qualificação e especialização de trabalhadores em todos os níveis. O Sesi tem o objetivo de promover ações para a promoção da saúde, educação, esporte, lazer e cultura direcionadas aos trabalhadores e às comunidades em que estão inseridos. Ele atua também nas áreas de saúde ocupacional, segurança do trabalho e meio ambiente. Enquanto o Instituto Euvaldo Lodi promove a capacitação empresarial e dá apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Concomitantemente, realiza o trabalho de integração entre indústrias, universidades e instituições de pesquisa no estado do Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

ACRJ e FIRJAN exerciam papéis complementares, e representavam um setor produtivo que havia sido líder até a 1ª Guerra Mundial. O evento internacional foi um divisor de águas na economia do Rio de Janeiro, pois a produção da sua indústria tradicional era pautada na importação de matéria-prima. Custos mais altos, como transporte, energia e salários também passaram a dificultar a concorrência com outras regiões ricas do país. O

---

<sup>14</sup> MARQUES, Teresa Cristina. Artur João Donato (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

<sup>15</sup> CALICCHIO, Vera. CIRJ (verbete). *Op Cit*.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm>>. Acesso em 13 abr. 2014.

momento de mudança, trouxe, a reboque, a diversificação industrial no estado, contudo não foi mantido o ritmo de crescimento anterior, desta maneira não alcançando o elevado nível da indústria paulista<sup>17</sup>. Ao contrário de São Paulo, onde os industriais se retiraram da Associação Comercial de São Paulo, em 1928<sup>18</sup>, no Rio de Janeiro manteve-se a convivência organizativa entre industriais e comerciantes. Na década de 1980, tal proximidade entre diferentes entidades empresariais do Rio de Janeiro se materializam na atuação de Amaury Temporal.

O empresário foi um industrial, sendo sócio-gerente da Temporal S.A. Indústria de Isolantes Térmicos e Refratários, e, em 1982, criou um banco de negócios chamado RioPart, Participações e Empreendimentos S.A., que tinha a participação dos maiores empresários do Rio de Janeiro<sup>19</sup>. Atuando do setor produtivo e de negócios, nas décadas de 1980 e 1990, esteve, concomitantemente, em posições-chave na ACRJ e FIRJAN, como presidente da primeira e vice-presidente da segunda.

Em 1985, Temporal foi eleito presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Ao ser empossado no cargo, assumiu automaticamente as presidências da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Rio de Janeiro (FACIARJ), como previsto no estatuto das entidades até aquele ano. Em 1989, elegeu seu sucessor, Rogério Valente, que, em função de uma contenda judicial, fundou a Confederação Nacional de Associações Comerciais. Depois de sua gestão à frente da CACB, Amaury Temporal tornou-se presidente honorário da Confederação, além de membro dos conselhos Superior e de Estudos Estratégicos da ACRJ e grande benemérito da entidade. Em 1995, criou a FTX Consultoria Econômica. Dois anos depois, assumiu o cargo de diretor do Centro Internacional de Negócios da FIRJAN e tornou-se membro do Conselho Consultivo da Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira e do Conselho Superior da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. Em 1998, foi eleito presidente da Comissão de Comércio do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e, em dezembro do ano seguinte, passou a integrar o Fórum de Líderes do Mercado Comum do Sul, do Instituto Fórum de Líderes Empresariais da Gazeta Mercantil<sup>20</sup>.

A atuação de Temporal na ACRJ e na FIRJAN parece ser a marca do empresariado fluminense nas décadas finais do século XX. Caracterizado por uma espécie de hibridismo, no

---

<sup>17</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 212-213.

<sup>18</sup> GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p.47.

<sup>19</sup> Revista da ACRJ. Nº 1181. Ano 1982. p. 72.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temporal-amaury>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Rio de Janeiro, há uma inclinação para os negócios, por parte dos capitais menos potentes, e a concentração de capital no processo produtivo.

No respectivo período, destaca-se o início do processo de desindustrialização nacional, efeito de um processo de acumulação incapaz de promover a homogeneização econômica e social, mantendo traços econômicos e sociais, a debilidade das contas externas e inflação latente<sup>21</sup>. A participação da indústria no PIB foi reduzida de 42,3% em 1985 para apenas 31,4% em 1995. Tal queda foi basicamente o resultado da redução da participação da indústria de transformação, que reduziu de 31,62% em 1985 para 20,60% em 1995. Esse processo foi causado pelas mudanças pelas quais passou a economia brasileira no final da década de 1980 e início da década de 1990, a saber: aumento da competição interna e externa, causado pela abertura comercial e financeira, privatização em diversos segmentos industriais, e sobrevalorização da taxa real de câmbio no período 1995-1998<sup>22</sup>.

Tal conjuntura, em processo dinâmico de mudança, deu a tônica das discussões sobre recessão, dívida externa e estabilidade econômica, de modo a constituir uma agenda que mantivesse o status quo. O empresariado fluminense discutiu exaustivamente formas de promover o crescimento econômico do estado do Rio de Janeiro nessa conjuntura econômica. Seus desdobramentos e efeitos iriam influir de forma incisiva na política e economia entre 1990 e 2002. Esses pontos são a chave para o delineamento e avanço da agenda neoliberal no Brasil. A partir deste contexto, suscitamos a seguinte questão: Como foi realizada a articulação entre o empresariado fluminense, capital internacional, governos federal e estadual para realização de seus projetos de desenvolvimento econômico no estado do Rio de Janeiro?

Nossa hipótese é que a manutenção do status quo de uma parcela do empresariado do Rio de Janeiro decorreu da associação entre Estado, grande capital e interesses regionais. O investimento de empresas estatais atrairia o capital estrangeiro, o que proporcionaria uma capacidade de criação de valor face à crise do capital. Nesse contexto, a Petrobras ainda seria sócia do capital doméstico no maior empreendimento do estado, O Polo Gás Químico.

Na outra ponta, políticas públicas (obras de expansão do fornecimento de água, saneamento, habitação e viárias) da prefeitura e do estado do Rio de Janeiro serviriam de instrumento para acumulação de capital na região via financiamento de longo prazo de agentes financeiros internacionais (principalmente, BIRD e BID), ao passo que serviria de expansão à indústria em direção ao interior.

---

<sup>21</sup> CANO, Wilson. *A Desindustrialização no Brasil*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, 2012. p.3.

<sup>22</sup> OREIRO, José Luís e FEIJÓ, Carmem A. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Revista de Economia Política, vol30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010. p. 225.

O argumento se sustenta na crise do capital ocorrida no início da década de 1970, a qual mudou o padrão de acumulação de capital, o que provocou um alto grau de endividamento da economia mundial, tornando hegemônico o capital financeiro. A expansão/acumulação é uma necessidade e, ao mesmo tempo, um defeito estrutural do sistema capitalista<sup>23</sup>, o que cria um constante ambiente de disputa hegemônica pelo controle do capital. Com a ameaça a sua hegemonia, os EUA catalisaram uma grande parcela de dólares em circulação no mundo por meio do aumento da taxas de juros de sua dívida pública no final da década de 1970. Isso tornou o crédito mais caro para os países periféricos, criando a crise da dívida externa. Nesse sentido, observamos que a manutenção da hegemonia americana se dá por seu endividamento que, por conseguinte, será deslocado para a periferia, em função do alto grau de dependência tecnológica, e, especialmente, econômica desses países.

No caso brasileiro, o financiamento ocorre a partir do Estado, que ocupa lugar central. Isso ocorre pela posição dos títulos públicos na estrutura do sistema econômico. Diferente dos países centrais da Europa ou EUA, onde o capital financeiro formou-se nas mãos de grandes corporações, concentradas e centralizadas, o Brasil criou fundos públicos, iniciados pela emissão de Letras do Tesouro Nacional, no governo João Goulart<sup>24</sup>. Os fundos ensejam a dívida pública, que financia a expansão da atividade privada. Dito de outro modo, o Estado tem um papel fulcral na acumulação de capital. Isso tem desdobramentos na própria extração de mais valor por meio da carga tributária, mantendo as taxas de lucro em níveis aceitáveis, assim servindo à transferência de valor para burguesia externa e interna, que se associam por meio do prisma político-jurídico-cultural.

Em síntese, entendemos que existe uma articulação entre agentes políticos e econômicos internos com o grande capital para a manutenção do sistema capitalista, no qual o Estado se endivida em ritmo exponencial para manutenção do status quo de frações da classe dominante. Contudo, tal endividamento não cria (e nem se propõe a criar) valor suficiente para o pagamento da dívida, ao contrário, debilita cada vez mais o Estado, provocando uma nova forma de dependência econômica, que se desdobra no desmonte gradativo de políticas públicas, assim como na dilapidação do patrimônio público. Para a discussão que propomos, são elementos-chave o papel do Estado e a dívida pública.

---

<sup>23</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 139.

<sup>24</sup> FARIA, Luiz Augusto. *Uma análise de história monetária para a inflação brasileira*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994. p. 167-168.

Dividida em quatro capítulos, nossa discussão propõe atingir os seguintes objetivos: demonstrar a articulação para construção do Pólo Gás-Químico, importante projeto para o desenvolvimento econômico da região no contexto da globalização; identificar a percepção e o modo de ação do empresariado fluminense frente a uma agenda neoliberal; identificar de que maneira o projeto estatizante de Brizola foi desconstruído no Rio de Janeiro com o consenso do empresariado fluminense; identificar o impacto na economia do Rio de Janeiro provocado pelo alinhamento entre Marcelo Alencar e Fernando Henrique Cardoso; identificar o projeto do empresariado fluminense, e confrontá-lo com as alianças entre empresários, poder legislativo e executivo no estado do Rio de Janeiro; identificar que o ponto central do projeto de desenvolvimento do Rio de Janeiro tem como faceta principal a associação entre o capital internacional junto a agentes econômicos locais, ambos impulsionados pelo apoio direto ou indireto do Estado.

No capítulo 1, Crise do sistema capitalista e dívida externa, um caminho para o neoliberalismo, abordamos a forma em que foi delineado e os aspectos do pensamento neoliberal. Em seguida, discutimos a transição e a construção da nova agenda econômica de caráter globalizante, que tem desdobramentos no *modus operandi* do empresariado local.

No capítulo 2, O Rio de Janeiro como modelo de desenvolvimento para o capital, a discussão foi em torno da aliança da ACRJ com as proposições do Banco Mundial, além de seus desdobramentos no estado e sua capital, e da participação do governo Brizola numa conjuntura de avanço do capital transnacional.

De modo a dar sequência ao papel do capital transnacional no estado do Rio de Janeiro, no capítulo 3, Projeto Regional Fluminense: atores políticos e econômicos, buscamos demonstrar a relação entre bancos domésticos com grandes fundos financeiros estrangeiros, além da associação de grupos empresariais, com elevado grau de penetração na FIRJAN e ACRJ, com o grande capital internacional. O capítulo também discute o financiamento do governo federal a projetos ligados à burguesia interna e associada a empresas transnacionais.

Por fim, tratamos das privatizações das empresas estaduais no capítulo 4, A agenda privatista no Rio de Janeiro, no qual nos debruçamos sobre a estratégia do Banco Mundial, que defendia uma agenda de mercantilização de serviços públicos por meio da venda do patrimônio estatal. Nesse capítulo, demonstramos os interesses de cunho geopolítico e financeiro de países centrais sendo materializados nas ações do governo estadual.

## 1 CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA E DÍVIDA EXTERNA, UM CAMINHO PARA O NEOLIBERALISMO

A discussão sobre a temática neoliberal, seu *modus operandi* em nível regional, nos remete a crise do petróleo de 1973. Epicentro de uma crise estrutural do sistema do capital, provocou mudanças do ponto de vista tecnológico (passagem da sociedade industrial para a da informação), que implicou numa nova lógica de criação de valor, assim como permitiu a sobreposição do capital financeiro sobre o industrial, aumentando as taxas de exploração, uma vez que o capital creditício (ou especulativo) é apenas a expectativa de sua própria transformação em mercadoria. Em outras palavras, atividade improdutiva exercida pelo capital bancário passa a ser gestora do processo de produção, desfazendo equilíbrio instituído na conferência de Bretton Woods, no qual investimento, emprego e produção formavam um círculo virtuoso.

O sistema BrettonWoodds foi criado para resolver problemas críticos no sistema financeiro internacional ainda em 1944<sup>25</sup>. Faziam parte desse sistema as instituições financeiras de atuação em escala global, e com sede nos EUA, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Na conferência, realizada em Bretton Woodds, ficara estipulado o padrão dólar-ouro, cujo funcionamento consistia na cotação fixa do dólar em ouro. Cada onça troy de ouro correspondia a 35 dólares. Os EUA deveriam manter suas reservas de ouro equivalentes ao montante de moeda nacional em circulação para o funcionamento do padrão dólar-ouro. Contudo, ainda na década de 1960, os parceiros dos EUA perceberam que não havia como os americanos manterem o ritmo de importações e investimentos externos e ainda garantir ouro para lastrear o dólar. Houve pressões também da indústria norte-americana exigindo a desvalorização do dólar, tornando o padrão inviável do ponto de vista econômico, tanto no âmbito interno dos EUA, quanto no externo. Assim, no início da década de 1970, o padrão dólar-ouro seria cancelado pelo então presidente Nixon<sup>26</sup>, inaugurando o padrão dólar-

---

<sup>25</sup> The Bretton Woods Committee. <<http://www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions>>. consultado em 04 de agosto de 2013.

<sup>26</sup> LOURENÇO NETO, Sydenham. *Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70*. Revista História e Luta de Classes. 2013. Nº 16. p. 3.

flexível que, resumidamente, proporcionou aos EUA a vantagem de imprimir moeda sem lastro, o que se desdobrou nos déficits gêmeos, orçamentário e comercial.

A estratégia para combater os déficits foi atrair o capital para Wall Street. O governo norte-americano estimulou o aumento da competitividade das empresas norte-americanas e o aumento da taxa de juros<sup>27</sup>. As ações tiveram como desdobramento o recrudescimento do avanço de empresas transnacionais em escala global e aumento do grau de dependência da periferia, do ponto de vista do financiamento.

Por ser o Estado nacional mais rico e industrializado do planeta, assim detendo a hegemonia financeira global, os EUA eram (e ainda são) o destino principal do capital financeiro. Investir na dívida pública norte-americana com juros mais altos significa aumentar a rentabilidade do capital investido com segurança. Contudo, seu efeito é a diminuição vertiginosa do financiamento internacional. Com menos dinheiro em circulação, o crédito torna-se mais caro, prejudicando países da periferia altamente dependentes de capital externo. Esse conjunto de fatores provocou a crise da dívida externa.

A crise da dívida externa foi contraproducente ao consenso keynesiano estabelecido pelo sistema Bretton Woods. O consenso era baseado no crescimento dramático da importância dos gastos públicos, que constituía um estabilizador importante da demanda agregada (quantidade de bens e serviços que os domicílios, o governo e as empresas desejam adquirir em função do nível geral de preços), garantindo um piso para o nível de atividades, objetivando a segurança econômica dos cidadãos<sup>28</sup>.

Por condições estruturais, ou seja, em razão da mudança da lógica de acumulação de capital, que passava por uma transição gradativa de um modelo pautado na hegemonia da produção para a financeira, o consenso keynesiano perdeu força. Nessa nova conjuntura, a organização/difusão do pensamento da escola austríaca foram as condições para projeção e implementação de um projeto neoliberal, a globalização. Deste modo, defendemos a ideia de que ocorre um recrudescimento do processo de exploração do centro em relação à periferia. Em nível regional, há mudança na estrutura econômica do Rio de Janeiro, que passa a pautar investimento com vistas à exportação, na segunda metade da década de 1980, em detrimento de seu mercado interno.

De modo a resolver o problema da falta de investimento externo, o desenvolvimento econômico nacional seria pautado na resolução do problema da dívida externa. Em 1989,

---

<sup>27</sup> VAROUFAKIS, Yanis. Op. Cit., 2016. p.132.

<sup>28</sup> CARVALHO, Fernando Cardim de. *O retorno de Keynes*. Revista Novos Estudos, nº 83, Cebrap, 2009. p. 93.

Plano Brady e o Consenso de Washington formulariam políticas de modo a garantir a hegemonia do capital financeiro, sob a tutela dos EUA. Nesse sentido, o empresariado Rio de Janeiro se organizou no sentido de promover uma transição a partir de um modelo de desenvolvimento singular no Brasil, que alinhava empresas estatais e interesses do grande capital.

### 1.1 O caminho da ideologia neoliberal

A Segunda Grande Guerra, vista de uma perspectiva econômica, foi resultante do recrudescimento de uma acelerada atividade de expansão e acumulação de capital, determinantes estruturais do capital<sup>29</sup>. Ao limite, significou uma resposta à crise econômica de 1929, derivada de um processo de superprodução. O desequilíbrio entre oferta e demanda engendrou o acirramento da disputa de economias nacionais por mercado. Os imperativos do mercado (competição, expansão e acumulação)<sup>30</sup> demarcaram e causaram desequilíbrio dentro do próprio sistema capitalista. A Grande Depressão e a experiência do nazi-fascismo colocaram sob suspeição o liberalismo econômico. O colapso de mecanismos econômicos, aqui estamos nos referindo ao padrão-ouro, demonstrava a quebra da hegemonia britânica no sistema internacional<sup>31</sup>. Não foi à toa que antigas e novas potências emergentes, à época, protagonizaram o cenário do maior conflito armado da história da humanidade.

A partir de 1944, o equilíbrio do sistema capitalista, pelo menos na Europa, ocorre por meio de uma agenda social-democrata. Intervenção estatal a favor do pleno emprego, assim como o aumento de outras políticas públicas (distribuição de renda num regime fiscal progressivo); grandes empresas seguindo planos de crescimento, dimensionando mercado e introduzindo inovações, e a liberalização de partidos políticos são exemplos de um novo ciclo de expansão do capital, a economia da demanda efetiva, que significa a igualdade entre oferta e demanda prevista em um único ponto de equilíbrio, no qual tanto a oferta quanto a demanda

---

<sup>29</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo:Boitempo, 2002.p. 138.

<sup>30</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.p. 78.

<sup>31</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Finança global e ciclos de expansão*. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (organização: José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 2012.p. 97.

agregadas são definidas a partir da mesma decisão tomada pelo conjunto dos empresários<sup>32</sup>. Havia um círculo virtuoso entre gasto público, oferta de crédito barato, investimento privado e estabilidade financeira. A estabilidade econômica era dada pelo crédito dirigido à acumulação produtiva e pela regulamentação financeira, que visava a proteção dos bancos centrais em relação às instabilidades nos mercados de capitais.

O sistema de Bretton Woods, cuja finalidade era resolver problemas críticos no sistema financeiro internacional<sup>33</sup>, era a materialização do consenso sobre o novo *modus operandi* do capitalismo. Seu fulcro era dado pela criação de instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Na conferência realizada em Bretton Woods ficara estipulado o padrão dólar-ouro, cujo funcionamento consistia na cotação fixa do dólar em ouro. Cada onça troy de ouro correspondia a 35 dólares. Os EUA deveriam manter suas reservas de ouro equivalentes ao montante de moeda nacional em circulação para o funcionamento do padrão dólar-ouro<sup>34</sup>.

Sob o ponto de vista conservador, a intervenção do Estado na economia era tida como deformação do liberalismo. Friedrich August Von Hayek publica, em 1944, “O Caminho da Servidão”, inaugurando a corrente de pensamento neoliberal. A crítica à intervenção do Estado na economia é preocupação central da obra. Hayek utiliza como base argumentativa dois exemplos de intervenção estatal, a de caráter fascista e o comunista. Segundo o autor, há um conflito entre as liberdades individuais e o coletivismo na medida em que se negam a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são autônomos<sup>35</sup>. Há um fatalismo ditatorial em sua concepção sobre o desenvolvimento econômico, enquanto em junção entre política e economia. Hitler seria o exemplo notório de uma imposição de uma ordem econômica coletiva com a supressão da democracia. Utilizando como parâmetro a economia planejada, tinha a convicção de que a eficácia econômica estava na separação entre política e economia, que deveria ser confiada a especialistas, funcionários permanentes ou organismos autônomos e independentes<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup> KLAGSBRUNN, Victor Hugo. *Demanda efetiva e salários: uma teoria sem mercados*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, 1996. p.186.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

<sup>34</sup> LOURENÇO NETO, Sydenham. Op. Cit., 2013. p. 3.

<sup>35</sup> HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1994, p. 75.

<sup>36</sup> Idem. p. 80.

Nesse sentido, fazia a defesa da libertação das autoridades dos grilhões representados pela ordem democrática<sup>37</sup>. Colocar a economia a parte das discussões políticas, dando autonomia a um determinado grupo de “especialistas”, demonstra a defesa da liberdade que deveria ser dada ao capital. Isso reforça a ideia de centrar as relações no mercado. Essa postura, de colocar a economia a parte das discussões políticas, ficará em evidência no Brasil, na década de 1970. Em termos dialéticos, há uma inversão. Ocorre a coisificação dos sujeitos e a fetichização das relações humanas. Não há uma libertação das consciências individuais em prol de uma coletividade<sup>38</sup>, mas uma separação, um processo de individuação.

A penetração do neoliberalismo na universidade, assim como sua aceitação no seio social, só ganha força a partir da década de 1970, seu laboratório foi regime ditatorial de Pinochet, em 1973. No Chile, doutrina econômica neoliberal seria arquitetada pelos Chicago Boys, economistas formados na Universidade de Chicago sob a orientação de Milton Friedman. A situação de recessão e inflação, que caracterizou a economia mundial no respectivo período, permitiu a retomada das teorias monetaristas, que, em linhas gerais, tinham as seguintes características: suposição da ação racional por parte dos agentes econômicos; reforço da crença no rigor permitido pelo instrumental matemático e econométrico; e a ideia de que o mercado deve funcionar com reduzida intervenção do Estado<sup>39</sup>.

Quem trilha o caminho para difusão e consenso do neoliberalismo, assim como incentiva sua penetração nas universidades é a Sociedade Mont Pélerin, a partir de 1947, com um grande aparato de propaganda ideológica, de política acadêmica e de coordenação de políticas econômicas<sup>40</sup>. A atividade acadêmica em centros universitários europeus, asiáticos e australianos, o domínio do Prêmio Nobel de economia da década de 1970 até a de 1990, o papel de divulgação exercido por Institutos Liberais, e o fim do ciclo de expansão do capital iniciado no pós-guerra, criaram um ambiente político propício ao ataque à hegemonia keynesiana.

Ainda na década de 1960, os parceiros dos EUA perceberam que não havia como os americanos manterem o ritmo de importações e investimentos externos e ainda garantir ouro

---

<sup>37</sup> Idem. p. 83.

<sup>38</sup> MÉSZÁROS, István. *Marx “filósofo”*. In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.p. 166.

<sup>39</sup> LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 70.

<sup>40</sup> SANTOS, Theotônio dos. “*O Neo-Liberalismo como Doutrina Econômica*”. Rio de Janeiro, texto para discussão, nº 32, 2002.p. 12.

para lastrear o dólar. Houve pressões também da indústria norte-americana exigindo a desvalorização do dólar. Ou seja, esse padrão tornara-se inviável do ponto de vista econômico tanto no âmbito interno dos EUA, quanto no externo. Assim, no início da década de 1970, o padrão dólar-ouro seria cancelado pelo então presidente Nixon<sup>41</sup>.

Sob o ponto de vista do processo de acumulação do capital, trata-se de uma fase de estagnação, na qual os juros são relativamente baixos, pois a demanda por dinheiro diminui em função da velocidade de circulação das mercadorias ser diferente da do próprio capital, daí a causa do desequilíbrio no sistema. Essa é a fase do ajuste tecnológico, de mudanças organizacionais e institucionais<sup>42</sup>.

Nessa conjuntura, o primeiro choque do petróleo é uma reação ao fim do padrão dólar-ouro. O preço do ouro foi liberado. O barril de petróleo em 1972 custava em média U\$ 1,82, enquanto a onça de ouro equivalia a U\$ 120 em 1973. Neste mesmo ano, após reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) o preço do barril disparou alcançando U\$ 22. Embora não tão bem sucedida, a ocorrência do primeiro choque do petróleo vislumbra o restabelecer a relação anterior petróleo-ouro<sup>43</sup>. A crise do petróleo irrigou os bancos europeus de petrodólares. O dinamismo e crescimento de economias como as do Japão e Alemanha, induzidos pela Guerra Fria, tendo os EUA como articulador preferencial, entendido como necessário para a manutenção do crescimento do capitalismo, criou um grande déficit na balança comercial americana<sup>44</sup>.

Em 1979, o preço do ouro já estava em torno de U\$ 600, houve o segundo choque do petróleo com a OPEP reduzindo as cotas de produção dos seus países membros e o preço do barril de petróleo alcançaria o valor de U\$ 89, fato que se desdobrou numa recessão mundial, pois essa fonte de energia considerada barata no início da década de 1970, em menos de 10 anos alcançou o teto histórico de seu valor de mercado, até então. É a partir desse ponto, que nos remetemos novamente à liquidez no mercado financeiro mundial.

Devido ao aumento substancial do preço do petróleo na década de 1970, os países produtores de petróleo passam a investir o excedente de capital no mercado financeiro, especialmente o europeu, esse fato refletiu na manutenção das taxas de juros no mundo em torno de 2% com a canalização de petrodólares para bancos europeus. Essa taxa baixa de juros

---

<sup>41</sup> LOURENÇO NETO, 2013, Op. cit., 2013. p. 3.

<sup>42</sup> HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

<sup>43</sup> LOURENÇO NETO, Op. cit., 2013. p. 5.

<sup>44</sup> FIORI, José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul*. Rio de Janeiro: Revista Oikos, nº 8, ano VI, 2007.p. 84.

estimulou o endividamento, em especial de países de terceiro mundo, dentre eles o Brasil, para manter o chamado “milagre econômico”<sup>45</sup>. O novo projeto imperial norte-americano se organizaria no sentido da desregulamentação financeira, abandonando o Sistema Bretton Woods, com a criação do sistema monetário do dólar-flexível.

Os EUA articulam um forte expansionismo militar ao redor do planeta (iniciado na década de 1970, e intensificado com o fim da Guerra Fria, em 1991) articulado ao processo de desregulamentação do mercado de capitais, estrutural na defesa da doutrina neoliberal, com objetivo de provocar o crescimento econômico a partir de constantes déficits contraídos a partir de títulos de sua dívida pública.

Entendemos que o valor<sup>46</sup> criado a partir da extração de petróleo e de processos produtivos de grandes potências (Alemanha e Japão, principalmente), foi revertido em crédito, ou seja, em forma de dívida pelos EUA em 1979, quando seu banco central aumentou os juros de forma substancial<sup>47</sup>. Tal dívida, secou o mercado financeiro, obrigando os países da periferia a contrair dívidas com juros exponenciais, acarretando na crise da dívida externa da década de 1980. Em outras palavras, na prática era a exportação da dívida americana à periferia, cujas condições de competição, expansão e acumulação eram reduzidas em função de suas economias nacionais não serem capazes de conduzir um processo de acumulação de capital compatível com o de países centrais, principalmente no que toca o campo tecnológico, reestruturado a partir da década de 1970.

A desregulamentação financeira aliada aos novos processos tecnológicos tem o papel de diminuir o tempo de rotação socialmente necessário do capital<sup>48</sup>, tornando-o mais fluido. A extração de mais-valor se centraliza na cobrança de juros de títulos de dívida, exigindo uma maior quantidade de trabalho socialmente necessário para fins de pagamento que, por conseguinte, gera um novo tipo de dependência econômica, centrada no mercado de capitais.

É a materialização do ideário de Hayek, na qual as liberdades individuais, entenda-se liberdade do capital, não estão sob controle do Estado. Sua intervenção ocorre na medida em que proporciona um ambiente propício ao processo de acumulação. O Estado mudou sua forma de intervenção na economia (abertura e desregulação de mercados em função da globalização), mas, paradoxalmente, potencializou o processo de monopolização do capital,

---

<sup>45</sup> LOURENÇO NETO, Op. cit., 2013. p. 7.

<sup>46</sup> MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo:Boitempo, 2013.p. 162.

<sup>47</sup> BELLUZZO, 2012, Op. cit. p. 103.

<sup>48</sup> HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.p. 135.

aumentou o déficit público e a especulação financeira. Ao contrário da afirmação da visão liberal, o que estrutura o capitalismo é uma mobilização cada vez maior do Estado no processo econômico.

É no momento de crise do consenso keynesiano, sobretudo dos países hegemônicos, que se cria um ciclo neoliberal. O neoliberalismo é uma saída conservadora. A nova doutrina econômica recrudescer os defeitos estruturais do capitalismo, como expansão/acumulação. Após a experiência chilena, EUA e Grã-Bretanha adotam o modelo sob as administrações de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, nos anos de 1981 e 1979, respectivamente. Desregulação de mercados, privatizações, aumento de competitividade internacional, diminuição de impostos para as camadas mais ricas da sociedade e cortes em gastos públicos sintetizavam um novo momento.

Sobre a sobrevivência do mercado mundial, é importante observar as conexões entre o crash da bolsa, em 1987, nos EUA, efeito de uma grave recessão, o Plano Brady, e o Consenso de Washington, que seriam instrumentos de manutenção da ordem econômica vigente. Política e economia numa relação dialética em prol de uma hegemonia dos países centrais, tutelada sob uma nova forma de dominação.

A crise da dívida externa na periferia provocou uma grave recessão no início da década de 1980. Seu efeito deletério seria a desvalorização das moedas locais, assim reduzindo a capacidade de pagamento<sup>49</sup>. A moratória de países como Brasil e México são exemplos mais notórios. Esse estrangulamento externo era promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que pressionavam por acordos desvantajosos a governos da América Latina.

Com adoção do Plano Brady, no primeiro semestre de 1989, havia a permissão de estímulo do Banco Mundial e do FMI em oferecer garantias aos novos títulos com desconto que seriam emitidos pelos países altamente endividados. Contudo, o perfil dos empréstimos seria diverso de períodos anteriores, além de uma sensível diminuição de volume. Em seu discurso na Brookings Institution, o secretário Nicholas Brady insistiu que a securitização deveria ser feita no mercado, de forma voluntária, mas lembrou que as negociações deveriam ser realizadas segundo parâmetros estabelecidos por essas duas instituições internacionais. Elas deveriam usar recursos próprios, mas poderia haver a adesão de instituições de outros credores. Acentuou que a redução da dívida só seria assegurada a quem se conformasse às

---

<sup>49</sup> SANTOS, 2002, Op. cit. p. 40.

condicionalidades estabelecidas pelo FMI e Banco Mundial, entre as quais salientou as reformas estruturais<sup>50</sup>. Tratava-se da renegociação da dívida externa em moldes neoliberais.

Outro exemplo de intervenção político-econômica dos países centrais (tríade EUA-Europa- Japão) nos países periféricos foi o *Consenso de Washington*. EUA e suas instituições de caráter estratégico político-econômico (Departamento de Estado, Federal Reserve e Tesouro), agências multilaterais, ministérios de finanças dos demais países do G-7 (Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália) e pelos presidentes dos vinte maiores bancos internacionais tracejaram um consenso sobre mudanças de caráter estrutural que deveriam ser adotadas na periferia<sup>51</sup>. Não resta dúvida, sobre seu caráter proeminente de influência sobre nações que dependem de capital externo para desenvolvimento e pagamento da dívida externa, como o Brasil.

A dívida externa foi o instrumento de imposição do Consenso de Washington. Partindo de um falso diagnóstico, Washington acusava o modelo de industrialização de substituição de importações e a participação das empresas públicas na economia de serem os fatores que impeliram a crise econômica da década de 1980. O pano de fundo era o salvamento de grandes bancos internacionais (bancos norte-americanos tinham 180% de seu capital emprestado à América Latina)<sup>52</sup>.

Cunhado por Jonh Williamson, economista britânico do Institute for International Economics (IIE)<sup>53</sup>, o termo Consenso de Washington tinha relação com a descrição do conjunto de propostas econômicas defendidas por políticos (congressistas e membros da

---

<sup>50</sup> VÁSQUEZ, Ian. *The Brady Plan and Market-Based Solutions to Debt Crises*. Cato Journal, Vol. 16, nº 2, 1996.p. 234.

<sup>51</sup> BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. “A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?”. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 1991.p. 4.

<sup>52</sup> FILHO, Petrônio Portella. *O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington*. Revista Lua Nova,nº32, São Paulo: 1994. p. 106.

<sup>53</sup> É uma instituição privada, sem fins lucrativos, não partidária, dedicada ao estudo da política econômica internacional. Fundado em 1981, o Instituto fornece análises objetivas e soluções concretas para uma ampla gama de problemas econômicos internacionais. O Instituto patrocina eventos e produz estudos acadêmicos em uma ampla gama de formatos. Seus partícipes são ligados à política norte-americana e aos setores financeiro, industrial e de serviços. O Institute for International Economics foi fundado por Peter G. Peterson, que trabalhou no governo Nixon, responsável pela inflexão da economia global com adoção do padrão dólar-flexível. Na biografia de Peterson, destaca-se sua nomeação para o cargo de Assistente da Presidência para Assuntos Econômicos Internacionais, em 1971. Um ano depois, ele foi nomeado secretário de Comércio dos EUA. Naquela época, ele também assumiu a presidência da Comissão Nacional de Produtividade do Presidente Nixon e foi nomeado Presidente da Comissão Comercial EUA- União Soviética. Nos anos 1970 e 1980, Peterson foi presidente e CEO da Lehman Brothers, Kuhn, Loeb Inc. Em 1985, foi co-fundador do The Blackstone Group e, nas duas décadas seguintes, ajudou a transformar a empresa em uma líder global em investimentos alternativos. Disponível em: <<https://www.piie.com/about/board-directors>>, <<https://www.pgpf.org/our-founder>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

administração federal) e burocracia (instituições financeiras internacionais e Federal Reserve) da capital norte-americana. A agenda de Washington partia de três premissas, a saber: 1- Os desajustes econômicos resultam sempre do excesso de demanda oriunda do gasto público; 2- A liberalização da economia na fase de estabilização não causaria desequilíbrio econômico e nem aumentaria o fardo econômico; 3- O pagamento da dívida externa deveria ser feita no seu valor total. Desta feita, os devedores deveriam ser encorajados a realizar a estabilização de suas economias, assim com a liberalização econômica e o pagamento total de suas dívidas com os credores internacionais. Essas ações deveriam ocorrer com auxílio/fiscalização do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Com o primeiro propondo reformas no campo macroeconômico (redução do déficit da balança de pagamentos com contenção da demanda interna) e o segundo com reformas setoriais junto a um apoio técnico e financeiro<sup>54</sup>.

Williamson, em conferência promovida pelo Institute for International Economics, listou 10 tipos de políticas e reformas que foram objeto de consenso entre doutrinadores de Washington, a saber: 1- Disciplina fiscal, 2- Reordenamento nas prioridades do gasto público, 3- Liberalização financeira (livre determinação da taxa de juros pelo mercado e abolição dos controles de câmbio), 4- Manutenção das taxas de câmbio competitivas, 5- Liberalização comercial, 6- Atração de investimentos diretos estrangeiros, 7- Privatização das empresas estatais, 8- Reforma tributária, 9- Desregulamentação da economia, 10- Proteção a direitos autorais<sup>55</sup>.

Embora a dívida externa não seja debatida de forma direta no *Consenso de Washington*, pois esse foi o papel do Plano Brady, sua discussão registra o direcionamento de um modelo macroeconômico para cumprimento de acordos de pagamento da dívida, que residia, especialmente, na estabilização da economia. As reformas estruturais deveriam atender à onda conservadora, travestida de liberalização e desregulação econômicas e expansão do consumo, este promovido, principalmente, pela alta concentração de capital em poder de empresas transnacionais de alcance global.

A década de 1980 fica em evidência com a ascensão exponencial da dívida em relação ao PIB. O alto nível inflacionário e a desvalorização da moeda são as características mais marcantes. A crise da bolsa de 1987 demarca o ponto mais alto da dívida num intervalo de cinquenta anos, se levarmos em consideração o período de 1947 a 1997, ano da crise asiática. A manutenção de um patamar alto de dívida, embora controlado, entre 25% e 40%, reduziu a

---

<sup>54</sup> FILHO, Petrônio Portella. Op. Cit., 1994. p. 107-108.

<sup>55</sup> FILHO, Petrônio Portella. *O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington*. Revista Lua Nova, nº32, São Paulo: 1994. p. 109.

capacidade de investimento do Estado. Nesse ponto, entra a importância do Plano Brady e o Consenso de Washington. A saída neoliberal engendrou um processo de dependência em molde distinto do aplicado anteriormente, elevada dívida pública, resultante do processo de securitização; controle rígido dos déficits públicos pelo Banco Mundial e FMI; e oligopolização do capital por meio da globalização.

Assim, podemos depreender que a estratégia objetiva a inserção das nações periféricas neste novo modelo de acumulação de capital, no qual a lógica está no processo de globalização. Com efeito, a sociedade, as orientações ideológicas e a ordem política de diferentes países foram impactadas por esse novo arranjo econômico, que se aprofunda na década de 1990<sup>56</sup>. Desde 1979, o que emerge da conjuntura imposta pelos países centrais é um nível baixo crescimento econômico (os países da OCDE cresceram, em média, 2% e os da América Latina 0,6%, entre década de 1970 e 2003)<sup>57</sup> associado ao aumento da dívida pública. Esse perfil de acumulação de capital é mantido pela valorização das moedas dos países da periferia<sup>58</sup>. Dito de outro modo, a emissão de títulos da dívida pública mantém a estabilidade da moeda local (exigência do Consenso de Washington) com a captação de dólares no mercado pelo governo. Por seu turno, a moeda sobrevalorizada altera a balança de pagamentos, uma vez que há uma inclinação para o consumo de produtos importados.

O gráfico 1 traduz a trajetória da dívida pública brasileira em consonância com a conjuntura externa. Nota-se o início de um aumento abrupto logo após o aumento da taxa de juros dos EUA. A trajetória da dívida impele um crescimento de 5% para 35% do produto interno bruto (PIB), entre 1980 e 1987 (ano da quebra da bolsa de Nova York). Após 1989, ano do Consenso de Washington, há uma queda da dívida, contudo o elevado patamar é mantido, o que revela um novo padrão de endividamento.

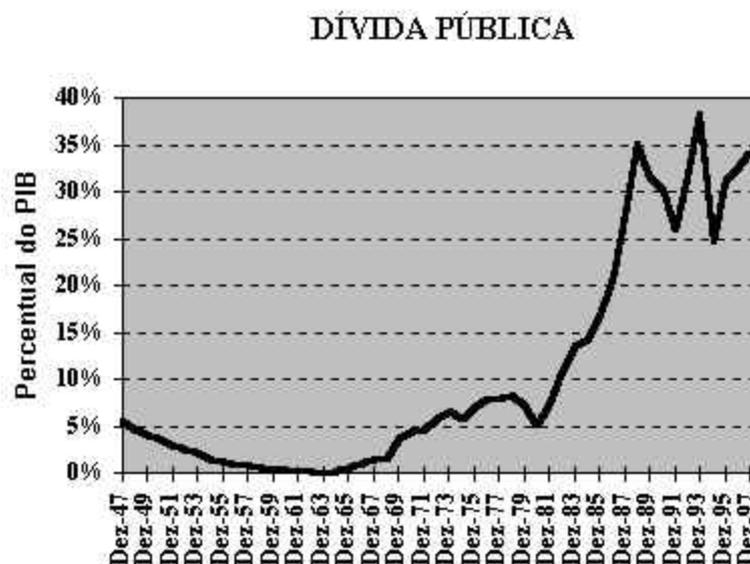
---

<sup>56</sup> DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. *In: Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 21.

<sup>57</sup> IBARRA, David. *O neoliberalismo na América Latina*. Revista de economia política, vol. 31, nº2, 2011. p. 242.

<sup>58</sup> SANTOS, 2002, Op. cit. p. 40.

Gráfico 1 – Dívida pública



Fonte: Revista economia e energia<sup>59</sup>.

## 1.2 Um modelo de transição para o Brasil

As discussões sobre a transição do Brasil para a nova ordem mundial ganharam espaço nos últimos da ditadura militar, e se alongaram durante a década de 1980. O governo José Sarney (1985-1990), embora fosse composto por uma coalizão de diferentes matizes ideológicos (liberais, antiliberais, nacionalistas e internacionalistas) era hegemônica a ideia de crescimento econômico e combate à pobreza e à desigualdade social. Para tal, a agenda pública tinha como objetivos o resgate da dívida social, o combate à inflação e a instauração de uma ordem democrática<sup>60</sup>. O desmonte do Estado desenvolvimentista não era consensual dentro governo.

Lideranças empresariais expressivas, que no regime autoritário haviam integrado numa coalizão antiestadista, ainda em 1978<sup>61</sup>, na Nova República tiveram um papel mais ativo no campo político. A formação da União Brasileira de Empresários (UBE), criada especificamente para defender os interesses do empresariado na Constituinte, desenvolveu a ideia de refluxo do Estado e do fortalecimento do mercado, ao mesmo tempo tentaram

<sup>59</sup> Disponível em: <[http://www.ecen.com/eee29/res\\_ex2.htm](http://www.ecen.com/eee29/res_ex2.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

<sup>60</sup> DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 78.

<sup>61</sup> DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na nova República*. Rio de Janeiro, Vozes. 1989, p. 41.

impedir a aprovação de dispositivos constitucionais relacionados a direitos trabalhistas e sociais.

A nova agenda empresarial era controvertida do ponto de vista da liberalização comercial. Havia resistência de alguns setores, que era reforçada pela própria fragmentação representativa dos grupos empresariais. No Brasil, o empresariado não foi capaz de organizar-se em entidades de 4º grau, que conseguisse abarcar múltiplos interesses, dirimindo conflitos intersetoriais. Segundo Eli Diniz o empresariado nacional,

[...] revelou, ao longo de diferentes fases de industrialização substitutiva de importações, grande dificuldade para formular plataformas de maior amplitude capazes de transcender seus interesses específicos. Configurou-se como um ator político destituído de percepção de longo alcance e de visão de conjunto [...] <sup>62</sup>

Na esteira da lógica organizativa fragmentada, uma parcela extremamente influente do empresariado nacional, como a Federação das Indústrias dos Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, se organiza a partir de projetos econômicos voltados para sua região.

Especificidades locais, como um grande número de empresas transnacionais, estatais e de capital associado, formando o segundo maior parque industrial do país (embora complementar ao de São Paulo); a presença de bancos de investimento com conexões internacionais; cinco universidades públicas de excelência na região metropolitana; e a pujança de petróleo da bacia de Campos <sup>63</sup> são elementos que constituem uma rede de interesses locais em diálogo com o capital internacional e estatal. Além disso, o Rio de Janeiro foi o polo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) <sup>64</sup>.

Diminuição do papel do Estado na economia, pagamento de dívida externa e liberalização de mercados seriam as variáveis da questão do desenvolvimento econômico

---

<sup>62</sup> DINIZ, Eli. *Op. Cit.*, 2000.p. 82.

<sup>63</sup> A produção de petróleo no Brasil começou a ganhar escala na década de 1980, com a descoberta das reservas na Bacia de Campos. Naquela década, a produção passou de cerca de 200 mil barris/dia para mais de 500 mil barris/dia. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv\\_perspectivas/02\\_Perspectivas\\_do\\_Investimento\\_2010\\_13\\_PETROLEO\\_E\\_GAS.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/02_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PETROLEO_E_GAS.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2016. Não é coincidência que o maior projeto de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, a construção do Pólo Petroquímico, é gestado nesse período e perseguido até a década de 1990.

<sup>64</sup> LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da auto-estima)*. Rio de Janeiro: Record 2000. p. 349-350.

local. A coerência estruturada<sup>65</sup> dependia da articulação entre governo, empresários e grande capital, que vinha sendo delineada desde o início da década de 1980.

Ocorrida em 1982, a 2ª Plenária da Indústria e Comércio (II PLENINCO) reuniu empresários do Rio de Janeiro, e foi palco de discussões sobre o desenvolvimento econômico num cenário de abertura política. Na capa da revista da Associação Comercial, nº 1178 de novembro de 1982, o evento fora exposto como uma contribuição do empresariado num contexto de uma nova ordem internacional.

A II PLENINCO teceu argumentos contra a concentração de poder, defendendo a democracia como melhor modelo de governo e estilo de vida. A ideia era trazida em conjunto com a crítica à centralização financeira exercida pela União, que do ponto de vista do empresariado fluminense, comprometia o sistema democrático<sup>66</sup>.

A conjuntura de escassez de capitais, provocada pela crise da dívida externa, forçava a busca por formas alternativas de obtenção de recursos para manutenção das atividades econômicas do estado do Rio de Janeiro. Para o empresariado local, a solução se daria pela criação de mecanismos de financiamento que deveriam ser compostos por: royalties advindos da exploração da bacia de petróleo de Campos; e linhas de crédito do Banerj e do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD-RIO). Tal posicionamento, também foi compartilhado por Brizola, que seria eleito naquele mesmo ano. O estímulo ao desenvolvimento industrial na cidade e estado do Rio de Janeiro, a implantação de um Centro de Comércio Internacional; o repasse da dívida do Metro ao governo federal; a criação da Rio Internacional<sup>67</sup> e a atração de capital de risco<sup>68</sup>, que, na prática, significava a flexibilização da participação de capital estrangeiro em empresas locais, também faziam parte das recomendações da Comissão C da II PLENINCO, que tratou de problemas institucionais<sup>69</sup>.

Projetos de desenvolvimento para o capital também marcaram o evento. A utilização do gás natural da bacia de Campos como matriz energética; a ampliação do Porto de Sepetiba;

---

<sup>65</sup> HARVEY, 2005, Op. cit. p. 150.

<sup>66</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1178, 1982. p. 13.

<sup>67</sup> Semana de eventos realizada todos os anos como o objetivo de estabelecer relações do empresariado local com os de outros países.

<sup>68</sup> Aportes de capital (investimentos) para aquisição de participações em empresas não listadas em bolsa de valores, ou seja, que ainda não tenham realizado oferta pública de ações. A participação nessas empresas pode se dar de forma direta ou por meio de fundos de investimento. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/capital-de-risco>>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>69</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1178, ano de 1982. p.16.

a formação de um Polo Metal-Mecânico com apoio da CODIN; o controle da poluição da Baía de Guanabara (que após se tornou um projeto de despoluição) e a penetração de serviços ofertados pelo Estado na Baixada Fluminense<sup>70</sup> foram temas que deram a tônica das discussões com governos das três esferas (municipal, estadual e federal) a partir da plenária, e se estenderam até a segunda metade da década de 1990. Todos foram efetivamente realizados.

No que tocava efetivamente a indústria local, na busca por aumento de produtividade, os empresários pleiteavam o direito de importar qualquer forma de tecnologia à empresa de capital local nas mesmas condições que uma empresa estrangeira instalada no país. E, de modo a proteger o setor naval, fortemente representado no evento pelo presidente da FIRJAN, Arthur João Donato, dono do estaleiro Caneco, a plenária sugeriu, dentre outros pontos, a eliminação de importação de navios, a integração de estaleiros privados e da indústria da navieças nas contratações para construção de embarcações militares, a manutenção permanente de um programa de construção naval e o apoio à expansão da indústria de navieças do Rio de Janeiro e às micro, pequenas e médias empresas nas subcontratações.<sup>71</sup>

Donato era defensor do fortalecimento do mercado interno. Em entrevista à revista da Associação Comercial, no ano de 1982, fez a defesa da indústria local por meio de uma breve análise histórico-econômica. Segundo o empresário, as taxa crescimento de exportação no mundo capitalista passaram de 6,4% na década de 1960 e chegaram a 29% entre 1970 e 1974. Com crise do petróleo, a taxa ficou em torno de 5% contra 10% das exportações brasileiras. Nesse cenário, de baixo crescimento mundial, mas relativamente favorável ao Brasil, Donato sugeria uma maior exploração do mercado interno, que poderia propiciar o surgimento de uma indústria genuinamente nacional capaz de obter participação no mercado internacional<sup>72</sup>.

A análise mencionada demonstra que a defesa do mercado interno estava sendo realizada por meio de um cálculo racional, pautado na conjuntura. O empresariado regional tecia um discurso pró-indústria que contemplasse, principalmente, pares locais de pequenas e médias empresas, algo fica mais nítido na III PLENINCO. Nessa mesma dinâmica, havia o ensaio da penetração de capital estrangeiro em moldes mais condizentes com uma agenda neoliberal. A intenção de atração de capital de risco teve como episódio a visita de David Rockefeller à Associação Comercial do Rio de Janeiro. Rockefeller era presidente da American Society, composta por empresas e bancos norte-americanos. A entidade empresarial

---

<sup>70</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1178, ano de 1982. p.17-22.

<sup>71</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1178, ano de 1982. p.18.

<sup>72</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1181, ano de 1982. p.35.

estrangeira tinha como objetivos a difusão de atividades culturais e análise de riscos de investimentos na América Latina<sup>73</sup>. Dessa forma, pode-se inferir que havia uma forma de ação dual no empresariado fluminense, por um lado, ensaiando uma articulação com o capital transnacional e, por outro, buscando consolidar condições de manutenção da pequena e média empresa presente no Rio de Janeiro.

Realizada em 1984, a III PLENINCO tinha como tema “A retomada do desenvolvimento e a pequena e média empresa”. Dentre as decisões de maior envergadura do evento, estavam o lobby para o pagamento de royalties da exploração do petróleo e gás da bacia de Campos e a aprovação do estatuto da pequena e média empresa no Congresso Nacional<sup>74</sup>. Esta lei delineava um processo de financiamento estatal indireto, na medida em que estabelecia um tratamento tributário diferenciado. A lei 7256, que trata dessa questão, foi aprovada em 27 de novembro de 1984<sup>75</sup>.

Destacava-se o papel da pequena e média empresa no evento. Lançado na III PLENINCO, o programa “Estamos aqui”, do BD-RIO e do Centro de Apoio à Média e Pequena Empresa, objetivava interiorizar o financiamento e assistência. O BANERJ também fora mencionado para apoiar este tipo de empresa<sup>76</sup>. Dava-se, nesse sentido, um movimento em prol do setor produtivo, ainda que num cenário de trajetória de concentração de capital e escassez de financiamento.

Na defesa do setor produtivo, o industrial e coordenador do evento, Amaury Temporal, ponderou a situação econômica e fez um discurso pró-indústria,

Retomada do desenvolvimento, nosso tema básico, significa explicitar nosso repúdio à recessão como solução da crise. (...) em um plano viável, há que começar pela quebra da terrível equação que nos trouxe à estagflação: contração da demanda agregada para restringir importações com o fito de produzir grandes saldos na balança comercial para atender às exigências do balanço de pagamentos<sup>77</sup>

Nessa mesma linha, as recomendações da plenária aos governos (estadual e federal) consistiam em: proibir, por absolutamente desnecessária e lesiva a interesses nacionais, a

---

<sup>73</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1181, ano de 1982. p. 27.

<sup>74</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1199, ano de 1984. p. 4.

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7256-27-novembro-1984-368057-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

<sup>76</sup> No segundo governo Brizola (1991-1994), foi implementado o Programa Mercosul, voltado para o financiamento de pequenas e médias empresas no cone sul.

<sup>77</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1199, ano de 1984. p. 6.

importação de embarcações e plataformas, embutidas em pacotes financeiros; integrar a indústria naval latino-americana, através de empresas e consórcios; e incentivar empresas de grande porte a darem estímulo e suporte a pequenas e médias empresas, utilizando-as complementarmente como fonte de suprimento de produção; realizar estudos sobre a utilização de formas energéticas alternativas; e fortalecer financeiramente o Fundo de Ciência e Tecnologia com recursos do sistema BANERJ/BD-RIO (o que poderia estimular a reciclagem de empresas existentes ou atrair para o estado empresas absorvedoras de alta tecnologia)<sup>78</sup>.

Havia, de fato, um projeto de desenvolvimento para o capital que buscava a defesa da indústria naval alocada no país da concorrência de outros pares estrangeiros e o desejo de financiamento estatal em empreendimentos que se alinhassem com a transformação tecnológica em curso. Pode-se, portanto, depreender, a partir desse posicionamento do empresariado fluminense, o objetivo de manter seu parque industrial como complementar à grande indústria e adaptado à nova dinâmica do capital.

Em 1985, torna-se mais nítido o posicionamento do empresariado fluminense em relação ao capital transnacional. Promovido pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior, no auditório da ACRJ, o seminário “Sócios no Progresso” debateu a importância do capital estrangeiro para desenvolvimento do país. O evento, que reuniu políticos, economistas, além de empresários, teve como conclusão o estímulo à adoção de uma política agressiva na captação de investimento de risco para o desenvolvimento do país, uma vez que eles estavam livres dos juros flutuantes<sup>79</sup>. A ideia indica a concordância com a agenda neoliberal de recrudescimento da penetração de capital transnacional no país, por meio de aquisição/participação em empresas locais e participação mais ativa de empresas transnacionais no cenário econômico nacional. Os participantes do seminário destacam esse posicionamento.

Velho conhecido da política brasileira, Roberto Campos<sup>80</sup> havia orientado o Plano de Ação Econômica do governo Castello Branco (1964-1967), que fora pautado numa política recessiva calculada, que formou uma base institucional para concentração de capital pautada

---

<sup>78</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1199, ano de 1984. p. 10-12.

<sup>79</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1214, ano de 1985. p. 16.

<sup>80</sup> Diplomata de carreira, tendo ingressado no Itamaraty em 1939; presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) entre 1958-1959; ministro do Planejamento de 1964 a 1967 e Deputado Constituinte em 1987-1988. Coursou Economia na Universidade de George Washington, concluindo-o em 1946. Cf. KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. Roberto de Oliveira Campos (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

em contenção de salários e intervenção em sindicatos. A política econômica adotada teve como desdobramento: falências, concordatas, fusões e, no limite, a exclusão das empresas mais débeis<sup>81</sup>. O então senador do Mato Grosso pelo Partido Democrático Social continuaria fiel ao pensamento econômico norte-americano, que havia transitado do modelo keynesiano para o monetarista, sintetizava a importância do capital transnacional em sua fala:

Por que o Brasil prefere capital de aluguel ao capital de risco? Não me perguntem. Este é um caso para psicanálise responder. O país prefere conviver com credores ferozes do que com sócios complacentes. É algo realmente doentio. Quando tomamos empréstimos, nada absorvemos da capacidade gerencial e organizacional das companhias estrangeiras. No capital de risco absorvemos isto até por osmose, quando as empresas aqui se instalam.<sup>82</sup>

A fala de Campos tem como pano de fundo as mudanças operadas pelo grande capital. Os déficits gêmeos, orçamentário e comercial, dos EUA impeliram suas empresas transnacionais a buscarem novos mercados, de maneira a equacionar a balança de pagamentos norte-americana. Estimular a entrada de capital de risco, significava aumentar as taxas de exploração para transferência de capital aos países centrais. Como na ditadura militar, Campos estava defendendo o interesse estrangeiro, ou seja, voltado à concentração de capitais, travestindo-o de nacional, como outrora.

O Brasil havia crescido, em média, 7,5% ao ano durante o pós Segunda Guerra Mundial e meados dos anos de 1970. Ao fim desta década, o crescimento estava em 2,2% ao ano<sup>83</sup>. Em termos de comparação, esses dados podem levar a inferência de uma participação benéfica de capital estrangeiro na economia brasileira. O aumento da participação estrangeira para a melhora da economia brasileira pareceu convencer uma das maiores economistas do país, Maria da Conceição Tavares,

O Brasil já foi bem liberal com relação a investimentos em infraestrutura e depois desistiu. Acho que é preciso acabar com essa ideia de que devemos receber recursos estrangeiros, para conter a entrada de multinacionais. Na América Latina, somos o único país onde já estão todas as sete mil multinacionais, incluindo as 300 maiores. Portanto, não devemos ficar com esse receio. Temos uma economia bem

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 4ª edição. 1984. p.92-93.

<sup>82</sup> *Revista da Associação Comercial*, n° 1214, ano de 1985. p .16.

<sup>83</sup> VIEIRA, Francisco Assis C. e HOLLAND, Márcio. *Crescimento econômico secular no Brasil, modelo de Thirlwall e termos de troca*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n° 2. 2008. p. 19.

equilibrada, com *empresários nacionais* e *Estado*, não temos o que temer.<sup>84</sup> (**grifo nosso**).

Entendemos que o argumento parta do princípio do fortalecimento da balança de pagamentos, num cenário de escassez de capitais. Contudo, do nosso ponto de vista, a estratégia do capital transnacional divergia da utilizada durante o consenso keynesiano. Consistia numa política mais agressiva em relação a sua participação no mercado, o que tendia para um movimento de alta concentração de capital em escala global, num ritmo mais acelerado de acumulação e expansão. Significa dizer que o recrudescimento de sua participação na economia nacional impeliria a oligopolização do mercado interno no médio prazo, prejudicando a balança de pagamentos na medida em que isso aumentaria a remessa de lucros ao exterior. Com exceção de alguns setores, como o de siderurgia, construção e de exportação de commodities, o empresariado nacional não conseguiria conter a onda avassaladora da globalização produtiva. Obviamente, não se trata de reduzir o tema a algo superficial, numa estreita relação de causa e efeito, mas de pontuar um dos fatores da gerência econômica global sobre a local. Nessa conjuntura, o Estado era um ator com pouca margem de manobra, pois estava sendo premido pela dívida externa.

O discurso de que o país receberia mais investimentos, ao flexibilizar a legislação em relação à entrada de capital estrangeiro, convergia entre atores econômicos domésticos e externos. Para Laerte Setúbal Filho, vice-presidente da Duratex<sup>85</sup>, deveria haver uma postura mais ativa das empresas estrangeiras nas exportações. Enquanto o diretor da transnacional norte-americana Xerox<sup>86</sup>, Gunnar Vikberg argumentara que o governo não deixara a empresa investir. A razão, dizia Vikberg, residia na legislação que restringia a compra de equipamentos e máquinas no exterior que fossem similares às de origem nacional. Sem a restrição estimava-se o investimento da ordem de 15 bilhões de dólares<sup>87</sup>.

Os interesses convergiam para adoção de uma agenda voltada à globalização econômica, como maneira de resolver o problema do financiamento de suas atividades. Contudo, era necessário o equacionamento de problemas ligados à balança de pagamentos,

---

<sup>84</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1214, ano de 1985. p. 17.

<sup>85</sup> Pertencente ao Itaú, que se tornaria na década de 1990, um dos maiores bancos do país.

<sup>86</sup> As linhas de produtos da empresa incluíam copiadoras, impressoras, prensas de produção de impressão digital e o suporte a software e sistemas necessários para a produção de documentos. Nos anos 90, a Xerox desenvolveu fotocopiadoras digitais. Disponível em: <<https://www.xerox.com/news/news-archive/2012/bra-47-yrs-062012/ptbr.html>>, <<https://www.britannica.com/topic/Xerox-Corporation>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>87</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1214, ano de 1985. p. 19-21.

sensivelmente afetada com a crise da dívida externa. Ao que tudo indicava, a saída seria o estímulo às exportações.

Acreditava-se na possibilidade de manter o parque produtivo brasileiro. Eduardo Paula Ribeiro, presidente da Associação de Empresas Comerciais Exportadoras (ABECE), criticava a transferência de poupança real ao exterior, destinada ao serviço de pagamento da dívida externa, e pleiteava investimentos do Banco Mundial que, em sua concepção, poderia transformar-se em um banco de negócios. A ideia era de repassar a dívida externa do Brasil com credores ao Banco Mundial. Na medida em que a dívida fosse sendo paga, o banco destinaria um percentual do valor que deveria ser aplicado em infraestrutura, joint-ventures de empresas brasileiras e estrangeiras, e em projetos de modernização e ampliação de empresas privadas brasileiras vinculadas à exportação<sup>88</sup>.

Contudo, a conjuntura impunha um elevado volume de investimentos para a sobrevivência de capitais menos potentes, fato que, associado aos interesses do capital transnacional dentro do Banco Mundial, impediria a manutenção de uma agenda keynesiana. A nova agenda, a neoliberal, atendia interesses do grande capital. Ela abriria o caminho para a financeirização do capital e para um patamar mais elevado de concentração de capital das empresas transnacionais.

O presidente da Câmara de Comércio Americana, Ronaldo Camargo Veirano, em seu discurso, dava pistas do propósito das empresas transnacionais:

O capital estrangeiro está assustado com nacionalismo econômico do Brasil e teme que a lei da reserva de mercado seja aplicada a setores de tecnologia avançada, como química fina e biogenética. A legislação brasileira é altamente insatisfatória no que se refere à transferência de tecnologia e no acesso das empresas estrangeiras ao mercado financeiro nacional (...) É compreensível que o crédito oficial subsidiado se destine a apenas às empresas nacionais, mas é injusto que no mercado financeiro o acesso a empresas estrangeiras esteja limitado a 30% da carteira de empréstimos das instituições. Com a crise econômica brasileira, as matrizes norte-americanas abandonaram suas filiais no Brasil a sua própria sorte.<sup>89</sup>

A fala de Veirano representava a agenda neoliberal, desejosa de abertura de mercado e de desregulamentação financeira. Esse novo padrão de acumulação de capital colidia com a ação estatal de restrição de mercado. A ideia-força do neoliberalismo é desconstruir o papel ativo do Estado no interesse de agentes econômicos locais. Sobre as matrizes abandonarem suas filiais, devemos destacar que houve um aumento na remessa de lucros dessas empresas

---

<sup>88</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1214, ano de 1985. p. 18.

<sup>89</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1214, ano de 1985. p. 17.

ao exterior: de 43% das entradas médias anuais de capital de risco no país, entre 1976-1980, para 240% entre 1986-1990<sup>90</sup>. O que impactava negativamente a balança de pagamento, que desdobrava na dificuldade de pagamento da dívida externa, central para o interesse transnacional.

Para o empresariado do Rio de Janeiro, a renegociação da dívida externa deveria ser plurianual, não ocasionando o empobrecimento do país e o sucateamento de suas indústrias. Em paralelo, havia o desejo de uma reforma tributária, que fortalecesse os municípios, e a liberação de royalties advindos da exploração do petróleo para as cidades do nordeste fluminense. Esse posicionamento foi ventilado na IV Plenária da indústria e comércio, em 1986<sup>91</sup>. O núcleo duro do empresariado fluminense agia em duas frentes: a primeira tentava equacionar seus interesses locais com o pagamento da dívida externa, o que poderia resultar em investimento estrangeiro; enquanto a segunda, aproveitando o momento de abertura política, queria a utilização de receita da exploração do petróleo em projetos da região. A dupla forma de atuação perdurará ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nesse ínterim, a influência do grande capital ganhará cada vez mais espaço.

A suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, em fevereiro de 1987, causou uma reação negativa em países, bancos credores e no FMI. Temia-se que a decisão do Brasil, o maior devedor do mundo entre os países em desenvolvimento (US\$ 107 bilhões), fosse copiada por outros países devedores, como México, Argentina e Venezuela, que, juntos, somavam débitos de US\$ 285 bilhões. A decisão foi defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Em janeiro de 1987, o saldo da balança foi de US\$ 129 milhões, o pior desde 1983. Desse modo, não havia como fazer frente ao pagamento dos juros - que tinham consumido US\$ 55,8 bilhões em cinco anos. Com salários e empregos em queda e inflação em alta, a tensão só terminou em novembro de 1987, quando se chegou a um acordo para a retomada do pagamento. O Brasil pagou US\$ 1,1 bilhão de dólares e recebeu dos bancos credores um empréstimo-ponte (de curto prazo) no valor de US\$ 3 bilhões<sup>92</sup>.

Amaury Temporal, naquele momento, exercia a presidência da ACRJ. Embora tenha defendido adoção de medidas contra a recessão em 1984, num discurso pró-indústria,

---

<sup>90</sup> CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. *Capitais externos e financiamento de longo prazo no Brasil. In: História Econômica do Brasil Contemporâneo* (organização: Tamás Szrecsányi e Wilson Suzigan). São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. p. 196.

<sup>91</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1221, ano de 1986. p. 34-35.

<sup>92</sup> *Jornal O Globo*, 20/02/1987, p. 17.

recebera negativamente a moratória. O empresário argumentou que o cenário internacional e a falta de definição de uma política econômica do governo provocavam a retração de investimentos da iniciativa privada<sup>93</sup>. Sua fala traduz o discurso antiestadista (leia-se com baixa intervenção política na economia, pois havia o desejo do investimento estatal) cada vez mais presente numa parcela do empresariado.

O então ministro da Fazenda, Dilson Funaro encarnava uma visão anticíclica, ou seja, voltada para o gasto público, com objetivo de evitar o aprofundamento da recessão. O período em discussão em realinhamento entre frações das classes dominantes no Brasil, de pressão para transição para um novo padrão de acumulação de capital premido pelo sistema financeiro internacional. Em outras palavras, não havia consenso sobre o sacrifício do modelo de crescimento interno em função de um ajuste externo.

O governo Sarney adotou como uma das suas principais ações de crescimento econômico a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)<sup>94</sup>, que no ano de 1987 contaria mais 1,5 vezes o montante de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Junto à suspensão do pagamento de juros da dívida externa, essa ação governamental encerrava importantes instrumentos de combate à recessão segundo o presidente da FIRJAN, Arthur João Donato. O empresário ressaltara que o ano de 1986 foi benéfico, face às circunstâncias especiais do Plano Cruzado. Embora existissem fatores limitativos para o setor produtivo com a alta taxa de juros, restrições a importações e a contenção da demanda, o industrial apançava perspectivas para o setor industrial não seriam tão negativas<sup>95</sup>.

A previsão de investimentos do BNDES para o ano de 1987 priorizava a grande indústria em detrimento do médio e pequeno empresário. Segundo sua projeção para o período de 1987/1992, eram considerados como prioritários os setores de química e petroquímica; papel e celulose; fertilizantes; siderurgia e transportes<sup>96</sup>. Para Márcio Fortes, presidente da instituição, 1987 seria o ano de consolidação do processo de crescimento econômico deflagrado pelo Plano Cruzado.

---

<sup>93</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.15.

<sup>94</sup> O patrimônio inicial do Fundo era constituído por ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da Administração Federal. (DECRETO LEI 2228/1986). O Fundo captava recursos no mercado internacional por meio de emissão de títulos de empresas públicas da administração federal.

<sup>95</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.7.

<sup>96</sup> Os segmentos de petroquímica e siderurgia beneficiavam o estado do Rio de Janeiro.

Na mesma linha, o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva<sup>97</sup>, criticava o FMI argumentando que suas políticas são sempre contracionistas, pois seu receituário sempre pressupõe a redução drástica do déficit público e aumento de saldos comerciais, os quais só ocorrem mediante cortes de demanda interna<sup>98</sup>. Em nosso entendimento havia uma clara disposição do governo na manutenção de uma agenda desenvolvimentista, ainda que na composição do governo estivessem tecnocratas com uma formação mais próxima da voga neoliberal.

Havia o contraponto do sistema financeiro no contexto. A defesa da internacionalização das bolsas é uma das bandeiras desse grupo, que embora ainda não tivesse alinhado sobre a velocidade a ser dada nas mudanças, fazia coro para ampliação de investimentos estrangeiros via mercado de capitais. Consoante o presidente da Bolsa do Rio de Janeiro, em 1987, Sérgio Barcellos, pelo menos 50 bancos, dentre os 700 do Brasil, desejavam converter seu serviço de débitos em investimentos de risco por causa da pressão de seus acionistas. Barcellos aventava que a preferência mundial recaía sobre ativos financeiros em detrimento do investimentos imóveis e metais. Exemplificando, afirmava que, em 1986, as empresas captaram US\$ 1,5 bilhão no mercado de capitais<sup>99</sup>.

A defesa da expansão do capital de natureza especulativa, ou seja, por meio de papéis, capital de curto prazo, num cenário de crise econômica internacional fica em evidência quando houve o incentivo na aprovação de Fundo Brasil<sup>100</sup>. Segundo a proposição de

---

<sup>97</sup> Doutor (PhD) em Economia pela Universidade de Chicago (1972). Foi Vice-Chairman do Banco ABC-ROMA S/A entre 1991-1998. O banco iniciou suas atividades em 1989, através de uma joint-venture do Arab Banking Corporation e do Grupo Roberto Marinho, da qual originou o Banco ABC Roma S.A., atuando em crédito corporativo e tesouraria. Disponível em: <[http://www.smapar.com.br/bio\\_adroaldo.html](http://www.smapar.com.br/bio_adroaldo.html)>, <<http://www.abcbrasil.com.br/Show/Nossa-Historia?pOfjs1AeFdUDtoeU53d06w==>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

<sup>98</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.12.

<sup>99</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.15.

<sup>100</sup> O Fundo, constituído em 1988, foi o primeiro fundo americano autorizado a investir em títulos brasileiros. A partir de sua oferta inicial de US \$ 139,5 milhões, o Fundo cresceu para US \$ 1,1 bilhão em ativos líquidos em 30 de abril de 2006. Os retornos anuais médios do Fundo foram de 20,10% com base no preço de mercado e de 19,25% Encerrado em 30 de abril de 2006, em comparação com o retorno médio anual de 14,01% para a Bovespa nesse período.

O Brasil Fund, Inc. é uma empresa de investimento não diversificada e fechada. O Fundo busca a apreciação do capital a longo prazo investindo principalmente em títulos de capital de emissores brasileiros. Suas ações estão listadas na Bolsa de Valores de Nova York sob o símbolo "BZF". Disponível em: <<http://www.businesswire.com/news/home/20060530005989/en/Brazil-Fund-Announces-Liquidation-Distribution>>. Acesso em: 05 set. 2016.

Barcellos, a atração de capital ocorreria com maior facilidade, pois as cotações baixas das ações permitiriam um retorno mais rápido aos estrangeiros<sup>101</sup>.

A desvalorização da moeda provocada, essencialmente, pela crise da dívida externa, criou condições para esse cenário inicial de defesa do capital especulativo. As moedas nacionais ficaram mais vulneráveis com o sistema do dólar-flexível, por conseguinte, os ativos financeiros de países periféricos também.

Do ponto de vista do presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, Getúlio Arrigo, o capital dificilmente seria investido no setor produtivo, pois havia uma alta rentabilidade no mercado financeiro. Nesse sentido apontava para a necessidade da formação de poupança interna que assegurasse uma boa remuneração aos investidores.

Na mesma linha, o presidente da Associação do Banco Nacional de Investimentos, Cristiano Buarque Franco Neto, que, em sua concepção, observava que o crescimento via consumo deveria dar lugar ao investimento. Enquanto Theophilo de Azeredo Santos, presidente da Câmara Internacional de Comércio e do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro encetava sua crítica à poupança pública negativa num contexto de aumento de demanda líquida por recursos (provavelmente se remetendo à luta por direitos sociais na Assembleia Constituinte, formada em fevereiro de 1987) afirmando que o setor privado estava gerando poupança líquida no mundo todo<sup>102</sup>.

As questões inerentes à atração de capital por meio de poupança externa e a eminente formação de poupança interna, ambas presentes nas falas de pessoas ligadas ao sistema financeiro, são conexas e revelam contradições entre interesses de capitalistas brasileiros e estrangeiros.

O primeiro ponto que deve ser ressaltado é a quantidade de bancos interessadas em converter seus serviços de débito em investimentos de risco, menos de 10% do total de bancos presentes no Brasil<sup>103</sup>. Não dispomos de dados que revelam quais seriam essas instituições, contudo, pressupomos que fossem aquelas com maior aporte de capitais. Só bancos com grande volume de capital suportam crises financeiras e riscos inerentes a investimento de capitais de curto prazo.

---

<sup>101</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.13.

<sup>102</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1229, p.14.

<sup>103</sup> *Idem*.

Sendo assim, observamos que o primeiro movimento do capital internacional é o de destruição de capitais<sup>104</sup> menos potentes alocados no Brasil. Podemos agregar à defesa do Grande Capital internacional as manifestações da mídia internacional: “Sarney e Funaro dão toda a impressão de que o Brasil não tem governo” (The Economist); “O Brasil sucumbe ao populismo” (título do editorial do jornal britânico Financial Times)<sup>105</sup>.

O segundo ponto que destacamos é a necessidade de formação de poupança interna. Ela é composta pelo fluxo de renda no âmbito nacional, gastos com serviços e bens associado a investimentos. A proposta defendida era a redução do consumo, o que alargaria o espaço para investimentos. Numa análise mais detida, significa aumentar o fluxo de deslocamento de capital para o investimento. O pano de fundo era transferir capital para os detentores de meio de produção, principalmente, revelando um caráter endógeno, de interesses de agentes econômicos locais.

A crítica à falta de poupança do governo é complementar à questão da redução do consumo. O antiestadismo, na verdade era um movimento de limitação de transferência de renda do Estado para camadas inferiores<sup>106</sup>. Num cenário de escassez de capitais, o objetivo central era convergir o gasto público para a formação de poupança, sem perder de vista a necessidade de ajustes num segundo momento.

O gráfico 2 revela que a opção pela formação da poupança interna seguiu uma trajetória ascendente praticamente durante todo o governo Sarney, o PIB acompanhou positivamente este movimento, conforme gráfico 3. Podemos afirmar com clareza que a agenda pública seguiu um modelo com produção de déficit público, estabelecendo um movimento anticíclico, num prisma de defesa endógeno de capitais. Trata-se de entender o Estado como defensor de interesses de grupos locais organizados. Embora criticado pela ACRJ na questão da dívida externa, em 1987, o governo sustentou o crescimento econômico. Isso atendeu, de algum modo, o empresariado regional, que continuava a fazer parte da 2ª maior economia do país.

A transição de padrão de acumulação de capital foi matizada. É óbvio, que não havia consenso entre as diferentes frações do capital sobre a temática da transição, mas, se entendemos as ações do governo do ponto de vista estrutural, percebemos a intenção da manutenção do status quo ao limite. A poupança externa sobe nesse período, contudo a maior

---

<sup>104</sup> HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 279.

<sup>105</sup> *Revista da Associação Comercial*, n °1229, p.15.

<sup>106</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.p. 15.

participação no PIB (que também atravessa o período numa trajetória de avanço) é relativa à poupança interna.

A “ação corretiva” num momento de crise econômica traduz a ação precípua do Estado moderno, assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. Seu papel é exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado<sup>107</sup>.

Em oposição à afirmação das escolas econômicas voltadas à política burguesa, que defendem a tese de que as crises econômicas advêm de erro de diagnóstico, má administração ou falta de eficiência, dentre outros argumentos economicistas, entendemos que a crise é desdobramento do enfraquecimento da economia nacional em relação ao sistema global que, por conseguinte, gera um índice maior de exploração da força de trabalho sob seu controle.

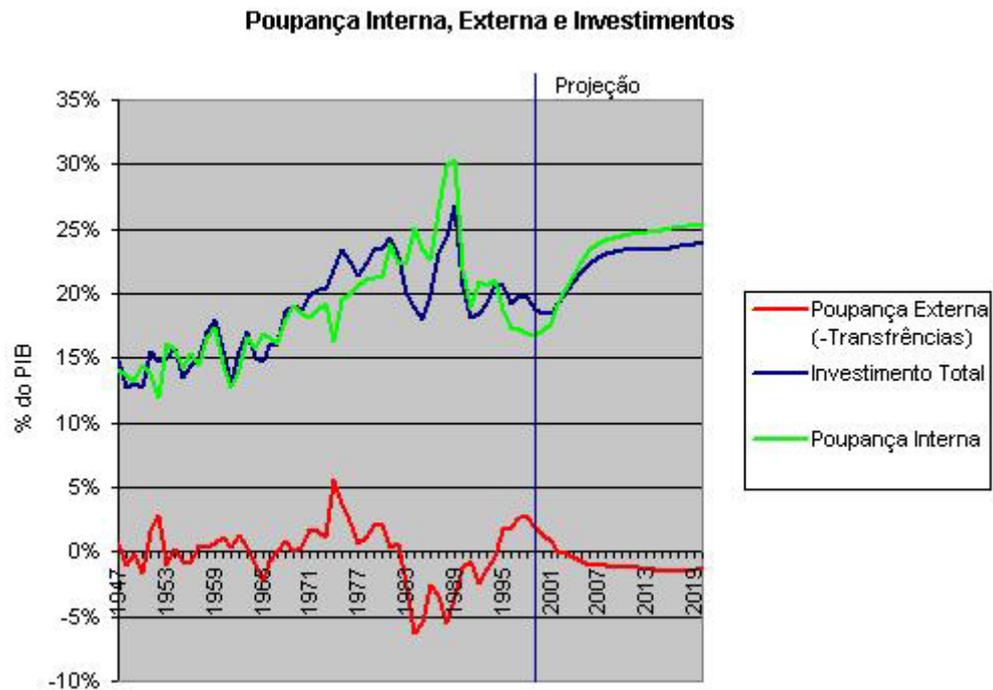
A diminuição do poder de consumo da massa trabalhadora e a redução do nível de emprego com aumento da poupança interna são indicadores desse processo mais intensivo de exploração. Umbilicalmente, estão ligados os interesses de frações da classe dominante nacional às ações do Estado. Sociedade civil e classe política determinam a ação do Estado exercendo a hegemonia no interior de uma constelação mais ampla de forças sociais e políticas, ou “bloco histórico”<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo:Boitempo, 2002. p. 107.

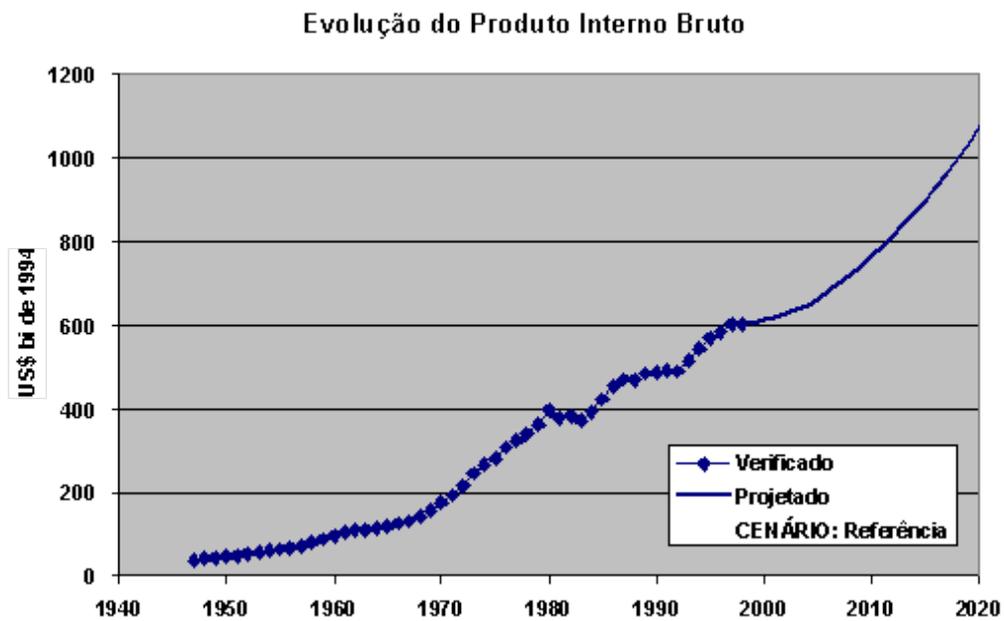
<sup>108</sup> GILL, Stephen; LAW, David. *Hegemonia global e o poder estrutural do capital*. In: *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 158.

Gráfico 2 – Poupança interna, externa e investimentos



Fonte: Revista economia e energia<sup>109</sup>.

Gráfico 3 – Evolução do produto interno bruto



Fonte: Revista economia e energia<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> Disponível em: <[http://www.ecen.com/eee29/res\\_ex2.htm](http://www.ecen.com/eee29/res_ex2.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

<sup>110</sup> Disponível em: <[http://www.ecen.com/eee29/res\\_ex2.htm](http://www.ecen.com/eee29/res_ex2.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

### 1.3 A agenda neoliberal de crescimento econômico

A organização de um projeto hegemônico em prol do capital transnacional se corporifica a partir de 1987, com a construção de um consenso em torno de um novo padrão de acumulação de capital. De forma matizada, a ACRJ introduz o interesse estrangeiro entre seus partícipes.

As discussões sobre a dívida externa estão presentes no âmbito empresarial. Sob efeito da moratória de 1987, banqueiros internacionais se mobilizaram na criação de saídas para o endividamento externo de países da periferia. O volume da dívida chegava a US\$ 1 trilhão, sendo US\$ 250 bilhões contraídos junto a bancos privados, no binômio dos anos de 1986/1987.

James Robinson, presidente da American Express entre os anos de 1977 e 1993<sup>111</sup>, ganhou notoriedade nos círculos financeiros internacionais pela formulação de uma proposta que vincularia o pagamento da dívida à retomada do crescimento. Divergindo de instituições como FMI e Banco Mundial, propunha uma política de cobrança da dívida sem penalizar os países da periferia com uma recessão, que no seu entendimento eram muito mais punitivas, ao invés de preventivas. Para o chairman, a retomada do crescimento só seria possível com novos investimentos, que viriam por meio de novos recursos. A ideia central era criação de um Instituto Internacional da Dívida e Desenvolvimento, constituído por representantes dos países credores, do FMI e Banco Mundial, entidades de crédito privadas e dos países devedores atuando em regime de colegiado. O montante da dívida US\$250 bilhões junto aos bancos privados seria comprada pelo Instituto por 60 % de seu valor. Essa compra se transformaria em títulos a serem garantidos pelos bancos centrais dos países devedores.

No Brasil, a proposta de James Robinson ecoou positivamente na ACRJ. O membro do seu Conselho Empresarial de Assuntos Internacionais, Genival de Almeida Santos, entendeu a proposta como realista, afirmando que qualquer outro tipo de negociação não poderia sair muito dessa linha. Pedro Leitão de Cunha, do Conselho de Mercado Financeiro e de Capitais, e presidente do Montrealbank, enfatizou a conveniência de mecanismos alternativos de conversão da dívida.

Todavia, na reportagem de seu veículo de comunicação, Revista da Associação Comercial, ressaltava-se que alguns analistas (sem citar nomes) avaliavam que a proposta de

---

<sup>111</sup> Disponível em: <<http://www.rre.com/james-d-robinson-iii/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

Robinson só serviria para perpetuar a situação mais do que crônica, e que a criação de um Instituto só seria um novo modelo burocrático<sup>112</sup>.

A proposta de James Robinson não prosperou. O sistema do capital se articula e consolida como estrutura de comando singular<sup>113</sup>. O núcleo orgânico do capital é composto por países centrais que fazem a interface entre político e economia. Por meio desse prisma, o Estado tem o papel de corrigir as contradições, os conflitos engendrados pelo próprio sistema.

O caso da dívida com bancos privados é notório, no que tange ao embate entre interesses econômicos e políticos. A hegemonia do capital financeiro tende a enfraquecer o Estado, mas precisa dele para manter uma relação social de dominação (neste caso, internacional), eis a contradição. Deixar os Estados credores em segundo plano no recebimento de dividendos da dívida externa aumentaria a vulnerabilidade estatal, podendo colapsar o sistema. Só no contexto do Plano Brady e do Consenso de Washington, acordos costurados no campo político e econômico, seria possível avançar, com mais vigor, o capital financeiro na periferia, sobretudo no Brasil.

Julgando oportuno vascularizar a proposição de um novo modo de padrão de acumulação de capital, a ACRJ realizou um estudo, coordenado pelo seu diretor, à época, Carlos Geraldo Langoni<sup>114</sup>. Sua exposição versava sobre a conversão da dívida externa em capital de risco.

Alegando que seu objetivo iria além de questões conjunturais, sua argumentação partia do pressuposto da existência de duas idades, a “idade do endividamento”, entendida como compulsória, e a “idade do capital”, para qual estávamos caminhando. A transição seria bem sucedida em caso de flexibilidade institucional (moldura político-social e instrumentos econômicos)<sup>115</sup>. Em outras palavras, deveria haver o esvaziamento da política na economia com o aumento da tecnocracia. A intervenção técnica em questões de cunho econômico seria capaz de fazer a transição para esse novo modelo. Cabe destacar que a separação da política da economia foi proposta inicialmente por Hayek na construção da ideologia neoliberal. É evidente a defesa de um novo tipo de conservadorismo do sistema com o adensamento das

---

<sup>112</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º1241, p.11.

<sup>113</sup> MÉSZÁROS, Istvan. Op. Cit., 2002.p. 98.

<sup>114</sup> PhD em economia pela Universidade de Chicago (1970). Sua formação acadêmica denota proximidade com o ideário neoliberal. A universidade foi uma das maiores difusoras do neoliberalismo nos anos de 1970. Milton Friedman foi seu maior expoente.

<sup>115</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º1255, p.17.

relações de sociais de dominação por meio de um discurso legitimador travestido de isenção ideológica.

A conjuntura, segundo Langoni, revelava dificuldades de negociação. O Plano Brady foi utilizado como exemplo. Ressaltando a decisão do JP Morgan em elevar suas reservas a 100%, o estudo procurava delinear um raciocínio de os bancos privados estavam se afastando dos países endividados em virtude de questões institucionais, ou seja, o grau de flexibilização, garantia de retorno, seria a chave para entrada de investimentos. Nesse sentido, a iniciativa privada indicava financiamentos de curto prazo, deixando os de longo com organismos multilaterais. A tendência mundial na idade do capital seria essa, o movimento do capital se dando em menor escala de tempo. Sua fluidez avolumou-se por causa dos grande processo de transformação tecnológica iniciado na década de 1970 no Japão. O país foi o primeiro a tornar público, em 1972, um plano detalhado de sua transformação de sociedade industrial em sociedade da informação<sup>116</sup>.

Novos métodos gerenciais, desregulação de mercados, abertura econômica e baixa intervenção do Estado na economia são elementos fundamentais desse novo tipo de sociedade. Esse cenário reduziria a transferência líquida de capital ao exterior, induzindo a entrada de capital de risco e, concomitantemente, reabilitando o investimento direto estrangeiro. Nota-se que o estudo é balizado em interesses do grande do capital, posto que o investimento de dependeria de empresas transnacionais e de fundos de investimentos, em geral formado por grandes bancos. O capital monopolista incentivado pelos países centrais avançaria sobre a periferia sem amarras no processo de globalização. A década de 1990 demonstraria objetivamente esse processo de desnacionalização da economia.

O esvaziamento do papel político do Estado é fundamental nessa transição de padrão de acumulação de capital. No estudo, a crítica à centralização do papel de captação e alocação de recursos pelo Estado serve a esse propósito. Endividamento e estatização são entendidos como faces da mesma moeda. A crítica ao tamanho do Estado, sendo ele a razão do processo inflacionário, e sua ineficiência para a promoção de bens públicos para a atividade empresarial, também serviu à alegação da necessidade de diminuição do déficit público<sup>117</sup>.

É gritante a contradição sobre o papel do Estado em relação aos anseios de frações das classes dominantes. Em primeiro lugar, porque a crise da dívida foi gerada por uma questão política internacional, com o aumento dos juros dos títulos da dívida americana. Em segundo

---

<sup>116</sup> DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 28.

<sup>117</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1255, p.18.

lugar, foi a manutenção de uma agenda desenvolvimentista, na década de 1980, que gerou poupança interna, propiciando condições mais seguras de transição para o neoliberalismo para uma parcela do empresariado, principalmente à ligada à produção. Por último, o alto índice de inflação, que vem acompanhado da desvalorização da moeda, é desdobramento da crise de 1982. Esse foi o principal instrumento de desvalorização de ativos na economia nacional, assim fomentando o interesse de fundos de investimento em aquisições de empresas, sobretudo as estatais.

A defesa da conversão da dívida externa em capital de risco como solução para economia nacional, não passava de uma criação falaciosa que vislumbrava a imposição de uma nova ordem do capital. O estabelecimento de uma nova lógica econômica deveria advir por meio da extrapolação de interesses coletivos, superando o círculo corporativo, sendo estritamente política, num plano universal, no qual a hegemonia de um grupo social se sobreporia a uma série de grupos subordinados<sup>118</sup> entre as classes mais abastadas.

No plano internacional, a hegemonia do capital financeiro trazida a reboque pela ação da política externa norte-americana, engendraria um novo tipo de conservadorismo, de características monopólicas. A globalização seria seu símbolo. Sob a tutela de um discurso de modernização, eminentemente “técnico”, o neoliberalismo esvaziaria a faceta política do Estado. No Brasil, isso ficaria cada vez mais evidente ao longo da década de 1990 com os céleres programas de privatizações.

Como citado no estudo de Langoni, presidente da Projeta Consultoria Financeira SC Ltda (1989-1997), empresa associada ao grupo NM Rothschild que atuava(e ainda atua) nas áreas de assessoria estratégica, privatizações e cenários macroeconômicos<sup>119</sup>, os estrangeiros tinham interesse na privatização em áreas de energia, transportes e comunicações<sup>120</sup>. Todas ocorreram em larga medida no país.

Nossa hipótese é de que o crescimento da liquidez internacional é produto da própria crise do capital, iniciada na década de 1970 com a crise do petróleo. O padrão dólar-flexível foi a fuga para frente dos EUA nessa conjuntura<sup>121</sup>. A produção de déficits constantes na balança comercial dos EUA teve como desdobramento a exponencial catalisação de capital no

---

<sup>118</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 41.

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://www.incompany.com.br/palestrante/perfil/Carlos-Langoni>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

<sup>120</sup> *Revista da Associação Comercial*, n.º 1255, p.18.

<sup>121</sup> FIORI, 2007, Op. cit., p. 86.

mercado internacional em 1979, a qual foi dada pelo aumento da taxa de juros dos títulos da dívida americana.

Se entendermos o crédito como trabalho a ser conferido num momento futuro<sup>122</sup>, conseguimos desnudar as altas taxas de exploração em função da dívida. O que queremos dizer é que a dívida americana é exportada para a periferia, obrigando-a a aumentar o nível de trabalho socialmente necessário<sup>123</sup>. São nos países periféricos que o crédito se transformará em valor. Sendo assim, ocorre a extração de mais valor transferindo o capital produzido por estes Estados da periferia ao núcleo orgânico do capitalismo, num movimento de conservação do sistema que estabelece conexões hierárquicas entre centro e periferia.

Desse ponto de vista, existe uma distinção do *modus operandi* do capital na periferia, configurando um duplo padrão de inserção<sup>124</sup>. No leste asiático, a extração de mais valor ocorre via rápida industrialização e inovação, ambas sustentadas por um exército de mão de obra barata e disciplinada, além de uma participação ativa do Estado na economia, tanto no planejamento, quanto na produção e prestação de serviços.

Nesse espaço geográfico, o grande capital se manifesta predominantemente na figura de empresas transnacionais (não excluindo outras). Na América Latina, o capital se afigura, principalmente, mas não exclusivamente, no mercado de capitais, ou seja, na forma de capital de risco a partir da década de 1990, da maneira como defendia Langoni em seu estudo, produzido em 1989. Na periferia do ocidente, a estratégia seria inversa no que tange ao papel do Estado. Reduzir sua participação na economia, esvaziá-lo de seu conteúdo político, essencial na dinâmica econômica, seria o principal objetivo do grande capital e de seus sócios no âmbito interno nos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Uma boa parcela da extração de capital para o centro se daria com o avanço das privatizações nas áreas de comunicações, energia e transportes, todas concentradas na mão do Estado.

Em síntese, estamos afirmando que o neoliberalismo, foi um instrumento de cunho ideológico, conservador de um sistema em crise a partir da década de 1970. Nosso argumento se sustenta, sobretudo, em dados do FMI sobre o crescimento da economia mundial, nível de inflação, crescimento do comércio e no rendimento médio de títulos da dívida pública dos países centrais. A análise pormenorizada do gráfico 4 demonstra um nível baixo, e estável, de

---

<sup>122</sup> FARIA, Luiz Augusto. *Moeda e inflação numa visão marxista contemporânea*. Porto Alegre: Ensaio FEE Nº 9, 1988.p. 91.

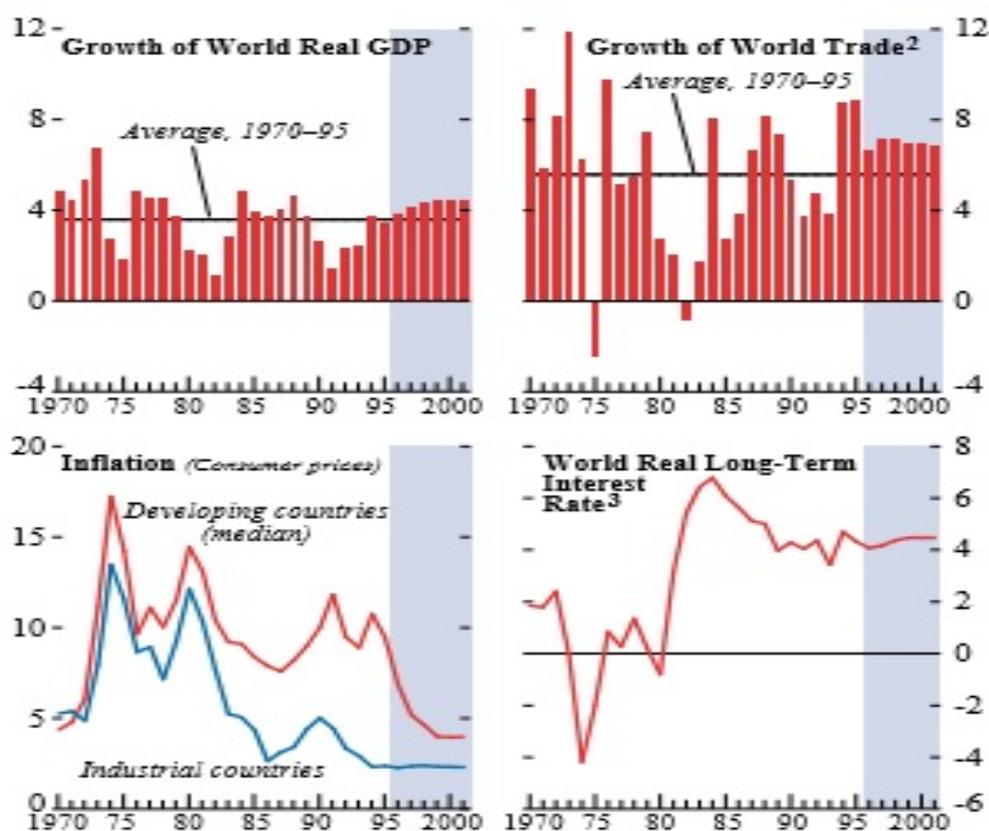
<sup>123</sup> MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 162.

<sup>124</sup> CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e integração periférica*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 126, 2007.p. 2.

crescimento mundial, além do declínio e estabilização do nível inflação entre 1970 e 1995. Isso significa que o desequilíbrio entre valor e preço no mundo foi sendo equacionado ao longo de 25 anos.

A dívida externa brasileira, nessa conjuntura, foi elemento de barganha para subjugar o país a uma nova ordem conservadora, na medida em que as negociações obrigavam o país a reduzir o nível de inflação, que significa redução de demanda, o que pode se desdobrar na diminuição do crescimento econômico. A média ponderada dos rendimentos da dívida pública de países pertencentes ao núcleo orgânico do capital (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá) denotam um espaço temporal de declínio (crise do petróleo) e outro de expansão no final da década de 1970 com o aumento da taxa de juros americana. E, concomitantemente, trazem à tona uma nova forma de controle do sistema, a expansão da dívida em função da emissão de títulos estatais. Essa foi a maneira de manter o fluxo de capital na tutela dos Estados centrais.

Gráfico 4 – Crescimento mundial, inflação e dívida pública



Fonte: World economic outlook (International Monetary Fund). ISSN 0256-6877. Ano 1996.

#### 1.4 Reação do empresariado do Rio de Janeiro: a formação da AD-RIO

O aumento exponencial da dívida externa brasileira impôs mudanças relativas à expansão do capital operada pela burguesia interna durante as décadas de 1970 e 1980. A nova conjuntura econômica imposta era de escassez de investimentos externos<sup>125</sup>. Além dessa questão conjuntural, destacamos que o Brasil, do ponto vista histórico, de médio e longo prazo, não constituiu um mercado de capitais capaz de ofertar condições ao desenvolvimento econômico local. Há dois pontos de vista, complementares que problematizam essa escassez de capitais.

A primeira encerra uma análise prática, na qual o prisma explicativo se norteia na baixa proteção legal e no alto custo das transações, assim mitigando a ação de investidores. Outro fator seria a falta de transparência na gestão, inibindo a adesão de sócios minoritários. A sujeição a choques inflacionários ocasionais e contínuos, como os choques da balança de pagamentos complementam a argumentação<sup>126</sup>.

No outro prisma interpretativo, o estruturalista, entende-se que no Brasil existe a atrofia do mercado de capitais face à própria ausência de condições históricas, institucionais e macroeconômicas. Ou seja, não houve o desenvolvimento de forças produtivas capazes de formar um base sólida de capital local, nem a formação de bancos que dinamizassem o processo de acumulação. A indústria no Brasil emerge face ao apoio do Estado, que instrumentalizou canais de financiamento, assim engendrando o imenso endividamento estatal. Não raro, o Estado brasileiro também atuou na proteção de mercados, como o bancário e o de empreiteiras de obras públicas, deixando para empresas de capital estrangeiro investimento que demandassem patentes tecnológicas<sup>127</sup>. Essas empresas exerceram um papel importante na formação de capital fixo do país. Do total da tomada de recursos externos, em média, 45% era destinado a empresas estrangeiras entre 1974-1978. O percentual caiu para 20%, ao final da década de 1970, e para 10%, em 1982, após a moratória mexicana<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 1, 1993. p. 143.

<sup>126</sup> LAZZARINI, Sérgio G. e MUSACCHIO, Aldo. *Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015. p. 233.

<sup>127</sup> COSTA, Fernando Nogueira da. *Comparando capitalismos financeiros*. Texto para discussão. IE/Unicamp, nº 160, 2009. p. 21.

<sup>128</sup> CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. *Capitais externos e financiamento de longo prazo no Brasil*. In: *História Econômica do Brasil Contemporâneo* (organização: Tamás Szrecsányi e Wilson Suzigan). São

Esse perfil demonstra o alto nível de dependência da produção, em escala nacional, do capital externo. Isso revela uma contradição do capitalismo no Brasil sob a ótica liberal, com um mercado de capitais raquítico, o desenvolvimento econômico passa necessariamente pelo Estado, que atua em duas vertentes, garantindo financiamento e mercado à iniciativa privada, e pelo investimento direto estrangeiro.

A conjuntura de crise do capitalismo no mundo torna a manutenção do status quo a pedra de angular das ações das classes dominantes. A dívida externa impunha limites ao deslocamento de capital estatal, assim como políticas de proteção de mercado. A economia do Rio de Janeiro é interessante nesse sentido. Com o segundo maior parque industrial do país, embora complementar ao de São Paulo, o estado, na década de 1980, vendia uma boa parcela da sua produção para o mercado interno e tinha em seu território um grande número de grandes empresas transnacionais e estatais.

O descompasso do crescimento de sua economia com a média nacional<sup>129</sup> e a crise econômica propiciaram discussões sobre novas formas de capitalização de investimentos. Isso foi materializado com a criação da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-RIO).

A agência foi criada em 1987, ano da quebra da bolsa de Nova York. Copiando o modelo da agência de fomento do estado de Minas Gerais, que atraiu empresas que atuavam no Rio de Janeiro, a nova instituição tinha o objetivo de: desenvolver estudos a fim de detectar setores promissores; realizar a viabilização de projetos; auxiliar na busca por áreas para implementação de empreendimentos; e realizar a intermediação de negócios entre os organismos de fomento industrial e os investidores interessados. O orçamento inicial previsto fora de US\$ 3,2 milhões, com a participação de 50% via empresas públicas e 50% da iniciativa privada<sup>130</sup>.

A forma de financiamento demonstra a ativa- e majoritária - participação do Estado. O expediente é comum ao longo da década de 1980. Empresas públicas emitiram debêntures no mercado internacional de modo a financiar a economia interna<sup>131</sup>.

Light, Furnas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CERJ) e Companhia Estadual de Gás (CEG) investiram no patrimônio

---

Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. p. 195.

<sup>129</sup> SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 43.

<sup>130</sup> *Jornal do Comércio*, nº 56, p. 12, 1987.

<sup>131</sup> LAZZARINI, Op. cit., p. 113, 2015.

inicial da agência. Por meio de suas empresas, governos federal e estadual criaram as bases para um novo padrão de acumulação de capital no estado do Rio de Janeiro. Nota-se que o endividamento público em função da iniciativa privada perdurou, mas de forma a comprometer o próprio patrimônio público, pois essas empresas foram privatizadas na década de 1990, com exceção de Furnas.

No que tange à iniciativa privada na formação da AD-RIO, notamos que há blocos de setores da economia bem delimitados, são eles: a construção civil; bancos e seguradoras; petróleo e petroquímica; indústria de bens de consumo durável e não durável; empreendimentos e serviços; e mineração. O número de empresas privadas perfazia o total de trinta e duas.

São marcantes no empresariado ligado a esses setores a presença de grupos familiares brasileiros, empresas de capital associado e empresas transnacionais. No setor de construção civil, empresas de caráter familiar, como Mendes Júnior e Andrade Gutierrez, tinham como estratégia a expansão de suas atividades extrafronteira, além da abertura de seu capital societário, sem perder o controle acionário das ações ordinárias (ações com direito a voto)<sup>132</sup>. A Engevix, cuja atividade principal é a elaboração de projetos, tinha um papel complementar na agenda de desenvolvimento do Rio de Janeiro, pois sua interlocução com grandes empreiteiras resultou no planejamento e execução das obras de despoluição da Baía de Guanabara na década de 1990.

Cimento Portland<sup>133</sup>, Cimento Tupi<sup>134</sup> e Brasilit<sup>135</sup> encerram uma cadeia de produção ligada à construção no estado do Rio de Janeiro. A região sudeste detinha 36% das reservas de

---

<sup>132</sup> BONELLI, Regis. *As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90*. Texto para discussão nº 569: IPEA, 1998. p. 40.

<sup>133</sup> Pertencia ao grupo Lafarge, de origem francesa e atualmente o maior conglomerado de materiais de construção do mundo, que iniciou suas atividades no país em 1959, por meio da Companhia de Mineração de Cimento (COMINCI). No ano de 1962, implantou uma fábrica em Arcos/MG. Em 1979, fundiu suas operações brasileiras com as da canadense Lone Star e, em seguida, inaugurou a fábrica de Cantagalo/RJ, em 1982, que é a única do país a fornecer cimento para poços petrolíferos. C. f. SANTOS, Leandro Bruno. *A indústria do cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização*. Revista Sociedade e Natureza, nº 23, Uberlândia, p. 82. & <[http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_3\\_B\\_5-Cimentos\\_Especiais](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_3_B_5-Cimentos_Especiais)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

<sup>134</sup> A Tupi, fundada em 1949 sob a denominação de Companhia de Cimento Vale do Paraíba, com produção de cimento sendo iniciada a partir da unidade localizada em Volta Redonda – RJ alterou sua denominação para Cimento Tupi S.A. em 1972. Em agosto de 1999, foi constituída a CPCimento e Participações S.A. Ela é uma holding não-operacional, das integralizações das participações dos acionistas da Cimento Tupi S.A. (Tupi) e da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (CCRG). Em novembro de 2006, por força de uma reestruturação societária, a CP Cimento alienou a totalidade de sua participação societária na CCRG para a CAL Itaú Participações S.A. companhia integralmente controlada pela Votorantim Participações S.A. C.f. Projeto de assistência técnica ao setor de energia. Ministério das Minas e Energia. 2009 <<http://www.econoinfo.com.br/docs/cp-cimento-e-participacoes/historico/dE5IPVIZzzNGFWQxPyXTMUQXIg%3D%3D?p=1>>. Acesso em: 04 maio 2017

calcário (matéria-prima para a produção de cimento) e concentrava o maior mercado consumidor de cimento no país<sup>136</sup>. A articulação dessas empresas por meio de uma agência de desenvolvimento seria essencial para criação de uma agenda econômica para a região. Projetos de urbanização de favelas, de mobilidade urbana e de tratamento de água e esgoto, financiados pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, serviriam de impulso ao setor. Neste caso, o Estado seria central na realização de empréstimos juntos a estas instituições.

O setor financeiro, composto por bancos e seguradoras, tinha o papel de correia de transmissão de capital local e estrangeiro à economia real. Compendo a AD-RIO, destacamos o Banco Boavista, que em sua carteira de investimentos fazia aplicações na indústria regional, Souza Cruz e Cia Aymoré, e no setor de serviços, Lojas Americanas. A construtora Mendes Júnior também fazia parte de sua carteira de investimentos<sup>137</sup>.

O Banco Bozano, Simonsen três anos após a fundação de sua primeira agência detinha 600 milhões de dólares, distribuídos entre fundos de ações de curto prazo, de investimento estrangeiro e de seguridade<sup>138</sup>.

Dividido em quatro empresas, duas ligadas ao setor de seguros, uma ao de capitalização e outra de investimentos, o grupo Sul América no início da década de 1990 detinha um faturamento de 1 bilhão de dólares, estando entre os vinte maiores do país<sup>139</sup>. João Pedro Gouvêa Vieira (dono do grupo Ipiranga) era presidente do conselho de administração da empresa. Com 40 milhões de dólares em certificados de privatizações, inferimos o interesse na cadeia produtiva do petróleo no estado do Rio de Janeiro. A associação com Scandinavian Bank Group formando o banco de investimento Sul América Scandinavian S.A. em 1988<sup>140</sup>, o que denota ligações de uma empresa pertencente a um grupo familiar brasileiro com o capital transnacional.

---

<sup>135</sup> Faz parte do grupo francês Saint-Gobain, um dos 100 maiores conglomerados industriais do mundo. No Brasil, o grupo atua há mais de 80 anos na produção de produtos voltados à construção. Fonte: <<http://www.brasilit.com.br/empresa/institucional>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<sup>136</sup> C. f. Projeto de assistência técnica ao setor de energia. Ministério das Minas e Energia. 2009 & <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cim ento.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cim ento.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<sup>137</sup> *Jornal do Comércio*. 19/03/1987. p. 29.

<sup>138</sup> *Jornal do Comércio*. 05/02/1990. p. 15.

<sup>139</sup> *Jornal O Globo*. 23/09/1990. p.55.

<sup>140</sup> *Jornal do Comércio*. 01/10/1988. p. 5.

As associações de interesses do capital demonstrados em composição acionária de empresas, investimentos na indústria transnacional, comércio e serviços, além do componente estatal, são características distintas do *modus operandi* do capitalismo na região. É em defesa da coerência estruturada<sup>141</sup> do estado que a AD-RIO atua dentro desse processo de crise do sistema capitalista.

A hegemonia do capital financeiro que se vasculariza na produção e serviços em busca de lucro no intervalo de tempo cada vez menor, essa é a nova faceta do capitalismo, que se inicia na década de 1970. Daí a importância da articulação das empresas por meio de uma agência, capaz de promover ganhos de escala, tendo em vista as características da região do estado do Rio de Janeiro.

O setor que alavancaria o PIB do Rio de Janeiro a partir da metade da década de 1990<sup>142</sup>, Petróleo e Petroquímica, também uniu interesses do capital transnacional e de grupos familiares na composição da AD-RIO. Aqui ressaltamos a importância de empresas com eminente influência no âmbito empresarial do Rio de Janeiro. A Shell, grupo anglo-holandês, que fundou, na ACRJ, o ENERJ, Energia para o Rio de Janeiro, cujo objetivo era a realização de discussões para a criação de um consenso privatista no setor de energia. Outro grupo de destaque é o Ipiranga que, embora de origem gaúcha, se sobressaiu na FIRJAN na década de 1990, quando Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente do grupo Ipiranga, tornou-se presidente da entidade empresarial.

A construção de um polo petroquímico, era visto, por políticos e empresários fluminenses, como solução para a recessão, pois desencadearia o estímulo à produção de todo um segmento industrial e, indiretamente, reaqueceria setores como o da construção civil, que seria responsável pela implementação da infraestrutura, além de criar empregos no setor de serviços. Com o objetivo de explorar e desenvolver a cadeia produtiva do petróleo na região do Rio de Janeiro, foi criada a Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro<sup>143</sup>. Os estudos sobre o setor ficaram a encargo da AD-RIO.

---

<sup>141</sup> HARVEY, Op. Cit., 2005, p. 146.

<sup>142</sup> SILVA, 2012, Op. cit., p. 60.

<sup>143</sup> Criada em 1987 pelo governo do estado, a COPPERJ tinha a finalidade de promover a localização e prover a infraestrutura básica do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito às necessidades de transporte, energia, telecomunicações, saneamento, abastecimento de água e apoio social. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/180c1eb5eed4ca5d032565410063c53e?OpenDocument>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

As Empresas transnacionais Unisys<sup>144</sup>, IBM Máquinas e Serviços Ltda<sup>145</sup>, Coca-Cola, Fiat, Michelin e Souza Cruz tiveram um grande peso na fundação da AD-RIO. Produção em larga escala e exportações, gerência e fluxo dinâmico das informações são imprescindíveis no processo de acumulação capitalista.

A reserva de mercado para produtos nacionais de informática é um bom exemplo para entender essa nova conjuntura. Segundo dados do Cacex, em 1986, a IBM exportou US\$ 139,3 milhões, e importou US\$ 150,3 milhões, enquanto a Unisys exportou US\$ 27,2 e importou US\$ 44,3. Os déficits produzidos pressionaram a balança comercial negativamente<sup>146</sup>. Um dos pilares da AD-RIO era o aumento das exportações das empresas locais. A pressão do capital transnacional sobre o Estado pela abertura de mercado, via Banco Mundial e FMI, em função da dívida pública, quebra a reserva de mercado de informática em 1991<sup>147</sup>, assim alavancando o processo de concentração de capitais.

Em resumo, estamos afirmando que há um duplo movimento nas relações empresas, mercado e Estado, o primeiro pressupõe uma aliança entre entes privados e públicos com vistas a expansão transfronteiriça e acumulação de capital. O segundo traça a competição intercapitalista. Desse ponto, observamos que empresas com maior expertise tecnológico e capital, além da influência política de seus países de origem, são capazes de destruir capitais mais vulneráveis em curto prazo, ainda que esses grupos se organizem. A AD-RIO representa,

---

<sup>144</sup> Empresa transnacional americana especializada na produção de chips e afins. Em 1992, a empresa passa a vender serviços de tecnologia da informação. Disponível em: <<http://www.unisys.com.br/about-us/company-history>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

<sup>145</sup> A IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda é uma das subsidiárias da IBM World Trade Corporation que se instalou no Brasil em 1917. Em 1985 a IBM Brasil cria o conceito de trabalho em parceria com empresas nacionais e anuncia o primeiro protocolo de entendimento com a Conpart, para a produção de fitas magnéticas. Outra parceria, com a Gerdau, cria a GSI (Gerdau Serviços de Informática), transferindo toda atividade dos bureaus de serviço da IBM. Atendendo às exigências do governo brasileiro de nacionalização de produtos, a IBM Brasil inicia a construção de salas limpas em Sumaré, para produzir discos magnéticos HDA. Em 1988 se iniciam as parcerias de produtos com empresas nacionais, como a Conpart para fabricar unidades de fitas magnéticas e como a Digilab, para impressoras. Começa o acordo de transferência de tecnologia com a SID para controladoras de comunicação e o contrato de revenda das estações gráficas IBM 5080 e de distribuição de pacotes de software para CAD/CAM com a Villares.

Na década de 90, formou uma parceria com a Itaotec, para a fabricação e comercialização do AS/400 e uma associação com a SID, para a produção do PS/2, por meio de uma nova empresa chamada MC&A. Disponível em: <[https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm\\_brasil.phtml](https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml)>. Acesso em: 03 jun. 2017.

<sup>146</sup> *Jornal do Comércio*. 03/01/1987. p. 5.

<sup>147</sup> A lei de 1984 criava uma reserva de mercado para os fabricantes nacionais de produtos de informática. Tal reserva propiciou a criação de mão de obra especializada no Brasil. Mas, ao final de 1991, ela foi extinta pelo governo Collor, assim abrindo o mercado para as empresas estrangeiras. Fonte: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772\\_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

em nível local, uma arena de conflito entre frações dominantes da região e as de alcance global.

A aliança com o capital internacional parecia mais vantajosa no entendimento do empresariado local, como o Monteiro Aranha, que também patrocinava a AD-RIO. Com participações na indústria e outros empreendimentos, o grupo familiar tinha participações na indústria petroquímica, de papel e celulose, de embalagens de vidro<sup>148</sup>, telecomunicações, controle das ações da empresa de telecomunicações Ericsson do Brasil, além de parcerias com o Banco Interatlântico e com a UAP Seguros Brasil SA, controlada pelo grupo segurador francês, UAP- L' Union des Assurances de Paris<sup>149</sup>, presente há mais de um século no Brasil<sup>150</sup>.

A presença direta ou indireta de bancos e seguradoras na AD-RIO é o traço distintivo que garantirá a sobrevivência de grandes grupos familiares na década de 1990<sup>151</sup>. A mudança no padrão de acumulação de capital premia a articulação com o grande capital financeiro.

A crise da dívida externa reduziu o investimento direto estrangeiro, ele teve queda de 1\6 entre os anos de 1982-1991<sup>152</sup>, assim impactando a economia fluminense, devido ao grande número de transnacionais em seu território. A saída para o empresariado, com atividades na região, foi a aliança com o grande capital financeiro internacional, e a pressão sobre o governo na resolução da dívida junto a organismos internacionais. Entre o início da década de 1980 e 1998 houve o crescimento patrimonial de grupos familiares<sup>153</sup>.

A criação da AD-RIO foi uma reação, dos empresários locais e o do grande capital transnacional, ao processo de crise do sistema capitalista por meio da formação de capital fixo<sup>154</sup>. O investimento na produção permite o equilíbrio na circulação do capital, aliviando temporariamente sua superacumulação, ao mesmo tempo que serve de alavanca para o próprio

---

<sup>148</sup> A empresa Cisper era a principal fornecedora de embalagens da Ambev, Nestlé e Coca-Cola.

<sup>149</sup> Em número de clientes, em 1991, a seguradora era a 1ª da França e 2ª da Europa.

<sup>150</sup> *Jornal O Globo*. 28/10/1991. p. 17.

<sup>151</sup> BONELLI, 1998, Op. Cit., p. 7.

<sup>152</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 67.

<sup>153</sup> BONELLI, 1998, Op. Cit., p. 5.

<sup>154</sup> HARVEY, 2013, Op. Cit. p. 300.

processo de acumulação, ou seja, há um duplo movimento de contradição estrutural inerente ao próprio capitalismo, expansão/acumulação<sup>155</sup>.

Nessa conjuntura, o estado do Rio de Janeiro seria um polo de atração de investimentos. Entendemos como fatores favoráveis à atração de capitais o parque industrial instalado (o 2º maior do país, e com um elevado número de transnacionais); a extração de petróleo em larga escala na bacia de campos (o que gerava oportunidades na constituição de uma cadeia de produção do petróleo); empresas estatais de telecomunicações e energia<sup>156</sup>, promotoras do desenvolvimento local com o fornecimento de infraestrutura para atividades da iniciativa privada; mão de obra qualificada, e excedente, formada por universidades públicas de referência nacional<sup>157</sup>; mercado consumidor; e sua própria localização estratégica, a qual o coloca em contato com oceano Atlântico, facilitando o fluxo de mercadorias via portos (Sepetiba e do Rio de Janeiro), além de sua malha ferroviária em conexão com o seu interior e estados de Minas Gerais e São Paulo, representantes das maiores economias do país.

A aliança entre Estado nacional e grande capital estabelece uma relação simbiótica, na qual a região do Rio de Janeiro se destaca como uma proposta de um modelo novo de acumulação, cuja hegemonia é do capital financeiro. O objetivo central é a atração de capitais para investimento, e acumular divisas via exportação. Nesse processo, as empresas transnacionais extraem mais valor<sup>158</sup> no local onde estão instaladas e o transferem às suas matrizes, em geral, localizadas em países centrais.

Na outra ponta, o Estado facilita as operações dessas empresas, via política, e financia expansão desse mesmo capital privado (seja transnacional ou associado) por meio de endividamento e investimento de suas empresas estatais. O pano de fundo dessa lógica operada pelo grande capital em países periféricos é desenvolver um fluxo de endividamento e acumulação capaz de manter a dependência recorrente de capital estrangeiro, mas sem perder de vista as condições que tornem o Estado capaz de realizar o pagamento da dívida ora contraída.

As reservas internacionais são chave para o entendimento dessa nova dinâmica do capital. Elas representam o total de moeda estrangeira, no caso brasileiro, a soma de dólares mantidos sobre o controle do Banco Central (BC). Quando há mais entradas de dólares que

---

<sup>155</sup> MÉSZÁROS, Istvan. Op. Cit., 2002. p. 139.

<sup>156</sup> Nos referimos à Embratel, Telerj, Light, CEG, Cerj, Petrobrás.

<sup>157</sup> UERJ, UFF, UFRJ, UNI-RIO e UFRRJ.

<sup>158</sup> MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 227.

saídas, o BC acumula reservas. Inversamente, quando o país é deficitário, há uma saída de divisas que o BC cobre fazendo uso das reservas acumuladas.

Além dessa função, de cobrir os eventuais déficits nas contas externas, as reservas internacionais também podem ser usadas para evitar ataques especulativos contra a moeda<sup>159</sup>. Em outras palavras, as reservas garantem a estabilidade do sistema de pagamentos, condição indispensável para realização de novos empréstimos junto ao mercado.

Nesse sentido, a AD-RIO, constituída no ano de 1987, pode ser vista como instrumento de aumento de receita em nível regional que impacta o âmbito macroeconômico. Inferimos que a ideia do empresariado fluminense, a promoção do estado do Rio de Janeiro como polo atrativo de investimentos, tem relação com essa nova conjuntura econômica, que exigira cada vez mais receita em virtude do alto endividamento do Estado.

O comportamento das reservas é elucidativo à despeito da transição para um modelo que retira a produção do centro das relações econômicas, pondo em seu lugar o mercado financeiro. A perda de 5 bilhões de dólares, em reservas, entre 1984 e 1986, chegando a um total de US\$ 6.760 bilhões, e seu aumento exponencial, resultando na soma de US\$ 51.840 bilhões, em 1995<sup>160</sup>, revelam o aumento de sua importância. O crescimento acentuado das reservas internacionais corresponde à globalização financeira nos países emergentes, iniciada na década de 1990<sup>161</sup>. Esse é um expediente que tenta mitigar os efeitos do ritmo cada vez mais acelerado de circulação do capital.

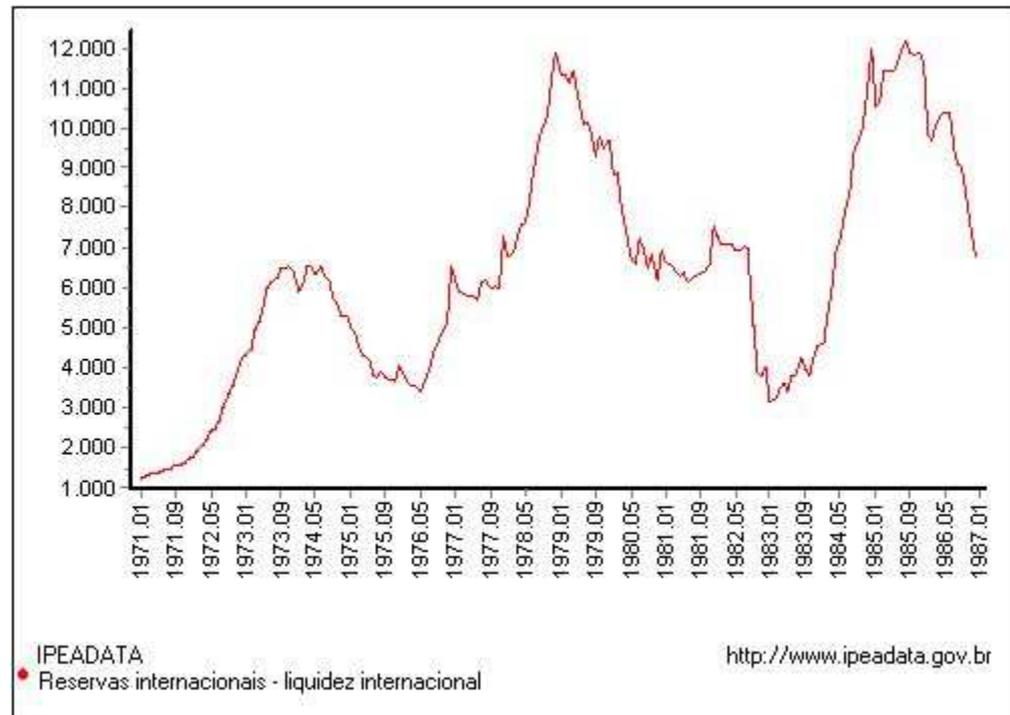
---

<sup>159</sup> Disponível em: <[http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo\\_Resp.aspx?id=2631](http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=2631)>. Acesso em: 28 maio 2017.

<sup>160</sup> Fonte: Ipeadata. Acessado em 28/05/2017.

<sup>161</sup> LÉLIS, Marcos Tadeu C.; CUNHA, André Moreira; VAN DER LAAN, Cesar R. *A estratégia de acumulação de reservas no Brasil no período 1995-2008: uma avaliação crítica*. Revista Economia e Sociedade, v. 21, n.1, 2012. p. 8.

Gráfico 5 – Reservas internacionais



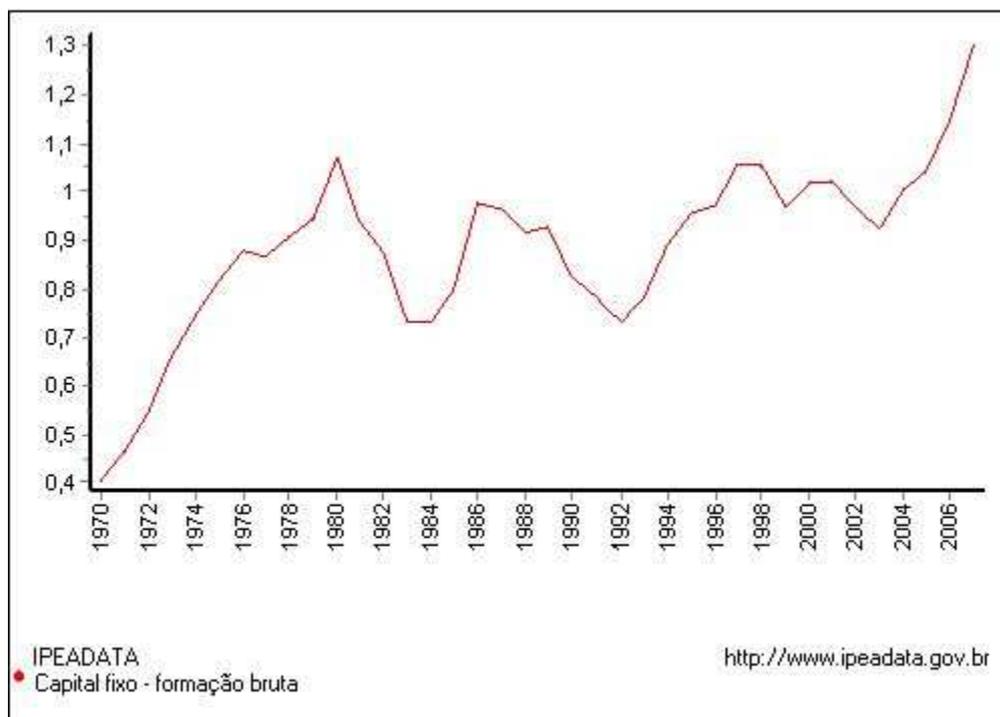
Fonte: Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

Dado a um ritmo mais lento de mudança, o capital fixo tem pouca flexibilidade dentro do processo de produção capitalista. Daí a tendência ao monopólio, ou oligopolização de setores da economia. Isso nos leva a importância da entrada de capital estrangeiro, assim como a adoção de estratégias para sua atração e formação de capital fixo.

Segundo o gráfico 6, a taxa de investimento em capital fixo teve uma leve queda entre os anos de 1986-1988, mantendo-se estável até 1989, quando há uma queda abrupta. Nesse intervalo de tempo em destaque ocorrem três momentos que chamam a atenção, a quebra da bolsa de Nova York em 1987; o fim do Plano Baker, em 1988, que previa a reestruturação da dívida externa de países da periferia, objetivo que não foi alcançado; as eleições para Presidência da República no Brasil de 1989 marcada por um forte antagonismo entre dois projetos, o democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, e o da modernização conservadora de Fernando Collor, este mais alinhado com interesses do grande capital, pois havia o apoio explícito à agenda neoliberal.

Embora os dois últimos eventos tenham ocorrido após a criação da AD-RIO, entendemos que o empresariado envolvido em suas atividades tinham a nítida dimensão da conjuntura econômica, pois os fatos ocorridos não passavam de desdobramentos de outros ocorridos ao longo da década de 1980. Desta maneira, era iminente um processo de realinhamento dos capitalistas.

Gráfico 6 – Capital fixo



Fonte: Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

No Rio de Janeiro, AD-RIO servia aos interesses do empresariado fluminense, que pretendia chegar ao padrão da maior economia do país, São Paulo. A fala de Paulo Kós, presidente da Velrome<sup>162</sup>, durante o lançamento da agência traduz nossa afirmação: “Se estiver instalado no Rio, vamos procurar induzir a aumentar seus investimentos por aqui. Estamos lançando uma meta que deve ser perseguida pelo estado. Queremos entrar no mesmo diapasão que São Paulo”<sup>163</sup>.

Na disputa por investimentos, a concorrência inter-territorial passou a dar a cadência na organização entre diferentes grupos empresariais. Uma das primeiras ações da agência foi o delineamento de um mapa detalhado que demonstrasse setores promissores no estado. Dados como situação da infraestrutura humana, infraestrutura básica (transporte, energia e telecomunicações) e industrial serviriam para traçar a matriz industrial do estado do Rio de Janeiro. A segunda etapa do mapeamento seria o confronto desses dados dos setores mais dinâmicos do estado com os de outros do país. Informações sobre tecnologia, possíveis parceiros congêneres no exterior e investidores potenciais também faziam parte da estratégia da pesquisa.

<sup>162</sup> A empresa era um importante estaleiro localizado em Angra dos Reis, além de ser sócia-fundadora da AD-RIO.

<sup>163</sup> *Jornal do Comércio*. 07/12/1987.

De acordo com o coordenador da agência, Paulo Fleury, seria necessário um grande aporte inicial de capital para a contratação de consultorias que iriam coletar as informações<sup>164</sup>. A parceria com Estado socializa os custos, deslocando receita pública para iniciativa privada.

Os esforços mobilizados pela agência tinham o papel de mudar o perfil econômico do estado, pois a maior parte de sua produção era destinada ao mercado interno. A nova estratégia de desenvolvimento econômico tinha como objetivo de tornar o Rio de Janeiro em exportador. Para tal, entendia-se como fundamental a atração de empresas com approach tecnológico de EUA, Japão e Europa para a região, que poderiam se associar a empresas de médio porte local.

Do ponto de vista do processo de globalização, a associação com empresas estrangeiras poderia aumentar a receita interna face às exportações para os seus próprios mercados fora do Brasil. A formação de marcas brasileiras com know how tecnológico, era o modelo idealizado para consecução de um novo modelo de exportação. A intenção era inverter a dependência, aumentando o poder de barganha no exterior. O coordenador da AD-RIO citou a Embraer como exemplo<sup>165</sup>. A estratégia era formar empresas capazes de concorrer no mercado internacional. Para tal, seria necessário um grande aporte de capital.

A crise financeira internacional, iniciada ainda na década de 1970 e eclodida em 1982, por não ser de natureza de excesso de produção, mas de dívida concentrada por meio de títulos da dívida pública americana transportada à periferia, região com escassez de divisas, oferecia um cenário econômico com pouca disponibilidade de recursos. A saída para competir num amplo processo de globalização da produção foi o Estado. As iniciativas dos empresários fluminenses demonstravam a dependência financeira externa e estatal. A Câmara de Investimentos do Rio de Janeiro, criada em fevereiro de 1990, exemplifica nossa afirmação.

Extinto o BD-RIO, a única fonte de financiamento do estado era o BNDES. Com a criação da Câmara de Investimentos, seria possível a captação de recursos de outras fontes, que seriam operacionalizados pelo Banco de Investimentos do Banco do Brasil (BB-BI). Ela foi formada pelo BNDES, BANERJ, ACRJ, FIRJAN, Centro da Indústria do Rio de Janeiro, Secretaria de Indústria e Comércio, Empresa Fluminense de Tecnologia (Flutec) e AD-RIO e tinha disponível 3 bilhões de dólares. As linhas básicas que pautariam a nova entidade seriam, segundo o superintendente do Banco do Brasil, César Medeiros,

---

<sup>164</sup> *Jornal do Comércio*. 07/12/1987. p.12.

<sup>165</sup> *Jornal do Comércio*. 07/12/1987. p. 12.

Para começar não haverá prioridade de setor para financiamento, com exceção de três áreas. Vamos priorizar a modernização e expansão dos bens de consumo, inclusive alimentos, de modo a formarmos, o mais breve possível, uma sociedade de consumo de massa, o que, por seu turno, criarão mercado para a nossa segunda prioridade, que é a de indústrias de alta tecnologia.<sup>166</sup>

Outra diretriz do banco era o investimento no setor produtivo estatal, no qual estavam incluídas a Petrobras, Eletrobras e CSN, além de participações no processo de privatização e em polos regionais de desenvolvimento. A captação dos recursos da Câmara de Investimentos seria gerida pelo BB-BI, e remunerada a preço de mercado<sup>167</sup>.

Contudo, a Câmara de Investimentos ficou parada após a implementação do Plano Collor I. O corte do gasto público, central no plano econômico, implicou em mudanças gradativas nas expectativas e comportamento do empresariado local, em virtude de mudanças no governo federal. Ganha espaço uma lógica mais voltada ao mercado financeiro.

A pauta desenvolvimentista, ou mista (nos escalões do governo Sarney havia keynesianos e adeptos das ideias da Escola de Chicago) perde força para a agenda neoliberal, ensaiada após o Plano Brady e Consenso de Washington, mas é efetivamente implementada em 1990. Não estamos afirmando que houve uma mudança abrupta no empresariado. Apenas constatamos que as mudanças operadas pelo capital no campo cultural (o neoliberalismo como única saída para a crise econômica) e econômico, com a destruição de capitais menos potentes, engendraram um consenso de que a formação da riqueza, o acúmulo de capital, passa necessariamente, e tem como eixo central o mercado financeiro, cuja dominância pertence aos grandes bancos internacionais.

Nesse “novo” paradigma econômico não há espaço para a formação de uma sociedade de consumo de massa na periferia do sistema econômico, como afirmado pelo superintendente do Banco do Brasil, pois sua contradição se expressa na avassaladora concentração de renda. A formação de corações tecnológicos<sup>168</sup>, fusões e aquisições e obsolescência tecnológica programada<sup>169</sup> deslocam o cenário da crise econômica para uma centralização salvadora<sup>170</sup>, capaz de criar condições de competitividade. Isto posto, a fala de Medeiros quando explicita que não há prioridade setorial para investimentos, infere uma política estatal do tipo

---

<sup>166</sup> *Jornal do Comércio*. 06/02/1990. p.7.

<sup>167</sup> *Jornal do Comércio*. 06/02/1990. p. 7.

<sup>168</sup> DREIFUSS, 1996, Op. Cit. p. 48.

<sup>169</sup> HARVEY, Op. Cit., 2013, p. 301.

<sup>170</sup> MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 254.

keynesiana, contudo a suspensão da Câmara de Investimentos por Collor denota a opção pela formação de oligopólios e sujeição ao grande capital.

Em alguma medida havia um conflito intraclasse no Rio de Janeiro, o que explica, ainda que em nível local, o avanço e a resistência às medidas propostas no Consenso de Washington. A FIRJAN, embora fosse adepta à redução do Estado, requeria investimento público para o setor produtivo. A Câmara de Investimentos funcionava em sua sede.

Na outra ponta, apoiando a agenda do grande capital, o grupo Monteiro Aranha defendera um ajuste fiscal prioritariamente por corte de despesas do governo ao longo do ano de 1990<sup>171</sup>. Sua influência no governo Collor tinha um peso significativo, pois foi o principal financiador e articulador da campanha do presidente eleito<sup>172</sup>.

Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo, indicara nomes para equipe econômica. Mario Henrique Simonsen<sup>173</sup> foi sua indicação para o Ministério da Economia. Embora não tenha aceito o convite de Collor para a pasta, após uma longa negociação, não resta dúvida do elevado grau de penetração de uma agenda do grande capital associada à elite econômica local no novo governo. Simonsen era sócio consultor do Banco Bozzano, Simonsen (correia de transmissão do capital internacional no Brasil) e ligado ao Citibank, maior investidor estrangeiro no país<sup>174</sup>. A nova conjuntura demandava o estabelecimento de um consenso hegemônico em frações e camadas da sociedade<sup>175</sup>.

### 1.5 O “capitalismo democrático” como avanço da hegemonia neoliberal

A investigação e o debate sobre o modo de produção capitalista, na concepção de Marx, tem como fulcro o trabalho. Em sua concepção, o trabalho é apresentado como forma efetivadora do ser social. Ele é a mediação entre o homem e a natureza, derivando dessa interação todo o processo de formação humana. O homem é um ser social, assim, sua relação com a sociedade é indissociável. Nesse sentido, a construção da ideia de um “capitalismo

---

<sup>171</sup> *Jornal O Globo*. 30/12/1990. p. 27.

<sup>172</sup> *Jornal O Globo*. 01/01/1990. p. 18.

<sup>173</sup> *Jornal O Globo*. 01/01/1990. p. 18.

<sup>174</sup> *Jornal O Globo*. 26/08/1990. p. 50.

<sup>175</sup> POULANTZAS, Op. Cit., 1978. p. 15.

democrático” pelo empresariado é passível de crítica por meio da investigação da relação trabalho-propriedade privada- troca.

Como instrumento de investigação, a dialética de Marx, que serve de contraponto a de Hegel, a qual é idealista, circular, funciona nas palavras de István Mészáros como, a “arma da crítica” e “crítica das armas”. Nesse sentido, entendemos que a filosofia de Marx é demarcada pela ação constante da crítica do sujeito em relação ao objeto, o social. O progresso no campo das ideias é o seu fundamento, na medida em que toda realidade é passível de crítica, por conseguinte de uma incessante transformação.

Segundo Marx, integrando a filosofia à vida real, é possível superar as contradições sociais, proporcionando, desta maneira, a emancipação. Não se trata de convergir para a inevitabilidade da revolução, tratando a análise social de forma ideológica. Mas sim de refutar o idealismo e o conservadorismo. Considerando como bases reais da universalidade humana, a economia, o processo histórico, as relações sociais e a classe produtora da riqueza, Marx desnuda todo o processo ideológico que oculta a centralidade do trabalho na relação entre o homem e a natureza.

A partir da concepção de Marx sobre o trabalho, a mercadoria é entendida como universal, pois é produto do trabalho. Assim, existência da propriedade privada revela uma relação social de dominação aventada num momento histórico específico, sendo estruturada em função do modo de produção capitalista. A partir desse ponto de vista, conseguimos entender a relação entre estrutura e superestrutura na conjuntura da década de 1990. Uma nova agenda hegemônica, que oculta a relação entre trabalho e produção, foi posta de maneira mais aguda.

Em editorial publicado em fevereiro de 1990, intitulado de “A nova hora”, a Revista do Empresário discorre sobre expectativas em relação ao novo mandatário da República e, como contraponto, fazia críticas à gestão política anterior, tanto do executivo quanto do parlamento.

A linha argumentativa lançou mão de expressões como falta de confiança nas instituições democráticas, administrações passivas e corruptas. A sobreposição do interesse pessoal em detrimento do coletivo, caracterizando o individualismo, servia de objeto de crítica à classe política, assim como a falta de valores ligados à nacionalidade e a causas sociais. Destacando a questão moral, era “exigida” a restauração de padrões mínimos de compostura e o respeito à coisa pública<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> Revista da Associação Comercial, nº 1256, p. 3.

Do ponto de vista do capital no Brasil, nos parece que o discurso tem o propósito de deslocar da questão econômica para a moral toda a problemática envolvendo a opção política de desenvolvimento econômico. O que estrutura as mudanças, sua relação dialética com o mundo, é desprezado de modo a perpetrar uma mudança na cultura a partir de um ponto de vista específico.

A chave interpretativa do texto, ou seja, o ponto central ligado à transformação do país, é a eleição para Presidência da República de 1989, com destaque para o segundo turno, disputado por Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello. Ela consiste na defesa de que candidatos com escassa biografia política se transformaram em autênticos fenômenos, pois foram capazes de passar por cima de estruturas arraigadas e de esquemas sedimentados, que representavam correlações de força vigorantes no país ao longo de muito tempo<sup>177</sup>.

A superação do “velho” fazia parte de uma visão de classe. A manutenção de um status quo diante de transformações em escala global só se daria em virtude da defesa de um “novo” que pudesse encetar mudanças estruturais e dinamizá-las no campo político econômico. O ponto precípuo era o ordenamento das contas públicas, que implicava diretamente em questões como a hiperinflação. A reboque nesta conjuntura, o papel do Estado na economia, a renda e o acesso ao emprego seriam objeto de intensiva discussão, exemplificando interesses difusos e contraditórios.

O processo de globalização precisaria do Estado para ser concretizado naquele dado momento na periferia. As mudanças institucionais operadas na América Latina ao longo das décadas de 1980 e 1990 proporcionaram a expansão e o fortalecimento do capital monopolista. Após o período da ditadura militar, a democracia serviria de elemento de consenso<sup>178</sup>.

Disputas no campo político seriam arbitradas por instituições democráticas. No tocante à aparência, qualquer tipo de alteração do papel do Estado estaria legitimada por um ambiente democrático. Nada mais democrático que um ex-operário e um empresário disputando o segundo turno da eleição para Presidência da República, daí a crítica à velha política no editorial. Em outras palavras, o grande capital operou transformações em seu favor por meio do estímulo à democracia e pela dívida externa, que pressionava o Estado a mudar o seu papel em relação à sociedade. Havia uma simbiose entre o campo político e econômico nesse aspecto. Trata-se aqui de considerarmos o início de uma revolução passiva, na qual não

---

<sup>177</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1256, p. 3.

<sup>178</sup> GRAMSCI, 2000, Op. cit. p. 31.

há rompimento com estruturas arcaizantes pela burguesia, mas sim da transmutação de um modelo, de um programa de reforma econômica do centro para a periferia.

A desconstrução do socialismo soviético diminuiu a resistência ao neoliberalismo. Enquanto as frações de classe<sup>179</sup> se realinhavam, organizações, sindicatos e partidos ligados aos trabalhadores perderam força. O engajamento do empresariado vem a reboque da difusão de um construto teórico neoliberal operado com mais intensidade na década de 1980, após experiências no Chile, EUA e Grã-Bretanha. O grande capital organizou uma cultura da classe dominante, na qual a dialética entre trabalho e mercado é praticamente nula. As palavras de Donald Stewart<sup>180</sup>, diretor da ACRJ à época, corroboram essa afirmação:

O mundo está mudando. O socialismo está sendo enterrado... Cada vez mais o liberalismo se afirma como única alternativa, como meio adequado para promoção do bem-estar e do aumento da riqueza que todos desejamos. Esperamos que ao optar por vencer ou vencer, o presidente Collor tenha efetivamente compreendido que essa é a sua única alternativa.<sup>181</sup>

A única alternativa apontada por Stewart, a liberal, tinha como pressupostos a homogeneização da circulação do capital fixo e circulante. No que toca a circulação do capital, o dólar flexível associado ao câmbio flutuante gerou mais instabilidade nas economias da periferia. Seu alto grau de dependência externa se eleva na medida em que suas moedas passam a depender do mercado financeiro, de forma mais intensiva.

Na outra ponta, a tecnologia que padronizava globalmente os processos produtivos, objetiva nivelamento da produtividade do trabalho, e por conseguinte sua intensidade. A convergência entre essas dinâmicas, financeira e produtiva, destaca a superexploração da mão de obra, porquanto para aumentar a competitividade em nível global é preciso aumentar a jornada de trabalho, intensificando-o, e reduzir salários, sem respeitar o valor real da força de trabalho<sup>182</sup>.

---

<sup>179</sup> POULANTZAS, Op. Cit., 1978, p. 15.

<sup>180</sup> Fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em 1983. O empresário também foi filiado, ao longo de sua vida, a outras instituições de cunho neoliberal como, Mont Pèlerin Society, o CATO Institute, a Heritage Foundation, a Atlas Foundation, o Fraser Institute, o Liberty Fund e o Institute of Economic Affairs. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

<sup>181</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 3.

<sup>182</sup> MARINI, 2007, Op. Cit., p. 267.

A nova política industrial defendida por uma parcela do empresariado fluminense vai ao encontro dos interesses do grande capital financeiro. ACRJ, empresas transnacionais e grupos associados ao capital estrangeiro faziam coro por uma agenda neoliberal.

Uma das principais vozes era a do “Chicago-boy” Carlos Geraldo Langoni. Em sua concepção, a abertura da economia brasileira e sua inserção competitiva deviam ser entendidas dentro de um quadro mais amplo no contexto internacional. Ele criticava o modelo protecionista, o de substituição de importações, afirmando sua vulnerabilidade aos choques externos e à crise da dívida externa, além de culpabilizar o setor público “agigantado” pelo processo inflacionário explosivo<sup>183</sup>.

Nos parece que a crítica neoliberal tenta anular o desempenho econômico brasileiro na década de 1980 em virtude da elevada dívida externa, produzida pelos EUA em 1979. A balança de pagamentos brasileira foi superavitária ao longo do período passando de US\$ 6,470 Bilhões em 1983 para 16,119 bilhões em 1989<sup>184</sup>.

Em outros termos, não foi a proteção à produção interna que gerou distorções na economia, mas um fator exógeno, que impeliu condições favoráveis ao grande capital num país altamente dependente de capital externo a ser garantido pelo Estado, cujo papel é endividar-se em favor dos capitalistas que operam no território nacional. Nesse sentido a reorientação dos investimentos na economia brasileira, articulado por uma lógica de liberalização do comércio exterior, privatizações e desregulamentação<sup>185</sup> só serviria ao enfraquecimento do Estado.

O avanço do capital monopolista sobre setores de energia, comunicações, rodovias, portos e o comércio intra-indústria objetivavam uma economia nacional mais dependente e vulnerável em relação ao mercado financeiro internacional, dessa forma mantendo o status quo da classe capitalista internacional.

A análise dessa nova conjuntura fica mais clara na medida em que levamos em consideração os vários níveis de relações de força. Começando pela relação das forças internacionais, devemos considerar o que é uma grande potência, assim como agrupamentos de Estado em sistema hegemônico e conceito de independência e hegemonia. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas<sup>186</sup>.

---

<sup>183</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 4.

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

<sup>185</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 5.

<sup>186</sup> GRAMSCI, 2000, Op. cit. p. 20

A globalização é símbolo de uma inovação tecnológica sem precedentes, resultando numa nova concepção de produção que modifica organicamente a estrutura da economia mundial. A dinâmica de acumulação do sistema capitalista, liderada pelos países centrais, intervém na soberania de outras nações em maior ou menor medida dependendo de seu grau de independência.

Isso nos leva ao segundo ponto a considerar nas relações de força, grau de desenvolvimento das forças produtivas do país. Sob esse aspecto, embora tenha ocorrido a diversificação e a ampliação da estrutura industrial brasileira, com a indústria de transformação ampliando sua participação no PIB de 19% em 1955 para 30% em 1990, fazendo com que o PIB crescesse em média 6,3% a.a. e ocorresse um incremento na diversificação das exportações, cuja pauta era de 1% para produtos manufaturados em 1955 e, no final da década de 1980, correspondera a cerca de 50%<sup>187</sup>, o Brasil não foi capaz de tornar sua indústria em detentora de capacidade técnico-científica suficiente para concorrer no mercado internacional com empresas altos investimentos em ciência e tecnologia.

Quase toda tecnologia utilizada no país, com raras exceções, pertencia aos grandes conglomerados internacionais, pertencentes aos países da tríade Europa-EUA-Japão implicando um alto grau de dependência economias centrais. Isso nos leva ao terceiro ponto, as relações de força política e de partido. Orquestrado a partir de um ponto de vista de defesa econômica, segundo Gramsci,

[...] o chamado “partido estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que na realidade, mais do que representar forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas.<sup>188</sup>

Essa prática enseja mudanças no âmbito interno de um país periférico. No caso brasileiro, a defesa da globalização representou a vinculação de interesses do grande capital com o empresariado doméstico. Ainda que a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) fosse representante apenas de uma fração da classe dominante<sup>189</sup>, seus líderes tentavam estabelecer um consenso entre associados e outras associações e federações patronais no Brasil no que tange à política neoliberal. Encontros, seminários com a presença de intelectuais

<sup>187</sup> MOREIRA, Maurício Mesquita. A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?. p 295. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90\\_\\_b.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90__b.pdf)>.

<sup>188</sup> GRAMSCI, Op. cit., 2000. p. 20.

<sup>189</sup> POULANTZAS Op. cit., 1978. p. 15.

orgânicos e políticos foram recorrentes na agenda da entidade empresarial com o objetivo de conduzir à economia aos ditames do mainstream internacional.

Treze dias antes do segundo turno da eleição para Presidência da República, em 1989, a ACRJ promoveu o seminário “A economia que fica para o novo presidente”, que contou com a participação de figuras de destaque e influência no âmbito nacional, dentre elas, Roberto Campos, além de uma plateia de 120 dirigentes empresariais<sup>190</sup>.

Supomos que o nível de organização da entidade patronal junto a outras revela o terceiro momento da “relação de força” no sentido Gramsciano. O segundo momento, que corresponde a relação de forças políticas, o qual implica um grau de homogeneidade, autoconsciência e organização<sup>191</sup> alcançado por vários grupos sociais, no contexto que estamos analisando, parece ter sido superado em prol de um novo padrão de acumulação de capital, que reconfiguraria a economia, tornando mais abissal a desigualdade econômica.

O terceiro momento é aquele que, “os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o seu círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se o interesse de outros grupos subordinados”. Nesta fase de “relação de forças” observamos que questões econômicas extravasam para o campo político, localizado na superestrutura. Há uma unicidade política, moral, econômica e intelectual servindo a um plano “universal”. Estabelece-se a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados<sup>192</sup>.

Ao final de 1990, o processo hegemônico internacional começa a se cristalizar. Algumas lideranças dos setores de comércio, serviços, bancário, indústria e financeiro, no eixo Rio-São Paulo, convergiam sobre a redução do consumo e ajuste fiscal. Em seu caderno de economia, em 30 de dezembro de 1990, o jornal O Globo, traz evidências desse consenso numa reportagem intitulada de “Para empresários, hora é de austeridade”<sup>193</sup>. A informação foi estruturada a partir da visão de um grupo de empresários sobre o que aconselhariam ao governo, empresas e pessoas físicas para o próximo ano, haja vista a conjuntura de recessão.

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Arthur Sendas, defendia o enxugamento de estoques e a redução de gastos nas empresas. Essa era a mesma

---

<sup>190</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1259, 1990, p. 6.

<sup>191</sup> GRAMSCI, Op. cit., 2000. p. 40.

<sup>192</sup> GRAMSCI, Op. cit., 2000. p. 41.

<sup>193</sup> *Jornal O Globo*. 30/12/1990.

linha de Olavo Egydio Monteiro de Carvalho, presidente do grupo Monteiro Aranha, que acrescentava a necessidade do aprofundamento do ajuste fiscal.

Ligados diretamente ao setor produtivo, Mario Amato<sup>194</sup>, Antônio Ermírio de Moraes<sup>195</sup> e Oded Grajew<sup>196</sup>, não defendiam o corte de gastos com mão de obra nas empresas<sup>197</sup>, mas convergiam no apoio as ações adotadas pelo governo sobre as contas públicas. Amato disse que a credibilidade dada ao governo deveria ser de 100%, ao invés de 58%. Grajew alertava que os empresários não podiam depender do governo, enquanto o líder do grupo Votorantim afirmava que a dívida externa deveria ser negociada.

Empresários ligados ao setor bancário e financeiro tinham um discurso mais austero. Diminuição do consumo, aumento da produtividade e diminuição da intervenção do Estado na economia foram os pontos centrais. Fernando Nabuco, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, cobrava a negociação da dívida interna e externa e as privatizações. Léo Cochrane Júnior, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), aconselha as empresas a manterem estoques e preços baixos (numa clara alusão à defesa da diminuição da espiral inflacionária). Sobre o governo, disse que deveria haver a redução de seu déficit para iniciativa operar com tranquilidade.

Aprofundando a orientação de Cochrane Júnior, Theophilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, propunha a redução do gasto público e uma reforma constitucional, que diminuísse o repasse de excessivo de recursos da União para estados e municípios. Aos empresários, aconselhava a redução de custos e investimento em eficiência e produtividade.

Ricardo Eichenvald, presidente da Ouroinvest<sup>198</sup> defendia a desregulamentação financeira, pois propunha que o governo deveria deixar de intervir na economia. Para as

---

<sup>194</sup> Era presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

<sup>195</sup> Superintendente do grupo Votorantim. Suas atividades eram ligadas à produção de cimento, siderurgia, zinco, alumínio, celulose, e laranja até 1989. Na década de 1990 há uma mudança de perfil do grupo, quando funda um dos maiores bancos privados do país em 1991, e investe no setor de energia em 1996.

<sup>196</sup> Era presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos.

<sup>197</sup> A Firjan tinha uma postura similar. Durante o governo Collor, formou o eixo capital-Estado-trabalho, que advogava pela manutenção de investimentos estatais com apoio de entidades sindicais como CGT, Força Sindical, e até mesmo, uma parcela da CUT. A lógica é explicada pelo perfil da indústria do Rio de Janeiro, a qual produzia voltando-se para o mercado da própria região.

<sup>198</sup> O grupo Ourinvest atua no mercado brasileiro há mais de 30 anos. Iniciou sua história como uma fundidora, através da Ourinvest Sociedade Brasileira de Metais, empresa criada em 1979, que possibilitou o surgimento do primeiro instrumento de 'Hedge Cambial' a ser colocado em prática no Brasil, contribuindo de maneira decisiva na transformação do 'metal nobre' em ativo financeiro e institucionalizando este mercado no país. Em 1984, foi adquirida a Ourinvest DTVM S.A., instituição financeira, atendendo, já na época, grandes investidores e

peessoas físicas, aconselhou a apertarem os “cintos” (ou seja, reduzir o consumo). Em defesa da socialização das perdas, o presidente da Bolsa Mercantil e de Futuros<sup>199</sup>, Luiz Masagão Ribeiro, dizia que, embora a luta por direitos fosse justa, cada um deveria ter sua cota de sacrifício. Pregava também a redução da máquina pública como pressuposto para a estabilização econômica. Toda a ordem do discurso desse grupo de empresários provém da hegemonia do capital financeiro internacional. Um novo padrão de acumulação capitalista ganhara cada vez mais voz no Brasil.

Entendemos que a globalização e sua ideologia, o neoliberalismo, correspondem ao anseio desse grupo de empresários, que organizados, tentam expandir seus interesses por meio do Estado. Organizadas como “partido”, ou seja, eivadas de um arcabouço ideológico, a formação e superação de equilíbrios instáveis (aqui nos referindo às regras, ao direito, o qual deve ser fluido para reificação) é concebida com o controle do Estado.

A mudança de cultura faz parte de um processo dialético entre estrutura e superestrutura. Para efeito de nossa análise, consideramos que o grupo de empresários do eixo Rio-São Paulo tenta endossar a globalização, pontuando-a como parte de um processo modernizante, novo. Observamos que todo o esforço realizado visa a conservação do sistema capitalista, voltado para o favorecimento das classes mais abastadas.

É evidente que se produz ciência dentro plano burguês de mundo, contudo há barreiras impostas que restringem o campo de visibilidade cognitiva. Isso fica em evidência na medida em que são ventiladas ideias cujos conteúdos não rompem com a ordem existente, mas sim os aprofundam. Cortar custos oriundos do trabalho, que exige constantes melhorias na

---

acompanhando a crescente expansão da demanda e complexidade do mercado. Em 1990, foi fundada a Ourinvest International, que inaugurou as atividades do grupo no mercado internacional. Diversas operações realizadas em instituições consagradas conferiram ao grupo uma visão privilegiada do mercado internacional, que, já nessa época, estava em franca fase de globalização. O grupo foi o primeiro a distribuir Eurobonds emitidos por corporações brasileiras. Com uma sólida participação de mercado, o grupo estruturou por meio da Ourinvest International e de bancos internacionais, os primeiros fundos que utilizavam ativos da dívida nacional (“Bradies”). Também participou ativamente da negociação de Eurobonds brasileiros. Em 1991 o Banco Ourinvest S.A. foi integrado ao grupo, e passou a operar nas carteiras de investimento, crédito, financiamento e câmbio integrando assim a estrutura das atividades financeiras do grupo Ourinvest. Disponível em: <<http://www.ourinvest.com.br/pt/ourinvest>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

<sup>199</sup> A Bolsa Mercantil de Futuros surgiu em julho de 1985, tendo o início dos pregões de negociações no dia 31 de janeiro de 1986. As bolsas de mercadorias e futuros são associações privadas civis, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de hedging (proteção) ante flutuações de preço de commodities agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <[http://www.operefuturos.com.br/tudo-sobre-bmf-bovespa/historia-bmf/#.WTQkQsZv\\_IU](http://www.operefuturos.com.br/tudo-sobre-bmf-bovespa/historia-bmf/#.WTQkQsZv_IU)>, <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>>.

produtividade, que por sua vez demandam meios técnicos e organizacionais para extrair o máximo de excedente possível, dentro de um período fixo de tempo<sup>200</sup>.

Reforça nossa argumentação a falta de iniciativa de uma lógica econômica menos espoliadora. Ocorre o inverso, o recrudescimento de práticas nas quais o controle de custos se tornou cada vez mais central, tendo como desdobramentos a destruição de capitais menos potentes, face ao capital monopolista, e o desemprego estrutural inerente às transformações tecnológicas em ritmo exponencial.

Sob um ponto de vista comparativo, essa nova conjuntura econômica mundial remete ao Brasil um quadro de modernidade incompleta. O tema fez parte intervenção senador Roberto Campos<sup>201</sup> no evento empresarial da ACRJ. Segundo sua visão, as características da modernidade são:

[...]o capitalismo democrático (casamento da democracia política com a economia de mercado); o advento da sociedade do conhecimento e de alta tecnologia (com o conhecimento se tornando mais importante que os insumos materiais); o surgimento de mercados globais, com a internacionalização do comércio e dos fluxos de capital e a clientelização, ou seja, a soberania do consumidor”<sup>202</sup>

Numa primeira aproximação com a afirmação, nos parece que Campos enlaça o conceito de capitalismo e democracia, produzindo o que ele chama de modernidade. Há em seu conteúdo a ideia do avanço capitalista ser correspondente ao da democracia. O capitalismo democrático seria o livre mercado conjugado com uma profícua participação política da sociedade.

No entanto, é mister esclarecer que modernidade e capitalismo não são conceitos fundidos, ou interdependentes. O iluminismo, símbolo da modernidade, não traz consigo um projeto capitalista, mas princípios de uma emancipação humana universal e crítica diante de qualquer tipo de autoridade, seja intelectual, religiosa ou política num contexto histórico de uma sociedade não capitalista<sup>203</sup>.

---

<sup>200</sup> WOOD, Op. cit., 2001 p. 2.

<sup>201</sup> Diplomata de carreira, tendo ingressado no Itamaraty em 1939; presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) entre 1958-1959; ministro do Planejamento de 1964 a 1967 e Deputado Constituinte em 1987-1988. Coursou Economia na Universidade de George Washington, concluindo-o em 1946. Cf. KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. Roberto de Oliveira Campos (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Acessado em: 01 de janeiro 2014.

<sup>202</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº1256, 1990, p.6.

<sup>203</sup> WOOD, Op. cit., 2001. p. 114.

Objetivamente, no cerne do projeto da burguesia estava o questionamento à aristocracia mediante a invocação dos princípios universais da cidadania, igualdade civil e da “nação”<sup>204</sup>. Em resumo, a ideologia burguesa francesa do século XVIII teve pouco ver com o capitalismo e mais relação com as lutas em torno de formas não capitalistas de apropriação. Numa conjuntura histórica particular, assumiu uma visão ampla de emancipação humana geral, e não apenas da própria classe burguesa. Segundo Ellen Wood, tratava-se de universalismo emancipatório, razão pela qual pode ser retomado por forças mais democráticas e revolucionárias<sup>205</sup>.

Desse ponto de vista, ocorre a incompatibilidade do conceito de democracia com o capitalismo, na medida em que o segundo tende a ser conservador enquanto sistema econômico. Destarte, remetemo-nos à seguinte questão: Que tipo de emancipação, de cidadania, existe num sistema econômico no qual a lógica é a acumulação em detrimento do trabalho? A própria afirmação de Roberto Campos responde sob um viés conservador de classe: a soberania do consumidor. Mas todos tem acesso ao consumo?

Em 1999, 1/4 da população brasileira estava abaixo da linha de pobreza<sup>206</sup>. É preciso enfatizar que, na década de 1990, a política neoliberal e a globalização dominaram a agenda política brasileira.

O capitalismo está atrelado a uma concepção ideológica que se difere dos princípios iluministas. Wood defende que o capitalismo é dinamizado pela ideologia do “melhoramento”. Presente na Inglaterra, que de fato está imersa num contexto pré-capitalista, essa corrente ideológica não propunha o aperfeiçoamento da humanidade, mas o melhoramento da propriedade, a ética – e, a rigor, a ciência – do lucro, e o compromisso com o aumento da produtividade do trabalho<sup>207</sup>. Nesse sentido, não existe aspecto democrático no que concerne às relações capitalistas.

Em defesa de uma nova lógica para o capital no Brasil, o neoliberalismo, Roberto Campos ainda propunha:

O abandono do conflito de classes com dinâmica social, com as sociedades se tornando mais integrativas e com a substituição da tradicional dicotomia entre capital e trabalho pela do capital físico e humano, e o fim dos impérios políticos. A

---

<sup>204</sup> Idem. p. 116.

<sup>205</sup> Idem. p. 118.

<sup>206</sup> MONTEIRO. Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. Estudos Avançados, volume 17, número 48. 2003.p. 10.

<sup>207</sup> WOOD, Op. cit., 2001. p. 119.

primeira descolonização moderna pôs fim ao colonialismo ocidental e a segunda está pondo fim ao império soviético.<sup>208</sup>

A declaração tem o objetivo de esvaziar qualquer tipo mudança estrutural no âmbito sócio-econômico. A proposta é nitidamente aprofundar o conservadorismo, fazendo sua defesa por meio da naturalização contexto social. A simbologia da Revolução de Outubro perde força em escala mundial com o fim da União Soviética, reforçando a ideia de que o capitalismo é o fim da história, dando uma falsa impressão a histórica.

Consoante Eric Hobsbawm, “a questão fundamental em história implica a descoberta de um mecanismo tanto para a diferenciação dos vários grupos sociais humanos quanto para a transformação de um tipo de sociedade em outro, ou para sua não transformação”<sup>209</sup>.

Nos detendo apenas ao mecanismo para a não transformação, temos a chave interpretativa para a fase globalizante do capital. A difusão da dimensão a histórica do capitalismo tem o papel de conservá-lo. Crises econômicas (1973, 1979, 1987, 1997, 2007/2008) franqueiam um processo contínuo de monopolização do capital, que possui mecanismos de conservação eficazes.

O aumento da concentração de renda e da pauperização em nível global são faces de uma mesma moeda, que criam condições para manutenção da ordem estabelecida. O elemento-chave para a produção dessa conjuntura foi o fim da guerra de ideias depois de 1989, com o fim da União Soviética e a demolição dos regimes do leste europeu. Aquele, havia sido o momento adequado para fundamentar um novo e duradouro consenso que deveria deixar firmemente assentada a convicção de que toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil<sup>210</sup>. O abandono do conflito de classes, além da desconstrução da dicotomia capital-trabalho tem esse sentido, o de impedir qualquer tipo de subversão ao neoliberalismo ora imposto.

Naturalizar a divisão da sociedade em classes sociais, necessariamente, deixa de lado qualquer tipo de discussão sobre a essência do trabalho e sua relação com o social. A essência subjetiva da propriedade privada é o trabalho<sup>211</sup>. Em outros termos, a constituição da propriedade privada é posterior ao processo de trabalho, este inerente ao homem. Partindo desta premissa, é possível depreender que uma sociedade de classes, assim como a estrutura e

---

<sup>208</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº1256, 1990, p.6.

<sup>209</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 164.

<sup>210</sup> FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998.p. 17.

<sup>211</sup> MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo. 2008. p. 99.

superestrutura que lhe dão sustentação, fazem parte de um determinado momento histórico. O que não muda no tempo e no espaço é a essência humana da natureza, o homem social<sup>212</sup>.

O indivíduo é um ser social, o que torna indissociável sua relação com a sociedade, a qual é de caráter universal. A propriedade privada desconstitui a essência humana, separa a relação entre indivíduo e sociedade, pois ela tem um fim em si mesma, é coisa em si<sup>213</sup>. Diferente desta concepção, na relação humana (homem-sociedade), o sujeito é que dá sentido ao objeto, não há a coisificação.

Em outras palavras, no sistema capitalista, o produto do trabalho, a propriedade privada, é estranhado pelo próprio produtor, uma vez que ele não dá sentido social ao que produz. Se a essência humana é o trabalho voltado para a vida em sociedade, num movimento dialético, o que justifica sua utilização sem que o homem possa dá-lo algum sentido?

A resposta está na retirada do papel de sujeito do ser humano na história. A coisificação promove inércia, que por sua vez conserva as condições de existência do sistema econômico capitalista. Não há nada de moderno no estancamento da luta de classes, pelo contrário, apenas engessa a perspectiva de rompimento com a ordem estabelecida.

Capitalismo e democracia não são complementares. O incontroleabilidade do capital provoca crises, que, longe de serem apenas conjunturais, são inerentes ao próprio sistema capitalista. Num movimento tático, os capitalistas reificam cada vez mais as relações sociais. O neoliberalismo colocado no bojo da globalização é a materialização desse novo tipo de conservadorismo. Anseia-se a manutenção do status quo modificando a cultura, estabelecendo novos tipos de relações na base, estrutura.

### **Conclusões precárias**

Neste capítulo discutimos a construção da transição de um padrão de acumulação de capital, cuja base é industrial, para outro com características fortemente dependentes do capitalismo financeiro. A mudança operada no sistema capitalista, a partir da década de 1970, tem como fulcro o resgate da tese central de Hayek, livre mercado sem intervenção estatal, criada durante a 2ª guerra mundial. No Brasil, esse arcabouço teórico foi difundido por instituições multilaterais de fomento (BIRD e FMI, principalmente) com apoio de uma parcela importante do empresariado do Rio de Janeiro.

---

<sup>212</sup> Idem. p. 106.

<sup>213</sup> Idem. p. 109.

A construção de um consenso sobre a agenda neoliberal, que entendemos como conservadora, passou momentos diferentes entre meados da década de 1980 e início da de 1990, quando foi praticamente consolidado durante os governos Collor e Itamar Franco. As discussões sobre formas de transição esbarravam na dívida pública. Por ser sustentáculo da atividade capitalista no Brasil, as discussões sobre a negociação da dívida externa se expressou como principal componente para alavancagem da economia.

O capital transnacional foi muito ativo no processo de transição. O Rio de Janeiro era chave nesse sentido, por deter um grande número de empresas de capital associado, transnacionais e representantes do capital estrangeiro. A participação era tão ativa a ponto desses grupos veicularem uma propaganda sobre a importância da participação capital estrangeiro na economia durante a Assembleia Constituinte<sup>214</sup>.

O empresariado do Rio de Janeiro foi interlocutor ativo da agenda neoliberal, embora tivesse desentendimentos intraclasses sobre o modo em que realizaria a transição. A formação da AD-RIO talvez seja a maior expressão da tentativa de alterar, significativamente, o nível de atividade econômica no estado, a partir da simbiose com grupos estrangeiros e o próprio Estado. A situação da região era privilegiada pelo grande número de estatais em composição com um projeto econômico regional.

---

<sup>214</sup> A propaganda difundida defendia o capital estrangeiro como garantidor do desenvolvimento nacional. Seus patrocinadores eram a FIESP, CNI, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional das Associações Comerciais (presidida por Amaury Temporal, que também era presidente da ACRJ). *Fonte: Jornal do Brasil*, edição 111, 28/07/1988. p. 3.

## **2 O RIO DE JANEIRO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAPITAL**

Na esteira de uma agenda neoliberal, os governos Collor, Itamar e FHC remodelaram o Estado brasileiro por meio de reformas econômicas, ajustes fiscais severos e privatizações, o que se desdobraria na diminuição da participação do Estado na economia, signo da adoção do receituário do Consenso de Washington.

O objetivo central era provocar a inserção do Brasil no processo de globalização, cuja ordem era pautada estritamente nas forças do mercado e, concomitantemente, renegociar a dívida externa mitigando a capacidade de investimento estatal. Contudo, o governo central não seria desprovido totalmente de sua função de interventor no ambiente macroeconômico.

Além de criar condições para penetração e circulação de capitais, favoráveis a grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, o Estado brasileiro, imerso num novo tipo de padrão de acumulação de capital, o neoliberalismo, seria parceiro em grandes empreendimentos. Seu *modus operandi* seria garantidor de agentes econômicos que se articulassem vislumbrando o mercado global.

No estado do Rio de Janeiro, a prestação de serviços de infraestrutura portuária, de comunicações, energia, construção civil e eventos internacionais seriam capazes de propiciar um novo ciclo de crescimento econômico regional. Mudanças na lógica de ocupação do território tornariam a região metropolitana, em especial a cidade do Rio de Janeiro, num grande centro de prestação de serviços, deixando para o interior, mas não exclusivamente, o papel de realizar o processo produtivo por meio de novos e antigos nichos industriais.

A presença de grandes empresas estatais e seu investimento em infraestrutura no estado serviria à atração de novos investimentos privados, tornando o Rio de Janeiro modelo de desenvolvimento, como afirmado por Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato como Presidente da República (1995-1998). Nesse sentido, o objetivo principal do capítulo é discutir o papel que o Estado, agentes econômicos locais e Banco Mundial tiveram na mudança do paradigma de acumulação de capital.

## 2.1 Banco Mundial e ACRJ, uma aliança pela agenda neoliberal

A implementação do Plano Brasil Novo, pelo presidente recentemente eleito, trouxe mudanças nos paradigmas de atuação estatal. O rumo da economia tinha como norte uma agenda que dialogava com as proposições do Consenso de Washington. Era o início de um novo modelo de desenvolvimento econômico no qual o Estado teria um papel mais ativo na atração de capital externo, a contrapartida seria a abertura da economia nacional.

Desde a segunda metade da década de 1980, o empresariado fluminense vinha fazendo alterações em seu *modus operandi* para manter seu grau de competição durante o avanço da globalização. No que tange à liderança nessa conjuntura, destacamos a de Paulo Manoel Protasio, presidente da ACRJ em dois biênios, 1989-1991 e 1991-1993, que traçou um perfil de comércio exterior na entidade.

A articulação de uma agenda voltada para o comércio internacional foi sendo delineada gradativamente. Protasio, em 1985, realizou no Rio de Janeiro a I Semana Rio Internacional, evento que incluiu a primeira Assembleia Mundial dos WTCs na América do Sul (World Trade Center Association)<sup>215</sup> e a primeira reunião da diretoria da recém-formada World Teleport Association (WTA)<sup>216</sup>, para a qual foi eleito representante sul-americano.

Por delegação da WTCA, promoveu a implantação de WTCs nas principais cidades da América Latina. Em 1986 assumiu a presidência da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras (Abece), entidade que reunia as empresas *tradings* brasileiras. Indicado presidente da Câmara de Usuários da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunaman) em 1987, nesse mesmo ano presidiu a I Reunião das Câmaras de Comércio e Indústria do Grupo 77, promovida pela UNCTAD e com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro.

Deu início, a partir de então, a um movimento de integração das câmaras de comércio dos países em desenvolvimento, por meio de uma rede de comunicação permanente, sendo

---

<sup>215</sup> A World Trade Centers Association estimula as oportunidades de comércio e investimento para desenvolvedores de imóveis comerciais, agências de desenvolvimento econômico e empresas internacionais que desejam se conectar globalmente e prosperar localmente. A associação serve como um "ecossistema internacional" de conexões globais, propriedades icônicas e serviços de comércio integrado sob o guarda-chuva de uma marca de prestígio. Disponível em: <<https://www.wtca.org>>. Acesso em: 15 maio 2017.

<sup>216</sup> Associação comercial que se concentra no negócio das comunicações via satélite. Opera por meio de teletransporte. Por meio desse expediente, o satélite pode ser integrado em redes complexas que envolvem tecnologias de fibra, micro-ondas, celular e sem fio para expandir seu alcance além da borda da rede, transmitir aplicativos de um a muitos ou de farol com largura de banda. Disponível em: <<http://www.worldteleport.org/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

eleito presidente do grupo indicado pelas câmaras de comércio para liderar a iniciativa. Ainda em 1987, organizou e presidiu a Associação Latino-Americana de Comércio Exterior (Alat)<sup>217</sup>.

Com a assunção de Collor e seu projeto liberalizante, a ACRJ junto ao Banco Mundial promoveu o seminário “A retomada do desenvolvimento - O Brasil na década de 90”, em maio de 1990. O evento contou com a participação do governo federal, representado pelo vice-presidente da República, Itamar Franco, e pelos ministros da Infraestrutura, Ozires Silva, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, por representantes do Banco Mundial, além de técnicos, autoridades, e representantes de empresas transnacionais e grupos familiares com ligações com o capital estrangeiro.

A discussão trataria das mudanças no papel do Estado em virtude de mudanças no campo econômico. Na abertura do evento Paulo Protasio discorrera sobre o ponto de vista das análises a serem debatidas:

[...] este encontro ganha forma e conteúdo em função dos três planos temporais com que pretendemos entender o Brasil dos anos90. Estaremos voltados para o passado contemporâneo, realizando uma análise crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, as distorções dele advindas e a ocorrência de vínculos com resultados indesejados, como a dívida social. O Estado estará sendo pensado e pesado para que se avalie a significação de sua funcionalidade, como agente ou paciente do quadro de realidade que acabou sendo produzido. A conjuntura atual será, por seu turno, objeto de reflexão, particularmente no que respeita à identificação de seus pontos de estrangulamento e de configuração de um novo modelo de desenvolvimento. Numa terceira aproximação, estaremos discutindo as alternativas futuras do país, no que tange a políticas e instrumentos de promoção de desenvolvimento e o papel do Banco Mundial como agente desse desenvolvimento [...]<sup>218</sup>

Notamos que a fala do presidente da ACRJ volta-se principalmente, ainda que de forma velada, a uma crítica ao modelo desenvolvimentista, em estágio de franco desmonte. O mainstream internacional advogava por mudanças. O estrangulamento e a dívida social mencionados em sua retórica se desdobrariam, a curto e médio prazos, em desregulação da economia, alta concentração de renda, massificação do consumo, redução da classe média e alívio da pobreza. Isso fazia parte do escopo de dominação de empresas transnacionais, que primava pela expansão e produção em larga escala com redução de custos.

---

<sup>217</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-manuel-protasio>>. Acesso em: 15/ maio 2017.

<sup>218</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 15.

Em alinhamento com as novas “necessidades” de funcionamento do mercado, o Banco Mundial, entre 1989 e 1994, traçou quatro coordenadas estratégicas que orientaram sua ação política, intelectual e financeira<sup>219</sup>. A primeira distinguia política econômica e social, objetiva, assim, forçar ajustes no gasto do Estado em função da dívida e externa, ao mesmo tempo em que apoiava programas de combate à pobreza.

A segunda defendia que o Estado deveria apoiar, fortalecer e complementar o mercado em regime de livre concorrência, deste modo, suas funções seriam a manutenção da estabilidade macroeconômica, garantir a ordem pública, investir em capital humano (educação primária e saúde básica), fornecer infraestrutura, proteger o meio ambiente, controlar a natalidade e gerir a previdência social.

A terceira coordenada consignava desenvolvimento sustentável com liberalização econômica, promovendo um regime internacional de regras e práticas institucionais para a viabilização da mercantilização de recursos naturais. A última era pautada pela ideia de governança, entendida como maneira pela qual o poder é exercido na administração de recursos sociais e econômicos de um país para desenvolvimento<sup>220</sup>.

O novo modelo de desenvolvimento econômico defendido pelo empresariado fluminense vai ao encontro das proposições do Banco Mundial, que favoreciam de sobremaneira os grandes conglomerados econômicos. O elogio de Protasio à política macroeconômica do novo governo evidencia a convergência de interesses entre o grande capital, Estado e empresariado fluminense.

O empresário entendia que o Plano Brasil Novo criava um ambiente operacional desejável para o desencadeamento de seus vetores de geração e circulação de riqueza<sup>221</sup>. De fato, o plano econômico favorecia essa fração de empresários mais próxima do capitalismo internacional, vejamos as temáticas que foram tocadas: congelamento de preços por período indeterminado (não houve esforço do governo para impor o congelamento, com isso ele foi suspenso progressivamente a partir do segundo mês do programa); a nova lei salarial (medida provisória 154), prevendo reajuste por uma taxa de inflação esperada; o congelamento de salários dos servidores federais por seis meses; redução do número de ministérios, fechamento de vários órgãos e eliminação de diversos procedimentos burocráticos; eliminação de isenções e subsídios; o aumento das alíquotas de imposto de renda e imposto sobre produtos

---

<sup>219</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994). Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, nº 29, 2014. p. 553.

<sup>220</sup> PEREIRA, Op. Cit. 2014, p. 555.

<sup>221</sup> Revista da Associação Comercial, nº 1260, 1990, p. 16.

industrializados; a criação do Programa de Desestatização; a criação do regime de câmbio flutuante: os bancos foram autorizados a negociar entre si e com seus clientes, com Banco Central do Brasil apenas acompanhando o mercado e intervindo quando necessário; liberalização das importações e redução de tarifas no que tange ao comércio exterior; e o bloqueio dos haveres financeiros acima de Cr\$ 50.000, sendo os mesmos liberados após dezoito meses em doze parcelas mensais<sup>222</sup>.

A agenda é notadamente neoliberal. A política econômica é traçada de modo a dar protagonismo ao capital financeiro e às transnacionais. Traça um rumo financeiro. O congelamento de preços foi uma tentativa frustrada que visava o controle inflacionário. Um ambiente macroeconômico estável seria salutar as operações de grandes conglomerados em território extrafronteira. Economias com moedas de valor de superfície sem deterioração, a curto prazo, atenderiam a dois pressupostos do Consenso de Washington, pagamento de da dívida pública e aumento eventual da capacidade de consumo.

Embora o aumento de salário estivesse sendo vinculado a uma taxa esperada de inflação, o expediente pautava-se na estabilização monetária, que daria vazão a uma produção de custo menor que aquele de duas décadas antes. Em outras palavras, a produção em escala planetária com custos cada vez mais baixos, era possível em virtude do grande aporte tecnológico e da mobilidade da indústria transnacional no globo. Com a iminente queda da União Soviética, abria-se um precedente para o avanço descomunal do grande capital. O enfraquecimento dos trabalhadores serviria aos interesses da classe capitalista internacional. Trocava-se um horizonte de autonomia do trabalhador frente ao capital, por outro ligado ao consumismo.

A redução de custos da burocracia estatal atendia esteticamente ao princípio de governança e eficiência do poder público, que seria cada vez mais difundido por entidades internacionais, como Banco Mundial e FMI. Num cenário de recessão, o corte de gasto público prejudicaria a parcela mais pobre, mas atenderia à política de austeridade para pagamento da dívida externa. Na outra ponta, eliminação de subsídios e isenções, e o aumento de alíquota sobre produtos industrializados facilitariam a entrada de produtos importados (liberalizada também pelo plano econômico, que reduziu tarifas sobre essa atividade), mudando o perfil da indústria, que, na lógica das transnacionais, deveria ser de produção voltada ao mercado externo.

---

<sup>222</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *Bloqueio da liquidez e estabilização: O fracasso do Plano Collor*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas), Unicamp, 1996. p. 20.

A desestatização de empresas cumpriria o papel de mercantilização de serviços públicos, dando espaço para o avanço de grupos familiares e grupos estrangeiros em funções até então exercidas pelo Estado. No caso do Rio de Janeiro, a título de exemplo, serviços públicos de distribuição de gás e luz foram entregues à iniciativa privada na segunda metade da década de 1990.

No que tange ao papel do Estado, a ministra da economia Zélia Cardoso de Mello defendia o esvaziamento de suas funções. A separação do Estado das relações de produção<sup>223</sup> exacerbava a constituição do individualismo em detrimento coletivismo. Desta forma, a mudança de padrão de acumulação de capital teria pouca resistência. O combate à inflação seria um dos principais objetivos dessa nova dinâmica capitalista. Nesse contexto, o Estado assume apenas um papel de gestor que precisa produzir resultados (criação de um ambiente econômico favorável a investimentos).

A pressão inflacionária engendrava uma agenda neoliberal, a qual incentivava o governo a patrocinar a ideia de livre negociação de salários entre patrões e empregados. Sobre a questão afirmava Zélia:

Entendemos que a livre negociação é essencial e o momento é agora. Entretanto, o Estado estará atento, seja para proteger o trabalhador, seja para o consumidor. Fizemos a livre negociação concomitante à liberação de preços, contando com o bom senso dos agentes econômicos. O Estado aceitará todas as negociações efetivadas, contando que expressem de fato distribuição de renda.<sup>224</sup>

A economia brasileira, por ser estruturada por endividamento externo do Estado, é mais sujeita ao processo inflacionário. Se definirmos o valor da moeda como equivalente trabalho, podemos depreender que o crédito adiantado que coincide com o trabalho socialmente necessário tornaria a moeda estável<sup>225</sup>. Se há instabilidade monetária (inflação em nível elevado), o problema é deslocado para o poder de compra dos trabalhadores<sup>226</sup>.

Esse é um padrão recorrente no Brasil, pois o Estado serve de agente financeiro da iniciativa privada e, em momentos de crise, socializa as perdas prejudicando os que vivem da venda de sua mão de obra, ou seja, daqueles que pertencem à classe trabalhadora. Significando um ataque à rede de proteção social, aos serviços públicos, por causa de cortes

<sup>223</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 47.

<sup>224</sup> Revista da Associação Comercial, nº 1260, 1990, p. 17.

<sup>225</sup> FARIA, Luiz Augusto. *Uma análise de história monetária para a inflação brasileira*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994. p. 162.

<sup>226</sup> LIPIETZ, Alain. *Le Monde enchanté, de la valeur à l' envol inflationiste*. Paris: La Découverte. p. 158.

orçamentários implementados pela ministra da Economia. O cerne das ações está na demonstração de capacidade de pagamento do Estado, que, por conseguinte, seria capaz de atrair recursos para o Brasil.

Segundo Zélia Cardoso, com solução do problema da dívida externa, havia a expectativa de aumento do investimento direto estrangeiro e da poupança externa<sup>227</sup>. A relação entre dívida e investimento estrangeiro passava pelo receituário do Consenso de Washington e pelo Plano Brady. O Banco Mundial e o FMI seriam os principais articuladores dos interesses internacionais. O Brasil estaria subjugado aos ditames destas instituições por causa do grande volume da dívida e pela necessidade recorrente de novos créditos, este inerente à própria atividade capitalista.

A relação intrínseca entre investimento e endividamento denota a fragilidade do sistema financeiro brasileiro. Em 1989, 60% do total de haveres financeiros<sup>228</sup> era composto por títulos das dívidas pública federal, estadual e municipal (a média até 1993 foi de 40%), isto significava que o pressuposto para o lucro privado só era possível a partir do Estado<sup>229</sup>. Os títulos da dívida pública serviam de principal instrumento de captação de investimento, que logo eram revertidos em crédito.

Nas entrelinhas da atividade econômica em território nacional, um Estado menor e funcional, como proposto pelo ministro Ozires Silva<sup>230</sup>, deixava clara uma posição de atração de capitais para a iniciativa privada, que operava no sentido de criar condições de pagamento da dívida em detrimento da oferta serviços públicos. A cooperação da comunidade financeira internacional, segundo Itamar Franco, Vice-Presidente da República, era importante para que aumentasse a possibilidade de sucesso do governo sem excessivos sacrifícios à população<sup>231</sup>. A socialização das perdas estava posta no debate.

Com o título de “Análise crítica do modelo brasileiro de desenvolvimento”, o painel I iniciava as discussões temáticas do seminário promovido pela ACRJ e Banco Mundial.

---

<sup>227</sup> *Revista da Associação Comercial*, n° 1260, 1990, p. 17.

<sup>228</sup> Conceito amplo de moeda (M4). Indica o volume da poupança financeira, isto é, a massa de recursos em poder dos indivíduos e das empresas não financeiras que pode, com maior ou menor grau de liquidez, ser utilizada como meio de pagamento de bens e serviços. Inclui, além dos recursos prontamente aceitos como moeda (M1), outros ativos financeiros emitidos pelo governo e pelas instituições financeiras. Os conceitos intermediários M2 e M3 procuram captar os diferentes graus de liquidez existentes entre parcelas desses ativos financeiros. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/GlossarioH.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<sup>229</sup> FARIA, 1994, Op. Cit.p. 168.

<sup>230</sup> *Revista da Associação Comercial*, n° 1260, 1990, p. 18.

<sup>231</sup> Idem

Segundo o expositor, Roberto de Macedo, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP:

O Brasil foi caracterizado, desde o início de sua história, pelas desigualdades sociais. A povoação, a exploração econômica da terra, o processo de industrialização, enfim, o crescimento econômico brasileiro, teve como base os privilégios, incentivos e a acumulação de capital, e isto gerou um país com um setor produtivo dinâmico, mas altamente ineficiente.<sup>232</sup>

A crítica à desigualdade social e a privilégios de agentes econômicos locais trazia dois componentes da agenda do Banco Mundial, o alívio à pobreza e abertura da economia. Em articulação com esses interesses, estavam presentes à mesa de debate João Paulo dos Reis Velloso, presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)<sup>233</sup>, Félix Bulhões, presidente da White Martins, Artur Sendas, presidente da ABRAS e Arthur João Donato, presidente da FIRJAN.

A liberalização econômica estava estreitamente relacionada com interesses transnacionais. A empresa White Martins, como parte do grupo transnacional americano Praxair e o IBMEC, nesse contexto, são defensores de uma nova lógica mais célere de expansão e acumulação do capital<sup>234</sup>.

A defesa velada de oligopólios, ocultada pelo discurso da livre concorrência, e a atração de capitais deveriam vir a reboque da retirada da rede de proteção social. Segundo o expositor, o Brasil precisava enfrentar a decadência do setor produtivo estatal e de serviços públicos, que a exemplo das economias socialistas, sofriam uma demanda indefinida, o que provocava a expansão de direitos sociais sem a conseqüente capacidade de atendimento<sup>235</sup>.

Curiosamente, a Constituição Cidadã, que criou uma série de garantias individuais e coletivas, havia sido aprovada apenas dois anos antes, em 1988. Nesse sentido, inferimos que a proposta do painel centra sua análise sob uma perspectiva que desprezava os menos favorecidos, assim como alguns agentes de segmentos econômicos locais sem articulação com o grande capital.

A FIRJAN, embora tivesse dando apoio ao governo Collor, ancorava-se na perspectiva de investimento estatal na região do Rio de Janeiro, como maneira de mitigar a avalanche

---

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> Fundado em 8 de junho de 1970, com o objetivo de fomentar o mercado de capitais no país. Fonte: <<http://ibmec.org.br/historia-instituto-ibmec/>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<sup>234</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.p. 138.

<sup>235</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 18.

neoliberal. A articulação com o capital transnacional servia a outra ponta do desenvolvimento regional, formando uma espécie de híbrido, tornando o estado um caso peculiar no território nacional.

Na esteira dessas mudanças, a participação da ABRAS caracterizava os interesses do comércio. Num cenário de recessão, a condicionante de alívio à pobreza poderia servir à atividade de venda de itens básicos de consumo. Sobre essa questão, Hélio Jaguaribe<sup>236</sup>, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais – RJ, realizou uma exposição no painel II, intitulado de “A dívida social: distorções do modelo de desenvolvimento”.

Jaguaribe enfatizava que 40% da sociedade era moderna e 60% era primitiva, e que havia um grande perigo de explosão social, caso não houvesse uma grande reestruturação social. Para ele, o governo deveria investir num programa social consistente durante o período de 15 anos<sup>237</sup>.

A defesa do desenvolvimento econômico com redução de níveis de miséria, já havia sido defendido por Jaguaribe em 1985, quando coordenou o projeto Brasil 2000, encomendado pelo governo José Sarney. Os resultados foram publicados em 1986 com o título Brasil 2000: para um novo pacto social. A segunda parte do projeto foi lançada em 1988, com o título Brasil: reforma ou caos<sup>238</sup>.

Dentre as bases de uma reforma social estavam a revolução da educação (que aumentaria o nível de renda), a redução das taxas de natalidade e desemprego e a reforma agrária. Em sua concepção, a aplicação de 14% do PIB poderia dar conta dessa mudança, mas ressaltava a necessidade do controle da inflação, que seria capaz de estabilizar a moeda, assim

---

<sup>236</sup> Como um dos fundadores do PSDB, Hélio Jaguaribe defendia um programa sob os princípios da social democracia. Mas, se analisamos mais de perto, a retórica e as ações políticas do PSDB logo deixariam claro que não se tratava de um partido de fato socialdemocrata. O programa do partido foi publicado em 6 de julho de 1988, às vésperas da promulgação da nova Constituição Federal (outubro de 1988), no Diário Oficial da União. O texto deixa clara a pouca nitidez ideológica: “Ampla bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo — por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, sociais democratas, socialistas democráticos — o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.” As referências às correntes de pensamento e de ação acima mencionadas indicam que a pretensão do partido caminhava no sentido de ocupar um espaço de centro-esquerda. A opção do partido fica mais nítida com a criação do Plano Real pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Opta-se pelo aumento estratosférico da dívida externa para controle da inflação, e por programas sociais de alívio à pobreza, como recomendado por representantes do grande capital. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>>, <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-jaguaribe-de-matos>>.

<sup>237</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 19.

<sup>238</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-jaguaribe-de-matos>>.

dando condições para o estabelecimento de um projeto nacional amplo<sup>239</sup>. É interessante, pois, distinguir um projeto de alívio à pobreza desse defendido por Jaguaribe.

O neoliberalismo propunha a expansão do consumo por causa do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas. Era necessário dar vazão a produção. A inflação, determinante no poder de compra da população, seria um instrumento de poder, de barganha, do grande capital em relação à periferia. Um maior volume de novos investimentos estrangeiros, necessários ao capitalismo brasileiro altamente dependente de capital externo, só teriam maior fluidez com o controle do processo inflacionário, e com a criação de condições para o pagamento da dívida externa.

O equacionamento entre dívida pública e inflação não produziria um projeto de cidadania, como pensado por Jaguaribe, apenas seria alicerce de uma nova relação entre Estado, mercado e população, transformando a última em mera massa de consumidores, que, por meio de uma elevada carga tributária sustentaria o pagamento da dívida pública.

No painel III, “Estado: perspectivas históricas e alternativas futuras”, a exposição de Aspásia Camargo é mais transparente no sentido de apoio às mudanças advindas com a globalização. A secretaria estadual de cultura defendeu a figura do Estado supranacional, a ser regulado por um direito internacional público, cabendo ao Estado nacional adaptar-se, cedendo maiores espaços. Em suas palavras,

[...] o grande desafio é modernizar as suas estruturas econômicas, reduzindo custos e racionalizando seu funcionamento, e resolver, a curto prazo, os equilíbrios sociais. Diretrizes foram definidas, mas tornaram-se imprecisas quando particularizadas para as diferentes áreas. Por isso, o Estado permanece como estrutura oca, sem função.<sup>240</sup>

Nota-se que a retórica sobre modernização econômica vem sempre acompanhada de uma crítica ao modelo social vigente no Brasil. Ambos estão relacionados aos interesses do Banco Mundial. Na sequência, Aspásia afirmava que o êxito do modelo de desenvolvimento do país dependia de sua modernização, receptividade do sistema internacional ao fluxo de trocas que incluía a economia brasileira, do esforço público em diminuir desníveis sociais e da capacidade de renovação de elites estratégicas. Estas desempenhariam o papel decisivo na medida em que o sistema institucional estava desorganizado<sup>241</sup>.

---

<sup>239</sup> *Revista da Associação Comercial*, n° 1260, 1990, p. 19.

<sup>240</sup> *Revista da Associação Comercial*, n° 1260, 1990, p. 19.

<sup>241</sup> *Idem*.

Na ponderação de Aspásia, nos chama a atenção a necessidade de renovação das elites estratégicas. Entendemos que, o bojo de sua argumentação, que pressupunha um Estado oco, sem função, em contraposição a um Estado supranacional, abriria a lacuna para a participação de novos atores no cenário político nacional. Elites locais deveriam se associar ao capital transnacional e, de forma concomitante, ajudar na constituição de um Estado que gerisse as imposições de uma nova ordem econômica de escala global.

Uma revolução passiva à brasileira<sup>242</sup>. Profunda alteração institucional e econômica assumida de forma passiva por todo seu corpo social, nele incluindo política e economia. A conquista do Estado, por esse novo viés, seria formatada por intelectuais orgânicos<sup>243</sup> simpáticos (e ligados) ao grande capital. A exposição de Aspásia só ratificava a estratégia já concebida pelo empresariado do Rio de Janeiro, o estabelecimento de um consenso via saber-poder, que significa uma relação orgânica entre trabalho intelectual e relações políticas de dominação<sup>244</sup>.

O Banco Mundial exerceu um papel de protagonista no desenvolvimento e divulgação de novas formas e instrumentos de dominação econômica. O conceito de “comércio neutro” foi central na sua estratégia neoliberal. No documento “Liberalizando o comércio exterior nos países em desenvolvimento, as lições de uma experiência”, discutia-se a natureza de um regime comercial completamente neutro:

O Benchmark é a ideia de neutralidade. O regime comercial neutro oferece incentivos iguais às vendas no mercado interno e às exportações, assim, inicialmente, formando um regime comercial que inclui a intervenção do governo. As vendas tornando-se neutras, acabam formando um regime de comércio completamente livre, sem intervenção governamental. Um programa de reforma que move nesse sentido está mais próximo deste paradigma, sendo considerado um processo de liberalização. As políticas que se afastam desta são consideradas como uma reversão à liberalização.<sup>245</sup>

Ainda que haja a defesa do esvaziamento do papel do Estado, é notória sua importância na aplicação das proposições do BIRD. Em outras palavras, o Estado deveria conceber o mercado interno e o mercado externo a partir de tarifas que promovessem um comércio livre, sem intervenções pontuais de governos em defesa de agentes econômicos

<sup>242</sup> VIANNA. Luiz Werneck. *Caminhos e descaminhos de uma revolução passiva à brasileira*. Revista Dados, vol. 39, nº 3, Rio de Janeiro, 1996. p. 5.

<sup>243</sup> POULANTZAS, 1991, Op. Cit. p. 59.

<sup>244</sup> Idem. p. 53.

<sup>245</sup> Liberalizing Foreign Trade in Developing Countries The Lessons of Experience. The International Bank for Reconstruction and Development. ISBN 0-8213-1651. Ano 1990.p. 4.

locais. Demetrios Papageorgiou, Chefe da Divisão de Operações, Comércio e Finanças do BIRD no Brasil, e um dos elaboradores do documento citado, defendeu esse ponto de vista, como expositor, no Painel IV, “As políticas e os instrumentos para a promoção do desenvolvimento”. Após elogiar o Plano Collor I (obviamente pela previsão de abertura comercial), direcionou sua fala ao processo de privatizações, indicando que o principal interesse do banco estava em empresas estatais ligadas a telecomunicações, energia e transportes<sup>246</sup>.

Desde a crise do petróleo na década de 1970, empresas transnacionais americanas acumularam reservas com o aumento do preço do petróleo no comércio internacional, forçando, desde modo, a mudança de estratégia de desenvolvimento de Japão e Alemanha, que passou a ser concebida a partir da indústria de tecnologia de ponta. Uma parcela desses lucros foi investida em Wall Street<sup>247</sup>.

Por seu turno, o BIRD lança títulos no centro financeiro mundial, servindo de correia de transmissão de investimentos de longo prazo do capital acumulado de países centrais. O objetivo de investir 100 US\$ milhões no BNDES Participações (destinado a apoiar a privatização de empresas estatais no país) e mais 300 US\$ milhões no BNDES, declarado por Papageorgiou<sup>248</sup>, reforça a tese de que o grande capital articulava sua expansão por meio de um discurso que se pressupunha, para o interlocutor, estritamente científico, mas que na verdade era uma ideologia de uma nova ordem econômica global.

O arcabouço teórico desenvolvido pelo BIRD atendia a classe capitalista internacional em duas frentes, no avanço do capital financeiro, por um lado, e do outro, o capital produtivo de transnacionais que seriam, via de regra, contemplado com as mudanças macroeconômicas. A articulação também seria benéfica à iniciativa privada local, pois o empréstimo do Banco Mundial iria compor uma linha de crédito do BNDES destinada exclusivamente ao setor privado<sup>249</sup>.

As mudanças no processo de produção, consumo e distribuição em escala global contribuíram para um elevado grau de concentração de riqueza. Grandes grupos internacionais seriam os maiores beneficiários do neoliberalismo. Nos Estados nacionais,

---

<sup>246</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 20.

<sup>247</sup> VAROUFAKIS. Yanis. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. Tradução: Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p.137.

<sup>248</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 20.

<sup>249</sup> Idem.

sobretudo da periferia, grupos associados ao grande capital articulavam de sobremaneira a reprodução do processo capitalista por meio do capital a juros<sup>250</sup>.

O painel V “Papel do BIRD na promoção do desenvolvimento brasileiro” discorre sobre uma nova estratégia de dominação, a contração de empréstimos para resolução de questões sociais. Isso significaria uma mudança estrutural no formato de aplicação de recursos do governo. Recursos externos, antes destinados quase que exclusivamente ao processo produtivo, passariam a ter uma fatia destinada a programas sociais.

Diferente do investimento, que é a expressão da valorização do capital, que reproduz um antagonismo entre salário e trabalho, o endividamento, ou seja, o capital a juros, torna essa relação antagônica invisível, pois visa a propriedade fora do processo de produção<sup>251</sup>. Essa é a capacidade do capital apropriar-se do produto externo ao trabalho. A hegemonia do capital financeiro declinava em favor da melhoria de serviços exclusivamente públicos como método de expansão do capital. Os empréstimos para programas sociais serviriam a este processo.

O expositor do painel, Armeane Choki, diretor de do departamento do Brasil do BIRD, descrevia a situação do país como severa, afirmando que todos os estudos do banco mostravam o Brasil atrás de vários países em desenvolvimento na questão social, como a distribuição de renda, que era pior do que a da Índia. A resolução sugerida englobava a expansão de programas de nutrição para crianças e gestantes, programas de suplementação alimentar, serviço básico de saúde, apoio a mães “crecheiras” e maior atenção aos idosos e desempregados. Consoante Choksi, saúde e educação configuravam um investimento com excelente retorno e grande influência para o êxito de quaisquer mudanças na economia<sup>252</sup>.

O papel da educação com apoio financeiro do BIRD traria no seu bojo a crença orientada sempre na direção do mercado e da competitividade internacional, desta forma sustentando a estratégia de desenvolvimento da competitividade para integração da economia brasileira à globalização econômica<sup>253</sup>.

Além da extração de mais valor por meio da dívida a ser contraída, estava sendo promovido um novo processo de uma individuação, cujo Estado seria o principal interlocutor.

---

<sup>250</sup> HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. Translated by: Alexander Locascio. New York: Monthly Review Press. 2012. p. 157.

<sup>251</sup> HEINRICH, 2012, Op. Cit. p.158.

<sup>252</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 20.

<sup>253</sup> DEITOS, R.A. *O capital financeiro e a educação no Brasil.2005*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

A normalização exercida pelo Estado-poder construiria signos de pertença a esse corpo social homogêneo<sup>254</sup>, imerso no sistema do capital, no qual a tecnologia política do corpo tem como quadro referencial as relações de produção e a divisão social do trabalho<sup>255</sup>.

Dito de outro modo, as mudanças impostas por uma nova agenda de desenvolvimento econômico, de perfil neoliberalizante, são deslocadas concomitantemente para o papel do indivíduo no tecido social. Nesse sentido, o comportamento dos atores sociais (nestes incluindo a população) seriam parametrizados pela intensificação da lógica mercadológica, cuja maior expressão é a competitividade em detrimento da coletividade. O *modus operandi* dos bancos nessa conjuntura é a maior expressão de uma nova ordem econômica global.

Com uma massa cada vez maior da população mundial sendo excluída do processo produtivo, desde o início da década de 1980, a senhoriação do capital adentrava às relações sociais, econômicas e políticas, como maior promotora do desenvolvimento econômico em detrimento do processo produtivo, que deveria adequar-se a um quadro de competição global, reduzindo custos e aumentando sua eficiência.

Os bancos, como proprietários da mercadoria dinheiro, passariam a exercer o papel de protagonistas na agenda neoliberal. A alta dívida pública brasileira e a proposta de investimentos na área social via Banco Mundial, abriria espaços para ampliação do capital financeiro na produção. Corretores do capital transnacional no Rio de Janeiro, como Banco Interatlântico<sup>256</sup> e a Brascan Administração e Investimentos Ltda<sup>257</sup>, como representantes na discussão sobre a promoção do desenvolvimento, participariam do processo de privatizações nos ramos de siderurgia<sup>258</sup> e energia<sup>259</sup> durante a década de 1990.

---

<sup>254</sup> Neste caso, nos referimos à interface da população brasileira com a globalização produtiva e financeira.

<sup>255</sup> POULANTZAS, 1991, Op. Cit. p. 64.

<sup>256</sup> O banco foi criado no Brasil pela família Espírito Santo, que imigrara após a Revolução dos Cravos, em 1974. Em 1982, o banco passou o controle de 50% das ações com direito a voto para o The Morgan Bank. O grupo Monteiro Aranha ficou com 23 % e o restante com E. S. Holding S/A. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20041103/faces-banco-espírito-santo/17009>>; Revista da Associação Comercial, nº 1180, p.23 & Jornal O Globo. 28/12/1991.

<sup>257</sup> A Brascan está ligada à fundação da Brookfield Serviços Financeiros, empresa transnacional canadense, focada no mercado de capitais local a partir de 1983. Em 1989 começou a operar como banco. A empresa atuou também em incorporação imobiliária e obras públicas. Fontes: <<http://www.brkbdvtm.com.br/empresa.aspx>>. Acesso em: 07 mar. 2017. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de doutorado em História Social. UFF. 2012. p. 74.

<sup>258</sup> O banco coliderou o consórcio PRIVA-SIDER na compra da Aços Finos Piratini S.A, há época pertencente à SIDERBRÁS. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d3130373337&sort=R ELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO->

À luz da agenda defendida por agentes econômicos internacionais, a redução do papel do Estado brasileiro na produção (seja no investimento ou no processo produtivo) tinha o objetivo de concentrar a produção, em boa medida, nas mãos de conglomerados financeiros. A política “desenvolvimentista”, segundo Stanley Ficher, economista-chefe do Banco Mundial, deveria ter políticas rápidas e ousadas como, o fim das barreiras alfandegárias, liberdade cambial e de importações, configurando uma regra de liberalização ampla e irrestrita<sup>260</sup>.

Discordando da declaração Ficher, que fora o expositor do painel VI, “ A economia internacional e o Brasil na década 90”, o Secretário Nacional de Planejamento , Marcos Gianeti da Fonseca, presente à mesa de discussões, defendia uma liberalização gradual da economia em virtude de outras experiências no mundo, que demonstraram a incapacidade de indústrias locais de suportarem a competição internacional. Em entrevista ao Roda Viva em abril de 1990, Gianeti declarava que a liberalização deveria ocorrer em médio e longo prazo. Sobre a dívida pública, convergia com o projeto hegemônico internacional afirmando a necessidade da constituição de um mercado financeiro compatível com uma economia estável<sup>261</sup>.

A participação do embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, na mesa denotava uma linha de ação governamental voltada a uma gradativa negociação com o mercado financeiro. Dauster revelou que o governo não tinha pressa, porque a intenção era oferecer uma proposta séria e consistente, capaz de ser cumprida<sup>262</sup>.

O painel VII, “Conjuntura atual – Pontos de estrangulamento”, os expositores divergiram sobre o Plano Collor I. Marcel Solimeo, diretor do Instituto Gastão Vidigal da Associação Comercial de São Paulo, disse que:

O plano foi um ato de força, de dirigismo econômico, que não levou em conta aspectos éticos ao se apropriar dos recursos dos cidadãos e das empresas, trazendo

---

COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>. Acesso em: Acesso em: 08 maio 2017.

<sup>259</sup>A empresa operou como corretora na privatização de empresas do ramo de energia. Fonte: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/285663/british-gas-e-shell-compram-comgas-por-rs-1-652-bilhao>>.

<sup>260</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 21.

<sup>261</sup> Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/651/entrevistados/marcos\\_giannetti\\_da\\_fonseca\\_1990.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/651/entrevistados/marcos_giannetti_da_fonseca_1990.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

<sup>262</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 21.

insegurança aos agentes econômicos. O governo deveria abrir mão de seu poder para estimular a ação dos empresários<sup>263</sup>

Numa linha crítica à afirmação do primeiro expositor, Carlos Geraldo Langoni acreditava que havia um avanço com o Plano Collor I. Segundo ele, o debate deslocou-se das diferentes alternativas estratégicas, como gradualismo versus tratamento de choque, liberalismo versus intervencionismo, para diferentes matizes na sua implementação. Para o economista, não havia diferença entre a estratégia governamental e outras tendências no mundo, sendo fundamental a estabilidade da inflação, a queda das barreiras protecionistas, a reorientação para as exportações e a gradual realocação de recursos públicos para áreas sociais<sup>264</sup>.

As diferentes posições sobre o Plano Collor revelam as divisões de frações de classe<sup>265</sup>. A ACSP representava principalmente interesses de pequenos e médios empresários<sup>266</sup>. Enquanto Langoni fazia coro o Banco Mundial, ambos ligados ao grande capital. O endividamento estatal e seu papel na adesão de um novo modelo de acumulação de capital são centrais para o entendimento dessas diferenças intraclasse.

A nova agenda propunha um Estado forte para aplicação de medidas que levariam a uma alta concentração da riqueza, assim destruindo, em boa medida, capitais menos potentes (de pequenos e médios empreendedores), concomitantemente a uma alta transferência de renda do próprio Estado por meio de pagamento da dívida. Embora existissem resistências a esse modelo de desenvolvimento econômico, parecia ser consenso, entre os empresários ligados à ACRJ, a adoção de medidas favoráveis ao grande capital.

Inclinadas ao ideário do Banco Mundial, as conclusões das discussões do evento serviriam de sugestões a serem encaminhadas ao governo federal. Segundo a própria ACRJ, era uma proposta de desenho para os anos 90. Dentre as que consideramos relevantes para as mudanças operadas ao longo da década no Brasil, estavam a inserção no mercado internacional mediante a um choque gerencial e aumento da competitividade; a arregimentação de parceiro no exterior, descartando o “exit-bond”; a construção de uma parceria entre trabalhadores, empresários e governo; não comprometer empregos; e estabelecimento de linhas de financiamento do BNDES para que algumas empresas servissem

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 21.

<sup>265</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 15.

<sup>266</sup> COSTA, Paulo Roberto Neves. *Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2003.p. 64.

de “cushion devices” para outras menos competitivas, de modo a adaptá-las ao processo de liberalização<sup>267</sup>.

A proteção ao emprego pode ser entendida como proteção do mercado interno num momento de transição. O consumo geraria poupança interna. Gradativamente, um modelo econômico voltado à exportação debilitaria esta lógica, só possível, em nosso entendimento, com cooptação dos trabalhadores. Para além de uma mudança estrutural no campo econômico, havia a política, ainda em fase de consolidação após a ditadura militar. Daí a necessidade de uma construção hegemônica do ponto vista cultural e política ligado a uma agenda conservadora travestida de modernização.

O pleito por financiamento do BNDES, assim como as parcerias com o capital internacional visavam a proteção de capitais menos competitivos. Ocorre que, no início da década de 1990, 70% do investimento direto estrangeiro no mundo estava concentrado nas mãos de empresas dos EUA, Japão e Europa<sup>268</sup>. Como o gráfico a seguir aponta o volume de investimentos salta na década de 1980. O período é mesmo da explosão da dívida externa e conseguinte moratória de países da periferia.

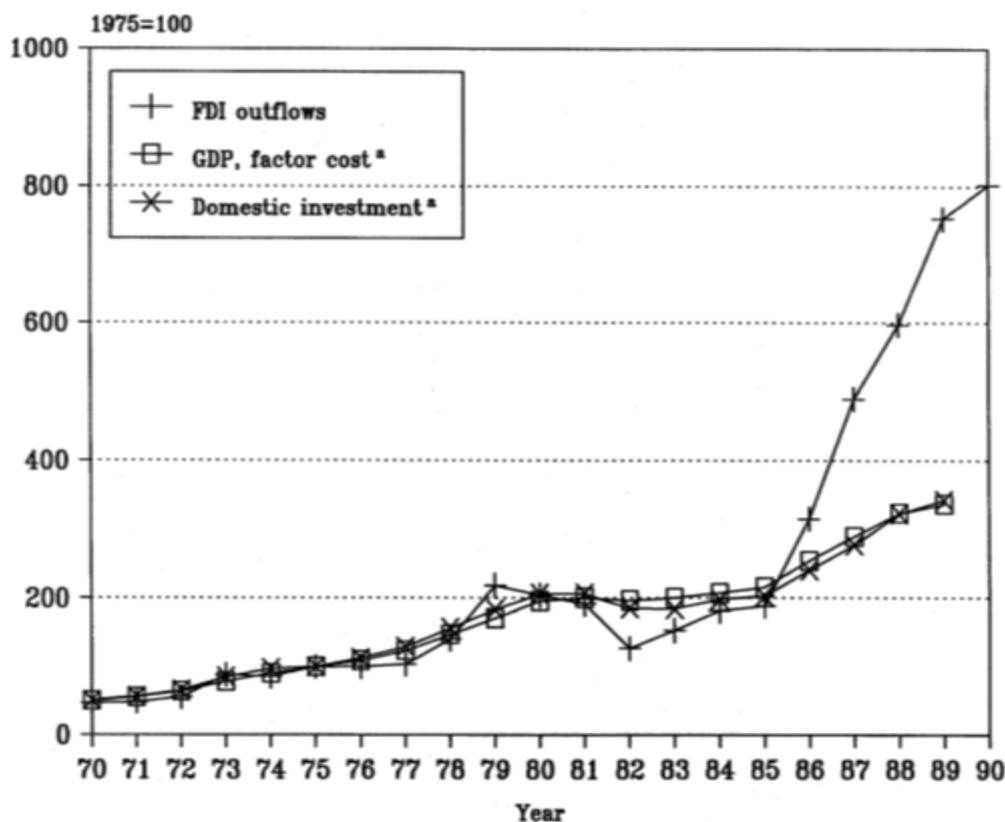
O controle do comércio mundial pelas transnacionais e o alto grau de endividamento da periferia são dois componentes para imposição de uma agenda neoliberal. O efeito deletério da dinâmica de investimento das transnacionais seria a destruição de indústrias com tecnologia inferior, ou de menor concentração de capitais. No Rio de Janeiro, entidades ligadas ao empresariado, ACRJ e FIRJAN se aliaram ao grande capital. O perfil da economia local seria reconfigurado. A região metropolitana seria um grande espaço ligado ao setor de serviços, e a indústria se deslocaria para o interior do estado.

---

<sup>267</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 22.

<sup>268</sup> UNITED NATIONS PUBLICATION. *World Investment Report 1992 Transnational Corporations as Engines of Growth*. ISBN 92-1-104401-4. 1992. p. 3.

Gráfico 7 – Investimento direto estrangeiro



Source: Transnational Corporations and Management Division, *World Investment Report 1992: Transnational Corporations as Engines of Growth* (United Nations publication, Sales No. E.92.II.A.19).

a Data for 1989 are preliminary.

Legenda: FDI - Investimento direto estrangeiro; GDP - Produto Interno Bruto; Investimento Doméstico.

Fonte: UNITED NATIONS PUBLICATION. *World Investment Report 1992 Transnational Corporations as Engines of Growth*. ISBN 92-1-104401-4. 1992. p. 3.

## 2.2 Brizola: um projeto de centro esquerda para o capital?

O projeto neoliberal materializou-se no governo Collor, iniciado no ano de 1990. Grupos de interesse empresarial do Rio de Janeiro apoiaram-no. Há um grande número de empresas transnacionais no estado, que, em paralelo às ações do BIRD, começam a construção de um consenso pró grande capital. Contudo, setores ligados à produção com intensiva utilização de mão de obra, naval e de construção civil, teriam um papel importante na posição política estadual em relação à agenda econômica que se apresentava. Investimentos na indústria naval e em obras, principalmente as de grande envergadura, só

seriam possíveis com apoio do governo federal. O giro de capital<sup>269</sup> nesses dois segmentos é mais lento, traduzindo-se em taxas de lucro mais modestas. Nesse caso, a Petrobras e políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental teriam um papel importante na economia fluminense. Era necessário barrar a participação do mundo trabalho, o antibrizolismo seria a tática inicialmente utilizada, na tentativa de conciliar interesses locais e internacionais.

A articulação do empresariado passava pelo apoio do presidente eleito, Fernando Collor de Mello. Antes de sua posse, o empresário Roberto Medina, dono da Artplan (empresa ligada ao segmento de publicidade), junto ao seu irmão, o deputado federal Rubem Medina<sup>270</sup>, se encontram com Collor com o objetivo de apresentar o nome do empresário Sérgio Lacerda, filho de Carlos Lacerda<sup>271</sup>, e dono da editora Nova Fronteira como possível candidato dos partidos liberais ao governo do estado do Rio de Janeiro. O argumento para indicação, nas palavras de Roberto Medina: “Só o Sérgio pode explorar a marca Lacerda, que ainda é muito forte no Rio. Nenhum carioca, da zona sul ao subúrbio, deixa de associar o Aterro do Flamengo ou a Estação de Tratamento de Água do Guandu a Carlos Lacerda”. Discorrendo sobre um possível apoio do Partido Liberal, de Álvaro Valle, Medina acrescentava: “(...) o Álvaro tem origem no Lacerdismo e acabará se juntando a essa cruzada antibrizolista que Sérgio poderá comandar”.<sup>272</sup>

Sob um ponto de vista mais agudo, nos parece estruturante a intenção oculta de explorar um sentimento antipopulista, que prima por interesses internacionais em detrimento de outro de caráter mais autônomo, de cunho nacional. A “marca” Lacerda representava o antibrizolismo, em essência. Carlos Lacerda foi um dos principais opositores ao segundo governo Vargas, e apoiou o golpe militar de 1964, que forçou João Goulart, cunhado de Brizola, ao exílio no Uruguai. A publicidade seria um instrumento contra a força do Brizolismo.

Márcio Fortes, vice-presidente da FIRJAN, e presidente do Banerj, era outro nome cotado pelos empresários para o governo estadual. Filiado ao PMDB, tentava articulação com

---

<sup>269</sup> HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.p. 146.

<sup>270</sup> Em 1991, era deputado federal do Rio de Janeiro pelo PRN. Antes de ingressar no partido do Presidente da República, foi presidente do PFL fluminense. Sua saída do PFL foi junto a de vários integrantes da mesma sigla, que migraram para o PRN. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/medina-rubem>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

<sup>271</sup> *Jornal do Brasil*, edição 287, 1º caderno, 22/01/1990, p. 4.

<sup>272</sup> Idem.

o PTB e PFL. Segundo Fortes, era necessário trabalhar uma frente política ampla, com vários segmentos da sociedade, “neles incluídos os partidos que se opõem ao PDT e ao PT”<sup>273</sup>.

O coordenador da campanha de Collor, e ponto de contato entre o presidente eleito e a realidade fluminense, o deputado estadual Cleto Falcão (PRN- AL), avaliava a situação fluminense de perto. Inicialmente, em sua concepção, devia-se avaliar as possíveis candidaturas por meio de números. Para ele, o prefeito de Caxias, pelo PRN, Hidekel de Freitas também teria chances, pois era apoiado por associações comerciais da baixada fluminense.

Em junho de 1990, nenhum dos nomes articulados inicialmente obteve êxito para ir à disputa eleitoral. O PRN apoiou um político tradicional, Nelson Carneiro do PMDB. A candidatura contou com a coligação Aliança Progressista composta pelo seu partido, o PFL, o PTB e o Partido Democrático Cristão (PDC). Carneiro foi denominado pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, como o candidato “do carinho do governo”. Apesar do apoio recebido, foi derrotado em outubro pelo candidato do PDT, Leonel Brizola<sup>274</sup>. Além disso, conforme figura 1, a bancada do PDT aumentou para 21 deputados, que juntos com os do PT, formavam um campo político à esquerda, compondo quase metade da Assembleia Legislativa. Embora não houvesse uma aliança política formal entre PT e PDT, entendemos que interesses do governo federal e do empresariado fluminense teriam de passar pelo Brizolismo.

---

<sup>273</sup> *Jornal do Brasil*, edição 287, 1º caderno, 22/01/1990, p. 4.

<sup>274</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-de-sousa-carneiro>>. Acesso em: 08 jul. 2018.



Acrescentou dando ênfase à necessidade de união entre o governo estadual e os empresários, no entanto, ressaltou que ela deveria ser sem rasteiras e preconceitos. Em seguida listou os pontos de sua administração para os quais desejava a colaboração dos empresários. O primeiro foi a questão da privatização da Light, que em sua concepção deveria ser estadualizada, por ser considerada instrumento de política de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, e ratificava o argumento afirmando, “Uma política energética é indispensável para o desenvolvimento da economia regional”. O segundo ponto foi a recuperação das finanças do BANERJ, já o terceiro discorria sobre o gás natural de Campos, o qual, no seu entendimento, deveria servir ao desenvolvimento econômico fluminense<sup>276</sup>.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico pró-capital, o discurso de Brizola tinha alguns pontos de contato com o ideário promovido na V PLENINCO<sup>277</sup>. Projetos como a ampliação do Porto de Itaguaí e a construção do Polo Petroquímico, a tentativa de sistematização de investimentos para indústria naval e a articulação por um BANERJ que fomenta a economia por meio de crédito ao empresariado, são exemplos. Mas frações do capital<sup>278</sup> no estado desejavam mais, a abertura da economia. Os projetos e proposições da V PLENINCO tracejavam a inserção do Brasil no mercado global com vistas à realização de acumulação de capital extrafronteira nacional e obtenção de investimentos externos.

Há uma dualidade de interesses do ponto de vista do financiamento da produção, por um lado, desejava-se o apoio do Estado, e por outro o do capital transnacional. A aparente contradição está na aceitação das condições impostas para o investimento externo, a abertura da economia. Com um baixo grau de desenvolvimento tecnológico da indústria local, a tendência era de destruição de capitais menos potentes e aumento da concentração de capital na mão de oligopólios<sup>279</sup>, representados no estado por empresas transnacionais.

Brizola, nesse contexto, teria o papel de articular-se propositivamente com uma parcela do empresariado local por meio do financiamento à indústria naval (O presidente da FIRJAN era dono do estaleiro Caneco), de obras para construção do polo petroquímico, de

---

<sup>276</sup> *Monitor Mercantil*. 31/01/1991. p.3.

<sup>277</sup> Plenária da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, que reunia, periodicamente, empresários de vários segmentos do estado. O objetivo era traçar estratégias em conjunto para o desenvolvimento do capital. Pela ampla composição do empresariado fluminense, as discussões e estratégias tinham múltiplos interesses, de ordem local e transnacional (materializado, principalmente, na ACRJ).

<sup>278</sup> POULANTZAS, 1978, p.15.

<sup>279</sup> MESZAROS, 2002, p. 111-113.

uma política energética e de obras de infraestrutura. Para tanto, deveria promover uma simbiose com o governo federal.

Brizola buscou entendimento com Collor. Ainda em janeiro de 1991, reuniu-se com o Presidente da República no Palácio do Planalto com o fim de discutir sobre problemas pelos quais o Rio de Janeiro estava passando. Na pauta estavam as questões da estadualização da Light; o saneamento financeiro do BANERJ; o desbloqueio do acesso dos órgãos estaduais às linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); manutenção do status de empresa estatal da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); dentre outros<sup>280</sup>.

A perspectiva política do pedetista passava por uma aliança com o governo federal, e tinha como horizonte investimentos da União no estado do Rio de Janeiro. A ajuda financeira ao BANERJ e a obtenção de crédito via BNDES revelam a intenção de injetar o capital em infraestrutura, este seria pago num prazo elástico e traria desdobramentos positivos à indústria regional, como à criação de empregos e a facilitação da escoação da produção, o que aumentaria os níveis de competitividade. Quanto à CSN, podemos inferir que sua continuidade como estatal manteria os custos dos insumos industriais em um patamar vantajoso para indústria fluminense. Fato que não ocorreria se a empresa fosse para as mãos da iniciativa privada, pois, nesse caso, quem regularia o preço seria o mercado.

Todo esse leque de articulações com a classe empresarial do Rio de Janeiro e com o governo federal demonstra o novo posicionamento governador eleito frente às elites. Com um tom de discurso mais ameno, buscou um entendimento com Collor o que induziu aos empresários a apoiá-lo. Brizola jogou com a recessão econômica ao seu favor.

Seu peso político ficou ainda mais em evidência durante seu encontro com a Ministra Zélia, um mês depois de se encontrar com o Presidente da República. A pauta da reunião abrangia desde problemas financeiros do estado do Rio de Janeiro até a negociação da dívida externa, ora elogiada pelos pedetistas. No entanto, o pano de fundo do encontro tinha o cunho político, a aprovação do Plano Collor II. Temia o governo federal que a bancada do PDT no Congresso Nacional vetasse alguns pontos importantes da Medida Provisória que discorria sobre o novo plano econômico. Ainda mais, depois do encontro de Brizola com Mario Amato, presidente da FIESP, adversário do plano econômico e crítico do governo<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> Caderno de Política. *O Estado de São Paulo*. 25/01/1991. p. 5.

<sup>281</sup> *O Globo*. 25/02/1991. p. 3.

Os encontros de Brizola com Collor e Zélia surtiram efeito antes de sua posse. O BANERJ foi saneado por um ajuste no mercado financeiro patrocinado pelo governo federal<sup>282</sup>. A outra conquista, foi a liberação de recursos para a construção da Linha Vermelha, importante via que ligaria a Avenida Brasil à Rodovia Presidente Dutra, o que facilitaria o fluxo rodoviário entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. Esse trajeto tornaria também mais rápida a chegada à Ilha do Fundão (localização da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ao Aeroporto do Galeão. Satisfeito com atuação de Brizola, Donato enviou-lhe um telegrama cumprimentando-o,

Registro, desde logo, com satisfação e renovada esperança. O fato da liberação de recursos destinados a projetos prioritários como, por exemplo, a Linha Vermelha, cuja concretização agora felizmente se vislumbra, mercê de vossa decisiva atuação junto a Senhora Ministra da Economia.<sup>283</sup>

Já empossado no cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Brizola participou de um jantar em homenagem ao presidente do BANERJ, João Carlos Brandão. Nele estavam presentes membros da elite fluminense, banqueiros, donos de redes de comércio, políticos, além do Secretário Executivo do Ministério da Economia, João Maia. Em clima amistoso, o Leonel Brizola crítico das elites foi substituído por um risonho e brincalhão, aparentava estar decidido a seduzir representantes de tradicionais famílias cariocas. Durante o evento, Donato elogiou o governador: “O novo Brizola está fazendo bem ao Rio”. E ele o respondeu: “Eu sou o velho Brizola”, e assegurou que o PDT iria continuar sendo o mesmo<sup>284</sup>. Isso ratifica a mudança de paradigma estratégico do pedetista, o qual contemplara a aproximação com as elites, mas sem se desvincular de sua via ideológica permeada por ideias de centro-esquerda. Sua articulação política, inicialmente, era capaz de traçar um horizonte de investimentos do governo federal, e de mitigar efeitos negativos da nova agenda do capital para o empresariado local.

---

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> *Jornal do Comércio*. 02/03/1991. p. 2.

<sup>284</sup> Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 19/04/1991. p. 3.

### 2.2.1 Indústria naval

A indústria naval seria um dos elos de ligação entre Brizola, FIRJAN e Collor. Intensiva em mão de obra, investimentos nesse setor serviriam aos propósitos do governador na criação de empregos e distribuição de renda, ao passo que propiciariam sua aproximação a Arthur João Donato, dono do estaleiro Caneco e presidente da FIRJAN. Para o governo federal, estabelecia-se uma relação que poderia propiciar o ganho de espaço do governo no estado do Rio de Janeiro. Com apenas dois partidos aliados, obtinham apenas 24,7% das cadeiras do congresso nacional<sup>285</sup>, era necessária a construção de alianças. A aliança Collor – Brizola era a tentativa de gerar capital político.

O lançamento do petroleiro J. Dennis Bonney, no estaleiro da Ishikawagima Estaleiros do Brasil S.A, em maio de 1991, foi simbólico na aproximação entre governador e Presidente da República. Collor levou uma parcela significativa de sua equipe econômica para o evento. Faziam parte da comitiva presidencial o Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o Ministro da Infraestrutura, João Santana, o Secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista e o presidente do BNDES, Eduardo Modiano. Além de Brizola, a cerimônia ainda contava com seu secretário de obras, Bocaiúva Cunha<sup>286</sup>, o presidente da FIRJAN, Arthur João Donato, e políticos locais ligados a Collor, como o deputado federal Roberto Campos (PDS) e o senador Hidekel de Freitas (PRN)<sup>287</sup>.

A construção do navio-petroleiro era o primeiro de uma encomenda da trading Mitsui & Co<sup>288</sup>, do Japão, e Chevron Transport Corporation<sup>289</sup>, dos EUA, à Ishibras<sup>290</sup>, que previa a

---

<sup>285</sup> MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 113-114.

<sup>286</sup> Como deputado federal, nas décadas de 1980 e 1990, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar de Engenharia e membro do Grupo Parlamentar Siderúrgico e da Frente Parlamentar Nacionalista, além de secretário de Relações Internacionais do PDT. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-bocaiuva-cunha](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-bocaiuva-cunha)>. Acesso em: 05 jul. 2018.

<sup>287</sup> Interlocutor entre Collor e o governador fluminense Leonel Brizola, nas negociações das dívidas e reivindicações do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hydekel-meneses-de-freitas-lima>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

<sup>288</sup> Empresa transnacional japonesa fundada no século XIX. Na década de 1980, no Brasil, atuava junto a Vale do Rio Doce na importação de minério de ferro para o Japão. Já na década de 1990, passou a atuar no ramo de energia. Disponível em: <<https://www.mitsui.com/br/pt/company/profile/index.html>>. Acesso em: 08 set. 2018.

<sup>289</sup> Empresa transnacional americana fundada no século XIX. Atua no ramo de exploração, transporte e refino de

construção de mais cinco navios do mesmo porte, a um custo de mais de 387 milhões de dólares. O Fundo da Marinha Mercante, por meio do BNDES, financiou 80 % do custo total<sup>291</sup>. Houve também a participação do Banco do Estado de São Paulo, como agente, e do The Long-Term Credit Bank of Japan (LTCB)<sup>292</sup> no financiamento.

O envolvimento de políticos, das esferas federal e estadual, na articulação desse tipo de empreendimento é didático na relação Estado brasileiro e capital transnacional. A encomenda fora realizada por dois gigantes internacionais, Mitsui e Chevron, a construção seria realizada por uma empresa de propriedade japonesa, o 2º maior estaleiro em operação no Brasil<sup>293</sup>, com financiamento estatal brasileiro, majoritariamente. Em síntese, há uma subordinação do Brasil nessa conjuntura. De maneira a tentar fixar empresas na região e fomentar a cadeia de produção desse segmento, o Estado, por meio do BNDES, teria o papel de maior credor de um negócio que envolvera conglomerados internacionais, pertencentes a países centrais, ligados aos ramos de energia, importação e exportação. Embora seja comum a prática estatal de financiamento de longo prazo neste tipo de atividade econômica, devemos ressaltar a transferência de capital, por meio de royalties, da Ishibrás a sua matriz japonesa. Isso nos remete a uma economia política orientada, arquitetada e ventilada pelo bloco histórico internacional, que visa a manutenção do sistema social vigente a partir dos países centrais, endossando estruturas materiais e normativas de instituições governamentais e sociais de vários países, inclusive nos Estados fracos<sup>294</sup>, como o Brasil.

Na década de 1970, o Brasil tinha a terceira maior indústria naval do mundo. Seu declínio inicia-se nos anos 80 por falta de encomendas, situação que se perdura até a década de 90<sup>295</sup>. A década de 1980 representou a decadência desse setor devido a inúmeros fatores,

---

petróleo. Disponível em: <<https://www.chevron.com/about/history>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

<sup>290</sup> Pertencia a Ishikawajima-Harima Heavy Industries Co, empresa transnacional fundada no Japão em 1853. Em 1959, a Ishibras foi fundada no Brasil. Disponível em: <<https://www.ihico.jp/en/company/outline/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

<sup>291</sup> *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Edição 50, 28/05/1991, p. 2.

<sup>292</sup> O banco foi criado, em 1952, pelo governo japonês com objetivo de fomentar o crédito de longo prazo à indústria japonesa. Ao longo do século XX, o governo foi abandonando o seu controle para investidores privados e corporações. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/long-term-credit-bank-of-japan-ltd-history/>>. Acesso em: 07 set. 2018.

<sup>293</sup> Disponível em: <[https://www.joc.com/maritime-news/brazil-build-tankers-japan\\_19891025.html?destination=node/2381213](https://www.joc.com/maritime-news/brazil-build-tankers-japan_19891025.html?destination=node/2381213)>. Acessado em: 07 set. 2018.

<sup>294</sup> GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 163.

<sup>295</sup> *Revista Petro & Química*, edição 235, março de 2002, p. 2.

crise da dívida externa, as reduções fiscais enfrentadas pelo governo federal, os problemas de gestão no Fundo de Marinha Mercante (FMM) e à falta de financiamento público<sup>296</sup>. Na década de 1990, esse cenário se agravou com a liberalização econômica e com a desregulamentação do transporte marítimo de longo curso que expôs os armadores brasileiros à concorrência internacional. Como consequência, houve uma diminuição da frota nacional e, em contrapartida, o aumento dos afretamentos de embarcações estrangeiras, contraindo o setor da construção naval no Brasil<sup>297</sup>. Nessa conjuntura desfavorável, Brizola realiza um esforço político em prol da indústria naval. O Seminário da Indústria Marítima, organizado pelo governo estadual, é um bom exemplo da interlocução com empresários e governo federal. Cabe destacar que o Rio de Janeiro era responsável por 95 % da produção naval do país.

Realizado em maio de 1991, e patrocinado pela Secretaria de Indústria, Comércio e Ciência, o Seminário da Indústria Marítima reuniu mais de quinhentas pessoas, dentre elas estavam empresários ligados ao setor naval, secretários de Estado e ministros, além das presenças do governador do estado do presidente da república. Na abertura, Brizola disse que a ideia realizar uma discussão sobre setor, envolvendo propostas e projetos de lei, partiu de encontro com Collor em uma solenidade na Marinha. Sobre o setor, o governador destacou na abertura do evento:

Comentei com o presidente o fato de não entender como uma indústria que investe 1 bilhão de dólares, dispõe de mão de obra e energia barata, não consegue ser competitiva internacionalmente (...) o governo do estado vai ajudá-los a se desenvolver, o primeiro passo foi o seminário.<sup>298</sup>

O momento de declínio da produção nacional coincidiu com a chamada terceira revolução industrial e tecnológica, quando a base microeletrônica passou a ser empregada nos mais diversos ramos da indústria, atingindo a automação integrada flexível, o que tornou os processos da indústria nacional ainda mais obsoletos. Além disso, durante o período de estagnação produtiva brasileira, as embarcações construídas no resto do mundo passaram a ter

<sup>296</sup> NETO, C. A. da S. C. (2014). “Investimentos e financiamentos na indústria naval brasileira 2000-2013”. In: CAMPOS NETO, C. A. da S. e POMPERMAYER, F. M. *Ressurgimento da indústria naval no Brasil: (2000-2013)*. Brasília, Ipea.p. 111.

<sup>297</sup> AMARAL, L. A.; GOMIDE, A. de A. e PIRES, R. R. C. (2014). “A revitalização da indústria naval no Brasil democrático”. In: GOMIDE, A. A. e PIRES, R. R. C. (eds). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas*. Brasília, Ipea.p. 10. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades\\_estatais\\_e\\_democracia\\_web.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf)>.

<sup>298</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 123. Negócios e Finanças, 09/08/91, p.7.

porte e complexidade cada vez maiores, o que exige dos estaleiros elevada capacidade produtiva, organizacional e tecnológica<sup>299</sup>.

O contraponto ao desafio de competir internacionalmente estava no pleito de subsídios estatais e na tributação sobre a produção naval. Daí a importância de organizar um seminário onde se pudesse discutir de forma ampla e sistemática essas questões. O presidente do estaleiro Mauá, Hélio Ferraz, teceu comentários sobre sua tentativa de realinhar um financiamento, de cerca de 40 milhões de dólares, junto ao BNDES (gestor do FMM) para a construção de navios para a Petrobrás. O pleito tinha relação com as perdas financeiras dos planos Bresser e Verão, ambos, do governo Sarney. No mesmo sentido, o embaixador e presidente da Ishibras, Manoel Pio Corrêa, ressaltou a importância da indústria naval para o país, e criticou ao tempo para obtenção de financiamento, que girava em torno de 12 meses, enquanto no exterior não passava de 6 meses.

O presidente da FIRJAN, Arthur João Donato, comparou a produtividade brasileira à estrangeira, afirmando que se poderia alcançar os níveis de Japão e Coréia, pois 40% do custo da produção de um navio de grande porte recaía sobre tributos como o imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI) e imposto sobre importações (II). O empresário defendeu a ideia de que o Estado deve cobrir as perdas do setor, como ocorrera na Europa durante a crise da década de 1980<sup>300</sup>.

No ato de encerramento do seminário, o presidente Fernando Collor comprometeu-se em formar uma comissão com representantes do estado do governo federal, de modo a analisar e apresentar soluções ao setor naval. Isenções fiscais e formas de fortalecimento do FMM seriam os principais pontos da análise<sup>301</sup>. A retomada econômica no setor naval só seria possível no governo Garotinho, iniciado em 1999, com aumento das encomendas da Petrobras e com o aumento dos recursos do FMM<sup>302</sup>. O impeachment de Collor e uma relação conflituosa com o presidente Itamar Franco do PMDB podem ter sido fatores que adiaram os anseios de Brizola para o setor naval. Contudo, seu projeto econômico ligado ao setor produtivo regional foi uma realidade até o final de seu mandato. A realização de eventos que

---

<sup>299</sup> LIMA, G. O surgimento da construção naval brasileira nos anos 2000 – *Uma análise neo schumpeteriana*. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 137.

<sup>300</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 123. Negócios e Finanças, 09/08/91, p.7.

<sup>301</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 121. Negócios e Finanças, 10/08/91, p.7.

<sup>302</sup> *Revista Petro & Química*, edição 235, março de 2002, p. 4.

visavam fomentar a economia local com apoio do estado tinham, em geral, a presença de agentes econômicos ligados a posições destaque na FIRJAN.

### 2.2.2 Fórum RIO SÉCULO XXI

Ao final do ano de 1991, ocorria o Fórum Rio Século XXI. O evento fora organizado pelo Jornal do Brasil com patrocínio e apoio do BANERJ e da Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado, respectivamente. Ocorreram dez debates versando sobre variados temas ligados à economia regional. Dentre estes, discorreremos sobre os que se debruçam sobre a indústria e o mercado de capitais. Num contexto de crise econômica e agenda neoliberal, procurava-se um ajuste entre interesses da burguesia interna e externa com interlocução e apoio do governo estadual junto ao federal.

Para o Secretário de Economia do Rio de Janeiro, Cíbilis Viana<sup>303</sup>, era importante debater o desenvolvimento econômico para aumentar a receita do estado, e assim reverter à comunidade por meio de investimentos em educação. O secretário reativou o Comitê de Benefícios Fiscais do Estado que, à época, previa o beneficiamento a mais de 1600 empresas. Na visão de Cíbilis, era necessário reduzir o desequilíbrio econômico regional e equacionar o relacionamento do Brasil com os países desenvolvidos, estancando as perdas externas (dívida externa e remessas para o exterior). Contrário ao neoliberalismo, entendia que era preciso assegurar a presença do estado em setores estratégicos, como a área desenvolvimento científico e tecnológico. Sua fala é ilustrativa nesse sentido: “O estado tem que estar atento principalmente à área tecnológica, já que as empresas privadas tem capacidade reduzida nesse setor”<sup>304</sup>.

Na abertura do Fórum Rio Século XXI, seguindo a mesma linha argumentativa de seu Secretário de Economia, o governador Brizola teceu considerações sobre o que esperava do encontro com empresários:

Não queremos que aconteça um milagre e que ressurjamos com a força de uma economia alemã. Mas é necessário equilibrar nosso crescimento. Precisamos

---

<sup>303</sup> Participou como assessor econômico do governo João Goulart, sendo visto como de extrema esquerda pelo governo dos EUA. Fonte: LOUREIRO, Felipe Pereira. *O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963)* Revista de Economia Política, vol. 33, nº 4, 2013. p. 681.

<sup>304</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 249. Negócios e Finanças, 13/12/91, p.3.

identificar com objetividade algumas decisões tomadas pelo governo nacional, ao longo do tempo, e que acabaram provocando o processo de esvaziamento econômico.<sup>305</sup>

Objetivamente, não se tratava de processo de esvaziamento econômico da região, mas de crescimento abaixo da média nacional<sup>306</sup>. O fato incomodava o empresariado fluminense, que tentava buscar soluções de envergadura (principalmente nos segmentos infraestrutura e petróleo) para manter o processo de acumulação no espaço geográfico do Rio de Janeiro. Em síntese, o empresariado fluminense tinha anseio pela conquista de projetos pactuados na V PLENINCO. A construção de um polo petroquímico e de outros polos industriais no interior, além de obras de infraestrutura, que facilitassem o escoamento da produção via terrestre e marítima cadenciariam suas ações junto ao Estado.

O primeiro debate realizado no fórum tinha como tema **“Rio: Bases para a recuperação da economia regional e seu desenvolvimento sustentado”** teve a presença de empresários do segmento de petroquímico e naval, como destaque, em virtude da importância de ambas para a economia local. O debate centrou, essencialmente, suas discussões no âmbito dos investimentos em infraestrutura, em especial ciência e tecnologia.

O estado do Rio de Janeiro delineou o que seria seu papel na fala do seu Secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Luiz Alfredo Salomão. Inicialmente, ele destacou duas características singulares do Rio de Janeiro, a qualidade da mão de obra e nível de qualificação do trabalhador fluminense, que eram os maiores do país, ressaltando que isso não se traduzia na aproximação entre ensino, de 1º e 2º graus e mercado de trabalho. No que se refere à ciência e tecnologia, o secretário usou o termo “trunfo”, ao falar das três universidades reconhecidas por sua excelência em todo país, UFRJ, PUC e UERJ, as quais, juntas, compunham um quadro de 4000 pesquisadores, o que correspondia a 18% do total nacional, ocupando a vanguarda em biotecnologia, e disputando a liderança nas áreas de informática e engenharia.

Embora existisse essa pujante infraestrutura de ciência e tecnologia, Salomão destacou a visão crítica do empresariado fluminense em relação a ela, citando uma pesquisa da empresa de consultoria Price Waterhouse, na qual 70% dos empresários a destacaram como ruim ou péssima. E identificou a atitude omissa desses agentes econômicos por meio dados de investimentos no setor. Segundo Salomão, apenas 5% dos recursos em ciência e tecnologia no estado advinham do setor privado, enquanto a média em países desenvolvidos é de 40%.

---

<sup>305</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 253. Negócios e Finanças, 17/12/91, p.7.

<sup>306</sup> SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 43.

Diante desse quadro de crise em ciência e tecnologia, o Secretário destacara que pleitearia mais investimentos federais, e deslocaria mais receita para pesquisa, de modo a atrair cientistas para o estado. Outra ação do governo estadual seria a criação da Universidade do Norte Fluminense<sup>307</sup>, voltada principalmente para biotecnologia e engenharia de exploração de petróleo, além de estimular a aproximação entre universidade e indústria, por meio de incubadora de empresas<sup>308</sup>.

O membro do conselho de administração do BNDES, João Paulo dos Reis também compunha a primeira mesa temática do fórum. Ele classificou o Rio de Janeiro como um “tigre brasileiro”, afirmando: “O Brasil é uma baleia, mas dentro dele é possível criar tigres especializados em tecnologia e voltados para atender o mercado externo e interno”<sup>309</sup>. Em sua concepção, poderiam servir como catalisadores de um movimento mais amplo projetos ligados à consolidação do polo petrolífero de Campos e à constituição de um pólo metal mecânico em Volta Redonda.

Complementando a questão de ciência e tecnologia no estado, Eduardo Gouveia, presidente da Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim) e o presidente da FIRJAN, Arthur João Donato, discutiram sobre uma maior integração entre indústria e centros de tecnologia, fazendo alusão, nas entrelinhas, à Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, cujo objetivo era o de atender às indústrias locais na demanda por desenvolvimentos experimentais, prestação de serviços técnicos, consultoria especializada e treinamento de pessoal<sup>310</sup>.

O posicionamento do governo estadual ia ao encontro dos objetivos previstos na V PLENINCO, realizada em 1990. Isso demonstrava a articulação entre empresários e Brizola no sentido de fortalecer a economia local num quadro de competição internacional acirrada. Esses objetivos trazem no seu bojo novas dimensões em pesquisa e de utilização de ciência e tecnologia, indutoras de reformulações produtivas e de uma nova configuração empresarial,

---

<sup>307</sup> O processo de implantação da UENF começou efetivamente em 23 de dezembro de 1991, quando o decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação. Em 10/12/1992, foi aprovada a Lei número 2.043/92, de autoria do deputado Fernando Leite Fernandes, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense, com a missão de manter e desenvolver a Universidade Estadual do Norte Fluminense e implantar e incrementar o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense. Disponível em: <<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/historia-da-uenf.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

<sup>308</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 253. Negócios e Finanças, 17/12/91, p.7.

<sup>309</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 253. Negócios e Finanças, 17/12/91, p.7.

<sup>310</sup> V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 81.

que irão permear o comércio internacional, desdobrando-se numa reformatação política e administrativa dos Estados<sup>311</sup>.

É possível afirmar que as colossais inovações científico-tecnológicas marcam esta época, viabilizando reestruturações dos sistemas produtivos e gerenciais, de alcance global, além induzir reorganizações cunho societário<sup>312</sup>. A partir dessa conjuntura neoliberal, toda discussão sobre desenvolvimento econômico para o capital perpassa por uma orientação no campo de domínio tecnológico e viabilidade de infraestrutura para o escoamento da produção num tempo mais exíguo possível.

Isso explica o papel de destaque dado à produção de ciência na cidade onde se concentrava a maior reserva de petróleo do país, Campos, com a fundação da UENF; a discussão sobre formação de polos industriais especializados no interior do estado do Rio de Janeiro por meio de uma lógica atravessada por subsídios fiscais, menor valor do metro quadrado do território, rodovias que ligam grandes centros econômicos do país; e revitalização de portos, como o de Sepetiba.

O segundo debate versou sobre o fluxo de capitais no estado. O tema era “**Rio: Centro Financeiro Nacional e Internacional**”. A ideia central do debate era retomar o projeto gestado na década de 1970, que previa tornar o Rio de Janeiro hegemônico no campo financeiro nacional. Decisões sobre investimentos, assim como controle de fluxos de capitais deveriam estar baseados no estado.

Esse movimento corresponde às transformações operadas no mundo a partir da década de 1970, com a mobilização de capitais sendo realizada a partir da lógica neoliberal. As aplicações financeiras e os fluxos de capital têm destaque tanto sobre os fluxos de dinheiro para o investimento produtivo quanto sobre os fluxos de mercadorias<sup>313</sup>.

A partir de um contexto de difusão do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro, inicia-se uma transformação nas técnicas de funcionamento do mercado de capitais, que passa, desde 1972, a utilizar sistemas baseados na informática e na eletrônica, mas funcionando, ainda, sob predomínio do pregão ao vivo<sup>314</sup>. Essa reorganização ocorrida no período militar, levou à substituição do modelo de várias praças financeiras regionais para uma centralização financeira. Embora existissem diversas bolsas regionais, duas bolsas

---

<sup>311</sup> DREIFUSS, René Armand. *A Época das Perplexidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 29-30.

<sup>312</sup> *Ibidem*. p 33.

<sup>313</sup> ARROYO, M. *A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-Americanos: o papel das finanças*, In :Questões territoriais na América Latina, São Paulo, CLASCO, 2006.p. 178-179.

<sup>314</sup> Disponível em: <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/historia>>. Acesso em: 16 set. 2018.

passaram a dividir o comando do mercado de capitais nacional: a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ). A bolsa fluminense possuía primazia sobre os títulos de empresas públicas e a paulistana sobre os papéis de empresas privadas<sup>315</sup>.

A discussão partia da premissa de uma disputa entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O ex-presidente da BVRJ, Francisco Souza Dantas, argumentava: “(...) o cronograma de implantação precisa começar agora. Os políticos devem unir a bancada, e lutar fortemente em Brasília. Se esperarmos, perderemos para São Paulo”; enquanto o presidente da FIRJAN conclamava aos participantes a iniciar uma contrapropaganda para combater o que chamou de “campanha orquestrada contra o Rio”<sup>316</sup>. O empresariado fluminense buscava um entendimento com governo central, em detrimento de São Paulo, aproveitando a relação conflituosa entre Mario Amato e Collor. O presidente da FIESP fora um crítico da política econômica implementada pelos Planos Collor I e II.

O governo do estado tinha pressa na criação de grupos de trabalho que pudessem dar condições a criação do centro financeiro. Nas palavras de Salomão,

Estou convencido de que o Rio de Janeiro é o melhor local para sediar este centro e tenho certeza que a massa de recursos será tão grande a ponto de os benefícios se espalharem também pelos outros estados da federação<sup>317</sup>.

O diretor financeiro da Petrobrás, Carlos Thadeu de Freitas, outro partícipe do debate, indagou a importância do centro financeiro internacional não como um paraíso fiscal de movimentação de papéis, mas como um polo de gerenciamento e decisões, capaz de fornecer à economia fluminense as linhas de recurso necessárias para a sua retomada. O debatedor também citou o modelo off shore de Cingapura, que trabalha com duas moedas distintas, a local e a externa, dessa maneira configurando duas contabilidades distintas, fator de atração de investimento externo<sup>318</sup>.

A intenção dos agentes econômicos fluminenses era de fixar capital creditício e fixo, concentrando-o no estado do Rio de Janeiro. Numa conjuntura global que tendia à alta

---

<sup>315</sup> LUNA, F.V. *A capital financeira do País*, In: *História Econômica da cidade de São Paulo* (organização: T. Szmrecsányi), São Paulo, Globo, 2004.p. 347.

<sup>316</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 277. Negócios e Finanças, 12/01/92, p.4.

<sup>317</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 277. Negócios e Finanças, 12/01/92, p.4.

<sup>318</sup> Idem.

concentração de capitais, era importante criar mecanismos de financiamento à produção e fixá-los no território de modo a extrair mais valor<sup>319</sup> de todo ciclo de reprodução do capital.

Embora a realização de esforços, o Rio de Janeiro não conseguiu alçar o controle do fluxo de capitais via mercado financeiro no Brasil. As privatizações de empresas estatais reduziram a liquidez BVRJ (ela foi absorvida pela Bovespa no ano 2000). Além disso, não havia a presença de representantes de bancos na mesa de debate, o que nos leva a inferência de que os banqueiros não participavam de forma ativa na proposta de um centro financeiro nacional e internacional. É inteligível tal postura, uma vez que a concorrência internacional exigia cada vez mais volume de capital, o que, num cenário de escassez em função da dívida externa, gerava desconforto na oferta de crédito.

No objetivo de criar um centro financeiro, São Paulo foi bem sucedido em comparação ao Rio de Janeiro, pois apresentou algumas transformações significativas. Entre elas está a articulação da economia nacional como plataforma da integração internacional catalisando a concentração do setor financeiro e de serviços<sup>320</sup>.

No Rio de Janeiro, a entrada de capital externo ficaria a cargo de bancos de investimento, que serviam de correia de transmissão, de associações entre capitalistas da região com investidores estrangeiros, e por meio de empréstimos do BID e do BIRD. Fica evidente que avalanche neoliberal mobilizou políticos do estado e empresários na busca por capitais num cenário acirrado de competição externa e interna, como no caso Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse contexto, o BANERJ, na concepção do governo Brizola, seria um instrumento importante de financiamento no processo de globalização em voga.

### 2.2.3 Programa MERCOSUL

Em outubro de 1992, o BANERJ criou o Programa MERCOSUL, um dos principais objetivos era o fomento de negócios com países integrante do bloco comercial formado em 1991. Segundo dados da FIRJAN, o mercado era promissor, pois havia crescido cerca de 61%. As linhas de financiamento eram destinadas ao apoio de empresas fluminenses e de outros estados para: formação de joint-ventures com empresas dos demais países membros;

---

<sup>319</sup> MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 227.

<sup>320</sup> SILVA, Marco Antônio. *São Paulo como centro financeiro internacional e possíveis impactos deste status nas relações de trabalho*. Cadernos 28 de Agosto, ano 2, nº 3, 2016. p. 18.

apoio à produção e desenvolvimento de tecnologias nas atividades primárias, de bem de capital, de informática, de eletrônica, química fina, mecânica de precisão e na área de novos materiais; exportação de produtos para outras macrorregiões; aumento de exploração de importações e exportações; e desenvolvimento de programas de melhoria de qualidade, redução de custos, aumento de investimento e aumento de capacidade instalada. Para a promoção do programa, foram realizados uma série de seminários, os quais eram promovidos pelo governo estadual, BANERJ e Jornal do Brasil<sup>321</sup>.

O programa do BANERJ se insere na lógica da criação de um bloco comercial entre países do cone sul. O processo de globalização, configurado pelo avanço das empresas transnacionais detentoras de alta de tecnologia, e a dívida externa impeliam os países periféricos à abertura de mercado. Capitalistas pertencentes às burguesias interna e associada brasileira, se organizaram de modo a mitigar prejuízos oriundos dessa nova conjuntura econômica internacional. Pequenas e médias empresas, em articulação com o Estado, lançariam mão da abertura comercial para expandir seus negócios em países vizinhos.

O Brasil, no início da década de 1990, distribuía de maneira equilibrada suas exportações: 27 % dirigida à Europa Ocidental; 24% à América do Norte; 21% à América do Sul; e 16% à Ásia. A pauta era diversificada, sendo representada por 61% de manufaturas e 14% de semimanufaturas, perfazendo um total de 75% de produtos industriais<sup>322</sup>. Esse volume de exportação estava ameaçado pela concorrência de empresas transnacionais, detentoras de uma grande concentração de capital e de níveis tecnológicos cada vez mais robustos, o que reduzira o papel de empresas com capitais menos potentes no conjunto da economia por causa da agenda abertura comercial.

O MERCOSUL incentivou a realização de negócios em diversos setores: trigo, calçados, açúcar, cabotagem, transportes, seguro, siderurgia, celulose, bolsa de valores, máquinas, têxtil, educação e comunicações. Os empresários movimentavam-se de um país a outro em grupos, estudando investimentos, realizando parcerias e adquirindo empresas. O volume de comércio promovido pelo bloco geraria uma receita de 10 bilhões de dólares, que na década de 1980 girava em torno de 1 bilhão de dólares. Ao final do ano de 1994, 250

---

<sup>321</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 306. Negócios e Finanças, 08/02/93, p.11.

<sup>322</sup> BATISTA, João Nogueira. O MERCOSUL e os interesses do Brasil. Estudos Avançados, volume 8, nº21, São Paulo, Maio/Augusto. 1994, p.83.

empresas brasileiras já tinham filiais ou operavam em conjunto com empresas locais na Argentina<sup>323</sup>

A tarifa externa comum, com previsão de implantação para o ano de 1995, daria ao MERCOSUL o posto de segundo maior bloco comercial do mundo<sup>324</sup>. Na concepção de Brizola, o Rio de Janeiro deveria fazer o papel de integrador no contexto do MERCOSUL, reivindicando a sua importância junto a de Montevideú como eixo dinâmico do bloco comercial, embora reconhecesse a importância de São Paulo e Buenos Aires. Em apoio à iniciativa, Arthur Donato, presidente da FIRJAN, disse que o estado tinha todas as condições de suportar as operações econômicas ensejadas, na medida em que era um grande centro comercial e possuía um grande número de universidades capazes de contribuir com tecnologia.<sup>325</sup>

Com o foco em pequenas e médias empresas, o BANERJ, por meio do seu programa, assinou um convênio com o Banco Municipal de La Plata (BMLP), que previa 5 milhões de dólares em linhas de crédito. Era o primeiro acordo do gênero numa região que abrigava cerca de 45% da população argentina. Sintonizado com os anseios do Rio de Janeiro, o vice-presidente do BMPL disse: “Os bancos oficiais argentinos estão convencidos de que o MERCOSUL é uma vocação natural e, os paulistas que nos desculpem, mas o Rio, que corresponde a 13% da economia brasileira, será o centro do MERCOSUL”<sup>326</sup>.

Em seu relatório de administração, referente ao ano de 1993, fica evidente a preferência do BANERJ pelo incremento de relações com instituições financeiras dos países do MERCOSUL. O banco fecha sua agência na cidade de Nova York, transferindo ativo e passivo para a agência de Grand Cayman<sup>327</sup>, com a justificativa de novos recursos do exterior estavam estancados em virtude da nova conjuntura econômica mundial<sup>328</sup>.

Dando cadência a sua expansão na Argentina, o BANERJ fechou convênio com outra instituição bancária argentina, o Banco da Cidade de Buenos Aires. O objetivo era a promoção do comércio entre a capital argentina e o estado do Rio de Janeiro. A linha de

---

<sup>323</sup> QUINTÃO, Aylê-Salassiê Filgueiras. *Americanidade – MERCOSUL: passaporte para a integração*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p.127.

<sup>324</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2014. p. 517.

<sup>325</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 353. Negócios e Finanças, 27/03/93, p.16.

<sup>326</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 92. Negócios e Finanças, 09/07/93, p.5.

<sup>327</sup> Paraíso fiscal localizado no Caribe.

<sup>328</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 138. Negócios e Finanças, 24/08/93, p.3.

financiamento disponibilizada era de 5 milhões de dólares para pequenas e médias empresas. Para a pessoa física, o acordo previa o cartão de crédito MERCOSUL. Segundo Cíbilis Viana, que acumulava a presidência do BANERJ e a Secretaria de Economia e Finanças, o cartão iria facilitar o deslocamento entre os dois países. Unificou os mercados e interligou agências dos dois bancos argentinos e o BANERJ. Como os bancos estaduais brasileiros já estavam em rede, à época, o convênio resultou, na prática, na possibilidade de um argentino poder sacar dinheiro em qualquer ponto do território brasileiro<sup>329</sup>, dando mais fluidez à circulação de capital entre dois países de dimensões continentais.

Do ponto de vista do comércio exterior, o embaixador da Argentina no Brasil, afirmou que o acordo entre os bancos demonstrava interesse na integração entre Brasil e Argentina, ele apontava também para o aumento do volume de comércio entre os países, o qual havia crescido seis vezes em cinco anos. Em se tratando de pequenas e médias empresas, o foco das linhas de financiamento, o potencial comercial havia rendido 47 milhões de dólares após a implementação do Programa Mercosul, além da perspectiva de fechamento de mais negócios, estimados em cerca de 150 milhões de dólares<sup>330</sup>.

A inauguração do Rio Trade Center foi o ponto alto do Programa Mercosul. Resultado de uma parceria entre FIRJAN, Sebrae-RJ e BANERJ, foi inaugurado ao final do ano de 1993, na cidade de Buenos Aires. O espaço tinha como um de seus objetivos a promoção de encontros, debates, simpósios, workshops, além de dispor de infraestrutura com assessoria para captação de negócios. Antes de sua inauguração, já havia promovido quatro rodas de negócios entre 75 empresas fluminenses e 500 argentinas<sup>331</sup>. O Rio de Janeiro era o único estado com espaço permanente na capital argentina.

Os responsáveis pelo Rio Trade Center cooptaram para o projeto o Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, como também o governo argentino e de várias de suas províncias, universidades, entidades empresariais, como as União Industrial Argentina, União Industrial Paraguai e Câmara de Indústrias do Uruguai, além de organismos internacionais. O presidente do Sebrae-RJ, à época, expressou a estratégia fluminense:

---

<sup>329</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 237. Negócios e Finanças, 01/12/93, p.6.

<sup>330</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 237. Negócios e Finanças, 01/12/93, p.6.

<sup>331</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 253. Negócios e Finanças, 17/12/93, p.1.

Não queríamos atuar através de instrumentos clássicos como seminários, participação em feiras e missões comerciais, esses são instrumentos espasmódicos que não garantem o fluxo de negócios entre empresas.<sup>332</sup>

O resultado do Rio Trade Center foi positivo, visto que 86% dos micro e pequenos empresários fluminenses que participaram das onze rodadas de negócios na Argentina fecharam negócio. Para o presidente da FIRJAN comemorou os primeiros resultados: “Decididamente, o Rio está abrindo novamente para o mercado externo, não apenas para a produção de bens e serviços como também no relacionamento financeiro e tecnológico”<sup>333</sup>.

A capacidade de expansão de negócios de empresas fluminenses sobre o mercado argentino pode ser exemplificado pela atuação de três empresas que fecharam acordos de venda e parceria por meio do Programa Mercosul. A empresa CB Eletrônica, fabricante de baterias inteligentes, equipamentos de sinalização eletrônica e antenas direcionais de TV para barcos com orientação magnética passou a exportar para Argentina e, em contrapartida, representaria um banco de provas de motores de caminhões e ônibus fabricados na Argentina, o que geraria o faturamento de 1 milhão de reais.

A TREU S/A Máquinas e Equipamentos, fabricante de máquinas e equipamentos para a indústria alimentícia, química, petroquímica e farmacêutica, faturou 1 milhão de dólares em exportações. A fluminense Integrated Telesystem Service, empresa de soluções de telecomunicações e teleprocessamento, fechou acordo com três empresas argentinas, a Comunicacion + Servicios SRL, Anderson & Asociados e Parse e Sinopsis, que previa a venda de seus produtos ao mercado argentino, a contrapartida da empresa brasileira seria a venda de um software argentino no mercado brasileiro<sup>334</sup>.

Segundo o Sebrae Nacional, não havia condições de pequenas e médias empresas brasileiras negociarem com outros blocos comerciais, porque saíam em desvantagem. Seu processo de internacionalização só seria possível por meio do Mercosul, que tratava da aproximação de quatro países com mais de 190 milhões de consumidores<sup>335</sup>. Nesse sentido, o governo estadual do Rio de Janeiro, por meio do BANERJ, colocou em prática uma estratégia de fortalecimento do empresariado fluminense, dando subsídios ao seu movimento de

---

<sup>332</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 171. Negócios e Finanças, 26/09/94, p.14.

<sup>333</sup> *Idem*.

<sup>334</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 171. Negócios e Finanças, 26/09/94, p.14.

<sup>335</sup> *Idem*.

expansão/acumulação<sup>336</sup> por meio de crédito. Em síntese, o Estado patrocinou a iniciativa privada no fomento de negócios no cone sul. O Programa Mercosul representava a instrumentalização de um banco estadual numa conjuntura adversa de competição global. A gestão de Brizola e de seu secretariado, no que tange ao BANERJ, demonstrou-se eficaz para os interesses da burguesia interna fluminense.

Em 1994, o BANERJ figurava na 18ª posição, entre os 300 maiores bancos do país. Dentre os estaduais, era o terceiro mais importante, segundo a Austin Assis, formada por professores da Universidade de São Paulo. Em sua pesquisa, a empresa de consultoria avaliou o desempenho do banco por de indicadores como: rentabilidade do patrimônio líquido, liquidez corrente, comprometimento, margem operacional, margem líquida, risco e situação econômico-financeira. Esse quadro era demonstrado efetivamente nas linhas de financiamento ofertadas pelo banco e uma gestão sustentável de recursos.

Segundo Cíbilis Viana, no que tocava ao BANERJ, era possível afirmar que: não tinha dívidas; o estado do Rio de Janeiro havia pago a dívida contraída junto ao banco estadual, no valor de 160 milhões de dólares; além de ele não ter precisado se socorrer no Banco Central por meio do redesconto<sup>337</sup>, durante o governo Brizola<sup>338</sup>. Contudo, ao final de sua gestão, o BANERJ sofreria intervenção.

O plano Real estabilizou a economia e começou a debelar a alta inflação. A receita dos bancos estaduais provinha essencialmente de operações inflacionárias, que representavam, em média, 67,7% do total<sup>339</sup>. A estabilização monetária gerou perda financeira nessas instituições bancárias. O regime de administração especial (RAET)<sup>340</sup> foi o expediente utilizado pelo Banco Central no BANERJ e BANESPA, de modo a sanar os problemas apresentados por este novo cenário. A dívida pública estadual era outro problema. O Banco Central já vinha

---

<sup>336</sup> MÉSZÁROS, Op.cit. 2002. p. 139.

<sup>337</sup> É um empréstimo a bancos comerciais a taxas acima das praticadas no mercado. São utilizados pelos bancos comerciais somente quando existe uma insuficiência de caixa (fluxo de caixa), ou seja, quando a demanda de recursos depositados não cobrem suas necessidades. Disponível em: <<https://politicamonetaria.webnode.com.br/redesconto-bancario/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

<sup>338</sup> Jornal do Brasil. Edição 156. Internacional, 11/09/94, p.29.

<sup>339</sup> ALMEIDA, Guilherme Ribeiro de. *Reestruturação do setor bancário na década de 90*. Monografia. Campinas: Unicamp, 2003. p. 44.

<sup>340</sup> Intervenção do Banco Central prevista em lei, que previa a mudança do conselho do banco sob intervenção. A nomeação dos nomes era papel estrito do Banco Central

pedindo garantia de passivos dos bancos estaduais em troca da rolagem da dívida dos estados<sup>341</sup>, o que não foi aceito num primeiro momento.

O BANERJ foi fundamental na construção de relações entre empresários fluminenses agentes econômicos do Mercosul, o que gerou uma série de negócios, cuja soma girava em torno 746 milhões de dólares, segundo a Carta da Micro e Pequena Empresa, publicada na edição 214 do *Jornal do Brasil*, em 1995. Esse grupo de agentes econômicos era visto como a base da economia fluminense, e tinham apoio das duas maiores entidades empresariais do Rio de Janeiro, FIRJAN e ACRJ, partícipes do conselho deliberativo do Sebrae-RJ, um dos principais fomentadores das atividades de empresas de pequeno porte.

Diante do seu quadro repentino de dificuldade financeira, o BANERJ teve de retirar apoio ao Programa Mercosul. Em 1995, a FIRJAN junto ao Sebrae-RJ deu continuidade às negociações por meio do seu Centro Internacional de Negócios, inaugurado no mesmo ano. Nessa nova etapa de expansão, havia a articulação com agentes econômicos da América do Norte e Europa com objetivo de penetração em mercados e captação de investimentos. A título de exemplo, a FIRJAN tinha uma parceria com All Invest, agência da Comissão Europeia para investimento em países em desenvolvimento.

#### 2.2.4 Rio: integração energética

O governo Brizola criou programas, no âmbito de sua empresa de energia, a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ), que visavam a distribuição de energia elétrica no estado. Do ponto de vista do crescimento econômico, o acesso à eletricidade era capaz dar incremento à produção rural, interiorizar a produção industrial, assim desconcentrando a produção, além de aumentar a demanda da própria indústria.

Para o membro da FIRJAN e do Conselho de Energia da ACRJ, Álvaro Catão, o país necessitava de 6 bilhões de dólares para manter o ritmo de crescimento estável, o que, em parte, deveria ser revertido em 1,3 milhão de novas ligações elétricas por ano. Sobre a questão regional, elogiava as ações do governo estadual e afirmara que o desejo dos empresários era a garantia de oferta de energia e tarifas adequadas. Como prioridades, destacou a necessidade

---

<sup>341</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 175. Negócios e Finanças, 30/09/94, p.6.

da conclusão de Angra II, a construção de linhas de transmissão e a redução do preço do gás natural<sup>342</sup>, que dependiam de articulação como governo federal.

O Secretário estadual de Minas e Energia, José Maurício, perseguia a consolidação de um modelo energético para o estado. Na sua visão, era difícil a implementação de uma política estadual para o setor, uma vez que existiam tarifas diferentes dentro do estado. O governo federal detinha o controle da venda e da distribuição de energia por meio de suas duas empresas, Furnas e Light, respectivamente. A Light atendia 75% dos consumidores, numa faixa de 25% do território estadual, com um faturamento mensal de 100 milhões de dólares, enquanto a CERJ, cujo faturamento era 25 milhões de dólares, detinha 25% dos consumidores, e produzia apenas 5% da energia que distribuía num território três vezes maior. Por essa razão, Brizola tinha como projeto a compra de ações da Light pertencentes ao governo federal. O governador alegava que parte dessas ações poderia ser negociada com a iniciativa privada, o que democratizaria a empresa, ao passo que daria maior autonomia ao estado<sup>343</sup>.

O governo estadual tinha três programas para expansão da distribuição de energia, o *Uma Luz na Escuridão*, o *Cerj-Rural* e o *Noite Clara*. Este era o mais recente, criado em 1991, com o objetivo de conservar e levar iluminação pública a locais com altos índices de criminalidade. A CERJ realizava parceria com prefeituras, aumentando o número de pontos de iluminação e substituindo as lâmpadas dos existentes, que eram de vapor de mercúrio, por outras de vapor de sódio (consome menos energia em relação de as de mercúrio). Niterói foi o município mais beneficiado, com a recuperação de mais de 3500 pontos de iluminação.

O *Cerj-Rural* foi criado em 1984. Seus objetivos consistiam no aumento da produtividade agrícola, no incentivo à agroindústria, no abastecimento a escolas rurais e na fixação do homem no campo. A partir do ano de 1992, a empresa alongou o financiamento, para cinco anos, ao produtor rural que pretendesse ter instalações elétricas em sua propriedade. Associado à adoção do sistema monofásico para o campo, por ser mais econômico em termos de expansão, a CERJ conseguiu realizar a 8 mil instalações, entre 1991 e 1994, que comparadas as 3200 existentes no início do governo Brizola<sup>344</sup>, perfaziam uma expansão de 150% .

---

<sup>342</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 353. Foco JB, 29/03/94, p.10.

<sup>343</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 332. Foco JB, 08/03/94, p.7.

<sup>344</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 332. Foco JB, 08/03/94, p.7.

Criado em 1983, o programa *Uma Luz na Escuridão*, objetivava a oferta de energia a comunidades carentes. A CERJ se comprometia a realizar toda a instalação elétrica em residências de até 50m<sup>2</sup>, cuja renda familiar não ultrapassasse três salários mínimos, num prazo de financiamento de 60 meses. Havia rentabilidade para empresa na medida em que diminuía ligações clandestinas, que se revertia em aumento de consumo de energia a ser cobrado. Houve o aumento de 12% do seu mercado consumidor. A regularização fundiária também era tocada pelo programa, pois a conta de luz servia de comprovante de residência.

A CERJ também ofertava mais energia pelo investimento em subestações. Municípios como Macaé, Itaboraí, Papucaia, Cachoeira de Macacu, Angra dos Reis somadas as Regiões dos Lagos e do Norte Fluminense foram contemplados. Nos planos da empresa, havia a intenção de instalação de mais duas subestações, em Niterói, pelos recorrentes apagões no município, e Silva Jardim, de modo a atender a necessidade de fábricas de sucos e componentes eletrônicos.

A política energética adotada pelo governo Brizola estava em sintonia com o governo federal. O secretário adjunto do Ministério de Minas e Energia, Eugênio Mancini, em visita ao Rio de Janeiro, apoiou os programas criados no estado, e discorreu sobre o problema da falta de luz para 50 milhões de brasileiros, defendendo um modelo energético nacional que fosse voltado para a população de baixa renda<sup>345</sup>.

As ações da CERJ tinham como pano de fundo o crescimento econômico. FIRJAN e ACRJ as apoiavam em função das perspectivas de aumento da oferta de energia ao setor produtivo, que recepcionaria a demanda produzida pela expansão da eletricidade em residências nas áreas urbana e rural.

A agenda neoliberal engendrava a popularização do consumo em razão de um elevado nível de tecnologia, capaz de reduzir custos de produção de forma exponencial. Uma política de Estado voltada para a população de baixa renda, do campo e da cidade, além da expansão da oferta de energia, tinha proximidade com um novo padrão de acumulação de capital. O Plano Real seria o outro componente neoliberal, implantado no último ano do governo Brizola, estabilizaria a moeda, por conseguinte, facilitaria o acesso ao crédito, o que se desdobraria para o consumo.

No âmbito regional, o governo proporcionou uma escala de investimentos, principalmente nos períodos de 1983-1986 e 1991-1994, ambos dos governos Brizola.

---

<sup>345</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 353. Foco JB, 29/03/94, p.11.

Somente no ano de 1994, a CERJ investiu 60 milhões de dólares<sup>346</sup>. A ruptura com esse quadro de apoio estatal ocorreria no governo Marcelo Alencar (1995-1998), com a venda da CERJ para iniciativa privada por 605 milhões de reais, em 1996, por força do State Reform Loan, programa de reforma administrativa de estados patrocinado pelo Banco Mundial. É importante frisar que o faturamento anual da CERJ era de 300 milhões de reais, quase um terço do valor do seu leilão.

### 2.2.5 O enfraquecimento do Brizolismo

O governo Brizola exerceu um papel importante na transição de uma agenda econômica de cunho desenvolvimentista para a neoliberal. Seu segundo governo, tendeu a colocar o Estado com um papel chave no campo produtivo. A aproximação com agentes econômicos não estava somente no campo da retórica. Interesses da FIRJAN e da ACRJ, neles incluídos os anseios de pequenas empresas organizadas, tinham espaço em programas do governo por meio de financiamento, subsídios, investimento em infraestrutura, fatores que somados a uma recorrente interlocução com o governo Collor, tracejavam uma perspectiva positiva para o setor produtivo regional. O impeachment de Collor, em 1992, que se desdobra na assunção de seu vice, Itamar Franco, cuja legenda era o PMDB, seria um divisor de águas na articulação entre empresários e Brizola.

Brizola e Itamar Franco tiveram, inicialmente, uma relação de conflito, que era alimentada por críticas recíprocas. Destacamos a privatização da CSN, o rompimento com Maurício Correia<sup>347</sup> (liderança do PDT no senado) e a demora na liberação de recursos para a conclusão da segunda etapa das obras da Linha Vermelha, que ligaria a Ilha do Governador à Baixada Fluminense como os principais pontos de divergência.

Itamar Franco reagira às afirmações de Brizola que o acusava de fazer o que as elites queriam e de ser um perigo para o povo e para o país. Voltando de viagem do Paraguai, tratou

---

<sup>346</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 353. Foco JB, 29/03/94, p.11.

<sup>347</sup> Ministro da Justiça e articulador do governo Itamar Franco. Assumiu o papel de mediador entre o Presidente da República, o Congresso, empresários e demais setores da sociedade civil organizada. Em maio de 1993, anunciou sua saída do PDT, após constantes atritos com o presidente do partido, Leonel Brizola, afirmando não poder endossar a posição do partido contra as medidas privatizantes do governo Itamar Franco. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-mauricio-correia>>. Acesso em: 06 out. 2018.

de redigir um bilhete com auxílio de seu Ministro da Justiça e desafeto de Brizola, Maurício Correia, que foi lido por seu porta-voz na Base Aérea de Brasília. Eis o bilhete na íntegra:

O governador Leonel Brizola ataca o presidente atualmente, ao contrário de um passado recente, enquanto corteja o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, esquecendo-se que o governo é um só, trata-se de um ressentido. Quanto à caixa de fósforos, eu não poderia levá-la porque de nada adiantaria, pois o governador já a deixou vazia.<sup>348</sup>

Sobre a resposta de Itamar Franco às suas acusações, Brizola foi enfático:

Se o governo federal realmente fizer cortes no orçamento da Linha Vermelha, vamos estudar alternativas. Se não conseguirmos o dinheiro, a obra vai parar. Ela será um monumento à incompetência do governo Itamar Franco. (...) Acho que ele demonstrou que considera o PDT, o povo do Rio de Janeiro e eu próprio os seus maiores inimigos no país. (...) Pessoalmente, Itamar é um presidente pusilânime, que precisa ser fiscalizado, principalmente após o episódio da privatização da CSN. Este é um ato que precisa ser esclarecido, mais cedo ou mais tarde. (...) Ele faz tudo que Collor fazia, seu programa só se modifica quando se trata da Linha Vermelha e do projeto educacional dos Ciacs.<sup>349</sup>

O que se deduz do embate entre o presidente e o governador é um desentendimento no campo político, que se materializa no campo econômico. O estado do Rio de Janeiro precisava de investimentos da União para a retomar o crescimento econômico de acordo com a média nacional. Projetos ligados à ampliação do Porto de Sepetiba, à construção de um pólo petroquímico e do Teleporto, todos com necessidade de grande aporte de investimento do governo federal, são anseios do empresariado que Brizola passou a defender e que não ocorreram em sua gestão.

Embora existisse a garantia da retomada das obras da Linha Vermelha pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco insistia na não liberação da verba necessária. A situação só é acertada politicamente após o massacre da Candelária e a chacina de Vigário Geral, ocorridas nos meses de julho e agosto, respectivamente, no ano de 1993. O Presidente da República vem ao Rio de Janeiro, junto de seu Ministro da Justiça, para acompanhar de perto as investigações. A imprensa tratou o episódio como uma reconciliação entre Brizola e seu antigo amigo Maurício Correia. Ao início do ano de 1994, as verbas federais destinadas à Linha Vermelha e ao Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara foram liberadas.

---

<sup>348</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 86. Cidade, 03/07/93, p.15.

<sup>349</sup> *Idem*.

Brizola ainda enfrentaria outros problemas: com o avanço do PSDB na Baixada Fluminense, que formaria um arco de aliança com PFL, PP e PL, o que faria avançar a candidatura de Marcelo Alencar ao governo do estado, após sua saída do PDT; dentro do PDT, com mudanças no seu quadro político; e a criação do Fundo Social de Emergência. A conjuntura dada provocaria desgaste político com os empresários e parte do eleitorado. Os dois últimos merecem maior destaque.

Do ponto de vista da renovação de quadros no PDT, surgiram nomes como os de Garotinho e de Noel de Carvalho, ex-prefeitos de Campos e Resende. O núcleo do partido entendia que a gravitação em torno de Brizola, já com 72 anos, deveria ser substituída por integrantes pela corrente intrapartidária chamada Juventude Socialista. Neiva Moreira, presidente do partido, cuja idade passava dos 70 anos, afirmava que a os mais jovens estavam chegando ao comando. Raphael Perez Borges, que acompanhava Brizola há mais de 40 anos, relatava que houve aumento de repasse para a Juventude Socialista e que, dentre os 450 prefeitos eleitos pelo partido no Brasil, mais da metade tinha menos de 40 anos<sup>350</sup>.

Embora a imagem de uma renovação estivesse sendo consolidada no ano de 1994, a situação era diversa em 1992. Marcelo Alencar havia contrariado Brizola nomeando jovens para os 1º e 2º escalões da prefeitura do Rio de Janeiro, enquanto o líder do partido desejava que os lugares fossem ocupados por filiados mais antigos. Chamados de *Menudos*, tiveram destaque jovens como Otávio Leite, Augusto Werneck, Marco Antônio e Marco Aurélio Alencar, sendo os dois últimos filhos do prefeito.

Aproveitando um racha no partido, que se inicia com a briga pela indicação à sucessão de Marcelo Alencar, os *Menudos* formaram uma ala que se auto-intulava de “vanguarda do PDT”, que pregava a liderança do prefeito. Alencar e seu grupo desejavam a indicação de Luis Paulo Corrêa da Rocha, seu Secretário de Obras, para a candidatura à prefeitura, o que foi refutado por Brizola. O líder do partido impôs sua vontade, Cidinha Campos foi a escolhida.

Com Cidinha Campos fora da disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro no segundo turno, Marco Antonio Alencar, traçou o apoio do PDT a Cesar Maia, expulso do partido por Brizola, e, há época, filiado ao PMDB. Segundo o filho de Alencar, 70% da militância e 100% do primeiro escalão da prefeitura apoiavam Maia. Movimento das Mulheres, Movimento dos Rodoviários Brizolistas, Movimento Unidade dos Metalúrgicos e Movimento Popular Organizado da Zona Oeste formariam uma parte importante dessa militância. A

---

<sup>350</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 405. Política e Governo, 20/05/94, p.2.

crítica ao PT dava-se em função de votações contra os projetos do PDT na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa<sup>351</sup>.

Não houve exposição direta de Marcelo Alencar no episódio, mas ficou evidente a sua força política. A disputa do segundo turno se deu entre Benedita da Silva, candidata do PT e Cesar Maia, que ganharia a disputa, levando o controle da prefeitura para um partido de centro. Maia, já como prefeito, em 1993, orquestrou um Projeto Estratégico para a cidade do Rio de Janeiro em parceria com FIRJAN, ACRJ, cuja plataforma era abertamente defendida como neoliberal. Incluído nessa lógica, o Programa Favela-Bairro teria destaque junto à população mais pobre, eleitorado até então mais próximo de Brizola. Em resumo, o movimento de integrantes do PDT enfraqueceu o próprio partido junto ao seu eleitorado, por conseguinte a imagem de Brizola.

Junto ao empresariado, Brizola perdeu força com a aprovação do Fundo Social de Emergência, em 1994. O fundo previa a desvinculação de receitas da União de modo que permitisse que governo conseguisse fazer um ajuste em suas contas. Ocorre que uma parcela destinada a tal fundo seria retirado do Fundo Marinha Mercante, importante instrumento de financiamento da indústria naval fluminense. A previsão de retirada de recursos chegava a 294 milhões de dólares, o que nas palavras do presidente da FIRJAN, Arthur Donato, “seria um tiro de misericórdia no setor, já que as perdas serão fatais”<sup>352</sup>. Naquele mesmo ano, Donato chegou a ser convidado por Brizola para concorrer ao Senado, mas não demonstrou interesse. A retomada de crescimento do setor se daria apenas a partir da segunda metade da década de 1990, com o desenvolvimento da indústria do petróleo. Nesse sentido, a própria conjuntura econômica teria sido desfavorável a Brizola.

### 2.3 Um desenvolvimento sustentável?

A discussão sobre sustentabilidade ambiental ganhou notoriedade com o relatório *Limites do Crescimento* (1968-1972), confeccionado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets. O relatório foi encomendado pelo Clube de Roma, organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em

---

<sup>351</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 205. Cidade, 30/10/92, p.13.

<sup>352</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 305. Negócios e Finanças, 09/02/94, p.5.

cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, Itália. Peccei era um consultor administrativo italiano das empresas transnacionais FIAT e Olivetti. Em 1970, este clube possuía 75 membros de 25 países. Sua finalidade era pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. Seus trabalhos sempre contaram com o financiamento da Fundação Volkswagen, da FIAT, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell e da Fundação Rockefeller<sup>353</sup>.

O relatório defendia a tese do “crescimento zero”. Do ponto de vista político-econômico, significava um embrutecimento na relação Norte-Sul, com um esmagamento das supostas pretensões de desenvolvimento dos países periféricos. Indicando um possível colapso da reprodução natural e destacando a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões da humanidade, o *Limites do Crescimento* foi o documento base da Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (1972), em Estocolmo, Suécia. A maior preocupação desta conferência foi ensejar uma coalizão internacional “para conter a poluição em suas várias formas”, e ainda estimular os governos nacionais para a criação de “políticas ambientais” que evitassem o agravamento da degradação ambiental ou restaurassem os padrões de qualidade de água, ar e solo. Sobre os recursos não renováveis, entendia-se que estes deveriam ser utilizados de forma a evitar que o perigo de seu esgotamento futuro e assegurar que toda a humanidade participe de tal uso. A discussão sobre o uso dos recursos naturais obedecia à lógica de manutenção da reprodução do capital, destacando-se o interesse de obstruir o crescimento dos países periféricos e estimulá-los a seguir a cartilha dos países centrais<sup>354</sup>.

Em 1983, após a chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, ocorreu a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Em dezembro de 1983, atendendo a uma resolução da Assembleia Geral da ONU, o Secretário Geral, Perez de Cuellar, designou Gro Harlem Brundtland (Primeira-Ministra norueguesa e líder do Partido Trabalhista) para a presidência de uma comissão independente, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual se constituiu como uma referência para a gênese do processo que culminou com a formulação dos pressupostos, em tons consensuais, da concepção de desenvolvimento sustentável adequado ao neoliberalismo.

---

<sup>353</sup> OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”*. Revista Continentes, UFRRJ, ano 1, nº 1, 2012. p. 77.

<sup>354</sup> OLIVEIRA, Leandro Dias. *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão*. Revista Tamoios, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, nº 2, 2005.p.42.

É a partir da formação da CMMAD que o desenvolvimento sustentável ganha contornos mais incisivos. Durante os quatro anos de trabalho foram apreciadas possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. Estas constituíam um ajuste, sob forma de acordo, para intercâmbio de tecnologias, informações e investimentos, que consolidasse uma interferência “mútua” internacional como chave para a construção de um novo padrão de desenvolvimento menos agressivo com a natureza. Neste caso, a natureza global, cada vez mais, acaba incorporada como uma mercadoria de valor crescente, e por essa, incomensurável a médio e longo prazo<sup>355</sup>.

Em 1991, o empresariado de maior estatura internacional também adotou a cartilha do novo modelo, pactuado na Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental, organizada pela Câmara Internacional do Comércio. Por meio da assinatura de um catálogo de diretrizes, intitulado “Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável”, houve o estímulo à adoção de práticas administrativas que efetivassem a nova estratégia de progresso econômico.<sup>356</sup>

Na esteira dessa nova dinâmica de desenvolvimento econômico, os organismos financeiros internacionais, aqui destacamos o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desempenharam um papel central no debate sobre sustentabilidade ambiental, influenciando as diretrizes políticas e econômicas, direcionadas aos chamados “ajustes estruturais” dos países/ periféricos, passando a exigir consolidação de uma legislação ambiental como condição para empréstimos internacionais para os países periféricos, além de estudos ambientais, que incluíssem a análise de impactos sociais e todas as problemáticas a eles inerentes.<sup>357</sup>

Esse movimento em nível global tinha como efeito a alteração sobre desenvolvimento, que significa o modo de apropriação da riqueza e da regulação da reprodução social. Na conjuntura em comento, agrega-se aos fatores mencionados o modo de apropriação da

---

<sup>355</sup> OLIVEIRA, Leandro Dias de. Op. Cit. 2012. p. 83-84.

<sup>356</sup> OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”*. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Comunicações 5º CEMARX. Campinas: Unicamp, 2007. p.2.

<sup>357</sup> FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. *A Crítica ao desenvolvimento (in)sustentável*. Revista Katál, Florianópolis, v.15, n.1,2012. p. 47.

natureza em sua dimensão ampliada, ou seja, a água, o ar e as distintas formas de vida<sup>358</sup>. No caso do Rio de Janeiro, a despoluição da Baía de Guanabara (que trazia a reboque a ideia de privatização da CEDAE) e a Construção da Linha Vermelha (encurtamento do trajeto entre Baixada Fluminense e centro do Rio de Janeiro, assim diminuindo a emissão de dióxido de carbono por veículos automotores) podem ser entendidas como parte dessa nova dinâmica do capital, na qual os agentes econômicos perpetuam sua prática de obtenção de lucro por meio do instrumento da sustentabilidade ambiental.

O conselho deliberativo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, decidiu concentrar suas ações em temas críticos de abrangência global, dentre os quais se encontravam o alívio da pobreza, gestão do desenvolvimento, recursos naturais e meio ambiente. Imbricada nessas temáticas, uma agenda urbana para os anos 1990 foi lançada. Ela contemplava ações que promoviam atividades de geração de renda; melhoria do meio ambiente urbano; suporte a governos locais, a ONGs e à iniciativa privada<sup>359</sup>. O conceito de desenvolvimento sustentável propagado pela ONU/PNUD visava compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental.

Desta forma, observa-se um movimento em que o capital procura manejar os recursos naturais disponíveis a partir de medidas universalistas que implicam mudanças em países periféricos principalmente. O vislumbre da escassez de recursos naturais põe em funcionamento uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico, cujo cerne seria a manutenção da perspectiva de consumo por meio da exploração marketing dos produtos, serviços e selos verdes travestidos da falácia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade de empresas pela imagem. O desequilíbrio das relações entre os países centrais e os periféricos seria causado pelo grau de industrialização e dependência de investimentos externos. Em outras palavras, os empréstimos a países periféricos estariam condicionados a mudanças na legislação ambiental, assim como na promoção de medidas ecologicamente “sustentáveis”, o que consideramos uma ação de manutenção do sistema econômico vigente dentro de uma contradição.

Não nos parece coincidência o fato de as discussões sobre a crise ambiental serem realizadas em dois momentos de crise do capitalismo. O primeiro, na década de 1970, em virtude do aumento substancial do preço do petróleo, os países produtores de petróleo passam

---

<sup>358</sup> ACSELRAD, Henri. *Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito*. Revista Proposta, nº 56, 1993. p. 5.

<sup>359</sup> WERNA, Edmundo. *As Políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento*. Artigo da Revista Espaços e Debates nº 39. Cidades: Estratégias Gerenciais. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, São Paulo, 1996.p. 25.

a investir o excedente de capital no mercado financeiro, especialmente o europeu, esse fato refletiu na manutenção das taxas de juros no mundo em torno de 2% com a canalização de petrodólares para bancos europeus<sup>360</sup>.

Enquanto o segundo se refere à crise econômica que assolava o Brasil nos anos 80 e início dos 90, forçando uma rearticulação política e econômica com vistas à obtenção de empréstimos. Dificuldades financeiras eram latentes em empresas do Rio de Janeiro que dependiam de investimento estatal em obras, em geral de infraestrutura, pois dez das maiores empresas de consultoria técnica e planejamento do país estavam em seu território, dentre elas, Engevix, Tecnosolo, Natron, Internacional de Engenharia S/A e Sondotécnica. Vale destacar o grau de importância dessas empresas e seus componentes na conjuntura política e econômica.

Fundada em 1954, a Sondotécnica atua nos segmentos de transporte, saneamento, hidráulica, meio ambiente, eletricidade, petróleo e gás. Seu fundador, Jorge Rotstein<sup>361</sup>, tinha um bom trânsito no meio empresarial e político. Rotstein foi o primeiro presidente do Conselho de Energia da ACRJ, além de fazer parte do Conselho Diretor da entidade até o ano de 2011. Em 1986, foi indicado, pelo Presidente José Sarney, para a Comissão Nacional de Energia<sup>362</sup>.

A Internacional de Engenharia S/A detinha expertise no ramo de construção e projetos. A empresa fazia parte do Grupo Montreal Empreendimentos que, por meio de suas empresas, participava ativamente de segmentos do petróleo, petroquímica, siderurgia, metalurgia, química, hidroelétrica, cimento, papel e celulose, e informática<sup>363</sup>. Esse perfil era o mesmo da Engevix, que foi fundada em 1965<sup>364</sup>. Ambas empresas são fundadoras da

---

<sup>360</sup> LOURENÇO NETO, Sydenham. *Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70*. Revista História e Luta de Classes. 2013. Nº 16. p. 3.

<sup>361</sup> Participou da Campanha "O Petróleo é nosso", ao lado do seu primeiro chefe, o engenheiro Luiz Hildebrando de Barros Horta Barboza (Presidente do Comitê Diretor da Campanha). Ganhou o apelido de Mr. Know-How ao cursar a Escola Superior de Guerra em 1965. Criou a Associação Brasileira de Engenharia e Saneamento, que se transformou na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, recebendo o título de Patrono da Memória da Engenharia Sanitária e Ambiental em 1999. No mesmo ano, foi eleito para o Conselho de Administração da Petrobras e da BR Distribuidora. Disponível em: <[http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA\\_FUNDADOR](http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA_FUNDADOR)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>362</sup> Disponível em: <[http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA\\_FUNDADOR](http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA_FUNDADOR)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>363</sup> Revista da Associação Comercial, nº 1234, p. 23.

<sup>364</sup> Disponível em: <<https://www.engevix.com.br/sobre-a-engevix/Paginas/perfil.aspx>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1987, que visava a implementação de projetos econômicos para a região.

A Tecnosolo foi fundada em 1957 por Antonio José da Costa Nunes, que chegou a ser vice-presidente para a América do Sul da Associação Internacional de Mecânica de Rochas<sup>365</sup>. Com um perfil diferente das demais empresas, pois prestava serviços ligados à mecânica dos solos, notadamente, as investigações geotécnicas, ensaios de solos e materiais, fundações e contenções de encostas. Na década de 1990, visando ampliar seu leque de serviços, passou a ofertar estudos ambientais<sup>366</sup>. Já a Natron havia participado do projeto de engenharia de seis plataformas de extração de petróleo na Bacia de Campos. Nota-se, portanto, que essas empresas ligadas à consultoria e engenharia tinham uma parcela de suas receitas ligadas ao setor público. O Estado era fundamental para a sobrevivência desse grupo.

Em 1988, em entrevista à Revista da Associação Comercial, o presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, Braz Alberto Gravina retrata o posicionamento de empresários do setor de consultoria em engenharia em relação à política econômica do governo Sarney, ele elogiou o controle do déficit público, mas criticou a paralisação nos investimentos em projetos. Segundo Gravin, 0,3% do PIB era investido em consultoria, uma parcela pequena, que se mantida, poderia viabilizar a reconstrução do que fosse destruído durante a crise<sup>367</sup>.

No início da década de 1990, o Clube de Engenharia<sup>368</sup> encabeçaria um movimento de criação e implementação de projetos de engenharia no Rio de Janeiro, a articulação de Miro Teixeira (deputado federal do PDT) e a concessão de empréstimos pelo governo federal, via Caixa Econômica Federal, serviriam de alavanca ao setor de engenharia. A ideia seria utilizar da prerrogativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias que priorizara investimentos federais em estados desmembrados ou formados a partir de uma fusão, cujo dispositivo foi criado pelo deputado pedetista. Dentre os projetos ligados à engenharia estavam o de despoluição da Baía

---

<sup>365</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 993, ano de 1967. p. 42.

<sup>366</sup> Disponível em: <<https://www.tecnosolo.com.br/a-empresa/historia.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>367</sup> *Revista da Associação Comercial* nº 1243, 1988, p.45.

<sup>368</sup> Fundado em 24 de dezembro de 1880, por Conrad Jacob Niemeyer, o Clube de Engenharia é uma instituição que agrega engenheiros e técnicos com o objetivo de oferecer um espaço democrático para a discussão de questões relacionadas ao desenvolvimento nacional e a capacitação técnica dos engenheiros. Ao longo de seus 130 anos, transformou-se em um polo de informação, referência no exercício de pensar o desenvolvimento do Rio de Janeiro e de todo o país, congregando engenheiros e industriais. (PORTAL, 2014).

de Guanabara e a criação do centro industrial e portuário de Sepetiba<sup>369</sup>. Acresce que o Programa Favela-Bairro, desenvolvido no Governo Municipal de Cesar Maia (1993-1997), também fazia parte de uma agenda ligada ao meio ambiente que, concomitantemente, atendia a interesses de agentes econômicos da região.

Dito de outro modo, a crise econômica impulsionou uma agenda neoliberal que trazia no seu bojo a agenda de sustentabilidade ambiental. A vulnerável economia brasileira, sujeita à pressão dos países centrais, ensejou o movimento da burguesia interna ligada ao segmento de engenharia. Pleiteava-se a adoção de medidas (projetos e obras) para manutenção de suas empresas. No dado contexto, o empresariado fluminense entendia que era possível conciliar seus interesses com os avanços do grande capital. Nesse sentido, a ECO-92 serviria como palco para a interlocução de investimentos na região.

### 2.3.1 ECO 92, uma aglutinação de interesses do capital

Em 1992, a Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento promovida pela Organização das Nações Unidas, ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi um marco entre as novas formas de desenvolvimento e o capital. A realização da conferência internacional sobre meio ambiente em 1992 tem um efeito significativo. A escolha do Brasil como sede do evento ocorreria meses após o Consenso de Washington<sup>370</sup>, que trazia no seu bojo proposta de ajuste estrutural nos países endividados em favor do capital monopolista. O evento teve como principal influência a obra *Nosso Futuro em Comum* (criada em 1987, e também conhecida como Relatório de Brundtland) que combinava desenvolvimento sustentável e neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica na nova ordem<sup>371</sup>.

O Relatório de Brundtland inaugurou uma literatura técnica sobre o desenvolvimento com formulações mais instrumentais, que saíssem dos limites da simples preservação dos recursos naturais. Inovou-se identificando o meio ambiente ao conceito contábil de capital. A ideia era a de abandono da visão da natureza como fornecedora de elementos ao capital

---

<sup>369</sup> *Jornal do Brasil*, edição 58, 05/06/90, p. 3.

<sup>370</sup> OLIVEIRA. Op. Cit. 2007. p.4.

<sup>371</sup> OLIVEIRA. Op. Cit. 2012. p. 82.

circulante (fornecimento de matéria-prima a custo repassado ao produto final) e de serviço gratuitos (água, ar e solo para despejo de dejetos da produção mercantil). Nesse sentido, em “resposta” a um contexto de crise ambiental, a natureza deveria ser entendida como capital fixo, que necessita ser preservado ao longo do ciclo produtivo. Dito de outro modo, os elementos da natureza deveriam ter um proprietário, e seus mecanismo de reprodução e regeneração não deveriam se limitar aos mecanismos e ritmos de reprodução do capital como solução à degradação ambiental, tratava-se da internalização dos custos ambientais.

O pano de fundo dessa instrumentalização do meio ambiente como parte constitutiva da lógica do capital é a alteração sobre o entendimento de propriedade privada. A ampliação do direito de propriedade estendeu a regulação mercantil da natureza. A ideia foi defendida na ECO-92, e tinha apoio do Banco Mundial, de instituições políticas e de empresários brasileiros<sup>372</sup>.

Na ocasião da ECO-92, foi assinada a Agenda XXI, que reforçara o ponto de vista de conservação do capital, pois tratava de recomendação da mudanças de padrões de consumo<sup>373</sup> com ênfase em processos de produção, tecnologia, reciclagem, eficiência energética e consumo responsável, o que despolitizou o debate, deslocando-o para seara do mercado, na qual os interesses econômicos prevalecem.

Como país anfitrião, o governo federal decidiu promover ações mais efetivas no trato do meio ambiente de modo atrair investimentos de instituições de fomento internacionais. O evento ambiental seria o ponto de aglutinação entre interesses do capital local e internacional. Dependeria da mobilização em âmbito interno a consolidação de projetos que beneficiassem agentes econômicos locais.

O estado do Rio de Janeiro possuía vantagens em relação aos seus congêneres: o apoio do empresariado local ao governo Collor e sua proximidade com os interesses do Banco Mundial e expertise em projetos de engenharia. A ação inicial mais significativa nesse sentido foi a liberação de verba do governo federal para despoluição da baía de Guanabara. Em convênio firmado entre o governo do estado do Rio de Janeiro e Ministério da Ação social, ficou celebrado um programa que deveria tratar o esgoto da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, dragar rios, conter encostas e construir dois emissários submarinos no entorno da baía (no centro do Rio de Janeiro e na zona norte da cidade de Niterói). O valor

---

<sup>372</sup> ACSELRAD, Op. Cit. 1993. p. 5-7.

<sup>373</sup> ZACARIAS, Rachel dos Santos. *A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental*. Tese de Doutorado. UFRJ. 2012. p. 64-67.

inicial repassado era estimado em 390 milhões de dólares, a serem disponibilizados pela Caixa Econômica e Banco Mundial<sup>374</sup>.

Segundo a deputada Sandra Cavalcante do PFL, intermediadora entre governo estadual e federal do programa de despoluição da baía, uma parcela das obras já havia sido iniciada com recursos do Banco Mundial, contudo necessitava-se da liberação de um maior aporte de verbas, que foram concedidas pelo acordo entre estado e governo federal. A previsão era a utilização de 170 milhões de dólares para obras de médio e curto prazo. Ao todo, o programa previa a utilização de 1 bilhão de dólares até o ano 2000<sup>375</sup>.

A questão ambiental, que açambarcava questões do consumo e de qualidade de vida, era uma via alternativa de penetração de capital externo, cujo pressuposto era um novo tipo de desenvolvimento econômico. Desconstruindo a política econômica do escopo industrializante (ou seja, o desenvolvimentismo), o novo padrão de acumulação, mais descolado da economia real, ofertaria capital a juros para programas de cunho eminentemente público, como os ligados ao meio ambiente.

A dependência econômica seria mais perversa que outrora, uma vez que os empréstimos não criariam mais valor<sup>376</sup>, pois a circulação do capital não objetivava a criação de infraestrutura para a produção, o que reduzia a participação na divisão internacional do trabalho. Esse tipo de política econômica se desdobra em desvantagem do Brasil no âmbito das trocas internacionais, principalmente com as economias de países centrais. Eis uma das faces do neoliberalismo, reduzir a capacidade produtiva da periferia.

Contudo, é preciso ressaltar que grupos locais seriam beneficiados nesta conjuntura. Empresas de consultoria e engenharia, com um bom trânsito nos poderes legislativo e executivo no Rio de Janeiro, orquestravam sua participação em grandes projetos financiados pelo capital estrangeiro.

Nesse contexto se insere o movimento Frente Rio, lançado no início do ano de 1991. Criado por integrantes do Clube de Engenharia e visto como suprapartidário, tinha como objetivo o combate à recessão econômica no estado do Rio de Janeiro. Hildebrando Araújo Góes Filho<sup>377</sup>, presidente da entidade à época, afirmara que o movimento tinha condições de

---

<sup>374</sup> *Jornal do Brasil*, edição 257, Caderno Cidade, 21/12/90, p. 1.

<sup>375</sup> *Idem*.

<sup>376</sup> MARX, Karl. Op. Cit. 2013. p. 227.

<sup>377</sup> Filho de Hildebrando Araújo Góes, que havia sido prefeito da cidade do Rio de Janeiro na década de 1940.

se transformar num poderoso instrumento de defesa do estado contra a recessão<sup>378</sup>. A proposta da Frente Rio vislumbrava unir esforços e mobilizar os segmentos da população que ainda não estavam engajados na luta em defesa do Rio de Janeiro.

Hildebrando argumentara que o estado estava, historicamente, perdendo sua expressão econômica, social, cultural e política. Acrescentava que a crise, pela qual o país passava, acentuava esse quadro no estado, agravando seu esvaziamento econômico, que se desdobrava na deterioração da qualidade de vida da população. Nessa conjuntura, a Frente Rio poderia criar um consenso entre diversos segmentos da sociedade, desta maneira, adensando capacidade de participação do Rio de Janeiro nos rumos da política nacional.

Estavam presentes no lançamento do movimento o presidente do BANERJ, Márcio Fortes; a Secretária de Cultura, Aspásia Camargo; o presidente regional do PT, Jorge Bittar; o reitor da PUC-RJ, padre Laércio Dias Moura; o presidente da Flupeme, Benito Paret; vice-governador eleito, Nilo Batista; dentre outras personalidades da sociedade fluminense. O que caracterizava uma grande adesão, tanto de detentores do capital, seja político ou econômico, quanto de intelectuais.

Nilo Batista achou positiva a união de uma boa parcela da sociedade civil para dizer “não à recessão”. Conclamou-a para que isso fosse realizado na prática, buscando a definição de uma nova espinha dorsal, que atraísse investimentos por meio de um compromisso com a transformação.

A orientação econômica do governo Brizola ia ao encontro dos interesses do Clube de Engenharia, que objetivava investimentos em obras públicas no território do Rio de Janeiro. A agenda neoliberal do governo Collor era o ponto de controvérsia com o pedetista, principalmente do ponto de vista do programa desestatização (o estado tinha um grande número de empresas estatais). Havia consenso, contudo, na entrada de capital estrangeiro via programas de conservação ambiental e de infraestrutura. Governo do estado e Clube de Engenharia convergiram ao defender uma maior participação do Estado na economia<sup>379</sup>. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e o projeto de construção da Linha Vermelha são duas conquistas da burguesia interna nesse sentido.

---

<sup>378</sup> *Jornal do Comércio*. 09/01/1991. p. 7.

<sup>379</sup> *Jornal do Brasil*, edição 290, 25/01/91, Política e Economia. p. 3

### 2.3.2 O enlace entre o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e sua mantenedora principal, a CEDAE

Com a crise da dívida externa, a centro-esquerda foi capturada pela onda ambientalista sob a hegemonia neoliberal. Os pedetistas Leonel Brizola e Marcelo Alencar, governador do estado do Rio de Janeiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro, orquestraram, em parceria, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). O financiamento seria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo de Cooperação Econômica no Exterior (OECE) do Japão.

Em virtude da necessidade de atração de capital num cenário de grave crise econômica, no qual Estado encontra-se com poucas condições de financiamento para a iniciativa privada, o estado do Rio de Janeiro passou a conceber e realizar projetos voltados para o desenvolvimento do meio ambiente urbano.

O projeto de renovação urbana e de saneamento básico realizado no conjunto de favelas da Maré é um exemplo de intervenção de um novo tipo de política urbana. A Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE) instalou a rede saneamento básico e de fornecimento de água potável, construiu apartamentos para pessoas momentaneamente desalojadas por causa das obras, pavimentou trechos de difícil acesso, além de providenciar ambulância em caso de emergência. Sua presença extrapolou sua função principal, transformando a empresa num representante do poder público no local<sup>380</sup>. Provavelmente a experiência bem sucedida serviu de modelo a outro projeto mais amplo, o Favela Bairro, que também tinha o escopo de um novo tipo de desenvolvimento urbano, mais próximo de ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

É importante destacar que a CEDAE teve papel chave na política ambiental do estado do Rio de Janeiro, pois foi agente executora do Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). A interlocução do governo com agentes econômicos locais ligados à engenharia é materializada com a nomeação de Hildebrando de Araújo Góes Filho, então presidente do Clube de Engenharia, para o cargo de presidente da CEDAE<sup>381</sup>. A formulação do PDBG ocorreu no final do ano de 1990, quando o governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, estabeleceram

---

<sup>380</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1270, 1991, p.33.

<sup>381</sup> *Jornal do Brasil*, 05/04/91.

políticas em conjunto, viabilizadas por sua identidade partidária, o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>382</sup>.

O quadro político favorável, somado às necessidades de melhorias da cidade e a visibilidade conferida a ela em virtude da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92, favoreceu a interlocução do Governo do Estado com o BID e com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC). As negociações visavam à captação de recursos para a cidade a fim de reduzir o cenário de precariedades socioambientais.

O PDGB tinha o objetivo de reduzir a poluição da baía, assim como dar resolução a um conjunto de problemas ambientais do seu entorno. As obras do programa tinham as seguintes vertentes: racionalização do abastecimento de água, melhoria na coleta de lixo, controle de inundações, mapeamento digital, além da limpeza do corpo d'água, e fortalecer as instituições governamentais locais (CIBG). No orçamento original de 1994, os recursos disponíveis eram de US\$ 793 milhões, dos quais US\$ 350 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 294 milhões pela agência japonesa Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e US\$ 148,8 milhões provenientes do governo estadual. O contrato de financiamento entre o governo estadual e o BID foi assinado em 9 de março de 1994, com vigência de cinco anos<sup>383</sup>.

O PDBG estava inserido na estratégia global do BID, definida durante a missão de programação de 1993, na qual foram estabelecidos projetos para o programa de 1993-1995 que enfatizavam as necessidades sociais mediante programas que aumentassem a cobertura de abastecimento de águas e esgotos e ações em apoio da proteção do meio ambiente, gestão dos recursos naturais, saneamento e fortalecimento dos serviços públicos<sup>384</sup>. Em síntese, observamos que o processo de dependência de poupança externa toma contornos nos quais o protagonismo não está na produção, e sim na prestação de serviços. Como aponta José Luís Fiori, “na prática esses países mantêm um autogoverno interno, mas compartilham sua gestão

---

<sup>382</sup> VIEIRA, Márcio Viveiros. *O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Entraves institucionais e impactos territoriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação e Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Geografia, 2009. p. 33.

<sup>383</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Relatório do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Baía de Guanabara – Dados Econômicos*. 1993. p. 3.

<sup>384</sup> Idem.

com os Estados Unidos, por meio dos seus organismos multilaterais e a da haute finance americana”<sup>385</sup>.

Segundo declaração do Institute of International Finance Inc, que em 1992 congregava 180 bancos internacionais, os investimentos internacionais despencaram a 0,2% do PIB brasileiro. Diante dessa crise econômica, a ACRJ se articulava para a criação de um ambiente favorável para o investimento estrangeiro e relações internacionais. A ideia era reconhecer a necessidade de interação entre empresários e governo em parcerias, investimentos e projetos conjuntos. A ECO-92 estaria inscrita nesse novo contexto, como afirmara Paulo Protásio, presidente da ACRJ,

Paralelamente à enorme importância do evento entre os chefes de Estado, é preciso reconhecer o sentido de oportunidade do encontro entre organizações não-governamentais, em particular, agentes da atividade econômica. Se soubermos nos desvencilhar das amarras de convencionalismo, da tradição de nossos pensamentos e iniciativas, a Conferência da ONU constituirá um divisor de águas entre uma economia brasileira, que vive hoje, em alguns setores, os anos 60 do mundo desenvolvido, e o ingresso na parte do planeta iluminada de prosperidade, da ciência e do pensamento do homem contemporâneo [...]<sup>386</sup>

A aliança de ocasião entre os empresários e Brizola pesou do ponto de vista político e econômico. O governador entendia que a ECO-92 era a oportunidade de finalizar a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) por meio de financiamento internacional<sup>387</sup>, e alavancar sua candidatura ao Palácio do Planalto. Para a economia local, significava a construção de um modelo de desenvolvimento para o capital frente à recessão.

O PDBG segue ao longo da década de 1990 e anos 2000 como um projeto de Estado. O planejamento e a realização das obras foram executados por agentes econômicos locais em formato de consórcios. Em 1995, o consórcio liderado pela Sondotécnica venceu a licitação para a confecção do projeto executivo da Estação de Tratamento de Esgotos de Alegria, cuja execução da obra foi realizada por um consórcio liderado pela empreiteira Camargo Corrêa. O financiamento foi realizado pelo BID. O gerenciamento das obras a serem realizadas com recursos do OECF foi vencido pelo consórcio liderado pela Internacional de Engenharia S/A (IESA)<sup>388</sup>, em 1996. A licitação previa o planejamento de rede esgoto. O valor

<sup>385</sup> FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (organização: José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 2012.p.79.

<sup>386</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1272. 1992. p. 3.

<sup>387</sup> *Jornal do Comércio*. 28/01/91.

<sup>388</sup> A empresa fazia parte do Grupo Montreal Empreendimentos, detinha expertise no ramo de construção e

disponibilizado para obras ficou distribuído da seguinte forma: US\$ 350 milhões – BID; US\$ 235 milhões – OECF; e US\$ 208 milhões – governo estadual<sup>389</sup>.

Uma boa parte da despesa do estado ficou a cargo da empresa estatal CEDAE. No ano de 1998, após revisão da previsão orçamentária inicial, o gasto previsto da empresa era de US\$ 179 milhões, enquanto a do estado seria de US\$ 187 milhões. Observamos que os maiores beneficiários foram empresas de controle nacional. Nesse ponto, há o aspecto de um volumoso endividamento estatal em prol de agentes econômicos locais.

É importante destacar que a CEDAE foi alvo, sem sucesso, no processo de privatizações durante o governo Marcelo Alencar. A empresa era vista como privatizável em programa redigido pelo BIRD, o State Reform Loan, que circunscrevia um plano de privatizações de empresas estaduais no Rio de Janeiro. Entendemos que o interesse do BIRD, neste dado contexto, era de potencializar a extração de mais valor. Caso a CEDAE saísse do controle do estado do Rio de Janeiro, implicaria dificuldades de contrapartida local no PDBG, assim intensificando o processo de dependência externa, uma vez que as receitas da empresa não estariam mais disponíveis, apenas o capital advindo da tributação dessas. O controle do elo entre obras de infraestrutura e prestação de serviços nos parece um outro objetivo do capital internacional representado pelo BIRD. É tendencial no neoliberalismo, cuja agenda era patrocinada por esse banco, a concentração de capital em altíssima escala.

### 2.3.3 A construção da Linha Vermelha

O evento internacional serviu de impulso para a liberação de recursos para a construção da Linha Vermelha, importante via que ligaria a Avenida Brasil à Rodovia Presidente Dutra, dinamizando o fluxo rodoviário entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. Esse trajeto tornaria também mais rápida a chegada à Ilha do Fundão (localização da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ao Aeroporto do Galeão. Nas palavras de Roberto D'Ávila, Secretário Estadual de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro, a nova via expressa também contribuiria para a diminuição do índice de poluição e de

---

projetos. Por meio de suas empresas, participava ativamente de segmentos do petróleo, petroquímica, siderurgia, metalurgia, química, hidroelétrica, cimento, papel e celulose, e informática. O grupo foi um dos fundadores da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1987. Fonte: Revista da ACRJ, nº 1234, p. 23.

<sup>389</sup> *Jornal do Brasil*, edição 12, 20/04/96, p. 18.

desperdício de combustível, pois reduziria o nível de congestionamento na cidade<sup>390</sup>, assim se enquadrando nos parâmetros de um “desenvolvimento sustentável”.

Os recursos para a construção da primeira etapa da Linha Vermelha seriam desembolsados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), US\$ 60 milhões, e Banco do Brasil, US\$ 50 milhões. O custeio destes financiamentos adviria da cobrança de US\$ 5 por passageiro embarcado no aeroporto do Galeão. A construção seria realizada por quatro construtoras de grande porte, Andrade Gutierrez<sup>391</sup>, Cetenco<sup>392</sup>, Carioca Engenharia<sup>393</sup> e Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO)<sup>394</sup>, sendo a última pertencente ao grupo Odebrecht, desde 1980<sup>395</sup>. Andrade Gutierrez e Odebrecht estavam entre as sete maiores empreiteiras do país<sup>396</sup>.

Em 1993, a segunda etapa da obra (ligação entre Ilha do Governador e a rodovia Presidente Dutra em São João de Meriti) gerou conflito entre os governos estadual e federal, já com Itamar Franco à frente da Presidência da República. O custo seria de US\$ 50 milhões. Empresários locais, por meio de suas entidades representativas, se juntaram a Brizola numa mobilização para a finalização da construção da Linha Vermelha. Humberto Mota, presidente da ACRJ eleito naquele ano, classificava importância da rodovia:

Como segundo maior polo econômico do Brasil, o Rio de Janeiro, com a conclusão da Linha Vermelha, estará em melhores condições de escoar sua produção e igualmente receber produtos importados pelos portos do Rio de Janeiro e Sepetiba e ainda pelo aeroporto internacional. O fluxo turístico, com menos desgaste da frota automotiva e com melhor racionalização do consumo de combustível também será

---

<sup>390</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1270. 1993. p. 30.

<sup>391</sup> Fundada em 1948, atua em projetos industriais, obras de infraestrutura, mobilidade urbana, energia, óleo e gás. Disponível em: <<http://www.andradegutierrez.com.br/QuemSomos.aspx>> Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>392</sup> Com sede em São Paulo, atua na área de construção desde meados da década de 1930 no Brasil e no exterior. Suas atividades abarcam a construção de barragens, eclusas e usinas hidroelétricas, metrô, pontes e viadutos, túneis, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, linhas de transmissão, subestações e edificações industriais, comerciais e de alto padrão. Disponível em: <<http://www.cetenco.com.br/br/cetenco>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>393</sup> Fundada em 1940, começou suas atividades com projetos de urbanização no subúrbio do Rio de Janeiro. Na década de 1960 passou a realizar obras de terraplanagem. Obras de pavimentação de rodovia também passaram a fazer parte de seu portfólio na década de 1970. Após ter construído os Cieps, passou a realizar a construção de dutos para transporte de derivados do petróleo. Disponível em: <[http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page\\_id=24](http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page_id=24)>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>394</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1272. 1992. p. 14.

<sup>395</sup> Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/compra-cbpo>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

<sup>396</sup> *Jornal O Globo*. 25/10/1993. p. 16.

beneficiado, e tudo isso resultará em ganhos significativos para economia brasileira.<sup>397</sup>

A fala de Mota tem um aspecto ambientalista quando tange à utilização de recursos naturais, mas revela, por outro ponto de vista, a conexão entre portos (com destaque para o de Sepetiba, cuja ampliação era desejada pelo empresariado fluminense) e aeroporto no espaço geográfico da cidade do Rio de Janeiro, o que aceleraria a circulação de capital, enquadrando a região numa nova dinâmica do capital.

O fomento à atividade econômica regional que poderia ser gerada com finalização da obra, foi tema de editorial de quatro páginas no *Jornal do Brasil*, com patrocínio do Banerj. Além de discorrer sobre os benefícios a serem gerados, tentava demonstrar a união de entidades empresariais, como a ACRJ e FIRJAN junto ao Sindicato de Trabalhadores da Construção Civil, que se mobilizaram na confecção de um documento enviado ao presidente Itamar Franco<sup>398</sup>. O eixo capital – trabalho- governo<sup>399</sup> funcionou. No início de 1994, o governo federal liberou a verba para a conclusão da Linha Vermelha.

## 2.4 Um novo modelo de cidade para o capital

De meados dos anos de 1980 até os dias atuais ocorre uma abordagem holística do desenvolvimento urbano, que traz no seu bojo mudanças importantes do ponto de vista do financiamento, assim como na própria forma que é constituído. Ocorre uma ênfase em projetos de longo prazo. O centro das ações passa a ser a promoção e capacitação de gestores e instituições, deixando de lado intervenções diretas em projetos habitacionais e de infraestrutura.

Partindo de uma visão atomizada, ou seja, pautada em decisões em nível municipal, o novo paradigma adotado para resolução de questões urbanas reduziu investimentos em

---

<sup>397</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 86, 03/07/1993, p. 15.

<sup>398</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 227, 21/11/93, p.64.

<sup>399</sup> SOUZA, J. C. O. de. *O governo Collor sob o olhar da Firjan*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014, p.148.

habitação e em projetos comunitários e, de forma concomitante, o aumentou em programas de desenvolvimento urbano e em fundos de alívio à pobreza<sup>400</sup>.

Identidade local, patriotismo de cidade e regionalismo passaram a fazer parte do contexto político de forma recorrente e sistemática. Banco Mundial, agências globais e consultores internacionais foram os principais promotores desse processo. O entendimento dos defensores dessa corrente de desenvolvimento urbano era de que a cidade era capaz de atrair e promover a competição entre empresas, e oferecer base histórico-cultural para integração de indivíduos.

A globalização, segundo sua concepção, fez com o Estado se tornasse diminuto no que tangia fluxos de riqueza, poder e tecnologia, ao passo que o tornara grande demais para açambarcar a pluralidade de interesses sociais e identidade culturais, desta maneira perdendo sua legitimação frente à sociedade<sup>401</sup>. Significa dizer, segundo os defensores desse argumento, que a cidade ganha novos contornos de poder, pois as funções de acumulação e de legitimação, antes do Estado, passam a ter um caráter local. Discordamos parcialmente dessa posição. Entendemos que o Estado continua a exercer o papel principal no controle do fluxo de riqueza. A mudança operada pela globalização na relação Estado-cidade perpassa pela maior concentração de poder econômico, atravessando de forma cada vez mais desigual o campo político. Dito de outro modo, o grau de influência de uma cidade nas políticas de Estado dependeriam, essencialmente, do fluxo de riqueza ali em circulação.

O papel do local nas relações econômico-sociais fazia parte do corolário neoliberal, cujos preceitos reforçam a sociedade de mercado. Ao contrário da afirmação de seus doutrinadores, este tipo de sociedade não é a evolução de um processo histórico, mas sim, uma intervenção política e sistemática recorrente<sup>402</sup>.

A política de Estado mínimo para a população em geral teve desdobramentos no espaço político e nos mecanismos de exercício da democracia, diminuindo responsabilidades sociais, retirando o caráter político do planejamento urbano dando lugar a um tipo de administração com foco empresarial. A cidade deveria ser gerida de maneira técnica para consolidar o setor privado, atraindo investimentos, desobstruindo entraves à reprodução do

---

<sup>400</sup> WERNA, Edmundo. Op. Cit.1996.p. 21.

<sup>401</sup> VAINER, Op. Cit. 2000, p. 142.

<sup>402</sup> GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. Três contribuições críticas ao mercado autorregulado*". Anpec, Rio de Janeiro, 2006, p. 17.

capital e apenas atenuando a pobreza<sup>403</sup>. A descentralização administrativa prevista na Constituição de 1988 reforçava o papel da cidade em políticas de desenvolvimento urbano, sendo ele capitaneado por interesses eminentemente do capital.

A vitória de Cesar Maia, um ex-pedetista filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na eleição de 1992 para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro romperia a dominação de partidos de centro-esquerda na cidade. Seus antecessores, Saturnino Braga (1986-1988) e Marcelo Alencar (1989-1993) eram do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), respectivamente.

Liderando forças de direita da cidade, Cesar Maia procurou reconquistar o espaço urbano promovendo uma política que levaria em conta principalmente a estratégia de utilização da imagem do Rio de Janeiro para o desenvolvimento econômico. Identidade cultural e de valores, levando a ideia de pertencimento a um mesmo espaço geográfico contribuiria positivamente para empreendedorismo urbano<sup>404</sup>.

Nesse cenário estritamente especulativo, a alocação de capitais em empreendimentos faz-se de acordo com a concorrência interurbana, submetendo a cidade à incerteza, deixando-a vulnerável. O embelezamento da área urbana, via grandes obras, e a inserção de favelas aos bairros formais faziam parte dessa nova estratégia, que Cesar Maia encampou por meio do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, firmado por um convênio entre prefeitura, Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1993, sendo o primeiro o plano estratégico de desenvolvimento concebido no hemisfério sul<sup>405</sup>.

O plano tinha um consórcio mantenedor formado inicialmente por quarenta e seis empresas, dentre elas encontravam-se públicas e privadas (nacionais e transnacionais), o que configurou uma articulação entre Estado e iniciativa privada. Importa aqui destacar a participação de quatro empresas federais (Petrobras, Vale do Rio Doce, Embratel e Banco do Brasil) que serviriam de dinamizadoras da atividade produtiva regional, sobretudo na implantação de projetos, como o Teleporto, além de bancos de investimento, com uma carteira de investidores estrangeiros, como o Banco Icatu e Banco Bozano, Simonsen, e empresas ligadas ao ramo imobiliário e de construção civil, Brascan Imobiliária e Companhia

---

<sup>403</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC Rio, 2013.p. 322.

<sup>404</sup> HARVEY, 2005, Op. Cit., p. 185.

<sup>405</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993.p. 6.

Brasileira de Projetos e Obras<sup>406</sup>. Entendemos que as duas últimas façam parte da nova lógica de ocupação do território, implicando, sobretudo, nas ações a serem realizadas no Programa Favela-Bairro. A valorização de regiões afetadas pelo programa serviria à especulação imobiliária, e o deslocamento da parcela mais pobre da população da cidade para regiões mais afastadas no entorno da capital seria seu subproduto.

A participação efetiva do IPLAN Rio, Empresa Municipal de Informática e Planejamento, ajudaria na formatação do planejamento estratégico e na formação de recursos humanos para a consolidação do plano. Dispondo de uma vasta base de dados sobre a economia da cidade, o IPLAN Rio facilitaria a implantação do plano<sup>407</sup>.

Quanto à formação de recursos humanos voltados para o novo modelo e desenvolvimento, em cuja diretriz foi delineada pelo Banco Mundial, entendemos que a transformação do instituto em empresa, em 1990 (IPLAN Rio, 2016) tem um caráter de mudança na burocracia estatal da cidade do Rio de Janeiro, que seria voltada para moldes da iniciativa privada. Com o controle de uma base dados que contemplava toda estrutura organizacional da prefeitura, era possível conceber projetos, como o Favela- Bairro, fazendo a junção de mais de uma secretaria em ações conjugadas.

A questão social aparece de formas distintas nessa nova conjuntura. Por um lado, havia o desejo do combate à informalização, à sonegação de impostos, um exemplo claro seria o combate aos camelos no centro da cidade, postura elogiada pelo empresariado, mas ventilada como melhoria na qualidade de vida<sup>408</sup>.

Isso servia aos interesses econômicos da parcela mais abastada da sociedade, concomitantemente melhorava a imagem da cidade, segundo o prisma mercadológico, negligenciando a crise econômica que provocava desemprego estrutural não só na região, mais em todo país. Ainda sob o ponto de vista do capital, as mazelas sociais eram discutidas por empresários.

Num seminário sobre cidadania participativa, promovido pela Pontífice Universidade Católica, Universidade de São Paulo e Unicamp junto com empresários do Rio de Janeiro, sob a liderança da Brascan (empresa transnacional canadense), foi discutida a função social

---

<sup>406</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 56, nº 1290, 1994.p.26.

<sup>407</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993.p. 6.

<sup>408</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993. p. 6.

das empresas dentro do Plano Estratégico do Rio de Janeiro<sup>409</sup>. Em síntese, observamos um movimento de valorização do território a partir da exclusão da parcela menos favorecida, mas que procurava esvaziar o antagonismo de classe por meio da parceria da iniciativa privada e poder público em projetos comunitários.

Do ponto de vista neoliberal, a iniciativa privada deveria ser a promotora do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, houve o deslocamento de capital público, via financiamento do BID e Banco Mundial, principalmente, para pagamento de atividades da iniciativa privada.

O ramo de construção civil, parte estruturante não só do Programa Favela-Bairro, mas de outros empreendimentos na cidade, passou a gerar renda e emprego, dinamizando a economia num ambiente de crise econômica. Havia uma grande lacuna para investimentos nesse tipo de atividade econômica, pois no início dos anos de 1990 apenas 20% das favelas dispunham de rede de esgoto, 60% de água corrente, 85% de luz elétrica, e somente 3,7% tinham o título de propriedade<sup>410</sup>. A valorização de bairros também seria viabilizada, por conseguinte, impactando positivamente em investimentos no ramo imobiliário. Em síntese, o Estado se endividaria com agentes econômicos externos em favor do empresariado regional, pois assim manteria aquecida a demanda por serviços supridos em uma maior medida pela iniciativa privada.

A despeito de uma nova problematização social e da urgência da constituição de modelo de desenvolvimento compatível com os anseios dos grupos locais e com o grande capital, Cesar Maia implementou um projeto referência do ponto de vista de alívio da pobreza, o Favela-Bairro.

O escopo do programa fazia parte da agenda do Banco Mundial e do BID, sendo o último seu financiador junto ao poder público municipal. Sua dinâmica de planejamento e implementação tinha um caráter multifacetado, envolvendo município, estado e união. Ações teriam como objetivo melhorias urbanísticas, compreendidas as obras de infraestrutura urbana, tais como saneamento básico, pavimentação, acesso viário, a recuperação e/ou preservação de áreas verdes, o reassentamento de famílias localizadas em áreas de risco ou ao longo dos logradouros necessários para caminhos, ruas, canais de drenagem e outras obras públicas, mas também de acessibilidade e criação de equipamentos urbanos de cunho social e

---

<sup>409</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993. p. 3.

<sup>410</sup> GONÇALVES, 2013, Op. Cit.p. 327.

a organização de uma estrutura urbana onde as camadas da população excluídas dos serviços públicos passariam a se integrar na dinâmica funcional da cidade.

A favela no seu conjunto representava parte de uma demanda reprimida de construção civil, assim como possuía um potencial de consumo a ser explorado. Do ponto de vista político, a remodelação do ambiente local fazia parte da ecologia urbana preconizada na ECO-92, cuja face era ligada ao processo de globalização.

Iniciado em 1994, com recursos próprios da Prefeitura, o Favela Bairro recebeu impulso adicional através do empréstimo do BID no valor de US\$ 180 milhões, com contrato assinado com a Prefeitura do Rio de Janeiro em dezembro de 1995. Esses recursos, junto com o montante de US\$ 120 milhões de contrapartida local, permitindo uma expansão significativa do Favela Bairro para atender um total de 54 favelas. A nova política habitacional também incorporou obras de infraestrutura básica <sup>411</sup>.

Em 1994, a recém criada Secretaria Municipal de Habitação e entidade principal responsável para implementar o Favela Bairro, organizou um concurso público em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, com objetivo de estabelecer as metodologias mais apropriadas de intervenção em dezoito favelas, e por meio do qual quinze empresas de arquitetura foram selecionadas para criar, junto com equipes multidisciplinares da prefeitura e outros profissionais do setor privado, os primeiros projetos urbanísticos do Favela Bairro. Outro elemento importante do Programa foi o estabelecimento nas favelas de Postos de Orientação Urbanística (POUSOS) para ajudar os moradores nas suas intervenções, a criação de um Centro Profissionalizante para artesãos, técnicos e estudantes visando à formação de mão de obra qualificada, e o apoio ao estabelecimento de cooperativas e locais para organizar o setor comercial das comunidades. Esses elementos, aliados ao processo de implantação da infraestrutura urbana, a regularização fundiária nas favelas, e as demais atividades urbanísticas e sociais promovidas pela prefeitura em cooperação com os moradores, associações e organizações da sociedade civil, constituíram uma base estratégica para o Favela Bairro <sup>412</sup>.

Sobre a estrutura do programa e suas proposições podemos identificar diretrizes, proposições, do neoliberalismo, cujo cerne é expansão/concentração cada vez mais intensa do capital, ou seja, como o giro de capital cada vez mais dinâmico <sup>413</sup>. A expansão do consumo de

---

<sup>411</sup> BID, Relatório de término de projeto, 1241/OC-BR (BR0250), 2006. p. 7.

<sup>412</sup> BID, Relatório de término de projeto, 1241/OC-BR (BR0250), 2006. p. 8.

<sup>413</sup> HARVEY, 2005, Op. Cit. p. 136.

bens consumíveis de baixo valor agregado e de serviços (água e luz, principalmente) de uma massa de excluídos sem a mudança da estrutura social desigual.

A superexploração da força de trabalho<sup>414</sup> cristalizada em países periféricos é a outra face do processo de globalização. Formar mão de obra qualificada em parceria com organizações da sociedade, associação de moradores e poder público para o trabalho nas próprias comunidades rebaixa seu custo de reprodução<sup>415</sup>. Em outras palavras, seria entender o “exército de reserva” da cidade por analogia ao campo, onde existe uma cultura de subsistência. Embora parte da população excluída tenha a posse de sua moradia, desta forma sendo configurada a propriedade privada, a ideia de fixação no território serve de instrumento de manipulação da distribuição da renda, em função do excedente de mão de obra.

### **Considerações precárias**

A ACRJ planejava tornar a cidade do Rio de Janeiro num Centro Internacional de Negócios, que deveria interagir como rede global de comércio. A ideia vinha se consolidando desde meados da década de 1980, e ganha força com a eleição de Fernando Collor.

Para consecução do projeto, a ACRJ articulou-se com a agenda do BIRD, que consistia nos seguintes pontos: inserção no mercado internacional; arregimentação de parceiro no exterior; construção de uma parceria entre trabalhadores, empresários e governo; não comprometer empregos; e estabelecimento de linhas de financiamento do BNDES<sup>416</sup>.

Na outra ponta, a FIRJAN apoiava o governo e seu plano econômico de viés neoliberal. Estava clara a mudança no padrão de acumulação de capital, que segundo Virgínia Fontes seria com a participação de capitais estrangeiros, assim exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando no predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários<sup>417</sup>. No planejamento da entidade, complementar ao da ACRJ, a indústria deveria interiorizar-se, deslocando o processo produtivo para locais onde fosse possível aumentar a competitividade.

---

<sup>414</sup> CARCANHOLO, Marcelo Dias. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 2013. Volume 11, número 1. p. 199.

<sup>415</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O onitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 130.

<sup>416</sup> Revista da Associação Comercial, nº 1260, 1990, p. 22.

<sup>417</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010, p. 258.

Nessa conjuntura, o governo Brizola serviu aos interesses do capital sediado no Rio de Janeiro na medida que endossou a expansão da produção para a Baixada Fluminense, investindo em infraestrutura elétrica e no desenvolvimento urbano local. Do ponto de vista do financiamento às empresas, o pedetista instrumentalizou o BANERJ de modo que o banco estatal fosse um dos principais financiadores de empresas no âmbito do MERCOSUL. Para o governador, o Rio de Janeiro deveria ter o papel de integrador do bloco econômico, estando à frente de São Paulo e Buenos Aires.

Por fim, a agenda neoliberal teve eco na gestão da cidade do Rio de Janeiro com o prefeito Cesar Maia. Seu planejamento estratégico dialogava com interesses domésticos e transnacionais. E representava a faceta de dependência econômica de capital estrangeiro para consecução de obras de transformação da paisagem urbana, que valorizariam a cidade do ponto de vista do território.

### **3 O PROJETO REGIONAL FLUMINENSE: ATORES POLÍTICOS E ECONÔMICOS**

O estado do Rio de Janeiro tinha especificidades no que tange à propriedade de empresas em seu território. Uma parcela de seus maiores grupos empresariais tinham relações orgânicas com o capital estrangeiro, e um bom nível de penetração no âmbito político, que era alcançado diretamente ou meio das duas maiores entidades de classe da região, ACRJ E FIRJAN.

Os interesses econômicos envolvidos perpassavam pelo investimento no setor produtivo, principalmente na indústria do petróleo, no caso do grupo Ipiranga, mas tinha como fulcro a dominância do capital financeiro. O grupo Monteiro Aranha, aplicava capital no setor produtivo, e tinha como principais acionistas o Bradesco e Dresdner Bank, enquanto os bancos de investimento localizados no estado serviam de correias de transmissão de grandes grupos financeiros internacionais.

Nesse contexto, o elo condutor das ações da burguesia interna foi o Conselho Coordenador de Ações Federais para o Rio de Janeiro. Projetos discutidos desde a década de 1970, e delineados na V Pleninco, materializaram-se em meio à agenda neoliberal. O objetivo era a conservação de uma parcela de frações da classe dominante alinhadas à nova conjuntura econômica global, mantendo seu processo de acumulação/expansão com apoio estatal.

#### **3.1 Oligopolização do capital no espaço fluminense**

O Programa de Desestatização, que fazia parte do Plano Collor I, trazia a reboque a obrigatoriedade da compra de Certificados de Privatização, criada pela lei 8018/90, e regulamentada pela resolução 1721 do Banco Central. Empresas estatais poderiam ser adquiridas por meio desses certificados. A legislação determinava que instituições financeiras adquirissem esses títulos do Tesouro Nacional, além proibir a sua venda a terceiros e de não ter data de resgate. O valor a ser adquirido pela instituição financeira deveria corresponder ao menor volume de capital dentre o ativo circulante realizável a longo prazo e seu patrimônio

líquido<sup>418</sup>. Isso provocou dificuldades em muitos bancos locais, especialmente pela proibição da negociação e utilização de uma parcela significativa do lucro do ano de 1989 na compra dos respectivos títulos.

Entretanto deve-se relativizar esse processo. O impacto dessa ação do Plano Collor foi negativa para os bancos com menor envergadura. No Brasil, segundo a discussão de especialistas, à época, a rentabilidade dos bancos girava em torno de 21% de seu patrimônio, enquanto nos EUA este percentual ficava entre 7% e 9%, o que denota uma diferença significativa no modus operandi dos bancos dos dois países. Ocorre que, no Brasil, a atividade financeira ligada à concessão de empréstimos correspondia a apenas 12,5% do capital em circulação<sup>419</sup>, deixando a maior margem para compra de títulos do governo e aplicações no overnight, as quais eram favorecidas pela inflação alta.

Com as mudanças operadas pelo governo Collor, bancos com maior volume de capital conseguiram fazer investimentos no setor produtivo, assim mantendo sua sobrevivência no mercado. Foi o caso do Bradesco<sup>420</sup> (acionista do Grupo Monteiro Aranha), que comprou participações na Brasmotor, Fundação Tupi, Hansen (Conexões Tigre), Forja Taurus e a empresa de informática Scopus. O Itaú, na mesma linha, controlaria a Philco, a Duratex, a Deca Metais e a Itautec (ramo de informática)<sup>421</sup>. Outra forma de se manter no mercado foi a associação com o capital estrangeiro.

O banco de investimento Bozano, Simonsen, o maior fundo de investimento do país, com 150 milhões de dólares<sup>422</sup>, buscou expandir as associações com o capital estrangeiro. Para se tornar mais agressivo no processo de privatizações, inicialmente se associou ao banco de investimento inglês Morgan Grenfell para a captação de recursos de investidores estrangeiros interessados em converter seus títulos da dívida externa em ações de empresas brasileiras que seriam privatizadas. No ano de 1989, o Morgan Grenfell foi vendido ao banco alemão Deutsche Bank, porém sua marca perdurou até 1998. Em 1997, o Deutsche Bank participou da privatização da Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG), e em 1998, participou, com 75 milhões de dólares, na operação Petrobras Bridge-Facility para

---

<sup>418</sup> Resolução 1721 do Banco Central.

<sup>419</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 20/05/1990. p. 36.

<sup>420</sup> O Bradesco era associado a ACRJ desde 1971. Fonte: *Revista da Associação Comercial*, Nº 1370, 2003. p.

<sup>421</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 20/05/1990. p. 36.

<sup>422</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 08/08/1990. p. 28.

financiamento da Fase 1 de desenvolvimento das reservas de Barracuda e Caratinga, na Bacia de Campos.<sup>423</sup>

Esse perfil de associação com capital estrangeiro também fazia parte da estratégia do maior conglomerado financeiro do Brasil, o Bradesco. Enquanto bancos de investimento locais tinham o objetivo de exercer o papel de intermediários na aquisição de empresas estatais, o Bradesco definiu sua linha de ação na aquisição de ativos, uma vez que possuía 250 milhões de dólares em certificados de privatização. Associou-se ao Salomon Brothers, maior banco de investimento dos EUA, que possuía 120 bilhões de dólares em ativos<sup>424</sup>.

A política econômica do governo Collor enseja oportunidades ao grande capital, local ou estrangeiro, mas imprimiu um processo de desestímulo à produção. O bloqueio da liquidez exercido pelo Plano Collor I durou apenas seis meses. Com essa vertente sendo derrotada em setembro de 1990, o Banco Central do Brasil mudou bruscamente a política monetária e cambial, retomando na prática o regime que caracterizou os anos de alta inflação. Neste lapso de tempo, identificamos dois períodos distintos. O primeiro estende-se da implantação das medidas até meados de maio sendo marcado pela volta da inflação a níveis de 10% ao mês e por uma rápida monetização. O segundo período inicia-se na segunda metade de maio, quando foi anunciada uma nova política, dita “ortodoxa”, a qual visava controlar a oferta de moeda e suprimia instrumentos típicos da convivência com moeda indexada e inflação elevada<sup>425</sup>. Esse quadro se manteve até a implementação do Plano Collor II em janeiro de 1991.

Este plano representou uma nova tentativa de estabilização econômica, principalmente no que tange ao controle da inflação, que já girava em torno de 1.140,267 % ao ano<sup>426</sup>, no mês de lançamento do referido plano. O governo, diante da pressão da sociedade civil, temerosa de um novo choque econômico, procurou apresentar o Plano Collor II como continuidade do primeiro. Seus objetivos eram um ajuste fiscal mais duradouro que possibilitasse a retomada de investimentos e o resgate da dívida social.<sup>427</sup>

---

<sup>423</sup> Disponível em: <<https://www.db.com/brazil/pt/content/Historico.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

<sup>424</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 26/08/1990. p. 50.

<sup>425</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *Bloqueio da liquidez e estabilização: O fracasso do Plano Collor*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas), Unicamp, 1996. p. 74.

<sup>426</sup> Disponível em: <<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

<sup>427</sup> HERRLEIN JR, Ronaldo. “Crônica de uma morte anunciada”: *Notas intempestivas sobre o Plano Collor II e a estabilização econômica*. *Revista da FEE*. 1991. p. 96.

Para tanto, o governo implementou o congelamento de preços e salários e o tarifaço (reajuste das tarifas públicas duas a três vezes superiores à inflação corrente). Fica evidente que ocorreu uma nova socialização de perdas, pois o plano atingiu de forma incisiva a renda da classe trabalhadora, já depreciada por perdas salariais recorrentes. Outro ponto que merece destaque na política de renda foi o ato de vincular os salários ao custo da cesta básica (não divulgado à época, o que dava margem para mais distorções salariais), cuja elevação repercutiu no custo de vida. Assim, era factível, por parte do governo, um arrocho salarial, cuja função era manter um ambiente recessivo para conter o processo inflacionário.

Como mecanismo de controle dessa política de renda, o governo constrangeu a iniciativa de empresas em conceder antecipações salariais, ameaçando-as a serem postas no fim da fila do descongelamento de preços<sup>428</sup>. Isto revela que o governo procurou utilizar o enfraquecimento do capital de algumas empresas a seu favor.

A desindexação e a reforma financeira foram as principais medidas do Plano Collor II. A extinção de vários índices de preços tinha o claro objetivo de combater a inércia inflacionária, trabalhando no sentido de desconstruir a memória relativa à inflação precedente. Para o governo, essa prática era fundamental na medida em que impedia a reprodução da inflação pretérita no presente, dessa forma, segundo a aceção da equipe econômica, seria criado um ambiente econômico estável, propício a investimentos com um maior nível de confiança.

A política econômica adotada pelo governo Collor por meio dos Planos Collor I e II propiciou o avanço da hegemonia financeira na economia brasileira. Alta inflação e juros altos favoreceram o mercado financeiro e trouxeram dificuldades à produção, pois existe a preferência de ganho de capital no curto prazo. Ocorria um embate entre governo e empresários por conta da ação do Banco Central, que insistia em juros altos para o combate da inflação. Tal política recessiva, encarecia a produção em virtude do crédito fornecido a taxas mais elevadas, ao passo que concentrava renda, uma vez que o Banco Central pagava alto pelos juros de seus títulos. Isso configura transferência do dinheiro do Estado para investidores.

Rebatendo a afirmativa do Diretor de Política Monetária do Banco Central, Pedro Bodin<sup>429</sup>, que versava sobre a queda de preços ao consumidor por causa do volume de estoque

---

<sup>428</sup> Idem. p. 99.

<sup>429</sup> Esteve no cargo até o governo Itamar Franco. Formado na PUC-RIO, sendo professor assistente no departamento de economia da mesma universidade, entre os anos de 1985-1991. Passou a ser sócio-gerente do banco de investimento Icatu, empresa financeira fluminense, entre 1993 e 2002. Atualmente é diretor do Itaú

da indústria, Arthur Donato, presidente da FIRJAN, ironizou dizendo: “Estoque? Só se for de ouro ou dólar, ou até os dois”, segundo o empresário não era um bom negócio fazer estoque de insumos ou até mesmo de produtos finais, pois o dinheiro estava caro e o retorno do investimento na produção estava inferior ao seu ganho. Diante de tal quadro, Donato admitia a opção de parte dos empresários pelo mercado financeiro, além da generalização de estoques baixos<sup>430</sup>.

Empresas como Faet<sup>431</sup> e Fiat mantiveram seus estoques baixos. Em média, a estocagem era para cinco dias. A diferença de períodos anteriores era relevante. No Brasil, antes da conjuntura recessiva, adotava-se estoque para quinze dias, média que já era alta em relação ao exterior, cujo giro de estoque era de trinta dias. Naquele contexto, a Cisper<sup>432</sup>, empresa produtora de vasilhames, não alterou sua política de estocagem, mantendo uma média de trinta dias<sup>433</sup>.

Outro empresa que alterava seu modo de operação, por causa da conjuntura, foi a Brahma<sup>434</sup>, pertencente ao banco Garantia. A empresa adiou seus planos de expansão para aproveitar ao máximo a lucratividade do mercado financeiro. Sua estratégia foi a adoção de medidas internas que propiciaram um intervalo maior entre um investimento e outro, aplicando as sobras em ativos como CDBs e ouro. Detendo 51,7% do mercado, a Brahma não precisa recorrer ao mercado para recompor seu caixa<sup>435</sup>.

A especulação financeira ganhava cada vez mais protagonismo. O presidente da Fiat, Silvano Valentino chegara a afirmar que, “em tese, era mais vantajosa”. Sobre a questão, o diretor do grupo Odebrecht<sup>436</sup>, João Sá, expressou que havia um desestímulo à produção, e

---

Unibanco Holding S.A.

<sup>430</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/09/1991. p. 50.

<sup>431</sup> Localizada na cidade do Rio de Janeiro, a empresa FAET foi fundada em 27 de agosto de 1927 sob a denominação de ANDOR BOKOR, em 7 de novembro de 1946 foi constituída sociedade anônima denominada METALÚRGICA BOKOR SA. E em 2 de dezembro de 1957 passa a se chamar FAET – Fábrica de Aparelhos Eletrotérmicos AS. E em 16 de julho de 1986, passa a se chamar FAET SA. É especializada na fabricação de eletroportáteis. Disponível em: <<http://faettecnologia.com.br/>>, <[http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo\\_24\\_4379.pdf](http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo_24_4379.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>432</sup> Pertencia ao grupo Monteiro Aranha.

<sup>433</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/09/1991. p. 50.

<sup>434</sup> Pertencia ao banco de investimento Garantia, empresa financeira fluminense, desde 1989.

<sup>435</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/09/1991. p. 50.

<sup>436</sup> Era sócio fundador da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

que 40% da receita das empresas pertencentes ao grupo advinha do exterior, visto que nos últimos eles haviam passado por um processo de multinacionalização.<sup>437</sup>

Os efeitos deletérios e a crítica de uma parcela do empresariado revelam um novo padrão de acumulação de capital, o neoliberalismo, que recrudescer a expansão do capital extrafronteira encabeçada por empresas transnacionais, aumenta a participação do setor financeiro na economia, que se tornará hegemônico na segunda metade da década de 1990, e destrói capitais menos potentes.

Uma parcela da burguesia interna que detinha capitais menos robustos, diante da avalanche neoliberal, altamente concentradora de capitais, venderia seus ativos ou se associaria ao capital estrangeiro por meio do mercado de capitais. Com efeito, isso ocorre porque o governo brasileiro deixou a propensão a importar aumentar muito e não estimulou exportações, levando a economia a ficar dependente de fluxos de capital externo<sup>438</sup>, implicando, desta forma, no volume de capital circulante nas empresas dentro do território nacional.

Avaliando de forma mais generalista, as maiores empresas do país tiveram prejuízos com os Planos Collor I e II. Conforme relatório do Centro de Estudos Empresariais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, dentre as 500 maiores, 111 empresas amargaram prejuízos da ordem de 1,4 trilhão de cruzeiros. Dentre estas, a estatal CSN, localizada no estado do Rio de Janeiro.

Contudo, segundo o estudo do Banco Icatu, o tarifação promovido pelo Plano Collor II melhorou o desempenho das contas públicas. Petrobras, Telebrás e Telerj mantiveram-se lucrativas ao longo do ano de 1990, e ocupariam posições de destaque no ranking das maiores empresas do país. Referindo-se apenas a empresas estatais com importância direta para a atividade econômica do Rio de Janeiro, assinalamos a Petrobras (1ª no ranking), Embratel (4ª no ranking), Telerj (8ª no ranking) e Telebrás (10ª no ranking). Das treze maiores empresas do país, oito eram estatais.

Partícipes da AD-RIO, o que representava interesses na economia do estado do Rio de Janeiro, destacavam-se empresas privadas. De controle acionário de brasileiros, a Construtora Norberto Odebrecht ocupava o 19º lugar no ranking da FGV, enquanto empresas de capital estrangeiro, como Shell, Souza Cruz e Michelin, ocupavam os 11º, 38º e 45º lugares. Notamos que o destaque dessas empresas no cenário nacional deve-se a estratégias de

---

<sup>437</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/09/1991. p. 50.

<sup>438</sup> SERRANO, Franklin. *A soma das poupanças determina investimento?*. Disponível em: <<http://www.excedente.org/artigos/a-soma-das-poupancas-determina-o-investimento/>>. Acesso em: 10 jun. 2018

expansão/acumulação<sup>439</sup> em nível global. A tabela abaixo ajuda a exemplificar. A necessidade de aporte de grande volume de capitais ficava cada vez mais latente para a parcela da burguesia doméstica, contudo haveria dificuldades de investimento direto.

Tabela 1 – Quadro financeiro das principais empresas do país

Empresas que mais lucraram em 1990			As principais mudanças no 'ranking'			
EMPRESA	Cr\$ MILHÕES	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	1990	1989	1988
Telebrás	115.016	10º	Petrobrás	1º	1º	1º
Petrobrás	94.787	1º	Cia. Vale do Rio Doce	2º	2º	2º
C.R. Almeida Engenharia	59.927	5º	Telesp	3º	9º	3º
Embratel	41.812	4º	Embratel	4º	5º	10º
Eletróbrás	34.060	22º	C.R. Almeida Engenharia	5º	16º	17º
Petrobrás Distribuidora	21.540	14º	Construtora Andrade Gutierrez	6º	21º	9º
Docenave	20.880	39º	Copene	7º	14º	8º
Edificadora S/A	20.804	88º	Telerj	8º	385º	25º
CBPO Projeto e Obras	18.630	29º	Construtora Camargo Correa	9º	19º	21º
Vale do Rio Doce	18.580	2º	Telebrás	10º	15º	13º
Telesp	18.246	3º	Shell	11º	17º	14º
Construtora Norberto Odebrecht	15.660	19º	Copasul	12º	27º	34º
Telerj	14.588	8º	Mercedes-Benz	13º	18º	12º

FONTE: Fundação Getúlio Vargas *Apud* Jornal O Globo - 17/08/1991

Os maiores prejuízos			As 10 maiores no setor privado			
EMPRESA	Cr\$ MILHÕES	CLASSIFICAÇÃO	EMPRESAS NACIONAIS	CLASSIF. NO RANKING	EMPR. DE CAPITAL ESTRANGEIRO	CLASSIF. NO RANKING
RFSA	204.708	274º	C.R. Almeida Engenharia	5º	Shell	11º
Casp	184.222	270º	Construtora Andrade Gutierrez	6º	Mercedes - Benz	13º
CSN	179.424	286º	Copene	7º	Atlantic	28º
Ferrovias Paulista	139.412	311º	Construtora Camargo Correa	9º	Texaco Brasil	30º
Cia. De Energia Elétrica do Rio Grande do Sul	69.770	325º	Cia. Brasileira de Alumínio	15º	Cia. Vidro. Sta Marina	35º
Cia. De Saneamento do estado de São Paulo	54.102	271º	Cia. Suzano Papel	16º	White Martins	36º
Eletropaulo	44.611	257º	AS Indústrias Votorantin	18º	Souza Cruz	38º
Furnas	42.659	268º	Construtora Norberto Odebrecht	19º	Michelin	45º
Açominas	40.216	298º	Cia. De Cervejaria Brahma	25º	Pirelli Pneus	50º
CST	35.883	292º	Itausa	26º	Sölvay Brasil S/A	55º
Cia. Brasileira de Trens Urbanos	29.874	299º				
Cia. Metropolitana de SP	28.441	328º				

FONTE: Fundação Getúlio Vargas *Apud* Jornal O Globo - 17/08/1991

Fonte: Jornal O Globo.

A abertura de mercado a empresas transnacionais, assim como a costura de um acordo do governo Collor junto ao FMI, chamavam a atenção para o investimento estrangeiro no Brasil. Em 1992, segundo o Banco Geral de Comércio<sup>440</sup>, a perspectiva de privatizações pesava na estratégia de investimento estrangeiro. Explicitando outro ponto de vista, o gerente

<sup>439</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 17/08/1991. p. 29.

<sup>440</sup> Em 1992, administrava recursos da corretora The Northern Trust Co., empresa financeira norte-americana especializada em custódia de ações, que possuía recursos da ordem de 300 bilhões de dólares em todo o mundo.

geral do banco Bozano Simonsen<sup>441</sup> afirmara que os institucionais aplicavam entre 70% e 80% de seu patrimônio em ações de seus próprios países, dentre o restante, a maior parte era destinada a imóveis, aplicações bancárias em geral e títulos do governo, enquanto a menor era aplicada na bolsa de valores de países emergentes. A prática de se investir pouco no mercado de ações, entendido como de elevado risco, era global. Até mesmo o mercado de capitais francês, recebia de fundos americanos apenas 2% dos recursos para aplicações em ações, segundo o Banco Francês e Brasileiro<sup>442</sup>. A mudança no governo federal manteria as expectativas.

O impeachment de Collor levou à assunção da Presidência da República por Itamar Franco, seu vice. O novo mandatário da república não era filiado a partido político. Seu governo foi caracterizado por ampla coalizão política composta por PSDB-PFL-PMDB-PTB-PSB, abrangendo um espectro ideológico da direita à esquerda. A correspondência dessa aliança no Congresso Nacional chegava a 58% das cadeiras<sup>443</sup>. Esse número era relativamente significativo no que tange a alterações na legislação ora vigente. A reforma fiscal era um dos principais temas em voga. Seu conteúdo deveria ser sugerido pelo executivo, debatido e ratificado pelos parlamentares. Esse era o horizonte de expectativa de agentes econômicos. Com a nomeação de Gustavo Krause, filiado ao PFL, para Ministro da Economia, Fazenda e Administração<sup>444</sup> e Paulo Haddad para o Ministério do Planejamento, o governo respeitava a centralidade da política de estabilização econômica, mantida desde 1985<sup>445</sup>.

Logo após a divisão do Ministério da Economia em duas pastas e da nomeação dos seus respectivos ministros, a coluna da correspondente internacional do Jornal o Globo, em Nova York, Vera Franco, informou que, segundo um executivo de um dos bancos credores do Brasil, a medida adotada por Itamar e os nomes indicados para os ministérios tinham aspectos

---

<sup>441</sup> O banco de investimento tinha grande articulação com capital estrangeiro. Administrava recursos do inglês Schroder Capital Management Int., fundado em 1804, que possuía dois fundos específicos para a América Latina, com um patrimônio de 4 milhões de dólares em ações. Fontes: <<https://www.schroders.com/br/br/schroders-brasil/sobre-a-schroders/nosso-historia/>>. Acesso em: 21 out. 2018. e *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 26/01/1992. p. 41.

<sup>442</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 26/01/1992. p. 41.

<sup>443</sup> MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.122.

<sup>444</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-krause-goncalves-sobrinho-1>>. Acesso em: 21 out. 2018.

<sup>445</sup> MENEGUELLO, *Op. Cit.* 1998. p.128.

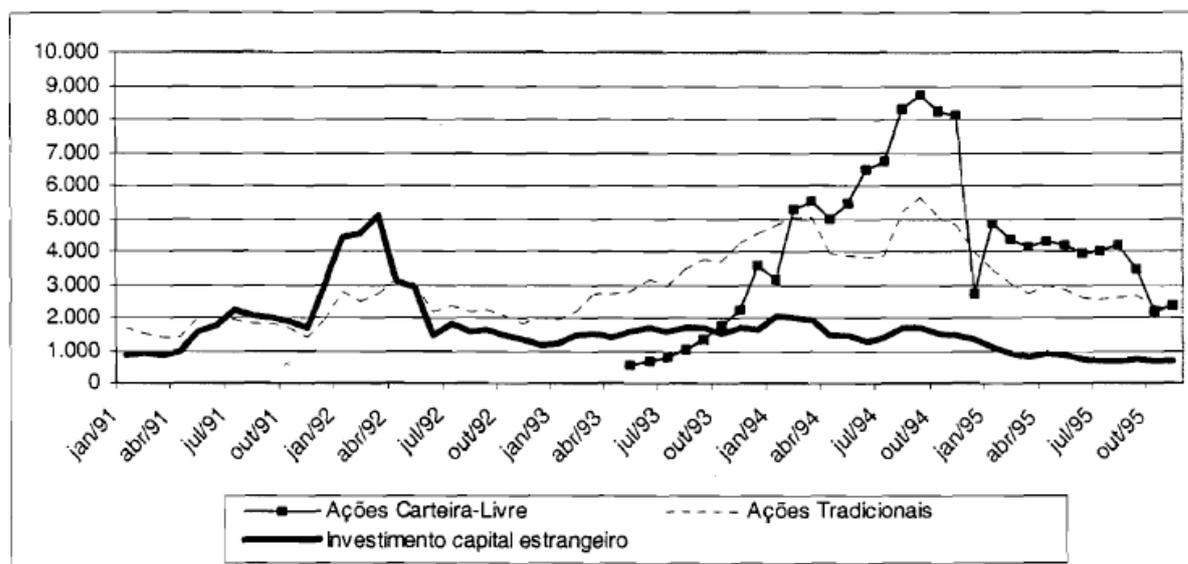
bons e ruins, mas que isso não era relevante, o que importava era manutenção das diretrizes econômicas estabelecidas por Collor<sup>446</sup>.

Os ministros estabeleceram um compromisso de não adotar choques nem dolarizar a economia, além da proposta de promover um pacto social e a reforma fiscal. Economistas ligados ao mundo do trabalho e da produção, como Walter Barelli<sup>447</sup> e Paulo Nogueira Batista Júnior<sup>448</sup> avaliaram as propostas como positivas em alguns pontos. Sobre a inflação, Barelli dissera não haver perspectivas de fortes oscilações, enquanto Nogueira discorrera sobre a necessidade de um ajuste fiscal. O mercado financeiro também parece ter recebido bem a formação dos novos ministérios. Cristiano Buarque Franco Neto, vice-presidente do banco Bozano Simonsen, dissera que a proposta do governo era realista e oportuna, pois enfatizava a necessidade de ajuste fiscal e da redução das despesas do Estado<sup>449</sup>.

Gráfico 8 – Fundos de investimentos em ações

R\$ milhões constantes (dez/2003)

Deflator IGP - DI



Fonte: Banco Central do Brasil e ANDIMA

É possível afirmar que a política econômica do governo Itamar Franco tem o mesmo padrão daquela implementada por Fernando Collor. Há uma continuidade no favorecimento

<sup>446</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 08/10/1992. p. 33.

<sup>447</sup> Foi Ministro do Trabalho no governo Itamar Franco (1992-1994). Atuou como técnico do DIEESE de 1967 a 1990. Disponível em: <<http://www.barelli.ecn.br/?acao=perfil>>. Acesso em: 21 out. 2018.

<sup>448</sup> Pertencia ao Conselho de Economia da FIESP.

<sup>449</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 08/10/1992. p. 33.

do grande capital, na medida em que se fortaleciam fortes grupos da burguesia, com algum tipo de relação com o capital estrangeiro (associação ou investimento na sua carteira de ações), e empresas transnacionais. O mercado de ações e de fundos de renda fixa tiveram ganhos expressivos nos governos apontados. Durante o governo Collor, o mercado de ações foi favorecido: pelo baixo preço das ações, efeito do confisco e da política recessiva; pela valorização dos papéis das empresas estatais, na qual o tarifaço foi fundamental; a extinção do overnight, que deslocou recursos para fundos de ações; e compra de ações por parte de investidores estrangeiros<sup>450</sup>.

No governo Itamar Franco, com a retomada do processo inflacionário, houve o aumento das taxas de juros, o que atraiu um volume crescente de capitais para o Brasil<sup>451</sup>, assim favorecendo aplicações em renda fixa<sup>452</sup>, que já vinham mantendo um patamar elevado, mas que mantém uma trajetória ascendente a partir de 1993. O aumento da liquidez internacional acirrará a disputa por capital estrangeiro.

O fluxo de capital ascendeu de maneira significativa, se comparado ao período precedente. A negociação da dívida externa, a abertura econômica e o programa de privatizações formavam um eixo, que tornava o Brasil alvo de investimento de grandes fundos internacionais. No caso do Rio de Janeiro, bancos de investimento intermediavam interesses de japoneses, alemães, britânicos e, principalmente, norte-americanos.

A posse de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda, no ano de 1993, trouxe euforia ao mercado de capitais<sup>453</sup>. Seu histórico no governo Itamar Franco explica. Na sua visão, a política externa brasileira deveria enquadrar-se no novo contexto mundial, marcado pelo fim da guerra fria. A grande questão internacional não era mais o dilema entre a guerra e a paz, mas a disputa econômica, em que as armas eram a ciência e a tecnologia. O Itamaraty passaria a dar prioridade a negociações no âmbito do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em torno de assuntos como patentes e concessão de serviços públicos; a iniciativas na América do Sul ainda mais amplas

---

<sup>450</sup> ALVES JÚNIOR, José Alves. *Fundos mútuos de investimento no Brasil: A expansão da indústria nos anos 1990 e perspectivas para o futuro*. CEPAL, LCR/BRS/R.143, novembro de 2003. p. 50.

<sup>451</sup> Idem. p. 53.

<sup>452</sup> Em geral são atrelados a títulos públicos federais ou a títulos privados pré-fixados de baixo risco. Disponível em: <[http://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/fundos\\_investimentos/rendafixa.html](http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/fundos_investimentos/rendafixa.html)>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>453</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 02/07/1993. p. 54.

do que aquelas voltadas para o Cone Sul; e a um incremento da atuação política junto à ONU<sup>454</sup>.

Fernando Henrique deu continuidade a promoção da lógica de expansão extrafronteira, característica do processo de globalização. Na sua gestão à frente do Itamaraty, formou um comitê permanente de 18 industriais e convidou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais para discutir com os diplomatas encarregados das negociações para a implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em março de 1991, cuja entrada em funcionamento estava prevista para 1995. Foi crítico do governo do qual participava, criticando o aumento da inflação, que estava em 29%, no mês de fevereiro de 1993. Na sua visão, o endividamento público era a origem do processo inflacionário, que só seria resolvido com uma reorganização administrativa do governo<sup>455</sup>.

As ações e a fala de Fernando Henrique convergiam com interesses de instituições como FMI e Banco Mundial, que pregavam o controle das contas públicas e consonância com um novo modelo de Estado, que foi defendido publicamente pela ACRJ. O pano de fundo consistia na constituição de um Estado capaz de sustentar a dívida pública revendo a oferta de serviços públicos. Nesse contexto, uma inflação controlada daria segurança a investimentos, pois não haveria desvalorização da moeda. A tríade estabilização monetária, redução do Estado e sustentação da dívida pública daria a tônica das mudanças no cenário macroeconômico. Estava posto um cenário que, a curto prazo, criaria condições para o fortalecimento do grande capital no Brasil.

Um bilhão e oitocentos milhões de dólares, esse era volume de capital sob o controle de bancos de investimento com sede no Rio de Janeiro, e participação na sua agência de desenvolvimento, a AD-RIO. Icatu, Garantia, Pactual e Bozano Simonsen faziam o papel de intermediários de grandes interesses do capital estrangeiro.

O banco de investimentos Bear Stearns<sup>456</sup> tinha sua carteira administrada pelos Bancos Pactual e Garantia. O banco norte-americano era o maior investidor estrangeiro do país, em 1993, tendo aplicado, desde de 1991, 1 bilhão de dólares no mercado de ações brasileiro<sup>457</sup>. O

---

<sup>454</sup> Fonte: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>>. Acesso em: 14 out. 2018.

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> Fundado em 1923, foi banco de investimento independente. Abriu seu capital somente no ano de 1985. Em virtude da crise do subprime de 2008, faliu. Foi comprado pelo banco JP Morgan. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/b/bear-stearns.asp>>, e <<https://www.terra.com.br/economia/infograficos/bearstearns/index.htm>>. Acesso em: 25 out. 2018.

<sup>457</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 02/07/1993. p. 54.

Banco Bozano Simonsen detinha 320 milhões de dólares para investimentos. Seus principais clientes eram dois importantes bancos britânicos de investimento, Baring Internacional Invest<sup>458</sup>, e o Schroder Capital Management Inc, ambas empresas eram a expressão da acumulação primitiva de capital promovida na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX. Seus investimentos representavam o excedente de capital a ser mobilizado em escala global, com objetivo de extração de mais valor em países periféricos, principalmente. Tal acumulação de capital significa expansão, reentrando em forma expandida no processo geral de produção e circulação<sup>459</sup>.

A presença de grandes investidores de países centrais na carteira de clientes dos bancos de investimento no Rio de Janeiro era marcante. No ano de 1993, com uma carteira de 320 milhões de dólares, o Banco Icatu, administrado por Daniel Dantas<sup>460</sup>, prestava serviços a Nomura Holding<sup>461</sup> e a Lazard Freres & Co<sup>462</sup>. O banco Garantia tinha como clientes os norte-americanos Goldman Sachs<sup>463</sup> e Merrill Lynch<sup>464</sup>, enquanto o Banco Pactual, que

---

<sup>458</sup> A empresa tem suas origens com John Baring, de Bremen, que se estabeleceu em Exeter em 1717 e se estabeleceu como comerciante e fabricante. Ele se tornou um dos principais empresários do oeste do país. Em 1762, seus três filhos fundaram a casa mercantil de Londres John & Francis Baring & Co, mais tarde conhecida como Baring Brothers.. O negócio bancário foi um dos pilares do trabalho da empresa, do século XVIII até o final do século XX. Disponível em: <[https://www.baringarchive.org.uk/history/a\\_brief\\_history\\_of\\_baring/](https://www.baringarchive.org.uk/history/a_brief_history_of_baring/)>. Acesso em: 31 out. 2018.

<sup>459</sup> MÉSZÁROS, Istvan. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 139.

<sup>460</sup> Tinha bom trânsito no âmbito político, uma vez que chegou a se encontrar com Collor, pouco antes de assumir a Presidência da República.

<sup>461</sup> A Nomura tem suas origens no final do século XIX, quando a Tokushichi Nomura I montou um negócio de mudança de dinheiro em Osaka. O filho de Tokushichi, Tokushichi Nomura II, assumiu mais tarde os negócios de seu pai e em 1925 fundou a Nomura Securities com 84 funcionários. Disponível em: <<https://www.nomuraholdings.com/company/history/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

<sup>462</sup> As raízes de Lazard começaram na década de 1840 com a emigração de cinco irmãos franceses e vários primos para os Estados Unidos. Em 1848, Alexandre, Lazare e Simon Lazard fundaram a Lazard Frères & Co. em Nova Orleans como um comerciante de produtos secos. Em 1851, Lazard Frères mudou-se para São Francisco, onde se expandiu para o setor bancário e o câmbio. Disponível em: <<https://www.lazard.com/our-firm/history/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

<sup>463</sup> O Goldman Sachs Group é um banco de investimento multinacional, que foi estabelecido em 1869 por Marcus Goldman. Está sediado em Nova York. O banco é especializado em gerenciamento de ativos, fusões e aquisições, corretagem e serviços de subscrição de títulos. A empresa presta serviços por meio de seus quatro segmentos: Banco de Investimento, Gerenciamento de Investimentos, Investimentos e Empréstimos e Clientes Institucionais. Disponível em: <<https://corporatefinanceinstitute.com/resources/careers/companies/goldman-sachs-group/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

<sup>464</sup> Ligado ao ramo financeiro, sua empresa foi aberta em 1914. Gerou lucro na escala de bilhões de dólares à empresa Ford, na subscrição de suas ações em 1956. Em 1976, cria uma empresa especializada na gestão de ativos, a Merrill Lynch Asset Management. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-merrill/timeline-history-of-merrill-lynch-idUSN1546989520080915>>. Acesso em: 31 out. 2018.

dispunha de 980 milhões de dólares, dos quais uma parcela era investimento de George Soros<sup>465</sup>.

Segundo informado pelo jornal O Globo, à época, esses grandes fundos estrangeiros desejavam investir em ações de empresas estatais e privadas. Dentre as estatais, estavam a Petrobras, Light, Eletrobrás e Telebrás, preferida dos estrangeiros. Brahma e Lojas Americanas, ambas pertencentes ao Banco Garantia, também eram alvo de investimento, assim como as empresas transnacionais White Martins e Souza Cruz. Todas tinham suas funções de prestação de serviço e produção no estado do Rio de Janeiro. Os fundos de investimento também tinham interesses nos dois maiores bancos brasileiros, Itaú e Bradesco<sup>466</sup>. O primeiro tinha participação acionária no Polo petroquímico do Rio<sup>467</sup>, naquele momento em gestação, enquanto o segundo detinha participação no grupo Monteiro Aranha.

Tal conjuntura desnudava o fulcro do modelo econômico capitalista. O sistema financeiro sempre exerceu a função de controle. Contudo, a partir da década de 1990, em virtude da intensificação de sua internacionalização, passou a ditar os padrões internacionais de valorização do capital<sup>468</sup>. A valorização do valor, nessa fase, impele grupos econômicos a buscar a formação de oligopólios, o que se remete a fusão e compra de empresas em escala muito maior a do período precedente.

No ramo de fusões e aquisições, os bancos Icatu, Garantia e Pactual se destacaram a partir do ano de 1994. Dificuldades causadas pela crise econômica, que se arrastava desde a década de 1980, associada à abertura da economia, criaram um ambiente que facilitara a compra de empresas com dificuldades financeiras.

Essas empresas se especializaram. O banco Garantia criou a GP, especializada em fusões e aquisições, e com uma carteira de 400 milhões de dólares pertencentes a estrangeiros. Naquele ano, o Garantia administrava um patrimônio de 4 bilhões de dólares<sup>469</sup>. Na mesma linha, pertencente ao Banco Icatu, surgiu a Icatu Asset Management, que visava a realização

---

<sup>465</sup> Megainvestidor húngaro que fez fortuna com a criação do Soros Fund Management. Em 1973, período de inflação crescente e crise do petróleo, Soros conseguira obter uma margem de lucro maior para a sua carteira de clientes do que os fundos mútuos comuns, em função de uma estratégia diferenciada de investimentos, que previam aplicações fora dos EUA, principalmente no Japão. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/soros-fund-management-llc-history/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

<sup>466</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 04/07/1993. p. 54.

<sup>467</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 22/02/1990. p. 25.

<sup>468</sup> HEINRICH, Michael. *Uma coisa com qualidades transcendentais: O dinheiro como relação social no capitalismo*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 35, p.127.

<sup>469</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/05/1994. p. 48.

de negócios envolvendo empresas. Segundo Daniel Dantas, a busca era por empresas que não precisassem de mudança de gestão, ou seja, o objetivo era participar dos lucros daquelas que fossem sólidas, cujo retorno de capital era mais seguro. Já o Pactual possuía dezesseis procurações para compra e venda de empresas, cujo capital a ser investido era da ordem de 2,5 bilhões de dólares. Sobre esse momento da economia, o dono do Pactual dissera:

Os investidores estão esperando a Pactual Participações. Tem muito estrangeiro querendo antecipar operações de compra. Em vez de adquirirem ações em bolsa, preferem comprar empresas. Eles pretendem saneá-las e depois vender o excesso de capital, mas sem perder o controle das companhias.<sup>470</sup>

O Plano Real consolidaria a nova conjuntura econômica. Lançado em julho de 1994, em sua concepção essencial, o novo plano econômico pretendia recuperar a moeda nacional por meio da garantia do seu valor externo. Como método, adotou-se a âncora cambial, que garantia a estabilidade da taxa de câmbio por meio de reservas internacionais e pelo financiamento em moeda estrangeira<sup>471</sup>. As discussões sobre a constituição e implementação do novo plano econômico foram realizadas pelos economistas da PUC-RIO (mais ligada ao mainstream internacional) Edmar Bacha, Gustavo Franco, Winston Fritsch, André Lara Resende e Pedro Malan. A equipe era liderada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

A equipe econômica partia da constatação de que a inflação gerava dois efeitos na economia: emissão de moeda para o financiamento do déficit público; e a destruição da função da moeda como unidade de conta. Sabia-se que não era factível a eliminação imediata da inflação, e que era necessário viabilizar o financiamento inflacionário do setor público concomitante ao reestabelecimento do conteúdo informacional do sistema de preços.

Por essa razão, o Plano Real caracterizou-se por um processo de ajuste gradual, no qual se manteve a demanda por estoques de ativos financeiros, enquanto se criava a Unidade Real de Valor (URV). Esse sistema de indexação instantâneo criava uma correlação entre indexador e moeda corrente, assim exigindo uma inflação previsível, a qual foi possível por meio da elevação da taxa de juros, que evitaria pressões de custos salariais e de matérias-primas, e de expansão de lucros, desaquecendo a economia. A introdução da URV preparou o processo de transição para a implantação da nova moeda. No que tocava ao equilíbrio das

---

<sup>470</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 15/05/1994. p. 48.

<sup>471</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga & ALMEIDA, Júlio Gomes. *Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 363.

contas públicas, necessário à estabilização econômica, o governo implementou o Fundo Social de Emergência<sup>472</sup>.

A ACRJ apoiou o governo e ressaltava a necessidade de uma reforma fiscal, que deveria redefinir o papel do Estado, inclusive nos aspectos administrativo e patrimonial, associado à reestruturação da previdência social<sup>473</sup>. A entidade empresarial ratificava o Consenso de Washington e, por conseguinte, do grande capital estrangeiro, que buscava sócios, agentes econômicos capazes de realizar a circulação do capital com ganhos.

Com a perspectiva de uma inflação debelada, ou seja, de estabilidade econômica, ganha impulso atividades ligadas à administração de recursos, sobretudo de estrangeiros; à montagem de operações de aquisição e fusões de empresas; à oferta de empréstimos; e à intermediação de compra e venda de ações. A expansão das atividades dos bancos de investimento se adensaria, assim como interesses estrangeiros na produção.

Do ponto de vista da projeção internacional, o banco Icatu expandiria suas atividades a partir de sua agência instalada nas Ilhas Cayman. A ideia era consolidar a atividade de intermediação da Icatu Empreendimentos e Participações, atraindo mais capital estrangeiro. O banco Bozzano Simonsen também realizava um movimento de expansão internacional, já iniciada com a parceria com o banco de investimento inglês LatinInvest Security<sup>474</sup>.

A participação do capital estrangeiro na aquisição de empresas no Brasil cresceu de 33% para 40%, entre 1993 e 1995, segundo pesquisa realizada pela Price Waterhouse. A globalização proporcionou a grandes corporações a sua expansão. No Brasil, seus interesses estavam principalmente ligados a empresas produtoras de bens de consumo. Consoante o sócio da Price Waterhouse, Raul Beer, as aquisições tendiam a tirar proveito do aumento do consumo, resultante do Plano Real. O grande interesse estrangeiro fez com que a Price Waterhouse abrisse um escritório em Nova York, o Latin American Business Center, exclusivo para investidores com interesses na América Latina. Somente para o Brasil, o escritório tinha mandados de compra de participações da ordem de 1,4 bilhão de dólares<sup>475</sup>.

A expansão de investimentos estrangeiros na produção não seria sustentável a longo prazo. Programas de estabilização ancorados no câmbio obrigam a manutenção de taxas elevadas de juros, em relação a outras praticadas no mundo. A sustentabilidade do Plano Real

---

<sup>472</sup> LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 102-103.

<sup>473</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1295. Ano 1994. p. 23.

<sup>474</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 25/09/1994. p. 47.

<sup>475</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 12/02/1995. p. 59.

dependia da ampliação de reservas internacionais, que ocorrera com o concomitante aumento do serviço da dívida interna e externa, assim impactando o investimento. Com a taxa de câmbio sobrevalorizada, eixo artificial de sustentação de valor do Real, havia o incentivo à importação de bens e serviços e desestímulo às exportações, o que desdobrava na reversão dos saldos positivos da balança comercial. Esse quadro apresenta a moeda nacional como insuficiente reserva de valor<sup>476</sup>.

A crescente desterritorialização do dinheiro, ou seja, o aumento de sua fluidez, traz no seu bojo a perda da relevância do dinheiro nacional, que passa a obedecer a uma rígida hierarquia no plano internacional. No contexto da globalização, essa dinâmica deu origem a uma rígida pirâmide monetária, na qual as moedas do topo tem reforçadas as suas prerrogativas internacionais, enquanto as da base correm risco permanente de serem substituídas<sup>477</sup>. Nesse contexto, o mercado financeiro global potencializa crises financeiras regionais, as quais atingem, quase que instantaneamente, países com moedas fracas, dependentes de capital estrangeiro, como o Brasil.

A crise asiática seria o prelúdio da brasileira. A manipulação do sistema financeiro por parte dos governos asiáticos, que visavam promover suas estratégias de desenvolvimento nacional, atou seus bancos a empréstimos economicamente inviáveis, levando as próprias autoridades a avalizá-los como contrapartida. Quando a crise revelou a incapacidade dessas instituições financeiras e dos próprios governos em os sustentar, houve a saída de capitais que, por conseguinte enfraqueceram ainda mais o sistema bancário e provou uma crise cambial. Em função de seu estágio de desenvolvimento intensivo – que requer inovação, crescimento, produtividade e capital de risco – os países asiáticos não tem outra opção a não a liberalização de seus sistemas financeiros. Tomados por uma maior mobilidade de capital, países de moedas fracas sofrem um aumento de pressão em suas âncoras cambiais<sup>478</sup>. O mesmo *modus operandi* que intensifica a expansão do capital é capaz, paradoxalmente, de desestabilizar o sistema em prol do grande capital.

Ao final do ano de 1998, o Brasil enfrentaria ataques especulativos. Déficit de conta corrente elevado e crescente (4% a 5% do PIB); moeda sobrevalorizada; juros elevados; crescente proporção de títulos públicos em relação às reservas e elevado endividamento

---

<sup>476</sup> CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e inconvertibilidade monetária*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, nº 120, abril de 2006. p. 2.

<sup>477</sup> Idem. p.5.

<sup>478</sup> EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000. pp. 245-247.

externo do sistema bancário criaram as condições. As reservas cambiais decresceram de 74 bilhões para 30 bilhões de dólares, entre 1998 e 1999. A desvalorização da moeda atingiu algo em torno de 70%<sup>479</sup>. Premido pela conjuntura, a ação do governo Fernando Henrique foi de pedir um empréstimo de 41 bilhões de dólares para o FMI<sup>480</sup>, o que reitera a necessidade constante de fluxos externos de capital. Tais acontecimentos foram produzidos pela liberalização econômica e por um programa de combate à inflação aos fluxos de capitais externos, ambos atrelados aos interesses do grande capital internacional. Persistia-se a lógica do alto endividamento do Estado por meio de títulos da dívida pública, em detrimento da produção.

Um novo ciclo se apresentava entre os anos de 1998 e 1999. Os bancos passaram a substituir ganhos com crédito por negócios com títulos da dívida pública. A participação das operações de crédito caíram de 62,2%, em 1997, para 55,7% em 1998. Nesse mesmo período, houve um aumento de 28% para 35% na fatia de recursos obtidos com papéis do mercado financeiros. Segundo a empresa de consultoria Austin Asin, levando em consideração o balanço divulgado por 26 instituições financeiras, o resultado obtido com aplicações em títulos, principalmente em papéis do governo, no ano de 1998, representara 40% do patrimônio líquido dos bancos pesquisados. Alberto Borges Matias, sócio-diretor da Austin Asis e professor da USP, afirmara que a alta da taxa de juros mantinha os bancos vivos<sup>481</sup>, daí o interesse por títulos da dívida pública.

Em 1998, o ganho com empréstimos girou em torno de 15,490 bilhões de reais, superando a renda de 9,866 bilhões de reais obtida com títulos públicos. Entretanto, As receitas obtidas com títulos e valores mobiliários cresceram 49,7% em um ano, enquanto as relacionadas às operações de crédito tiveram apenas 7% de aumento<sup>482</sup>. A maioria dos bancos preferiu privilegiar papeis públicos. No Unibanco, as receitas com títulos cresceram 54,5%, chegando a 1,7 bilhão de reais em 1998. O BBA Credistanstalt<sup>483</sup> ampliou 76% os ganhos

---

<sup>479</sup> SILVA, Maria Luiza Falcão. *Plano Real e âncora cambial*. Revista de Economia Política, volume 22, nº3, 2002. PP 20-22.

<sup>480</sup> Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/1998/r981113>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

<sup>481</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 16/02/1999. p. 12.

<sup>482</sup> *Idem*.

<sup>483</sup> Fundado em 1998 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran em parceria com o maior banco da Áustria, o Credistanstalt-Bankverein, que estava em operação desde 1855. Em 1991, foi a única instituição a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. No ano de 2002, associou-se a Icatu Corretora e Icatu Investimentos, e, ao final desse mesmo ano, foi adquirido pelo Itaú, que se torna o maior banco com patrimônio líquido no país. Disponível em: <<http://www.itaubba.com.br/portugues/bba/index.asp>>. Acesso em: 22 fev. 2016

com títulos do governo, enquanto o Bank Boston, 38%. Ainda que não tenha privilegiado papéis públicos, o Bradesco teve ganhos que cresceram cerca de 46%<sup>484</sup>.

Esse cenário confortável para os bancos não impediu que o Bradesco expandisse suas operações de crédito. Seus ganhos referentes as suas empresas coligadas e controladas (o Bradesco tinha 35 ao todo, perfazendo o maior número dentre seus concorrentes) chegou a cifra de 1,1 bilhão de reais, maior que seu próprio lucro institucional, que chegava a 1 bilhão de reais<sup>485</sup>.

O banco Bozano Simonsen teve destaque em seus lucros referentes a operações de crédito, superando o Bradesco em termos percentuais, e aumentou sua receita nas aplicações de títulos públicos e valores mobiliários<sup>486</sup>. Participações acionárias, o controle da Companhia Siderúrgica Paulista; 25% das ações da Embraer são destaques. Em 1997, o Bozano Simonsen havia criado a Planicred com o grupo Multiplan para atuar no crédito ao consumidor. Naquele mesmo ano, compraria o banco Meridional por 266 milhões de reais, num leilão de privatização<sup>487</sup>. O salto na receita de operações de crédito, 74,85% em relação ano anterior, conforme demonstrado no quadro 1, provavelmente tem relação com essa nova estratégia do banco.

Com a compra do banco Meridional, o Bozano Simonsen tornava-se o maior banco de investimento do país, administrava fundos no Brasil e no exterior na ordem de 1,7 bilhão de reais. Em 1997, formou uma holding controlada pelo grupo Meridional, tornando-se o nono colocado no ranking nacional de ativos, que chegavam a 9,6 bilhões de dólares<sup>488</sup>.

As mudanças no cenário econômico, resultante da estratégia dos bancos, tinham como pano de fundo um processo progressivo de domínio do valor sobre o valor de uso, no interior da unidade contraditória chamada de mercadoria, que constitui a desmaterialização progressiva da riqueza capitalista<sup>489</sup>. A emissão de títulos e papel dinheiro é fluida e flexível, não dependendo da disponibilidade de mercadorias. Tal prática facilita a expansão monetária,

---

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0611200207.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

<sup>484</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 16/02/1999. p. 12.

<sup>485</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 16/02/1999. p. 12.

<sup>486</sup> *Idem*.

<sup>487</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/edicoes/675/noticias/a-trajetoria-do-bozano-m0048975>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

<sup>488</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 02/01/2000. p. 28.

<sup>489</sup> CARCANHOLO, Reinaldo A. *O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro*. Revista SEP, dezembro 2001, nº 11. p. 5.

ou a de crédito, necessária para acumulação de capital, salvaguardando o capitalismo do colapso<sup>490</sup>. Em síntese, os maiores detentores de capital são capazes de expandir sua base monetária por meio do crédito, que significa um compromisso realização de valor no futuro pelo tomador do empréstimo. Tal dinâmica protege o grande capital dos riscos inerentes ao processo produtivo, que depende invariavelmente de demanda.

A mercadoria dinheiro tem duas dimensões, a privada e a universal. A primeira serve ao entesouramento, determinando a concentração de poder privado, por conseguinte de classe. Esse é o traço essencial do capitalismo, o qual permite uma acumulação infinita<sup>491</sup>, destarte regulando as altas e baixas do dinheiro posto em circulação. O caráter universal da mercadoria dinheiro pressupõe meio de circulação, pondo-a em circulação, o capital realiza sua expansão.

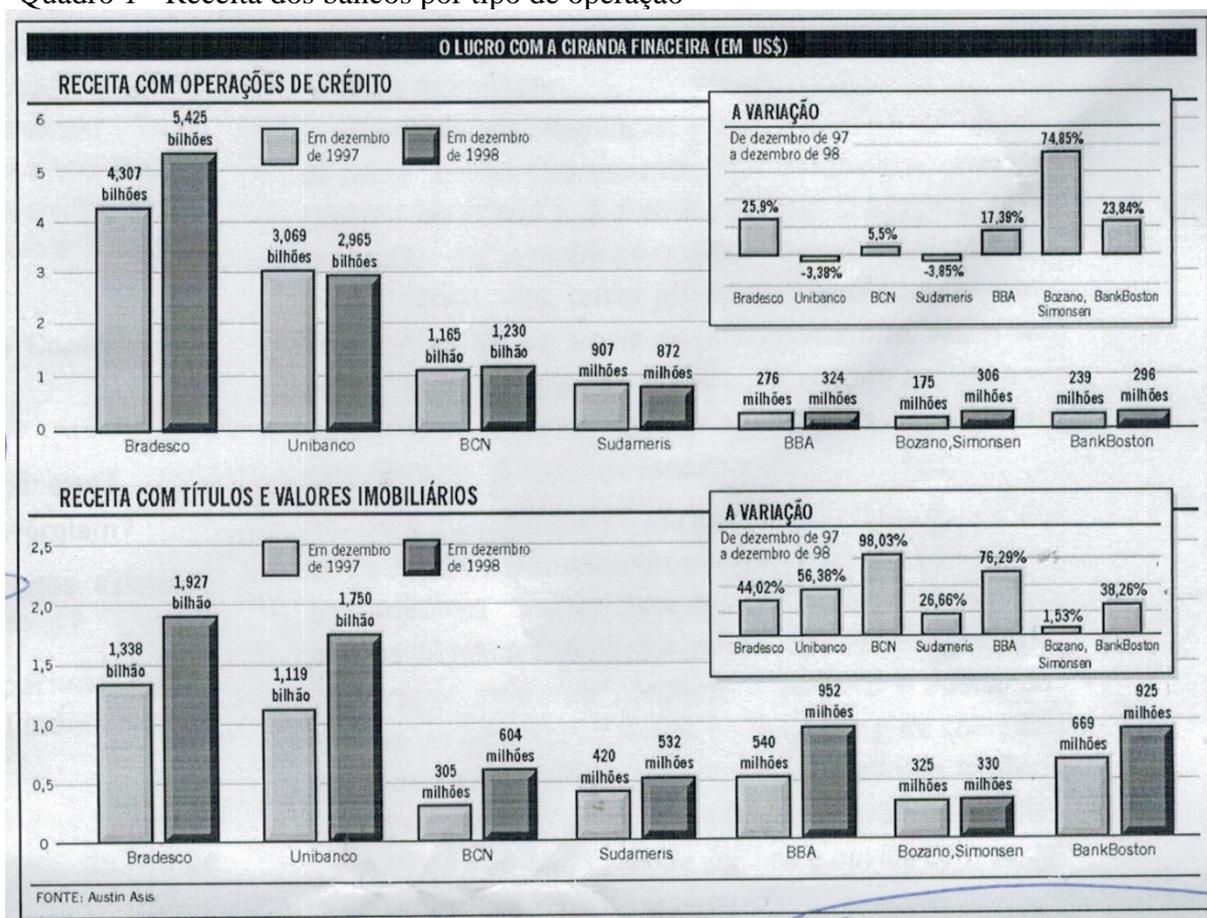
O domínio de grandes conglomerados financeiros internacionais ocorre em razão desse processo de acumulação/expansão de longo prazo. A competitividade de uma parcela da burguesia interna com menos capital acumulado só poderia ocorrer em associação com estrangeiros. Os bancos de investimentos do Rio de Janeiro entenderam bem essa dinâmica. Contudo, devido ao caráter ininterrupto de acumulação/expansão do capital, eles perderiam espaço como agentes econômicos de envergadura. O grande capital estrangeiro, ao fim da década de 1990, começava a ter, sob seu controle direto, uma fatia importante do sistema financeiro nacional, que se expandiram uma aliança entre estrangeiros e nacionais, inicialmente.

---

<sup>490</sup> PRADO, Euletério F. S. *Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível*. Revista SEP, dezembro 2013, nº 35. p. 148.

<sup>491</sup> MARX, Karl. *O capital. Livro I*. São Paulo:Boitempo, 2013.p. 206.

Quadro 1 - Receita dos bancos por tipo de operação



Fonte: Jornal O Globo.

Em 1998, o banco Garantia foi vendido ao CS First Boston<sup>492</sup>, ligado ao Credit Suisse<sup>493</sup>. Os valores da transação não foram revelados oficialmente, mas, segundo estimativa da revista Exame, o seu maior acionista, Jorge Paulo Lemann, teria recebido 20 milhões de dólares entre dinheiro e ações do grupo Credit Suisse. Em 1997, o Garantia administrava uma carteira de investimento da ordem de 4,5 bilhões de dólares. Esse valor havia caído para 1,6 bilhão, em 1998. Contudo, o banco ainda figurava como um dos três maiores emissores de ações e títulos de renda fixa, além de ser líder no processo de aquisição e fusões e de corretagem em bolsas de valores. Esse fator era de extrema relevância para o CS First Boston, que queria uma posição na América Latina. A pressão financeira para venda era enorme. O

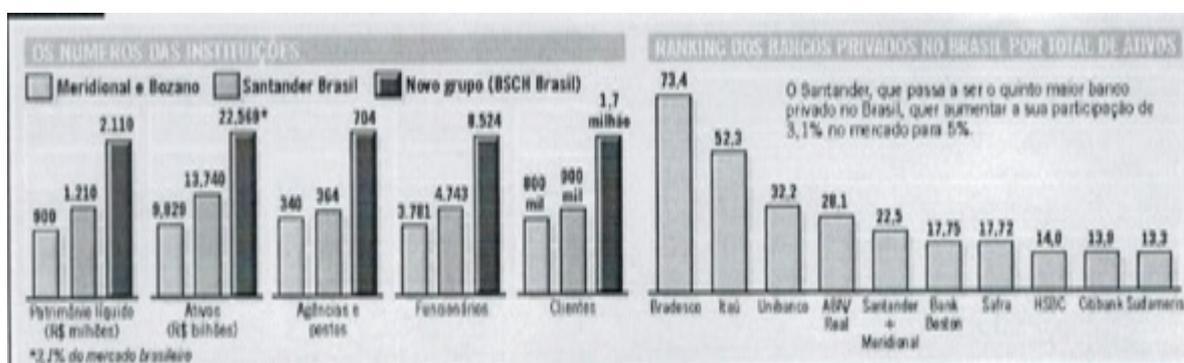
<sup>492</sup> O First Boston fundiu-se ao Credit Suisse em 1988, uma transação que envolveu 1,1 bilhão de dólares, tornando-se CS First Boston. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/business/1988/10/11/first-boston-deal-expands-credit-suisse-presence/7d26cbc7-61f0-420f-a57c-dd245d648975/?noredirect=on>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>493</sup> Banco suíço fundado em 1856. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/corporate/en/our-company/history.html>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CS First Boston estava no Brasil, desde 1990, e tinha ativos de 310 bilhões de dólares<sup>494</sup>. No ano de 1998, outro banco fluminense do segmento de investimento, o Liberal, também fora vendido ao norte-americano Nations Bank Corporation<sup>495</sup>.

O avanço dos estrangeiros continuou com a venda do Banco Bozano Simonsen para o Santander<sup>496</sup>, no início do ano 2000. Com a aquisição, o banco espanhol passaria a ser o quinto maior do Brasil, segundo a Fundação Getúlio Vargas, traçando um quadro de maior participação direta estrangeira no sistema bancário. Segundo estudo do BBA Creditanstalt, os estrangeiros representavam 42,5% do sistema financeiro privado no país<sup>497</sup>. O quadro 2 demonstra as alterações de patrimônio e ativos dos principais bancos do país.

Quadro 2 - Ranking, patrimônio líquido e ativos dos bancos



Fonte: Jornal O Globo.

Com as vendas dos bancos de investimento a conglomerados estrangeiros, há um encolhimento das atividades do setor financeiro no Rio de Janeiro. Boa parte das operações dos bancos vendidos se desloca para São Paulo. De 1994 ao ano 2000, o estado perdeu duas dezenas de sedes de bancos, caindo de 56 para 36. O Centro de Informações e Dados do Rio (CIDE), estimara que o produto interno bruto fluminense deixou de crescer meio bilhão de reais entre os anos de 1994 e 1998<sup>498</sup>. O quadro 3 demonstra os números do setor.

<sup>494</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/672/noticias/a-vida-depois-do-garantia-m0053741>>. Acesso em: 01 maio 2016.

<sup>495</sup> No ano de 1998, passou para o controle do Bank of America, um dos maiores bancos dos EUA.

<sup>496</sup> O Santander foi fundado em 1857 na província da Cantábria, na Espanha. Estava em atividade no Brasil desde 1982. Seus ativos chegavam a 13,7 bilhões de reais no Brasil. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

<sup>497</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 20/01/2000. p. 28.

<sup>498</sup> *Jornal O Globo*. Caderno de Economia, 20/05/2000. p. 35.

Quadro 3- Composição do PIB fluminense



Fonte: Jornal O Globo.

Entretanto, os bancos de investimento Icatu e Pactual ainda figuravam como mais agressivos do país, e estavam sob controle da burguesia interna associada ao grande capital internacional. Com a saída do sócio-fundador, Luiz César Fernandes, houve a entrada de novos sócios no Pactual. Em 2001, como parte da estratégia de expansão, criou a Pactual Corretora para intermediar negócios na BM&F e na Bovespa<sup>499</sup>.

Em 1998, o Icatu criou a Icatu Investimentos, empresa dedicada exclusivamente à gestão de recursos de terceiros, que no mesmo ano concentrou mais de 3 bilhões de reais. Entre 2002 e 2003, a Icatu Hartford, empresa de seguros do grupo criada em parceria com a americana The Hartford<sup>500</sup>, cria a Icatu Hartford Administração de Recursos Ltda. para gerir grande parte das reservas acumuladas pela venda dos produtos de seguros de vida, previdência e capitalização. A Joint Venture entre Icatu e The Hartford termina em 2010, com

<sup>499</sup> No ano de 2018, seu patrimônio líquido é cerca de 19 bilhões de reais, além de gerir 170 bilhões de reais em fundos e 107 bilhões de ativos. Disponível em: <<https://www.btgpactual.com/quem-somos/visao-geral>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

<sup>500</sup> Empresa seguradora norte-americana, fundada em 1810. Disponível em: <<https://www.thehartford.com/about-us/hartford-history>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

a recompra de 100% do pela holding Icatu. Naquele mesmo ano, é criada a Icatu Vanguarda, que atinge a marca dos 5 bilhões de reais sob gestão<sup>501</sup>.

Visando operações de crédito ao consumidor, o Icatu também detinha 50% de participação no Banco Fininvest (líder no financiamento de bens e serviços para as classes B,C e D) com o Unibanco, que detinha a outra metade, desde de 1997. A sociedade foi desfeita com a compra das ações do Icatu pelo Unibanco. A transação envolveu 480 milhões de reais<sup>502</sup>.

Além dos tradicionais bancos de investimento, o Banco Boavista Interatlântico, que adquirira o Nacional e o Boa Vista, em 1997, tinha como sede operacional o estado do Rio de Janeiro. Figurava em 25º no ranking nacional, era o banco fluminense mais bem colocado. Seus controladores eram os grupos Espírito Santo, Crédit Agricole e Monteiro Aranha. Mas o movimento de concentração financeira fez com que o estado perdesse ainda mais a posição de destaque de outrora no sistema financeiro nacional, no ano 2000, o Bradesco comprou o Boavista Interatlântico.

O grupo Monteiro Aranha foi um dos mais influentes no início da década de 1990, tendo sido o maior patrocinador da campanha presidencial de Fernando Collor, por conseguinte da agenda neoliberal do período. O grupo foi a maior expressão de capital associado no Rio de Janeiro, e a ACRJ, da qual fazia parte, o veículo promotor do consenso neoliberal. Cabe indagar sobre o modus operandi do Monteiro Aranha no período.

### **3.2 Grupo Monteiro Aranha, um aliado do grande capital estrangeiro**

As origens do grupo remetem ao ano de 1917, ano em que Olavo Egydio de Souza Aranha e Alberto Monteiro de Carvalho fundaram uma empresa de engenharia. Seu primeiro trabalho foi a construção do pavilhão francês na exposição comemorativa dos 100 anos de independência do Brasil. Tal pavilhão é cópia do Petit Trianon de Versailles, que atualmente abriga a Academia Brasileira de Letras. O investimento industrial do grupo deu-se inicialmente na Cisper, empresa de embalagens de vidro, localizada no bairro do Jacaré, cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, na década de 1930, associou-se à família Klabin para

---

<sup>501</sup> Disponível em: <<http://www.icatuvanguarda.com.br/pt/historia>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>502</sup> Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,unibanco-adquire-restante-da-fininvest,20001219p11556>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

criar a Klabin de papel e celulose, que, em 2005, era a maior do setor na América Latina. Na década de 1950, participou da implantação da indústria automobilística no Brasil em parceria com a Volkswagen. Guilherme Arinos Franco foi o responsável pelo projeto, em 1955<sup>503</sup>. Na década de 1970, ingressou no setor petroquímico, participando da Petroquímica União e da Oxiteno em conjunto com o grupo Ultra, além de adquirir, em 1979, participação acionária na Ericsson do Brasil junto ao Bradesco<sup>504</sup>. Uma das figuras responsáveis por essa transação foi Rui Patrício, que foi superintendente e vice-presidente do grupo entre 1976-1986<sup>505</sup>. A presença da Moët et Chandon também foi mediada pelo grupo Monteiro Aranha, cuja associação ocorre 1977<sup>506</sup>.

Um dos principais nomes do grupo Monteiro Aranha foi Olavo Monteiro de Carvalho, que foi presidente executivo de 1978 a 1996. Olavo foi fundador do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)<sup>507</sup> e membro de conselhos empresariais Brasil-Argentina, Brasil - Estados Unidos e Brasil-Japão<sup>508</sup>.

---

<sup>503</sup> Foi diretor-financeiro no grupo Monteiro Aranha, entre 1955-1970. Antes, trabalhou como assessor de Getúlio Vargas. Elaborou o projeto de criação do BNDE, além de participar da criação da Petrobras e Banco do Nordeste. Também teve participação na criação da corretora Garantia, no início da década de 1970, saindo da empresa em 1986, quando já era um banco de investimento consolidado. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACRJRevistas&PagFis=41125&Pesq=monteiro%20aranha>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

<sup>504</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1379. Ano 2005. p. 3.

<sup>505</sup> Foi Secretário de Estado do Fomento Ultramarino (1965-1970) e Ministro de Negócios Estrangeiros entre 1970 e 1974, ano da Revolução dos Cravos e da queda do Salazarismo. Enquanto ministro, foi responsável pela costura da legislação, junto ao governo brasileiro, de paridade entre portugueses e brasileiros, o que facilitou a vinda de empresários, banqueiros e profissionais liberais de origem portuguesa para o Brasil, após a revolução. O maior exemplo de beneficiados por essa legislação é o estabelecimento da família Espírito Santo e seus negócios no Brasil. Eles tinham sobre seu controle o Banco Espírito Santo e a seguradora Tranquilidade, além de participação acionária no grupo Monteiro Aranha. Fontes: *Revista da Associação Comercial*. Nº 1396. Ano 2008. p. 34. e *Jornal O Globo*, 05/09/1997. p. 21.

<sup>506</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1155, ano 1980. p. 34. E <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0210200822.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

<sup>507</sup> O IEDI foi criado em 1989, reunindo grandes empresas nacionais. Estuda e formula recomendações de aperfeiçoamentos e reformas, como abertura e integração comercial com o resto do mundo, competitividade, educação, estrutura tributária, financiamento do desenvolvimento econômico, políticas de desenvolvimento regional e de apoio à micro e pequena empresa, política tecnológica, sustentabilidade, dentre outros. Dentre as empresas que tinham representantes no conselho fundador, podemos destacar a Cofap, Brasmotor e MetalLeve, que tinham como acionista o Bradesco; Cimento Portland, pertencente ao grupo Lafarge, cuja origem é francesa; Duratex, pertencente ao Itaú; Gerdau; Votorantim; Suzano; Ipiranga e Ultraquímica. Observando de forma detida alguns dos partícipes do IEDI, podemos afirmar que boa parte de sua composição está atrelada a interesses do grande capital da burguesia interna e a interesses de grupos estrangeiros. Disponível em: <[https://iedi.org.br/anexos\\_legacy/4cfe53cb0f04afb3.pdf](https://iedi.org.br/anexos_legacy/4cfe53cb0f04afb3.pdf)>. <[https://iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem\\_somos.html#](https://iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html#)>. Acesso em: 08 ago. 2017.

<sup>508</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1378. Ano 2005. p. 9.

Uma breve investigação sobre a forma de operacionalização desse grupo fluminense denota que uma boa parcela de seus investimentos se materializava em formato de parcerias. Há uma preferência por joint ventures, que buscam parceiros, sócios nacionais ou estrangeiros. Ao que tudo indica, num recorte temporal que abarque a década de 1950 até fim da de 1990, a maior parte dos negócios de maior envergadura do grupo estão atrelados ao grande capital estrangeiro. E este não se fazia presente apenas nos negócios, mas na própria composição acionária do grupo Monteiro Aranha. Dresdner Bank<sup>509</sup> e grupo Espírito Santo eram seus dois grandes acionistas estrangeiros. A família Monteiro de Carvalho detinha o maior capital social do grupo, enquanto o Bradesco, representante do grande capital interno, também figurava como acionista<sup>510</sup>.

A partir de 1991, o grupo Monteiro Aranha passou a ser dividido em duas empresas, Monteiro Aranha S/A e Monteiro Aranha Participações (totalmente controlada pela família Monteiro de Carvalho). Ambas detinham ações em outras empresas. Segundo o Jornal *O Globo*, a cisão do grupo visava a formação de um bloco, com ações mais rentáveis, no caso a Monteiro Aranha S/A, de modo a fortalecê-lo nas privatizações do setor petroquímico e de telecomunicações<sup>511</sup>. A seguir, o quadro 1 demonstra a participações acionárias.

---

<sup>509</sup> Banqueiro do grupo Monteiro Aranha desde a década de 1950, passou a ser sócio em 1993. Foi fundado em 1872, era um dos três maiores bancos da Alemanha. A partir da década de 1980, resolveu impulsionar sua presença internacional, concentrando-se no desenvolvimento de uma rede global de gerenciamento de ativos. Foi adquirido, em 2001, pela Allianz AG. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/dresdner-bank-a-g-history/>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

<sup>510</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1378. Ano 2005. p. 9.

<sup>511</sup> *Jornal O Globo*, 28/12/1991, Caderno de Economia. p. 24.

Tabela 2 – Participação Acionária do Grupo Monteiro Aranha

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA
<b>Monteiro Aranha SA</b>	
Papéis Klabin	19,15%
Oxiteno	14,88%
Cisper	20,60%
Ericsson	3,73%
Matec	30,01%
Matel	52,00%
<b>Monteiro Aranha Participações</b>	
Monteiro Aranha Internacional	99,99%
Banco Inter-Atlântico	23,39%
UAP Seguros	20,16%
Beloit	17,91%
Schroder-Monteiro Aranha DTVM	40,00%
Monroe	14,47%
Provilin	28,59%
Masa Empreendimentos *	40,00%
Cia Masa Alsthan	10,23%

\* Holding que detém participações  
 FONTE: empresa

Fonte: Jornal O Globo.

A participação do grupo Monteiro Aranha na Volkswagen AG não aparece na tabela 2, embora seja um importante indicador da internacionalização de seus negócios. Após a formação da Autolatina<sup>512</sup>, o grupo trocou sua participação acionária na Volkswagen do Brasil no Brasil, fundada na década de 1950, por ações na sua matriz alemã, em 1987. Nesse intervalo de trinta e sete anos, a relação entre as empresas brasileira e alemã teve um ponto alto para o Monteiro Aranha. Em 1980, visando a captação de petrodólares, o grupo vende 10% dos 20% de suas ações na fábrica alemã ao governo do Kuwait, pelo valor de 115 milhões de dólares. A transação foi considerada a maior em volume já visto no Brasil, à época. A negociação foi mediada pelo Dresdner Bank, que representou os compradores. Naquela mesma década, a Masa, empresa do grupo, era representante de grandes empreendimentos industriais franceses do Brasil, como a Hispano-Suiza<sup>513</sup>, fabricante do

<sup>512</sup> Entre 1987 e 1996, a americana Ford e a alemã Volkswagen atuaram nos mercados brasileiro e argentino com uma joint venture, formando a Autolatina. No acordo, as montadoras compartilharam as operações e lançaram veículos similares, oriundos das mesmas plataformas de produção. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/uma-autolatina-global/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

<sup>513</sup> Fundado em 1904 por empresários espanhóis, torna-se uma marca francesa em 1911. Fornecia peças e componentes para a aviação. Disponível em: <<https://www.safran-nacelles.com/timeline>>. Acesso em:

Airbus. A compra desse modelo de avião para a Companhia Cruzeiro do Sul teve intermediação do grupo Monteiro Aranha<sup>514</sup>.

Outra empresa ligada ao grupo, a Gilbarco do Brasil, fabricante de bombas de gasolina tinha predominância de capital estrangeiro. A principal acionista era a transnacional americana General Electric com 56% das ações, a Satam, transnacional francesa, com 25% e o Monteiro Aranha com 19%<sup>515</sup>.

No segmento financeiro do grupo Monteiro Aranha, o Banco Interatlântico, composto por capital francês e português, era presidido por José Luiz Miranda. Um banqueiro, cuja vida profissional teve início no Banco do Brasil, quando da abertura de sua primeira agência em Nova York, em 1951, chegando a ser vice-presidente da área internacional do banco. Miranda ainda foi diretor da área bancária e da dívida pública do Banco Central. Passou a presidir o Banco Inter Atlântico no ano de 1987. Antes da posse de Collor, concedeu entrevista ao Jornal O Globo, na qual teceu críticas sobre a política macroeconômica adotada no Brasil. O banqueiro reconhecia a alta taxa de lucro obtida pelos bancos em 1989, e quando indagado sobre a transferência brutal de renda no país expressou:

Bem, uma coisa eu também gostaria de deixar bem claro. Todo mundo costuma falar da ciranda financeira, que o dinheiro do país, em vez de estar na produção, está no mercado financeiro. Veja a falácia. Ninguém investe dinheiro sem lastro. E o lastro é a dívida pública. Na medida em que o governo tem que buscar poupança para financiar seu déficit, ele é quem rouba a poupança que deveria ir para o setor privado. Se o governo deixar de ter déficit, a poupança voltará para ações, CDBs, cadernetas, e haverá dinheiro para empréstimos em bancos e financeiras, para investimento das empresas e habitação... é o desregramento das finanças públicas que tem gerado essa situação. Uma transferência de renda realmente brutal. A inflação e o déficit governamental funcionam como um Robin Hood às avessas. Tiram dinheiro dos pobres – já que toda a sociedade arca com o pagamento dos títulos públicos – para dar mais aos ricos.<sup>516</sup>

A fala nos revela aspectos importantes sobre o modo em que uma parcela do empresariado entendia como defesa de seus interesses. Malgrado reconheça a transferência brutal de renda para os mais ricos, o Estado, para Miranda, não tinha regras no controle de seus gastos. Nas entrelinhas, indicava-se uma oposição entre o mercado e Estado, que consideramos falsa. Enquanto o mercado é apresentado como virtuoso, o Estado é delineado

---

08/11/2017.

<sup>514</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1153. Ano 1980. p. 23.

<sup>515</sup> *Jornal O Globo*, 16/07/1990, Caderno de Economia. p. 56.

<sup>516</sup> *Jornal O Globo*, 28/01/1990, Caderno de Economia. p. 44.

como aquele que subtrai o capital de forma aleatória, sem racionalidade. No entanto, o déficit governamental citado, cuja elevada taxa de juros financiava, era resultante, em larga medida, de um processo histórico, iniciado em 1973, que se desdobra na crise da dívida externa da década de 1980. A exponencial dívida externa foi produzida por dois componentes, o interno, relaciona-se ao Estado, que captou poupança externa para financiamento da acumulação de capital de uma parcela da iniciativa privada no Brasil; e o externo, ensejado pelos EUA, em 1979, quando aumentaram suas taxas de juros, reproduzindo um efeito em cascata na periferia, que se via forçada a buscar empréstimos com juros mais altos no mercado, assim gerando um elevado endividamento.

O amálgama dessa discussão reside na recorrente dependência de fluxos de capital externo para desenvolvimento capitalista brasileiro. Desprovido de um processo de acumulação primitiva de capitais, ao contrário dos países centrais, a lógica capitalista operada no Brasil edificou um forte apoio do Estado a empreendimentos privados, por meio de seu endividamento externo, assim como a frequente busca por sócios estrangeiros. Esse quadro privilegiou o setor produtivo, que perde força partir de meados da década de 1980. Tratava-se de uma transição da hegemonia do capital para o sistema financeiro, travestida de uma agenda neoliberal iniciada efetivamente por Fernando Collor no início da década de 1990.

A agenda de Collor, em boa medida, era agenda de interesses de empresários e empresas articulados com o grupo Monteiro Aranha. Joaquim Baby Monteiro de Carvalho foi o principal financiador e articulador da campanha do presidente eleito. A montagem da equipe de governo foi articulada por Olavo Egydio de Monteiro de Carvalho. Ele organizou o encontro entre Daniel Dantas (banco Icatu), André Lara Rezende (banco Matrix), Mario Henrique Simonsen (participava dos conselhos de administração do Banco Bozano Simonsen, Citicorp, Philips e da Souza Cruz e do Conselho Consultivo da Mercedes Benz) e Fernando Collor<sup>517</sup>.

O capital externo estava fortemente representado à reunião. O plano Collor I materializou interesses do grande capital estrangeiro e de seus sócios da burguesia associada, críticos das altas taxas de juros dos títulos. A abertura comercial dinamizou o comércio entre empresas transnacionais, o que oportunizou uma maior fluidez de seu capital entre suas matrizes e filiais com as estabelecidas em território brasileiro. O bloqueio de haveres financeiros, medida mais polêmica do plano econômico, objetivava a o controle de moeda

---

<sup>517</sup> *Jornal O Globo*, 20/01/1990, Caderno de Economia. p. 18.

pelo Banco Central sem lançar mão da alta taxa de juros<sup>518</sup>. Nesse sentido, o ponto de vista apresentado pelo presidente do banco Interatlântico, um dos braços financeiros do grupo Monteiro Aranha, foi bem sucedido, pois reduziu drasticamente a dívida pública. Esse cenário se mantém até a adoção do Plano Real, em 1994.

Quadro 4 - Dívida Interna do Setor Público

**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO**

	US\$ bilhões					
	Dez/83	Dez/84	Dez/85	Dez/86	Dez/87	Dez/88
I-Governo Federal e Banco Central	8,57	15,29	16,96	19,07	10,92	13,89
II-Governos Estaduais e Municipais	9,02	9,85	11,30	13,54	16,02	17,01
III-Empresas Estatais	17,20	17,23	20,82	25,78	33,11	39,04
<b>TOTAL</b>	<b>34,79</b>	<b>42,36</b>	<b>49,08</b>	<b>58,40</b>	<b>60,05</b>	<b>69,94</b>
	Dez/89	Dez/90	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94
I-Governo Federal e Banco Central	37,93	9,05	-20,04	1,68	8,45	37,66
II-Governos Estaduais e Municipais	23,29	23,38	23,19	33,09	37,57	58,40
III-Empresas Estatais	41,02	38,37	17,59	17,10	38,09	31,02
<b>TOTAL</b>	<b>102,23</b>	<b>70,80</b>	<b>20,74</b>	<b>51,86</b>	<b>84,11</b>	<b>127,07</b>

Fonte: Disponível em: <<http://ecen.com/eee25/audivida.htm>>. Acesso em: 08 ago 2017.

Com os títulos da dívida pública federal sendo menos atrativos, abriu-se espaço para extração de mais valor em outras vertentes do segmento financeiro. A UAP Seguros do Brasil, com 20,16% de participação acionária do grupo Monteiro Aranha, em 1991, buscou uma fatia maior do mercado brasileiro de seguros por meio de um investimento de 7 milhões de dólares. A empresa era controlada pela L' Union des Assurances de Paris<sup>519</sup>, e tinha como acionistas estáveis o Banco Nacional de Paris (19% de ações), a Holding Suez (5% de ações) e a Seguradora suíça Winther Thor (2,76%). Seu faturamento no ano de 1990 foi de 60 milhões de dólares.

A abertura da economia e privatizações, pontos que integravam o Plano Collor I, serviram à dinamização de negócios de empresas transnacionais no país. A Ericsson, que no Brasil, tinha o seu controle acionário exercido indiretamente pelo grupo Montanha Aranha e Bradesco, que detinham 51% das ações preferenciais com direito a voto, no ano de 1991, anunciou investimentos de 25 milhões de dólares. A título de comparação com o investimento total da empresa na década de 1980, que foi 130 milhões de dólares, o investimento previsto para um ano era muito expressivo. Com fábricas em São Paulo e Amazonas, a empresa

<sup>518</sup> CARVALHO, Carlos Eduardo. *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou concepção?*. Revista Economia, Niterói (RJ), v.4, n. 2, 2003. p. 286.

<sup>519</sup> A seguradora era a primeira no ranking de número de clientes na França, e segunda na Europa.

liderava a fabricação de centrais telefônicas públicas, de aparelhos telefônicos, de equipamentos de energia e de equipamentos de transmissão, com 45%, 50%, 35%, e 15% de participação no mercado, respectivamente. O presidente mundial da LM Ericsson, Lars Ramqvist, em visita ao Brasil, chegou a ser recepcionado por Fernando Collor. No encontro, foram discutidos temas como lei de informática e privatização<sup>520</sup>.

A lei de informática era do ano de 1984, criava uma reserva de mercado para os fabricantes nacionais de produtos de informática. Entretanto, havia, desde o final da década de 1980, uma política industrial com o fim de atração de capital estrangeiro e de importação de novas tecnologias. No governo Collor, houve oposição à aplicação dessa política pelo empresariado do setor de informática, que mesmo sendo a favor do fim da reserva de mercado, acreditava que seria necessária uma transição. Não havia divergência ideológica, já que o setor e governo concordavam com a abertura de mercado. A divergência se dava em como a lei de reserva seria desmontada.

O resultado do conflito no governo Collor foi a fixação de um prazo, até 1992, para extinção da reserva e uma política de transição estabelecida pela lei 8248/1991. A respectiva lei oferecia isenção de imposto para empresas que produzissem de acordo com o processo produtivo básico<sup>521</sup> e investissem em pesquisa e desenvolvimento. Dos 5% de faturamento bruto anual destinado a pesquisa e desenvolvimento, 2% deveria ser aplicado em centros e instituições brasileiras de ensino e pesquisa. A lei ainda permitia que pessoas jurídicas que aplicassem em empresas brasileiras produtoras de bens e serviços de informática, fossem beneficiadas como desconto no imposto de renda.<sup>522</sup>

Entendemos haver uma relação intrínseca entre a lei de informática e o Programa Nacional de Desestatização, na medida em que era previsto o crescimento do mercado de telecomunicações no país com a adoção de ambos. Em resumo, afirmamos que a previsão de privatizações no segmento de telecomunicações, associada à quebra de seu monopólio estatal, seria capaz de aumentar a demanda de equipamentos ligados à tecnologia da informação, ou seja, eletrônica aplicada à informática, assim engendrando condições de expansão da Ericsson no Brasil, no curto prazo.

Por ser uma transnacional, no caso, de origem sueca, e com mercado já consolidado no território brasileiro, a empresa teria condições mais sólidas de concorrer com outros gigantes

---

<sup>520</sup> *Jornal O Globo*, 22/10/1991, Caderno de Economia. p. 27.

<sup>521</sup> Determina as etapas mínimas do processo produtivo a ser realizado no país.

<sup>522</sup> COSTA, Simone. *Sobre representação e interesses regionais: o caso da lei de informática*. Dissertação de Mestrado. USP, 2007. p. 10.

internacionais. Essa era a expressão do movimento de expansão/acumulação<sup>523</sup> do grande capital estrangeiro, que se materializava na articulação entre Estado, burguesia interna e uma empresa transnacional. O grupo Monteiro Aranha representava, naquele contexto, o eixo de articulação entre Estado, na figura de Collor, e grandes grupos estrangeiros.

O capital associado avançou sobre infraestrutura do segmento de telecomunicações. Antes das privatizações, que tiveram seu auge no governo Fernando Henrique, o grande capital procurou preencher lacunas, nas quais o Estado não havia conseguido conceber condições de implementação de telecomunicações. Dito de outro modo, por não deter capital suficiente ou possuir tecnologia adequada, o Estado, por meio de suas empresas estatais, não conseguiu realizar a expansão de sua infraestrutura no ritmo necessário às necessidades operadas pelo processo de globalização. O lançamento do primeiro satélite brasileiro pode ser considerado como exemplo.

O lançamento do satélite, denominado SCD-1, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foi objeto de licitação do Ministério da Aeronáutica. Sendo agenciada pelo grupo Monteiro Aranha, a companhia norte-americana Orbital Sciences Corporation foi a vencedora. O custo do lançamento foi de 11,5 milhões de dólares. Em órbita, o satélite forneceria informações sobre meteorologia, oceanografia e química atmosférica. Seu lançamento foi realizado em 1993<sup>524</sup>. Embora a tecnologia do satélite tivesse sido produzida no Brasil, para colocá-la em funcionamento foi necessário demandar o serviço sob o qual o Brasil não detinha expertise. Nesse ponto, foi fundamental o entrelaçamento de interesses dos norte-americanos com os do Brasil.

A necessidade de tecnologia estrangeira no ramo de telecomunicações trouxe mais oportunidades de negócios à burguesia interna. Um acordo de cooperação entre Brasil e Itália se desdobrou na assinatura de um contrato entre a Telemat<sup>525</sup>, e a empresa Telespazio, do grupo Iri/Stet<sup>526</sup>, que previa a instalação de um sistema telefônico via satélite capaz de atender a uma área de 1500 km<sup>2</sup> e 650 mil usuários. O acordo previa o financiamento de 50 milhões de dólares, com 10 milhões a fundo perdido e o restante pagável em 15 anos. A instalação das bases telefônicas ficaram a cargo da Victori Comunicações, empresa formada pelos grupos

---

<sup>523</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo:Boitempo, 2002.p. 138.

<sup>524</sup> *Jornal O Globo*, 24/10/1991, Caderno de Economia. p. 30. e <[http://www.inpe.br/scd1/site\\_scd/historico.htm](http://www.inpe.br/scd1/site_scd/historico.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

<sup>525</sup> Empresa estatal de telecomunicações do Mato- Grosso. Pertencia ao sistema Telebrás.

<sup>526</sup> Empresa transnacional do ramo de telecomunicações. Possuía capital estatal e privado. Era uma das dez maiores empresas da Europa. Fonte: *Jornal O Globo*, 06/06/1992, Caderno de Economia. p. 28

Globo, Bradesco e Victori Internacional. A Stet, junto com a norte-americana Bell Atlantic, estava associada ao consórcio Globo – Monteiro Aranha – Bradesco<sup>527</sup>.

A incontabilidade do capital<sup>528</sup> referendava novas dimensões na utilização de ciência e tecnologia, as quais induziam reformulações produtivas e uma nova configuração empresarial. Um consórcio representado por um banco, uma holding e um grupo de comunicação é um exemplo de interesses amalgamados por imposição do processo de globalização.

Constituiu-se uma nova forma de política e administração dos Estados<sup>529</sup>, alheia a interesses não alinhados com o neoliberalismo. Collor, em boa medida, representava o capital associado, subalterno aos interesses do núcleo orgânico do capital<sup>530</sup>. Com efeito, o grande capital estrangeiro impunha uma nova forma de dependência que extravasa o poder das nações, até mesmo dos países centrais. Com a imposição de uma agenda neoliberal, haveria o recrudescimento à concentração de capital. De modo a se inserir na globalização, o empresariado do Rio de Janeiro se organizava, buscando formas de atração de capital, cujo pressuposto a alteração de seu padrão de acumulação de capital. Esse papel era desempenhado com eficiência pelo grupo Monteiro Aranha.

No segmento de venda e produção de automóveis, a Companhia Técnica Monteiro Aranha associou-se a Peugeot<sup>531</sup>, que tinha a intenção de penetrar no mercado interno brasileiro e no cone sul<sup>532</sup>. As tarifas preferências de comércio do Mercosul provavelmente foram fatores de atração da montadora francesa. A associação, concluída no ano de 1992, resultou em 70% de ações para o grupo francês e 30% para o brasileiro num negócio que, inicialmente, previa a importação de veículos e sua venda em concessionárias<sup>533</sup>. A montadora, segundo Jean Pierre Degornet, gerente geral da Peugeot Sodexa, responsável pela

---

<sup>527</sup> *Jornal O Globo*, 05/10/1991, Caderno de Economia. p. 31.

<sup>528</sup> MÉSZÁROS, Op. Cit. 2002.p. 98.

<sup>529</sup> DREIFUSS, René Armand. *A Época das Perplexidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 29-30.

<sup>530</sup> GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. Três contribuições críticas ao mercado autorregulado*". Anpec, Rio de Janeiro, 2006, p. 4.

<sup>531</sup> A empresa surge em 1810, na França. Inicialmente fabricava molas para relógios. Em 1889, entra no segmento de fabricação de automóveis. Em 1976 se junta a Citroën, formando o grupo PSA Citroën.

<sup>532</sup> *Jornal O Globo*, 17/04/1991, Caderno de Economia. p. 31.

<sup>533</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1324. Ano 1998. p. 35.

importação e exportação de veículos do grupo francês, ainda desejava a instalação de uma fábrica no Brasil.<sup>534</sup>

Em 1998, foi dado início a instalação da fábrica da Peugeot no município de Porto Real. A região contemplada fazia parte do Polo Metal Mecânico do estado do Rio de Janeiro, resultante da articulação promovida entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN)<sup>535</sup>, CSN e FIRJAN<sup>536</sup>.Dentre as vantagens que a região ofertava, pode-se elencar a doação de uma área de 3 milhões de metros quadrados, água abundante do Rio Paraíba, disponibilidade energética (usina hidroelétrica de Lajes<sup>537</sup>,no município de Pirai), e transporte intermodal (um ramal ferroviário de 10km ligado ao porto de Sepetiba, maior do hemisfério sul e porta de saída para o MERCOSUL).

O grau de penetração dos interesses da Peugeot e seu sócio regional, grupo Monteiro Aranha, no Estado pode ser avaliado pelo apoio do Presidente Fernando Henrique. Além de anunciar a instalação da fábrica da Peugeot no Rio de Janeiro, em audiência solene no Palácio do Planalto com o presidente do grupo PSA, dono da Peugeot do Brasil, disponibilizou um empréstimo de 300 milhões de dólares, via BNDES, para sua construção. O valor correspondia a quase metade dos 650 milhões de dólares necessários à finalização das obras.

Com um investimento de quase 1 bilhão de dólares, a fábrica entrou em operação no ano 2001, formando um complexo automobilístico junto a Volkswagen<sup>538</sup>, já que suas fábricas foram postas em terras contíguas. A Peugeot pretendia voltar 1/3 de sua produção para o MERCOSUL e encerrar suas importações<sup>539</sup>.

A instalação de uma montadora de veículos no Rio de Janeiro foi parte de um processo de médio prazo, discutido na V Pleninco, que compunha interesses articulados da FIRJAN e ACRJ, e cujo elevado grau de penetração do grupo Monteiro Aranha torna-se notório. Havia estudo em conjunto da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e da AD-RIO, do final da

---

<sup>534</sup> *Jornal O Globo*, 17/04/1991, Caderno de Economia. p. 31.

<sup>535</sup> A CODIN foi criada em 1967, com o objetivo de criar e comercializar distritos industriais. Em 1982, foi transformada em Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro e, em 1995, reorientou suas atividades, apoiando a implantação de indústrias no Estado. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/Codin/Historia.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2018.

<sup>536</sup> *Jornal do Comércio*, 26/03/1995, Economia e Finanças. p. 15.

<sup>537</sup> Principal sistema de geração do Grupo Light, o Complexo de Lajes começou a ser construído em 1903. Atualmente, as três hidrelétricas do Complexo de Lajes somam uma capacidade instalada de 612 megawatts. Disponível em: <<http://www.light.com.br/grupo-light/Empresas-do-Grupo/light-energia.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2018.

<sup>538</sup> O grupo Monteiro Aranha tinha participação na sua matriz alemã, a Volkswagen AG.

<sup>539</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1324. Ano 1998. p. 29.

década de 1980, o qual recomendava a instalação de um parque automobilístico no estado do Rio de Janeiro, entretanto, destacava que ele não deveria ser como em outros estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), cuja produção era de carros com baixo teor de tecnologia. Aproveitando as novas exigências dos consumidores, que ansiavam por carros cada vez mais modernos, o Rio de Janeiro, segundo o estudo, deveria aproveitar o seu expressivo parque de informática, natural embrião de um parque produtor de autopeças voltadas para informatização de bordo.

O estudo traçava a realização da produção de carros por meio de um novo nicho, até então não explorado em território nacional, fato que faria do Rio de Janeiro um novo polo de atração de investimentos ao passo do desenvolvimento de uma indústria de pujança tecnológica, cujos produtos teriam maior valor agregado. O estudo destacava a mão de obra do Rio de Janeiro como a mais qualificada do país para esse tipo de empreendimento. Citou também que a possível localização da montadora seria no Vale do Paraíba (região próxima de São Paulo, localizada ao sudoeste do Rio de Janeiro) ou próxima ao Complexo Industrial Portuário de Itaguaí<sup>540</sup>. A força dessas proposições formaram o Polo Metal Mecânico do Rio de Janeiro, no qual o Estado teve participação ativa.

Sua atuação sistemática e societária junto a empresas transnacionais, ávidas por um processo produtivo a ser realizado em escala global e pela expansão do consumo, barateado por inovações tecnológicas, e o apoio a uma agenda que alterava o papel do Estado, faziam do grupo Monteiro Aranha a expressão mais bem acabada da dupla face do neoliberalismo. Nesse sentido, as privatizações e concessões também interessavam ao grupo. Petroquímica e fornecimento de serviço de água e esgoto foram áreas em que se obteve êxito.

Com aproximadamente 1 bilhão de dólares em títulos da dívida externa brasileira, o Dresdner Bank realizou uma parceria com o grupo Monteiro Aranha, na qual o banco investiria 34 milhões de dólares na participação de privatizações. Desde a década de 1950 operando juntos, sendo o banqueiro do grupo na Europa, o Dresdner estava acertando o seu aumento de capital no Monteiro Aranha desde 1988. Com acordo, a sua participação no capital do grupo passou a 8,34% com direito a indicação no conselho de administração do grupo<sup>541</sup>.

O setor petroquímico brasileiro, com polos em São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, formados entre as décadas de 1970 e 1980, além de ser autossuficiente, era exportador de

---

<sup>540</sup> V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 10.

<sup>541</sup> *Jornal O Globo*, 30/11/1993, Caderno de Economia. p. 27.

produtos petroquímicos. No início da década de 1990, o setor começou a sofrer uma crise, que advinha de uma recessão interna e superoferta no mercado internacional<sup>542</sup>.

Diferentemente da norma competitiva internacional de empresas de grande porte integradas vertical e horizontalmente, no Brasil o setor petroquímico se desenvolveu com estrutura organizacional caracterizada por: polos formados por diversas firmas não integradas patrimonialmente; e grupos de pequeno porte econômico, com participações acionárias simultâneas em várias firmas. Essa configuração se deveu em parte ao “modelo tripartite”, arranjo institucional entre atores estatais e privados que foi responsável por impulsionar o desenvolvimento da indústria petroquímica nacional nas décadas de 1970 e 1980<sup>543</sup>.

Na década de 1990 as fragilidades da indústria petroquímica brasileira foram expostas com as reformas institucionais liberalizantes, como o programa de privatizações, desregulamentações e abertura comercial. A abertura comercial aumentou a exposição das empresas às flutuações de preço e lucro características da petroquímica, agravando deficiências do setor como a dificuldade de adaptação via ajustes em capacidade produtiva e excessivos custos administrativos, comerciais e tributários<sup>544</sup>.

Para os grupos privados, o PND foi uma oportunidade para melhorar seu posicionamento na cadeia, isto é, elevar a participação no capital das centrais dos polos petroquímicos onde tivessem ativos de segunda geração e remover “sócios” para assumir controle exclusivo destas empresas a jusante<sup>545</sup>. Era o caso o grupo Monteiro Aranha, que detinha uma pregressa participação na Petroquímica União e na Oxiteno junto com o grupo Ultra.

No ano de 1993, a iniciativa privada arrematou, por 54,2 milhões de dólares, a participação acionária de 15,21 % do governo na Oxiteno. O grupo Ultra comprou 6 milhões de dólares em ações para Citibank e 1 milhão para o Unibanco, o que não diminuiu seu peso como maior acionista da Oxiteno, com 65%. O Bradesco ficaria com 2,7% das ações. O Dresdner Bank arrematou 27 milhões de dólares em ações, que foram repassadas ao grupo

---

<sup>542</sup> ANDRADE, José Eduardo Pessoa, SHI KOO PAN, Simon, ZAPORSKI, Janusz, AZEVEDO MELO, Kelly Cristina. *A indústria petroquímica*. BNDES Biblioteca Digital, Novembro, 1995. p. 76.

<sup>543</sup> MOMESSO PELAI, Fernando & F.J. DA SILVEIRA, José Maria. *Análise do processo de reorganização societária de grupos que atuam na indústria petroquímica brasileira*. ANPEC, Encontro 2008. pp. 3-4.

<sup>544</sup> GUERRA, O. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria Petroquímica - Nota Técnica Setorial do Complexo Químico*, IE/UNICAMP - IEI/UFRJ - FDC - FUNCEX, 1993. p. 10.

<sup>545</sup> RABELO, F.; SILVEIRA, J. M. J. *Estruturas de governança corporativa na petroquímica brasileira pós-privatização*. XXVI Encontro Nacional de Economia, Anais, Vitória: ANPEC, 1998. p. 1381.

Monteiro Aranha, que passou a ter 18% do total de ações da Oxiteno, as quais representavam 25% dos seus ativos. Essa era a segunda maior participação do grupo em empresas, a primeira era na Klabin<sup>546</sup>.

A participação na Oxiteno tinha grande peso econômico e estratégico. A empresa localiza-se em São Paulo, ao lado de seu fornecedor de matéria-prima, a Petroquímica União. E detinha controle sob Oxiteno Nordeste, Oxiteno Distribuidora Química e Oxiteno Indústria de Gases. A Oxiteno era a principal produtora de óxido de eteno e derivados<sup>547</sup> na América Latina<sup>548</sup>.

Em 1997, a Monteiro Aranha S/A, em consórcio com as empresas alemãs Hochtief<sup>549</sup> e Praussac, venceu a concorrência, que previa a concessão para prestação de serviços de água e esgoto na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. O tempo previsto de concessão foi de 25 anos, com previsão inicial de investimento de 200 milhões de reais, dos quais 69 milhões deveriam ser aplicados nos três primeiros anos em modernização e operação do sistema. A meta prevista era de que 93% da população tivesse acesso à água e 70% a tratamento de esgoto.

Para a prestação do serviço e das obras necessárias à sua expansão e adequação, foi criada a empresa Prolagos, composta pela Monteiro Aranha S/A, Planup (Bozano Simonsen e Erco) e PEM Engenharia. A tecnologia utilizada era da EPAL, empresa portuguesa responsável pelo abastecimento e saneamento de 25% do território português. Dentre os investimentos mais significativos da empresa estava a compra da Estação de Tratamento de Água de Alcális<sup>550</sup>. Ensejado pela movimentação de capital, colocou-se valor em movimento para se adquirir mais valor, circunscrita a confirmação de uma relação social<sup>551</sup> entre o prestador de serviço e o adquirente. Dito de outro modo, investiu-se numa região, onde Estado

---

<sup>546</sup> *Jornal O Globo*, 17/09/1993, Caderno de Economia. p. 24.

<sup>547</sup> Os derivados do oxiteno tem diversas aplicações na indústria. Cosméticos, agroquímicos, alimentos, resinas, fluidos funcionais, tintas e vernizes, papel, embalagens, couro, detergentes e têxtil, são exemplos da importância do controle do processo produtivo dessa matéria-prima.

<sup>548</sup> *Jornal O Globo*, 16/09/1993, Caderno de Economia. p. 29.

<sup>549</sup> Presente no Brasil desde 1966, era subsidiária da Hochtief AG, conglomerado de empresas de construção com sede na Alemanha, fundado em 1873. Disponível em: <[https://www.hochtief.com/hochtief\\_en/952.jhtml](https://www.hochtief.com/hochtief_en/952.jhtml)>, <<http://www.htb.eng.br/mobile/pt/noticia-25.html>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

<sup>550</sup> *Jornal O Globo*, 16/09/1998, Rio. p. 22.

<sup>551</sup> SAAD FILHO, Alfredo. *Teoria Marxista do valor: uma introdução*. Porto Alegre: Revista Análise Econômica, nº41, 2003. p. 170.

quase não tinha participação em serviços públicos de fornecimento de água e rede de esgoto, de demanda reprimida, de modo a ter ganhos sobre o capital até então entesourado.

No ano de 1997, a forte articulação do grupo Monteiro Aranha com capital português e francês, no segmento financeiro, no estado do Rio de Janeiro, teria seu ponto alto na aquisição do Banco Boa Vista. Numa transação que envolveu 250 milhões de dólares, fundiu-se os bancos Interatlântico e Boa Vista, formando o Boa Vista Inter Atlântico. A constituição acionária do novo banco ficou como se segue: 22% com o Banco Espírito Santo; 24% com a holding MAES (Monteiro Aranha-Espírito Santo); 22% com a Monteiro Aranha S/A; 24% com o banco Crédit Agricole e 8% com outros acionistas. Seu patrimônio era 380 milhões de reais e possuía 5,4 bilhões em ativos, figurando como 12º maior banco do país. O consórcio bancário formado tinha o nítido papel de aumentar a concentração bancária, amalgamando capitais local e estrangeiro, de maneira a fortalecer frações de classe<sup>552</sup> estrategicamente ligados. O movimento, à época, era acompanhado pelo próprio mercado, que se inclinava a afirmar a perda de espaço dos bancos médios. Havia a previsão de concentração de metade dos ativos bancários nas mãos de sete grandes bancos até o ano 2000. A informação fora publicada pela consultoria Ernst & Young<sup>553</sup>.

O que impelia a concentração eram os grandes grupos financeiros de alcance global e regionais com capilarização em territórios extrafronteira. O Crédit Agricole era o maior banco da França, formado por uma associação de bancos, de associações rurais, caixas locais, caixas regionais. Seu patrimônio líquido era o maior do hemisfério ocidental<sup>554</sup>. O banco francês ainda detinha 50% das ações do Banco Interatlântico, que tinha também como acionistas o grupo Monteiro Aranha e o grupo português Espírito Santo.

O grupo Espírito Santo estabeleceu-se no Brasil em 1975, um ano após a Revolução do Cravos, que nacionalizou a economia portuguesa. Em território brasileiro, iniciaram uma parceria como o grupo Monteiro Aranha no banco Interatlântico. No ano de 1996, participou da privatização da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ), executando a operação financeira que permitiu a Eletricidade de Portugal arrematar a empresa estatal fluminense. Em 1997, o grupo tinha 30 bilhões de dólares em ativos distribuídos em empresas na Europa, África, América do Norte, América do Sul e China<sup>555</sup>.

---

<sup>552</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 15.

<sup>553</sup> *Jornal O Globo*, 03/09/1997, Economia. p. 19.

<sup>554</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1322. Ano 1997. p. 13.

<sup>555</sup> *Jornal O Globo*, 03/09/1997, Economia. p. 21.

O banco Espírito Santo (BES) era credor da dívida externa brasileira, em 1993 possuía 68 milhões de dólares em papéis desse tipo<sup>556</sup>. Inferimos que o fato de ser credor do governo federal, além de ser uma instituição financeira estratégica à agenda globalizante, tenha lhe conferido um encontro oficial com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996. No encontro, Ricardo Espírito Santo, presidente do Conselho Executivo do BES, pôs a sua instituição à disposição do governo brasileiro para participar da privatização do Banespa e do saneamento dos bancos Bamerindus e Meridional<sup>557</sup>. Em 1998, o BES teria concedido empréstimo à Portugal Telecom, junto a outros bancos portugueses, para a compra da Telesp Celular<sup>558</sup>.

O capital inglês não participou da operação de compra do banco Boa Vista, mas realizava investimentos junto ao grupo Monteiro Aranha por meio da empresa Schroder Monteiro Aranha DTVM. Olavo Monteiro de Carvalho chegou a se encontrar com o Ministro do Tesouro Britânico, Michael Portillo<sup>559</sup>, que, em 1994, veio ao Brasil a convite de Câmara na Câmara de Comércio Britânica. Dentre os presentes na comitiva britânica, estavam representantes dos bancos Baring<sup>560</sup> e Schroder, que tinha negócios com o banco Bozano Simonsen e o grupo Monteiro Aranha.

Michael Portillo, verbalizou o interesse nas privatizações nos segmentos de energia, telecomunicações, gás e distribuição de água. Inclusive, se encontrou com a diretora do PND, Elena Landau. O encontro foi marcado por discussões sobre o panorama brasileiro e a possibilidade de negócios<sup>561</sup>.

A correspondência entre uma agenda de privatizações e abertura, capitaneada, inicialmente, pelos governos Reagan e Thatcher, e frações de classe no Rio de Janeiro eram evidentes. Seu principal grupo empresarial realizava seus negócios em parceria com o grande capital internacional, que servia como base financeira aos empreendimentos, assim como participava da própria estrutura acionária do grupo Monteiro Aranha. O paradigma operado se resumia a cessão de capital financeiro ao capitalista produtivo, que assumia a forma de títulos

---

<sup>556</sup> *Jornal do Comércio*, 18/06/1993. p. 22.

<sup>557</sup> *Jornal O Globo*, 03/09/1997, Economia. p. 19.

<sup>558</sup> *Jornal do Comércio*, 30/07/1998. p. A-10.

<sup>559</sup> Membro da ala radical do Partido Conservador britânico. Era considerado como o protegido de Margareth Thatcher. Fonte: *Jornal do Comércio, Mundo*, 04/05/1990. p. 19.

<sup>560</sup> O Baring tinha negócios com o banco fluminense Bozano Simonsen.

<sup>561</sup> *Jornal do Comércio*, Economia e Finanças, 08/03/1994. p. 9.

ou direitos sobre a produção futura, com remuneração fixa (títulos de dívida) ou variável (ações)<sup>562</sup>, operações como parte integrante do sistema financeiro e joint ventures. O grupo Ipiranga também operava sob essa lógica, embora de maneira distinta.

### 3.3 Grupo Ipiranga: uma representação da indústria nacional?

A origem do grupo Ipiranga se remete ao ano de 1930, quando foi formado o primeiro escritório brasileiro de negócios. João Pedro Gouvêa Vieira, inicialmente, era o único empregado de seu primo e melhor amigo, José Thomaz Nabuco, que resolvera utilizar a expertise adquirida na empresa norte-americana de energia elétrica Bond & Share do Brasil em um negócio próprio. A marca do escritório fluminense seria a consecução da articulação de negócios com aporte jurídico, com ênfase no direito fiscal e comercial<sup>563</sup>.

O escritório ganhou impulso após a revolução de 1930, quando começaram a chegar mais empresas estrangeiras no país. Ainda como estudante de Direito da Universidade do Rio de Janeiro<sup>564</sup>, Gouvêa Vieira teve papel de destaque na compra de terras de colonos italianos no Paraná no entorno de uma suposta mina de ouro. O cliente era Olavo Egydio Aranha, fundador do grupo Monteiro Aranha. Em 1938, já formado em Direito, entrou numa causa que, ao seu fim, o tornaria acionista da refinaria Ipiranga.

Naquele ano, por decisão do Conselho Nacional de Petróleo, os estrangeiros com participações em refinarias brasileiras deveriam vender suas ações imediatamente a brasileiros. Era o caso da refinaria Ipiranga, que tinha uruguaios e argentinos como acionistas. Esses estrangeiros impetraram uma ação contra a decisão por meio do escritório de advocacia argentino Beccar Varella, cuja representação no Brasil foi realizada por João Pedro Gouvêa Vieira, que conseguiu seu adiamento apenas por seis meses.

Ao fim do prazo, em face da ausência de interessados, os clientes propuseram a João Pedro Gouvêa Vieira que ele mesmo ficasse com as ações, com um prazo de dez anos para pagar. O advogado aceitou a proposta. Inicialmente, a refinaria não teve boa rentabilidade,

---

<sup>562</sup> CARNEIRO, Ricardo. *Dinâmica e crise do capitalismo com dominância financeira*. In: Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira (organização: Luiz Claudio Marcolino e Ricardo Carneiro). São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude Ltda, 2010. p. 36.

<sup>563</sup> Disponível em: <[www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx](http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>564</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pedro-gouveia-de-carvalho-vieira>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

pois estava sofrendo um boicote dos norte-americanos por ter abastecido um navio chamado Bremen, que por razões óbvias identificava-se com a Alemanha. Mas o próprio desenrolar da 2ª Guerra Mundial abriu uma lacuna de oportunidade para a refinaria.

Havia falta de combustíveis no mercado internacional em função do próprio conflito armado. Nesse contexto, a refinaria passou a trabalhar a plena carga refinando petróleo venezuelano. Com os dividendos adquiridos nesta nova fase da empresa, Gouvêa Vieira pagou pelas ações da refinaria Ipiranga<sup>565</sup>.

Em 1946, o Advogados d'affaires, como era chamado o escritório em que João Pedro Gouvêa Vieira trabalhava, negociou a compra de um banco para o estatal francês Crédit Lyonnais<sup>566</sup>, formando o Banco Francês e Brasileiro<sup>567</sup>. Foi a primeira operação comercial desse porte no país, que serviu de aporte para representação de interesses de outras empresas francesas com interesses no Brasil<sup>568</sup>. A visão a favor do grande capital estrangeiro tinha ressonância no campo político. Naquele mesmo ano, participou como membro da Liga Eleitoral Católica, que reunia apoio a candidatos para que comunistas não fossem eleitos. Num encontro com Getúlio Vargas, levou uma lista com três nomes que poderiam ser escolhidos a candidatura ao Senado. O nome de Mario Ramos, que estava elencado, foi aceito, apesar das restrições impostas por Vargas<sup>569</sup>.

Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A nova instituição financeira foi criada para gerir o Fundo de Reparelhamento Econômico e recursos advindos do exterior<sup>570</sup>. João Pedro Gouvêa Vieira ajudou a redigir seu estatuto e pertenceu a seu primeiro Conselho de Administração. O empresário e advogado fazia parte da nova burocracia técnica, que servia de agente modernizadora<sup>571</sup>.

Em 1959, a Ipiranga, realizou a primeira compra, assessorada pelo escritório, de uma empresa estrangeira por uma brasileira, a Companhia Brasileira de Petróleo Gulf, subsidiária

---

<sup>565</sup> *Jornal O Globo*, 11/06/2000, Economia. p. 44.

<sup>566</sup> Banco francês fundado em 1863. Foi nacionalizado em 1946. No século XX, foi considerado um dos maiores bancos do mundo. Em 1999, o banco foi privatizado pelo governo francês. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/crédit-lyonnais-history/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>567</sup> O banco foi vendido em 1996 para o Itaú.

<sup>568</sup> Disponível em: <[www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx](http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>569</sup> *Jornal O Globo*, 11/06/2000, Economia. p. 44.

<sup>570</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas*. In: História Econômica do Brasil Contemporâneo (organização: Tamás Szrecsányi e Wilson Suzigan). São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. p. 38.

<sup>571</sup> Idem. p. 34.

da Gulf Oil Corporation, que estava no Brasil desde 1936<sup>572</sup>. Com a compra, a distribuidora de combustíveis passou a ser Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, que tinha como sócios mais cinco famílias: Bastos, Saraiva, Ormanzabal, Tellechea e Mello. Contudo, o controle era de João Pedro Gouvêa Vieira<sup>573</sup>.

Na década de 1960, o escritório de Gouvêa Vieira articulava a construção do Polo de Camaçari. Após a aprovação da lei de remessa de lucros de 1962, cujo conteúdo versava o registro da entrada de capital estrangeiro com efeito retroativo. O escritório viabilizou a documentação necessária para a permanência de empresas estrangeiras no Brasil, uma vez que a lei limitava a remessa ao exterior a 10% do capital social da empresa<sup>574</sup>. Nesse sentido, quanto mais provas comprobatórias de entrada de capital no Brasil, maior seria a remessa enviada pelas empresas ao exterior. O estreitamento de laços com estrangeiros foi se cristalizando na década de 1970, quando o escritório passou a articular a entrada de capital externo<sup>575</sup>.

No que tange ao setor financeiro, houve a participação ativa de Jorge Hilário Gouvêa Vieira, sócio de João Pedro Gouvêa Vieira, na formulação da lei de sociedade anônima e na fundação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ambas de 1976. Jorge Hilário foi diretor e depois segundo presidente da CVM, num período de 1977 a 1981. Durante o governo Moreira Franco, foi Secretário de Fazenda e presidente do Banerj<sup>576</sup>.

Outro sócio do escritório de advocacia tinha uma participação ativa em Conselhos de Administração de empresas com participação de capital estrangeiro ou da própria burguesia interna. José Francisco Gouvêa Vieira participava de decisões de duas empresas de produção de cimento, Portland<sup>577</sup> e a Mauá; no segmento de seguros, na empresa Losango, que era associada a UAP<sup>578</sup> e ao grupo Monteiro Aranha<sup>579</sup>.

---

<sup>572</sup> Disponível em: <<http://www.gulfdobrasil.com.br/conheca/gulf-no-brasil-deixou-saudades/>>.

<sup>573</sup> Jornal O Globo, 16/11/1992, Economia. p. 39.

<sup>574</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. *A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo João Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)*. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71. p. 156.

<sup>575</sup> Disponível em: <[www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx](http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>576</sup> Disponível em: <<http://www.eagv.com.br/site/TabId/69/TeamID/25/Default.aspx>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>577</sup> Pertencia ao grupo Lafarge, de origem francesa e atualmente o maior conglomerado de materiais de construção do mundo, que iniciou suas atividades no país em 1959, por meio da Companhia de Mineração de Cimento (COMINCI). No ano de 1962, implantou uma fábrica em Arcos/MG. Em 1979, fundiu suas operações brasileiras com as da canadense Lone Star e, em seguida, inaugurou a fábrica de Cantagalo/RJ, em 1982, que é a única do país a fornecer cimento para poços petrolíferos. C. f. SANTOS, Leandro Bruno. A indústria do cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. Revista Sociedade e Natureza, nº 23, Uberlândia, p. 82. <[http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_3\\_B\\_5-Cimentos\\_Especiais](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_3_B_5-Cimentos_Especiais)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

João Pedro Gouvêa Vieira estabeleceu uma relação muito próxima com o Estado. Sua atuação no BNDE e como senador suplente do PTB, partido em ascensão no período democrático de 1946-1964, demonstra o perfil de uma parte da incipiente burguesia industrial brasileira. A que nos referimos entendia o Estado como promotor do desenvolvimento. Associado a mecanismos de desenvolvimento para o capital ofertados pelo Estado, estava o grande capital estrangeiro, em geral, resultante do processo de acumulação iniciado no século XIX. O escritório advogados d'affaires, com seu aporte jurídico e influência na burocracia estatal, servia de interlocutor a esses interesses estrangeiros no Brasil. Participações em conselhos de administração de empresas francesas significam a inserção do escritório num modelo associativo com estrangeiros.

O grupo Ipiranga, construído e consolidado na era de ouro do capitalismo, e com negócios no segmento de petroquímica e distribuição de combustíveis, foi favorecido pela conjuntura econômica e política. No setor petroquímico, o Estado foi parte ativa na sua constituição e no seu processo produtivo. O modelo tripartite, que reunia atores privados e estatais, foi responsável pelo desenvolvimento dessa indústria entre as décadas de 1970 e 1980<sup>580</sup>. No que toca à distribuição de combustíveis, a compra da Gulf pela Ipiranga, em 1959, fez parte de um contexto no qual havia interesse da empresa transnacional em se desfazer dos ativos no Brasil<sup>581</sup>.

A agenda neoliberal, altamente concentradora de capitais, ratificaria o grupo Ipiranga como um dos maiores do país. Um player nacional, com participações em negócios estrangeiros e com grande volume de capital em ativos, que seria capaz de manter seu status quo na nova conjuntura trazida pelo processo de globalização.

---

<sup>578</sup> Controlada pelo grupo segurador francês, UAP- L' Union des Assurances de Paris. No Brasil, a empresa tinha participação do grupo Monteiro Aranha.

<sup>579</sup> *Jornal do Comércio*, 02/03/1990. p. 27.

<sup>580</sup> MOMESSO PELAI, Fernando & F.J. DA SILVEIRA, José Maria. *Análise do processo de reorganização societária de grupos que atuam na indústria petroquímica brasileira*. ANPEC, Encontro 2008. p.3.

<sup>581</sup> Disponível em: <<http://www.gulfdobrasil.com.br/conheca/gulf-no-brasil-deixou-saudades/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

### 3.3.1 Plano Collor como agenda

Em entrevista ao Jornal O Globo, em março de 1990, João Pedro Gouvêa Vieira, presidente dos conselhos de administração da Sul América Seguros, do Banco Francês e Brasileiro e do grupo Ipiranga, discorreu suas impressões sobre o Plano Collor. Em sua fala, deixou evidente que o novo plano econômico evitou convulsão social, o que, inexoravelmente significa apoio ao então mandatário da República, Fernando Collor.

O empresário disse ter sido surpreendido com a redução compulsória da dívida pública a um patamar de 80%. Mas afirmara a necessidade de redução, pois uma boa parcela de banqueiros nacionais e estrangeiros já sabiam da incapacidade de o Estado cumprir com seu pagamento no curto prazo. Segundo Gouvêa Vieira, os altos juros pagos pelo governo estavam asfixiando a economia, puxando os preços para o alto. Ainda sobre o Plano Brasil Novo, em suas palavras:

[...] se a rolagem da dívida a custos tão altos não fosse estancada, o Brasil iria, a passos largos, para uma convulsão social e para o caos, inclusive com invasão de residências e supermercados. Aqueles que estão contra o bloqueio de 80% das suas aplicações, mas a totalidade delas, com o risco muito grande de ficar sem outros bens [...] não tinha outra alternativa para **salvar** o país da iminência de uma **desordem absoluta**.<sup>582</sup> (grifos meus)

Segundo Francisco Oliveira, o programa do governo resultava de um estranho casamento do messianismo do presidente e a impotência da teoria econômica, tornada viável pela dialética perversa da *perda da credibilidade* e da *recuperação imediata da credibilidade*. Essa era a característica “messiânica” da teoria econômica neoclássica e monetarista na América Latina<sup>583</sup>. Em outras palavras, procurava-se desqualificar as administrações anteriores, no sentido de expressar que o Estado se endividou por má gestão, daí o descrédito, e que a solução deveria ser radical, em consonância com mainstream econômico internacional.

O ajuste fiscal promovido pelo plano econômico fazia parte do receituário do Consenso de Washington. FMI e BIRD promoveram sua execução. A agenda neoliberal conjugava desregulação de capitais e abertura econômica com recessão, essa era nova ordem. Isso explica a analogia que Gouvêa Vieira faz entre combate à inflação com o desembarque

<sup>582</sup> *Jornal O Globo*, 25/03/1990. p. 33.

<sup>583</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992. p. 57.

na Normandia durante a 2ª Guerra mundial. O empresário dissera que os Aliados não mediram sacrifícios:

Morreram milhares de pessoas e cidades inteiras foram destruídas – e ganharam a guerra. Os planos Cruzado, Bresser e Verão foram droles de guerra contra a inflação. O Plano Collor é arriscado e doloroso, mas irá derrotar o inimigo número um do nosso país, evidentemente se Deus ajudar.<sup>584</sup>

O risco a que se refere é a recessão, que significa cortes em custos da produção, sendo o salário o principal alvo, e destruição de capitais menos potentes. Em outubro de 1990, Gouvêa Vieira versava sobre a necessidade de um entendimento nacional, no qual os trabalhadores aceitassem ficar sem reajustes salariais, na mesma oportunidade, disse que os empresários aceitariam reduzir suas taxas de lucro, ou mesmo ter prejuízo, para não perderem suas empresas para inflação.<sup>585</sup>

O pano de fundo da retórica da aceitação de perdas por parte do empresariado é o modo que as grandes empresas lidaram com o bloqueio da liquidez promovido pelo plano econômico. Esses grupos empresariais procuraram expandir seu endividamento de curto prazo, com tais recursos ampliavam seu financiamento a clientes e fornecedores, fato este que sustentava a demanda na sua cadeia produtiva e reduzia os efeitos de contração do bloqueio dos haveres financeiros. O expediente utilizado foi facilitado porque as grandes empresas tinham realizado ajustamentos nos anos anteriores, o que as deixava em boa situação patrimonial, destarte podiam aumentar em muito seu endividamento com os bancos sem comprometimento do equilíbrio financeiro<sup>586</sup>. Em síntese, apenas empresas com grande volume de capital, como é o caso do grupo Ipiranga e de outros conglomerados estrangeiros em atuação no Brasil, que poderiam sobreviver à nova conjuntura econômica. Contudo, o quadro crônico de inflação foi o calcanhar de Aquiles do governo Collor. Para ser debelado, era necessário um pacto social, com a participação de trabalhadores e de empresários, inclusive daqueles que não suportariam a nova ordem concentradora de capitais.

O pacto social ocorreu em dezembro de 1990. Assinaram o pacto: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), quase sempre alinhada à FIRJAN, que tinha como sócio o grupo Ipiranga; Confederação Nacional do Comércio(CNC); Frente Ampla Agropecuária Brasileira; Central Geral dos Trabalhadores(CGT), Confederação Nacional do Transporte(CNT),

---

<sup>584</sup> *Jornal O Globo*, 25/03/1990. p. 33.

<sup>585</sup> *Jornal O Globo*, 29/10/1990. p.17.

<sup>586</sup> CARVALHO, Op. Cit., 1996. p.171.

Confederação Nacional das Instituições Financeiras(CNF), (Pensamento Nacional das Bases Empresariais(PNBE) e Força Sindical.

O acordo entre estas partes se materializou na formulação de dois documentos intitulados de ‘Brasil: O país que queremos’ e ‘Esforço nacional pela estabilização: caminho para o desenvolvimento, ambos foram assinados em Brasília, na data de 4 de dezembro de 1990<sup>587</sup>.

No primeiro documento, que se inicia expondo os princípios norteadores do pacto social, as partes envolvidas reconhecem que entidades sindicais, centrais sindicais e entidades empresariais são instrumentos legítimos de representação. Seu objetivo era permeado pelo desejo de promover uma democracia participativa, garantidora do livre exercício do direito dos cidadãos e que, simultaneamente, promovesse espaço de participação em todos os níveis, sem abusos ou coerções do Estado e do poder econômico<sup>588</sup>.

Esse objetivo tem como pano de fundo a insatisfação com o perfil altamente centralizador de decisões do presidente, o qual não se encaixava num cenário de abertura política iniciado, e ainda em processo, desde a década de 1980. A inflexibilidade do governo Collor e seu alto grau de gestão centralizada promoveram um embate com partidos políticos e com entidades de classe (grupos de empresários)<sup>589</sup>. Para Eli Diniz, esse seria o ponto nuclear da crise de Estado no Brasil, pois ocorre um hiato entre as esferas de poder e o mundo dos interesses<sup>590</sup>, essa lacuna se insere no déficit de *accountability*, ou seja, a falta de responsabilização dos governantes perante a sociedade.<sup>591</sup>

O documento também permeia o que de políticas imprescindíveis, nela estão inclusas a política de rendas, política de produção, política fiscal e tributária, política social e política de inserção na economia internacional. No que tange ao assunto estabilidade econômica, as instituições reconheceram que a mesma é condição essencial à implementação de um projeto de desenvolvimento que permitisse uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos. Ao

---

<sup>587</sup> Revista *Firjan-Cirj informa*. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990.

<sup>588</sup> *Idem*.

<sup>589</sup> BIANCHI, Álvaro Gabriel. *O ministério dos industriais: A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado. 2004. p. 238.

<sup>590</sup> DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.p. 55.

<sup>591</sup> DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Lideranças empresariais e problemas de estratégia liberal no Brasil*. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 1992. p. 23.

final, foram cobradas definições sobre os limites e a velocidade dos ajustes, com o fim de minimizar seus custos para a sociedade e para estrutura produtiva<sup>592</sup>.

O segundo documento, intitulado de ‘Esforço nacional pela estabilização: caminho para o desenvolvimento, em seus pressupostos lançava uma crítica implícita ao bloqueio da liquidez de haveres financeiros durante o Plano Collor I por meio do pedido de reconhecimento de que a queda brusca da inflação em curto espaço de tempo, baseada exclusivamente em rígida política monetária, trazia como consequência o grande risco, senão a certeza, da desestruturação econômica social.

Outro ponto dos pressupostos perpassava pela questão da dívida externa, o apelo era para que ela não prejudicasse os objetivos do entendimento nacional<sup>593</sup>. Chegou-se ao consenso, naquele dado momento, de que a sociedade brasileira permaneceu acomodada pelo crescimento por meio do endividamento externo durante muitos anos, isso escamoteava conflitos no seio social. Com a ruptura dos mecanismos de financiamento externo, os embates internos foram, pouco a pouco, se explicitando. O instrumento utilizado para mitigar os problemas internos foi o processo inflacionário, por meio do qual o sistema econômico alternou momentos de crescimento e de recessão. Entretanto, no início da década de 1990, o sistema econômico dava sinais de que não havia mais como acomodar conflitos por meio da inflação. Esse é um dos pontos-chave do entendimento, a busca de soluções para o desenvolvimento econômico de maneira a reduzir conflitos econômico-sociais.

Em sua sistemática, o documento pretendia estabelecer acordos entre trabalhadores, empresários e governo no âmbito do Fórum do Entendimento Nacional com metas de redução da inflação futura. Como condições necessárias para o alcance do proposto, as instituições entendiam que os poderes legislativo e executivo deveriam cooperar para que, em 1991, a administração federal atingisse o equilíbrio entre receita e despesa mediante modificações da política tributária, corte de despesas não prioritárias e racionalização da máquina administrativa, preservando a dignidade do servidor público. O conteúdo deste documento também discorria sobre a intenção de uma política monetária austera e adequada com juros suportáveis. Finalizava advertindo o poder executivo das três esferas (federal, estadual e municipal) para que não aumentassem seu endividamento com emissão de títulos<sup>594</sup>. O cerne do pacto social, segundo Vianna, opera sobre o seguinte ponto de vista:

---

<sup>592</sup> *Revista Firjan-Cirj Informa*. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990.

<sup>593</sup> *Idem*.

<sup>594</sup> *Revista Firjan-Cirj Informa*. Nº 49, semana de 07 a 13/12/1990

A recessão política expõe o empresariado a uma situação darwiniana de seleção natural, anulando a principal vantagem com que o governo contava entre as elites econômicas: sua identificação, no longo prazo, com objetivos da reforma liberal. A perspectiva da recessão como remédio heróico cristaliza a crise no curto prazo, induzindo o empresariado a ações estranhas e inéditas à sua história, como o caminho do pacto, à margem do governo, com o sindicalismo. Verifica-se então, uma política de veto da classe dos capitalistas ao governo mantenedor da ordem capitalista[...] <sup>595</sup>

A Força Sindical surge em apoio a entidades patronais frente a um momento econômico sensível, o fracasso do Plano Collor I, catalisando uma parcela significativa da massa de trabalhadores para sua esfera de influência, fato que serviria como barganha para pressionar o governo altamente centralizador de Fernando Collor. Assim o grande empresariado conseguiria atingir dois objetivos: o primeiro seria combater o discurso contra-hegemônico da CUT, e o segundo seria o estabelecimento do consenso com a aristocracia operária<sup>596</sup>, a Força Sindical, e, conseqüentemente, com os sindicatos que ela representava. É necessário frisar que o pacto social é assinado em dezembro de 1990 e a data oficial de criação da Força Sindical é 8 de março de 1991, ou seja a Força assina o pacto antes mesmo de sua oficialização, o que caracteriza a emergência dos empresários frente ao governo Collor. É importante ressaltar que a aparelhagem sindical dessa entidade era permeada pela conformação e modelação ao neoliberalismo<sup>597</sup>.

O Pacto Social foi permeado por muitas divergências, dentro e fora da classe empresarial, e também entre os sindicatos dos trabalhadores, CUT, CGT, e Força Sindical<sup>598</sup>. Diante dessa conjuntura, o empresariado do Rio de Janeiro, do qual o grupo Ipiranga fazia parte, agiu de forma a encurtar suas relações com o governo federal. O acordo sobre o estabelecimento de uma política salarial deu a tônica das discussões. Havia um embate entre governo, com o propósito da continuidade de uma política econômica recessiva, empresários, avessos a aumentos que reduzissem seus ganhos, mas dispostos a manter o poder de compra do salário-mínimo, e trabalhadores desejosos por salários que repusessem as perdas impostas pela inflação.

---

<sup>595</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Ed Revan, 1991.p.113.

<sup>596</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.p. 15.

<sup>597</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.p. 260.

<sup>598</sup> FILHO, Calino Pacheco. *O Plano Collor, os salários e o pacto social*. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.18, nº 3, 1990, p. 48.

Edgard Arp, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Econômicos da FIRJAN, em entrevista à imprensa, afirmou que o pacto social dentro do contexto, permeado por série de propostas encaminhadas ao governo, não era tão relevante, era dispensável, ainda que ocorresse um acordo entre trabalhadores e empresários, argumentando que a política monetária, taxa de juros, dentre outros mecanismos econômicos utilizados pela equipe econômica, não seriam mudados face às reivindicações. Para ele, o mais importante seria a solução a ser dada à política salarial<sup>599</sup>, denotando, assim, a face conservadora do empresariado fluminense.

O governo apresentou a proposta de prefixação de preços e salários como saída para o estabelecimento de uma política salarial que desse fôlego a economia, após os vieses e reveses do ano de 1990. A atitude provocou reações contrárias no meio empresarial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi contra, já a FIRJAN, saiu em apoio à medida<sup>600</sup>. O entendimento sobre as divergências entre a FIESP e a FIRJAN está além das medidas técnicas adotadas pela equipe econômica de Collor. Havia um ressentimento dos empresários paulistas em relação ao Presidente da República devido a seu ataque às altas taxas de lucro das empresas brasileiras<sup>601</sup>, fato este que gerou um desconforto dessa elite com Collor. Reforçado pela memória recente do bloqueio de ativos financeiros e congelamento de preços, o discurso representou um novo embate com elite paulistana, iniciado ainda em campanha presidencial. Num ambiente econômico marcado pela instabilidade, isso denotou o desprezo por uma perspectiva de consenso por parte do governo, desta maneira, criando resistências dos empresários de São Paulo a medidas econômicas que propusessem algum tipo de sacrifício à indústria.

A FIRJAN procurou manter uma relação de parceria com o governo federal, apoiando a política econômica do governo, e sugerindo ajustes para adequá-la às especificidades do processo produtivo. Mas o pano de fundo para um comportamento cordial residia no esvaziamento econômico pelo qual o Rio de Janeiro estava passando desde a década de 1980. A entidade almejava revitalizar a economia do estado por meio do capital estrangeiro, mas também vislumbrava a captação de investimentos federais.

Dentre os projetos do empresariado fluminense que deveriam ter incentivos do Palácio do Planalto, estava a construção de um Polo Petroquímico, que reaqueceria a economia,

---

<sup>599</sup> *Jornal do Comércio*. 06/12/1990. p. 3.

<sup>600</sup> *Jornal do Comércio*. 03/12/1990. p. 7.

<sup>601</sup> BIANCHI, Álvaro Gabriel. Op. Cit. 2004. p. 224.

trazendo mais investimentos e criaria um mercado interno, a partir da criação de empregos. O grupo Ipiranga era um dos maiores interessados na construção do polo. Junto ao governo do estado do Rio de Janeiro, participava da Petroquímica do Rio de Janeiro SA, empresa criada para fomentar a implementação do polo petroquímico. A concretização desse projeto era vista como central para a resolução de problemas econômicos do estado.

O apoio de Gouvêa Vieira ao governo Collor persistiria mesmo numa conjuntura que ele mesmo qualificava com agudez a pobreza e falta de perspectivas. Embora dissesse que Collor errou, ao mesmo tempo afirmava que o poder legislativo não compreendia a necessidade de certas medidas que eram colocadas pelo poder executivo<sup>602</sup>. Seu filho, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, diretor da área química e petroquímica do grupo, também reforçava o apoio a Collor, ao mesmo tempo em que rompia com a FIESP.

### 3.3.2 Organização do grupo Ipiranga

A abertura da economia, que teria como consequência a liberalização da entrada de produtos importados, foi um dos principais pontos da nova política econômica de Collor. Em consonância com o novo governo, Eduardo Eugênio defendeu a aglutinação e fusões no setor petroquímico para enfrentar a concorrência com os grandes conglomerados alemães e estadunidenses, os quais tinham faturamento de 20 bilhões de dólares por ano, enquanto a média no Brasil não passava de 100 milhões de dólares. O grupo Ipiranga destacava-se dos demais com um faturamento médio de 2 bilhões de dólares.

Do ponto de vista do diretor do grupo Ipiranga, o empresariado do setor petroquímico investia pouco em ciência e tecnologia, o que se desdobrava em uma baixa produtividade. Com a estratégia de realização de fusões, seria possível aumentar o faturamento, o que criaria condições para aumento de competitividade<sup>603</sup> das empresas locais. O apoio à concentração de capitais com fins de competição enseja o *modus operandi* do grupo Ipiranga, que se pautava na associação e parcerias com capital estrangeiro. A Braspol era um bom exemplo. A empresa seria constituída para a produção de plásticos e solventes industriais, sendo resultado de sua associação com a Shell, uma das maiores transnacionais do ramo de petróleo

---

<sup>602</sup> *Jornal O Globo*, 20/10/1991. p.50.

<sup>603</sup> *Jornal O Globo*, 08/07/1990. p.55.

do mundo. Para o de 1990, o plano de implantação previa o investimento de 250 milhões de dólares, dos quais 15 milhões eram de responsabilidade do grupo Ipiranga. Para o diretor do grupo Ipiranga, a nova política industrial foi um choque de modernidade no setor<sup>604</sup>.

Para Aloísio Teixeira, está “nova política industrial” simultânea a uma política de estabilização recessiva, de resultado a curto prazo, tem sua natureza equivocada. Pois, conceitualmente, política industrial é uma expressão utilizada para denominar um conjunto de instrumentos e medidas de política econômica, cujos efeitos só deverão ser sentidos a médio e longo prazos, e sempre em termos da estrutura produtiva do país<sup>605</sup>.

Do ponto de vista do grande capital, a estratégia neoliberal é satisfatória, pois destrói capitais menos potentes, diminuindo a concorrência intercapitalista, concentra o capital nas mãos de grandes conglomerados internacionais, assim estabelecendo um novo ciclo de acumulação. No caso brasileiro, o grupo Ipiranga pertencia a um fração do capital de grande envergadura. Dada sua articulação com congêneres em entidades representativas, conseguiu estabelecer uma agenda para o setor petroquímico em consonância com a globalização produtiva.

Como presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados (Abiquim), entre 1991-1993, a gestão de Eduardo Eugênio foi marcada por uma participação de seus associados por diretoria que permeava grupos distintos, a saber: Paulo Guilherme Aguiar Cunha, presidente da Oxiteno e do grupo Ultra, gigante do setor petroquímico nacional; Germand Theisen, liderança regional, presidente do Sindicato de Indústria Química do Rio grande do Sul; Paulo Setúbal Neto, do grupo Itaú; e Armando Guedes Coelho, responsável pela área química da Suzano.

Até aquele momento, a composição da mesa diretora sempre foi marcada predominância de empresários baianos e paulistas. Nesse sentido, houve a abertura para participação de um empresário do sul, onde Eugênio também tinha negócios, assim como a entrada de novos atores, que, embora fossem dos segmentos financeiro e de papel e celulose, passaram a realizar investimentos no setor petroquímico<sup>606</sup>.

As mudanças também passavam pelo modo em que se dava o processo decisório dentro da associação, a começar pela aproximação com o governo federal já na sua posse, em Brasília, que tradicionalmente era realizada na Fiesp. A instalação de um escritório dentro do

---

<sup>604</sup> *Jornal O Globo*, 08/07/1990. p.55.

<sup>605</sup> TEIXEIRA, Aloisio. *O ajuste do impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. pp. 131-133.

<sup>606</sup> *Jornal do Comércio*. 06/03/1991. p. 7.

Ministério da Economia<sup>607</sup> reforça a hipótese de ruptura com até então predominante influência paulista.

Eduardo Eugênio participava dos Conselhos de Economia da FIRJAN e da CNI, o que lhe proporcionava um diálogo ativo por dentro das tradicionais entidades de representação empresarial. No entanto, também fazia parte do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), que surge em 1987, mas se materializa como entidade em 1990, como uma superação da crise de representatividade do empresariado, em especial, o paulista, e com vistas à ação<sup>608</sup>. Segundo Sebastião Velasco e Cruz o PNBE significava:

[...] surgimento de propostas mobilizadoras endereçadas aos empresários, como pessoas físicas, com o duplo propósito de veicular junto à opinião pública e às autoridades pontos de vistas sub-representados nas estruturas organizativas institucionalizadas e de maximizar a influência de seus promotores no interior destas.<sup>609</sup>

A sua participação no PNBE condiz com o perfil empresarial do grupo Ipiranga e de seus principais partícipes. O grupo participava de negócios na indústria petroquímica, mas, concomitantemente, atuava em outros segmentos da economia. Era necessário ter voz e ação a partir de outros canais. Entre 1987-1999, Eduardo Eugênio foi presidente do conselho de administração do banco Sogeral<sup>610</sup>, que detinha 200 milhões de dólares em ativos e 1 bilhão de dólares em créditos com o Brasil. Seu pai, presidia o grupo Ipiranga e os conselhos de administração do banco Francês Brasileiro e da Sul América Seguros, controladora da Sulapar Participações Ltda, que detinha participação de 41% na holding Supergasbrás Indústria e Comércio SA<sup>611</sup>, entre os anos de 1995 e 1996, quando o conglomerado holandês SHV<sup>612</sup>

<sup>607</sup> *Jornal do Comércio*. 27/06/1991. p.5.

<sup>608</sup> BIANCHI, Álvaro. *Crise e representação empresarial: O surgimento do Pensamento nacional das Bases Empresariais*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 123-142, jun. 2001. p. 131.

<sup>609</sup> CRUZ, Sebastião Velasco. Os empresários e a reemergência da 'questão social'. In : *O presente como história. Economia e política no Brasil pós-64*. Campinas : IFCH/Unicamp. Coleção Trajetória, v. 3. 1997. p. 136.

<sup>610</sup> Subsidiário do banco francês Societé Générale, que estava entre os quinze maiores bancos do mundo em 1991. Fonte: *Jornal do Comércio*. 04/03/1991. p.13.

<sup>611</sup> Distribuidora de gás liquefeito de petróleo. Tinha participações na Scania, por meio de concessionárias, e controlava as marcas de água mineral, Caxambu, Lambari, Araxa e Cambuquira. Fonte: *Jornal do Comércio*. 25/04/1996. p.A-10.

<sup>612</sup> Em 2004, SHV Energy passou a ter o controle total da Supergasbrás. A SHV Energy foi criada em 1896, na Holanda, a partir da fusão de várias grandes empresas de comércio de carvão, algumas das quais estão em atividade desde o século XVIII. Após o declínio do carvão como fonte primária de energia, em meados do século XX, a SHV decidiu explorar outros segmentos. Disponível em: <<https://www.supergasbras.com.br/supergasbras/shv-energy/>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

comprou sua participação. Em outras palavras, para atender interesses diferentes e, muitas vezes, até conflitantes, foi necessária uma participação em múltiplas frentes de interlocução do empresariado com o governo. Essa estratégia deu consistência à voz do grupo, aumentando seu volume de ativos de forma significativa.

No ano de 1990, o grupo Ipiranga tinha participação em uma miríade de negócios com destaque evidente para atividades relacionadas ao petróleo e seus derivados. Destacavam-se a Ipiranga Química S.A., Refinaria de Petróleo Ipiranga, Distribuidora de Produtos Ipiranga e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, cujas projeções de negócios eram positivas, pois o programa de privatizações das subsidiárias da Petrobras aumentaria a participação privada no setor, por conseguinte, a taxa de lucro. O grupo Ipiranga, ao longo daquela década, iria concentrar seus investimentos no segmento petroquímico e na distribuição de combustíveis, e vendendo ativos, participações de outros segmentos.

Dentre os mais rentáveis que foram vendidos, estavam a Fertisul, Arafertil, Ipiranga Serrana Fertilizantes S.A. e a Leal Santos Pescados S.A. Esta foi adquirida em 1967, em meio aos incentivos ao setor pesqueiro, que durou até 1973. A empresa pesqueira era uma das maiores do país durante as décadas de 1970 e 1980, e foi vendida em 1994<sup>613</sup>. As três outras empresas pertenciam ao segmento de produção de fertilizantes, fundamentais à produção agrícola brasileira. No início de 1990, o segmento de fertilizantes passava por dificuldades, mas o grupo Ipiranga ainda tinha interesse, vislumbrando um cenário positivo, segundo o registro no seu próprio relatório contábil divulgado no *Jornal do Comércio*<sup>614</sup>.

Estimava-se uma perda de 200 milhões de dólares em função do aumento das importações, provocadas pela abertura comercial. O parque industrial desse segmento chegava a 2 bilhões de dólares, e estava ameaçado por empresas do EUA, maior produtor mundial, por meio de dumping<sup>615</sup>. Contudo, os preços da produção interna ainda eram menores.

A Arafertil era uma empresa estatal cuja participação acionária era dividida entre Petrofertil, Fertisul e Bunge & Born<sup>616</sup>, cada uma 33,3% das ações. Em 1994, a empresa foi privatizada, Fertisul e Bunge & Born passam a ser seus controladores. Em 1996, A Serrana

---

<sup>613</sup> RENNERT, Marco Antônio e MARTINS, César Augusto Avila. *Industrialização de pescado do município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX*. Revista Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, 2014. p. 54.

<sup>614</sup> *Jornal do Comércio*. 18/04/1990. p.10.

<sup>615</sup> *Jornal do Comércio*. 12/10/1990. p.16.

<sup>616</sup> Empresa fundada em 1818 na Holanda. Sediou-se na Argentina a partir de 1876. No Brasil, estava presente desde 1914. Disponível em: <[http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa\\_Historia.aspx](http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aspx)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

S.A.<sup>617</sup> adquire as ações do grupo Ipiranga, assim obtendo o controle acionário da Fertilul e da Arafertil. Na oportunidade, o BBA Credistanstalt, responsável pela transação, afirmou que o grupo Ipiranga queria dedicar-se a seus negócios principais<sup>618</sup>.

Seguindo a tendência de venda de ativos, a Química Geral do Nordeste (QGN) seria vendida a um player internacional. Em 1991, tinha 100% de seu controle nas mãos do grupo Ipiranga. Adquirida em 1975, a empresa era a única em território nacional que detinha tecnologia de fabricação de sais de bário<sup>619</sup>. No ano de 1995, Eduardo Eugênio, por meio da Empresa de participações do Nordeste S/A, adquire as ações da Ipiranga. Mas o controle acionário total da QGN passa para a norte-americana Church & Dwight<sup>620</sup> no ano de 2002.

A intenção de investir com mais intensidade em setores ligados à cadeia produtiva do petróleo aparece em 1991, quando foi criada a Braspol, que seria construída em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A empresa era resultado da associação entre Ipiranga Química, Shell e Polipoleno S/A, cujas participações eram de 30%, 25% e 45% respectivamente. Cerca de 50% do investimento foi financiado pelo BNDES. Estimava-se que, em funcionamento, a produção seria de 150 mil toneladas por ano de polipropileno<sup>621</sup>. Destinada a ser o braço fluminense do conglomerado Polibrasil, que tinha fábricas em Camaçari e São Paulo, sua constituição visava reduzir o preço final do produto com o aumento da escala de produção.

O grupo Ipiranga passou a ser controlador da Polisul, maior produtora de polietileno de alta densidade da América Latina, detendo 60% das ações, após sua privatização em 1992. O grupo alemão Hoechst passou a deter 40%. As ações compradas pertenciam a Petroquisa. As vencedoras do leilão foram representadas pelo BBA Creditanstalt e o BFC<sup>622</sup>, detentores de títulos de privatização. Numa coligação entre Polibrasil (a Ipiranga detinha 2% de participação do total) e Polisul, estimava-se, usando números de 1991, que 30% da produção

---

<sup>617</sup> Controlada pela Bunge & Born, foi constituída em 1938, a Serrana S/A explorava as jazidas de calcário na região de Cajati, Vale da Ribeira, São Paulo, assim iniciando as atividades de produção de fertilizantes. Disponível em: <[http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa\\_Historia.aspx](http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aspx)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

<sup>618</sup> *Jornal do Comércio*. 17/08/1996. p.B 9.

<sup>619</sup> Matéria-prima para fabricação de vidros especiais.

<sup>620</sup> Foi fundada em 1846 e é o maior produtor mundial de bicarbonato de sódio. A empresa é especialista em desenvolver aplicações industriais e de consumo final do bicarbonato de sódio. Disponível em: <[http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2003-01910/20030904\\_LAUDO\\_DE\\_AVALIACAO.PDF](http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2003-01910/20030904_LAUDO_DE_AVALIACAO.PDF)> Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>621</sup> Matéria-prima para fabricação de plásticos.

<sup>622</sup> *Jornal O Globo*, Economia, 12/09/1992. p.26.

seria destinada à exportação. Seus principais destinos eram a América Latina e Oriente Médio.

No segmento de distribuição de combustíveis, o grupo Ipiranga realizou a compra da Atlantic do Brasil por 265 milhões de dólares, tornando-se o maior do país, em 1993. Com a aquisição, a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI) tornou-se a 2ª em número de postos e a 3ª na parcela de mercado, com 18,5 % ante 36% da Petrobrás Distribuidora e 22,6% da Shell. A previsão de faturamento era de 3,3 bilhões de dólares por ano. Dentre as empresas privadas de distribuição de combustíveis, a CBPI era a única com controle local.

Para viabilizar a aquisição, o grupo comprometeu 77 milhões de dólares em recursos próprios, aumentou 108 milhões de dólares do capital da CBPI por meio de venda de ações no mercado de capitais, além de 80 milhões advindos da emissão de bônus no mercado externo, cuja operação foi coordenada pelo Bradesco<sup>623</sup>. Caso a emissão não fosse bem sucedida, o Morgan Guaranty Trust garantiria o financiamento que o grupo Ipiranga precisava<sup>624</sup>.

A transação foi possibilitada pela conjuntura de concentração de capital. No caso da Atlantic, o Brasil era o único país onde a empresa mantinha uma rede de distribuição de combustíveis. Sua matriz detinha direitos de exploração na Costa Oeste dos EUA e no Alaska, locais com disputa acirrada, desta forma preferiu concentrar seus investimentos dentro do país sede<sup>625</sup>.

No caso do grupo Ipiranga, controlado pela burguesia interna, havia a defesa da concentração de seus recursos no setor petroquímico e de distribuição de combustíveis. Embora fosse um player local de peso, o fato de adquirir uma subsidiária de empresa transnacional não denota, de forma satisfatória, que havia uma grande concentração de capital no Brasil capaz de disputar com players internacionais. Dito de outro modo, para adquirir a maior parcela do capital para a compra, o grupo Ipiranga, precisou ir ao mercado de capitais no Brasil, cujos investidores eram, e são, em sua maioria, estrangeiros na figura de bancos de investimento locais; e ao mercado externo com garantias de financiamento de um dos maiores bancos dos EUA, o Morgan. Em síntese, pelo menos, mais de 50% da operação foi garantida pelo grande capital internacional.

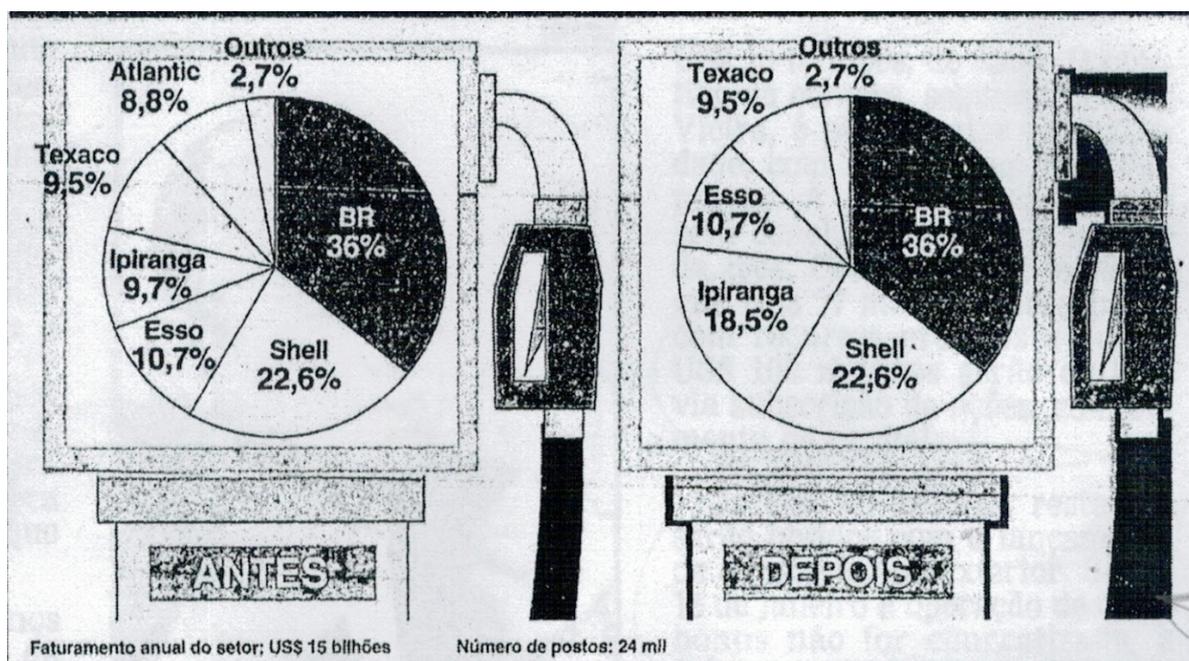
---

<sup>623</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1284. Ano 1993. p. 24.

<sup>624</sup> *Jornal O Globo*, Economia, 20/10/1993. p.27.

<sup>625</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1284. Ano 1993. p. 25.

Figura 2 – Participação do Grupo Ipiranga no mercado



Fonte: Jornal O Globo.

### 3.3.3 Inflação e presidência da Firjan

Havia a disposição dos governos da Nova República, iniciada em 1985, em debelar o processo inflacionário. Os planos econômicos adotados nos governos Sarney, Collor e Itamar detiveram-se à estabilidade econômica, sendo o último bem sucedido desse ponto de vista. Imersos numa conjuntura de globalização de mercados, as frações do capital representadas, nos governos da década de 1990, principalmente, não tinham como pressuposto um tipo de desenvolvimento econômico robusto, pautado num forte processo de industrialização. A ideia-chave das mudanças em escala global era estabelecer um ambiente seguro para investimentos transnacionais de bancos e empresas ligadas ao setor produtivo, detentores de grande concentração de capitais.

No âmbito interno, a crítica à inflação realizada por representantes do setor produtivo estava intrinsecamente ligada à dívida externa e à alta mobilidade de capitais em associação com a abertura financeira, cujos efeitos eram a instabilidade da moeda e sua inconvertibilidade no mercado<sup>626</sup>. Por razões óbvias, esse tipo de explicação não fazia parte da

<sup>626</sup> CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e inconvertibilidade monetária*. Texto para discussão. IE/UNICAMP,

fala do empresariado ou de seus especialistas. Do ponto de vista dos detentores do capital e meios de produção, a defesa de interesses perpassava pela adoção de um discurso que culpabilizava o consumo interno pela inflação. Era o caso de Eduardo Eugênio, enquanto presidente do Conselho de Economia da FIRJAN, que temia uma bolha de consumo em abril do ano de 1993, quando a inflação estava em torno de 25%, com risco de chegar a 30%. Em suas palavras, no *Jornal do Comércio*:

Meu maior temor é o nível de liquidez que está havendo no mercado atualmente. Este fato, em conjunto com uma inflação apontando para cima, me deixa assustado. [...] Está fugindo da poupança, e isso não é nada bom. [...] Crescimento com inflação é um contrassenso. É um absurdo.<sup>627</sup>

A argumentação de Eduardo Eugênio tem como pano de fundo a diminuição da circulação da moeda, assim diminuindo o consumo. Elevar o nível consumo numa economia aberta à competição estrangeira e com moeda inconvertível significava perder estoque de riqueza para o exterior. Dito de outro modo, setores locais com endividamento em dólar, e receita em moeda local, num cenário econômico instável, com a inflação deteriorando o valor da moeda local, tinham grande dificuldade de realizar investimentos e competir.

No caso do grupo Ipiranga e da própria FIRJAN, seus interesses se alinhavam com o Consenso de Washington, que visava o pagamento da dívida externa e estabilização das economias da periferia por meio da ordem neoliberal. O objetivo era atrair divisas para formar estoque de riqueza<sup>628</sup>. O Rio de Janeiro tinha em seu território um elevado número de empresas transnacionais e investimentos de bancos internacionais de envergadura com interesse nesse tipo ordenamento econômico, faziam pressão política por meio do FMI e Banco Mundial para sua execução. Em 1994, ocorria o consenso sobre estabilização com a implementação do Plano Real.

Do ponto de vista de Eduardo Eugênio, o plano econômico trazia a expectativa de retomada do crescimento com o controle do processo inflacionário. Seu posicionamento estava em consonância com o Citibank<sup>629</sup> e o Goldman Sachs<sup>630</sup>, que revelaram dados

---

nº120, abril 2006. p. 21.

<sup>627</sup> *Jornal do Comércio*. 28/04/1993. p.13.

<sup>628</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga & CARNEIRO, Ricardo. *O mito da conversibilidade*. Revista de Economia Política, vol.24, nº 2, 2004. p. 220.

<sup>629</sup> Era o maior investidor estrangeiro no país em 1990. Em 1993, comprou participação acionária na Oxiteno, empresa do segmento petroquímico.

relativos a investimentos na produção, 25 bilhões de dólares, e uma projeção de aumento para 250 bilhões anuais com a estabilização da economia<sup>631</sup>. Em contraposição a sua defesa da agenda neoliberal, o setor químico teve prejuízos de 169 milhões de dólares, entre os anos de 1990 a 1993, e um encolhimento de mercado no valor de 1 bilhão de dólares, segundo estudo da Abiquim<sup>632</sup>.

O estudo indicava que os resultados negativos teriam ocorrido em função da queda de preços, resultante da rápida abertura comercial acompanhada da redução abrupta das alíquotas de importação, sem a contrapartida da queda da inflação e da estabilização econômica. Somado a esses pontos, a recessão do setor, em escala global, em virtude da superprodução, teve efeito na redução dos preços no mercado interno. Além disso, os dados revelam uma forte descapitalização das empresas em função de seu elevado nível de endividamento<sup>633</sup>.

A contradição revelada pelos dados da Abiquim e o posicionamento de Eduardo Eugênio fazem parte do processo de desvalorização constante do capital. No sistema capitalista, o equilíbrio entre a quantidade de capital em circulação com a capacidade limitada para negociar esse capital por meio da produção e troca é a condição exigida para estabilização da taxa de lucro. Nesse sentido, a tendência à superacumulação deve ser contrabalanceada com processos que eliminem a circulação do capital excedente<sup>634</sup>. Em outras palavras, os prejuízos sofridos pela indústria química brasileira se enquadravam num processo de desvalorização do capital, que expropria pequenos capitalistas por parte dos grandes capitalistas. Abertura comercial e processos produtivos mais dinâmicos impactaram de sobremaneira a competição intercapitalista.

Havia uma nova agenda empresarial em voga no Brasil sendo orquestrada desde 1985, e operada a partir de 1990. A Nova República inseria-se num contexto de globalização, potencializado pela pressão de agências multilaterais (FMI e Bird), que recorriam à dívida externa como instrumento de barganha política. A matriz estadocêntrica<sup>635</sup>, resultado do pacto corporativo entre Estado e burguesia doméstica, foi gradativamente desconstruída no período

---

<sup>630</sup> Banco norte-americano fundado em 1869. Em 1995, instala uma filial no Brasil, especializada em consultoria de fusões e aquisições. Disponível em: <<https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/gs-no-brasil/index.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

<sup>631</sup> *Jornal do Comércio*. 23/06/1994. p.11.

<sup>632</sup> *Jornal do Comércio*. 13/07/1994. p.10.

<sup>633</sup> *Idem*.

<sup>634</sup> HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.p. 268.

<sup>635</sup> DINIZ, Eli & Boschi, Renato R. Op. Cit. 2007. p. 41.

que se inicia a política neoliberal. Fernando Collor, inicialmente, e FHC, à frente de uma ampla coalizão de centro-direita, a partir de 1995, tornaria prioritária uma agenda pública de desmonte da “Era Vargas” que desagregaria a coalizão desenvolvimentista<sup>636</sup>.

Arthur Donato, presidente da FIRJAN de 1980 até outubro de 1995, era dono do estaleiro Caneco. A indústria naval foi um dos setores mais beneficiados pelo desenvolvimentismo. Na década de 1970, o Brasil tinha a terceira maior indústria naval do mundo. Seu declínio inicia-se na década de 1980, por falta de encomendas, situação que perdura até a década de 1990<sup>637</sup>, quando a liberalização econômica e a desregulamentação do transporte marítimo de longo curso expuseram os armadores brasileiros à concorrência internacional. Como consequência, houve uma diminuição da frota nacional e, em contrapartida, o aumento dos afretamentos de embarcações estrangeiras, contraindo o setor da construção naval no Brasil<sup>638</sup>.

Em momento oposto ao da indústria naval, a indústria do petróleo passaria por ciclo virtuoso a partir de 1995. Esse tipo de atividade econômica seria o principal componente do PIB nos anos subsequentes. O grupo Ipiranga tinha negócios na distribuição de combustíveis, no refino de petróleo e na indústria petroquímica, e era o maior do ramo privado em faturamento. Tal conjuntura foi favorável ao encontro de uma nova identidade para FIRJAN por meio da figura de Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, que seria seu presidente a partir de outubro de 1995.

Segundo o jornal O Globo, havia uma onda socialdemocrata, que no discurso do empresariado fluminense mesclou preocupação com os problemas sociais e propostas do PSDB, desta maneira entendia-se que havia uma renovação do empresariado fluminense por meio de seu engajamento em programas sociais, que serviriam de trampolim para o crescimento da indústria<sup>639</sup>. Do nosso ponto vista, a transição de presidência e diretoria operada na FIRJAN vislumbrava articular interesses ligados à cadeia produtiva do petróleo e de bens de consumo.

---

<sup>636</sup> Idem.

<sup>637</sup> *Revista Petro & Química*, edição 235, março de 2002, p. 2.

<sup>638</sup> AMARAL, L. A.; GOMIDE, A. de A. e PIRES, R. R. C. (2014). “A revitalização da indústria naval no Brasil democrático”. In: GOMIDE, A. A. e PIRES, R. R. C. (eds). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas*. Brasília, Ipea.p. 10. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades\\_estatais\\_e\\_democracia\\_web.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf)>.

<sup>639</sup> *Jornal O Globo*, 08/01/1995, p. 46.

No que tange ao petróleo, a quebra do seu monopólio de exploração em 1997, realizada pelo governo FHC, atraiu um grande número de empresas transnacionais. O novo ciclo de consumo causado pelo Plano Real gerou um ambiente favorável aos investimentos, visto o controle da inflação. A abertura comercial e a liberalização de fluxos financeiros fizeram com que setores fossem desativados ou desnacionalizados<sup>640</sup>. A avassaladora agenda neoliberal tinha o apoio da FIRJAN e da ACRJ, que construíram um consenso em torno reestruturação da economia a partir dos ditames do BIRD e de uma boa parcela de seus partícipes, que eram empresas transnacionais ou representantes destas. É preciso destacar que membros da família Gouvêa Vieira também participavam de conselhos de administração de empresas transnacionais.

O PNBE apoiava Eduardo Eugênio. A entidade, da qual ele fazia parte, tinha um perfil de expor, à opinião pública, de modo a mobilizá-la, as demandas de um empresariado sub-representado em entidades patronais tradicionais. Segundo Claudio Fortes, coordenador da entidade, os empresários iriam voltar mais os interesses para o Rio de Janeiro<sup>641</sup>. O apoio ensejava uma nova estratégia política que a FIRJAN passou a adotar, que objetivava realizar críticas mais consistentes, as quais estivessem inseridas nos interesses gerais do país, e não apenas como um canal específico dos empresários que representava<sup>642</sup>. O fulcro era amalgamar interesses difusos, equacionando-os de modo a manter o status quo de frações do capital alinhadas com a agenda neoliberal, altamente concentradora de capitais, mas que pulverizava oportunidades para capitais menos potentes num ciclo de consumo de massa.

A mudança também passou pela diretoria da FIRJAN. Capital transnacional e poderosos grupos da burguesia interna estavam representados. Dentre os 46 novos diretores estavam o presidente da CSN, Sylvio Coutinho, o presidente da MBR, José Paulo Oliveira, o presidente do grupo Klabin, Armando Klabin, o presidente da IBM e o presidente da Companhia de Cimento Portland Paraíso, Paulo Mario Freire<sup>643</sup>.

Uma parcela dessas empresas tinham um importante papel no que foi planejado na V PLENINCO, realizada em 1990. Pelo menos três projetos tinham relação direta com suas atividades econômicas. CSN e MBR faziam parte da estratégia de implantação de um Polo Metal Mecânico no sul do estado. Em 1996, a CSN ampliou seu parque produtivo quando pôs

---

<sup>640</sup> DINIZ, Eli & Boschi, Renato R. Op. Cit. 2007. p. 49.

<sup>641</sup> *Jornal O Globo*, 08/01/1995, p. 46.

<sup>642</sup> *Jornal O Globo*, 21/10/1995, p. 28.

<sup>643</sup> *Jornal O Globo*, 10/08/1995, p. 34.

em funcionamento um polo metalúrgico naquela região<sup>644</sup>, que serviria de fornecedor de insumos à fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen<sup>645</sup> e a de automóveis da Peugeot<sup>646</sup>. Naquele mesmo ano, o consórcio MRS LOGÍSTICA, que tinha a participação da CSN e MBR, arrematou a malha sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. por meio de privatização. A ferrovia servia ao de transporte minério de ferro, cimento, produtos siderúrgicos, carvão, ferro gusa, calcário e areia<sup>647</sup>, produtos ligados à produção siderúrgica e metalúrgica, basilares à indústria de veículos.

O projeto de ampliação do porto de Sepetiba fazia face ao controle da malha ferroviária federal do sudeste pela iniciativa privada. Em 1998, por meio do Programa Brasil em Ação, o governo federal construiu o TECON 1, terminal de contêiner arrendado a Sepetiba Tecon S.A, pertencente a CSN<sup>648</sup>. Segundo estudos divulgados na V PLENINCO, esse porto teria condições de ser um dos mais importantes da América do Sul.

A construção do Teleporto e de um polo petroquímico também estavam representados de forma indireta no núcleo da nova diretoria da FIRJAN. A norte-americana IBM poderia ampliar seu mercado vendendo soluções em tecnologia da informação em virtude do aumento do volume de comunicação via rede a ser dado pelo Teleporto. A IBM visualizava a possibilidade de agir como polo de processamento de dados e transmissão em alta velocidade para toda América do Sul<sup>649</sup>. A francesa Cimento Portland Paraíso, tinha um papel chave na indústria do petróleo, uma vez que era a única do país a fornecer cimento para poços petrolíferos<sup>650</sup>. Nota-se que os projetos tinham a representação de interesses locais e transnacionais, que sob a presidência de Eduardo Eugênio se concretizariam.

---

<sup>644</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1305. Ano 1996. p. 10.

<sup>645</sup> Localizada na cidade de Resende, a fábrica foi fruto do investimento de 300 milhões de dólares. Sua inauguração teve a presença do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, além de Francisco Dornelles, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/02/dinheiro/23.html>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

<sup>646</sup> A fábrica entrou em operação em 2001, na cidade de Porto Real.

<sup>647</sup> Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/Privatiz/sudeste.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

<sup>648</sup> *Cooperação Técnica para Apoio à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Brasileiro e na Implantação dos Projetos de Inteligência Logística Portuária*. Secretaria de Portos da Presidência de República e Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. p. 54.

<sup>649</sup> DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 58.

<sup>650</sup> SANTOS, Leandro Bruno. *A indústria do cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização*. Revista Sociedade e Natureza, nº 23, Uberlândia, p. 82. Disponível em: <[http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_3\\_B\\_5-Cimentos\\_Especiais](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_3_B_5-Cimentos_Especiais)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

A presença de Marco Maciel, Vice-Presidente da República, além de Ministros de Estado, na posse de Eduardo Eugênio, expressava um sinal de aproximação de interesses. Os agentes econômicos locais estavam em franca articulação com interesses do grande capital. Isso facilitou a implementação da agenda neoliberal no estado com apoio irrestrito do governo federal. Para FHC, o Rio de Janeiro deveria ser o “o farol do Brasil”.

### **3.4 Conselho Coordenador de Ações Federais no Rio de Janeiro: a aglutinação de interesses numa agenda neoliberal**

O ano de 1995 seria o marco temporal de alterações substantivas no estado do Rio de Janeiro no que tange à adoção de medidas econômicas de cunho neoliberal. Após as eleições de 1994, o governo do estado e o executivo federal ficaram sob administração do PSDB, cuja agenda era arraigada por interesses do grande capital. FIRJAN e ACRJ, no início de 1990, na administração Collor, difundiram um consenso em relação à globalização da economia junto ao BIRD, o que se manteve nos governos Itamar Franco e de FHC.

Embora tivesse uma produção industrial complementar a de São Paulo, os indicadores econômicos, ao longo da década de 1980 e início de 1990, demonstravam um certo vigor expresso pela indústria extrativa do petróleo. O estado não dispunha de encadeamentos produtivos, mas de distritos industriais, que serviriam de referência estrutural à nova dinâmica do capital transnacional a ser operada em seu território.

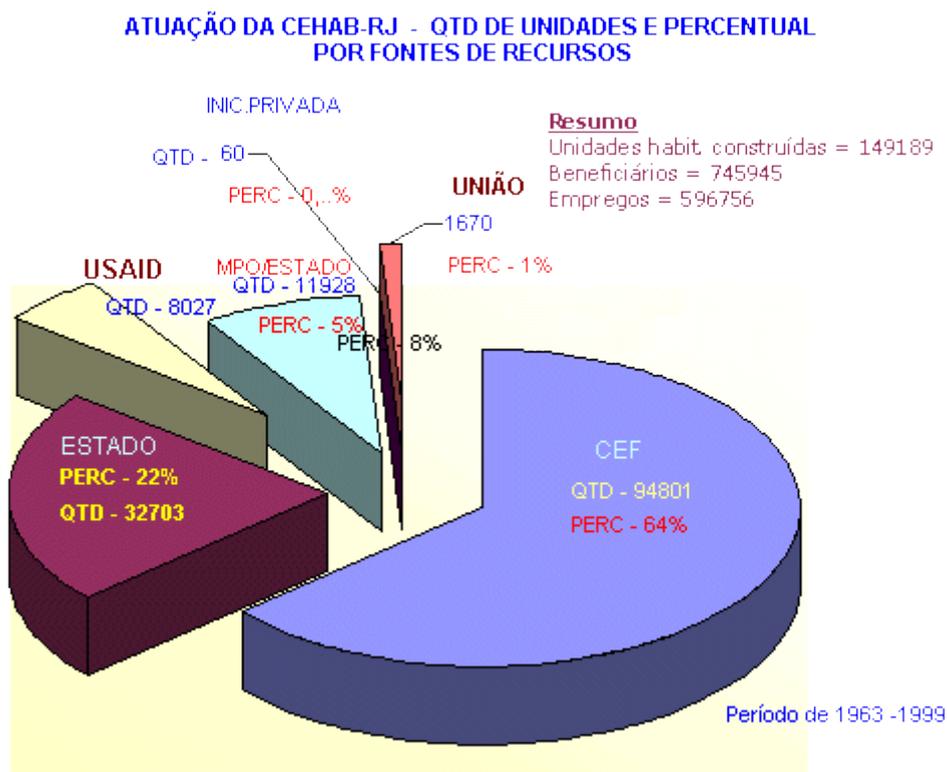
Os distritos industriais começaram a ser constituídos após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro como forma de atrair investimentos industriais. O governo, por meio da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB)<sup>651</sup> e da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN), estabeleceu condições especiais (baixo preço dos terrenos estruturados e carência para pagamento de impostos estaduais) de compra dessas áreas, que seriam dotadas previamente de infraestrutura urbanística e de saneamento com o compromisso de sua utilização no período máximo de 24 meses, a contar

---

<sup>651</sup> Nota-se a partir do gráfico de fontes de financiamento da Cehab que seus recursos tem múltiplas origens. É importante destacar que existem recursos da United States Agency for International Development (USAID) e do governo federal, principalmente por meio da Caixa Econômica Federal. A partir desses dados, podemos inferir que o projeto de distritos industriais tiveram participação indireta do governo federal e do governo dos EUA.

da data da compra<sup>652</sup>. Ao todo, eram 12 distritos industriais, que se localizavam próximos a grandes rodovias, como nos casos do Médio Paraíba (Resende, Volta Redonda e Porto Real) e daqueles na cidade do Rio de Janeiro, mas que também buscavam interagir potencialidades locais com interesses industriais, a saber, o petróleo em Macaé e a cana-de-açúcar na cidade de Campos. Nas regiões serrana e do médio Paraíba os distritos mesclavam atividades têxteis, metalúrgicas e de produção de alimentos<sup>653</sup>.

Gráfico 9 – Fontes de financiamento da CEHAB

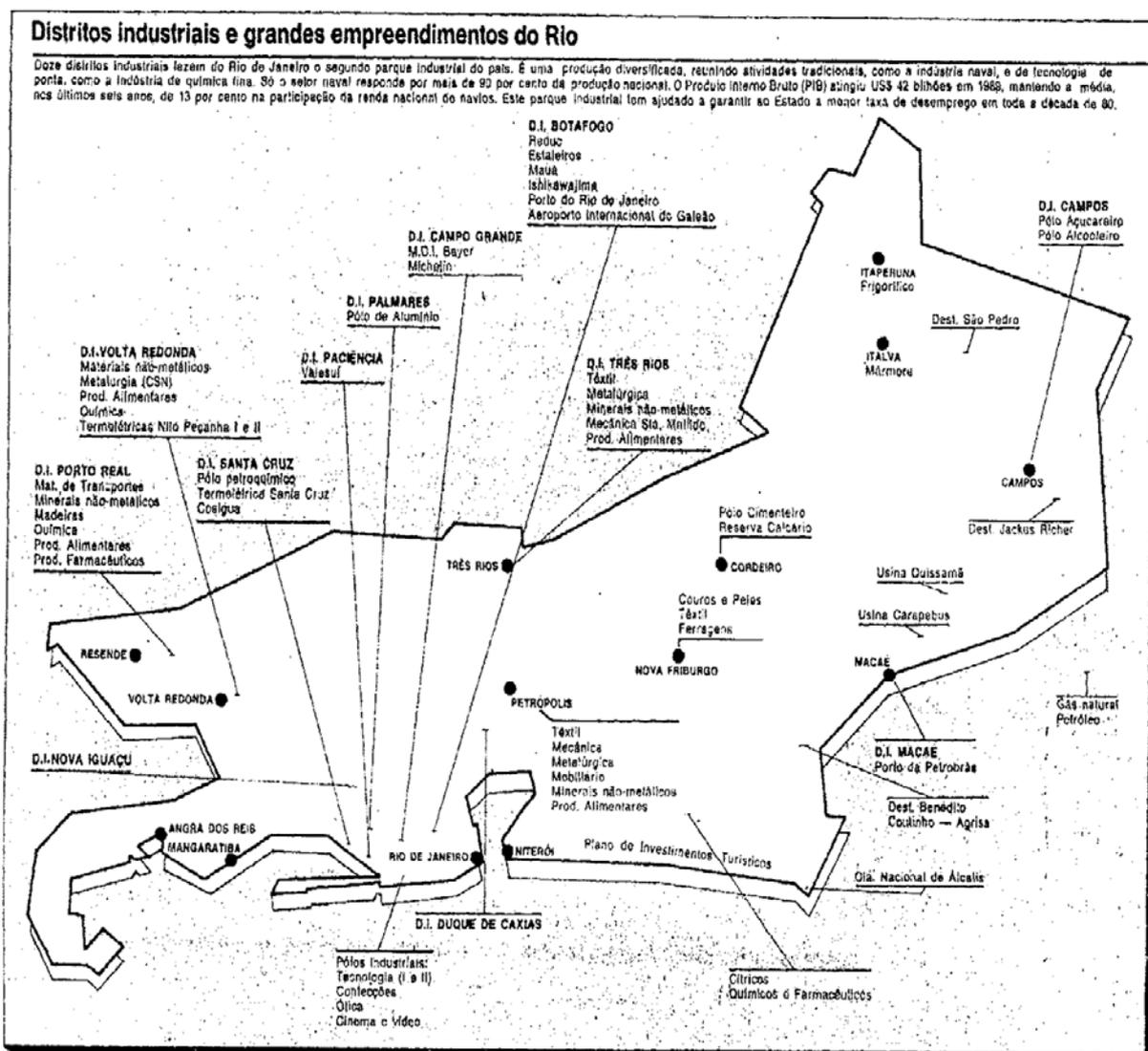


Fonte: Disponível em: <<http://www.cehab.rj.gov.br/estats/recursos.asp>>.

<sup>652</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1256, 1990. pp. 18-19.

<sup>653</sup> *Jornal O Globo*, 22/07/1990. p. 28.

Figura 3 – Distritos Industriais do Rio de Janeiro



Fonte: Jornal O Globo.

Gráfico 10 – Participação do Rio de Janeiro no PIB



Fonte: Jornal O Globo.

Recursos naturais, como o petróleo e o gás natural da bacia de Campos, a presença de um grande número de empresas estatais amalgamariam interesses de agentes econômicos da região, que também eram players nacionais, aprofundando a aliança direta e indireta com o capital transnacional de maneira a ser referência de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

Na primeira metade da década de 1990, o Rio de Janeiro se mantém como 2ª maior economia do país<sup>654</sup>. De forma a manter a coerência estrutura da região e de se defender do movimento de desconcentração industrial em âmbito nacional, iniciado ainda na década de 1970, o empresariado fluminense, na sua V Plenária da Indústria e Comércio, realizada em janeiro de 1990, consolidou projetos de desenvolvimento regional, dentre eles estavam: a ampliação do Porto de Sepetiba, a construção de um Polo Petroquímico, a transformação do Rio de Janeiro em um Centro Financeiro Internacional e formação de complexo sideroquímico em articulação com um parque automobilístico. O Conselho Coordenador de Ações Federais, criado em abril de 1995 por FHC, promoveria recursos para execução desses projetos.

O Conselho tinha status de ministério e tinha como objetivo a implementação de programas de modernização e infraestrutura no estado do Rio de Janeiro. Segundo o Mandatário da República, FHC, na cerimônia de posse dos integrantes:

Não estamos fazendo um programa para o Rio de Janeiro, mas um programa no Rio de Janeiro. Trata-se de um programa de entidades governamentais e iniciativa privada, em favor do desenvolvimento da economia nacional, assinalando um novo padrão de relacionamento entre público e privado que, tenciono, venha a se estabelecer como novo parâmetro de referência para outros programas de modernização da infraestrutura.<sup>655</sup>

Integravam o Conselho os ministros, José Serra (Planejamento), Clóvis Carvalho (Chefe do Gabinete Civil), Sérgio Motta (Comunicações), Raimundo Brito (Minas e Energia), Dorothea Werneck (Indústria e Comércio), Odacir Klein (Transportes), Pedro Malan (Fazenda), Nelson Jobim (Justiça), além de Raphael de Almeida Magalhães, cujo papel foi de Secretário Executivo do Conselho, Eliezer Batista e Mario Henrique Simonsen.

Eliezer Batista foi Secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor, no qual defendeu uma estratégia de desenvolvimento por regionalização; a inserção na competição a

---

<sup>654</sup> SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012. p. 78.

<sup>655</sup> *Jornal O Globo*, 12/04/1995, p. 14.

partir de vocações, especialmente às ligadas a riquezas minerais; e o investimento em energia, prioritariamente em gás. Tais ideias tinham ressonância no processo de globalização econômica mundial. Presidiu a MBR e a estatal Vale do Rio Doce<sup>656</sup>, ambas ligadas ao ramo de mineração. Maria Henrique Simonsen havia participado do conselho de administração das empresas transnacionais Mercedes Benz, Souza Cruz e banco Bozzanno Simonsen (correia de transmissão do capital transnacional). Em 1995, Simonsen desligou-se do Citicorp, maior credor estrangeiro no Brasil em 1990, para dar aula na EPGE/FGV<sup>657</sup>. Os perfis de Eliezer e Simonsen se encaixavam no modelo neoliberal, cujo crescimento se dá a partir de taxas de risco<sup>658</sup>. Dito de outro modo, o Estado deveria ser o instrumento a mitigar riscos aos investimentos, fornecendo infraestrutura, promovendo isenções ou reduzindo impostos, além de promover um ambiente favorável aos negócios.

O conteúdo do discurso de FHC na posse dos integrantes do Conselho é bastante emblemático, do ponto vista político e econômico. Sinalizando como imperativos a crítica a participação do Estado na economia e em empreendimentos privados e a necessidade de atração de capitais estrangeiros, criticou grupos que chamou de corporativistas cujos interesses setoriais se sobrepujam aos reclamos e anseios da sociedade além de se apregoarem falsamente de cunho nacionalista. Ainda segundo o Presidente:

[...] Delineia-se, neste momento, um **novo sistema econômico mundial**, que, ao contrário do que julgam os críticos precipitados, não significa um mero retrocesso a práticas anti sociais. Trata-se de uma revolução que libera os grandes fundos de capital do controle de agentes privados e até dos governos, cujos Bancos Centrais não conseguem orientar nem dimensionar o fluxo que se desencadeia em transferências internacionais. Esse inédito movimento de capitais prenuncia uma reordenação entre as nações, que as incita a lograr uma participação condizente com suas potencialidades.<sup>659</sup> (**grifos meus**).

O “novo sistema econômico mundial”, defendido por FHC, implicava a internacionalização da economia sem entrar em contradição com os interesses nacionais, sendo esta a condição para o aumento da renda, uma vez que haveria o avanço na produtividade via investimento. Segundo o Presidente da República, o Rio de Janeiro seria o

<sup>656</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1273. Ano 1992. p. 14.

<sup>657</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/simonsen-mario-henrique>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>658</sup> NATAL, Jorge. *Do desenvolvimento ao neoliberalismo: a saga brasileira no século XX*. Rio de Janeiro: Publicatti, 2006. p. 274.

<sup>659</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. pp. 320-321.

núcleo de um programa de larga escala de aumento de produtividade, que seria desenvolvido a partir de uma coerente política industrial<sup>660</sup>. O programa de desenvolvimento econômico fluminense deveria servir de modelo a todo país. O governo deveria definir a estratégia e dar apoio com suas empresas estatais, enquanto a iniciativa privada participaria ativamente do financiamento e gerenciamento<sup>661</sup>.

A retórica defendida pelo governo primava pela ideia do predominante financiamento privado com apoio estatal. De modo a aumentar a produtividade, o Estado ofertaria concessões nos segmentos de transporte, energia e comunicações à iniciativa privada. No Rio de Janeiro, o Conselho serviria como estrutura-especial para os projetos de ampliação do Porto de Sepetiba, Teleporto e de extração de gás natural em Campos<sup>662</sup>.

Os projetos atendiam ao pleito do empresariado fluminense, que discutia, desde a segunda metade da década de 1980, formas de fixar a produção e oferta de serviços no território por meio da indústria do petróleo e da expertise em telecomunicação, ambos ligados às empresas estatais com sede no estado, a saber, Petrobras e Embratel, além da Telerj, subsidiária do sistema Telebrás. A Companhia Docas do Rio de Janeiro e a Rede Ferroviária Federal serviriam ao projeto de ampliação do porto de Sepetiba integrado a malha ferroviária sudeste, que possuía sua estrutura interligada à região sul do estado, onde se localizava a CSN. O encadeamento da ferrovia com uma indústria siderúrgica estimulava a implantação de um polo Sideroquímico, que se transformaria em Polo Metal Mecânico na segunda metade da década de 1990 nos municípios de Resende e Porto Real. Daí o pedido de apoio de FHC aos prefeitos<sup>663</sup>. O objetivo era a oferta de isenção de impostos.

O “novo sistema econômico mundial” dito por FHC, no qual o financiamento privado prevaleceria, significava, na verdade, uma nova fase do sistema capitalista em que se superava o fordismo em favorecimento de acumulação flexível manifestada na centralização financeira e na desintegração vertical<sup>664</sup>. Nesse sentido, os grandes fundos de capital, ora citados pelo

---

<sup>660</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. p. 322.

<sup>661</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro p.323.

<sup>662</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. p.325.

<sup>663</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. p.326.

<sup>664</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 2011. p. 257.

Presidente da República, não serviriam a uma reordenação entre as nações, pelo menos, não num sentido positivo, pois tratava-se de um movimento contraditório de expansão via concentração de capitais. Dito de outro modo, o capital entesourado aumenta o poder de barganha de seus detentores, neste caso, empresas e bancos transnacionais. Na medida em que liberam recursos, impõe condições para uma extração de mais valor que mantenha suas taxas lucro compatíveis com outras concebidas em escala global. A desterritorização do capital aumentou a competição entre Estados que, em função de seus pactos internos, são mais ou menos rentáveis uns em relação a outros. A abertura econômica é o corolário deste novo padrão de acumulação, que serve de vantagem ao capital monopolista transnacional, mantendo sua hegemonia e servindo de veículo primário de espoliação<sup>665</sup>.

Nesse contexto, elites dirigentes locais (em oposição às políticas da nação-Estado) constroem estratégias que tangenciam o controle de mão de obra, fornecimento de infraestrutura, política fiscal e regulamentação estatal a fim de atrair o desenvolvimento para um espaço particular<sup>666</sup>. Desse ponto de vista, o estado do Rio de Janeiro foi paradigmático. Governos estadual e federal em articulação com agentes econômicos locais criaram condições para atração de investimentos, que nas palavras de Eduardo Eugênio, presidente da FIRJAN, significava “um grande mutirão de desenvolvimento”<sup>667</sup>. Sobre aquele momento, segundo FHC: “O governo federal acredita e aposta na recuperação econômica do Rio de Janeiro. (...) por sua capacidade de servir de *farol* para o resto do Brasil e de mostrar, fora do país, nossa pujança”<sup>668</sup>.

A nova dinâmica econômica do estado conseguiu atrair investimentos para a região. Kaiser, Brahma e Antarctica ampliaram o seu parque instalado. A Brahma construiu, numa área de 2 milhões de metros quadrados, uma fábrica de refrigerantes ao lado de sua fábrica de cervejas no bairro de Campo Grande, que somadas tinham a perspectiva de colocar no mercado 500 milhões de litros de refrigerante e cerveja por ano. Em parceria com a norte-americana Budweiser, a cerveja mais vendida no mundo à época, a Antarctica visava aumentar sua produção com investimentos de 91,5 milhões de dólares em sua fábrica de Jacarepaguá. Enquanto a Kaiser expandia sua produção de 32 para 42 milhões de litros mensais de cerveja com investimento de 19 milhões de dólares, no município de Queimados.

<sup>665</sup> HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 p. 147.

<sup>666</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 2011. p. 266.

<sup>667</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1305. Ano 1996. p. 11.

<sup>668</sup> Idem. p. 13.

A concentração da produção de bebidas no estado era justificada pela localização do estado do Rio de Janeiro, que, segundo o vice-presidente da Kaiser, “era um ponto estratégico para distribuição a todo Brasil”<sup>669</sup>.

No grupo de investimentos especificamente transnacionais, os ingleses Glaxo Wellcome e Souza Cruz construíram fábricas, com investimentos de 112 e 200 milhões de dólares, respectivamente. A primeira era o 2º maior laboratório de farmacêutica do mundo, enquanto o segundo era uma empresa de destaque no ramo de tabaco, cujo controle acionário pertence à British American Tobacco, que já possuía instalações no Rio de Janeiro, e tinha como acionista o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Ronaldo Cezar Coelho<sup>670</sup>. Coelho também era um dos donos do Banco Multiplic em associação com o inglês Lloyds Bank<sup>671</sup>. A norte-americana Coca-Cola investiu 100 milhões de dólares numa fábrica para produzir 750 milhões de latas e 200 milhões de garrafas por ano, no município de Queimados<sup>672</sup>.

Humberto Mota, presidente da ACRJ e da Câmara de Comércio Brasil-Canadá foi um dos principais articuladores da entrada de capital canadense no estado do Rio de Janeiro. Mota trabalhou no grupo transnacional canadense Brascan, como assessor da presidência e nas áreas de mineração, imobiliária e financeira, além de ser membro do conselho da empresa no Canadá ainda na década de 1980<sup>673</sup>. Sua vida pregressa pode explicar o interesse da Brascan no estado e a aproximação com o governo canadense.

Em 1995, Humberto Mota e Marcelo Alencar receberam o Premier Canadense Jean Chrétion no Rio de Janeiro. Em sua visita, Chrétion assinou 39 acordos comerciais entre empresas canadenses e brasileiras no valor de 465 milhões de dólares. A Brascan, dona dos Shoppings Rio Sul e Madureira, investiu 60 milhões de dólares, sendo 15 milhões para a construção do Bay Market, no centro da cidade de Niterói. A Petrobras obteve uma linha de

---

<sup>669</sup> Idem. p. 10.

<sup>670</sup> MONTEIRO, Maria Carmina; SOUSA, Luis Otávio de & SILVA, Fabrício Pereira da. Ronaldo Cezar Coelho (verbetes). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

<sup>671</sup> Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455304/complemento\\_1.htm?sequence=2](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455304/complemento_1.htm?sequence=2)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

<sup>672</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1305. Ano 1996. p. 12.

<sup>673</sup> Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-eustaquio-cesar-mota>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

crédito de 15 milhões de dólares do banco canadense Export Development Corporation para compra de equipamentos<sup>674</sup>. O Canadá era o terceiro maior investidor no Brasil em 1995<sup>675</sup>.

Na disputa por investimentos, a Baixada Fluminense, segundo dados da FIRJAN, recebera 600 milhões de dólares em investimentos privados, em 1995. Serviam como atrativos preço relativamente baixo dos terrenos e a confluência na região de vias de transporte para outros grandes mercados. Acrescentado a esses fatores, Eduardo Eugênio Gouveia, presidente da entidade empresarial, afirmara que os incentivos fiscais iguais aos dos estados vizinhos, tornou o Rio de Janeiro competitivo<sup>676</sup>.

O avanço de empresas em direção à Baixada Fluminense era um reflexo de um movimento de desconcentração da produção em âmbito nacional, iniciado na década de 1970, mas que tinha características próprias na década de 1990. A forte recessão entre 1989 e 1993 reverberou em deterioração fiscal e financeira do Estado, com isso, investimentos públicos estaduais e municipais caíram, fazendo crescer a guerra fiscal<sup>677</sup>. Na visão da FIRJAN, isso implicava a interiorização da produção. A cidade do Rio de Janeiro seria um centro de oferta de serviços e negócios.

Nesse sentido, a capital e a baixada foram contempladas por projetos que visavam a infraestrutura local (saneamento e rodovias, principalmente, dentre outros). Tratava-se de um novo tipo de dependência econômica, cujo objetivo era mobilizar capitais, via empréstimo junto a agências multilaterais, como BIRD e BID, com vistas a atração de capital produtivo que, em geral, era de cunho transnacional. A capital e o ABC Fluminense, como chegou a ser chamada a Baixada Fluminense, a partir da segunda metade da década de 1990, foram objetos de disputa mais acirrada no campo político entre PSDB e PFL em função das mudanças a serem operadas pelo capital no território.

Nesse embate, Cesar Maia e Marcelo Alencar, prefeito da capital e governador do estado, ambos com vida política pregressa no PDT, além de lideranças partidárias no estado, se entendiam como progressistas e, segundo o *Jornal O Globo*, eram as esquerdas do Rio. Alencar se auto incluía numa esquerda moderna, na qual o Estado organiza a nação, enquanto César Maia dizia defender um Estado com social-liberalismo, social-democracia. Em suas

---

<sup>674</sup> *Jornal O Globo*, 29/01/1995. p. 55.

<sup>675</sup> *Jornal O Globo*, 29/11/1995. p. 30.

<sup>676</sup> *Jornal O Globo*, 26/01/1998. p. 29.

<sup>677</sup> CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 121-122.

palavras: “Num país de terceiro mundo, o Estado tem que cumprir tarefas adicionais, de dimensão social e pública. Principalmente quando não há capacitação privada”<sup>678</sup>.

Diferente de Leonel Brizola, fundador do PDT e figura política de expressão no estado do Rio de Janeiro, de discurso anti-imperialista, as falas de Alencar e Maia denotam o significado de uma esquerda sem críticas ao capital transnacional e às instituições que pudessem abalar o status quo. A bandeira do social liberalismo vinha a reboque no sentido de esvaziar a dicotomia entre esquerda e direita<sup>679</sup>. A defesa dessa terceira via permeava o discurso do governo federal, que classificava como ideológica a oposição aos anseios da sociedade<sup>680</sup>, enredando uma imagem de que não havia ideologia em suas próprias ideias. A agenda cujo pano de fundo era a concentração de renda legitima-se numa roupagem de “esquerda”. Os programas de amenização da pobreza e inclusão social, apoiados e patrocinados pelo BIRD e BID (alinhado com estratégias do grande capital) seriam os instrumentos necessários para estabelecimento do consenso <sup>681</sup>.

Dito de outro modo, esvaziava-se o discurso de luta de classes de Brizola, muito presente no estado, para outro que dizia combater a desigualdade, mas que, contraditoriamente, operava sob uma lógica concentradora de renda ligada ao eminente interesse do mercado. Isso foi possível graças ao elevado nível de produtividade global, que ampliou o acesso aos bens de consumo, aumentando o número de consumidores. Nesta conjuntura, o cidadão dava lugar ao consumidor<sup>682</sup>, ensejando oportunidades ao grande capital por duas vias, a saber, endividamento externo e alocação de recursos segundo a lógica do mercado.

O poder público estadual ampliou a oferta de serviços e de infraestrutura na Baixada Fluminense por meio da construção da Via Light, pelo projeto de Reconstrução Rio e pelo Baixada Viva. Custando 48 milhões de reais, a Via Light passou a ligar Nova Iguaçu ao bairro da Pavuna, na capital fluminense. O projeto de Reconstrução Rio fora iniciado ainda no governo Brizola, em 1993, e tinha como objetivo a urbanização de lotes, recuperação de

---

<sup>678</sup> *Jornal O Globo*, 05/10/1996. p. 8.

<sup>679</sup> BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 174.

<sup>680</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. p. 320.

<sup>681</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 31.

<sup>682</sup> HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. p.106.

instalações públicas, recuperação de escolas, drenagem, construção de estações de esgoto sanitário. Com uma linha de financiamento do BIRD e da Caixa Econômica Federal de 2,3 trilhões de cruzeiros finalizados em 1996, o projeto teve continuidade no governo Alencar a um custo de 20 milhões para o erário estadual<sup>683</sup>. Já o Baixada Viva, estimado a um custo de 300 milhões de reais, consistia na realização de obras de urbanização integrada, envolvendo saneamento básico, pavimentação, sistemas de coleta de lixo, iluminação pública, serviços locais de saúde, creches, áreas de recreação, desenvolvimento comunitário, educação ambiental e sanitária, promoção de trabalho e renda, além da construção de estações de tratamento de água e de esgotos, subadutoras de água tratada, centros comunitários de defesa da cidadania (CCDC) e unidades mistas de saúde<sup>684</sup>. Financiada pelo BIRD, iniciou-se em 1997 e foi finalizada no governo Garotinho, quando passou a ser chamada de Baixada Nova<sup>685</sup>.

Numa análise comparativa, nos parece factível afirmar que o governo do estado realizou um grande aporte investimentos na Baixada Fluminense nos mesmos moldes que a prefeitura da capital realizou o Rio-Cidade e o Favela-Bairro. Aumento da oferta de energia elétrica, saneamento básico, construção e recuperação da malha rodoviária, além de obras de contenção e drenagem de rios fizeram parte de um amplo projeto de urbanização que, via de regra, favoreceu a ampliação da oferta de serviços e ao setor produtivo. A agenda neoliberal travestida de social liberalismo mitigou a desigualdade social nesse território operando por uma lógica mercadológica, que ao seu fim, não provocou uma taxa espetacular de crescimento, embora fosse maior que a média nacional<sup>686</sup>. Governos federal, estadual e municipal amalgamaram os interesses do mercado e puseram em curso os grandes projetos de infraestrutura, daí a importância do Conselho Coordenador de Ações Federais. Segundo os interesses dos agentes econômicos do estado, a região metropolitana e interior seriam áreas destinadas ao processo produtivo, enquanto a cidade do Rio de Janeiro seria um centro de comando da produção<sup>687</sup>, referência na oferta de serviços e funcionando como um centro de negócios.

---

<sup>683</sup> Jornal O Globo, 05/10/1997. p. 3.

<sup>684</sup> Disponível em: <<http://www.sondotecnica.com.br/cases.show.logic?cases.id=384>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

<sup>685</sup> SILVA, Hélio R. S. *O Técnico, o Político e o Morador. Bastidores e Cena Pública do Programa Nova Baixada*. Revista Periferia, Volume 2, nº 1. p. 7.

<sup>686</sup> NATAL, Jorge. *Inflexão econômica e dinâmica espacial pós -1996 no estado do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Revista Nova Economia. 2004. p. 87.

<sup>687</sup> PIQUET, Rosélia. *Metrópoles e Reestruturação Produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR, ano

### 3.4.1 Teleporto

A instalação de um teleporto na cidade do Rio de Janeiro seria a primeira do gênero no país. O objetivo era viabilizar a comunicação em escala global. Isso estimularia a realização de negócios na cidade, tornando-a um grande centro de decisão na América do Sul. O teleporto seria a materialização do pleito do empresariado fluminense em transformar a capital num centro financeiro e de negócios. Essa ideia surgiu logo após o golpe de 1964, quando fracassaram os planos de estabilidade econômica.

Na década de 1970, o então prefeito Israel Klabin retomou a iniciativa, encomendando a Otávio Bulhões um projeto de criação de um centro financeiro e de uma zona especial de alta tecnologia, que com colaboração de Mario Henrique Simonsen foi chamado de Rio-Dólar. O centro seria um depositário de recursos financeiros internacionais totalmente isento de impostos para atrair os bancos transnacionais. Contudo, a ideia teve resistência de alguns banqueiros nacionais, receosos do alargamento da participação estrangeira no mercado bancário<sup>688</sup>.

Na década de 1980, o objetivo de internacionalizar a cidade do Rio de Janeiro foi tomando forma paulatinamente. Em 1982, A I Semana Rio Internacional pregava a cooperação entre governo e empresários para que a zona portuária se torna-se um “show-room”. Na ocasião, os promotores davam como certa internacionalização das economias ao redor do globo. Um ano após, na II Semana Rio Internacional sob o slogan “Rio é uma cidade trading”, costuraram-se acordos de negócios da ordem de 60 milhões de dólares, que chegaram a 100 milhões em 1984. O fato habilitou o Rio a sediar a Assembleia da World Trades Centers Association (WTCA), que, na oportunidade, assinou um acordo de colaboração conjunta com Organização dos Estados Americanos para ajudar países latino-americanos interessados em construir um World Trade Center<sup>689</sup>.

Com a fundação do primeiro teleporto no mundo, em Nova York, em 1985, houve mais estímulo para instalação de um congênere no Rio de Janeiro. Paulo Protásio, benemérito da ACRJ, era membro Word Teleport Association (WTA), organização que definiu o conceito de teleporto e passou a disciplinar novos centros em todo mundo. A associação servia como

---

X, nº 2. 1996. p.86.

<sup>688</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1265. Ano 1990. p. 14.

<sup>689</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1265. Ano 1990. p. 15-17.

um "ecossistema internacional" de conexões globais, propriedades icônicas e serviços de comércio integrado<sup>690</sup>, ou seja, reunia associações comerciais no mundo.

Inicialmente, o teleporto deveria estar ligado a bancos e centros de pesquisa, ao porto de Sepetiba; a Resende, em virtude da Volkswagen; a Campos, como incentivo à pesquisa na Universidade do Norte Fluminense e a uma cidade na região serrana. Como se observa, o teleporto exercia um papel estratégico na nova dinâmica econômica do estado, pois fazia face aos principais projetos a serem implementados no território. O empenho de agentes políticos que abraçaram essa agenda internacionalizante foi fundamental.

Numa conjugação de ações com a prefeitura do Rio de Janeiro, que expunha o teleporto no seu plano estratégico<sup>691</sup>, o Conselho Coordenador de Ações Federais aprovou recursos da ordem de 203 milhões de reais, via empresas estatais (Embratel e Telerj), que se somaram aos 23 milhões de reais do governo da capital. A infraestrutura do teleporto era composta por um conjunto de 29 edifícios inteligentes, ligados entre si por fibra ótica e com o mundo via satélite, numa área 220.000 m<sup>2</sup>.

O Centro Empresarial Cidade Nova, o primeiro prédio em operação no Teleporto, fazia parte de um empreendimento da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (VALIA)<sup>692</sup>. Dentre as empresas instaladas estavam a Sul América Seguros, Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, Open Link Internet, Nuclen, ONU-habitat, Global One<sup>693</sup>, Cartepillar, Iplanrio, Alcatel<sup>694</sup>, Gazeta Mercantil, FujiFilm, Denilson Publicidade e provedores de internet<sup>695</sup>.

---

<sup>690</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1291. Ano 1994. p. 28.

<sup>691</sup> Firmado por um convênio entre prefeitura, Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1993, sendo o primeiro o plano estratégico de desenvolvimento concebido no hemisfério sul. Fonte: *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993.p. 6.

<sup>692</sup> Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada em 1973 pela então Companhia Vale do Rio Doce, com o objetivo de proporcionar aos empregados da empresa, um benefício financeiro adicional para quando se aposentarem. Disponível em: <<http://www.valia.com.br/pt-BR/sobre-a-valia/Paginas/historia.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

<sup>693</sup> Joint venture formada por France Telecom, Sprint e Deutsche Telecom. Prestava serviço de transmissão de voz e dados para grandes corporações.

<sup>694</sup> A transnacional francesa era a principal fornecedora mundial de equipamentos de telecomunicações. Fonte: DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 163.

<sup>695</sup> MELO, Luiz Martins. *O caso do Rio de Janeiro. Nota Técnica 07/98*. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 12.

Destacamos que essas empresas e entidades estavam ligadas à agenda econômica da capital e do estado. A capital, visando ser um centro internacional de negócios, criava oportunidades para o segmento de telecomunicações e informação. A modelo de urbanização delineado pelo Iplanrio era de interesse da ONU, uma vez que o Favela-Bairro era um programa de mitigação da pobreza. Enquanto a Nuclen, pertencente à Eletrobrás, e responsável pela produção de energia nuclear, era estratégica para demanda energética de um estado que desejava atrair indústrias para seu território. A disponibilização de informações de múltiplas fontes do globo para um público especializado provavelmente foi a estratégia da Gazeta Mercantil, a mesma da Sul América Seguros. A Andima pretendia interligar corretoras às bolsas de valores. Chama a atenção, nesse contexto, a quantidade de empresas transnacionais e de capital associado. Mas o principal ator foi o Estado, que impulsionou a instalação do Teleporto por meio de isenções fiscais, doação do terreno, além de um maciço investimento em infraestrutura de telecomunicações, tornando-o o mais moderno da América Latina<sup>696</sup>. No que tange ao papel estatal, a Eco-92, foi um marco.

No âmbito da Secretaria Nacional de Comunicações (SNC), foi criado um grupo de trabalho denominado GT/SNC Rio-92, que tinha representantes da secretaria e de empresas vinculadas a sua atividade fim, a saber, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Embratel e Telerj. Dentre as metas estavam a oferta de serviço móvel celular, serviço móvel marítimo, comunicação de dados (RENPAAC e INFONET), serviços telemáticos de vídeo e texto, além de serviços de áudio e TV. As metas foram pactuadas entre o governo brasileiro e a ONU<sup>697</sup>.

No ano de 1992, sob a presidência de Eduardo Cunha, que defendia o fim do monopólio do setor de telefonia, a Telerj passou a trabalhar em parceria com a iniciativa privada no que tange à ampliação da oferta de linhas telefônicas. O objetivo era a construção de centrais telefônicas a um custo baixo. A empresa também foi a primeira do país a adotar a fibra ótica, ampliando de sobremaneira o número de linhas telefônicas. Naquele ano o chegaria a marca de 40 mil celulares, enquanto Brasília tinha somente 700. Todo investimento desta empresa estatal tinha como fulcro um balanço positivo de 500 milhões de dólares, além da captações de títulos da Telebrás no exterior, que complementavam o orçamento<sup>698</sup>.

---

<sup>696</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1332. Ano 1999. p. 24.

<sup>697</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1270. Ano 1991. p. 18.

<sup>698</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1274. Ano 1992. p. 28.

A Embratel investiu 540 milhões de dólares em projetos de ampliação da sua rede de telecomunicações e de diversificação de opções tecnológicas. Dentre os principais avanços da empresa estavam a construção dos satélites Brasilsat B1 e B2; implantação de fibras óticas de longa distância; participação em projetos internacionais de ligação entre as Américas; expansão da digitalização e do sistema básico de microondas. Três projetos contemplavam diretamente o Rio de Janeiro: a ligação de cabos de fibra ótica com São Paulo, o que quadruplicou a capacidade do sistema de telecomunicações entre os dois estados; com Belo Horizonte e Fortaleza, o último com uma extensão de 3700 quilômetros de cabos.

No governo FHC, em 1996, a Telerj tinha um programa de investimento de 850 milhões de reais. A meta da empresa era de chegar a 2,8 milhões de assinantes para linhas convencionais até o ano 2000, e dar um salto de 120 mil para 900 mil assinantes de telefonia celular. O presidente da empresa, Danilo Lobo, dizia haver vontade política no governo, o que facilitava a execução de projetos de expansão da empresa. Em suas palavras:

[...] Daqui a pouco vamos chamar os investidores para virem ao estado, face às facilidades que vamos colocar à disposição, seja a Telerj estatal, seja a Telerj privada. Isso não fará diferença, será a mesma Telerj. A privatização é uma consequência da evolução normal da Telerj.<sup>699</sup>

O iminente processo de privatizações das empresas de telefonia não inibiria os investimentos da Telerj, que segundo Duque Estrada, diretor de engenharia da empresa, geraram um crescimento, entre 1995 e 1996, na proporção que se segue: canais - 300%; acessos convencionais - 50%; celulares - 325%; comunicação de dados - 123%; e telefones públicos - 215%<sup>700</sup>. A Telerj era a maior investidora em infraestrutura no estado do Rio de Janeiro. Era notória a intenção do governo FHC em realizar maciços investimentos em telecomunicações antes de privatizar o setor. Segundo o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de 1995 a 1997, foram investidos 21 bilhões de dólares, dos quais 4 bilhões foram destinados a Telerj<sup>701</sup>.

A expansão da infraestrutura de telecomunicações e a instalação do Teleporto faziam parte da mesma estratégia, criar condições para que a capital e o estado Rio de Janeiro pudessem servir a um novo padrão de acumulação de capital. A capital seria o centro de comando da produção, ora deslocada para a Baixada Fluminense e interior. Tal mudança

<sup>699</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1311. Ano 1996. p. 18.

<sup>700</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1311. Ano 1996. p. 19.

<sup>701</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1320. Ano 1997. p. 19

proporcionaria ganhos no processo produtivo, uma vez que se reduzia custos operacionais. No que toca às telecomunicações, segundo o 1º vice-presidente da ACRJ e consultor da AT & T<sup>702</sup>, sua importância resumia-se a:

Permitir que as empresas estejam ligadas ao resto do mundo num padrão de eficiência é condição sine qua nom para sua instalação em determinado local. Isto porque a chave desse processo é o que ele consegue levar de ganho de eficiência a toda economia, tanto na indústria quanto no comércio, melhorando, através de uma boa transmissão de dados, a qualidade de serviços oferecidos à população.<sup>703</sup>

No processo de globalização da produção, o fluxo dinâmico de informações, assim como o alcance das comunicações era fundamental para ganhos do capital. O Estado investiu em infraestrutura de telecomunicações, o que era de interesse de empresas transnacionais ávidas pelas privatizações, cuja realização era abertamente divulgada no governo FHC. O aumento exponencial do número de assinantes de telefonia convencional, proporcionado pelo uso de fibra ótica, e o de usuários de telefonia móvel era atrativo para empresas, além de uma estrutura para fluxo de dados deram fluidez ao projeto de transformar o Rio de Janeiro num modelo para o resto do país, como desejava FHC. O Teleporto era um ponto de confluência das “infoways” do MERCOSUL, comutando às redes nacionais e internacionais de telecomunicações.

Desdobramento da instalação do Teleporto, o megaprojeto da transnacional Iridium previa a realização ligações telefônicas internacionais com base no estado do Rio de Janeiro. No valor de 240 milhões de dólares, o consórcio liderado pela Iridium SudAmerica (empresa transnacional norte-americana) colocou em órbita 66 satélites e uma estação terrestre para a recepção do sinal. No ano de 1997, só existiam três estações terrestres do tipo no mundo, duas no Arizona e uma no Japão. Por tratar-se de alta tecnologia e da necessidade de grande aporte de investimento para sua aplicação, somente a Iridium, Globalstar e ICO possuíam a expertise necessária para execução desse tipo de empreendimento no mundo.<sup>704</sup>

---

<sup>702</sup> Empresa transnacional norte-americana fundada no século XIX. Atua no segmento de telecomunicações e informática. Em 1994, seu faturamento foi de 75,1 bilhões de dólares. Tinha 360 mil funcionários distribuídos em mais de 100 países no mundo. DREIFUSS, René Armand. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 68.

<sup>703</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1322. Ano 1997. p. 44.

<sup>704</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1320. Ano 1997. p. 26.

No Brasil, o projeto foi estimulado por Cleofas Uchôa<sup>705</sup>, presidente da Iridium SudAmerica e do conselho de telecomunicações da ACRJ. Sobre a necessidade de aderir a esse tipo de projeto, Uchôa explica:

Poucos países detém o conhecimento e o potencial econômico para o lançamento e o controle dos satélites, que são o fundamento básico desse sistema. Os satélites circularão sobre todos os países, controlados de poucos lugares da superfície do planeta. Com isso, a capacidade de regulamentação de cada país se dilui, havendo necessidade intensa de colaboração internacional, para que cada um possa valer seus interesses.<sup>706</sup>

A lógica dessa internacionalização das comunicações, por conseguinte, da economia se fez presente com o apoio estatal no Brasil. Sem o investimento maciço na expansão de comunicações via telefone celular, realizada pela Telerj, não haveria demanda para o projeto da Iridium, que era voltado para um público específico, principalmente executivos de grandes empresas e funcionários de agências governamentais. O mesmo aplica-se ao Teleporto, que sem a modernização da estrutura de comunicações no estado e capital seria inviável. Dito de outro modo, o Estado promoveu uma reestruturação/expansão das telecomunicações com vistas à agenda econômica do empresariado fluminense, que tinha uma nítida penetração de interesses transnacionais. Por seu turno, os representantes do Estado, FHC, Marcelo Alencar e Cesar Maia ratificaram o projeto neoliberal no território fluminense, na medida em que agiram em prol desse novo padrão de acumulação de capital.

### 3.4.2 Porto de Sepetiba

A expansão do capital, via agenda neoliberal, exigia esforços do Estado na promoção de exportações. A nova lógica econômica primava pelas exportações e aumento de produtividade, o que engendrava um processo de especialização produtiva regional. O incentivo especialização produtiva promovia a monopolização da produção. No caso brasileiro, sua expertise na extração de minério de ferro e na produção siderúrgica tiveram

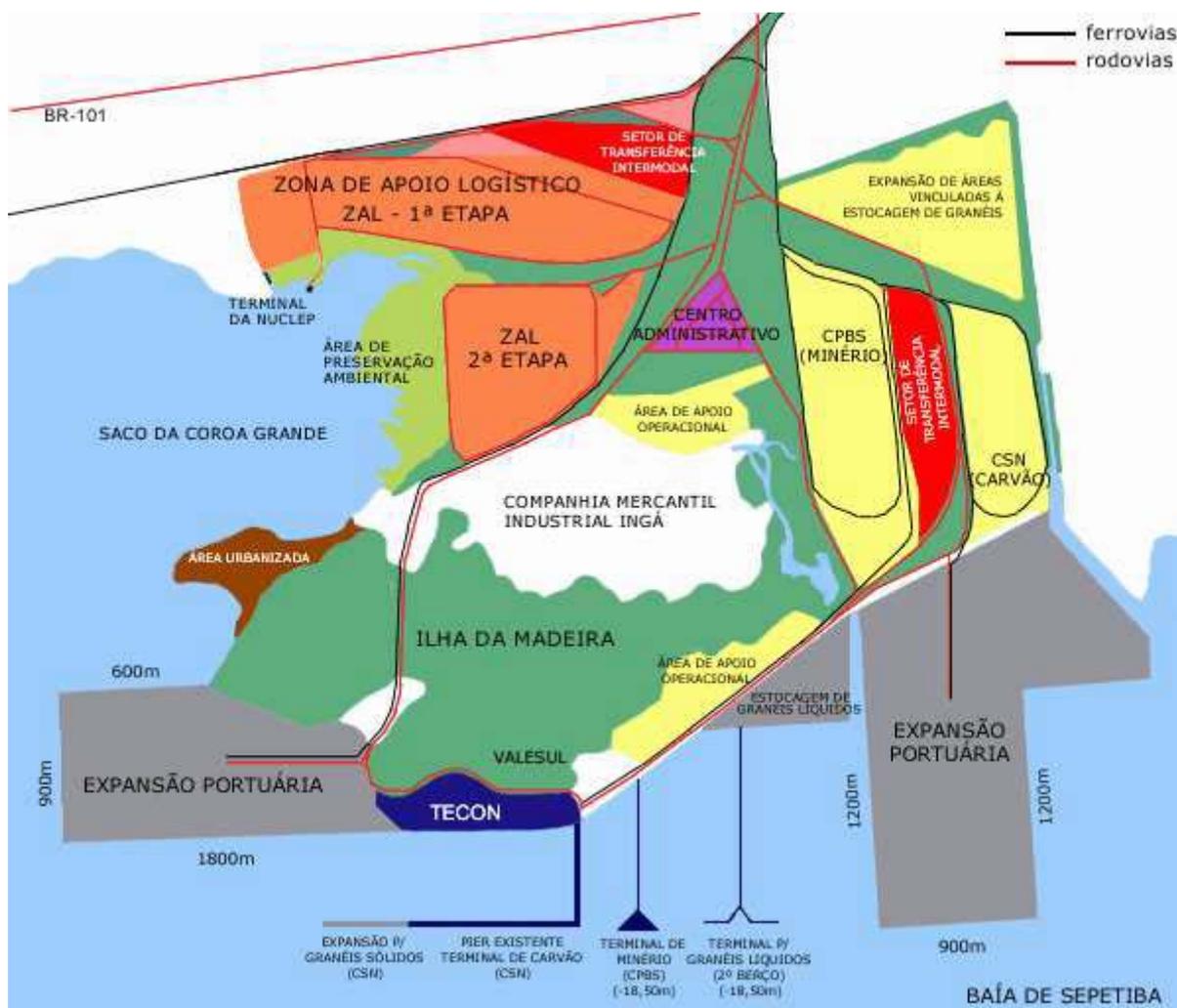
---

<sup>705</sup> Foi presidente do conselho de administração da Telerj, presidente da Tele-Brasília, membro do conselho superior da agência espacial brasileira e presidente da Telebrasil- Associação Brasileira de Telecomunicações. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/fd0d0b8fc385d589832567040006b056/4c7587180d93d8100325678300653d1e?OpenDocument>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

<sup>706</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1320. Ano 1997. p. 28.

efeito na atração de empresas transnacionais produtoras de automóveis, cujo principal ponto de escoamento seria o Porto de Sepetiba. Sua ampliação era um dos principais objetivos do Conselho Coordenador de Ações Federais para o Rio de Janeiro.

Figura 4 – Porto de Sepetiba



Fonte: Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/14.pdf>>.

Inaugurado em 1982, o porto foi destinado a atender, principalmente, o complexo industrial de Santa Cruz. Sua construção iniciou-se em 1976 sob responsabilidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro<sup>707</sup>. No ano de 1990, a importância do porto era debatida na V Plenária da Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

No meio empresarial fluminense, premido pelo processo de globalização, a discussão sobre infraestrutura tornou-se central. Na pesquisa da AD-RIO, o tema foi determinante

<sup>707</sup> Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Portos/Itaguai.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

durante o levantamento de dados econômicos do Rio de Janeiro, pois determinaria os rumos a serem tomados no que tangenciava aos novos empreendimentos. O escopo traçado foi de uma produção industrial voltada para exportação, daí a importância da ampliação do porto de Sepetiba.

Argumentava-se que o crescimento econômico do estado estava limitado pelo da malha urbana, mas, em contrapartida, o Rio de Janeiro teria como induzir o avanço da economia por meio da utilização da baía de Sepetiba<sup>708</sup>. Consoante o estudo da AD-RIO, a região possuía condições excepcionais. Suas águas são profundas, ideais para navios de grande porte, ao passo que possuía vasta extensão de terras contíguas interligadas ao município de Itaguaí, assim podendo formar um complexo industrial ao lado do porto. Outro argumento utilizado para ratificar a implantação do projeto, foi a localização em relação ao parque industrial no território nacional. A hinterlândia entre os portos de Paranaguá (localizado no estado do Paraná) e de Vitória (localizado no estado do Espírito Santo) abarcava maior parte da produção industrial do país. O porto estava localizada numa região de convergência das grandes estradas federais provenientes do norte do Brasil, Mato Grosso, Minas Gerais, Brasília e São Paulo<sup>709</sup>, fato relevante em relação a competitividade industrial, uma vez que seria possível realizar articulação de diferentes módulos de transporte, assim diminuindo o tempo de percurso dos insumos, commodities ou produtos industriais. A estimativa para um horizonte de 10 anos (neste caso especificamente, de 1990 a 1999) era de o porto ter condições de exportar produtos petroquímicos e sólidos, produtos siderúrgicos, minério de ferro e grãos<sup>710</sup>.

O porto de Sepetiba dispunha de um retroporto imediato de 10 mil hectares, sem qualquer congestionamento por conurbação, mas articulável com infraestruturas existentes, que incorpora a Baixada Fluminense e a região do Médio Paraíba do Sul. Grandes portas-contêiner e grandes graneleiros passaram a ser construídos para atender a nova logística mundial, cuja orientação era a redução de custos financeiros. Sepetiba tinha condições de receber esses tipos de embarcação por suas características geográficas, únicas no Atlântico Sul<sup>711</sup>.

---

<sup>708</sup> Num raio de 500 Km dessa região, estavam concentrados 32% da população do país, 65% do produto industrial, 65% dos serviços e 40% da produção agrícola. Fonte: V Pleninco. p. 23.

<sup>709</sup> V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 22.

<sup>710</sup> V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p. 26.

<sup>711</sup> LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da autoestima)*. Rio de Janeiro: Record 2000. pp. 375-376.

Em julho de 1995, a ampliação do porto de Sepetiba foi aprovada pelo Conselho Coordenador. O investimento previsto em quatro anos era de 137 milhões de reais, e seria realizado pelo governo federal e suas estatais. O objetivo era transformar Sepetiba num porto múltiplo, trabalhando com granéis (grãos agrícolas e minérios) e cargas gerais. Na mesma oportunidade, o Conselho decidiu investir 250 milhões na malha ferroviária da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), com ramificações em estados do Centro-Oeste, Paraná e São Paulo. Com o investimento, os grãos produzidos nesses estados teriam como destino natural o porto de Sepetiba segundo o secretário executivo do conselho, Raphael de Almeida Magalhães<sup>712</sup>.

No ano de 1996, foi firmado, pela Companhia Docas do Rio de Janeiro e pelo BNDES, o Protocolo de Petrópolis, que tornava o porto de Sepetiba objeto de um amplo programa de modernização e organização logística destinado à atração de investimentos privados<sup>713</sup>. Os arrendamentos do terminal de carvão para CSN, em 1997, e do terminal de contêineres para CSN e CVRD, que, em consórcio, formaram a empresa Sepetiba Tecon S.A.<sup>714</sup> são desdobramentos de investimentos do governo federal desde o início da década de 1990, mas que ganharam força com o Conselho Coordenador. A lógica ventilada pelo governo era de que o investimento estatal atrairia investidores privados<sup>715</sup>. De fato, após o investimento estatal, houve investimento privado. A CSN venceu a licitação de arrendamento pagando 37 milhões de reais à Companhia Docas do Rio de Janeiro. O arrendamento do porto previa a obrigatoriedade de aplicação de 15 milhões de reais em melhorias, além da movimentação da carga de terceiros, contudo a concessão era de 25 anos, prorrogável por igual período<sup>716</sup>.

Os investimentos privados estavam alinhados com escoamento da produção de grãos do centro-oeste e, principalmente, com a formação de um Polo Metal Mecânico no sul do estado do Rio de Janeiro. A mitigação de custos de produção passava pelo controle do transporte de mercadorias. Nesse ponto, o governo federal atendia as necessidades de grupos locais por meio da concessão de ferrovias. As principais empresas estatais que exploravam a malha ferroviária nacional, Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e Fepasa,

---

<sup>712</sup> *Jornal O Globo*, 29/07/1995. p. 30.

<sup>713</sup> Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/14.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>714</sup> Disponível em: <<http://www.csn.com.br/irj/portal/anonymous?Navigationtarget=navu>>. Acesso em 25 fev. 2016.

<sup>715</sup> *Jornal O Globo*, 28/06/1998. p. 30.

<sup>716</sup> *Jornal do Comércio*, 06/05/1997. p A 2.

controlavam 72% e 16% do tráfego ferroviário do país, respectivamente, o que correspondia ao transporte de 31,3% de toda a produção escoada por ferrovias<sup>717</sup>.

No que tange à malha ferroviária da Fepasa, eram transportados principalmente combustíveis líquidos, matérias primas de origem mineral, cimento e grãos. O estado de São Paulo, seu proprietário, a transferiu para a RFFSA como parte do pagamento de dívida que tinha junto ao governo federal. Após leilão de concessão, em setembro de 1996, ficou sob a administração da concessionária Ferrovia Centro-Atlântico S/A, a qual, dentre os controladores estava a CSN, que também participava da concessão da malha sudeste junto a outras. Na figura da concessionária MRS Logística S/A, a malha sudeste abarcava os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e se interligava aos portos de Santos, do Rio e de Sepetiba.

Os principais controladores da MRS Logística S/A eram o Bradesco, representado pela ABS, além de Ultrafértil, MBR, Usiminas, Cosigua<sup>718</sup> CSN e Ferteco<sup>719</sup>. O consórcio empresarial delineava interesses do setor financeiro, petroquímico e, sobretudo, dos setores de mineração e de siderurgia. A articulação em curso no meio empresarial visava a aquisição de bens do Estado de maneira a fortalecer oligopólios controlados por agentes econômicos locais. CSN, Usiminas e Ultrafértil enquadravam-se nesse movimento, pois haviam sido objeto de privatização em 1993<sup>720</sup>, e naquele momento estavam controlando a malha ferroviária e o porto de Sepetiba, no caso da CSN. A redução de custos no escoamento da produção ensejava a articulação entre ferrovias e portos.

---

<sup>717</sup> Os 68,7% restantes da produção eram escoados pela Estrada de Ferro Carajás e pela Estrada de Ferro Vitória Minas, ambas pertencentes à Companhia Vale do Rio Doce. Fonte: Revista da ACRJ, nº 1316, 1997. p. 16.

<sup>718</sup> Em 1971, a Gerdau adquiriu a Companhia Siderúrgica da Guanabara - Cosigua, que, na verdade, era somente um projeto de instalação de uma usina estatal no estado do Rio de Janeiro que não havia saído do papel. A localização e o nome da empresa foram mantidos para aproveitar os benefícios fiscais já concedidos. A aquisição da Cosigua foi feita em parceria com a siderúrgica alemã August Thyssen-Hutte A G, na proporção de 51% para a Gerdau e 49% para o parceiro. A sociedade foi desfeita em 1978, quando a Gerdau passou a controlar a empresa. Fonte: VIEIRA, Fabio Henrique Cavalcante. Análise da trajetória de crescimento do Grupo Gerdau. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2007. p. 81.

<sup>719</sup> Baseada no Rio de Janeiro, cuja atividade principal é a mineração e o processamento de minério de ferro, controlada integralmente pela Thyssen Krupp Stahl AG (TKS). Possuía reservas lavráveis avaliadas em 263 milhões de toneladas de hematita e itabirito. Operava duas minas de minério de ferro, Fábrica e Feijão, e uma planta de pelletização na região do Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais. No período 1996/2000, o volume de vendas da Ferteco cresceu à taxa média anual de 18,1%, tendo alcançado 24,9 milhões de toneladas no ano passado. O principal mercado para seus produtos tem sido a Europa. Em 2001, foi adquirida pela Companhia Vale do Rio Doce. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-compra-ferteco.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

<sup>720</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2010. p. 293.

A importância do porto de Sepetiba para o setor siderúrgico se evidenciava por sua interface com a malha ferroviária que o interligava com a produção de aço, a extração de minérios e a possibilidade de servir à exportação de veículos. A Ferteco, transnacional alemã, em consórcio junto à Construtora Camargo Correia arrendou o terminal de minérios do porto de Sepetiba, em 1996, com a finalidade de escoar minério extraído do Vale do Paraopeba, localizado em Minas Gerais<sup>721</sup>. A Cosigua, pertencente ao grupo Gerdau, estava localizada no complexo industrial de Santa Cruz, área que se inseria no retroporto de Sepetiba.

Os investimentos no porto de Sepetiba atraíram interesses de montadoras de veículos transnacionais. Mercedes Benz e Volkswagen, decidiram instalar fábricas em Juiz de Fora e Resende, respectivamente. A última próximo à CSN<sup>722</sup>. Daí o interesse do governo do estado do Rio de Janeiro em incentivar a formação de um Polo Metal Mecânico no sul do estado. Nas palavras de Ronaldo Cezar Coelho, Secretário de Indústria e Comércio:

Uma expressiva malha de transporte ferroviário corta a região, oferecendo mais uma opção ao escoamento da produção local, especialmente a industrial. A pequena distância dos municípios do sul fluminense até o *porto de Sepetiba* também atrai novos investimentos para a área.<sup>723</sup> (grifos meus)

O Polo Metal Mecânico era um projeto do governo de estado, por meio de sua Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)<sup>724</sup>, FIRJAN e CSN. A ideia era melhorar o aproveitamento da produção siderúrgica no atendimento das empresas que se encontravam entre o Rio de Janeiro e Taubaté, no estado de São Paulo. De modo a aumentar sua produtividade, a CSN previa investir 1,1 bilhão de dólares até 1998, o que se desdobrava na atração de empresas para o Polo Metal Mecânico. Nas palavras de Ronaldo Cezar Coelho: “A estabilidade econômica, a privatização da CSN, programas de

---

<sup>721</sup> *Revista da ACRJ*. Nº 1316, ano 1997. p. 10.

<sup>722</sup> Após sua privatização, em 1997, sua constituição acionária ficou da seguinte forma: 13,5% (Grupo Vicunha-que era o controlador); 9,9% CVRD-Docenave, 9,0% (Clube de Investimento dos Empregados), 2,9% (Previ), 2,9% (Bradesco) e 1,1% (EMESA). O último era um grupo espanhol especializado em projetos de estruturas metálicas. Fonte: *Jornal O Globo*, 25/05/1998. p. 11.

<sup>723</sup> *Jornal do Comércio*. Edição 144, 29/03/1995. p. 15.

<sup>724</sup> A CODIN foi criada em 1967, com o objetivo de criar e comercializar distritos industriais. Em 1982, foi transformada em Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro e, em 1995, reorientou suas atividades, apoiando a implantação de indústrias no Estado. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/Codin/Historia.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

atração de investimentos industriais e até articulação política para a criação de um centro metal mecânico formam a base do futuro crescimento do Médio Paraíba”<sup>725</sup>.

A CSN com um investimento de 396 milhões de dólares, no ano de 1995, desencadeou um processo de expansão e implantação de indústrias no Médio Paraíba naquele ano, com um grande peso de participação de empresas transnacionais. No segmento de metalurgia, Ormec Engenharia e Thyssen Fundições<sup>726</sup> expandiram suas instalações, enquanto a Eurorod Latina implantou uma fábrica. No setor químico, Cyanamid e Química Barra do Piraí expandiram seus parques. A lista ainda compunha empresas de diferentes setores que resolveram aumentar suas atividades, tais como a Papel Piray, Ferreira Guimarães e Xerox<sup>727</sup>. Essas empresas aplicaram cerca de 42 milhões de dólares na região. Michelin<sup>728</sup>, FEM, Fornasa, Siderúrgica Barra Mansa, Metalúrgica Barbará, Du Pont<sup>729</sup>, Sandoz<sup>730</sup>, Kodak<sup>731</sup>, Seagran<sup>732</sup> encerravam

---

<sup>725</sup> *Jornal do Comércio*. Edição 144, 27/03/1995. p. 15.

<sup>726</sup> Pertence à transnacional alemã Thyssen-Hutte AG fundada no século XIX. Localizada em Barra do Piraí, foi adquirida em 1973 pelo grupo alemão. A produção da empresa era destinada às indústrias de automóveis, tratores, ônibus, veículos, elevadores, bombas e compressores. Em 2002, 50% da produção era destinada ao mercado externo. Dentre os seus maiores clientes estavam Caterpillar (Estados Unidos), Agco, Case New Holland, Valtra, ZF, Volkswagen, Jost, Eaton, MWM, Volvo, Scania, Nacco (México), Randon, Schindler, Komatsu (Japão), Spicer Clark-Hurth (Estados Unidos) e GE (Estados Unidos). Fonte: <[http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/01-01-2003\\_06-thyssen\\_krupp.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/01-01-2003_06-thyssen_krupp.pdf)>. p. 81-85.

<sup>727</sup> Fundada em 1965, fazia parte de uma sociedade entre o empresário brasileiro Henrique Sergio Gregori e Joseph Wilson, fundador da Xerox Corporation, transnacional norte-americana que começou suas atividades em 1906. Ao longo de sua história, a empresa desenvolveu máquinas de processamento de texto, em 1974, impressoras a laser em 1977, e Ethernet, uma rede de comunicações para escritórios, em 1979. As linhas de produtos da empresa incluíam copiadoras, impressoras, prensas de produção de impressão digital e o suporte a software e sistemas necessários para a produção de documentos. Nos anos 90, a Xerox desenvolveu fotocopiadoras digitais. Disponível em: <<https://www.xerox.com/news/news-archive/2012/bra-47-yrs-062012/ptbr.html>>, <<https://www.britannica.com/topic/Xerox-Corporation>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>728</sup> Transnacional francesa fundada em 1891. No Brasil, começou sua atuação por meio de um escritório no estado de São Paulo, em 1927. Em 1981, fundou sua primeira fábrica no país, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo local onde fica sua sede da América do Sul, responsável por toda estratégia comercial da empresa para essa região. Disponível em: <<https://corporativo.michelin.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>729</sup> Transnacional norte-americana do setor químico. No início da década de 1990 estava entre as três maiores do mundo no seu setor. Nos EUA, segundo a revista Fortune, teve um faturamento de mais de 30 bilhões de dólares, era a nona empresa norte-americana no ano de 1987. Fonte: Revista da ACRJ, nº 1240. p. 31 e Revista da ACRJ, nº 1269. p. 61.

<sup>730</sup> Transnacional suíça fundada em 1886, que iniciou suas atividades na produção de corantes, e, ao longo do século XX passou a atuar no ramo farmacêutico. No ano de 1996, fundiu-se com Geisy, transnacional suíça, fundada em 1758, fabricante de produtos químicos e medicamentos diversos. A fusão formou a Novartis. Disponível em: <<https://www.novartis.com.br/sobre-novartis/nossa-historia>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>731</sup> Transnacional norte-americana que estava entre as 26 maiores empresas daquele país. Seu faturamento, em 1987 foi 13,3 bilhões de dólares. Fonte: Revista da ACRJ, nº 1240. p. 31.

<sup>732</sup> Transnacional canadense do segmento de destilaria de bebidas. Era uma das maiores do mundo. A Seagram produzia o uísque Chivas Regal, a vodca Absolut e os vinhos Almaden, entre outras bebidas alcoólicas.

a lista de empresas que se fixavam no Médio Paraíba. Juntas, essas empresas correspondiam a 6,7% do PIB estadual<sup>733</sup>, que tinha uma tendência forte de aumento com a instalação de duas grandes empresas transnacionais montadoras de veículos, Volkswagen e Peugeot.

Após um investimento de 250 milhões de dólares e apenas 123 dias de obras, a Volkswagen instalou uma fábrica de caminhões e de ônibus no município de Resende<sup>734</sup>. O empreendimento amalgamava nuances do novo padrão de acumulação de capital, o neoliberalismo. Considerada uma inovação no campo tecnológico, sua linha de produção era composta por oito fornecedores articulados em três categorias: articuladores de sistemas, especialista em componentes e produtores de autopeças. Sem um único funcionário na fábrica, a VW acompanha todo processo de produção por meio de um sistema de computadores, somente intervindo na aprovação de produtos e testes finais<sup>735</sup>.

A vinda da Peugeot para o município de Porto Real, em 1998, consolida o Polo Metal Mecânico, segundo a CODIN. As negociações iniciaram-se em 1997 e resultaram na instalação da primeira fábrica da transnacional no Brasil, que custou 600 milhões de reais<sup>736</sup>. A articulação estatal deu-se diretamente por meio da doação do terreno de 3 milhões de metros quadrados, e indiretamente pelos investimentos no Porto de Sepetiba, que ligado a região por um ramal ferroviário de 10km, servia de porta de saída para o MERCOSUL.

A visão positiva sobre as ações do estado do Rio de Janeiro e sua infraestrutura disponível era compartilhada por Laerte Setúbal, líder do grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCE)<sup>737</sup>, diretor do departamento de assuntos internacionais da FIESP e presidente da montadora de caminhões Scania<sup>738</sup>. Em encontro na FIRJAN, Setúbal disse que o estado estava sendo beneficiado por sua nova política industrial, que dava prioridade ao mar para escoamento da produção. O empresário também sinalizava como positiva a

---

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/9/23/dinheiro/5.html>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

<sup>733</sup> *Jornal do Comércio*. Edição 144, 27/03/1995. p. 15.

<sup>734</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1305, 1996. p. 10.

<sup>735</sup> DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 55.

<sup>736</sup> Relatório da Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Exercício de 1997.

<sup>737</sup> As empresas de grupo representavam um estoque de capital da ordem de 76 bilhões de dólares. Fonte: *Jornal do Comércio*. Edição 277, 02/09/1995. p. A-7.

<sup>738</sup> Transnacional sueca fundada em 1891. Está presente no Brasil desde 1957, no estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.scania.com/latinamerica/pt/home/Scania-Latin-America/Historia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

privatização dos portos, além de considerar importante a instalação de um Polo Metal Mecânico.

Representante de um conjunto de empresas que atuavam nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com ativos da ordem de 76 bilhões de dólares, o que representava 25% do PIB, Setúbal endossava a ação estatal dos governos federal e do estado, o que se traduzia no atendimento dos anseios de empresas transnacionais no território nacional, as quais tinham o Rio de Janeiro como referência para investimentos. Reforça o argumento a própria fala de Setúbal: “Quem controla o mercado não é quem produz, mas quem distribui. A situação geográfica do Rio de Janeiro é decisiva, por sua equidistância em relação a Belo Horizonte e a São Paulo, o grande triângulo de consumo e de atividade econômica”<sup>739</sup>.

As plantas industriais concebidas no interior desse triângulo de três grandes metrópoles era herança de políticas federais que visavam a desconcentração industrial na década de 1970<sup>740</sup>. Não obstante, a cidade do Rio de Janeiro, estado da Guanabara entre os anos de 1960 e 1975, primava por sua industrialização em detrimento do resto do território do estado do Rio de Janeiro, constituindo um bloqueio para a divisão intrametropolitana do trabalho<sup>741</sup>. A situação muda a partir da década de 1980, com a indústria do petróleo e vai se intensificando na década de 1990 com alterações no processo produtivo global.

O novo padrão de acumulação de capital pressupôs o fim da industrialização como projeto maior de autonomia, contudo permaneceu, em alguns casos, uma parcela industrial relevante, como a do Brasil. No entanto, a maior parcela da indústria é integrada ou submetida a um projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, de maneira geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais<sup>742</sup>.

Em síntese, para o capital transnacional, o estado do Rio de Janeiro era importante por ter um parque produtivo significativo e por dispor de infraestrutura que estava se tornando adequada para distribuição da produção. Nesse contexto, é bastante significativa a ação estatal, mediada pelo Conselho Coordenador de Ações Federais para o Rio de Janeiro, no que toca aos investimentos em infraestrutura portuária e ferroviária, incentivos fiscais, doações de

---

<sup>739</sup> *Jornal do Comércio*. Edição 277, 02/09/1995. p. A-7.

<sup>740</sup> SIQUEIRA, Hipólita. “Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole”, In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.), *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 83.

<sup>741</sup> *Idem*. p. 84.

<sup>742</sup> LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 221.

terrenos e, principalmente nas privatizações. A ampliação do porto de Sepetiba e a formação de um Polo Metal Mecânico fazem parte dessa nova dinâmica do capital, que enquadra a economia para fins de exportação.

### 3.4.3 Polo petroquímico

O estado do Rio de Janeiro era, e ainda é, o maior produtor de petróleo e gás do país. A indústria do petróleo começou a ter peso na sua economia a partir da década de 1980, com a exploração da bacia de campos. No pensamento do empresariado regional, o petróleo tinha um papel chave no crescimento econômico regional. A construção de um polo petroquímico era vista como solução para uma boa parcela dos problemas econômicos enfrentados na segunda metade da década de 1980 e na primeira metade da década de 1990.

O polo petroquímico fez parte do discurso empresarial, e teve penetração nos governos estaduais de Moreira Franco e Brizola, mas somente na administração de Marcelo Alencar conseguiu ter um peso significativo nas discussões com o governo federal. No governo FHC, a iniciativa da construção aparecia nas entrelinhas do discurso de formação do Conselho Coordenador de Ações Federais. O Presidente da República, apresentando um programa de desenvolvimento, discorreu sobre a utilização do gás natural de Campos como um dos projetos a serem desenvolvidos<sup>743</sup>.

No mês seguinte à formação do Conselho Coordenador, em maio de 1995, FHC, por meio do Decreto 1506/1995, formou um Grupo Executivo com a finalidade de executar o Programa de Ação Prioritária para Petróleo, Gás Natural e Petroquímica do Rio de Janeiro. Presidido pelo secretário-executivo do Conselho Coordenador, o Grupo era composto de representantes do(a): Ministro de Estado de Planejamento e Orçamento; Ministro de Estado de Minas e Energia; da Petrobras; e do Instituto Nacional de Tecnologia. Além destes, podiam participar das reuniões os representantes da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Rio de Janeiro, da Companhia Estadual de Gás (CEG), e da Empresa de Informática e Planejamento S/A (IPLAN-RIO)<sup>744</sup>.

---

<sup>743</sup> Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. p. 325.

<sup>744</sup> Decreto 1.506, de 25 maio de 1995.

As ações do governo federal seguiam num sentido de alinhamento entre as esferas estadual e municipal, cujos políticos afirmavam pertencerem ao viés político social-liberal, a saber: César Maia e Marcelo Alencar. Contudo, os interesses em articulação pautavam-se numa agenda concentradora de capitais, que se utilizava de recursos e instrumentos do Estado para consecução de seus projetos.

Consoante às discussões sobre a implantação de um polo petroquímico (que se transformou num projeto de construção de um polo gás-químico) estimava-se, inicialmente, a participação da Petrobras por meio do investimento de 471 milhões de dólares na construção de uma unidade de produção de propeno e eteno próximo à Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). A iniciativa privada faria um investimento de 349 milhões de dólares para produzir polietileno e alfaoleofinas. Diferente de outros polos, que utilizavam a nafta como matéria-prima, o polo do Rio de Janeiro utilizaria gás natural, o que reduziria os custos de produção entre 50% e 70%. Tratava-se de um projeto de envergadura, que, segundo dados da FIRJAN, à época, teria um impacto de 300 milhões de dólares anuais na economia do estado<sup>745</sup>.

No plano plurianual 1996-1999 do governo federal, foi incluído o estímulo ao desenvolvimento da petroquímica do país a partir da utilização de gás natural<sup>746</sup>, influenciando frontalmente o estímulo à construção de um Polo Gás-Químico no estado do Rio de Janeiro, cujo projeto de implantação já havia sido organizado pelo Conselho Coordenador. Em 1996, formou-se o consórcio Rio Polímeros, uma sociedade de ações de capital fechado com o propósito de implantar e operar o Polo, que entrou em funcionamento no ano 2000<sup>747</sup>, treze anos após o lançamento oficial do projeto pelo governo do estado do Rio de Janeiro, em meio a crise econômica da década de 1980.

---

<sup>745</sup> *Jornal O Globo*, 19/07/1995. p. 28.

<sup>746</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9276-9-maio-1996-372360-anexo-pl.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

<sup>747</sup> MARTINHO, Clarice Antoun. *O Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro: dinâmica econômica, desdobramentos espaciais, e políticas governamentais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2009. p. 63.

### 3.4.3.1 Um projeto empresarial da década de 1980

A crise econômica que assolou o Brasil na década de 1980 foi parte do desdobramento da dívida externa. Estava ocorrendo o esgotamento do padrão de financiamento interno e externo da economia brasileira. A economia fluminense, nesse contexto, fora arrastada para a crise dado o seu caráter tributário, oriundo do período da antiga capital do país. Com um grande volume de transferências de recursos públicos sendo deslocados para outros entes da Federação, como sintoma da crise econômica nacional, agravou-se a situação fluminense, um dos entes mais tributários do poder público federal. Havia na região uma extrema dependência de renda oriunda do governo federal tais como, transferências constitucionais, salários e pensões referentes a um enorme contingente de funcionários públicos. A esses fatores, somava-se uma indústria de bens de consumo relativamente tradicional, um setor terciário amplo e precário, e uma economia voltada de sobremodo para o mercado interno, o que gerava uma incapacidade de por si mesma de gerar uma dinâmica interna autossustentada<sup>748</sup>. Nesse quadro de crise, constituiu-se a ideia de construção de um Polo Petroquímico no estado.

No meio empresarial, a fala sobre o Polo Petroquímico do Rio de Janeiro surge, no ano de 1985, em um espaço da Revista da ACRJ chamado de Carta do Presidente. Sob o título de “O que o país espera do novo presidente”, Ruy Barreto, presidente da ACRJ, versa, dentre outros temas, sobre “consolidar o projeto supremo de criação do Polo Petroquímico”<sup>749</sup>. A partir desse ponto, o tema torna-se cada vez mais recorrente entre o empresariado fluminense, que busca apoio político para sua execução.

Na gestão do governo Brizola, a ACRJ, por meio do seu Conselho Empresarial de Política Industrial, organizou, em 1986, um encontro para debater sobre o Polo, que teve a participação do Secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, José Augusto Assunção<sup>750</sup>. Na ocasião, houve a sinalização da disposição governamental em participar da criação desse grande empreendimento econômico.

---

<sup>748</sup> NATAL, Jorge. *O Estado do Rio de Janeiro Pós 95: dinâmica econômica, rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro: Publicati Editora. 2005. pp. 47-48.

<sup>749</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1207. Ano 1985. p. 3.

<sup>750</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1224. Ano 1986. p. 44.

Naquele mesmo ano, o empresariado regional articulava-se com seus pares para criar condições de implantação do Polo. A União de Indústrias Petroquímicas (UNIPAR)<sup>751</sup> realizou um estudo que propunha alternativas da oferta nacional de petroquímicos. O estudo vislumbrava a recuperação da economia nacional que faria aumentar a demanda de produtos petroquímicos básicos no país. Dada a conjuntura, o horizonte de expectativa era de atendimento de necessidades petroquímicas para o ano de 1992. A matéria prima a ser utilizada seria o gás natural oriundo da bacia de Campos, a semelhança do que havia ocorrido nos EUA, Canadá e Arábia Saudita. Segundo a análise realizada, o gás natural seria mais vantajoso em relação à nafta pelas razões a saber: disponibilidade para expansão do segmento petroquímico; originário em território brasileiro, o que não implicaria em dispêndio de divisas, como ocorria com a nafta; menor investimento por tonelada de capacidade instalada<sup>752</sup>.

O estudo da UNIPAR previa a localização de um complexo petroquímico na região de Sepetiba<sup>753</sup>, entendida como passagem obrigatória para o gasoduto de distribuição de gás natural do município de Campos ao grande mercado consumidor de São Paulo e Vale do Paraíba, aproveitando a infraestrutura existente na região. Alternativamente, outras localizações foram consideradas, como Duque de Caxias e norte fluminense, porém, destacava-se, com menos vantagens. Como impacto na economia do estado, apresentava-se a previsão de investimentos da ordem de 540 milhões de dólares e recursos tributários da ordem de 760 milhões de cruzeiros por ano<sup>754</sup>.

Promessa de campanha de Moreira Franco, o Polo Petroquímico começou a ser gestado em 1987, no primeiro ano de mandato no governo do estado do Rio de Janeiro. O então governador, logo após a sua posse, enviou a Assembleia Legislativa um projeto de lei que criava a Companhia do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro (Copperj). A empresa teria a função de promover a localização e prover a infraestrutura básica ao Polo, especialmente as necessidades de transporte, energia, telecomunicações, saneamento, abastecimento de água e

---

<sup>751</sup> Grupo brasileiro composto por 24 empresas. Atuava no ramo de química e petroquímica, além de atividades nos segmentos de eletrônica, informática, terminais marítimos e comércio internacional. Era membro do Conselho Permanente da ACRJ e sócia da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, constituída no ano de 1987.

<sup>752</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1227. Ano 1986. p. 32.

<sup>753</sup> A região, na verdade, refere-se à baía de Sepetiba, que abarca o municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí, onde localiza-se o porto de Sepetiba.

<sup>754</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1227. Ano 1986. p. 32.

apoio social. Seu capital inicial seria de 100 milhões de cruzeiros, subscritos integralmente ao estado. O montante seria utilizado em projetos de infraestrutura e compra do terreno.

A Copperj ainda estudava novidades no modelo empresarial que iria constituir o Polo. Batizado de “modelo associativo”, o governo visava permitir que uma empresa estrangeira detivesse o controle total de uma unidade de terceira geração, sem qualquer sócio<sup>755</sup>. O que diferia do modelo tripartite adotado até então, no qual as unidades de produção poderiam ter participação estatal, nacional e estrangeira. Além disso, projeto ainda previa a participação do capital estrangeiro por meio da conversão da dívida externa<sup>756</sup>. A iniciativa tinha apoio do Presidente da República José Sarney<sup>757</sup>, que pertencia ao mesmo partido governador, PMDB.

Reunidos em um seminário para discutir a viabilidade da implantação de um Polo Petroquímico no estado, em 1988, representantes da ACRJ, FIRJAN, Abiquim, Petroquisa e BNDES chegaram a conclusão de que sua construção era o instrumento fundamental para a afirmação econômica do Rio de Janeiro e fator de luta antirrecessão. Para esse grupo, o Polo era o maior projeto industrial do estado desde a instalação da indústria siderúrgica de Volta Redonda, na década de 1940<sup>758</sup>. Paulo Belloti, presidente da Petroquisa<sup>759</sup> à época, afirmou que a empresa estatal participaria como coordenadora da implantação do Polo. Também participou do seminário Ricardo Lins de Barros, à época presidente da Siquirj (Sindicato da Indústria Química do Rio de Janeiro), defendendo um modelo empresarial diverso do utilizado até então, no qual fosse contemplada a livre busca por novas tecnologias no processo de produção. Na sua concepção, o modelo tripartite (empresa estatal, capital privado nacional e investimento estrangeiro) adotado em outros Polos Petroquímicos, como o de Camaçari, na Bahia, tinha o grave problema de amarrar a tecnologia a apenas uma empresa multinacional. Sua ideia ia ao encontro da proposta de modelo empresarial do Copperj para o Polo do Rio de Janeiro.

---

<sup>755</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1236. Ano 1987. p. 32.

<sup>756</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1236. Ano 1987. p. 32.

<sup>757</sup> *Jornal O Globo*, 17/03/1987, p. 17.

<sup>758</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1240. Ano 1988. p. 21.

<sup>759</sup> Criada em 1967, a Petroquisa Química S. A., foi a primeira subsidiária da Petrobras com o objetivo de desenvolver e consolidar a indústria petroquímica no Brasil. Sua criação decorreu da impossibilidade tecnológica, empresarial e financeira da iniciativa privada, à época, de desenvolver a indústria petroquímica no país, assim como do desinteresse das grandes companhias estrangeiras em investir neste segmento, preferindo exportar produtos acabados de suas fábricas no exterior para o Brasil. Com a criação da Petroquisa, começaram a surgir as primeiras parcerias societárias mediante um modelo que ficou conhecido como tripartite, que estimulou a associação do Estado (por intermédio da Petroquisa), capitais privados nacionais e grupos internacionais detentores de tecnologia. Disponível em: <<http://www.jorplast.com.br/jpdez04/pag03.html>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

Ao final do ano de 1988, o governo federal resolveu incluir, como prioridade, a construção do Polo Petroquímico no Plano Nacional de Petroquímica, que previa o investimento de 6,3 bilhões de dólares em investimentos no setor petroquímico no período de 1998-1995. A ação atendia ao lobby do empresariado fluminense. Nota-se que o Rio de Janeiro tinha extrema dependência do Estado<sup>760</sup>.

Repetindo as conclusões do estudo da UNIPAR, Itaguaí foi o município indicado, inicialmente, para a construção do Polo, com base num estudo da Engevix, cujo Termo de Referência foi realizado por um Grupo de Trabalho coordenado pelo Secretário da Indústria e Comércio do Rio, que ainda contava com a participação de representantes do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) do Ministério da Indústria e do Comércio, Copperj, BNDES, Petrobras, BNDESPar, Portobrás, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Secretaria de Estado de Planejamento e Controle. O apoio estatal era evidente e se traduziria, mais a frente, num grande aporte de investimentos da Petrobras e BNDES. Tratava-se de uma agenda liberalizante com maciço apoio estatal.

Segundo o relatório do Grupo de Trabalho, a central de matérias primas do Polo não poderia ter produção abaixo de 450 mil toneladas de eteno por ano. Para atingir este volume, demandaria uma quantidade de gás superior à disponível na Bacia de Campos. Deste modo, precisaria da nafta da Refinaria de Duque de Caxias. Nesse sentido, o grupo discorria que a construção do Polo na região sul do estado passava a ser um fator de custo relevante. Além desse fator, o Grupo de Trabalho apontava que a área do Porto de Sepetiba (localizado no município de Itaguaí) apresentava os menores custos de investimento e operacionais para implantação do Polo, pois tinha as melhores condições de infraestrutura portuária e rodoferroviária, em comparação com as áreas de Campos e Macaé, regiões em que Moreira Franco tinha preferência. Contudo, o Secretário Geral do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, afirmava que a escolha definitiva para a implantação do Polo Petroquímico tratava-se de uma decisão política<sup>761</sup>.

Tal disputa pela localização do Polo, criou uma lacuna para que município de Duque de Caxias também pleiteasse a construção em seu território. O poder público municipal chegou a criar uma comissão Pró-Polo Petroquímico, presidida pelo vice-prefeito José Hugo Castelo Branco, que enviou um telegrama ao Presidente Sarney, no qual solicitava nova

---

<sup>760</sup> NATAL. Jorge Luiz Alves. *O Rio discriminado? (pelo governo federal)*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras. 2007. p. 34.

<sup>761</sup> *Jornal O Globo*, 30/01/1988, p. 18.

apreciação, com base em um estudo técnico que versasse sobre o município da Baixada Fluminense<sup>762</sup>.

A disputa política pela instalação do Polo dava-se em função do calendário eleitoral e da disputa política entre PMDB e PDT. No ano de 1988, iria ocorrer as eleições municipais. O governo estadual de Leonel Brizola (1983-1987) teve como desdobramento o aumento da participação do PDT na política do estado do Rio de Janeiro, no legislativo e no executivo municipal. O que o tornava um componente político de peso na avaliação de Moreira Franco e do governo federal sobre a localização do Polo.

A vitória de Juberan Francisco de Barros Oliveira, em 1985, na prefeitura de Duque de Caxias, foi um entrave à implantação do Polo naquela região. O então governador, Moreira Franco, preferia transferir a construção do Polo para Campos, pois a prefeitura da cidade estava sob o comando de José Carlos Barbosa do PMDB. Em resumo, o governo Moreira Franco sabia do impacto social e econômico que o Polo Petroquímico traria ao município em que fosse instalado, isso poderia ser traduzido em votos, aumentar a influência política do partido, conter o avanço do PDT no estado, além de aumentar seu trânsito com o empresariado fluminense.

Ao início da década de 1990, com a eleição de Fernando Collor, a implantação do Polo Petroquímico continua como instrumento de correlação de forças políticas, mas desta vez, em nível nacional. Collor convidou Ricardo Lins de Barros, presidente do Siquirj, para a vice-presidência da Petroquisa. A estratégia do Presidente da República parecia ser bem definida. Deixava o processo de implementação do Polo nas mãos de um empresário ligado diretamente ao ramo de produção de produtos petroquímicos no estado do Rio de Janeiro, agradando todo um conjunto de empresários que iriam se beneficiar direta ou indiretamente com sua instalação, desta forma angariando apoio político do 2º estado mais rico da federação.

O governo Collor procurou estabelecer um diálogo salutar com os interesses dos empresários do estado Rio de Janeiro. A promessa de investimentos no estado, por meio da instalação do Polo Petroquímico, serviria de contrapeso às ações orquestradas pelo governo no campo macroeconômico, como os Planos Collor I e II. O Presidente da República sabia do problemas econômicos pelo qual o Rio de Janeiro estava passando desde a década de 1980. Entendendo que o estado poderia fazer parte de sua estratégia política, que logicamente

---

<sup>762</sup> *Idem.* p. 18.

vislumbrava apoio de frações da classe dominante, Collor movimentou-se na direção dos interesses dos empresários do estado.

Como contraponto, a FIRJAN procurou manter uma relação de parceria com o governo federal, apoiando a política econômica do governo, e sugerindo ajustes para adequá-la às especificidades do processo produtivo. Mas o pano de fundo para um comportamento cordial residia na crise econômica nacional que afetava de sobremaneira o Rio de Janeiro, desde a década de 1980.

A entidade almejava revitalizar a economia do estado por meio do capital estrangeiro, mas também vislumbrava a captação de investimentos federais. Dentre os projetos do empresariado fluminense que deveriam ter incentivos do Palácio do Planalto, estava a construção de um Polo Petroquímico, que reaqueceria a economia, trazendo mais investimentos e criaria um mercado interno, a partir da criação de empregos. A concretização desse projeto era vista como central para a resolução de problemas econômicos do estado. Em 1990, o Polo era visto como o “Partido do Rio” por entidades empresariais (ACRJ, FIRJAN e Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Rio de Janeiro) e associações de profissionais (Clube de Engenharia e Sindicato dos Químicos)<sup>763</sup>. Contudo, ocorreram entraves, de ordem política e econômica, à construção do Polo Petroquímico na primeira metade da década de 1990.

Ao final do governo Moreira Franco, em janeiro de 1991 (Brizola assumiria seu segundo mandato em março daquele mesmo ano), a Petro-Rio paralisou suas atividades relativas à instalação do Polo Petroquímico, demitindo 50% de seu quadro de funcionários. A razão para a desmobilização da empresa era o processo de privatizações de estatais iniciado pelo governo Collor. Nesse contexto, a Petroquisa, acionista da Petro-Rio, estava proibida de realizar investimentos. Os acionistas privados alegavam não ter recursos suficientes para injetar na empresa estatal do governo do estado<sup>764</sup>. O problema era agravado pela recusa do BNDES em ter uma participação de 20% no empreendimento<sup>765</sup>.

O caso da falta de interesse dos acionistas privados em mobilizar capital para o Polo merece destaque. Entendemos que a afirmação de falta de recursos não corresponde à totalidade do contexto. Vejamos, em janeiro de 1990, ainda sob administração Sarney (Collor assumiria em março daquele mesmo ano), a Petro-Rio licitou 14 projetos que faziam parte do

---

<sup>763</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1256. Ano 1990. p. 32.

<sup>764</sup> *Jornal O Globo*, 09/01/1991, p. 21.

<sup>765</sup> *Jornal O Globo*, 02/02/1991, p. 6.

Polo Petroquímico, a cada vencedor caberia aplicar 10% do valor do projeto em ações ordinárias da Petro-Rio, o que gerou uma receita de 122, 4 milhões de dólares à empresa estatal<sup>766</sup>. Dentre as participantes dos projetos estavam grandes players nacionais, de capital associado e, principalmente, transnacionais. Esses grupos tinham grande interesse no processo de privatização implementado pelo governo Collor, ao início do seu governo. Isto nos leva a inferência de que a disputa pela compra de empresas estatais demandaria uma grande concorrência, o que exigiria um maior esforço de aplicação de recursos para este fim. Nesse sentido, a entrevista dada ao *Jornal O Globo*, em agosto de 1991, pelo Secretário estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Luiz Alfredo Salomão, é reveladora.

Salomão, além de assumir que o governo do estado e a União não tinham condições de arcar com o desenvolvimento do projeto de construção do Polo Petroquímico, o secretário observou que sua instalação no município de Itaguaí o inviabilizava, pois havia a exigência de investimento de 650 milhões de dólares em infraestrutura. Perguntado sobre a obrigação da Copperj em realizar as obras necessárias, Salomão rebateu afirmando que a realização de um aterro, construção de adutora e emissário de efluentes e a instalação de linhas de transmissão. Outros entraves à construção do Polo seriam a expansão dos Polos de Camaçari e Triunfo, recessão e deterioração do mercado internacional de petroquímica<sup>767</sup>. As mudanças de cenário, tanto político, quanto econômico, num curto intervalo de tempo, levaram a uma solução provisória que, posteriormente, tornou-se definitiva, com apoio do Conselho Coordenador de Ações Federais para o Estado do Rio de Janeiro, a execução do projeto do Polo no município de Duque de Caxias.

#### 3.4.3.2 A formação de um polo gás químico em Duque de Caxias

Em setembro de 1991, foi assinado um compromisso entre o governo do estado, Petroquisa, Petrobrás, BNDES e Petro-Rio em realizar obras que diminuíssem o impacto ambiental dos poluentes produzidos pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC)<sup>768</sup>. O documento sintetizava a disposição de deslocar uma parcela do que seria o Polo Petroquímico

---

<sup>766</sup> *Jornal O Globo*, 16/01/1990, p. 27.

<sup>767</sup> *Jornal O Globo*, 18/08/1991, p. 31.

<sup>768</sup> *Jornal O Globo*, 13/10/1991, p. 41.

para o município de Duque de Caxias. Tratava-se de uma solução provisória para o projeto inicial. Segundo o próprio diretor da Petro-Rio, Paulo Maurício, “quando a situação mudar, o projeto será retomado”<sup>769</sup>. Entretanto, a ideia de construção do Polo Petroquímico é retomada com força apenas em 1995, pelos governos estadual e federal, ambos sob a legenda do PSDB.

A articulação para implementação de um Polo Gás Químico dava-se por meio da ampliação da produção de eteno da REDUC, fornecendo a respectiva matéria-prima às empresas que se instalariam no entorno da refinaria. A previsão de investimento da Petrobrás era de 400 milhões de dólares. Grandes grupos do segmento petroquímico, como Suzano, Mariani e Unipar participariam do empreendimento<sup>770</sup>. Todo o projeto tinha a estimativa de custo de 800 milhões de dólares, e tinha a aprovação do nível técnico do Conselho Coordenado de Ações Federais para o Rio de Janeiro<sup>771</sup>.

Suzano, Unipar e Mariani estavam entre as maiores empresas em faturamento no segmento petroquímico no Brasil, tendo uma participação de 9%, 6% e 4%, respectivamente, no mercado, o que correspondia a 374 milhões de dólares, sendo somente ultrapassados pelo grupos Odebrecht, Econômico e Ultra, que juntas detinham 73%<sup>772</sup>. Assim como a Unipar, que era membro permanente da ACRJ, a Suzano<sup>773</sup> também tinha articulação regional. Seu diretor, Armando Guedes Coelho, era presidente do Conselho de Energia da FIRJAN<sup>774</sup>.

A economia do Rio de Janeiro estava sendo beneficiada, em relação a de outras regiões do país, com exceção do centro-oeste, pelo Plano Real. A relação positiva dava-se em virtude do vínculo de parte significativa de sua produção estar atrelada à commodities, em especial o petróleo, sendo esta geradora de divisa em moeda estrangeira, fulcral à dinâmica desse plano econômico. Esse novo ambiente econômico, trazido por essa política ortodoxa, trouxe novas possibilidades de crescimento para o Rio de Janeiro, embora tenha concorrido para o desemprego e aumento do déficit público<sup>775</sup>. Destaque-se o fortíssimo ritmo expansivo

---

<sup>769</sup> *Jornal O Globo*, 13/10/1991, p. 41.

<sup>770</sup> *Jornal O Globo*, 21/07/1995, p. 22.

<sup>771</sup> *Jornal O Globo*, 19/07/1995, p. 28.

<sup>772</sup> ANDRADE, José Eduardo Pessoa, SHI KOO PAN, Simon, ZAPORSKI, Janusz, AZEVEDO MELO, Kelly Cristina. *A indústria petroquímica*. BNDES Biblioteca Digital, Novembro, 1995. p. 80.

<sup>773</sup> Junto com a Odebrecht, CSN e Aramco, a Suzano ainda cogitou construir uma refinaria e uma usina termoeétrica no município de Campos. O projeto não foi à frente.

<sup>774</sup> *Jornal O Globo*, 11/01/1996, p. 22.

<sup>775</sup> OLIVEIRA, Alberto de & RODRIGUES, Adrianno O. *Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas*. Revista Semestre Econômico – Univerdad de

da produção petrolífera da bacia de Campos foi responsável pela manutenção do estado do Rio de Janeiro como segunda maior economia do país<sup>776</sup>.

Em 1996, formou-se a empresa Rio Polímeros, que tinha participação inicial das empresas Suzano, Mariani e Unipar. Em 1997, junto à Petrobrás, formaram um consórcio, o Rio Eteno, para constituição de uma central de matéria-prima. A participação da estatal foi de 30%. O consórcio tinha o objetivo de realizar investimentos no Polo Gás Químico, que se desdobravam no fornecimento de matéria prima e tecnologia. A primeira comprometia a Petrobras a fornecer 9 milhões de metros cúbicos de gás de bacia de Campos, enquanto o segundo abarcava a participação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) na utilização de tecnologia para a produção de polietileno. O acordo entre a estatal e a iniciativa privada foi celebrado no Palácio da Guanabara, com a presença do governador Marcelo Alencar; do secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Márcio Fortes; do presidente da Petrobras, Joel Mendes Rennó e do secretário-executivo do Conselho Coordenador de Ações Federais, Raphael de Almeida Magalhães<sup>777</sup>. A formação de uma unidade petroquímica no Rio de Janeiro mudava definitivamente do rumo inicial. O compromisso entre empresários e Estado, naquele momento, era de construir um Polo Gás Químico na cidade de Duque de Caxias.

Embora Estado e empresários estivessem estabelecido condições para o novo empreendimento, havia entraves ao financiamento que começaram a ser resolvidos a partir do ano 2000, quando o governo estadual estava sob a gestão de Anthony Garotinho do PDT, partido de oposição ao PSDB do Presidente da República, FHC<sup>778</sup>. Naquele ano, houve definição sobre a composição acionária da Rio Polímeros, que passou a ter como partícipes a Petroquisa (16,7%), BNDES participações (16,7%), Suzano (33,3%) e Unipar (33,3%). Ficou decidido, na ocasião, que o investimento seria de 40% de capital próprio e 60% financiado por terceiros<sup>779</sup>.

---

Medellín, volume 12, número 24, 2009. p. 134.

<sup>776</sup> SIQUEIRA, Hipólita. “Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole”, In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.), *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 88.

<sup>777</sup> *Jornal do Comércio*, Edição 128, 11/03/1997. p. A-3.

<sup>778</sup> Garotinho foi eleito por coligação reunia PDT, PSB, PC do B e PT. No ano 2000, por desentendimentos com Brizola, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>779</sup> *Jornal do Comércio*, Edição 133, 14/03/2000. p. A-23.

As alterações no quadro societário inicial da Rio Polímeros, com a saída do grupo Mariani, e a participação ativa da Petroquisa após a quebra do monopólio do petróleo expressam, por um lado, um movimento cada vez maior de concentração do setor petroquímico em virtude do avanço de players internacionais, e por outro, o apoio estatal a players nacionais numa conjuntura de abertura econômica. O Estado precisava equacionar acumulação de divisas, necessárias à manutenção da política econômica do Plano Real, com o avanço do capital monopolista de escala planetária.

No ano de 2002, recrudescer a participação estrangeira no empreendimento. O Eximbank dos EUA e o banco italiano Sace injetaram 142 e 147 milhões de dólares<sup>780</sup>, que somados a investimentos do BNDES perfaziam o valor correspondente a 60% dos investimentos de terceiros, conforme o que foi preconizado entre os pares da Rio Polímeros. O Polo Gás Químico foi inaugurado em 2005, à época, o governo estadual estava a sob gestão de Rosinha Garotinho e a Presidência da República era ocupada por Luís Inácio Lula da Silva.

Foram quase 20 anos de articulação política do empresariado regional para formação do principal empreendimento industrial do estado do Rio de Janeiro. Isso denota um projeto empresarial bem definido, mas que necessitava do Estado para sua execução. Nesse sentido, a conjuntura econômica e política era fundamental. A alavancagem do projeto foi possível devido à ortodoxia do Plano Real, que impelia à acumulação de divisas, e trazia estabilidade econômica, por conseguinte um clima propício a investimentos, mas sua consolidação somente ocorre a partir do Plano Estratégico da Petrobras 2020<sup>781</sup>, cujo conteúdo revela o interesse em expansão de negócios da empresa, nele incluído o segmento de petroquímica.

### **Considerações precárias**

A década de 1990 traz no seu contexto macroeconômico traços marcantes, com uma concorrência internacional cada vez mais intensa, a marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas, conjuntura econômica instável e alto nível de desemprego estrutural. Estava em voga um novo regime de acumulação de capitais que se capilarizaria pelo mundo. Seu funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado, aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do

---

<sup>780</sup> *Jornal do Comércio*, Edição 108, 13/02/2002. p. A-9.

<sup>781</sup> MARTINHO, Clarice Antoun. *O Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro: dinâmica econômica, desdobramentos espaciais, e políticas governamentais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2009. p. 63.

capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal. Contudo, o núcleo de acumulação de capital ainda estava sob a égide do capital produtivo até o ano de 1995, quando haveria a inflexão para dominância do capital financeiro<sup>782</sup>. O aumento da dívida pública nos países centrais talvez seja um dado que auxilie esta afirmação. Associado ao grande fluxo de capitais advindos do processo de globalização, tornou a riqueza mais fluida, sendo esta controlada pelo sistema financeiro internacional.

Isso explica, em parte, uma agenda neoliberal mais expressiva, do ponto de vista político e econômico, a partir do Plano Real, criado em 1994, no governo Itamar Franco. Com Fernando Collor à frente da Presidência da República, o Brasil passou por dois planos econômicos que traziam uma proposta com características neoliberais, apoiadas pela FIRJAN e ACRJ, pela primeira de forma mais crítica, mas que não tinham eco político, econômico e social. O governo Collor não conseguiu criar condições, até seu impeachment, de uma adesão ampla do empresariado nacional, principalmente a FIESP, e da sociedade, em virtude dos elevados índices de desemprego e de inflação.

Políticas de inspiração neoliberal, do ponto de vista do empresariado fluminense, não eram apenas sinal de problemas sociais, mas de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro. Segundo Oliveira e Natal, poucos lugares, com exceção do estado de São Paulo, conseguiram obter tantos investimentos ligados à privatização em semelhantes magnitudes, assim como tantos capitais estrangeiros, aplicados em setores diversos da economia local<sup>783</sup>.

Nesse sentido, toda a articulação empresarial pautada pela FIRJAN e ACRJ, principalmente pela última, se debruçou num alinhamento com os interesses de organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, que defendiam a agenda neoliberal utilizando como principal instrumento de barganha a dívida externa, que se desdobraria em desregulamentação financeira e na abertura da economia a importações, todos temas sensíveis à nova ordem global, encabeçada por grandes conglomerados financeiros. A oligopolização do capital impunha-se, e tinha como aliada a burguesia interna, que, no caso do Rio de Janeiro, tracejava projetos de associação a esse capital.

---

<sup>782</sup> CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim de século*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, volume 5, 1995. p. 7.

<sup>783</sup> OLIVEIRA, Alberto de & NATAL, Jorge. *Questão regional, Estado e desenvolvimento no século XX – “olhares” fluminenses a partir dos “interesses” do Rio*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XX, nº 2, 2006. p. 63.

#### 4 A AGENDA PRIVATISTA NO RIO DE JANEIRO

O Brasil foi o último país da América Latina a adotar uma agenda de privatizações de suas empresas estatais. Durante a década de 1980, que nos remete à crise do modelo de substituição de importações, a resposta para o problema, segundo Filgueiras, dava-se por meio da tentativa de construção de um neodesenvolvimentismo. A dimensão continental e a complexidade industrial do Brasil foram fatores-chave nessa conjuntura, e reforçaram essa tentativa. Frações da classe dominante ainda não haviam se definido quanto a um projeto neoliberal, embora países hegemônicos como EUA e Grã-Bretanha, já o tivessem adotado em suas agendas.

A formação de um bloco no poder<sup>784</sup>, com corte neoliberalizante, somente toma a cena na candidatura de Fernando Collor à Presidência da República, no ano de 1989, que foi impulsionada pelo medo da perda do controle político da sociedade para um projeto nacional, democrático e popular, organizado por um partido de massas, o Partido dos Trabalhadores<sup>785</sup>.

O capital financeiro internacional e empresas transnacionais, em processo contínuo de expansão/acumulação<sup>786</sup>, objetivavam a compra de empresas estatais, e tinham como principal articulador o BIRD. O banco, além de ser um braço da política hegemônica norte-americana, lançava (e ainda lança) títulos no centro financeiro mundial, Wall Street<sup>787</sup>, servindo de correia de transmissão de investimentos de longo prazo do capital entesourado de capitalistas dos países centrais.

Em conexão com ACRJ, o BIRD promoveu um seminário, no ano de 1990, junto a empresários, no qual expôs, explicitamente, seu interesse por empresas estatais ligadas aos segmentos de telecomunicações, energia e transportes<sup>788</sup>. Na ocasião, Demetrios Papageorgiou, Chefe da Divisão de Operações, Comércio e Finanças do BIRD no Brasil, declarou a intenção de investir 100 milhões de dólares no BNDES Participações (destinado a

---

<sup>784</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 16.

<sup>785</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. p. 181.

<sup>786</sup> MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 139.

<sup>787</sup> PEREIRA, João Márcio Mendes. *Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994)*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, nº 29, 2014. p. 536.

<sup>788</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1260, 1990, p. 20.

apoiar a privatização de empresas estatais no país) e mais 300 milhões no BNDES<sup>789</sup>. A necessidade de se elevar o nível de investimento e a dívida externa contribuíram para o avanço da hegemonia dos interesses do grande capital estrangeiro.

O estabelecimento de uma ordem hegemônica, cuja agenda traz no seu bojo um novo padrão de acumulação de capital (neoliberalismo), precisa do consenso entre as classes, Estado e sociedade civil<sup>790</sup>. Sob este prisma, a atuação do BIRD junto à ACRJ serviu para a construção de um pensamento condizente com interesses externos, mas que mantinha interesses de frações de classe dominante local. Havia um movimento de cooptação das elites dos países periféricos<sup>791</sup> para facilitar fluxo de capital excedente dos países centrais, e a tentativa de definir políticas, num plano nacional, que fossem favoráveis às forças econômicas dominantes.

A materialidade da resultante das discussões no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro, ocorreria por meio de empréstimos e mudanças na legislação, o que se desdobraria, em parte, no processo de privatização de empresas estatais. Importa-nos aqui destacar que o estado era um grande produtor de energia (maior produtor nacional de petróleo e gás) e alocava importantes empresas estatais da esfera federal (Eletrobrás, Petrobrás e BNDES, principalmente), mas também possuía um bom número de empresas estatais pertencentes ao governo estadual, com destaque para a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CERJ), Companhia Estadual de Gás, Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) e Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ).

Embora o Plano Nacional de Desestatização tenha sido lançado pelo governo federal, em 1990, existiam entraves à privatização de empresas estatais pertencentes aos estados da federação. A Constituição do Rio de Janeiro, por exemplo, determinava expressamente que a privatização de cada empresa pública ou sociedade de economia mista deve se dar mediante expressa autorização legislativa. Além disso, nos casos de privatização das sociedades de economia mista, o controle acionário deveria ficar com estado, ou seja, 51 % das ações deveriam continuar na posse do governo<sup>792</sup>. Havia ainda uma Assembleia Legislativa com

---

<sup>789</sup> Idem. p. 20.

<sup>790</sup> GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 157.

<sup>791</sup> COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e relações internacionais: Um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p.119.

<sup>792</sup> Constituição do Rio de Janeiro, 1988.

maioria formada pelo Partido Trabalhista Democrático Brasileiro, de centro-esquerda, mesmo partido do Governador Leonel Brizola, que exerceria mandato de 1991 a 1994<sup>793</sup>.

A trama de relações no âmbito político torna-se mais complexa na medida em que Brizola se aproxima de Collor. Ainda em janeiro de 1991, reuniu-se com o Presidente da República no Palácio do Planalto com o fim de discutir sobre problemas pelos quais o Rio de Janeiro estava passando. Em uma primeira análise, entendemos que a perspectiva política do pedetista passava por uma aliança com o governo federal, e tinha como horizonte investimentos da União no estado do Rio de Janeiro. A ajuda financeira ao BANERJ e a obtenção de crédito via BNDES revelam a intenção de injetar o capital em infraestrutura, este seria pago num prazo elástico e traria desdobramentos positivos à indústria regional, como à criação de empregos e a facilitação da escoação da produção, o que aumentaria os níveis de competitividade.

Sobre o processo de privatizações, o PDT adotou a ideia central da tese de doutorado de Márcio Wohlers de Almeida defendida na Universidade de Campinas (UNICAMP), a qual dava destaque à utilização do dinheiro obtido com a venda em novas empresas estatais de alta tecnologia<sup>794</sup>. Esse modelo foi adotado na Itália, diferente daquele adotado no Brasil, que priorizava o salvamento do Tesouro. A diferença entre os modelos reside no nível de dependência da economia brasileira em relação ao capital internacional somada à força do discurso neoliberal operado pelos países centrais.

A aceitabilidade da proposta de privatização pedetista na sociedade científica, civil e política no Brasil dependia da sua força dentro no campo científico. As oportunidades que um agente singular tem de submeter às forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo<sup>795</sup> isto é, ao seu capital e crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital. Nesse sentido, o arcabouço teórico voltado a uma produção de dependência, cada vez intensa, se sobrepôs ao viés do PDT por fazer parte do mainstream internacional. O pagamento da dívida externa daria a cadência das mudanças.

Sob essa nova via de acumulação de capital, em defesa dos interesses internacionais nas empresas públicas, em especial as do Rio de Janeiro, Eduardo Lessa Bastos criticou veementemente os pontos da Constituição do estado que tocavam as questões relativas à

---

<sup>793</sup> Disponível em: <[http://www.alerj.rj.gov.br/center\\_arq\\_inf\\_fase\\_2.htm#5](http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_inf_fase_2.htm#5)>. Acesso em: 05 fev. 2016.

<sup>794</sup> *Jornal O Globo*, 11/10/1991. p. 29.

<sup>795</sup> BORDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP. 2004. p. 22.

privatização, por meio da Revista da Associação Comercial no ano de 1991. Lessa era presidente da Câmara de Comércio Britânica do Rio de Janeiro e dono do escritório de advocacia Lessa Bastos Advogados, que tem sede na cidade do Rio de Janeiro e representações nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos. Dentre as principais atividades do escritório estavam atuação no direito mineral, comércio exterior, contratos e negócios internacionais e joint-ventures<sup>796</sup>. A atuação do advogado tinha o escopo de legitimar um poder, no caso o dos países centrais, em decorrência de uma prática científica racional, na qual o saber-ciência é investido na ideologia<sup>797</sup>. A naturalização do ideário privatista e a desconstrução do consenso keynesiano era o objetivo central dos intelectuais ligados aos interesses dos países centrais. No Rio de Janeiro, isso foi realizado sistematicamente.

O ideário de privatização defendido por Eduardo Lessa Bastos ganharia fôlego e se materializaria na administração do governador Marcelo Alencar entre os anos de 1995 e 1999 sob a legenda do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), importante aliado da burguesia brasileira e seus sócios internacionais. Sua credibilidade eleitoral em nível nacional e regional (na gestão Alencar, a bancada da Assembleia Legislativa deixa de ser predominantemente pedetista e passa a ser de centro, como uma boa parcela de deputados do PSDB) daria suporte à estratégia patronal, pois 28 % de suas lideranças estavam ligadas à associações ou federações empresarias, dentre elas, FIRJAN e ACRJ<sup>798</sup>.

Em maio de 1995, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o parágrafo único do artigo 69 da Constituição estadual, que versava sobre impossibilidade de se vender mais de 49% das ações das sociedades de economia mista, desta maneira, tornando factível seu controle pela iniciativa privada. Com uma Assembleia Legislativa de centro, Alencar conseguiu a aprovação do Programa Estadual de Desestatização em novembro de 1995. A conjuntura já era extremamente favorável às privatizações.

O programa de privatizações do estado tinha como pano de fundo a renegociação da dívida estadual junto ao governo federal. Segundo o governo, o objetivo era eliminar os subsídios estatais às empresas públicas, assim criando condições de resolução do problema fiscal junto à União, tornando-o mais ativo no âmbito social, ou seja, melhorando a qualidade

---

<sup>796</sup> Disponível em: <<http://www.lessabastos.com.br/pt/historia.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

<sup>797</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 53.

<sup>798</sup> GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)*. Niterói: Dissertação de mestrado, UFF, 2006. p. 92.

dos serviços públicos de saúde e educação, principalmente. A proposta e os objetivos do governo FHC dialogavam com as proposições do BIRD, que possuía um programa de “ajuda” aos estados que resolvessem realizar um reforma administrativa, o State Reform Loan.

A seguir, figura 1 demonstra as empresas controladas pelo governo do estado do Rio de Janeiro e seus respectivos dados, divulgado no Jornal O Globo, em 22/08/1995. Número de empregados e desempenho foram postos de maneira a induzir que 50% (total de seis empresas) das empresas a serem privatizadas ou postas em concessão davam prejuízo. Dados sobre empresas a serem fundidas, mantidas e as que seriam objeto de privatização e concessão eram o rascunho do projeto de reforma administrativa.

Curiosamente, o BANERJ, foi a empresa com maior lucro no ano de 1994. A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais (Coderte)<sup>799</sup>, embora com prejuízo de 404 mil reais, em 1994, tinha uma receita mensal de 1,5 milhão por mês. Em relação ao Metro, apesar do prejuízo de 304 milhões de reais, o governo do estado conseguiu transferir uma dívida de 3 bilhões, referentes a sua construção, ao governo federal<sup>800</sup>. A CEDAE também merece destaque, na medida em que o governo previa sua concessão sem subsídios, retirando do Estado qualquer responsabilidade no papel do fornecimento de água, indispensável a qualquer ser humano.

---

<sup>799</sup> Criada em 1975, é uma empresa estatal de economia mista constituída pelo governo estadual do Rio de Janeiro. Tem a função de prover a infraestrutura necessária ao segmento de transportes rodoviários. Disponível em: <[http://www.coderte.rj.gov.br/hist\\_atribuicoes.asp](http://www.coderte.rj.gov.br/hist_atribuicoes.asp)>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>800</sup> *Jornal O Globo*. 22/08/1995. p.19

Figura 5 – Plano de Privatizações

<b>Privatização:</b>	<b>TurisRio</b> (Companhia de Turismo do RJ)
<b>Ceasa</b> (Centrais de abastecimento do RJ)	Serviço : Fomento ao Turismo
Serviço: Comercialização de produtos agrupercuários	Número de empregados: 144
Número de empregados: 498	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 2,45 milhões
Desempenho em 1994: lucro de R\$ 674.000	<b>Instituto Vital Brazil</b>
<b>Cerj</b> (Companhia de eletricidade do RJ)	Serviço : Pesquisa
Serviço: Fornecimento de energia elétrica	Número de empregados:569
Número de empregados: 5.758	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 3,71 milhões
Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 101.87 milhões	<b>Emop</b> (Empresa Municipal de Obras Públicas)*
<b>CTC</b> (Companhia de Transportes Coletivos do RJ)	<b>Flutec</b> (Empresa Fluminense de Tecnologia)
Serviço: Transporte rodoviário	<b>Imprensa Oficial *</b>
Número de empregados: (*)	<b>Cehab</b> (Companhia estadual de Habitação)*
Desempenho em 1994: (*)	<b>Concessão com subsídios:</b>
<b>Banerj</b> (Banco do Estado do Rio de Janeiro)	<b>Metrô</b>
Serviço: Banco estadual	Serviço: Transporte
Número de empregados: 18 mil	Número de empregados: 3.329
Desempenho em 1994: Lucro de R\$ 160 milhões (balanço definitivo não divulgado)	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 304,73 milhões
<b>Copperj</b> (Companhia do pólo Petroquímico do RJ) *	<b>Flumitrens</b> (Companhia Fluminense de Trens Urbanos)
<b>Serve</b> (Empresa estadual de aviação)	Serviço: Transporte
<b>Ciferal *</b>	Número de empregados: -
<b>Fusão de empresas</b>	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 1,6 milhões
<b>Emater</b> (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RJ)	<b>Concessão sem subsídio:</b>
Serviço: Assistência Mecânica ao produtor rural	<b>Cedae</b> (Companhia Estadual de Águas e Esgotos)
Número de empregados:752	Serviço: abastecimento de água e rede de esgoto
Desempenho em 1994: Lucro de R\$ 65.000	Número de empregados: 10.500
<b>Pesagro</b> (Empresa de Pesquisa Agropecuária do RJ)	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 19,22 milhões
Serviço: Pesquisa agropecuária	<b>Concessão sem subsídio ou privatização:</b>
Número de empregados: 642	<b>Conerj</b> (Companhia de Navegação do RJ)
Desempenho em 1994: prejuízo de R\$ 1.737.000	Serviço: Transporte Marítimo
<b>Siagro</b> ( Empresa de serviços e insumos básicos para agropecuária)	Número de empregados: 1.041
Serviço: apoio a produtor rural	Desempenho em 1994: Lucro de R\$ 1,09 milhões
Número de empregados: 280	<b>Coderte</b> (Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do RJ)
Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 545.000	Serviço: Administração de Terminais, como o Menezes Cortes
<b>Caserj</b> (Companhia de Armazéns e Sítios do RJ)	Número de empregados: 780
Serviço: Armazém	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 404 mil
Número de empregados: 310	<b>Privatização em duas etapas</b>
Desempenho em 1994: Lucro de R\$ 191.000	<b>CEG</b> (Companhia estadual de Gás)
<b>Extinção:</b>	Serviço: Fornecimento de Gás
<b>Diverj</b> (Distribuidora de valores do RJ)	Número de empregados: 1.855
<b>BD/Rio</b> (Banco de Desenvolvimento do RJ)	Desempenho em 1994: Prejuízo de R\$ 14,08 milhões
<b>Celf</b> (Centrais Elétricas Fluminenses)	
<b>Mantidas:</b>	(*) Dados fornecidos pelo Governo do Estado.
<b>Codin</b> (Companhia de Desenvolvimento Industrial)	OBS: O BD/Rio e Celf estavam em processo de liquidação no ano de 1994.
Serviço: Fomento à Indústria	
Número de empregados: (*)	
Desempenho em 1994: (*)	O Banerj passava por regime de administração especial.

Fonte: *Jornal O Globo*, 22/08/1995, p.19.

#### 4.1 Mudanças em escala global e a formação do ENERJ

Em abril de 1990, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) publicou em sua revista um editorial que discorria sobre o futuro da eletricidade nos países da periferia a partir da ótica dos países centrais. A argumentação desenvolvida foi pautada num seminário ocorrido em Tóquio no ano de 1989, no qual foram patrocinadores a Eletric Power Development Company (EPDC)<sup>801</sup> do Japão, MITRE Corporation<sup>802</sup> dos Estados Unidos e o Institut Français de L' Energie.

O Brasil participou das discussões junto a mais doze países periféricos e a instituições internacionais de fomento e financiamento como Banco Mundial (BIRD), Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID)<sup>803</sup>, Fundo de Cooperação Econômica no Exterior (OECE)<sup>804</sup>, Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA)<sup>805</sup>,

---

<sup>801</sup> Empresa estatal japonesa do ramo de produção e distribuição de energia elétrica, criada em 1952. Na década de 1960, passou a desenvolver negócios e consultorias no exterior. Disponível em: <<http://www.jpowers.co.jp/english/ir/pdf/2012-01.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>802</sup> A MITRE Corporation foi constituída em 1958 como uma empresa privada, sem fins lucrativos, para fornecer orientação técnica e de engenharia para o governo dos EUA. A empresa opera na interseção de tecnologia avançada e preocupações nacionais. Atende a uma variedade de agências governamentais nos níveis mais altos, por meio da operação de centros de pesquisa e desenvolvimento financiados pelo governo norte-americano. Inicialmente a equipe executiva tinha como participante H. Rowan Gaither, que também era presidente da RAND Corporation e da Fundação Ford, sendo o primeiro presidente do Conselho de Administração. Em 1963, a Agência de Comunicações de Defesa do Departamento de Defesa escolheu a MITRE como sua principal fonte de apoio técnico para o Sistema Nacional de Comando Militar. No início dos anos 1970, a empresa aplicou princípios arquitetônicos de acesso múltiplo por divisão de tempo (demonstrados na JTIDS) a comunicações digitais de banda larga por cabo coaxial. O resultado foi um sistema patenteado baseado em cabo chamado MITRIX, que permitiu uma das primeiras redes locais. A experiência MITRIX imediatamente deu frutos no próximo grande programa da empresa no mundo da inteligência, chamado de Sistema de Informações de Inteligência do Departamento de Defesa. A empresa abriu uma nova instalação em Fort Monmouth, Nova Jersey, em 1989, para apoiar o crescente volume de trabalho do Exército na visualização do campo de batalha. Em 1991, a Força Aérea enviou dois protótipos de aeronaves Joint STARS para a Operação Tempestade no Deserto para identificar e rastrear o movimento de veículos terrestres iraquianos. Disponível em: <<https://www.mitre.org/about/our-history>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>803</sup> Criada em 1961, pelo presidente John F. Kennedy, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) reuniu várias organizações e programas de assistência externa existentes. Até então, nunca houvera uma única agência encarregada do desenvolvimento econômico estrangeiro. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>804</sup> Estabelecido, em 1961, para assumir a gestão do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento do Sudeste Asiático do Banco de Exportação e Importação do Japão (JEXIM). Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>805</sup> Formada em 1954, com o objetivo de promover projetos de cooperação técnica. Inicialmente, tinha vinculação com o Plano Colombo, que visava a reestruturação social no sudeste asiático. Disponível em: <<https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

além da Agência Internacional de Energia (AIE)<sup>806 807</sup>. O objetivo do evento era a discussão e a realização de um exame do papel da eletrificação nos países em desenvolvimento, analisando características específicas, os problemas enfrentados, e possíveis soluções que permeavam aspectos operacionais, tecnológicos e financeiros.

Uma observação mais detida dos participantes do seminário traz à luz os interesses dos países centrais na periferia e seu *modus operandi* para consecução de seus objetivos. Sobre a participação norte-americana, percebe-se o enlace entre interesses privados de Wall Street (materializado no BIRD) com interesses de viés geopolítico. A Mitre Corporation é organicamente ligada ao Departamento de Defesa dos EUA, e tem como foco a produção de tecnologia com ênfase em telecomunicações. Esse tipo de tecnologia exige um alto consumo de energia. O que revela sua interface com a produção e distribuição de energia em nível global. A USAID, nessa conjuntura, pode ser entendida como um pivô de articulação de ajuda econômica direta do seu governo a países periféricos, no sentido de promover a expansão de energia elétrica.

Do ponto vista estatal, a AIE também é um ator político importante, pois representa o conjunto de países mais ricos do mundo, como contraponto à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). A ação da agência tem um peso significativo na produção, desenvolvimento e divulgação de dados sobre energia no globo, o que nos leva a apreender a articulação sistematizada de países centrais no que toca a políticas de promoção energética no mundo. OECF e JICA estão inseridas nesse contexto. Utilizavam-se do excedente de capital japonês para realização de projetos, inclusive àqueles ligados à produção e distribuição de energia.

A política energética adotada pelos países centrais tinha alcance global. Empresas como Petrobrás, Companhia Estadual de Gás (CEG), Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ) e Light (distribuidora de energia elétrica na região metropolitana do Rio de

---

<sup>806</sup> A história da AIE começou com a crise da Guerra do Oriente Médio de 1973-1974 e suas consequências imediatas. Embora os países produtores de petróleo parecessem relativamente bem organizados para utilizar seu novo poder econômico e político baseado no petróleo, muitos países da OCDE se viram inadequadamente equipados com as informações e organização necessárias para enfrentar os desafios correspondentes.

Os membros fundadores originais da AIE em 1974 eram a Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Noruega (sob um acordo especial), Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, e os Estados Unidos. A agência tornou-se o ponto focal para a cooperação energética em questões como: segurança do abastecimento, política a longo prazo, informação (“transparência”), energia e ambiente, investigação e desenvolvimento e relações internacionais no domínio da energia. As principais decisões políticas e a estrutura da agência estavam firmemente ancoradas no tratado da AIE, chamado de “Acordo sobre um Programa Internacional de Energia”. A nova agência seria sediada na OCDE em Paris. Disponível em: <<https://www.iea.org/about/history/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>807</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1258, 1990. p. 19.

Janeiro), todas com sede e principais pontos de operação no estado do Rio de Janeiro, seriam objeto de metamorfose operada pelo capital com apoio de sócios locais.

A ação de frações da classe dominante da região foi importante para estabelecer uma nova faceta da cultura liberal conservadora<sup>808</sup>. Propunha-se menos intervenção do Estado na economia, em contrapartida, oferecia créditos “favorecidos” de longo prazo. Num ambiente de recessão econômica, vislumbrava-se a inserção na globalização por meio desses investimentos. Os estudos dessas instituições internacionais indicavam que o crescimento da demanda de consumo de energia elétrica dos países periféricos era maior que nos desenvolvidos. Precariedade de instalações, em alguns países, deficiência em quadros técnicos e gerenciais também eram abordados de maneira a justificar a assistência por parte das agências internacionais de cooperação técnica.

O capital monetário financiável tem papel chave na conjuntura. Numa fase de estagnação econômica mundial, iniciada com a crise do petróleo em 1973, esse excedente de capital monetário está relacionado ao seu emprego de maneira segura e sólida<sup>809</sup>. Em síntese, significa dizer que os países centrais objetivavam a realização de investimentos a juros baixos, porém sob suas normas “universais”, que implicariam mudanças organizacionais e institucionais do Estado.

A crítica aos subsídios seria uma outra vertente de combate ao papel interventor do Estado na economia. Consoante as discussões do evento, as tarifas subsidiadas, em geral realizadas por empresas estatais, poderiam provocar racionamentos, “black-out” e queda dos padrões dos serviços. Assim, ressaltou-se a necessidade de tarifas realistas para que fossem possibilitados os pagamentos de empréstimos para obras de expansão do mercado de energia<sup>810</sup>. O pano de fundo da retirada dos subsídios consistia em criar condições fiscais de pagamentos de empréstimos às instituições internacionais de financiamento, além de provocar uma maximização patrimonial dos ativos de energia elétrica. Para que a taxa de lucro desse mercado em expansão fosse maior que a do mercado financeiro, condição sine qua non para investimento na economia real, eram cruciais mudanças que partissem desta lógica.

As normas estabelecidas pelas organizações de fomento e financiamento internacionais para realização de investimentos foram difundidas de forma gradual no estado do Rio de Janeiro. O ENERJ, Energia para o Rio de Janeiro, organizado pela ACRJ, foi um

---

<sup>808</sup> MÉSZÁROS, Op. Cit. 2014. p. 57.

<sup>809</sup> HARVEY, Op. Cit. 2013. p. 394.

<sup>810</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1258, 1990. p. 19.

grupo que se formou com objetivo de cristalizar interesses locais com as mudanças a nível global, no ano de 1991. O encontro reuniu técnicos, autoridades federais e estaduais do setor.

Devido à situação permanente de conflito no oriente médio, foi recomendada uma política ativa e agressiva de desenvolvimento e produção de petróleo e gás na bacia de campos. As empresas estatais, Petrobras e CEG, presentes no Rio de Janeiro, nessa conjuntura, exerceriam um papel central. Havia a intenção de articular políticas públicas voltadas para o crescimento da demanda energética, provocando, destarte, a atração de investimentos.

A participação da iniciativa privada no setor elétrico por meio da co-geração, autogeração e produção independente dependia da adoção, por parte do governo, de tarifas realistas. A fala de que as tarifas eram manobradas para o controle da inflação por meio de subsídios dava a tônica da crítica ao gasto público, o que evidentemente ensejava o discurso de privatização das estatais, em voga pelos economistas do mainstream.

A questão regional é muito presente nas discussões do 1º ENERJ. De modo a estimular ainda mais a atração do capital privado, foi sugerido que as tarifas do setor de energia fossem estadualizadas, pois a atomização do espaço de diálogo, delineada por uma relação entre o governo estadual e iniciativa privada, seria um bom instrumento para aumento tarifário. Além disso, existia o desejo de unificação da Light (estatal federal) e CERJ, e a transferência gradual da distribuição de gás natural, realizada pela Petrobras, para a CEG<sup>811</sup>. Ambas questões tinham como cerne a valorização patrimonial da CERJ e CEG, tornando-as atrativas para investimentos, o que seria traduzido pelo processo de privatização. Essas empresas seriam vendidas nos meados dos anos de 1990 para empresas estrangeiras ligadas ao setor energético.

A agenda neoliberal criou desafios para o empresariado do Rio de Janeiro. A ACRJ tentava promover discussões sobre projetos que envolvessem setores que demandassem capacidade tecnológica de ponta, mão de obra especializada, acesso fácil a centros de tecnologia e infraestrutura urbana desenvolvida<sup>812</sup>. Numa fase do capitalismo em que o ajuste tecnológico é eminente nas relações de produção, observa-se a intenção de se integrar no processo de globalização produtiva de modo competitivo.

O produto interno do estado do Rio de Janeiro em 1991 girava em torno de 40 bilhões de dólares, representando cerca de 11% do total do país. No entendimento dos agentes

---

<sup>811</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1266, 1991. p. 5.

<sup>812</sup> *Idem*. p. 6.

econômicos da região, seu parque industrial poderia servir de base para uma estratégia de desenvolvimento industrial do futuro. Como definido por um diretor da ACRJ à época,

A posição do parque industrial é um fator definidor da estratégia de desenvolvimento futuro em função do montante de investimentos realizados no passado em cada setor industrial, criando vantagens competitivas que não podem ser desprezadas.<sup>813</sup>

Na mesma perspectiva, complementava como deveria ser o comportamento do governo,

O sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento industrial depende do Governo do Estado ter uma política, liberal, privatista e progressista, indutiva de um clima de tranqüilidade que permita a geração de oportunidades de investimentos e de investidores capazes de realizá-los<sup>814</sup>.

O pensamento descrito acima reproduz duas questões. A primeira está relacionada à defesa da coerência estruturada da região, a qual abrange as formas e as tecnologias de produção, as quantidades e qualidades de consumo (padrão e estilo de vida de trabalhadores e burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão de obra (hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e infraestruturas físicas e sociais na configuração de um território<sup>815</sup>. Destarte, ocorria a preocupação da defesa de capitais investidos no passado, que poderiam ser destruídos pela avalanche de transformações do processo produtivo em escala global.

A segunda questão configura o desejo de cooptar o Governo Estadual por meio do arcabouço teórico desenvolvido no Consenso de Washington, recorrentemente difundido por entidades internacionais de fomento e financiamento, como BIRD e Fundo Monetário Internacional (FMI), não excluindo outras citadas ao longo desse texto, delineando uma clara defesa da intervenção político-econômica dos países centrais (tríade EUA- Europa- Japão) nos países periféricos. Ilustrando a dada conjuntura, observamos que o capitalismo utiliza o Estado como centro de suas decisões. Como afirmou Karl Polanyi, “o caminho para o livre mercado foi aberto, e manteve-se aberto, em virtude do enorme crescimento de um intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado”<sup>816</sup>.

---

<sup>813</sup> Idem. p. 6.

<sup>814</sup> Idem. p. 6.

<sup>815</sup> HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.p. 146.

<sup>816</sup> GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. Três contribuições críticas ao mercado autorregulado*. Rio de Janeiro: Anpec, 2006. p. 17.

Após o fracasso dos Planos Collor I e II, assumia como ministro da pasta de Economia, Fazenda e Planejamento Marcílio Marques Moreira. Nessa nova fase do governo Collor, o processo de negociação da dívida externa tomou contornos decisivos. Sua política econômica, chamada de “feijão com arroz”, tinha como objetivo fechar um acordo com o FMI e uma proposta fiscal emergencial para o ano de 1992. Gozando de grande credibilidade junto ao empresariado e a entidades internacionais, em virtude da defesa da inserção do Brasil no mercado globalizado enquanto embaixador nos EUA, Marcílio procurou consolidar reformas ligadas ao ajuste fiscal, o que teria como contrapartida a injeção de capital estrangeiro no país.

O aprofundamento das mudanças nas contas públicas fazia parte de um pacote imposto pelo FMI. A meta acordada tinha como horizonte a redução do déficit nominal de 36% do PIB em 1991 para 18% em 1992 e cerca de 5% em 1993<sup>817</sup>. A visita ao Brasil, realizada por uma Missão desta instituição, durante o ano de 1991, ajudou na construção de uma imagem brasileira positiva facilitando o acordo em 1992. A Missão relatou que o Brasil tomara medidas de liberalização do sistema de comércio e cambial e também mencionavam a diminuição gradual das tarifas, assinalavam também que o plano econômico do governo brasileiro era capaz de assegurar o apoio da comunidade internacional<sup>818</sup>.

As ações do governo no âmbito macroeconômico consolidavam, cada vez mais, uma perspectiva de ajuste fiscal em função da dependência externa. A lógica imposta pelos países centrais visava um aprofundamento do corte de despesas do Estado para concessão de novos empréstimos que, por conseguinte, produziriam mais dívidas a médio e longo prazos. Mudanças na legislação em favor do capital privado fizeram parte dos desdobramentos deste contexto. O processo de privatizações está incluso nessa nova dinâmica do capital, na qual o Estado perderia espaço de ação na criação de políticas públicas.

A tramitação no Congresso Nacional da lei de concessão de serviços públicos, cuja autoria foi do então senador Fernando Henrique Cardoso, foi um passo importante para a consolidação do Programa Nacional de Desestatização (PND). Em 1995, ela seria promulgada, regulamentando o artigo 175 da Constituição da República de 1988, que versava sobre regras de concessão e permissão de prestação de serviços públicos. A respectiva lei criaria condições para a privatização de empresas públicas como CEG e CERJ no estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>817</sup> DALMAZO, Renato Antônio. *A Política Fiscal: do “Superávit” de Caixa aos Tropeços e ao Retorno da Crise Fiscal*. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v.21, n.1, 1993. p. 44.

<sup>818</sup> MELLO e SILVA, Alexandra de, ROCHA, Dora. *Diplomacia, Política e Finanças de JK a Collor. 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 297.

A concessão de serviços públicos, parte integrante do processo de privatizações, foi uma temática sobre a qual o governo Collor se debruçou. Era recorrente a afirmação de que o Estado havia perdido a sua capacidade de manutenção e investimento em infraestrutura em função do endividamento externo, o que viabilizou a consolidação de importantes empreendimentos privados, sobretudo no setor industrial. A redução da poupança pública de 7,8% do produto interno bruto (PIB), da década de 1970, para 0,75% na gestão Collor dava tom à retórica do novo papel do Estado que deveria priorizar seus gastos em saúde, educação e bem estar da população. A “falência” do Estado impôs o esvaziamento do discurso ideológico polarizado. O processo de liberalização ocorridos em diversos países, inclusive os ex socialistas da Europa oriental, sustentava a argumentação da direita de que havia apenas uma direção: modernização da economia buscando eficiência e a competitividade internacional<sup>819</sup>.

No que tange ao segmento energético, demandante de grandes investimentos em infraestrutura, o governo Collor afirmava que só haviam duas opções de financiamento, a primeira ocorreria por meio da tomada de empréstimos do setor privado e posterior transferência para a poupança pública. Enquanto a segunda, seria transferir a responsabilidade total dos investimentos para iniciativa privada<sup>820</sup>. Entretanto, o capital nacional não seria suficiente. O pano de fundo da questão estava no interesse e na criação de condições para penetração de capital estrangeiro.

Seguindo a retórica do governo Collor, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), grande financiador estatal, Eduardo Modiano asseverava que os investimentos em modernização da infraestrutura e o crescimento autossustentado ocorreriam por meio da iniciativa privada, sendo a lei de concessões um elemento importante neste processo<sup>821</sup>. A redefinição do papel do banco parece ganhar contornos mais definidos em virtude da mudança na legislação, que objetivava dar a iniciativa privada a prerrogativa de investimentos em troca de concessões de serviços públicos.

Segundo a Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (AD-RIO), o país deveria investir anualmente US\$ 25 bilhões, o que se desdobrava na redução drástica de investimento no setor produtivo, vista a incapacidade estatal de investimentos em telecomunicações, transporte e energia. O compromisso de redução do déficit público entre Brasil e o FMI criou

---

<sup>819</sup> *Revista da Associação Comercial*, nº 1274, 1992. p. 8.

<sup>820</sup> *Idem*. p. 8.

<sup>821</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1274, 1992. p. 9.

desafios para equacionamento da questão dos investimentos de grande porte. O industrial Arthur Donato, à época presidente da FIRJAN, chegou a declarar que todos os segmentos da sociedade deveriam ser “catequisados” sobre a necessidade de revisão do tamanho do Estado, numa clara alusão à difusão de um consenso sobre a desestatização<sup>822</sup>.

Em síntese, as mudanças na macroeconomia deveriam ocorrer por meio de ajuste fiscal severo, e prioritário, do Estado de modo a fazê-lo cumprir suas obrigações de pagamento da dívida externa (as privatizações se encaixam nesse esquema, inclusive as de âmbito estadual), o que criaria confiança do mercado e de entidades internacionais para realização de investimentos e novos empréstimos. Nessa conjuntura favorável ao capital, a burguesia interna poderia manter sua taxa de lucro advinda de investimentos de um momento pretérito, pois, com os investimentos necessários à infraestrutura garantidos, seriam criadas condições de competitividade no mercado.

No estado do Rio de Janeiro, o projeto neoliberalizante foi amadurecido até meados da década de 1990. O elevado grau de penetração do capital transnacional em uma entidade empresarial de grande porte, ACRJ, associado ao apoio político do governo FHC, na União, e de Marcelo Alencar no estado, foi decisivo para a adoção de uma agenda privatista. O V ENERJ representa a interlocução desses interesses em nível estadual.

Organizado pelo Conselho Empresarial de Energia da ACRJ, presidido por Willem Goebel (que também presidia a Shell, uma das maiores transnacionais do segmento da indústria de petróleo), o V ENERJ, foi um encontro realizado em setembro de 1996, que contou a participação de representantes da burguesia interna e de empresas transnacionais, além de secretários de governo e técnicos de alto escalão de empresas estatais.

Os debates realizados tocaram cinco eixos: matriz energética, privatização, produção de energia, aumento da produção do petróleo e o Polo Gás Químico. No discurso de abertura do evento, Willen Goebel, discorre sobre o Rio de Janeiro:

Um estado cheio de energia: é por definição um estado de futuro, por conseguinte. Por ser o Rio de Janeiro importante para economia nacional, a energia adquire relevância especial, porque acontece o desenvolvimento econômico quando se tem disponibilidade de energia [...] o Rio de Janeiro é um grande exportador de energia, rico em óleo e gás, mas por outro lado, é grande importador de energia elétrica: 75% da energia consumida no estado são importados.<sup>823</sup>

---

<sup>822</sup> Idem. p. 11.

<sup>823</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.3.

Complementando a fala de Goebel, o secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Manoel Rato, citou a importância do setor energético, principalmente pela forte participação de empresas estatais como Petrobrás, Furnas, Eletrobrás, CERJ e CEG, além da Light, que havia sido recentemente privatizada. Contudo, Rato realça o aspecto de mudança no setor de energia,

Para viabilizar o desenvolvimento econômico do estado, fazem-se necessários fortes investimentos, estimados para os cinco anos vindouros em aproximadamente em 12 bilhões de dólares, dos quais 8 bilhões na área da Petrobrás (...) A fim de alcançar esses objetivos, o governo do estado criou em maio de 1995 a Comissão de Matriz Energética. Com vistas a diagnosticar o setor, definir-lhe o perfil e traçar as diretrizes que iriam nortear a política estadual do setor, paralelamente, em consonância com a política do governo federal, implementou o Programa Estadual de Desestatização.<sup>824</sup>

A ação estadual tinha como viés o mapeamento do setor energético com o fim de privatização. Matriz energética, o tema foi o primeiro a ser debatido no V ENERJ. José Cesario Cecchi, secretário executivo da Comissão da Matriz Energética Estadual, destacou a evolução da energia primária no Rio de Janeiro: em 1980 o petróleo participava com 35,5%, em 1994 passou a ser responsável por 81,3%, enquanto a gás natural passou de 4,2% para 10,6% no mesmo período. O quadro refletia na redução da participação de derivados de petróleo na geração de energia secundária (neste caso, eletricidade) em função do aumento da produção de gás natural.

A utilização de gás natural na produção de energia era significativa no contexto, pois a utilização de energia convencional (criada a partir de combustíveis fósseis) correspondia a 28% frente a 32% da nuclear e 40% da hidráulica, no estado do Rio de Janeiro. A perspectiva de curto e médio prazos na extração de petróleo e gás potencializava a produção energética no estado. Segundo Lauro Vieira de Souza, representante da Petrobras, projetava-se, para os quatro anos seguintes, a duplicação da produção em campos localizados em águas profundas na Bacia de Campos, em especial nos de Marlim Albacora, Barracuda, Caatinga e Marlim do Sul, o que corresponderia a um percentual de crescimento de 20% ao ano, próximo ao nível ocorrido entre 1980 e 1994<sup>825</sup>. Além disso, o consumo de gás natural no Rio de Janeiro vinha crescendo mais do que a média nacional, por sua vez, o consumo de óleo combustível decresceu de 18% para 7%, em 14 anos.

---

<sup>824</sup> Idem, N° 1311, 1996. p.3.

<sup>825</sup> *Revista da Associação Comercial*, N° 1311, 1996. p.4.

Para João Fernando Tourino, chefe de gabinete da presidência da Light, o Rio de Janeiro era pioneiro em termos de utilização do gás natural como matriz energética, o que poderia inserir o estado num modelo globalização por via de uma política industrial definida, clara, coerente e responsável<sup>826</sup>. Em resumo, o gás natural, sua extração e distribuição, era extremamente rentável, e tinha perspectiva de aumento da taxa lucro para os próximos anos, o que fazia da CEG objeto de cobiça de investidores privados.

A Light também foi um ativo visado pela iniciativa privada. A empresa teve participação significativa no V ENERJ. Sua privatização, entendida como exemplar, foi tema 2º painel de discussões do evento. Segundo diretor geral da empresa, Michel Gaillard, a Light abastecia de energia elétrica 11 milhões de pessoas, cerca de 70% da população do estado do Rio de Janeiro. Em termos totais de fornecimento, a Light vendia 80% da eletricidade do estado, o que correspondia a 9% de toda energia consumida no país<sup>827</sup>. Para João Augusto Pestana, diretor da área de energia da Camargo Corrêa S.A., investimentos no setor elétrico deviam apresentar rentabilidade, o que, segundo ele, seguramente não era oferecido pelas empresas estatais<sup>828</sup>. Essa fala ilustra, de forma concisa, o objetivo do empresariado no programa de privatizações. Havia um elemento-chave nesse processo para se tornar o investimento rentável, a participação do próprio Estado.

A União desembolsou 202 milhões de reais para viabilizar a venda da Light. A privatização resultou na arrecadação de 2,2 bilhões de reais (30% desse valor pode ser pago certificados de privatização, dívidas securitizadas da União e títulos da dívida agrária)<sup>829</sup>, o governo federal continuou como maior acionista da empresa, detendo 39,1% das ações (30% da Eletrobrás e 9,14% do BNDESPar). A outra parte das ações ficou com consórcio formado pela estatal francesa Electricité de France (EDF) e pelas norte-americanas Houston e AES(34,1%) e com a CSN (7,25%), que juntos indicariam os membros do conselho de administração da Light<sup>830</sup>.

Por ser grande consumidora de energia e maior cliente da Light, a CSN participou da sua privatização. Contudo, no ano de 1999, decidiu vender suas ações em função da conquista

---

<sup>826</sup> Idem. p.5.

<sup>827</sup> Idem. p.5.

<sup>828</sup> Idem. p.6.

<sup>829</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2010. p. 337.

<sup>830</sup> *Jornal O Globo*. 22/05/1996. p. 21.

de autosuficiência energética. Elcio Barbosa, superintendente de engenharia da CSN, revelou essa política da empresa, em 1996, no 3º painel de discussão do V ENERJ, que versou sobre a garantia de suprimento energético. Consoante Barbosa, seria implantada uma central termoelétrica dentro da usina de Volta de Redonda, de 230 megawatts, a partir de combustíveis residuais dos próprios processos siderúrgicos, além da participação da construção da hidrelétrica de Itá<sup>831</sup>. Com capacidade de 180 megawatts, esse empreendimento foi realizado em conjunto com a Gerasul e a Odebrecht, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>832</sup>.

O deslocamento do fornecimento de energia a partir de hidrelétricas para outro tipo de matriz energética, parecia uma tendência para São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo o diretor de planejamento da Eletrobrás, Benedito Carraro, a previsão, com o horizonte de 10 anos, a a partir de 1996, era de gerar, no mínimo, 1800 megawatts de energia com gás natural. Carraro afirmou que havia um convênio entre Petrobrás e Eletrobrás para um programa co-geração de energia no país, com potencial de 1100 megawatts para o Rio de Janeiro<sup>833</sup>. O estado, à época, tinha duas usinas termoelétricas, a Roberto da Silveira e a de Santa Cruz, que passou a utilizar gás natural em 1987<sup>834</sup>.

---

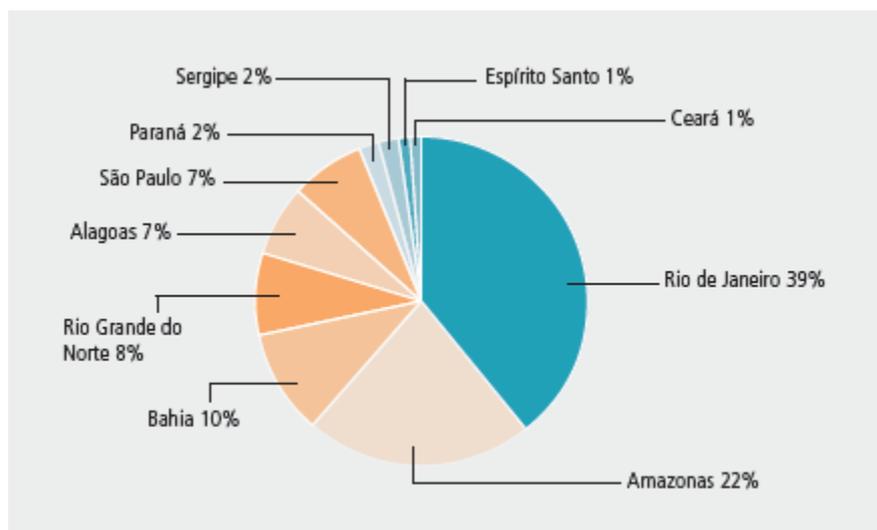
<sup>831</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.6.

<sup>832</sup> *Jornal O Globo*. 09/01/1999. p. 30.

<sup>833</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.6.

<sup>834</sup> Sua construção foi iniciada pela Companhia Hidroelétrica do Paraíba na década de 1960, entrando em operação em 1967, já sob o controle da Eletrobrás Furnas. A usina termelétrica está localizada à margem direita do canal de São Francisco, na região do Polo Industrial de Santa Cruz. Em 2003, após sua inclusão no programa prioritário de termelétricidade, foram instaladas mais duas turbinas movidas a gás natural, que entraram em funcionamento em 2004 e 2010, respectivamente. As turbinas em funcionamento na usina eram de fabricação de duas transnacionais, a norte-americana Westinghouse Electric Corporation e da alemã Siemens. Disponível em: <<http://www.furnas.com.br/subsecao/138/usina-de-santa-cruz>>. Acessado em 05/06/2016.

Gráfico 11 - Percentual da produção de gás no contexto nacional



Fonte: Plano Nacional de Energia 2030.

O aumento da utilização do gás natural no estado do Rio de Janeiro estava relacionado ao seu nível de produção na região. Dos 27 milhões de metros cúbicos produzidos no país, 10 milhões eram provenientes da bacia de Campos (representando 39% da produção nacional), a informação foi divulgada por Antônio Carlos Sobreira de Agostini, diretor da Petrobras, que esteve presente ao 4º painel de discussões, cujo debate foi acerca do crescimento da produção de petróleo no país. Agostini acrescentava que as reservas totais da Petrobrás eram estimadas em 11 bilhões de barris de óleo. Cerca de 85% estava no Rio de Janeiro. Em relação ao gás natural, o estado concentrava 41% do total do país. A importância das reservas podia ser definida pelo alto grau de investimento na Bacia de Campos, 674 milhões de dólares do total de 1,462 bilhão, previsto pela Petrobras para ano de 1996<sup>835</sup>.

<sup>835</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.7.

Gráfico 12 - Evolução das reservas de gás natural no Brasil



Fonte: Plano Nacional de Energia 2030.

A conjuntura apontava para ganhos no curto e médio prazos na indústria do petróleo. Interlocutores de interesses internacionais, no V ENERJ, tentavam construir um consenso sobre a alteração da legislação brasileira e a aplicação do Plano Nacional de Gás Natural, aprovado no governo Sarney. Manoel Fernando Thompson Motta, do conselho geral da Siemens<sup>836</sup>, tentou desestimular a prática de refino no Brasil lançando mão de dados da Petrobras e da conjuntura internacional. Segundo Motta, a Petrobras realizou um esforço muito grande com o projeto Fundo do Barril, que remodelou e ampliou mais de 50 unidades de refino de petróleo. Com esse tipo atividade internacional em fase de baixo ciclo, as margens de lucro se tornavam estreitas. Caso o governo estimulasse a produção de gás natural, por meio de incentivos e programas para ampliação de sua utilização, acabaria induzindo a iniciativa privada a participar<sup>837</sup>, em sua opinião.

Do ponto de vista da transnacional alemã, era interessante o investimento em gás natural, na medida em que era uma das maiores fornecedoras globais de equipamentos no segmento de geração, transmissão e distribuição de energia. A exemplo, a Siemens assinou contrato de fornecimento com a usina térmica do Norte Fluminense, no ano de 2001. As

<sup>836</sup> A transnacional iniciou suas atividades no Brasil em 1867, com a instalação da primeira linha telegráfica do país. Em 1895, foi aberto, no Rio de Janeiro, o primeiro escritório da empresa, estado que, dez anos depois, sediaria a primeira empresa no país. Em 1995, uma de suas unidades fabris no país, localizada em São Paulo, adquiriu a condição de Centro de Competência Mundial para a produção de hidrogeradores. A Siemens investia, em média, 5 bilhões de dólares ao ano em pesquisa e desenvolvimento. **Fonte:** *Revista da Associação Comercial*, nº 1334, 1999. p. 20.

<sup>837</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.7

usinas de Cuiabá e Uruguaiana também utilizaram equipamentos da Siemens. Além disso, a empresa ainda era responsável por 1/3 dos projetos de distribuição e transmissão de energia do Brasil por meio de sua coligada Voith Siemens Hydro Power Generation<sup>838</sup>, o que era extremamente significativo, se observamos a dimensão continental do país.

O conselheiro da Siemens ainda acrescia que o governo federal deveria flexibilizar a instrução 2008 do Conselho Monetário Nacional<sup>839</sup>, que tratava da regulação do mercado de câmbio brasileiro. Torná-lo maleável, significava, na prática, aumentar o poder de barganha das transnacionais, detentoras de um grande volume de ativos em dólar, frente ao Estado nacional. Somado a esse fator, uma variação tarifária de energia, especialmente a de gás natural, a partir do valor do dólar, protegeria investimentos estrangeiros em momentos de desvalorização da moeda local, assim penalizando Estado, e, em última instância, o consumidor, que deveria arcar com variação monetária.

O avanço transnacional também permeava a flexibilização do monopólio de exploração do petróleo. Para Adhemar Berfein, diretor de assuntos externos da Esso, deveria passar por um ponto de equilíbrio entre os objetivos do governo e os do investidor. Para Befein, a conciliação de interesses deveria ser concebida por sistema estável, impedindo mudanças unilaterais, e flexível, a ponto de oferecer as empresas condições de reagir às incertezas, além de prover incentivos para as operações<sup>840</sup>. Na mesma linha, o representante da Bozz e Allen<sup>841</sup>, Antônio de Pádua Bastos A. Sarmiento, observava que o Congresso Nacional deveria assumir a decisão política de efetuar uma abertura, mantendo as condições de competitividade da Petrobrás, e ressaltava que para o investidor estrangeiro era fundamental poder exportar seu produto, vendê-lo e reter esses recursos fora do país<sup>842</sup>.

---

<sup>838</sup> Revista da Associação Comercial Nº 1351, 2001. p.26.

<sup>839</sup> Revista da ACRJ, Nº 1311, 1996. p.7.

<sup>840</sup> Idem, Nº 1311, 1996. p.8.

<sup>841</sup> A Booz Allen Hamilton foi fundada em 1914 em Chicago por três empresários que deram nome à firma. Em 1940, depois de mais de três décadas como consultor para as empresas de alto nível na economia de manufatura dos EUA, começou a trabalhar para as forças armadas dos EUA. Segundo sua história corporativa, a Booz Allen foi contratado naquele ano pela Marinha e pelo Exército “para ajudar a preparar a nação para a guerra e depois para a paz”, e durante a Segunda Guerra Mundial, usou “gerenciamento de ponta” para ajudar o governo dos EUA a executar seu esforço de guerra. Em 1947, a Booz Allen conseguiu seu primeiro contrato com a Força Aérea, que levou a milhões de dólares em trabalho de consultoria em inteligência eletrônica e para grandes fabricantes de aeronaves. Nos cinquenta anos seguintes, a empresa estaria envolvida em todos os aspectos da segurança nacional, desde os militares até os mais altos níveis de inteligência nacional. Fonte: SHORROCK, Tim. Spies for Hire: The Secret World of Intelligence Outsourcing .Simon & Schuster. Edição do Kindle. pp. 631-639.

<sup>842</sup> Revista da ACRJ, Nº 1311, 1996. p.8.

A participação de uma empresa de consultoria, a Booz Allen, que tinha fortes ligações com Departamento de Defesa dos EUA, e da Esso, gigante norte-americana da indústria do petróleo, no V ENERJ é reveladora do ponto de vista geopolítico. Ambas utilizaram o discurso de abertura econômica e flexibilização de regras jurídicas como condição para o investimento estrangeiro no Brasil. Contudo, devemos observar que, em 1992, os EUA não obtiveram êxito na busca por novas jazidas de petróleo e gás, o que fez suas reservas retrocederem em 3%. No mesmo período, as reservas brasileiras tiveram um incremento de 19%. Tal conjuntura positiva era resultante de investimentos da Petrobrás, que, entre 1988 e 1993, chegaram a 22 bilhões de dólares. Numa perspectiva comparativa, os custos operacionais para extração de petróleo da empresa estatal brasileira custavam menos, US\$ 3,85 contra US\$ 4,17 das companhias petrolíferas do Mar do Norte. Em relação ao custo médio do refino, o preço da brasileira também era mais competitivo, US\$ 2,01, contra US\$ 2,74 das empresas norte-americanas. Além disso, a Petrobrás tinha 36,4% do mercado de distribuição de combustíveis no Brasil, a frente de Shell e Esso<sup>843</sup>. Dito de outro modo, por meio de uma agenda neoliberalizante, o capital internacional esperava manter o controle energético global nas mãos de empresas transnacionais de países centrais, o que manteria suas taxas de lucro estáveis, com a participação na exploração das reservas de petróleo e gás natural no Brasil.

Para a burguesia interna, o papel da Petrobras deveria ser o de consubstanciar empreendimentos com necessidade de alto grau de investimento. O diretor-superintendente da Rio Polímeros, Roberto Silveira Villa, criticou o modelo aprovado para a constituição do Polo Gás Químico do Rio de Janeiro (consórcio formado por Petrobrás, com 30% das ações, e Rio Polímeros com 70%), no último painel do ENERJ V, intitulado de “Equações a resolver”. Villa argumentava que o modelo almejado consistia no fornecimento de matéria-prima a 100 dólares/tonelada, o que agregaria valor ao produto final em 10 vezes. A observação deve-se à relação contratual com empresa estatal, na qual havia uma cota obrigatória de fornecimento de eteno, produzido a partir do gás natural da Bacia de Campos. Embora o funcionário do grupo Ipiranga verbalizasse que a intenção não era a de fazer um complexo estatizado<sup>844</sup>, infere-se que os agentes econômicos da região, por disporem de um menor volume de capital em relação à concorrência internacional, pleiteavam o aumento da participação estatal para se tornarem competitivos no mercado.

---

<sup>843</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1284, 1993. p.18.

<sup>844</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.8.

A partir da organização e fala dos partícipes do V ENERJ, podemos depreender que há uma negociação entre as diferentes frações do capital, principalmente entre burguesia interna e externa, no sentido de equacionar ganhos. Em resumo, ocorre a penetração do consenso privatista e de quebra de monopólio do petróleo para manutenção de taxas de lucro e expansão do grande capital internacional, mas existe o contraponto de agentes econômicos nativos, que querem manter privilégios econômicos com a apropriação de capital estatal. No que toca à questão energética, a Petrobrás foi fundamental a esses interesses, sendo o Rio de Janeiro o palco das mudanças, por ser o maior produtor de petróleo e gás do país.

#### 4.2 O engajamento do Estado – as privatizações da CERJ e do BANERJ

A participação do estado do Rio de Janeiro na prestação de serviços públicos de fornecimento de energia remete à criação da Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A. (EFE), empresa de economia mista, fundada em 06/06/1954<sup>845</sup>. Contudo, o estado somente se torna mais ativo no campo de distribuição de energia elétrica em 1963, quando o então governador Badger Silveira criou a Centrais Elétricas Fluminenses S.A (CELF)<sup>846</sup>, que seguia o mesmo modelo da Eletrobrás, holding criada um ano antes, em 1962<sup>847</sup>.

A CELF fazia parte de um plano de eletrificação para 20 anos, que consistia na construção de usinas e sistemas de eletrificação, além da administração de todos os empreendimentos elétricos do estado do Rio de Janeiro, cujo custo inicial fora de 52 bilhões de cruzeiros. A empresa estatal foi responsável pela integração entre as linhas da Light e Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE)<sup>848</sup> com as do Norte Fluminense em

---

<sup>845</sup> *Jornal do Brasil*, edição 129, 06/06/1954. p. 5.

<sup>846</sup> *Jornal do Brasil*, edição 80, 06/04/1963. p. 5.

<sup>847</sup> Destacamos que EFE foi criada no mesmo ano em que se encaminhou a proposta de criação da Eletrobrás ao Congresso Nacional. Disponível em: <<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

<sup>848</sup> A empresa havia pertencido à American and Foreign Power Co. (AMFORP), subsidiária da Electric Bond and Share. O governo federal a adquiriu, em 1974, por 135 milhões de dólares. Junto à Light, a CBEE foi responsável pelo maior parte do fornecimento de energia elétrica no país. Contudo, não fez investimentos de grande envergadura, o que criou pressões para a nacionalização do setor de energia elétrica. Fonte: BAER, Werner & McDONALT, Curt. *Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: O caso do setor de energia elétrica*. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, nº 16, 1997. p. 20.

parceria com a Eletrobrás, que investiu 15 bilhões de cruzeiros na empreitada, tornando-a acionista da CELF, com 34% de participação nas ações da empresa<sup>849</sup>.

Na década de 1970, com a junção dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a CELF e a CBEE se fundem, tornando-se, em 1980, a Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ). Naquele momento, a empresa estava presente em quarenta e três municípios, representando 78% do território do estado<sup>850</sup>. Entre as décadas de 1980 e 1990, sob a gestão do governador Leonel Brizola, a CERJ promoveu três programas para expansão da distribuição de energia, o *Uma Luz na Escuridão*, o *Cerj-Rural* e o *Noite Clara*. Na segunda metade da década de 1990, sob forte pressão da agenda neoliberal provida pela gestão do governo Marcelo Alencar, passou a encabeçar a lista de privatizações de empresas públicas do estado. O ciclo de expansão de energia elétrica, via empresa estatal, é substituído pelo capital internacional, que precisa de extrair mais valor de países periféricos para manutenção de sua posição preponderante. Nesse sentido, a pressão por meio da dívida pública torna-se um instrumento eficaz para liquidação de empresas estatais, por conseguinte, fazendo avançar a iniciativa privada sobre os serviços públicos, como defendido exaustivamente pelo BIRD.

A CERJ foi vendida, em novembro de 1996, para consórcio formado pela chilena Chilectra, Endesa da Espanha e EDP de Portugal, que comprou 70,3% por cento da participação do estado do Rio de Janeiro na empresa estatal por 605 milhões de reais (82,1 milhões em certificados de privatização), 30% por cento acima do preço mínimo que o governo havia estabelecido.

A empresa era a menor, e menos atraente, do ponto de vista do mercado, das duas empresas de eletricidade em operação no estado do Rio de Janeiro. Enquanto a capital, com 75% dos consumidores do estado, era servida pela Light Serviços de Eletricidade S.A, que foi vendida pelo governo federal, em maio de 1996, ao consórcio liderado pela Electricité de France, a CERJ tinha 4,2 milhões de clientes, representando 25% dos consumidores, que estavam espalhados por 57 cidades do interior do estado.

A estratégia do Estado para atrair o máximo número de potenciais compradores para a CERJ foi o acordo sobre o contrato de concessão com o governo federal, incluído no processo licitatório. Esta estratégia, adicionada a uma promoção agressiva da empresa (showsroad, em

---

<sup>849</sup> *Jornal do Brasil*, edição 277, 27/11/1963. p. 12.

<sup>850</sup> *Jornal do Brasil*, edição 15, 23/04/1980. p. 12.

particular), uma boa margem da tarifa (US\$ 46 / MWh) e ausência de dívida financeira, contribuiram para a venda<sup>851</sup>, segundo o ponto de vista do BIRD.

O consórcio vencedor anunciou investimentos entre 300 e 500 milhões de dólares, a serem aplicados ao longo dos anos (a concessão era de 30 anos, ou seja, até ano de 2026<sup>852</sup>. O investimento nos três primeiros anos após a privatização foi, em média, de 137 milhões de reais)<sup>853</sup>. A CERJ, no ano de 1994, durante o governo de Leonel Brizola, havia investido 60 milhões de dólares<sup>854</sup>. Ainda que o investimento estatal fosse inferior ao da iniciativa privada, é importante destacar a expansão dos seus serviços antes do processo de privatização. A CERJ conseguiu realizar 8 mil instalações, entre 1991 e 1994, que comparadas as 3200 existentes no início do governo Brizola, na primeira metade da década de 1980<sup>855</sup>, perfaziam uma expansão de 150% , que foi apoiada pelo empresariado regional. Afinal, o aumento do número de domicílios atendidos se desdobrava em consumo, o que era favorável à indústria. A política da empresa foi apoiada, à época, por Álvaro Catão, que presidia o Conselho de Energia da ACRJ e membro da FIRJAN<sup>856</sup>. Mas, o núcleo de acumulação de capital se deslocou do capital produtivo para a dominância financeira, que a partir de 1995<sup>857</sup>, causou uma inflexão nas relações de produção em escala global. O programa de privatizações no Brasil é efeito desse processo, que foi apoiado pela ACRJ.

Para Paulo Protásio, presidente do Conselho de Comércio Exterior da ACRJ, em 1996, disse que o programa de privatizações do Rio de Janeiro era: “Uma bandeira poderosíssima, capaz de deflagrar e implementar uma nova mentalidade, uma concepção de desenvolvimento a nível, inclusive, hemisférico”. Já o então vice-presidente da ACRJ, Álvaro Catão, enfatizava o pioneirismo do estado:

[...] à frente dos demais nessa postura, que, aliás, enquadra-se perfeitamente no cenário mundial, de participação cada vez menor do Estado na economia, num contexto de alta competitividade [...] só resta mesmo essa solução, que não é

<sup>851</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 16.

<sup>852</sup> Disponível em: <[http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Cartilha\\_Ampla\\_2p.pdf](http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Cartilha_Ampla_2p.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2019.

<sup>853</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 71.

<sup>854</sup> Jornal do Brasil. Edição 353. Foco JB, 29/03/94, p.11.

<sup>855</sup> Jornal do Brasil. Edição 332. Foco JB, 08/03/94, p.7.

<sup>856</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 353. Foco JB, 29/03/94, p.10.

<sup>857</sup> CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim de século*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, volume 5, 1995. p. 7

ideológica, é pragmática, ainda mais considerando a situação extremamente preocupante do déficit público, nacional e estadual.<sup>858</sup>

Após o investimento da CERJ na expansão da rede e serviços, representantes do capital em nível regional, que apoiaram tal medida, endossavam o Estado mínimo, principal vertente do neoliberalismo. Do ponto de vista do capital, o déficit público precisava ser ajustado de modo a criar condições de expansão ao próprio capital. A fórmula aplicada foi a transferência de ativos à iniciativa privada, principalmente para empresas transnacionais, continuidade da participação estatal e diminuição de postos de trabalho no Estado.

Segundo Marco Aurélio Alencar, Secretário de Planejamento e Controle, o tesouro estadual gastou 1,1 bilhão de reais, em dois anos, com a folha de pagamentos da administração indireta<sup>859</sup>. Para o BIRD, no caso da CERJ, havia excesso de pessoal. Eram 6000 funcionários, sendo 70% com idade superior a 40 anos, que perfaziam uma média de despesa mensal de 1.600dólares por empregado<sup>860</sup>.O enxugamento de custos operacionais vinha a reboque da nova conjuntura econômica, que premia o setor produtivo e de serviços em favor do grande capital financeiro internacional. Toda a operação de venda da CERJ foi realizada pelo Grupo Espírito Santo, player internacional que tinha conexões com o Grupo Monteiro Aranha no Brasil, além de um bom trânsito com o governo FHC<sup>861</sup>.

A continuidade da Eletrobrás como acionista da CERJ, detendo 13,3% das suas ações, revela a importância estratégica do Estado. A Eletrobrás, por meio de Furnas e Itaipu, era a principal fornecedora de energia da CERJ, chegando a vender 6387 GWh, o que correspondia a 96% da necessidade da empresa. Ou seja, indiretamente a união continuava subsidiando uma parcela da energia vendida, o que favorecia os investidores privados, que eram majoritários. Em outras palavras, a União permanecia arcando com uma parcela dos custos, concomitantemente, reduzia-se ativos que vinham sendo criados, pelo menos, desde 1954, quando o estado passou participar ativamente da distribuição e expansão de energia elétrica na região fluminense. A lógica de redução de custos e venda de ativos, de modo a satisfazer o imperativo mercado financeiro, foi posta em voga também no BANERJ, que foi o primeiro banco estadual a ser privatizado no Brasil.

---

<sup>858</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1305, 1996. p.28.

<sup>859</sup> *Idem.* p.27.

<sup>860</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 16.

<sup>861</sup> *Jornal O Globo*, 03/09/1997, Economia. p. 21.

O BANERJ, resultante da fusão entre o BEG (Banco do Estado da Guanabara) e o BERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro) em 1974, era o agente financeiro para projetos do governo do estado do Rio de Janeiro<sup>862</sup>. Sendo responsável pela arrecadação de todas as taxas de tributos estaduais, pagamento dos funcionários públicos e dos benefícios de aposentados e pensionistas estaduais, além de ser pioneiro na administração da folha de pagamento dos servidores estaduais.

Em 1994, o BANERJ figurava na 18ª posição, entre os 300 maiores bancos do país. Dentre os estaduais, era o terceiro mais importante, segundo a empresa de consultoria Austin Assis, formada por professores da Universidade de São Paulo. O critério utilizado para a tal afirmação foi a avaliação de indicadores como: rentabilidade do patrimônio líquido, liquidez corrente, comprometimento, margem operacional, margem líquida, risco e situação econômico-financeira. Agregado a esses fatores estavam o seu não endividamento, o recebimento de 160 milhões de dólares, parte da dívida estado com o banco, além de ele não ter precisado se socorrer no Banco Central por meio do redesconto<sup>863</sup>, durante o governo Brizola<sup>864</sup>.

Desde o início do Plano Real, o BANERJ havia recolhido 600 milhões de reais em compulsórios junto ao Banco Central, mais de 100 milhões reais de recolhimento a maior, não devolvidos ao banco, e outros 30 milhões de multas indevidas (questionadas e com sentença favorável ao BANERJ), o que insustentava tecnicamente, segundo Cíbilis Viana (presidente do BANERJ durante o governo Brizola), a intervenção do Banco Central por razão de uma rolagem de dívida de 430 milhões de reais. Segundo dados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 2001, formada para investigar a privatização do BANERJ, o balanço patrimonial do ano de 1994 BANERJ foi cancelado por interventores para que o patrimônio líquido ficasse negativo e oferecesse amparo técnico para a manutenção do Regime Especial de Administração Temporária (RAET). O novo balanço, divulgado em junho de 1996,

---

<sup>862</sup> Disponível em: <[http://www.aafbanerj.org.br/home\\_memoria.asp](http://www.aafbanerj.org.br/home_memoria.asp)>. Acesso em: 14 abr. 2014.

<sup>863</sup> É um empréstimo a bancos comerciais a taxas acima das praticadas no mercado. São utilizados pelos bancos comerciais somente quando existe uma insuficiência de caixa (fluxo de caixa), ou seja, quando a demanda de recursos depositados não cobrem suas necessidades. Disponível em: <<https://politicamonetaria.webnode.com.br/redesconto-bancario/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

<sup>864</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 156. Internacional, 11/09/94, p.29.

transformava um patrimônio líquido positivo de R\$ 193.506,00 em um negativo de R\$ 1.032.216,00<sup>865</sup>.

Segundo dados do relatório do Banco Mundial, que acompanhava as privatizações no estado com fim de conceder empréstimos via programa State Reform Loan, no primeiro semestre de 1996, a gestão privada do BANERJ identificou passivos ocultos da ordem de 2,1 bilhões de reais em pensões, e 1 bilhão em contingente fiscal e outros, perfazendo um total de 3,1 bilhões de reais<sup>866</sup>. Contudo, o estado tinha a receber, consoante a CPI, R\$ 2,374 bilhões de reais, sendo 1,8 bilhão de dívida do próprio estado do Rio de Janeiro<sup>867</sup>, o que não aconteceu.

A engenharia financeira por trás do projeto de privatização do BANERJ consistia em entregar o banco estadual à iniciativa privada sem dívidas, que em boa medida eram do próprio governo estadual. Este deveria negociar seus passivos com o governo federal, que, por conseguinte, o premia para uma reforma administrativa. O Banco Central já vinha pedindo garantia de passivos dos bancos estaduais em troca da rolagem da dívida dos estados<sup>868</sup>, o que não foi aceito em 1994, na gestão de Brizola. O bloco no poder<sup>869</sup> no Brasil, após a eleição de FHC e Marcelo Alencar, deixava nítida sua composição com interesses do grande capital internacional, pois agia em múltiplas frentes cujo cerne era dívida pública.

Correia de transmissão do capital estrangeiro, o banco Bozano, Simonsen, ganhou a concorrência para a gestão do BANERJ, no final do de 1995. Segundo o governador, Marcelo Alencar, esse era o primeiro modelo de gestão privada num banco público a ser praticado no mundo. Nas suas palavras, em ato junto a empresários na ACRJ,

Se o estado assumisse o BANERJ com uma equipe de homens competentes, escolhidos com critério, dentro de seu quadro de funcionários e fora dele, recorrendo a muitos dos senhores, ainda assim seria inviável a recuperação, porque os entes públicos estão amarrados a leis burocráticas. Há uma série de desconfianças, e elas inspiram uma legislação absurda, em que se para adquirir um alfinete é preciso esperar seis meses, num *demorado processo democrático*, que só onera as práticas públicas. Perde-se muito com essa máquina, criada ao que parece para inviabilizar a ação do Estado.<sup>870</sup> (*grifos meus*)

---

<sup>865</sup> BRANDÃO, Rafael. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese de Doutorado. UFF, 2013. p. 294.

<sup>866</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 3.

<sup>867</sup> BRANDÃO, Rafael. Op. Cit. 2013. p. 294.

<sup>868</sup> *Jornal do Brasil*. Edição 175. Negócios e Finanças, 30/09/94, p.6.

<sup>869</sup> POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 15.

<sup>870</sup> *Revista da Associação Comercial*. Nº 1307, 1996. p.7.

Marcelo Alencar fazia defesa da “Terceira Via”, que pressupunha a adoção de técnicas de gestão empresarial no Estado. Iniciada por conservadores no início da década de 1980, nos EUA e Grã Bretanha, e apropriada pela esquerda, em âmbito global, na década de 1990, a reforma da administração pública fazia parte da globalização. Em qualquer lugar do mundo, havia a adoção dos mesmos métodos e léxicos (competição, reengenharia de processos, benchmarking, best practice e indicadores de desempenho). Princípios inerentes ao setor privado, apresentavam-se como ideologicamente neutros. Nesse tipo de governo empresarial, o mercado tornou-se modelo universalmente válido para pensar a ação pública e social<sup>871</sup>, assim esvaziando o conteúdo democrático, ora criticado por Alencar. Baseado no princípio da eficiência, a intenção era preparar o banco estadual para a privatização, o gestor privado engendrou uma contabilidade financeira que beneficiaria o futuro comprador, esvaziando-se qualquer conteúdo político. O governador chegou a assinar um decreto que autorizava o BANERJ a negociar sem licitação. Mal recebido no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e por não ter sustentação jurídica, o decreto foi suspenso dias depois pelo próprio poder executivo<sup>872</sup>.

Disputando com quatro consórcios, formados pelos bancos Graphus - Merrill Lynch - Arthur Andersen; Deutsche Bank – Liberal; Cindam – Credit Commercial de France e Arbi-Linear, o Bozano, Simonsen teve sua proposta de gestão avaliada com a nota máxima (20 pontos). Na avaliação final, o banco atingiu 91,54 pontos (dos 100 possíveis), deixando em 2º lugar o consórcio Deutsche Bank – Liberal, que ficou 15 pontos atrás. O Bozano fixou em 20% a parcela a ser cobrada sobre os resultados mensais que superassem os de dezembro de 1995, e em 5% a quantidade de ações preferenciais a serem recebidas após a privatização. Os concorrentes do Bozano, embora estipulassem percentuais mais baixos para os preços variáveis (de 3% a 4,5%) e (de 0,97% a 2,85%) em ações no caso de sucesso da privatização, cobriam entre R\$ 2,48 milhões e R\$ 9,8 milhões por mês para administrar o BANERJ, enquanto a estratégia do vencedor consistiu em gerir a um preço fixo de R\$ 0,01.

O valor aumentou a polêmica com a concorrência, que entrou com um pedido de revisão contra a proposta de gestão do Bozano. Segundo o diretor do Banco Arbi, era tecnicamente impossível resolver os problemas do BANERJ sem aporte de capital. A proposta vencedora não previa aporte de investimento do estado no saneamento das contas do

---

<sup>871</sup> DARTOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 310-312.

<sup>872</sup> *Jornal O Globo*. 06/02/1996. p. 20.

BANERJ. O pedido foi rejeitado pela comissão de recurso<sup>873</sup>. Em dezembro de 1995, o Banco Bozano, Simonsen assumiu a gestão do BANERJ.

Entre dezembro de 1995 e setembro de 1996, foram demitidos mais de 5.800 funcionários, de um total de 13.000, e realizado um corte de 12% no número de agências. Bens e ativos do BANERJ foram transferidos para o BANERJ DTVM (distribuidora de títulos e valores mobiliários do banco), enquanto os passivos (em torno de 3,1 bilhão de reais) ficaram a cargo do governo do estado do Rio de Janeiro. A revelação foi feita em Nova York, perante representantes do mercado financeiro, pelo chefe das áreas internacional e de câmbio do BANERJ, Luís Alberto Reátegui, que acompanhado de Marco Aurelio Alencar, Secretário de Planejamento, pretendiam divulgar a privatização do banco estatal, e acalmar o mercado, que estava temeroso em herdar as dívidas do BANERJ, em caso de compra. Com os rumores, as ações chegaram a ter queda de 54%, entre as datas de 24/09/96 e 04/10/1996<sup>874</sup>.

A resolução do problema foi encontrada com a divisão dos passivos e ativos entre dois bancos, além da renegociação das dívidas com a União. A entidade comercialmente viável, a ser privatizada, foi o Banco BANERJ, com ativos de 3,1 bilhões de reais de títulos do governo (inicialmente do governo estadual, posteriormente convertidos em títulos federais), carteira de crédito com riscos normais de negócios, passivos claramente identificados, e um patrimônio de 181 milhões de reais. O restante de ativos e passivos foram transferidos para uma entidade residual, que não faria parte do programa de privatizações, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ). Este passaria a deter a dívida de 3,3 bilhões de reais com o Banco Central, incorrida para permitir a capitalização e construção de uma base de ativos para o BANERJ, pensões e outros passivos num valor de 3,1 bilhões de reais, e ativos com problema de liquidez no valor de 1,9 milhões de reais. A União, por meio da Caixa Econômica Federal, concedeu empréstimo para o BERJ no valor de 3,1 bilhões de reais. O objetivo era pagar as dívidas relativas ao fundo de pensão do BANERJ, o Previ BANERJ, para sua posterior liquidação. O fundo tinha ativos de cerca de 450 milhões de reais, entretanto era objeto de 2.500 ações judiciais de funcionários do BANERJ<sup>875</sup>. Em resumo, o governo estadual perdia sua entidade credora, passando a ter uma maior volume de dívida com o governo federal. A concentração da dívida no âmbito federal perpassava pela necessária adoção da agenda neoliberal, e perda de ativos em âmbito regional.

---

<sup>873</sup> *Jornal O Globo*. 20/12/1995. p. 21.

<sup>874</sup> *Jornal O Globo*. 05/10/1996. p. 26.

<sup>875</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 3.

Ainda que o governo estadual tenha assumido todo ônus para tornar o BANERJ uma entidade saudável, do ponto de vista mercadológico, o imbróglho das negociações da dívida do estado provavelmente foi a razão dos potenciais participantes acharem o preço inicial para venda ser alto. Mesmo com as vantagens dispostas em edital, tais como manutenção das contas do governo por 5 anos após a privatização, e a oferta de empréstimo de 25% do valor de venda do banco do Internacional Finance Corporation, braço privado do BIRD, houve crítica por parte dos interessados no banco estadual. Fernão Bracher, sócio do BBA Creditanstalt, afirmara a imprensa a surpresa com o preço mínimo de 480 milhões de reais, enquanto Nahid Chicani, vice-presidente de recursos humanos e relações governamentais da General Electric do Brasil, declarava que todos os interessados acharam caro o valor. Dentre os interessados estavam, além do BBA e Ge Capital, o Banco de Boston, Bradesco, Itaú, Banco CCF Brasil, Banco Pactual e Golden Cross<sup>876</sup>. Ao final, por razões de mudança no edital do leilão, o valor mínimo de venda caiu. Único a apresentar proposta, o banco Itaú adquiriu o BANERJ por 311 milhões de reais, tornando-o o segundo maior banco do país, em junho de 1997.

A CPI da privatização do BANERJ apontou o valor de venda do banco como irregular. Segundo dados de seu relatório, o valor mínimo deveria ser de R\$ 643.523.000. Além disso, foi permitida a utilização de moedas podres<sup>877</sup> na compra, o que resultou num desembolso de 200 milhões de reais pelo Itaú. Este valor correspondia a dois anos de lucro do BANERJ<sup>878</sup>.

A contração de empréstimos do estado junto ao BANERJ estava proibida. Com a sua venda, o governo pode ter acesso a novos empréstimos<sup>879</sup>. A privatização também permitiu a busca por outra fonte de financiamento, o BIRD, que, por meio do programa State Reform Loan, iria liberar um financiamento de 250 milhões de dólares para a realização da reforma do estado.

---

<sup>876</sup> *Jornal O Globo*, 05/12/1996. p. 30.

<sup>877</sup> Em geral, eram certificados de privatização que os bancos foram obrigados a adquirir durante o Plano Collor I. Correspondia a títulos da dívida estatal que poderia ser revertida em ações de empresas estatais.

<sup>878</sup> BRANDÃO, Rafael. Op. Cit. 2013. p. 298.

<sup>879</sup> *Jornal O Globo*, 27/06/1997. p. 30.

### 4.3 O State Reform Loan

O State Reform Loan consistia num programa de concessão de empréstimos do BIRD para cobrir custos de uma reforma administrativa em estados endividados. O crédito estava atrelado à redução (ou eliminação) de subsídios do estado, que deveriam ocorrer, principalmente, por meio de concessões e privatizações. Em contrapartida, o banco exigia o controle da qualidade da prestação dos serviços públicos por meio da criação de agências reguladoras, e criava uma narrativa de melhora do gasto público, com a aplicação de recursos em áreas sociais. Segundo próprio BIRD, o principal objetivo do programa era desenvolvimento do setor privado, centrando suas ações na privatização de empresas do setor público do Rio de Janeiro e no aumento da participação privada na prestação de serviços públicos<sup>880</sup>.

No caso do estado do Rio de Janeiro, a discussão sobre aporte de capital via State Reform Loan começa no governo Marcelo Alencar, que no primeiro ano de mandato, em 1995, lança o Programa Estadual de Desestatização (PED) cuja aprovação, pela Assembleia Legislativa, ocorre em setembro daquele mesmo ano. Esse foi o primeiro passo para negociação de empréstimo junto ao BIRD.

Um dia após a aprovação do PED, o governo estadual anunciou a terceirização do BANERJ, que teria a função de prepará-lo para a privatização, e a previsão de edital de venda da CERJ, em duas semanas. Sobre aquele momento, Marcelo Alencar discorria:

[...] O PED vai nos devolver não só a esperança, mas também a credibilidade. Como está, não dá, pois o déficit público põe em risco o processo de estabilização econômica. O plano vai nos dar capacidade de gerenciar o estado (...) Atualmente, os recursos do estado estão sendo absorvidos nos custeios, principalmente na folha de pagamentos vergonhosa, principalmente porque é incapaz de fazer justiça salarial. Estamos pagando pessimamente aos servidores públicos, com exceção daqueles 6% que representam 28% do valor da folha de pagamentos. Em setembro, os 488 mil servidores dos três poderes absorveram 85% da receita corrente do estado.<sup>881</sup>

O governador ainda acrescia, em sua fala, que as empresas estatais não faziam outra coisa senão transferir seus débitos ao estado. E que, com a venda, haveria uma redução de 500 milhões de reais em despesas de custeio. Seu secretário de Planejamento e Controle, e filho, Marco Aurélio Alencar, previa a arrecadação de 1,5 bilhão de reais com a venda de estatais, e

<sup>880</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 30.

<sup>881</sup> *Jornal O Globo*, 25/09/1995. p. 23.

investimentos de 600 milhões de reais por ano, após as privatizações. Para o governo, o PED traria um efeito financeiro favorável da ordem de R\$ 4,8 bilhões a R\$ 5,0 bilhões para o estado do Rio de Janeiro<sup>882</sup>.

As falas do governador e de seu secretário vão ao encontro do State Reform Loan, que pregava a correção do déficit público por meio do corte de despesas e de subsídios. A economia de um ente federado deveria reproduzir a lógica neoliberalizante orquestrada para o país. O método imposto, pelo Plano Real, para estabilização econômica impelia o Estado a manter uma balança superavitária, de modo a manter o valor de face da moeda brasileira compatível com o dólar americano, referência internacional. Tal dinâmica se desdobrava na obtenção de empréstimos, visto a incapacidade do Brasil extrair, do sistema de trocas internacional, capital suficiente para manutenção adequada das funções do próprio Estado. Em resumo, o discurso de melhora da eficiência estatal trazia, a reboque, a necessidade de contração de empréstimos.

A negociação de empréstimo junto ao BIRD, via programa State Reform Loan, iniciou-se após o Banerj ter sua gestão terceirizada, ao final do ano de 1995. Em fevereiro de 1996, na companhia do governador, o Secretário de Planejamento e Controle, Marco Aurélio Alencar, visitou Nova York e Washington com o objetivo de realizar discussões sobre o State Reform Loan. Segundo o próprio secretário, o estado do Rio de Janeiro seria o primeiro a receber esse tipo de empréstimo no mundo<sup>883</sup>. A previsão foi errônea, pois o primeiro estado brasileiro a assinar o acordo foi o Rio Grande do Sul<sup>884</sup>, que junto aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro detinham as maiores dívidas junto à União, o que, certamente, tornou-os parte da estratégia do BIRD com ênfase na reforma administrativa.

Oficialmente, em março de 1997, o Governo do Estado do Rio Janeiro remeteu carta ao presidente do BIRD, James D. Wolfensohn, na qual a administração estadual expunha os motivos da implementação do Programa Estadual de Desestatizações e as etapas necessárias para sua consecução. A intenção era solicitar assistência financeira ao banco. O eixo central do conteúdo do documento se remetia à estabilização econômica e ao alcance de reformas estruturais para o bem estar da população, por meio de emendas à Constituição de 1988 e

---

<sup>882</sup> *Jornal O Globo*, 25/09/1995. p. 23.

<sup>883</sup> *Jornal O Globo*. 22/02/1996. p. 23.

<sup>884</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 4.

políticas que continuassem a promover atividades do setor privado, fortalecendo a confiança de agentes econômicos no Plano Real<sup>885</sup>.

De forma mais detida, a carta discorria sobre a redução do déficit do setor público e a manutenção do crescimento econômico, como pontos fundamentais no Programa de Reforma Econômica do Governo Federal. O objetivo era eliminar os déficits fiscais que alimentam a inflação e dar suporte ao Plano Real. Segundo o governo do Rio de Janeiro, o sucesso da União dependia do estado no que tocava os pontos, a saber: consolidação da estabilização cambial; promoção do crescimento econômico através do aumento do nível de poupança, investimentos e produtividade; investimento público no desenvolvimento de recursos humanos e serviços sociais e, finalmente, através de medidas que promovam o desenvolvimento regional.

No respectivo documento, o governo ainda apresentava dados econômicos e sociais do estado como: PIB estadual, de cerca de R\$85 bilhões, segundo maior do país e equivalente ao de países como Venezuela e Chile (o setor de serviços responde por 60% da economia do estado através de atividades financeiras e turismo, principalmente); renda anual per capita de aproximadamente R\$ 6.400; presença de instituições voltadas para educação e pesquisa, dentre as melhores do país; maior número de profissionais com formação universitária (aproximadamente 11% do total da população economicamente ativa); taxa de alfabetização em torno de 91%; R\$ 7 bilhões em arrecadação de impostos, em 1996<sup>886</sup>. Nos parece que o estado tenta demonstrar sua articulação com interesses do governo federal, em consonância com a agenda neoliberalizante, o seu potencial produtivo (PIB e mão de obra local) e sua capacidade de pagamento, todos fatores de atração de capital estrangeiro.

O governo do estado delineava, ao BIRD, um ambicioso programa de privatização, argumentando sobre o redirecionamento do papel do Estado na economia, estabelecendo novos padrões de atuação, como a competitividade, a melhora da qualidade da prestação de serviços públicos, que atenderia as necessidades da população. Para consecução das privatizações, o governo obteve o apoio jurídico à aprovação da Lei Estadual nº 2.470, de 28/11/95, com mais de dois terços dos votos na Assembléia Legislativa do Estado. Nesse sentido, o estado redefinia seu papel adotando a decisão de transferir para o setor privado aquelas atividades econômicas exploradas que não assumissem um interesse

---

<sup>885</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 2. ANEXO A.

<sup>886</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 2. ANEXO A.

coletivo<sup>887</sup>. O que não passava de um argumento falacioso, pois, a título de exemplo, somente a Ciferal, produtora de carroceria de ônibus, tinha um papel na produção industrial com vistas ao mercado.

Como mecanismo de monitoramento de seu desempenho financeiro, o governo do estado propunha medir os resultados macroeconômicos da reforma baseando-se em dois indicadores: o superávit operacional e o total da dívida, ambos expressos em porcentagens da receita. A intenção do governo era de não permitir que o déficit operacional e a dívida total excedessem, respectivamente, 35% (trinta e cinco por cento) e 285% (duzentos e oitenta e cinco por cento) do total das receitas de 1997. Além disso, o governo ainda pretendia direcionar a maior parte dos seus recursos para investimento, que na sua maioria tinham relação com programas do próprio BIRD. Elencamos os projetos e programas destinados a estes recursos, abaixo:

Tabela 3 – Financiamento do Programa de Privatizações

PROGRAMA Em milhões de R\$ (Janeiro de 1997)	FINANCIAMENTO	
	Empréstimos	Estado
Metrô	220	-
Limpeza da Baía de Guanabara	234	24
Baixada Viva	60	6
PET (Transporte de Massa)	51	51
Prosanear, Pró Saneamento e Pró Conclusão	38	-
Outros Grandes Investimentos	-	100
<b>Total</b>	<b>603</b>	<b>181</b>

Fonte: Banco Mundial (Report No. 15869-BRP).

Por fim, a carta enviada ao BIRD ainda tratava das mudanças no sistema de gestão do meio ambiente. Argumentando que iria modernizar a área ambiental, o governo alegava ter promovido um Plano de Ação Ambiental e a revisão de seu marco regulatório e institucional. Empresas públicas ligadas a essa área sofreriam avaliações financeiras e de metas ambientais, preparando-as para a transferência ao setor privado<sup>888</sup>. Assim como o projeto de concessão de rodovias, a concessão do fornecimento de água e saneamento de esgoto estavam relacionados a outros projetos de financiamento do BIRD ao estado do Rio de Janeiro. A lógica de impor metas para, posteriormente, transferir o controle à iniciativa privada, tinha um claro objetivo

<sup>887</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 4. ANEXO A.

<sup>888</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 10. ANEXO A.

de promover mercantilização de serviços públicos, afastando o Estado dessas atividades, mas mantendo-o como financiador indireto de sua expansão. Dito de outro modo, as expansões do Metro, rodovias e da rede de água e esgoto, além da limpeza da Baía de Guanabara, estavam todos previstos em projetos de financiamento do BIRD ao estado do Rio de Janeiro, conforme demonstrado na tabela. O governo se endividaria para entregar concessões à iniciativa privada.

Como inicialmente concebido, o State Reform Loan tinha dois objetivos principais: ajuste fiscal imediato e reformas estruturais a longo prazo. Um elemento crucial do ajuste fiscal era a negociação da dívida dos estados com o governo federal. O BIRD entendia que o tal negociação, combinado com o aumento de impostos, cortes de salários e cortes no investimento em nível estadual, iria reduzir o serviço da dívida dos estados a um nível acessível dentro de dois a três anos. Aprofundando a proposta inicial do programa, os estados optaram por melhorar a prestação de serviços através da privatização e da condição fiscal.

O acordo do BIRD com os estados incluía a exigência de revisão da despesa pública na matriz política, cujos detalhes deveriam ser definidos numa carta de política de desenvolvimento, como a realizada pelo o estado do Rio Grande do Sul, cujo empréstimo foi aprovado pela Diretoria Executiva do banco, em 4 de março de 1997.

Nesse contexto de negociações, o estado do Rio de Janeiro foi particularmente afetado, o que o obrigou a se concentrar exclusivamente nas privatizações e nas concessões de serviços públicos. A razão era assunção de um passivo de R\$ 6,3 bilhões do Banerj, o que dobrou o estoque da dívida do estado, e rendeu uma perspectiva de recuperação fiscal mais remota. Para o BIRD, o Rio de Janeiro era um exemplo particularmente claro de mudança na perspectiva inicial do State Reform Loan, pois, embora o retorno do estado de solvabilidade fosse bastante distante, seu programa de privatizações era particularmente abrangente e bem avançado. Privatização do Banerj, uma fonte de perdas parafiscais no passado, segundo o BIRD, foi um dos pontos altos para o aval do banco ao empréstimo pleiteado pelo estado.

Em relatório, o BIRD expressava as dificuldades do ajuste fiscal no Rio de Janeiro, mas destacava seu êxito num programa extremamente ambicioso de reformas estruturais. Em 1997, o estado já havia vendido sua companhia estatal de eletricidade, a Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (CERJ) e seu banco estatal, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). Naquele mesmo ano, havia o desejo de vender a empresa de distribuição de gás estado, Companhia Estadual de Gás(CEG). Além da previsão de concessões da empresa estatal ferroviária suburbana (Flumitrens) e do sistema de metrô (Metro), e da estatal de água e saneamento, Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE).

Para o BIRD, essas medidas se destinavam ao combate da crise fiscal, e destinam-se principalmente a melhorar a eficiência dos serviços de infraestrutura no estado, constituindo, como grupo, o programa de privatizações mais ambicioso e mais avançado no Brasil<sup>889</sup>.

Sobre as concessões, o relatório apontava avanços do governo estadual. Em novembro de 1996, foi apresentada à Assembleia Legislativa o projeto de lei de regulamentação que especificava as responsabilidades e as modalidades de organização de uma agência reguladora serviços públicos. A ideia era estabelecer um novo quadro regulamentar, simultâneo com a privatização e concessão de serviços públicos. O projeto de lei foi aprovado em 15 de janeiro de 1997, e ratificada pelo governador em 13 de fevereiro de 1997. Composta por cinco conselheiros, a agência previa o desfrute de proteção contra a remoção arbitrária durante seus mandatos fixos (e escalonados).

O BIRD destacava a formação da agência antes da venda da CEG, o que era positivo do ponto de vista da valorização da empresa para o mercado, pois o conselho gozava de um alto grau de isolamento de pressões políticas. Além desse fator, a agência iria operar com financiamento das empresas regulamentadas. Em sectores como a água e gás, o governo previa que a administração da agência tocara regras de reajuste e supervisão do cumprimento das concessionárias com as normas regulamentares<sup>890</sup>. Embora os conselheiros tivessem sua nomeação atrelada ao aval do poder legislativo, a agência estaria descolada de interesses sociais na medida em que não haveria pressão política nas decisões de seu quadro. Tratava-se do avanço do estatismo autoritário<sup>891</sup> em favor do grande capital. Qualquer tipo de pressão social sobre as empresas privadas, futuras prestadoras de serviços públicos, seria mitigada pela agência.

Outro ponto a favor do governo estadual para obtenção do empréstimo, via State Reform Loan, foi a mobilização no sentido de se estabelecer um consenso<sup>892</sup>, junto à sociedade civil, sobre a necessidade do Programa Estadual de Privatizações. Segundo o relatório do BIRD, no ano de 1995, a temática privatização das empresas estaduais foi posta, ativamente, na televisão e em vários fóruns públicos. Em meados daquele mesmo ano, o IBOPE realizou pesquisa independente, mostrando que dois terços da população do estado do Rio de Janeiro eram a favor das privatizações em âmbito estadual. O grande apoio popular ao

---

<sup>889</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 4-7.

<sup>890</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 11.

<sup>891</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 223.

<sup>892</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 31.

PED intensificou, em 1997, aprofundamento das reformas. O governador e seu Secretário de Planejamento, com vistas a implementar a regulação dos serviços públicos, concederam uma série de entrevistas, além de assinarem artigos que circularam na imprensa. A televisão também serviu de suporte, divulgando a pesquisa IBOPE sobre o tema<sup>893</sup>.

O PED, de fato, era audacioso pela quantidade de empresas a serem privatizadas, como o BIRD expôs em seu relatório, mas também pelo impacto financeiro nas contas do estado. Seu custo seria de 5,9 bilhões de dólares aos cofres públicos. Somente o Banerj, absorvia 4,8 bilhões de dólares, com despesas em reestruturação e privatização. O restante correspondia a indenização de empregados e subsídios a Flumitrens, conforme tabela a seguir.

Caso façamos uma projeção baseada na fala do próprio governo, observamos que a venda das estatais era um movimento extremamente arriscado, do ponto de vista fiscal. Vejamos, o governo projetava uma arrecadação de 1,5 bilhão reais com a venda das suas empresas, além disso, previa 500 milhões de reais a menos, por ano, em despesas com subsídios. A receita somada era de 2 bilhões de reais, aproximadamente 1/3 do custo total com as privatizações convertendo o valor para o dólar, que, em 1997, estava numa relação de quase 1:1 com o real.

Ainda que o estado recebesse investimentos robustos, como previsto pelo governo, da ordem de 600 milhões de reais por ano, em razão das privatizações<sup>894</sup>, dificilmente a arrecadação com impostos cobriria os custos da privatização em curto ou médio prazo. Devemos destacar que, do total de gastos com o PED, somente 4 %, equivalente a 250 milhões de dólares, seria financiado pelo programa State Reform Loan, os 96% restantes ficariam a cargo do governo estadual<sup>895</sup>.

---

<sup>893</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 30.

<sup>894</sup> *Jornal O Globo*. 23/09/1995. p. 23.

<sup>895</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 35.

Tabela 4 – Custos das Privatizações

Categories	Local	Estrangeiro	Total
<b>Componente de Reforma</b>			
<b>Custos diretos do programa de privatização</b>			
Dimensionamento correto da força de trabalho	700	0	700
Reestruturação e privatização do BANERJ	4,800	0	4,800
<b>Custo adicional das reformas - custo em declínio</b>			
Salário da Flumitrens ou subsídios a concessionária	400	0	400
<b>Custo Total</b>	<b>5,900</b>	<b>0</b>	<b>5,900</b>

Fonte: Banco Mundial (Report No. 15869-BRP).

O desembolso do BIRD tinha a previsão de ser realizado em três momentos, o que corresponderia a parcelas de US\$ 125 milhões, US\$ 75 milhões e US\$ 50 milhões, respectivamente. O banco justificava a antecipação do desembolso por causa dos fatores, a saber: programas de privatização e de concessões agressivos; novo quadro regulamentar que permitia as privatizações e concessões; ações de privatização já concluídas. Essas ações incluíam a venda do Banerj e da CERJ, bem como o estabelecimento da Comissão Reguladora de Serviços Públicos. O cronograma de desembolso está disposto na tabela a seguir.

Tabela 5 – Desembolso do BIRD

Exercício fiscal anual e semestral do BIRD	Reforma anual	Desembolso cumulativo	%	Semestre
Ano Fiscal 1998				
1º(Jul- Dez 1997)	125	125	50	1
2º (Jan- Jun 1998)	75	200	80	2
Ano Fiscal 1999				
1º(Jul- Dez 1998)	50	250	100	2
<b>TOTAIS</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>-</b>
<b>Prazo final: 31 de dezembro de 1998</b>				

Fonte: Banco Mundial (Report No. 15869-BRP).

O empréstimo do BIRD, via State Reform Loan, foi aprovado para o estado do Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1997, sendo pactuado entre as partes no dia 8 de abril de 1998. O acordo estava vinculado à renegociação da dívida do estado com a União. Em janeiro de 1997, a dívida foi renegociada com um prazo de pagamento de 30 anos, com juros 7,5% ao ano, percentual mais alto do que o dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São

Paulo, em virtude do Rio de Janeiro não ter ativos suficientes para amortizar 20% da dívida total. Nesse caso, o governo federal concordou com a amortização de 10% da dívida, que deveria ser garantida por meio de privatizações<sup>896</sup>.

Essa logística estatal para pagamento dívida pública é inerente às contradições do próprio sistema capitalista. O capital portador de juros torna a dinâmica do capital expansiva e acumulativa, ao mesmo tempo em que unifica interesses do capital industrial e financeiro e do próprio Estado<sup>897</sup>. Tornando o endividamento estatal parte desse processo. Ele expande o crédito em benefício da iniciativa privada, mas, concomitantemente, por meio do Banco Central, tem de ser o garantidor de moeda de qualidade para fluidez do sistema. Num momento de contração monetária, conjuntura do Plano Real, e sem uma moeda com valor de troca no mercado internacional, o governo central busca fazer ajustes nas contas públicas de modo a equilibrar o próprio valor da moeda frente àquela de referência, o dólar.

Nesse contexto, os estados mais ricos da federação são os mais endividados por terem uma atividade econômica mais pujante, utilizando-se do capital portador de juros em um grau mais elevado. Tal endividamento, torna-se elemento de barganha nas mãos da União, que, em momentos de crise, força os estados a suprimirem custos. Em resumo, o endividamento do Brasil e de seus estados federados tem relação com a própria expansão do capital no país, a qual é ajustada ciclicamente, tendo mais efeitos deletérios, em relação a outras de maior porte, por se tratar de uma economia dependente de capitais dos países centrais. Tal dependência se materializa na compra de ativos estatais por players internacionais. Concessão de serviços públicos à iniciativa privada, como preconizado pelo BIRD, que modelava o novo papel do Estado em nível global, dava o tom das mudanças, em especial no ramo de gás natural, no estado do Rio de Janeiro.

#### 4.4 A venda da Companhia Estadual de Gás

O Rio de Janeiro, na década de 1990, era o maior produtor de gás natural do país. Dos 27 milhões de metros cúbicos produzidos no país, 10 milhões eram provenientes da bacia de Campos (representando 39% da produção nacional). O estado concentrava 41% do total de

---

<sup>896</sup> *Jornal O Globo*. 16/01/1997. p. 23.

<sup>897</sup> HARVEY, Op. Cit. 2013. p. 418.

reservas do país. O fato atraía um alto grau de investimento para indústria do petróleo na Bacia de Campos, 674 milhões de dólares do total de 1,462 bilhão, previsto pela Petrobras para ano de 1996<sup>898</sup>.

A pujança de gás natural na região engendrou uma multiplicidade de aplicações do combustível. Seria a principal matéria prima do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro, além de servir de matriz energética (em 1994, correspondia a 10,6% do estado) e de combustível para veículos automotores. Defendida pelo gerente de gás natural do Grupo Ipiranga, Francisco Leite de Oliveira Barros Júnior, a utilização de gás em carros era 40% mais barata em relação à gasolina, e 30% se comparada ao álcool<sup>899</sup>. Todo esse contexto, tornava a CEG objeto de cobiça da iniciativa privada, já que a empresa estatal controlava a distribuição de gás natural no estado do Rio de Janeiro.

Criada em 1854, com o nome de Companhia de Iluminação a Gás, iluminava a cidade por meio de 3.027 lâmpões públicos, além de 3.200 residências e três teatros. Em 1865, foi vendida para uma empresa inglesa, a Gas Company Limited. Em 1876, a concessão dos serviços de gás passou para a empresa belga Société Anonyme du Gaz (SAG). Em 1910, a canadense The Rio de Janeiro Traway Light and Power Company Limited (conhecida como Light<sup>900</sup>) passou a deter o controle do capital da SAG. Sob o controle da Light, a SAG ampliou o emprego de gás e construiu, em 1911, uma fábrica em São Cristóvão. Em 1967, iniciou o craqueamento catalítico de nafta, abandonando o uso do carvão como matéria-prima.

Em maio de 1969, o então Estado da Guanabara assumiu a operação do serviço de gás canalizado pela recém criada Companhia Estadual de Gás da Guanabara (CEG GB). Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em julho de 1974, a empresa passou a se denominar Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG). Em 1982, a CEG começou a operar com gás natural, substituindo a nafta como matéria prima da produção do gás manufaturado, distribuindo-o diretamente<sup>901</sup>.

Incluída no Programa Estadual de Privatização, a CEG detinha a concessão de distribuição de gás natural em todo o estado. O governo estadual detinha 65,4% das ações da

---

<sup>898</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1311, 1996. p.7.

<sup>899</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1318, 1997. p.47.

<sup>900</sup> Para executar o serviço de iluminação na cidade do Rio de Janeiro, a companhia instalou uma pequena usina termelétrica na rua da Alfândega, junto à sede da SAG. Disponível em: <<http://www.light.com.br/grupo-light/Quem-Somos/historia-da-light.aspx>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

<sup>901</sup> Disponível em: <<https://www.naturgy.com.br/br/conheca-nos/a+companhia/nossa+companhia/historia/1297092019569/historia+rio.html>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CEG; o governo federal, 34,5%; e o município do Rio de Janeiro, 0,04 %, no ano de sua privatização. Dentre as razões que justificariam sua venda, o BIRD enumerava a falta de modernização de suas instalações de produção - que incluíam cinco fábricas - e de seus dois sistemas de distribuição; e a incapacidade de gestão moderna. A empresa tinha cerca de 1157 empregados, ativos totais de R\$ 207 milhões e não tinha dívidas financeiras. A CEG ainda tinha, sob sua responsabilidade, o fundo de pensão dos seus funcionários, que detinha R\$ 11 milhões<sup>902</sup>.

Antes de vender a CEG, o governo estadual realizou investimentos em tecnologia e expansão da rede, reduziu seu quadro de funcionários em 40%, e resolveu criar a Riogás. A nova empresa tinha a finalidade de resolver a disputa, com a Petrobras, pela distribuição de gás no interior do estado, um mercado que representava o fornecimento de 2,2 milhões de metros cúbicos por dia, o qual abastecia grandes indústrias no Vale do Paraíba, principalmente. A CEG vendia para a região metropolitana 1,8 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Os maiores consumidores do estado eram abastecidos pela Petrobras. O acordo de criação da Riogás tinha o objetivo de equacionar os ganhos das duas estatais, uma vez que pela legislação vigente o governo estadual detinha o monopólio de distribuição do gás. Criada como uma joint venture entre a CEG (51%), Petrobras (16,3%), e dois investidores privados (16,3%)<sup>903</sup>, a Riogás resolveu o impasse entre as estatais, facilitando o processo de privatização. Alguns consumidores foram transferidos da Petrobras para CEG na região metropolitana, e da Petrobras para Riogás no interior do estado, particularmente no Vale do Paraíba.

Após a preparação da empresa para privatização, o governo contratou a Capitaltec, empresa do grupo transnacional Brascan<sup>904</sup>, para avaliar e modelar a venda da CEG. Embora o edital permitisse propostas separadas para a compra da CEG e Riogás, um mesmo consórcio tornou-se controlador das duas empresas em julho de 1997, data do leilão.

---

<sup>902</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 16.

<sup>903</sup> O relatório do BIRD não revela os investidores privados.

<sup>904</sup> A Brascan está ligada à fundação da Brookfield Serviços Financeiros, empresa transnacional canadense, focada no mercado de capitais local a partir de 1983. Em 1989 começou a operar como banco. A empresa atuou também em incorporação imobiliária e obras públicas. A empresa tinha fortes relações com Humberto Mota, presidente da ACRJ e da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, à época do leilão. Disponível em: <<http://www.brkbdtvm.com.br/empresa.aspx>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

A CEG foi adquirida pelo consórcio privado formado pelas: transnacional espanhola Gás Natural SDG<sup>905</sup>(com 18,9% das ações); norte-americana Enron Corporation (25,38%); portuguesa Iberdrola Investimentos Sociedade Unipessoal (9,87%); além da argentina Pluspetrol Energy Sociedad Anonima (2,26%). A União e município do Rio de Janeiro mantiveram suas participações, 34,5% e 0,04%, respectivamente, enquanto os empregados ficaram com 9%. O controle da Riogás ficou dividido percentualmente entre: Gás Natural SDG (25%); Enron Corporation representada por suas subsidiárias Ementhal e Borgogna, com um percentual de 25% para cada uma; e Petrobrás com 25%<sup>906</sup>. Juntas, Riogás e CEG foram adquiridas pelo valor de R\$ 622,1 milhões (15 milhões em certificados de privatização), para um período de concessão de 30 anos.

A Enron Corporation, em 1997, era a segunda maior empresa de gás natural do mundo, ficando atrás da russa Gazprom. A empresa atuava na exploração, produção e transporte de gás de natural, construção e operação de sistemas de energias integrais, como gasodutos e usinas termoelétricas. Seus negócios se expandiam pela América Latina, com penetrações na Argentina, Colômbia e Bolívia. No Brasil, participava da construção e operação do gasoduto Bolívia-Brasil, em parceria com a Petrobras<sup>907</sup>. Em 2003, vendeu a sua participação na CEG e CEG RIO (nome da Riogás após a privatização) a Gás Natural SDG, maior empresa de gás da Espanha, controlada pela gigante petrolífera Repsol YPF e o Banco de Investimentos La Caixa<sup>908</sup>, tornando-a controladora das empresas privatizadas.

A venda da CEG e Riogás representou o avanço do capital transnacional no controle da distribuição de gás natural do Rio de Janeiro. Vislumbrando ganhos a médio prazo, a iniciativa privada realizou investimentos a partir do aumento da produção de gás no estado. Em 10 anos, o número de postos de GNV cresceu 21 para 460, o mercado industrial de gás natural cresceu 80%, além de ser desenvolvido um mercado de cogeração de energia. O estado, em 2007, alcançou o patamar de autossuficiência em energia em função do número de

---

<sup>905</sup> Empresa do grupo transnacional Repsol. Em 1987, Catalana de Gas y Electricidad S.A. vendeu os últimos ativos elétricos convencionais e mudou de nome para Catalana de Gás S.A. (CdG). Cinco anos depois, em 1991, a CdG fundiu-se com a Gás Madrid S.A., e absorveu diferentes ativos de gás canalizado da Repsol Butano S.A. para integrar, assim, o setor do gás na Espanha. A fusão deu lugar a uma nova mudança de nome da sociedade, que em 1992 passou a se denominar Gas Natural SDG S.A. Disponível em: <<https://www.naturgy.com.br/br/conhecamos/a+companhia/nossa+companhia/historia/historia+corporativa/1297237984644/integracao+do+setor+de+gas.html>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>906</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 32.

<sup>907</sup> *Revista da Associação Comercial*, Nº 1318, 1997. p.45.

<sup>908</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u77336.shtml>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

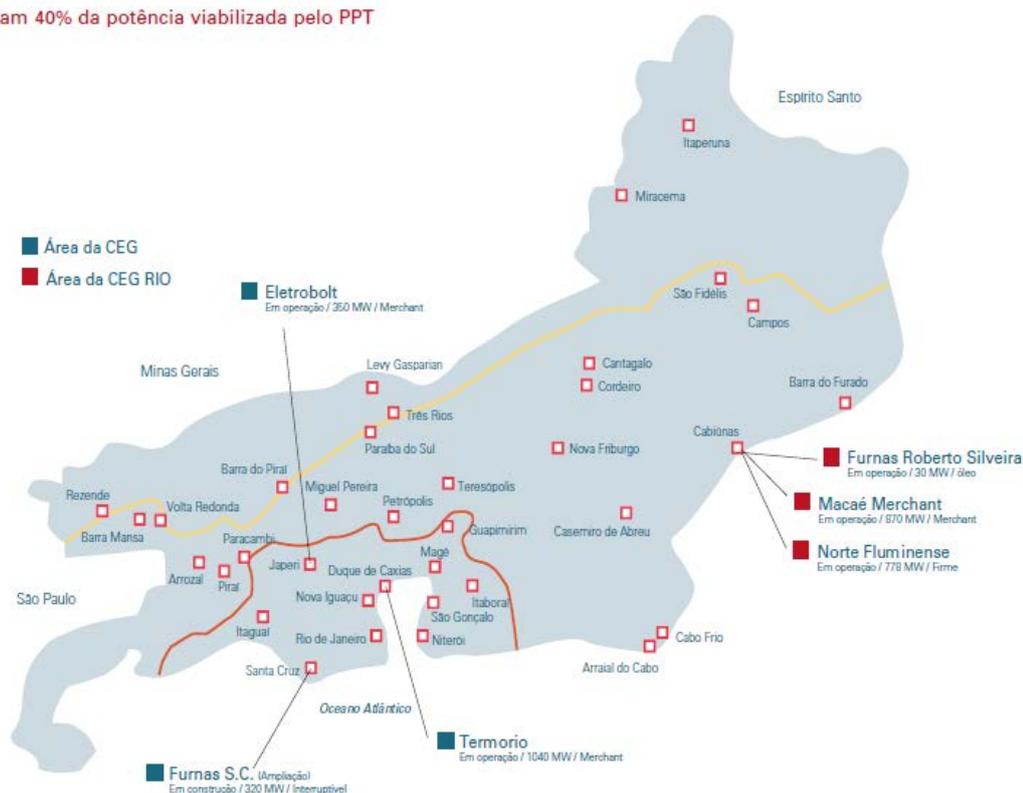
termoelétricas abastecidas com gás natural, que chegavam a seis, representando 40% da potência viabilizada pelo Programa Prioritário de Termoelétricas (PPT)<sup>909</sup>, conforme imagem 1.

Todo esse quadro revela a importância da CEG na conjuntura. Sua privatização viabilizou a extração de mais valor<sup>910</sup> pelo grande capital transnacional, favorecendo o contraditório movimento expansão/acumulação<sup>911</sup>, e enfraquecendo o papel do Estado na prestação de serviços públicos e na acumulação de divisas. A lógica imposta pelo arcabouço neoliberal, defendida pelo BIRD, era aumentar o grau de dependência de países periféricos por meio da senhoriação financeira, eminentemente desenvolvida a partir do recrudescimento do capital portador de juros.

Figura 6 – Termelétricas do Rio de Janeiro

**Termelétricas na área da CEG e CEG RIO – 3,4 GW**

Representam 40% da potência viabilizada pelo PPT



Fonte: Companhia Estadual de Gás.

<sup>909</sup> Relatório CEG e CEG RIO 10 anos de gestão. p. 13-19.

<sup>910</sup> MARX, Karl. O capital. Livro I. São Paulo:Boitempo, 2013.p. 227.

<sup>911</sup> MÉSZÁROS, Op. Cit, 2002. p. 139.

#### 4.5 O fim das empresas públicas de transporte no estado

As empresas públicas ligadas ao setor de transportes no Rio de Janeiro foram privatizadas com a justificativa de que o alto custo de subsídios gerava um impacto fiscal negativo, assim reduzindo a capacidade estatal em investimentos em saúde, educação e outras áreas afins. A folha salarial e as aposentadorias também faziam parte do argumento para a uma agenda de privatização e concessão de serviços de transporte. Segundo dados do BIRD, US\$ 365 milhões, ou 10 % da receita estadual, eram destinados a subsídios no transporte de massa do Rio de Janeiro, no ano de 1995<sup>912</sup>. Na concepção neoliberal, deveria haver um ajuste fiscal na contas públicas do estado de modo a reduzir seu déficit, o que fora defendido pelo governo Marcelo Alencar. O pano de fundo era transferência de ativos estatais para iniciativa privada.

A Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô), Companhia de Navegação do Rio de Janeiro (CONERJ) e a Flumitrens estavam na lista de privatizações e foram transferidas a sócios do grande capital internacional e a grupos locais com alta concentração de capital. Nos casos citados acima, com exceção da Flumitrens, a formação dessas empresas foi produto da participação ativa do Estado na economia, que se iniciara com a adoção de uma política desenvolvimentista, cuja implantação nos remete a segunda metade do século XX.

Dentre as empresas mencionadas, o Metrô mostra-se como emblemático em função da necessidade de alto custo de investimento. Seu projeto de implantação fora estimulado pelo governo federal, e tem início em 1968, com a criação da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro pelo governo do estado da Guanabara. O governo federal, à época, já havia encomendado um estudo de viabilidade técnica econômica, que foi concebido pelo consórcio alemão Companhia Construtora Nacional – Hochtief - Deconsult<sup>913</sup>.

No Relatório da Diretoria do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício de 1969, havia a citação do estudo de viabilidade técnica e econômica. Segundo a diretoria, o respectivo estudo concluía que, entre 1970 e 1990, era conveniente e necessária a implantação de duas linhas, as quais serviriam, junto à rede ferroviária, de arcabouço do sistema de transporte coletivo do então estado Guanabara e sua região metropolitana. No projeto inicial, a Linha 1 teria 37 km, e se desenvolveria da Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema,

---

<sup>912</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 9.

<sup>913</sup> Relatório da Diretoria do Metropolitano do Rio de Janeiro - exercício 1969. Fonte: Jornal do Brasil, 11/04/1970. p. 15.

passando por Copacabana, Botafogo, Catete, Glória, Centro, Estácio de Sá, Tijuca, Grajaú, Méier. A Linha 2, com 29,79 Km, partiria de Niterói, passando por túnel na Baía de Guanabara, cruzando com a Linha 1 em duas estações de transferência (Largo da Carioca e Estácio), dirigindo-se à Pavuna, via Praça da Bandeira, Mangueira e Triagem incorporando o leito abandonado da Estrada de Ferro Rio D'Ouro<sup>914</sup>. Admitia-se a construção de uma terceira linha, ao final da implantação das Linhas 1 e 2. A Linha 3 faria a ligação entre os bairros de Jacarepaguá e Penha. As obras se iniciariam pelo que era considerado “Linha Prioritária”, que ligava o bairro de Ipanema (pertencente à região mais rica da cidade) à Tijuca, passando pelo Centro do estado da Guanabara<sup>915</sup>.

Para Pedro Campos, embora os engenheiros alemães tenham justificado tecnicamente a prioridade do trecho, utilizando-se do argumento da alta concentração demográfica, a escolha recaiu sob a região mais valorizada, redundando no incremento da renda da terra, beneficiando os detentores de propriedade por onde passaria o Metrô<sup>916</sup>. O prazo para o término da “Linha Prioritária” era de 6 anos, contudo, por implicações de ordem financeira, resolveu-se acatar as recomendações do relatório do Grupo de Esquemas Financeiros para a Construção dos Metropolitanos (GEFICOM), que estabeleceu condições para o aval do Tesouro Nacional aos financiamentos externos. Assim, baseado no orçamento plurianual do Estado da Guanabara, a Companhia do Metrô elaborou um novo esquema financeiro, com um horizonte de 10 anos para a entrega da Linha Prioritária, sendo aprovado pelo Ministro da Fazenda<sup>917</sup>.

---

<sup>914</sup> Estrada de Ferro Rio do Ouro foi construída com a finalidade de promover a construção e preservação dos reservatórios e do abastecimento de parte da cidade do Rio de Janeiro. Foi aberta ao tráfego de passageiros em 1883. Inicialmente saía do Caju e mais tarde, em 1922, passou a ter como início a estação de Francisco Sá. Depois dessa mudança o seu curso inicial foi alterado, e ela passou a ficar próxima à linha Auxiliar até a estação de Del Castilho, quando se separavam as linhas. Na estação da Pavuna, elas voltavam a se encontrar. O trecho final, até Belford Roxo, era compartilhado com os trens metropolitanos da linha Auxiliar em bitola mista. Em 1970, os trens da Rio de Ouro, ainda a vapor, embora tenham sido feito testes com locomotivas diesel, deixaram de circular. A Rio de Ouro, encampada pela Central do Brasil em 1928, tinha vários ramais e três deles sobreviveram como trens de subúrbio até a mesma época da desativação da linha-tronco: os ramais de Xerém, do Tinguá e de São Pedro (Jaceruba). Parte de sua linha-tronco foi utilizada na construção da linha 2 do metrô do Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_rj\\_riodeouro/efrio\\_ouro.htm](https://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_riodeouro/efrio_ouro.htm)>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>915</sup> Relatório da Diretoria do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício 1969, publicado no *Jornal do Brasil* em 11/04/1970. p. 15.

<sup>916</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado em História Social. UFF. 2012. p. 456.

<sup>917</sup> *Jornal do Brasil*, edição 3, 1º caderno, 11/04/1970. p. 15.

Em 1979, foi realizada a primeira viagem entre a Cidade Nova e Glória. Até 1983, foram inauguradas estações entre Botafogo e Saens Peña, deixando de fora o trecho que iria até Ipanema<sup>918</sup>. Em 1984, começou a operação comercial da Linha 2. Parte integrante do projeto desta linha, a cidade de Niterói não foi contemplada (provavelmente pelo alto custo de se realizar obras sob a Baía de Guanabara), enquanto o bairro da Pavuna, que faz divisa com a Baixada Fluminense, somente teve sua estação em 1998. A meta da Companhia era de que os trechos prioritários das Linhas 1 (Botafogo – Saens Peña) e da Linha 2 ( Estácio de Sá – Triagem) estivessem prontos até 1979, segundo o Relatório da Diretoria Executiva, exercício 1975<sup>919</sup>. Numa macro perspectiva, o projeto de implantação do Metrô tinha o horizonte de expectativa até 1990, como dito no estudo de impacto financeiro. Nesse sentido, infere-se que as obras tiveram dificuldades de financiamento, principalmente em razão da crise da dívida externa da década de 1980.

A implementação do Metrô tinha a previsão de custo inicial de 434 milhões de dólares. A maior parte, 399 milhões de dólares, seria bancada pelo estado<sup>920</sup>. O Banco do Estado da Guanabara (BEG) foi o agente financeiro do Companhia do Metrô, sendo responsável pela captação de empréstimos externos, que, inicialmente, chegaram a cifra de 32 milhões de dólares<sup>921</sup>. A outra parte fora adquirida, via empréstimo, junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Como garantia, o estado usou sua holding financeira, a Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG)<sup>922</sup>. O Deutsche Bank também financiou as obras com um aporte de 100 milhões de marcos. Toda essa engenharia financeira se desdobrou num déficit de 19 bilhões de cruzeiros na Companhia do Metrô, segundo auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro<sup>923</sup>.

---

<sup>918</sup> A ideia de levar o Metrô ao bairro de Ipanema foi retomada após a inauguração da estação Cardeal Arcoverde, em Copacabana, que tinha como pano de fundo a expansão da malha metroviária até a Barra da Tijuca, prevista antes da concessão à iniciativa privada. O trecho entre esses bairros destaca-se pelo valor metro quadrado, que é o mais caro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>919</sup> Relatório da Diretoria Executiva da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício 1975. Divulgado no *Jornal do Brasil* em 20/03/1976, página. 24.

<sup>920</sup> *Jornal do Brasil*, edição 231,05/01/1970. p. 4.

<sup>921</sup> *Jornal do Brasil*, edição 240, 1º Caderno, 15/01/1970. p. 5.

<sup>922</sup> Holding financeira do estado da Guanabara criada em 1965. Sua função era promover o desenvolvimento industrial do estado por meio da concessão de financiamento à expansão e instalação de empresas na região. Ainda recém formada, a COPEG recebeu o empréstimo de 4 milhões de dólares da USAID. O capital estrangeiro impulsionou suas atividades, que se expandiram para captação de recursos por meio de letras de câmbio, letras imobiliárias e caderneta de poupança. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/68622/66212>>. Acesso em: 12 maio 2019.

<sup>923</sup> *Jornal do Brasil*, edição 78, 25/06/1982. p. 5.

A dívida para construção do Metro foi delineada a partir de transações com o Tesouro Nacional e com recursos do BEG, além da garantia financeira da COPEG. Com a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, em 1975, houve uma reestruturação da Companhia do Metropolitano, o que implicou na mudança de sua sede para Copacabana com a compra de um prédio financiado integralmente pelo BEG, além do aceleração do ritmo de obras e desapropriações, o que exigira o financiamento de 300 milhões de cruzeiros, concedido pelo BNH. O estado e o município também aplicavam uma parcela de suas dotações orçamentárias no projeto.

Na compra dos carros do Metrô, a dívida assumiu um perfil que ampliava o leque de credores. Realizada uma licitação internacional para a compra de 210 carros, cujo vencedor foi o consórcio formado por duas empresas brasileiras e duas estadunidenses, foi assinado um contrato de financiamento junto à Agência Especial para Financiamento Industrial (FINAME)<sup>924</sup>, BEG e COPEG num montante de 1,4 bilhões de cruzeiros. Os norte-americanos, EXIMBANK e Wells Fargo Bank Internacional participaram com o empréstimo de 58 milhões de dólares, correspondente a 100% da aquisição de equipamentos das empresas dos EUA<sup>925</sup>.

O consórcio caracterizava a associação entre capital local e transnacional. A Mafersa S.A., montadora de carros com utilização em ferrovias, era uma empresa estatal que pertencia ao governo federal desde a década de 1960, e estava na lista das maiores importadoras do país<sup>926</sup>, enquanto às Indústrias Villares S.A. pertencia a grupo empresarial paulista especializado na produção de aços especiais. A The Budd Company era fabricante de peças e estruturas para vagões de Metrô e Trens<sup>927</sup>, e a Westinghouse Electric Corporation produtora de componentes elétricos. Em resumo, a participação de nacionais seria na parte mais rudimentar do processo de fabricação dos carros, deixando para estrangeiros a parcela com maior exigência de complexidade tecnológica, revelando um duplo grau de dependência local, a financeira e a de meios de produção para consecução de um projeto de mobilidade urbana do porte em questão. Em abril de 1978, data de entrega dos carros do Metrô, Noel de

---

<sup>924</sup> Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/empresas-sistema-bndes/empresas-do-sistema-bndes>>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>925</sup> Relatório da Diretoria Executiva da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício 1975. Divulgado no *Jornal do Brasil* em 20/03/1976, página. 24.

<sup>926</sup> *Jornal do Brasil*, edição 36, 14/11/1977. p. 15.

<sup>927</sup> Disponível em: <<http://company-histories.com/The-Budd-Company-Company-History.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Almeida, presidente da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, verbalizava que os mesmos estavam chegando com 60 anos de atraso<sup>928</sup>. A fala diz bastante a respeito sobre a capacidade de investimento interno e sobre o incipiente desenvolvimento industrial brasileiro, afinal, desde 1910 havia linhas de metrô em Buenos Aires, e, em países centrais, a partir da segunda metade do século XIX, nas cidades de Londres e Nova York.

Do ponto de vista de participação econômica na implantação do projeto, as empreiteiras nacionais foram, talvez, as mais beneficiadas em comparação seus pares da burguesia interna industrial, pois tinham reserva de mercado para obras públicas desde 1969<sup>929</sup>. Além de gerar acumulação de capital, por meio de endividamento estatal, frise-se, a obra do Metrô do Rio de Janeiro contribuiu para o desenvolvimento técnico das forças produtivas do segmento de construção. O argumento pode ser verificado pela manifestação de Jacques Deschamps. O diretor do metrô de Paris, o mais importante do mundo, segundo o jornal do Brasil, elogiou a construção do metrô do Rio de Janeiro, em visita ao estado, em 1979<sup>930</sup>.

Embora nosso objeto de investigação não seja as empreiteiras, é importante discorrer sobre as opções desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua fonte de financiamento, que gira, principalmente, em torno da dívida pública. A contração de dívidas do BEG (que se torna BANERJ após a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro) é, em boa medida, um exemplo de financiamento estatal destinado a atividades da iniciativa privada. O comprometimento de receitas do estado e do município também faz parte deste mesmo escopo. Com o advento de uma agenda altamente concentradora de capitais, na década de 1990, o Estado é impelido a se desfazer de seus ativos em função de dívida pretérita, cobrada pelo próprio mercado que ele ajudou a fortalecer. O leilão da concessão de serviços do Metrô do Rio de Janeiro, após quase três décadas de financiamento estatal, revela um quadro de apropriação de bens pela iniciativa privada, que ainda estavam sendo pagos por toda sociedade.

De maneira a tornar o Metrô “atrativo” ao mercado, o governo do estado, iniciou, em 1995, medidas de redução de custos e subsídios, que giravam em torno de 109 milhões de reais. Entre 1996 e 1997, reduziu-se o quadro de funcionários de 3.272 para 2.394, além da realização de cortes em benefícios e programas ligados às tarifas de utilização do serviço

---

<sup>928</sup> *Jornal do Brasil*, edição 361, 1º caderno, 8/04/1978. p. 9.

<sup>929</sup> CAMPOS, Op. Cit. 2012. p. 420.

<sup>930</sup> *Jornal do Brasil*, edição 206, 1º caderno, 30/10/1979. p. 12.

metroviário, que passou de R\$ 0,5 a R\$ 1,0 por viagem, em dezembro de 1996<sup>931</sup>. Ou seja, um aumento tarifário de 100% num quadro inflacionário de 9,56%, que na assunção do governo Marcelo Alencar, em 1995, era de 22,41%<sup>932</sup>. Em outras palavras, premia-se a renda dos usuários com o aumento de tarifas acima da inflação com o objetivo de atender necessidades mercadológicas, ratificando o recrudescendo do processo de concentração de capitais que teria seu clímax com a concessão do serviço à iniciativa privada.

Em dezembro de 1997, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a concessão do Metrô foi leiloada por 291,66 milhões de reais, o que representava um ágil de 921,21%, comemorado pelo governo, já que o valor inicial para lance era de 28,5 milhões de reais. O vencedor foi o consórcio Opportrans, formado pela Sorocaba Empreendimentos e Participações Ltda (pertencente ao banco Opportunity, que tinha suas carteiras voltadas para o investidor estrangeiro<sup>933</sup>) e a empresa argentina Cometrans, que, à época, administrava o metrô de Buenos Aires. Do valor anunciado, apenas 30% foram pagos de forma imediata, R\$ 49,7 milhões em cash e R\$ 36,64 milhões em certificados de privatização. Os 70% restantes, aproximadamente R\$ 200 milhões, seriam pagos durante os 20 anos de concessão<sup>934</sup>. A diretora do banco Opportunity, Maria Amália Cotrin, disse que o ágio seria diluído nesse período. A afirmação reforçava a fala de Evandro Lima, presidente do Sindicato dos Metroviários, que criticava o preço do lance mínimo. Para o sindicalista, o ágil deveria ter sido de 20000%<sup>935</sup>.

Uma sucinta análise comparativa deixa evidente o custo social da concessão do serviço de transporte do Metrô. Como explicitado, o custo inicial para implantação do Metrô era de US\$ 400 milhões, que no início da década de 1990 chegava a US\$ 2,8 bilhões. Todo investimento estatal, nesse sentido, foi promovido via empréstimos (que, em larga medida eram externos), empréstimos do BNH e recursos próprios do orçamento do estado. Se o custo total de concessão foi de R\$ 291,66 milhões, lembrando que a relação entre dólar e real, naquele ano, era quase de 1:1, inferimos que o estado repassou o Metrô à iniciativa privada sem recuperar o capital investido. O grande capital opera dessa forma, a dívida pública é o

---

<sup>931</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 5.

<sup>932</sup> Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/arquivos/pdfs/10\\_anos\\_plano\\_real/tabelas\\_indices.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/pdfs/10_anos_plano_real/tabelas_indices.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2019.

<sup>933</sup> *Jornal do Brasil*, edição 279, Negócios e Finanças, 12/01/1995. p. 1.

<sup>934</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 5.

<sup>935</sup> *Jornal O Globo*. 20/12/1997. p.14.

principal instrumento que força o Estado a adotar sua agenda, como a privatização de serviços públicos. Contudo, o modelo neoliberal precisa do Estado para garantir seu funcionamento em meio as suas próprias contradições. Para manter sua competitividade, empresas privadas dificilmente investem um alto volume de capital com perspectiva de retorno a longo prazo. O giro de capital<sup>936</sup>, cada vez mais veloz em função do processo dinâmico de inserção de novas tecnologias de produção, necessita extrair o mais valor num tempo razoável. Essa é a face do capital monopolista.

Nesse contexto, o estado do Rio de Janeiro continuava a ser um ator importante no processo de financiamento de custos de expansão do Metrô para Pavuna e Copacabana, em andamento, na época do leilão (a um custo de R\$ 426 milhões financiados pelo BNDES). Nessa mesma linha de ação estatal, o caso do metrô da Barra da Tijuca pode ser visto como emblemático, pois foi concessionado, no ano de 1998, sem ao menos ter licitado ou iniciado qualquer tipo de obra para este fim. O governo estadual concessionou o trecho inexistente por R\$ 488 milhões, valor do preço mínimo. Desse montante, R\$ 201,8 foram pagos em certificados de privatização (moedas podres)<sup>937</sup>. Essa lógica, imposta por uma agenda neoliberalizante, cujo um dos pilares é a mercantilização de serviços públicos com base na “eficiência” aplicou-se de forma mais agressiva à Flumitrens.

A criação da Flumitrens, em 1993, é resultante das negociações da dívida do Metrô entre União e governo do Rio de Janeiro. Para transferir a dívida de 2,8 bilhões de dólares à União, o governo estadual teve de assumir o Controle da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que detinha uma rede ferroviária de 380 km com circulação de cerca 600 mil passageiros por dia. Governador, à época, Leonel Brizola também desejava transferir o controle do Metrô à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o que não foi aceito pelo prefeito César Maia.

Em dezembro de 1994, o então governador Nilo Batista assinou o acordo com a União. Além de absorver uma parcela da dívida do Metrô devida pelo estado à União, o governo federal ratificaria a transferência da CBTU e da Superintendência de Trens Urbanos (iniciada em 1992), e liberava US\$ 25 milhões do Fundo de Participação do estado, que estava retido desde 1992<sup>938</sup>. O arranjo tinha como pano de fundo a agenda de privatizações pretendida pelo BIRD. Para melhorar a qualidade do serviço prestado na rede ferroviária, esse

---

<sup>936</sup> HARVEY, op. cit. 2005, p. 136.

<sup>937</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 31.

<sup>938</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 259, 23/12/94. p. 20.

banco financiou US\$ 272 milhões, por meio do Programa Rio de Janeiro Metropolitan Transport Decentralization, para a recuperação de infraestrutura e de trens. Sob gestão de Marcelo Alencar, houve o recrudescimento desse tipo de financiamento. Com o objetivo de aumentar o número de passageiros antes da privatização da Flumitrens, o estado conseguiu um empréstimo de mais US\$ 300 milhões junto ao BIRD.

O estado considerava elevado o valor do subsídio necessário ao funcionamento da rede ferroviária, cerca de R\$ 187 milhões por ano. Na intenção de privatizar a Flumitrens, o governo contratou estudos, com apoio do BIRD, de modo a definir o modelo de gestão da empresa ao ser repassada à iniciativa privada. Em detrimento da privatização da gestão e da concessão a título definitivo, optou-se pela concessão dos serviços<sup>939</sup>.

Concomitantemente, operava-se a redução de subsídios, que foram reduzidos a R\$ 148 milhões no ano de 1997, conseguido, em parte, por meio da redução de quase 50% de pessoal (de 7.871, em 1995, para 4700, em 1997), além da redução da evasão de tarifas e racionalização da manutenção. Mas as projeções financeiras realizadas pelos consultores contratados acusavam a necessidade subsídios após concessionar. Por essa razão, o governo alterou a lei de concessões, que permitia a “concessão negativa”, sancionada em 1997, permitindo, assim, o dispêndio orçamentário do estado em subsídios, após a licitação da concessão. A aplicação da “concessão negativa” não se consolidou em virtude das críticas em relação ao alto valor do ágio do Metrô.

Para atrair empresas a participar do leilão de concessão, o governo decidiu: aumentar o valor da tarifa de R\$ 0,60 por viagem para R\$ 0,90, com a justificativa de fornecer trens com ar condicionado; comprometer-se integralmente com o financiamento com Projeto Transit Rio Mass, caso o governo federal não aprovasse a garantia; excluir 64 quilômetros de trilhos, questionáveis do ponto de vista mercadológico; e assunção dos custos com pessoal não desejado pela concessionária durante o período de transição<sup>940</sup>.

Sobre a questão de investimentos, via BIRD, houve controvérsias entre o banco eo governo estadual. O BIRD desejava que o concessionário vencedor organiza-se a aplicação dos recursos repassados. Contudo, o estado optou pela captação e direcionamento dos investimentos, repassando-as ao concessionário.

Na segunda metade do ano de 1998, realizou-se o leilão em que saiu vencedor o consórcio liderado pela empresa espanhola Bolsa 2000, formando a Supervia Concessionária

---

<sup>939</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 5.

<sup>940</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 6.

de Transporte Ferroviário S.A. A vencedora ofereceu um ágil de 671,41% sobre o preço mínimo de R\$ 36,25 milhões, perfazendo uma oferta de R\$ 279,7 milhões. Desse montante, o consórcio ofertou a assunção da contrapartida do governo estadual no Projeto de Transit Rio Mass, R\$ 183,5 milhões; R\$ 5 milhões em certificados de privatização (moedas podres); 3,4 milhões em dinheiro; e o restante, R\$ 19,6 milhões, seriam pagos em 240 meses, após 5 anos da assinatura do contrato<sup>941</sup>. Em resumo, o estado arrecadou, inicialmente, somente 3,4 milhões com o leilão para um período de concessão de 25 anos.

A assunção da dívida do Projeto de Transit Rio Mass, junto ao BIRD, fazia sentido para o consórcio por duas razões, a primeira verifica-se pelo tipo de empréstimo, que era de longo prazo, facilitando seu pagamento com a própria arrecadação extraída da operação da rede ferroviária. A segunda consistia no tipo de empresa compunha acionariamente o consórcio, no caso, destacamos a espanhola Construcciones y Auxiliar de Ferrocarriles, especializada na reforma, recuperação de trens, além da construção de trens e metrô. A empresa estava em fase de expansão internacional<sup>942</sup>. Isto posto, se levarmos em consideração as condições precárias da Flumitrens, inferimos a extração de mais valor na prestação de serviços e no fornecimento/recuperação de equipamentos da empresa concessionada. Outras partícipes eram a Red Nacional de Los Ferrocarriles Españoles (que administrava trens na região de Madri), o Banco Pactual Electra<sup>943</sup> e o Banco Prosper<sup>944</sup>.

Em síntese, a criação da Flumitrens engendrava a privatização da prestação de serviço público de trens. Analisando o processo de estadualização da CBTU, técnicos do Núcleo de Planejamento Estratégico em Transportes (PLANET), da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constataram que o processo desenvolveu-se apoiado em interesses que não diziam respeito ao presente ou ao futuro do sistema, mas a outros, de ordem econômica, financeira ou política, afetos às duas esferas governamentais (federal e estadual)<sup>945</sup>.

---

<sup>941</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. Anexo 5. p. 87.

<sup>942</sup> Disponível em: <<https://www.caf.net/en/compania/historia.php>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>943</sup> Era uma joint venture formada pelo Banco Pactual com a empresa inglesa de administração de recursos Electra Fleming. A empresa administrava fundos que compravam participações em empresas de médio e grande porte com potencial de valorização. O Brasil foi escolhido como ponto de partida da Electra na América Latina. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi221018.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

<sup>944</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 99, 16/07/1998. p. 23.

<sup>945</sup> Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10534/10534\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10534/10534_5.PDF)>. Acesso em: 19 maio 2019.

A descentralização do controle da rede ferroviária federal premia o orçamento dos estados. No caso do Rio de Janeiro, ficava evidente a incapacidade de investimento no setor de transportes, o que forçara a obtenção de empréstimos com o BIRD, um dos maiores divulgadores da agenda privatista em escala global. É por meio do capital portador de juros<sup>946</sup>, estrutural ao capitalismo, que o governo se endividara reestruturando a malha ferroviária. A conjuntura de elevado grau de endividamento obrigava o repasse de bens e ativos à iniciativa privada portadora de alta concentração de capitais. O avanço sobre os serviços públicos de transporte ocorria principalmente sobre os mais rentáveis, cujo horizonte de retorno de investimento era de curto ou médio prazos.

O interesse do grande capital estrangeiro e de players nacionais ocorreu também sobre a prestação de serviço público de transporte marítimo que interligava uma grande massa populacional. O transporte de passageiros por meio de embarcações ocorria no estado desde o século XIX, principalmente entre os municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. Embora com subsídios estatais, havia o predomínio da operação por empresas da iniciativa privada até 1967, ano de criação da empresa federal de economia mista, Serviço de Transportes da Baía de Guanabara (STBG). Após a construção da ponte Rio-Niterói, houve um decréscimo significativo do número de passageiros, fato que associado à fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, se desdobrou no controle da STBG pelo governo estadual. Assim formou-se a CONERJ<sup>947</sup>.

Incluída no programa de privatizações, com a justificativa de eliminação de R\$ 30 milhões em subsídios, a CONERJ foi privatizada em fevereiro de 1998, concessionando o serviço por 25 anos. O consórcio vencedor, formado pela Construtora Andrade Gutierrez S.A (36%), Wilson Sons Adm. Com. Ltda (18%), Auto Viação 1001 Ltda (18%) e RJ Adm. e Participações S.A (18%) ofertou o preço mínimo do leilão, R\$ 24,6 milhões. Contudo, o estado só recebeu, em dinheiro, R\$ 14,6 milhões, pois R\$ 10 milhões puderam ser pagos em certificados de privatização (moedas podres). Os empregados da CONERJ ficaram com 10% do capital votante<sup>948</sup>.

Detentoras de concessões de serviço rodoviário de transporte de passageiros, a Auto Viação 1001 Ltda e a RJ Adm. e Participações S.A (que representava 110 empresas de

---

<sup>946</sup> HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. Translated by: Alexander Locascio. New York: Monthly Review Press. 2012. p. 157.

<sup>947</sup> PACÍFICO, Alan. *Geografia histórica do transporte aquaviário de passageiros da Baía de Guanabara: uma análise da relação entre poder público e capital privado na evolução urbana do Rio de Janeiro*. Revista Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 1, 1º semestre de 2011 .p.21.

<sup>948</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 32.

ônibus) materializavam interesses locais no setor de transporte de massa do estado do Rio de Janeiro. A participação de ambas no controle acionário da nova empresa Barcas S.A evidenciava a formação de um bloco empresarial, que controlaria a oferta de transporte de um número maior de passageiros, e trazia em si uma contradição, uma vez que o setor rodoviário concorria com o aquaviário na ligação entre os municípios de Niterói e Rio de Janeiro. Caso apliquemos o mesmo raciocínio ao município de São Gonçalo, limítrofe a Niterói, observamos que prevalece o modelo rodoviário. Em resumo, estamos afirmando que o controle de representante das empresas rodoviárias no setor aquaviário, caracterizando um dado nível de concentração de capital no setor de transportes, ensejava o impedimento de qualquer tipo de investimento que prejudicasse a manutenção das taxas de lucro desse grupo. Isso, na prática, revela o modelo econômico neoliberal, que captura uma parcela dos serviços públicos do Estado de modo a deixá-lo sob controle de uma pequena parcela de empresas privadas, substitui-se o monopólio estatal pela oligopolização de entes privados.

A privatização da CONERJ ainda foi capaz de reunir interesses do grande capital doméstico, Andrade Gutierrez, que diversificava seus investimentos, e do capital estrangeiro com expertise no segmento, como no caso da Wilson Sons, empresa britânica especializada em transporte marítimo<sup>949</sup>. A última tinha conexões com o escritório de advocacia Gouvêa Vieira, ligado ao Grupo Ipiranga. Um de seus sócios, José Francisco Gouvêa Vieira<sup>950</sup>, era presidente do Conselho de Administração da Wilson Sons<sup>951</sup>. O que revela um elevado nível de participação da burguesia interna no processo de privatizações no estado. Não foi mera coincidência a costura de relações com o BIRD, no início da década de 1990, para o estabelecimento de um consenso sobre a agenda neoliberal. O enlace entre a agenda e o serviço público de transporte permeara quase todos os ativos estatais deste segmento.

O Terminal Garagem Menezes Cortes (TGMC) era um ativo cobiçado pela iniciativa privada. Criado em 1973, pertencente à Coderte (responsável pelos terminais rodoviários do estado) e composto por lojas, vagas de carros e terminais de ônibus, tinha uma arrecadação de 1,2 milhão de reais por mês, do qual 60% era usado para manutenção<sup>952</sup>. Sua localização, no centro da cidade do rio de Janeiro, era outra razão para o investimento privado. Os pontos

---

<sup>949</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 304, 06/02/1998. p. 22.

<sup>950</sup> Disponível em: <<http://www.eagv.com.br/site/TabId/69/TeamID/39/Default.aspx>> Acesso em: 19 maio 2019.

<sup>951</sup> Disponível: <<http://ri.wilsonsons.com.br/governanca-corporativa/conselho-de-administracao/>>. Acesso em: 19 maio 2019.

<sup>952</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 127, 13/08/1998. p. 20.

elencados tornavam o TGMC extremamente rentável. Situação diversa dos outros 12 terminais do estado, que juntos geravam uma receita de cerca de 300 mil reais.

Em 1998, o estado privatizou somente o TGMC. O consórcio vencedor, Shoppingcar, era composto pelo fundo norte-americano Mercator Investment pelo Prece<sup>953</sup>, fundo de previdência privada da CEDAE, com participações de 80% e 20%, respectivamente. O valor total da venda foi de R\$ 80,298 milhões (preço mínimo do leilão), dos quais 60% deveriam ser pagos à vista, e o restante em 96 parcelas que deveriam totalizar R\$ 32,1 milhões. Do montante, R\$ 10 milhões foram pagos em certificados de privatização (moedas podres)<sup>954</sup>. Após a venda, o governo estadual ainda teria de pagar R\$ 100.000 por mês de aluguel do terminal rodoviário<sup>955</sup>. O negócio parece ter sido extremamente lesivo ao erário, pois o estado se desfazia de um patrimônio rentável, e, ao mesmo tempo, criava uma obrigação de dispor mensalmente de uma quantia para utilização de parte do espaço vendido. À época, o Tribunal de Contas do Estado deu parecer desfavorável à licitação<sup>956</sup>.

Na mesma linha de desfazimento do patrimônio estatal, o governo promoveu a liquidação da Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro (CTC). A empresa foi uma sociedade de economia mista criada em 1975, resultante da fusão entre a Companhia de Transportes Coletivos do Estado da Guanabara (CTC-GB) e a Empresa Estadual de Viação (SERVE). Sua função era operar transportes coletivos no estado; contratar empresas privadas para exploração de linhas rodoviárias, quando do interesse público, e exercer controle técnico-financeiro desses contratos; fiscalizar concessões; promover a coordenação do sistema rodoviário; e atuar de forma integrada e complementar ao sistema ferroviário e metropolitano<sup>957</sup>.

A CTC tem como marco de investimento estatal no setor de transporte rodoviário a encampação de dezesseis empresas de ônibus que operavam na capital e região metropolitana do estado, no ano de 1985. Promovida no primeiro governo de Leonel Brizola, resultou no

---

<sup>953</sup> Constituída em 1983, era uma entidade fechada de previdência privada sob a forma de uma sociedade civil. Foi instituída pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) com autonomia administrativa e financeira e sem fins lucrativos. Disponível em: <[http://www.prece.com.br/?page\\_id=464](http://www.prece.com.br/?page_id=464)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

<sup>954</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc29109810.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2019 e Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 31.

<sup>955</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 49.

<sup>956</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 204, 29/10/1998. p. 26.

<sup>957</sup> Decreto Lei nº 41/1975. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/0/b0edaf1f6533fda003256b2e00699917?OpenDocument>>. Acesso em: 12/04/2019.

aumento de 1817 veículos, que somados aos 600 próprios da CTC, deixavam sob controle estatal 20% da frota estadual (25% na região metropolitana e 27 % na capital). A ação fora amparada pelas funções inerentes à CTC, e justificada em razão de irregularidades e deficiência no atendimento à população. O dinheiro da indenização, 205 bilhões de cruzeiros, viria da venda de terrenos do estado e da venda de ações da Petrobrás pelo Banerj<sup>958</sup>. No entanto, três após a encampação, já sob o governo Moreira Franco (1987-1991), os ônibus foram devolvidos à iniciativa privada<sup>959</sup>.

No segundo governo Brizola (1991-1994), houve a tentativa de impulsionar as atividades da CTC, contudo a empresa havia perdido uma boa parcela de seu patrimônio, pois atuava com apenas 131 ônibus a gás e 50 articulados<sup>960</sup>. Em 1995, com o programa de privatizações de Marcelo Alencar, a empresa entrou em processo de liquidação no ano de 1996<sup>961</sup>. O estado assumiu todos os custos trabalhistas e com a previdência social, os quais estavam estimados em cerca de 9 milhões de reais. A extinção da CTC eliminava 37 milhões de reais em subsídios por ano<sup>962</sup>, segundo dados do Banco Mundial, que, via State Reform Loan, proveu uma parcela de recursos necessário à reforma administrativa estadual.

O fim da CTC ajudou a consolidar controle privado do transporte público rodoviário no estado do Rio de Janeiro. Os empresários do segmento rodoviário ainda promoveram o avanço sob o segmento aquaviário, com participação acionária nas Barcas S.A. Seria exagero afirmar que formaram um conglomerado, mas não resta dúvida que aumentaram seu grau de participação econômica, e, até mesmo, do ponto de vista de influência em políticas públicas voltados para o setor. Tal conjuntura, somada ao nível de endividamento estatal - que se desdobrava em pouca mobilidade política - e ao controle privado dos transportes metroviário e ferroviário provocaram um adensamento do processo de mercantilização do setor de transporte coletivo estadual, constituído a partir de financiamento estatal. Dito de outro modo,

---

<sup>958</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 247, 11/12/1985. p. 17.

<sup>959</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/onibus-estiveram-sob-gestao-publica-integral-8852836>>. Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>960</sup> *Jornal do Brasil*, Edição 341, 15/03/1993. p. 5.

<sup>961</sup> Disponível em: <[http://www.age.fazenda.rj.gov.br/age/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC209062&\\_adf.ctrl-state=1689gpigox\\_1&\\_afLoop=13909293487809203&\\_afWindowMode=0&\\_afWindowId=7o488s7eo](http://www.age.fazenda.rj.gov.br/age/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC209062&_adf.ctrl-state=1689gpigox_1&_afLoop=13909293487809203&_afWindowMode=0&_afWindowId=7o488s7eo)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

<sup>962</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 48.

o Estado, via trabalho<sup>963</sup> da sociedade, pagou ao longo do tempo pela infraestrutura de transportes, mas em razão do capital portador de juros<sup>964</sup>, que aparece como endividamento estatal, é forçado a ceder a pressões de frações da classe dominante<sup>965</sup>, cuja intensidade decorre em função da conjuntura econômica e política.

#### 4.6 A tentativa frustrada de venda da CEDAE

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE) estava na lista de privatizações do governo Marcelo Alencar. Junto à venda de ações da estatal, pretendia-se realizar a concessão de seus serviços. O Estado participava ativamente de obras de saneamento e de fornecimento de água desde, pelo menos, a metade do século XX. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o United States Agency for International Development (USAID) forneceram empréstimos, na década de 1960, o que ensejou a constituição de empresas estatais. Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ) e Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) foram pioneiras nesse sentido e, em 1975, se fundiram, criando a CEDAE.<sup>966</sup>

Uma boa parcela das obras realizadas pelas instituições responsáveis pelo saneamento antes da criação da CEDAE, localizaram-se nos bairros de classes sociais mais abastadas como Tijuca, Vila Isabel, Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca; de classe média como Engenho Novo, Ilha do Governador, Santa Tereza e Niterói; no centro de serviços e comércio da cidade do Rio de Janeiro, permeando bairros do Centro, Rio Comprido e zona portuária; e no subúrbio, em Anchieta, Irajá, Penha, Méier, Ramos, São Cristóvão, Madureira e Jacarepaguá. Os investimentos em saneamento realizados de 1975 a 1991 promoveram crescente homogeneização dos espaços da cidade, com a redução das disparidades nas coberturas

---

<sup>963</sup> MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo. 2008. p. 99.

<sup>964</sup> HEINRICH, Op. Cit. 2012. p. 157.

<sup>965</sup> POULANTZAS, Nicos. Op. cit. 1978. p. 15.

<sup>966</sup> DIAS, Alexandre Pessoa. Análise da interconexão de sistemas de esgoto sanitário e pluvial da cidade do Rio de Janeiro: valorização das coleções hídricas sob perspectiva sistêmica. Dissertação de Mestrado, 2003, UERJ. p. 146.

dos serviços, colocando a periferia em um patamar menor de carência. A região metropolitana do estado, em 1995, possuía 4.600 Km de rede sanitária, mas que cobria apenas 13% da Baixada Fluminense. Os municípios do interior possuíam apenas 400 km.<sup>967</sup>

No ano de 1995, a CEDAE atendia a 10 milhões de consumidores (o que correspondia a 76% da população), tinha um faturamento mensal de R\$ 70 milhões, e investimentos da ordem de R\$ 450 milhões<sup>968</sup>. A empresa estatal ainda participava do Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), e teve papel central no desenvolvimento urbano da favela da Maré, investindo na canalização de rede de esgoto e fornecimento de água, além de prover calçamento de ruas e construir um conjunto habitacional.

O espaço para expansão do mercado consumidor de água no estado (mais de 2 milhões de pessoas sem acesso à água e coleta de esgoto), e uma infraestrutura constituída ao longo de décadas, fizeram da CEDAE um ativo que demandava interesse em sua privatização, inclusive com apoio do BIRD. O banco condicionara parte do empréstimo destinada à reforma administrativa do estado à venda da empresa estadual. Planejando a privatização, o governo estadual encomendou um estudo de viabilidade de modelos de concessão à iniciativa privada, no que tocava à prestação de serviços públicos de fornecimento de água e tratamento de esgoto. As consultorias Sogreah Ingénierie<sup>969</sup> (ligada ao conglomerado transnacional Alstom) e Wald Advogados<sup>970</sup>, empresas francesa e brasileira, respectivamente, foram responsáveis pelo estudo, que apontava, inicialmente, o desmembramento da concessão. Nesse contexto, o sistema Guandu (que abastecia 80% da região metropolitana) corresponderia a uma das concessões<sup>971</sup>.

De forma pormenorizada, o estudo preconizava a adoção de 4 concessões na região metropolitana, a saber: Baixada Fluminense e ilha do Governador; Barra da Tijuca / Jacarepaguá / Recreio dos Bandeirantes, abrangendo as regiões ocidentais do município do Rio de Janeiro (cujas concessões foram propostas em dezembro de 1996, e canceladas logo depois);

---

<sup>967</sup> DIAS, Op. Cit. , 2003, UERJ. p. 146-149.

<sup>968</sup> *Jornal do Brasil*, edição 31, 09/05/1997. p. 21.

<sup>969</sup> A Sogreah foi criada em 1955. Transformada em uma empresa pública limitada do grupo de laboratório de estudos e testes desenvolvido pelo fabricante de turbinas Neyrpic, desde o início do século XX, em Grenoble. Na época de sua criação, Sogreah tinha uma experiência de meio século no estudo de desenvolvimentos hidráulicos e hidrelétricos, em particular. A empresa faz parte do conglomerado Alstom. Disponível em: <<https://www.arteliagroup.com/fr/le-groupe/qui-sommes-nous/histoire/sogreah>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>970</sup> Criado em 1954, o escritório é especializado em advocacia contenciosa. Tendo como clientes bancos e concessionárias. Disponível em: <<http://www.wald.com.br/historia.html>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>971</sup> *Jornal do Brasil*, edição 48, 26/05/1996. p. 35.

Centro Sul cobrindo o restante do município do Rio de Janeiro; e Zona Oeste, abrangendo as áreas ocidentais da região metropolitana que se enquadram na bacia de água da Baía de Sepetiba.

Dentro do mesmo escopo, a estação de tratamento de água Guandu seria controlada por uma joint venture formada por quatro empresas que operariam a distribuição de água e saneamento dentro do sistema Guandu. O estado, na figurada CEDAE, poderia ter uma participação 33%, enquanto os demais concessionários poderiam ter uma parte igual cada. Menos cobiçadas, outras regiões do estado, como a abastecida pelo sistema Imunama Laranjal, também seriam objeto de concessão. As metas estabelecidas foram de atender 95% da população com fornecimento de água em 10 anos, e de cobertura de saneamento em 20 anos para 90% da população. Os valores correspondentes ao empréstimos do PDBG (financiados pelo BID e OECF) deveriam ser repassados proporcionalmente às concessionárias. Já as tarifas deveriam ser reajustadas de acordo com a inflação e manter a viabilidade econômica da concessão, que seria de 30 anos<sup>972</sup>.

Na prática, o governo estadual não teria controle algum sobre as operações de fornecimento de água e coleta de esgoto, pois pretendia privatizar a CEDAE. Nesse caso, a joint venture citada seria controlada por empresas privadas. Das ações a serem vendidas, 89,9% seria destinada à iniciativa privada e 10% a empregados da empresa<sup>973</sup>. O leilão teria como preço mínimo R\$ 4,8 bilhões, despertando interesse do grande capital internacional e associado. As francesas Générale des Eaux (representada pelo escritório brasileiro Demarest e Almeida Advogados) e Lyonnaise des Eaux<sup>974</sup> (representada pelo escritório de advocacia Gouveia Vieira), especializadas em fornecimento de água, Electricité de France (representada pela Light) e a chilena Enersis (por meio da Empresa Geral de Serviços)<sup>975</sup> representavam o interesse estrangeiro com parcerias da burguesia interna.

Como se pode observar, existe um enlace entre interesses estrangeiro e doméstico, que ocorre desde a constituição do modelo de privatização até a fase de habilitação ao leilão. Analisando, por exemplo, o perfil da Générale des Eaux e da Lyonnaise des Eaux, inferimos que existe o interesse de expandir essas empresas para fora do território francês,

---

<sup>972</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 18 -20.

<sup>973</sup> Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infra-estrutura%20n.20%20mar.1998-Saneamento\\_Rumos%20Adotados\\_P.PDF](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infra-estrutura%20n.20%20mar.1998-Saneamento_Rumos%20Adotados_P.PDF)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>974</sup> Criada em 1880, é especializada em distribuição de água e coleta de lixo. Disponível em: <<https://www.suez.fr/fr-fr/nous-connaitre/qui-sommes-nous>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>975</sup> *Jornal do Brasil*, edição 83, 30/06/1998. p. 21.

internacionalizando-as. Fato que atende a hegemonia de concentração de capital em países centrais, chancelada pelos governos federal e estadual, ambos ligados ao PSDB, que tinha uma agenda privatista, necessária à manutenção do valor do Real, no curto prazo, assim mantendo a estabilidade econômica do ponto de vista do capital. Esse ponto tinha ressonância em frações da classe dominante local.

A articulação tinha o apoio do grupo ligado ao comando da FIRJAN, neste caso, nos referimos ao Ipiranga, que estava sob o controle da família Gouvêa Vieira, dona do escritório de mesmo nome. A relação com capital francês estava presente no grupo desde 1946, quando o patriarca da família, João Pedro Gouvêa Vieira fundou o Banco Francês Brasileiro com o *Crédit Lyonnais*<sup>976</sup>, servindo de aporte para representação de interesses de outras empresas francesas com interesses no Brasil<sup>977</sup>.

Contudo, o governo não conseguiu ser bem sucedido na privatização da CEDAE. Entraves jurídicos, políticos e de ordem financeira foram responsáveis pela manutenção da empresa como estatal. A principal dificuldade foi a ambiguidade constitucional sobre o poder concedente dos serviços de água e saneamento básico na região metropolitana, onde eram compartilhados por vários municípios. A região era central para a concessão, pois abarcava a parcela como maior contingente populacional, e tinha uma infraestrutura montada para atendimento.

Municípios como Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo foram contra a concessão a ser promovida pelo estado, e decidiram admitir seus próprios serviços. Seus representantes queriam ser indenizados com a venda da CEDAE, e não admitiam a cobrança de indenização, por parte da empresa estatal, em virtude investimentos da época da SANERJ<sup>978</sup>. Face a esta situação, o governo preparou a lei complementar 87/1997, que criava a Região Metropolitana e a Microrregião dos Lagos, e definia serviços de interesse comum nessas áreas. Dentre estes, estavam a produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, os quais deveriam ser prestados pelo estado. O embate foi prolongado pela ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo PDT. Entretanto, houve a realização de concessões em alguns municípios com parca cobertura de água e esgoto. A concessionária Prolagos e as empresas do Grupo Águas do Brasil são exemplos.

---

<sup>976</sup> Banco francês fundado em 1863. Foi nacionalizado em 1946. No século XX, foi considerado um dos maiores bancos do mundo. Em 1999, o banco foi privatizado pelo governo francês. Disponível em: <<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/crédit-lyonnais-history/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>977</sup> Disponível em: <[www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx](http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>978</sup> Jornal do Brasil, edição 31, 09/05/1997. p. 21.

Formado pela Carioca Engenharia, Queiroz Galvão Participações, Trana Construções e Construtora Cowan, o Grupo Águas do Brasil conseguiu a concessões de fornecimento de água e saneamento nos municípios de Saquarema, Araruama e Silva Jardim por meio da concessionária Águas de Juturnaíba, e no município de Petrópolis com a Águas do Imperador. Continuou sua expansão com a obtenção de concessões em Campos e Niterói com a implantação das Águas do Paraíba e Águas de Niterói, em 1999<sup>979</sup>, primeiro ano de mandato de Anthony Garotinho como governador. Já a concessionária Prolagos, composta pela Monteiro Aranha S/A (sócia da ACRJ), Planup (Bozano Simonsen e Erco) e PEM Engenharia deteve o controle do fornecimento de serviços de água e saneamento nos municípios de Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, S. Pedro da Aldeia e Iguaba , a partir de 1997<sup>980</sup>. Como se observa, frações do capital regional montaram joint ventures para ocupar espaços onde a CEDAE quase não tinha participação. Contudo, a empresa estatal, nesse ínterim, continuou a ser alvo do programa de desestatização.

A CEDAE foi atacada por meio da propaganda midiática, que a acusava de ineficiência, gestão financeira ruim e, por conseguinte, incapacidade de investir para atender a população. Esse também era o argumento do BIRD em seu relatório para o concessão de empréstimo via State Reform Loan. Segundo o banco, a má condição financeira era explicada pelos altos custos de trabalho, resultado da baixa produtividade (7,5 funcionários para cada 1000 ligações de água), altos salários e outros benefícios (US\$ 45.150 por funcionário ao ano). O relatório ainda indicava que 57% do faturamento da empresa era dedicado à cobertura dos custos de pessoal (10.726 funcionários permanentes) e que, no âmbito de um acordo coletivo com os empregados, a CEDAE transferia uma quantidade igual a cerca de 11 por cento da massa salarial a seus empregados a fundo de aposentadoria<sup>981</sup>.

O contraponto em defesa da CEDAE partiu de funcionários da empresa, Clube de Engenharia, Conselho Regional de Engenharia, Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e Sanitária e Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro. O que fazia convergir interesses de grupos ligados a empresas de engenharia do locais. Nesse sentido, a disputa pelo controle da prestação de serviço de distribuição de água e saneamento fazia parte da fricção entre uma fração da classe

---

<sup>979</sup> Disponível em: <<https://www.grupoaguasdobrasil.com.br/o-grupo/nossa-historia/>>, <<http://fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-626.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

<sup>980</sup> Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infra-estruturura%20n.20%20mar.1998-Saneamento\\_Rumos%20Adotados\\_P.PDF](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infra-estruturura%20n.20%20mar.1998-Saneamento_Rumos%20Adotados_P.PDF)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

<sup>981</sup> Banco Mundial, Report No. 15869-BR. p. 17.

dominante regional em contraposição ao capital estrangeiro e associado. Consultoria, projetos e realização de obras por empresas locais estavam ameaçados com a privatização. Por exemplo, receitas advindas do PDBG, como especificado no modelo de concessão, ficariam a cargo das concessionárias, que poderiam manipular esse capital de forma diversa da CEDAE. Nessa conjuntura, a defesa da empresa como pública era fundamental.

Sobre a questão do faturamento, em nota no *Jornal do Brasil*, a Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE explicou que dos 100% da água produzida, apenas 50% era faturado. Contudo, uma parte desse percentual não era faturada em função da inadimplência, resultante do empobrecimento da população mais carente do estado. Como a água é um bem essencial à vida, a empresa optava por não cortar seu fornecimento. Em relação aos outros 50% não faturados, a associação argumentou que 10% destinavam-se a conjuntos habitacionais de baixa renda, cuja cobrança era da tarifa mínima de R\$ 6 (a média tarifária era de R\$ 26). Ao todo, eram 600 favelas subsidiadas com programa que, segundo o argumento da associação, fazia a CEDAE exercer sua função pública, cuja continuidade era questionada, em caso de privatização. Por fim, explicou-se que os 40% restantes correspondiam a ligações clandestinas na rede adutora e de distribuição, difíceis de serem identificadas, somadas aos vazamentos normais de uma rede de 14.000 Km de extensão<sup>982</sup>.

Ao final do ano de 1998, o Tribunal de Contas do Estado considerou ilegal a venda da CEDAE. A venda foi finalmente bloqueada pela Assembleia Legislativa em dezembro daquele ano. Com assunção de Antony Garotinho no governo do estado, em janeiro de 1999, houve pedido para prorrogação de avaliação do empréstimo via Reform State Loan. A ideia do novo governo era discutir um novo modelo institucional para empresa, que consistia na venda de 60% das suas para o público e os 40% restantes partilhados entre o estado e municípios. A proposta não foi aceita pelo BIRD<sup>983</sup>.

#### **4.7 Receita das privatizações e dívida pública: a contradição do discurso neoliberal**

Segundo dados do BIRD, dos R\$ 1,12 bilhão, parte da arrecadação com o programa estadual de desestatização, 81% foi destinada a investimentos, R\$ 907 milhões; 15% para

---

<sup>982</sup> *Jornal do Brasil*, edição 121, 07/08/1998. p. 20.

<sup>983</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 8.

redução da dívida, R\$ 165 milhões; e 4%, R\$ 49 milhões, para despesas correntes. Do total de investimentos, cerca de 37% (R\$ 340 milhões) foi designado para expansão da rede de fornecimento de água e saneamento básico e programas de desenvolvimento urbano, com destaque para o Baixada Viva, que levou metade desse orçamento. Cerca de 28% (R\$ 256 milhões) foram destinados à conclusão do METRO (extensão da linha até a Pavuna e Copacabana); 16% para infraestrutura rodoviária, cuja metade foi revertida para construção da Via Light; 14% para controle de enchentes e 5%, R\$ 49 milhões para saúde e educação. Metade dos investimentos citados foi realizado na Baixada Fluminense<sup>984</sup>.

A ação do estado tinha relação com o deslocamento da produção da capital para municípios da Baixada Fluminense. Segundo o escopo desenvolvido pela FIRJAN, a indústria deveria se interiorizar. Isso tornaria os custos mais baixos no processo produtivo, que somado à infraestrutura rodoviária e ferroviária facilitaria o escoamento da produção por meio do Porto de Sepetiba.

A arrecadação com as privatizações se aproximou da previsão do governo, que era de 1,5 bilhão. Mas, no que tange ao efeito financeiro favorável da ordem de R\$ 4,8 bilhões a R\$ 5,0 bilhões para o estado do Rio de Janeiro<sup>985</sup>, defendido por Marco Aurélio Alencar no início do PED, em 1995, os números revelam que não foi consolidado um movimento positivo para as finanças públicas.

O crescimento das receitas era de 8%, em 1996, já em 1998, passou a ser 2%. O percentual do déficit primário em relação à receita, valor das despesas que excederam as receitas menos os custos com juros da dívida pública, passou de -1%, em 1995, para -41%, em 1998. O percentual de despesas com financiamento por capitalização, no ano de 1995, representava 23% da receita, em 1998 estava num patamar de 50%. Por fim, o estoque da dívida pública estadual passou de 144% para 305% da receita em 1998<sup>986</sup>.

Tal contexto, levou o novo governo estadual a contestar o PED, contratando auditoria da COPPE/UFRJ, que respondia por 70% da produção técnico-científica do Brasil. De forma resumida, os dados auditados foram expostos, de forma crítica, em carta enviada pelo Secretário de Planejamento, Jorge Bittar, ao Diretor do BIRD no Brasil, Gobind T. Nankani, em abril do ano 2000, segundo ano de mandato de Anthony Garotinho.

---

<sup>984</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 16.

<sup>985</sup> *Jornal O Globo*, 25/09/1995. p. 23.

<sup>986</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 36.

Para o governo Garotinho, embora se tenha vendido praticamente todo patrimônio do estado, Marcelo Alencar terminou seu mandato com uma dívida 225% superior à encontrada. Iniciou-se com uma dívida, em 1995, de R\$ 6,6 bilhões, e terminou, em 1998, com R\$ 21,5 bilhões após a concessão/venda da CEG, RIOGÁS, CERJ, FLUMITRENS, METRO, BANERJ e CONERJ, além de um déficit operacional (necessidade de financiamento) de 6,3 bilhões. Ademais, não foram verificadas melhorias da qualidade dos serviços públicos concessionados, exemplificados na rede ferroviária, que ao invés de transportar 650 mil passageiros por dia, como planejado, transportava 150 mil passageiros por dia; na ausência de cláusulas de adoção de condições especiais para consumidores de baixa renda; e no aumento de quase 100% da tarifa do METRO. Esse quadro denotara a priorização da saúde financeira das empresas em detrimento da qualidade do serviço, que desdobrou em grande insatisfação dos consumidores<sup>987</sup>.

Outro ponto questionado pelo governo Garotinho foi o fato de consultorias contratadas pelo governo estadual chegarem a preços mínimos tão inferiores aos efetivamente oferecidos pelo mercado. No caso do METRO, o consórcio vencedor pagou R\$ 291 milhões, enquanto o preço mínimo era de R\$ 29 milhões, entretanto, o valor foi parcelado em 240 meses, sem qualquer espécie de correção. Consideradas aberrações, o novo governo criticou cláusulas de comprometimento do estado em honrar compromissos de investimento do governo federal no segmento transporte ferroviário; a manutenção da folha de pagamento de 4 mil funcionários do METRO e da FLUMITRENS, a custo mensal de R\$ 8,2 milhões, após a concessão à Apportrans e Supervia, respectivamente; e a venda do direito de exploração de linhas que nem sequer existiam, para os vencedores das concessões do METRO e CONERJ<sup>988</sup>. Todos esses dados remontam a transações que lesaram os cofres públicos, e enfraqueceram o governo estadual no âmbito de formulação de políticas públicas, uma vez que o direito de exploração dos serviços públicos concessionados extrapolava o tempo de 20 anos, no mínimo.

### **Conclusões precárias**

O programa de privatizações no estado do Rio de Janeiro teve força política, pois fora articulado pelos governos estadual e federal em consonância com a agenda neoliberal defendida pelo BIRD, patrocinador do State Reform Loan, programa de apoio à reforma

---

<sup>987</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 95.

<sup>988</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 96.

administrativa do estado. No âmbito local, entidades como ACRJ e FIRJAN faziam coro à mudança do papel estatal na economia regional. Grupos empresariais locais, em associação com o grande capital, transnacional ou doméstico, participaram da disputa pela compra de empresas públicas e do direito de exploração de seus serviços, que significava uma clara transferência do patrimônio público para a iniciativa privada.

A agenda privatista, que avança no Rio de Janeiro em 1995, com assunção de um governador de centro-direita, mas que se entendia com esquerda moderna, torna-se alvo de crítica mais contundente com a volta da centro-esquerda, na figura de Anthony Garotinho, ao governo estadual, em 1999. O novo governo foi o resultado da coalizão de partidos de do campo da esquerda, Partidos dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro e Partido Democrático Brasileiro.

Nessa conjuntura, a ALERJ instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito das privatizações, em 2001, por meio da resolução 518/2001. A comissão teve a relatoria de Chico Alencar, do Partido dos trabalhadores. De acordo com apuração, havia indícios de tráfico de influência, especulação com moedas podres, sonegação de informações e uso de firmas fantasmas nas privatizações<sup>989</sup>.

As privatizações revelaram-se ineficazes do ponto de vista do consumidor, status criado pela agenda de “eficiência” do neoliberalismo, e tornaram as finanças públicas do estado do Rio de Janeiro mais dependentes do grande capital. A força do capital transnacional e sua associação com grupos locais propiciaram o desmantelamento de empresas públicas concebidas durante o consenso keynesiano, fase do desenvolvimentismo no capitalismo. A agenda neoliberal, produto do Consenso de Washington, transforma a dinâmica de prestação de serviços públicos em mercadoria, cujo mais valor deveria ser apropriado pela iniciativa privada sem levar em consideração o aspecto da cidadania.

---

<sup>989</sup> Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/720e6afb78303256a3a006a1652?OpenDocument>>, <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200118.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos essa pesquisa, utilizamos, como questão central, a investigação sobre a forma em que agentes econômicos regionais e o Estado se articularam com o capital transnacional para a implementação de uma agenda neoliberal, que, por conseguinte, alteraria o padrão de acumulação de capital vigente, até então. Nossa hipótese parece ter sido validada com a investigação histórico-econômica que realizamos. Aventamos a ideia de que o Estado se endividava em ritmo exponencial em favor de frações da classe dominante. Tal endividamento não criava (e nem se propunha a criar) valor suficiente para o pagamento da dívida, ao contrário, debilitava cada vez mais o Estado, provocando uma nova forma de dependência econômica, que se desdobra no desmonte gradativo de políticas públicas, assim como na dilapidação do patrimônio público.

De maneira a comprovar nossa hipótese, abordamos o período entre o início da década de 1980 e o início dos anos 2000, o qual reflete um quadro de transição, consolidação e afrouxamento da fase neoliberal do capitalismo no Brasil. O Ascenso neoliberal remonta ao colapso internacional da longa dinâmica expansionista e a eclosão das crises da década de 1970. A expansão econômica do pós-guerra trazia no seu bojo um projeto de “universalização da modernização”, que, em larga medida, era entendido como superação do subdesenvolvimento do sul com a prometida “multiplicação do excedente”<sup>990</sup>. Entretanto, essa clivagem ideológica não dava conta das contradições do capital naquele dado contexto, o que abria espaço para uma nova ordem econômica de viés conservador.

Nesse sentido, o neoliberalismo apresentava-se como projeto político que tentava criar uma realidade social que supostamente já existia. O objetivo era o aprofundamento das relações sociais e econômicas de um sistema capitalista em crise. Sua contribuição original estava na criação da dimensão antropológica homem-empresa. Moldar o pensamento dos sujeitos, com o objetivo de torná-los empreendedores, para que soubessem aproveitar as oportunidades de lucros e criar uma predisposição permanente à concorrência seria o contraponto ao “destrucionismo” estatal, que suprimira a livre competição<sup>991</sup>, do ponto de vista dos teóricos do viés neoliberal.

---

<sup>990</sup> MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.141.

<sup>991</sup> DARTOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p.134-136.

A crítica ao Estado facilitaria a ação do grande capital em dois sentidos: desconstrução do Welfare State (Estado de bem-estar social), o que tornaria os serviços públicos em mercadoria, entregando-os à iniciativa privada com fins de acumulação; e recrudescimento da concentração de capitais de empresas transnacionais, pois a concorrência global sem (ou com poucos) instrumentos de proteção domésticos (administrados pelo Estado) facilitaria a penetração do capital originário de países centrais na periferia, debilitada pela crise da dívida da década de 1980.

Nesta conjuntura, o Rio de Janeiro teve um papel importante, pois havia um grande número de empresas transnacionais em seu território, além da presença estrangeira em entidades empresariais, como FIRJAN e ACRJ, e da relação próxima do seu setor financeiro com grandes bancos internacionais. Isto associado a uma burguesia interna, simpática ao investimento estrangeiro, e ávida pela manutenção de suas taxas de lucro, provocou um apoio à alteração gradativa do papel do Estado e do grande capital na economia nacional, tornando-as adaptadas à nova fase do capitalismo.

A adaptação a ditames do capital internacional não correspondia a uma novidade na burguesia brasileira. Segundo Francisco Foot e Victor Leonardi, havia uma subordinação genética dessa burguesia ao imperialismo. Os autores apontam ligações de homens de negócios brasileiros (setor industrial) com o capital estrangeiro, desde o século XIX<sup>992</sup>. Situação que persistira ao longo do século XX, com elevado número de empresas transnacionais em território nacional<sup>993</sup>. Contudo, devemos destacar que existiam diferentes matizes de apoio à participação estrangeira na economia brasileira, em sua fase de transição para um padrão de acumulação de molde neoliberal.

Embora, desde a década de 1950, existisse o apoio à internacionalização da economia por meio da FIRJ (que tornou-se FIRJAN, posteriormente) e ACRJ, no Rio de Janeiro, e FIESP, em São Paulo<sup>994</sup>, o que diferia a ação dessas entidades na década de 1980, e, principalmente, na de 1990, era a defesa da velocidade das mudanças que deveriam ocorrer. O fator determinante foi o nível necessário de aporte de capital estatal e estrangeiro para consecução de projetos do empresariado fluminense. Dito de outro modo, o estado do Rio de Janeiro era mais dependente do Estado e do capital estrangeiro para manutenção de suas taxas

---

<sup>992</sup> FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. p. 95-97.

<sup>993</sup> Na década de 1980, eram mais de 7000 empresas. As 300 maiores do mundo também estavam atuando no território brasileiro. Fonte: Revista da Associação Comercial, n° 1214, ano de 1985. p. 17.

<sup>994</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 216.

de lucro. Por essa razão, a adesão do empresariado fluminense à agenda neoliberal teve menos entraves, além de significar, para alguns empresários, a possibilidade de ultrapassar a economia de São Paulo.

A utilização do gás natural da bacia de Campos como matriz energética; a construção de um Polo Petroquímico; a ampliação do Porto de Sepetiba; a formação de um Polo Metal-Mecânico com apoio da CODIN; o controle da poluição da Baía de Guanabara (que após se tornou um projeto de despoluição); a formação de um Teleporto, e a penetração de serviços ofertados pelo Estado na Baixada Fluminense faziam parte de uma agenda empresarial ligada à participação estatal. Esses projetos começaram a ser discutidos de forma mais ativa durante a crise da dívida externa, como forma de mitigar seus efeitos no território fluminense. A manutenção de um mercado interno também fazia parte dos planos do empresariado fluminense. Houve a defesa da ideia de formação de empresas que pudessem participar ativamente de um mundo globalizado, a partir de seu fortalecimento por meio da consolidação de um mercado interno. A defesa da indústria, principalmente a de navieças, foi a bandeira levantada até o início da década de 1990.

A estagflação de 1986 comandada pela desaceleração da indústria, após dois anos de crescimento a uma taxa superior a 8%<sup>995</sup>, a quebra da bolsa de Nova York, em 1987, e o estabelecimento do Consenso de Washington, em 1989, alteraram o quadro econômico local. Esse contexto deu suporte a eleição de Collor com seu programa neoliberal, que fora apoiado pela FIRJAN e ACRJ.

Gradativamente, a constituição de um novo modelo de desenvolvimento econômico foi amadurecido nas Plenárias da Indústria e Comércio. Suas proposições iam ao encontro da pauta defendida pelo Banco Mundial, que favorecia de sobremaneira os grandes conglomerados econômicos. Havia o consenso de que o grande capital, Estado e o empresariado fluminense deveriam operar em conjunto com vistas à consolidação do neoliberalismo.

O segundo governo Brizola foi importante para a criação de condições para o avanço da agenda globalizante. Não estamos afirmando que o governador de centro-esquerda era disfarçadamente um neoliberal. O que ocorreu foi um conjunto de ações, por parte do governo estadual, voltadas para o setor produtivo. Significa dizer que a agenda de Brizola estava atrelada à defesa de uma indústria regional adaptada à globalização, assim como foi defendido

---

<sup>995</sup> MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: *A ordem do progresso: cem anos de política republicana 1889-1989* (Organização: Marcelo Paiva Abreu). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 382-384.

nas Plenárias da Indústria e Comércio, desde a década de 1980. Assim, Brizola exerceu um papel importante na transição de uma agenda econômica de cunho desenvolvimentista para a neoliberal. Seu segundo governo, tendeu a colocar o Estado com um papel chave no campo produtivo.

Brizola defendia o fomento do setor petroquímico no estado com utilização de matéria-prima regional. Desde seu primeiro governo, a exploração de petróleo e gás da bacia de Campos (maior reserva do país) era entendida como principal eixo de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro. Em 1991, criou a Universidade Estadual do Norte Fluminense de maneira constituir quadros técnicos para a formação de um parque de alta tecnologia na região petrolífera. O financiamento do Banerj à empresas pequenas e médias, integradas ao Mercosul; o incentivo a criação de um Centro Financeiro Internacional, que poderia ser capaz de captar investimentos à produção local; o programa de integração energética, que expandiu o consumo de energia elétrica no estado de forma significativa; a criação do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara; e a construção da Linha Vermelha também fizeram parte da agenda brizolista voltada à indústria. Todos esses projetos estavam em consonância com os objetivos e diretrizes pactuados entre entidades representativas do empresariado do Rio de Janeiro, além de atender ao grande capital.

Na cidade do Rio de Janeiro, a agenda neoliberal foi encampada pelo prefeito Cesar Maia, em 1993. O Plano Estratégico do Rio de Janeiro, firmado por um convênio entre prefeitura, ACRJ e FIRJAN, foi o primeiro o plano estratégico de desenvolvimento concebido no hemisfério sul<sup>996</sup>. Patrocinado por empresas públicas e transnacionais, além de instituições financeiras em franca conexão com o capital estrangeiro, o plano vislumbrou transformar a cidade num centro de serviços e comando para o capital. O objetivo era a interiorização da indústria, que deveria ser deslocada da capital para outras cidades do estado, e estabelecer na cidade do Rio de Janeiro formas de interação com o grande capital em uma escala de tempo diminuta. A construção do Teleporto serviria a esse fim.

As mudanças nas relações econômicas no estado do Rio de Janeiro dialogaram, de maneira perene, com o grande capital que impunha a globalização. Sua análise revela, nas devidas proporções, que a dependência econômica brasileira era uma situação condicionante, que estabelecia limites e possibilidades de ação, mas também a integração estrutural da burguesia interna ao modus operandi dos países centrais. Grupos econômicos com sede no Rio de Janeiro são um bom exemplo.

---

<sup>996</sup> *Revista da Associação Comercial*, ano 55, nº 1285, 1993.p. 6.

Os bancos de investimento Icatu, Garantia, Pactual e Bozano Simonsen faziam o papel de intermediários de grandes interesses do capital estrangeiro como demonstramos. O Grupo Monteiro Aranha também operava sob esta mesma dinâmica. Além de fomentar negócios junto a estrangeiros, sua composição acionária tinha a participação de representantes do capital financeiro internacional. Diferindo dos demais, o Grupo Ipiranga parecia ser autônomo em relação ao grande capital, por se tratar de um player nacional, contudo, uma análise detida sobre a família que o controlava desnuda uma aliança com empresas transnacionais.

Todos esses grupos pertenciam a frações do capital de grande envergadura. Dada sua articulação com congêneres em entidades empresariais, conseguiram estabelecer uma agenda com lastro na globalização produtiva. Do ponto de vista do grande capital, a estratégia adotada no Rio de Janeiro foi satisfatória, pois destruiu capitais menos potentes, diminuindo a concorrência intercapitalista, e concentrou o capital nas mãos de grandes conglomerados internacionais, assim estabelecendo um novo ciclo de acumulação.

A fase de consolidação do neoliberalismo ocorre com adesão ao projeto privatista em nível estadual, no ano de 1995. Nesse âmbito, o Rio de Janeiro se destacou em relação aos seus pares da federação, pois possuía o projeto mais ousado de privatizações do país. Com apoio financeiro e técnico do Banco Mundial, além de um consenso privatista construído pelo capital transnacional na ACRJ e FIRJAN, o governo do estado vendeu suas empresas públicas do estado com a retórica de diminuição da dívida pública. Tratava-se de uma falácia, pois o estoque da dívida pública passou a representar 305% das receitas do estado, em 1998 (após as privatizações) contra os 144% de 1995<sup>997</sup>, anterior às privatizações.

De volta ao governo do estado do Rio de Janeiro, a centro-esquerda criticou e conteve o avanço privatista. O impedimento da venda da CEDAE é um exemplo. O principal eixo da economia fluminense continuou a ser a exploração do petróleo. A descoberta de novos poços em Campos se desdobrou no aquecimento do setor naval, principalmente. A agenda mais agressiva do capital parecia ser contida pelas especificidades da região. Contudo, não se tratava de modificação no padrão de acumulação de capital, mas de uma passagem da alta concentração para expansão de capital, pautada na indústria do petróleo.

Em síntese, a análise histórico-econômica do Rio de Janeiro nos permite afirmar que a região é uma espécie de híbrido. O que baliza o comportamento político e econômico dos atores locais é a forte presença estatal, principalmente no que toca às atividades ligadas à exploração do petróleo, e a cristalização de interesses transnacionais nas principais entidades

---

<sup>997</sup> Banco Mundial, Report No. 20518-BR. p. 36.

empresariais. Para a manutenção de taxas de lucro aceitáveis no contexto de globalização, frações do capital regional recorrem ao Estado e ao capital financeiro internacional. Desse ponto de vista, o estado nos parece singular.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ACSELRAD, Henri. *Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito*. Revista Proposta, nº 56, 1993.

ALVES JÚNIOR, José Alves. *Fundos mútuos de investimento no Brasil: A expansão da indústria nos anos 1990 e perspectivas para o futuro*. CEPAL, LCR/BRS/R.143, novembro de 2003.

ALMEIDA, Guilherme Ribeiro de. *Reestruturação do setor bancário na década de 90*. Monografia. Campinas: Unicamp, 2003.

ALMEIDA, Monica Piccolo. *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2010.

AMARAL, L. A.; GOMIDE, A. de A. e PIRES, R. R. C. (2014). “A revitalização da indústria naval no Brasil democrático”. In: GOMIDE, A. A. e PIRES, R. R. C. (eds). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas*. Brasília, Ipea.

ANDRADE, José Eduardo Pessoa, SHI KOO PAN, Simon, ZAPORSKI, Janusz, AZEVEDO MELO, Kelly Cristina. *A indústria petroquímica*. BNDES Biblioteca Digital, Novembro, 1995.

ARROYO, M. *A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-Americanos: o papel das finanças*, In: *Questões territoriais na América Latina*, São Paulo, CLASCO, 2006.

BAER, Werner & McDONALD, Curt. *Um retorno ao passado? A privatização de empresas de serviços públicos no Brasil: O caso do setor de energia elétrica*. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA, nº 16, 1997.

BATISTA, João Nogueira. *O Mercosul e os interesses do Brasil*. Estudos Avançados, volume 8, nº21, São Paulo, Maio/Augosto. 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes. *Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Finança global e ciclos de expansão*. In: *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (organização: José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO, Ricardo. *O mito da conversibilidade*. Revista de Economia Política, vol.24, nº 2, 2004.

BIANCHI, Álvaro Gabriel. *Crise e representação empresarial: O surgimento do Pensamento nacional das Bases Empresariais*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 123-142, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. *O ministério dos industriais : A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado. 2004. p. 224.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BONELLI, Regis. *As Estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90*. Texto para discussão nº 569: IPEA, 1998.

BRANDÃO, Rafael. *Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. Tese de Doutorado. UFF, 2013.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. "A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?". *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1991.

BORDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP. 2004. p. 22.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado em História Social. UFF. 2012.

CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Desindustrialização no Brasil*. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro. 2013. Volume 11, número 1.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro*. *Revista SEP*, dezembro 2001, nº 11.

CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e inconvertibilidade monetária*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, nº 120, abril de 2006.

\_\_\_\_\_. *Globalização e integração periférica*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 126, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica e crise do capitalismo com dominância financeira*. In: (MARCOLINO, Luiz Cláudio e CARNEIRO, Ricardo). *Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira* (org). São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude Ltda., 2010.

CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. *Bloqueio da liquidez e estabilização: O fracasso do Plano Collor*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas), Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou concepção?*. *Revista Economia*,

Niterói (RJ), v.4, n. 2, 2003.

CARVALHO, Fernando Cardim de. O retorno de Keynes. *Revista Novos Estudos*, nº 83, Cebrap, 2009.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2014.

CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim de século*. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, volume 5, 1995.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Comparando capitalismo financeiro*. Texto para discussão. IE/Unicamp, nº 160, 2009.

COSTA, Paulo Roberto Neves. *Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2003.

COSTA, Simone. *Sobre representação e interesses regionais: o caso da lei de informática*. Dissertação de Mestrado. USP, 2007.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e relações internacionais: Um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p.119.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Capitais externos e financiamento de longo prazo no Brasil. In: SZRECSÁNYI, Tamas e SUZIGAN (org). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Os empresários e a reemergência da 'questão social'*. In : *O presente como história. Economia e política no Brasil pós-64*. Campinas : IFCH/Unicamp. Coleção Trajetória, v. 3. 1997.

DALMAZO, Renato Antônio. *A Política Fiscal: do "Superávit" de Caixa aos Tropeços e ao Retorno da Crise Fiscal*. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, v.21, n.1, 1993. p. 44.

DARTOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEITOS, R.A. *O capital financeiro e a educação no Brasil*. 2005. Tese(Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, Alexandre Pessoa. *Análise da interconexão de sistemas de esgoto sanitário e pluvial da cidade do Rio de Janeiro: valorização das coleções hídricas sob perspectiva sistêmica*. Dissertação de Mestrado, 2003, UERJ.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no*

Brasil. XVI Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. 1992.

\_\_\_\_\_. *O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio.* Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *O jogo da direita na nova República.* Rio de Janeiro, Vozes. 1989.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional.* São Paulo: Editora 34, 2000.

FARIA, Luiz Augusto. *Uma análise de história monetária para a inflação brasileira.* Ensaios FEE, Porto Alegre, 1994.

FARIA, Luiz Augusto. *Moeda e inflação numa visão marxista contemporânea.* Porto Alegre: Ensaios FEE Nº 9, 1988. p. 91.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. *A Crítica ao desenvolvimento (in)sustentável.* Revista Katál, Florianópolis, v.15, n.1,2012.

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.* En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.

FILHO, Calino Pacheco. *O Plano Collor, os salários e o pacto social.* Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.18, nº 3, 1990.

FILHO, Petrônio Portella. *O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington.* Revista Lua Nova, nº32, São Paulo: 1994.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Víctor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.* São Paulo: Global, 1982.

FIORI. José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.* Rio de Janeiro: Revista Oikos, nº 8, ano VI, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estados, moedas e desenvolvimento.* In: FIORI, José Luís (org) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis: Vozes, 2012.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História.* Bauru: EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo Teoria e História.* Rio de Janeiro,

Editora UFRJ, 2010.

GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a economia desregrada. Três contribuições críticas ao mercado auto regulado*. Anpec, Rio de Janeiro, 2006.

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: Gramsci, *materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC Rio, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, O. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria Petroquímica - Nota Técnica Setorial do Complexo Químico, IE/UNICAMP - IEI/UFRJ - FDC -FUNCEX*, 1993.

GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: O PSDB (1988-2002)*. Niterói: Dissertação de mestrado, UFF, 2006.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. 8ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1994.

HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. Translated by: Alexander Locascio. New York: Monthly Review Press. 2012.

\_\_\_\_\_. *Uma coisa com qualidades transcendentais: O dinheiro como relação social no capitalismo*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 35.

HERRLEIN JR, Ronaldo. *“Crônica de uma morte anunciada”*: Notas intempestivas sobre o Plano Collor II e a estabilização econômica. *Revista da FEE*.1991.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

\_\_\_\_\_. *Sobre História. Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de economia política*, vol. 31, nº2, 2011.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. *Demanda efetiva e salários: uma teoria sem mercados*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, 1996.

LAZZARINI, Sérgio G. e MUSACCHIO, Aldo. *Reinventando o capitalismo de Estado: O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfólio Penguin, 2015.

LÉLIS, Marcos Tadeu C.; CUNHA, André Moreira; VAN DER LAAN, Cesar R. *A estratégia de acumulação de reservas no Brasil no período 1995-2008: uma avaliação crítica*. Revista Economia e Sociedade, v. 21, n.1, 2012.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas*. In: SZRECSÁNYI, Tamás, SUZIGAN, Wilson (org). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

\_\_\_\_\_. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca da autoestima)*. Rio de Janeiro: Record 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIMA, G. *O surgimento da construção naval brasileira nos anos 2000 – Uma análise neoschumpeteriana*. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) –Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIPIETZ, Alain. *Le Monde enchanté, de la valeur à l' envol inflationiste*. Paris: La Découverte.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo João Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)*. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 71.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOURENÇO NETO, Sydenham. *Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70*. Revista História e Luta de Classes. 2013. Nº 16.

LÖWY, Michael As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, 8.ed. São Paulo: Cortez. 2003.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUNA, F.V. *A capital financeira do País*, In: SZMRECSÁNVI, T.(org). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo, Globo, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2007.

MARTINHO, Clarice Antoun. *O Polo Gás-Químico do Rio de Janeiro: dinâmica econômica, desdobramentos espaciais, e políticas governamentais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro,UFRJ. 2009.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo. 2008.

\_\_\_\_\_. *O capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Luiz Martins. *O caso do Rio de Janeiro. Nota Técnica 07/98*. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MELLO e SILVA, Alexandra de, ROCHA, Dora. *Diplomacia, Política e Finanças de JK a Collor. 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 297.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Marx “filósofo”*. In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MEYER, Arno. Apoio financeiro externo e estabilização econômica. *Revista de Economia Política*, vol. 13, nº 1, 1993.

MIRANDA, José Carlos & TAVARES, Maria da Conceição. *Brasil: Estratégias da conglomeração*. In: FIORI, José Luiz (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2012.

MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: *A ordem do progresso: cem anos de política republicana 1889-1989* (Organização: Marcelo Paiva Abreu). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MOMESSO PELAI, Fernando & F.J. DA SILVEIRA, José Maria. *Análise do processo de reorganização societária de grupos que atuam na indústria petroquímica brasileira*. ANPEC, Encontro 2008.

MONTEIRO. Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. Estudos Avançados, volume 17, número 48. 2003.

MOREIRA, Maurício Mesquita. *A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?*. Disponível em: [www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/livro/eco90\\_\\_b.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/livro/eco90__b.pdf).

NATAL, Jorge Luiz Alves. *Do desenvolvimento ao neoliberalismo: a saga brasileira no século XX*. Rio de Janeiro: Publicatti, 2006.

\_\_\_\_\_. *Inflexão econômica e dinâmica espacial pós -1996 no estado do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte:Revista Nova Economia. 2004.

\_\_\_\_\_. *O Estado do Rio de Janeiro Pós 95: dinâmica econômica, rede urbana e questão social*. Rio de Janeiro: Publicatti Editora. 2005.

\_\_\_\_\_. *O Rio discriminado? (pelo governo federal)*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras. 2007.

NETO, C. A. da S. C. (2014). “Investimentos e financiamentos na indústria naval brasileira 2000-2013”. In: CAMPOS NETO, C. A. da S. e POMPERMAYER, F. M. *Ressurgimento da indústria naval no Brasil: (2000-2013)*. Brasília, Ipea.

OLIVEIRA, Alberto de & NATAL, Jorge. *Questão regional, Estado e desenvolvimento no século XX – “olhares” fluminenses a partir dos “interesses” do Rio*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XX, nº 2, 2006.

OLIVEIRA, Alberto de & RODRIGUES, Adrianno O. *Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas*. Revista Semestre Econômico – Univerdad de Medellín, volume 12, número 24, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 4ª edição. 1984.

\_\_\_\_\_. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago Edditora, 1992.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/ O onitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”*. Revista Continentes, UFRRJ, ano 1, nº 1, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão*. Revista Tamoios, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, nº 2, 2005.

\_\_\_\_\_. *Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”*. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Comunicações 5º CEMARX. Campinas: Unicamp, 2007.

OREIRO, José Luís e FEIJÓ, Carmem A. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Revista de Economia Política, vol30, nº 2 (118), pp 219-232, abril-junho/2010.

PACÍFICO, Alan. *Geografia histórica do transporte aquaviário de passageiros da Baía de Guanabara: uma análise da relação entre poder público e capital privado na evolução urbana do Rio de Janeiro*. Revista Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 1, 1º semestre de 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994)*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, nº 29, 2014.

PRADO, Euletério F. S. *Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível*. Revista SEP, dezembro 2013, nº 35.

PIQUET, Rosélia. *Metrópoles e Reestruturação Produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR, ano X, nº 2. 1996.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais e sua reprodução ampliada. In: *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

\_\_\_\_\_. *O Estado, O poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Filgueiras. *Americanidade – Mercosul: passaporte para a integração*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

RABELO, F.; SILVEIRA, J. M. J. *Estruturas de governança corporativa na petroquímica brasileira pós-privatização*. XXVI Encontro Nacional de Economia, Anais, Vitória: ANPEC, 1998.

RENNER, Marco Antônio e MARTINS, César Augusto Avila. *Industrialização de pescados do município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX*. Revista Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, 2014.

SAAD FILHO, Alfredo. *Teoria Marxista do valor: uma introdução*. Porto Alegre: Revista Análise Econômica, nº41, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. “*Metamorfoses do Estado Brasileiro no início do século XX*”. In; revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº 52 junho. 2003.

SANTOS, Leandro Bruno. A indústria do cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. Revista Sociedade e Natureza, nº 23, Uberlândia.

SANTOS, Theotônio dos. “*O Neoliberalismo como Doutrina Econômica*”. Rio de Janeiro, texto para discussão, nº 32, 2002.

SERRANO, Franklin. A soma das poupanças determina investimento?. Disponível em: <<http://www.excedente.org/artigos/a-soma-das-poupancas-determina-o-investimento/>>.

SHORROCK, Tim. *Spies for Hire: The Secret World of Intelligence Outsourcing*. Simon & Schuster. Edição do Kindle.

SILVA, Hélio R. S. *O Técnico, o Político e o Morador. Bastidores e Cena Pública do*

*Programa Nova Baixada*. Revista Periferia, Volume 2, nº 1.

SILVA, Marco Antônio. *São Paulo como centro financeiro internacional e possíveis impactos deste status nas relações de trabalho*. Cadernos 28 de Agosto, ano 2, nº 3, 2016.

SILVA, Maria Luiza Falcão. *Plano Real e âncora cambial*. Revista de Economia Política, volume 22, nº3, 2002.

SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012.

SIQUEIRA, Hipólita. “Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole”, In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.), *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

SOUZA, J. C. O. de. *O governo Collor sob o olhar da Firjan*. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

TEIXEIRA, Aloisio. *O ajuste do impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro, Vozes, 3ª Ed, 2000.

VAROUFAKIS. Yanis. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. Tradução: Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VÁSQUEZ, Ian. *The Brady Plan and Market-Based Solutions to Debt Crises*. Cato Journal, Vol. 16, nº 2, 1996.

VIANNA. Luiz Werneck. *Caminhos e descaminhos de uma revolução passiva à brasileira*. Revista Dados, vol. 39, nº 3, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. *De um Plano Collor a Outro*. Rio de Janeiro: Ed Revan, 1991.

VIEIRA, Fabio Henrique Cavalcante. *Análise da trajetória de crescimento do Grupo Gerdau*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2007.

VIEIRA, Francisco Assis C. e HOLLAND, Márcio. *Crescimento econômico secular no Brasil, modelo de Thirlwall e termos de troca*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, nº 2. 2008.

VIEIRA, Márcio Viveiros. *O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Entraves institucionais e impactos territoriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Geografia, 2009.

VIERA, Nívea Silva. *A ACRJ, o Porto e a cidade do Rio de Janeiro: definição e redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro e da Zona portuária (1869-1938)*. Texto para discussão, nº 21, Laboratório de História Econômico-Social.

WERNA, Edmundo. *As Políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento*. Artigo da Revista Espaços e Debates nº 39. Cidades: Estratégias Gerenciais. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, São Paulo, 1996.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZACARIAS, Rachel dos Santos. *A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental*. Tese de Doutorado. UFRJ. 2012.

## **Fontes**

### **Fontes primárias**

#### **Periódicos e Revistas**

##### **Diário do Comércio e Indústria.**

31/01/1991, p. 8.

##### **Jornal do Brasil**

###### **1950**

06/06/1954, p. 5.

###### **1960**

06/04/1963, p. 5.

27/11/1963, p. 12.

###### **1970**

05/01/1970, p. 4.

15/01/1970, p. 5.

11/04/1970, p. 15.

20/03/1976, p. 24.

14/11/1977, p. 15.

08/04/1978, p. 9.

30/10/1979, p. 12.

###### **1980**

23/04/1980, p.12.

25/06/1982, p.5.

11/12/1985, p. 17.  
28/07/1988, p. 3.

## **1990**

22/01/1990, p. 4.  
05/06/1990, p. 3.  
21/12/1990, p. 1.  
25/01/1991, p. 3  
05/04/1991, p. 3  
28/05/1991, p. 2.  
09/08/1991, p.7.  
10/08/1991, p.7.  
13/12/1991, p.3.  
17/12/1991, p.7.  
12/01/1992, p.4.  
30/10/1992, p.13.  
08/02/1993, p.11.  
15/03/1993. p. 5.  
27/03/1993, p.16.  
03/07/1993, p.5.  
09/07/1993, p. 15.  
24/08/1993, p.3.  
21/11/1993, p.64.  
01/12/1993, p.6.  
17/12/1993, p.1.  
09/02/1994, p.5.  
08/03/1994, p.7.  
29/03/1994, p.10-11.  
20/05/1994, p.2.  
11/09/1994, p.29.  
26/09/1994, p.14.  
30/09/1994, p.6.  
23/12/1994, p. 20.  
12/01/1995, p. 1.  
20/04/1996, p. 18.  
26/05/1996, p. 35.  
09/05/1997, p. 21.  
30/06/1998, p. 21.  
16/07/1998, p. 23.  
07/08/1998, p. 20.  
13/08/1998, p. 20.  
29/10/1998, p. 26.  
06/02/1998, p. 22.

## **Jornal O Globo**

### **1980**

20/02/1987, p. 17.

17/03/1987, p. 17.  
30/01/1988, p. 18.

## **1990**

01/01/1990, p. 18.  
16/01/1990, p. 27.  
20/01/1990, p. 18.  
28/01/1990, p. 44.  
22/02/1990, p. 25.  
20/05/1990, p. 36.  
16/07/1990, p. 56.  
22/07/1990, p. 28.  
08/08/1990, p. 28.  
26/08/1990, p. 50.  
23/09/1990, p.55.  
30/12/1990, p.27.  
09/01/1991, p. 21.  
02/02/1991, p. 6.  
25/02/1991, p. 3.  
17/04/1991, p. 31.  
17/08/1991, p. 29.  
15/09/1991, p. 50.  
05/10/1991, p. 31.  
11/10/1991, p. 29  
13/10/1991, p. 41.  
22/10/1991, p. 27.  
24/10/1991, p. 30.  
28/10/1991, p. 17.  
28/12/1991, p.24  
26/01/1992, p. 41.  
06/06/1992, p. 28  
08/10/1992, p. 33.  
16/11/1992, p. 39.  
02/07/1993, p. 54.  
04/07/1993, p. 54.  
16/09/1993, p. 29.  
17/09/1993, p. 24.  
20/10/1993, p.27.  
25/10/1993, p. 16.  
30/11/1993, p. 27.  
15/05/1994, p. 48.  
25/09/1994, p. 47.  
08/01/1995, p. 46.  
29/01/1995, p. 55.  
12/02/1995, p. 59.  
12/04/1995, p. 14.  
19/07/1995, p. 28.  
29/07/1995, p. 30.  
10/08/1995, p. 34.

19/07/1995, p. 28.  
21/07/1995, p. 22.  
22/08/1995, p.19  
23/09/1995, p. 23.  
25/09/1995, p. 23.  
21/10/1995, p. 28.  
29/11/1995, p. 30.  
20/12/1995, p. 21.  
11/01/1996, p. 22.  
06/02/1996, p. 20.  
22/02/1996, p. 23.  
22/05/1996, p. 21.  
05/10/1996, p. 5-26.  
05/12/1996, p. 30.  
16/01/1997, p. 23.  
03/09/1997, p. 19- 21.  
05/09/1997, p. 21.  
05/10/1997, p. 3.  
20/12/1997, p.14  
26/01/1998, p. 29.  
25/05/1998, p. 11.  
28/06/1998, p. 30.  
16/09/1998, p. 22.  
09/01/1999, p. 30.  
16/02/1999, p. 12.  
02/01/2000, p. 28.  
20/01/2000, p. 28.  
20/05/2000, p. 35.  
11/06/2000, p. 44.

### **Jornal do Comércio**

Jornal do Comércio, nº 56, p. 12, 1987.

### **1980**

03/01/1987, p. 5.  
19/03/1987, p. 29.  
07/12/1987,  
01/10/1988, p. 5.

### **1990**

05/02/1990, p. 15.  
06/02/1990,  
02/03/1990, p. 27.  
18/04/1990, p.10.  
04/05/1990, p. 19.  
12/10/1990, p.16.  
03/12/1990, p. 7.

06/12/1990, p. 3.  
09/01/1991, p. 7.  
28/01/1991,  
02/03/1991, p. 2.  
04/03/1991, p.13.  
06/03/1991, p. 7.  
27/06/1991, p.5.  
28/04/1993, p.13.  
18/06/1993, p. 22  
08/03/1994, p. 9.  
23/06/1994, p.11.  
13/07/1994, p.10.  
26/03/1995, p. 15.  
27/03/1995, p. 15.  
02/09/1995, p. A-7.  
25/04/1996, p. A-10.  
17/08/1996, p. B 9.  
11/03/1997, p. A-3.  
06/05/1997, p A 2.  
30/07/1998, p. A-10.  
14/03/2000, p. A-23.  
13/02/2002, p. A-9.

### **Monitor Mercantil**

31/01/1991, p.3.

### **O Estado de São Paulo.**

25/01/1991, p. 5.  
19/04/1991, p. 3.

### **Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro(ACRJ)**

Nº 993,1967, p. 42.  
Nº 1153, 1980, p. 23.  
Nº 1155, 1980, p. 34.  
Nº 1178, 1982, p. 13-22  
Nº 1180, 1982, p.23  
Nº 1181, 1982, p. 27-72.  
Nº 1199, 1984, p .4-12  
Nº 1207, 1985, p. 3.  
Nº 1214, 1985, p .16-21.  
Nº 1221, 1986, p .34-35.  
Nº 1224, 1986, p. 44.  
Nº 1227, 1986, p. 32.  
Nº 1229, 1986, p.07-15.  
Nº 1234, 1987, p. 23.  
Nº 1236, 1987, p. 32.  
Nº 1240, 1988, p.21- 31

N°1241, 1988, p.11  
 N° 1243, 1988, p.45.  
 N° 1255, 1989, p.17-18  
 N° 1256, 1989, p. 3-32.  
 N° 1258, 1990, p. 19  
 N° 1259, 1990, p. 6.  
 N° 1260, 1990, p.3- 22.  
 N° 1265, 1990, p. 14-17.  
 N° 1266, 1991, p. 5-6  
 N° 1269, 1991, p. 61.  
 N° 1270, 1991, p.18-33.  
 N° 1272, 1992, p. 3-14.9  
 N° 1273, 1992, p. 14.  
 N° 1274, 1992, p. 8-28.  
 N° 1284, 1993, p. 18-25.  
 N° 1285, 1993, p.3-6.  
 N° 1290, 1994, p.26.  
 N° 1291, 1994, p. 28.  
 N° 1295, 1994, p. 23.  
 N° 1305, 1996, p. 10-28  
 N° 1307, 1996, p.7.  
 N° 1311, 1996, p. 3-19.  
 N° 1316, 1997, p. 10-16.  
 N° 1318, 1997, p.45-47  
 N° 1320, 1997, p. 19-28  
 N° 1322, 1997, p. 13-44.  
 N° 1324, 1998, p. 29-35.  
 N° 1332, 1999, p. 24.  
 N° 1334, 1999, p. 7-20.  
 N° 1351, 2001, p.26.  
 N° 1370, 2003, p.

### **Revista Firjan-Cirj**

N° 49, semana de 07 a 13/12/1990.

### **Revista Petro & Química**

Edição 235, março de 2002, 2-4.

### **Revista de Economia Política**

O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963), vol. 33, nº 4, 2013. p.681.

### **Decretos/Leis/Resoluções e Relatórios**

- Banco Interamericano de Desenvolvimento. Relatório do Programa de Saneamento Básico da
- Bacia da Baía de Guanabara – Dados Econômicos. 1993. p. 3.

- Banco Mundial, Report No. 15869-BR (+ ANEXOS).
- Banco Mundial, Report No. 20518-BR (+ ANEXOS).
- BID, Relatório de término de projeto, 1241/OC-BR (BR0250), 2006. p. 7-8.
- Casa Civil da Presidência da República. Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro. pp. 320-326.
- Decreto 1.506, de 25 maio de 1995.
- Decreto Lei nº 41/1975.
- Liberalizing Foreign Trade in Developing Countries The Lessons of Experience. The International Bank for Reconstruction and Development. ISBN 0-8213-1651. Ano 1990.p. 4.
- MemPres, 04.03.1963, JFKL, NSF, PRD, 390A, Brazil, 1/63-6/63.
- Relatório da Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Exercício de 1997.
- Relatório da Diretoria do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício 1969.
- Relatório da Diretoria Executiva da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, exercício 1975.
- Relatório CEG e CEG RIO 10 anos de gestão. p. 13-19.
- Resolução 1721 do Banco Central.
- UNITED NATIONS PUBLICATION. World Investment Report 1992 Transnational Corporations as Engines of Growth. ISBN 92-1-104401-4. 1992. p. 3.
- Projeto de assistência técnica ao setor de energia. Ministério das Minas e Energia. 2009
- V Pleninco. FIRJAN RJ. 1990. p.10- 81.
- World economic outlook (International Monetary Fund). ISSN 0256-6877. ANO 1996

### Sites e portais governamentais/ institucionais

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/0/b0edaf1f6533fda003256b2e00699917?OpenDocument>

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/720e6afc534fb78303256a3a006a1652?OpenDocument>

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/fd0d0b8fc385d589832567040006b056/4c7587180d93d8100325678300653d1e?OpenDocument>

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbbf5/180c1eb5eed4ca5d032565410063c53e?OpenDocument> .

[http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Cartilha\\_Ampla\\_2p.pdf](http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Cartilha_Ampla_2p.pdf).

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7256-27-novembro-1984-368057-norma-pl.html>.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9276-9-maio-1996-372360-anexo-pl.pdf>.

[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455304/complemento\\_1.htm?sequence=2](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455304/complemento_1.htm?sequence=2)

[http://www.aafbanerj.org.br/home\\_memoria.asp](http://www.aafbanerj.org.br/home_memoria.asp).

[http://www.age.fazenda.rj.gov.br/age/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC209062&\\_adf.ctrl-ste=1689gpigox\\_1&\\_afrLoop=13909293487809203&\\_afrWindowMode=0&\\_afrWindowId=7o488s7eo](http://www.age.fazenda.rj.gov.br/age/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jsp?datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC209062&_adf.ctrl-ste=1689gpigox_1&_afrLoop=13909293487809203&_afrWindowMode=0&_afrWindowId=7o488s7eo)

[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/arquivos/pdfs/10\\_anos\\_plano\\_real/tabelas\\_indices.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/pdfs/10_anos_plano_real/tabelas_indices.pdf) .

<http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Portos/Itaguaí.pdf>.

<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/GlossarioH.pdf>Acessado em 04/06/2017  
<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>.  
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/empresas-sistema-bndes/empresas-do-sistema-bndes>.  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cimento.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/cimento.pdf)  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv\\_perspectivas/02\\_Perspectivas\\_do\\_Investimento\\_2010\\_13\\_PETROLEO\\_E\\_GAS.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/02_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PETROLEO_E_GAS.pdf).  
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/capital-de-risco>.  
[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infraestrutruura%20n.20%20mar.1998-Saneamento\\_Rumos%20Adotados\\_P.PDF](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15263/3/Informe%20infraestrutruura%20n.20%20mar.1998-Saneamento_Rumos%20Adotados_P.PDF).  
[http://www.coderte.rj.gov.br/hist\\_atribuicoes.asp](http://www.coderte.rj.gov.br/hist_atribuicoes.asp).  
<http://www.fazenda.gov.br/noticias/1998/r981113>.  
<http://fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-626.pdf>.  
<http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm>.  
<https://www.iea.org/about/history/>.  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades\\_estatais\\_e\\_democracia\\_web.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_democracia_web.pdf).  
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>  
<https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>.  
<https://www.mitre.org/about/our-history>.  
[http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2003-01910/20030904\\_LAUDO\\_DE\\_AVALIACAO.PDF](http://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2003-01910/20030904_LAUDO_DE_AVALIACAO.PDF)  
<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvIHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d3130373337&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>  
<https://www.suez.fr/fr-fr/nous-connaitre/qui-sommes-nous>. .  
<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/historia-da-uenf.html>.  
<https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>.

## Sites

<http://www.abcbrasil.com.br/Show/Nossa-Historia?=@Ofjs1AeFdUDtoeU53d06w>  
<http://www.andradegutierrez.com.br/QuemSomos.aspx>.  
<http://www.barelli.ecn.br/?acao=perfil>  
[https://www.baringarchive.org.uk/history/a\\_brief\\_history\\_of\\_barings/](https://www.baringarchive.org.uk/history/a_brief_history_of_barings/)  
[www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions](http://www.brettonwoods.org/page/about-the-bretton-woods-institutions).  
<https://www.britannica.com/topic/Xerox-Corporation>.  
<https://www.btgpactual.com/quem-somos/visao-geral>.  
<http://www.brasilit.com.br/empresa/institucional>  
<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/historia>.  
<http://www.brkdbtvm.com.br/empresa.aspx>  
[http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa\\_Historia.aspx](http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aspx).  
<http://www.businesswire.com/news/home/20060530005989/en/Brazil-Fund-Announces-Liquidation-Distribution>.  
<https://www.caf.net/en/compania/historia.php>.  
[http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page\\_id=24](http://www.cariocaengenharia.com.br/v3/?page_id=24).  
<http://www.cetenco.com.br/br/cetenco>.

<https://www.chevron.com/about/history>.  
<http://company-histories.com/The-Budd-Company-Company-History.html>  
<https://corporatefinanceinstitute.com/resources/careers/companies/goldman-sachs-group/>.  
<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/Codin/Historia.aspx>.  
<https://corporativo.michelin.com.br/sobre-nos/>.  
<http://www.csn.com.br/irj/portal/anonymous?Navigationtarget=navu>.  
<https://www.credit-suisse.com/corporate/en/our-company/history.html>.  
<https://www.db.com/brazil/pt/content/Historico.html>  
<http://www.dgabc.com.br/Noticia/285663/british-gas-e-shell-compram-comgas-por-rs-1-652-bilhao>.  
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACRJRevistas&PagFis=41125&Pesq=monteiro%20aranha>.  
<http://www.eagv.com.br/site/TabId/69/TeamID/25/Default.aspx>.  
[www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx](http://www.eagv.com.br/site/tabid/71/language/pt-BR/default.aspx).  
[http://www.ecen.com/eee29/res\\_ex2.htm](http://www.ecen.com/eee29/res_ex2.htm)  
<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,unibanco-adquire-restante-da-fininvest,20001219p11556>.  
<http://www.econoinfo.com.br/docs/cp-cimento-e-participacoes/historico/dE51PVIZzzNGFWQxPyXTMUQXIg%3D%3D?p=1>  
<https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>.  
[https://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_rj\\_riodeouro/efrio\\_ouro.htm](https://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_riodeouro/efrio_ouro.htm).  
<http://exame.abril.com.br/edicoes/675/noticias/a-trajetoria-do-bozano-m0048975>.  
[expands-credit-suisse-presence/7d26cbc7-61f0-420f-a57c-dd245d648975/?noredirect=on](http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/672/noticias/a-vida-depois-do-garantia-m0053741).  
<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/672/noticias/a-vida-depois-do-garantia-m0053741>.  
<http://www.excedente.org/artigos/a-soma-das-poupancas-determina-o-investimento/>  
<http://faettecnologia.com.br/>  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0210200822.htm>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200118.htm>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc29109810.htm>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u77336.shtml>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi221018.htm>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/02/dinheiro/23.html>.  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/9/23/dinheiro/5.html>.  
<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/dresdner-bank-a-g-history/>.  
<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/credit-lyonnais-history/>.  
<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/soros-fund-management-llc-history/>  
<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/long-term-credit-bank-of-japan-ltd-history/>.  
<http://www.furnas.com.br/subsecao/138/usina-de-santa-cruz>.  
<https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/gs-no-brasil/index.html>.  
[http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo\\_24\\_4379.pdf](http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo_24_4379.pdf) .  
<https://www.grupoaguasdobrasil.com.br/o-grupo/nossa-historia/> e  
<http://www.gulfdobrasil.com.br/conheca/gulf-no-brasil-deixou-saudades/>.  
[https://www.hochtief.com/hochtief\\_en/952.jhtml](https://www.hochtief.com/hochtief_en/952.jhtml)     <http://www.htb.eng.br/mobile/pt/noticia-25.html> .  
[https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm\\_brasil.phtml](https://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml)  
<http://ibmec.org.br/historia-instituto-ibmec/>  
<http://www.icatuvanguarda.com.br/pt/historia>.  
[https://iedi.org.br/anexos\\_legado/4cfe53cb0f04afb3.pdf](https://iedi.org.br/anexos_legado/4cfe53cb0f04afb3.pdf).

[https://iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem\\_somos.html#](https://iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html#)  
[http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo\\_Resp.aspx?id=2631](http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=2631)  
<https://www.ihico.jp/en/company/outline/>  
<http://www.incompany.com.br/palestrante/perfil/Carlos-Langoni>  
[http://www.inpe.br/scd1/site\\_scd/historico.htm](http://www.inpe.br/scd1/site_scd/historico.htm)  
<https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>  
<http://www.itaubba.com.br/portugues/bba/index.asp.ehttps://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinhairo/fi0611200207.htm>  
<https://www.istoedinheiro.com.br/uma-autolatina-global/>  
[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772\\_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/772_os+efeitos+colaterais+da+lei+de+informatica)  
<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20041103/faces-banco-espirito-santo/17009> ;  
[http://www.investidor.gov.br/menu/Menu\\_Investidor/fundos\\_investimentos/rendafixa.html](http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/fundos_investimentos/rendafixa.html)  
<https://www.investopedia.com/terms/b/bear-stearns.asp>  
<https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>  
[https://www.joc.com/maritime-news/brazil-build-tankers-japan\\_19891025.html?destination=node/2381213](https://www.joc.com/maritime-news/brazil-build-tankers-japan_19891025.html?destination=node/2381213)  
<http://www.jorplast.com.br/jpdez04/pag03.html>, acessado em 19/04/2014.  
<http://www.jpowers.co.jp/english/ir/pdf/2012-01.pdf> .  
[http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_3\\_B\\_5-Cimentos\\_Especiais](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_3_B_5-Cimentos_Especiais)  
<https://www.lazard.com/our-firm/history/>  
<http://www.lessabastos.com.br/pt/historia.htm>  
<http://www.light.com.br/grupo-light/Quem-Somos/historia-da-light.aspx>  
<http://www.light.com.br/grupo-light/Empresas-do-Grupo/light-energia.aspx>  
[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10534/10534\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10534/10534_5.PDF)  
<https://www.mitre.org/about/our-history>  
<https://www.mitsui.com.br/pt/company/profile/index.html>  
<https://www.naturgy.com.br/br/conhecamos/a+companhia/nossa+companhia/historia/1297092019569/historia+rio.html>  
<https://www.naturgy.com.br/br/conhecamos/a+companhia/nossa+companhia/historia/historia+corporativa/1297237984644/integracao+do+setor+de+gas.html>  
<https://www.novartis.com.br/sobre-novartis/nossa-historia>  
<https://www.nomuraholdings.com/company/history/>  
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadeltransporte/14.pdf>  
[http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/01-01-2003\\_06\\_thyssen\\_krupp.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/01-01-2003_06_thyssen_krupp.pdf) .pp. 81-85.  
<https://www.odebrecht.com/pt-br/compra-cbpo>  
<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/onibus-estiveram-sob-gestao-publica-integral-8852836>  
[http://www.operefuturos.com.br/tudo-sobre-bmf-bovespa/historia-bmf/#.WTQkQsZv\\_IU](http://www.operefuturos.com.br/tudo-sobre-bmf-bovespa/historia-bmf/#.WTQkQsZv_IU)  
<http://www.ourinvest.com.br/pt/ourinvest>  
<https://politicamonetaria.webnode.com.br/redesconto-bancario/>  
<https://www.piie.com/about/board-directors> e <https://www.pgpf.org/our-founder>  
<https://politicamonetaria.webnode.com.br/redesconto-bancario/>  
[http://www.prece.com.br/?page\\_id=464](http://www.prece.com.br/?page_id=464)  
<http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1991.aspx>  
[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/651/entrevistados/marcos\\_giannetti\\_da\\_fonseca\\_1990.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/651/entrevistados/marcos_giannetti_da_fonseca_1990.htm)  
<https://www.reuters.com/article/us-merrill/timeline-history-of-merrill-lynch-idUSN1546989520080915>

<http://www.rffsa.gov.br/Privatiz/sudeste.htm>.  
<http://ri.wilsonsons.com.br/governanca-corporativa/conselho-de-administracao/>  
<http://www.rre.com/james-d-robinson-iii/>  
<https://www.safran-nacelles.com/timeline>.  
<https://www.santander.com.br/institucional-santander>.  
<https://www.scania.com/latinamerica/pt/home/Scania-Latin-America/Historia.html>.  
<https://www.schroders.com/br/br/schroders-brasil/sobre-a-schroders/nosso-historia/>.  
[http://www.smapar.com.br/bio\\_adroaldo.html](http://www.smapar.com.br/bio_adroaldo.html)  
<http://www.sondotecnica.com.br/cases.show.logic?cases.id=384>.  
[http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA\\_FUNDADOR](http://www.sondotecnica.com.br/subsecao.show.logic?subsecao.label=EMPRESA_FUNDADOR).  
<https://www.supergasbras.com.br/supergasbras/shv-energy/>.  
<https://www.tecnosolo.com.br/a-empresa/historia.html>.  
<https://www.terra.com.br/economia/infograficos/bearstearns/index.htm>.  
<https://www.thehartford.com/about-us/hartford-history>.  
<http://www.unisys.com.br/about-us/company-history>.  
<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-compra-ferteco.aspx>.  
<http://www.valia.com.br/pt-BR/sobre-a-valia/Paginas/historia.aspx>.  
<https://www.washingtonpost.com/archive/business/1988/10/11/first-boston-deal->  
[http://www.worldteleport.org/..](http://www.worldteleport.org/)  
<https://www.wtca.org>.  
<http://www.xerox.com/news/news-archive/2012/bra-47-yrs-062012/ptbr.html> e

### **Verbetes Biográficos e Temáticos**

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/68622/66212>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/simonsen-mario-henrique>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/humberto-eustaquio-cesar-mota>.  
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/medina-rubem>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-mauricio-correia>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/gustavo-krause-goncalves-sobrinho-1>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/cardoso-fernando-henrique>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/temporal-amauri>.  
[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/associacao-comercial-do-rio-de-janeiro-](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/associacao-comercial-do-rio-de-janeiro)  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/helio-jaguaribe-de-matos>  
[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/luis-fernando-bocaiuva-cunha](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/luis-fernando-bocaiuva-cunha).  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/hydekel-meneses-de-freitas-lima>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-pedro-gouveia-de-carvalho-vieira>.  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/paulo-manuel-protasio>  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/nelson-de-sousa-carneiro>